

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**“O TERRITÓRIO IMAGINADO”: Amapá, de Território à
autonomia política (1943-1988)**

Maura Leal da Silva
Matrícula: 120002795

BRASÍLIA
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

**“O TERRITÓRIO IMAGINADO”: Amapá, de Território à
autonomia política (1943-1988)**

Tese de Doutorado submetida ao
Programa de Pós-Graduação em História,
da Universidade de Brasília, para a
obtenção do título de Doutora em História.

Aluna: Maura Leal da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Albene Miriam
Menezes Klemi

BRASÍLIA
2017

“O TERRITÓRIO IMAGINADO”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988)

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovado por

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Albene Miriam Menezes Klemi (His-UnB) – Presidente.

Profa. Dra. Ana Catarina Zema de Resende (His-UnB)

Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz (PPGDH-UnB)

Prof. Dr. Francisco Bento da Silva (His-UFAC)

Profa. Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado (PPGDH-UnB)

Prof. Dr. Jacques de Novion (CEPAC-UnB) (Suplente)

Ao amigo Alfredo Felix Távora Gonsalves (*in memoriam*),
o mais combatente, combatido dos “amapaenses”.

AGRADECIMENTOS

Para alguns, o momento da escrita de uma tese deixa a sensação de que a vida ficou suspensa. Para mim, foi uma época em que ela pareceu estar em pleno vapor. Quando quis que tudo, realmente, parasse, Lenine não me deixou esquecer que “mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma, até quando o corpo pede um pouco mais de alma, a vida não para não”¹. Então, como não sentir o pulsar da vida nas linhas que seguem esse trabalho? É justamente nesse momento sublime da minha existência que tenho tanto a agradecer, pois não teria conseguido finalizar essa etapa da minha formação profissional sem a ajuda de muitas pessoas, que mesmo quando a solidão da escrita se fez imperativa, jamais deixaram de estar presentes, em cada oração, nos pensamentos de incentivo, nos olhares cheios de confiança, de pequenos gestos de carinho, nesse amor incondicional que sempre me acalentou, que jamais me faltou.

Por isso e por muito mais, agradeço aos maiores parceiros dessa jornada: meu marido William Tavares da Silva e meu sobrinho Max Luan Figueiredo da Silva. E nunca é demais admitir que essas parcerias me deram muito mais do que esperei receber. O William tem sido o meu leitor mais assíduo, o meu ouvinte mais atento, meu admirador incondicional, meu maior incentivador, aquele que acreditou mais em mim do que eu mesma poderia. Obrigada, amor! Max foi meu apoio em casa quando o exercício da escrita me tirava todo o ânimo para cuidar dos afazeres domésticos, mas, antes de qualquer outra coisa, Max é o meu presente de Deus, aquele que veio para preencher minha vida de afeto com sua presença constante, necessária. Com ele, experimento todos os dias o que é viver um amor pleno. Obrigada, filho!

Foi através da história de vida simples e da origem interiorana dos meus pais, José Pereira da Silva e Josefa Leal da Silva, que descobri o desejo de pesquisar sobre a história do lugar em que nasci. Suas trajetórias de vida se cruzam com as diversas outras histórias de personagens contidos ao longo desse texto. Meu pai foi, como recordou o escritor e memorialista Amiraldo Bezerra (2008), *um dos braços fortes e vigorosos* que ergueram centenas de casas de madeira para os moradores

¹LENINE e Dudu FALCÃO. Paciência. In: LENINE. *Na Pressão*. Brasil, Sony BMG, 1999. (CD).

de Macapá. Minha mãe foi uma das muitas professoras que ajudou a minimizar o alto índice de analfabetismo das populações que viviam em terras amapaenses, em meados dos anos 1970. Porém, mais do que protagonistas da minha escrita, meus pais têm sido meus guardiões, a quem devo a existência feliz e a leveza que a vida tem me proporcionado. Através deles aproveito para agradecer aos demais interlocutores desse texto, homens e mulheres que ajudaram a construir o “Amapá” em que vivemos.

Nessa coexistência familiar cercada de amor, agradeço também aos maiores amigos dessa jornada e de todas as outras: meus irmãos Patrícia, Marco, Luiz, José e Fernanda. Nessa parceria alegre e companheira, que se iniciou ainda na infância e que se manteve na maturidade, tive a certeza de que tenho amigos leais para toda a vida. Assim, os afins quando se uniram aos “Leals”, fortalecerem nossos laços. Grata, portanto, aos “sobreviventes”, os cunhados Alício, Nilda e Mylian e a pretendente Daiana. Que se mantenham firmes! Também sou muito agradecida aos demais sobrinhos Victor Luyan, Vinicius Ruan, José Mateus e minha sobrinha Maria Luíza, que chegou quando estava finalizando esse trabalho, renovando nossa existência e esperanças. Vocês são os meus acalantos da ausência da maternidade. Com vocês e por vocês fui/sou muito mais do que mãe!

Finalmente, aproveito a oportunidade para agradecer à professora Albene Menezes por ter aceitado me orientar e por compartilhar sua rica experiência de pesquisadora. Suas orientações precisas foram a luz e a calma que precisava. Um agradecimento todo especial à professora Lucília Almeida Neves Delgado que, com sua presença amiga, tornou-se mais que uma referência profissional. E meus sinceros agradecimentos ao professor Francisco Bento da Silva, o acreano, que talvez sem saber, depois da qualificação, tornou-se meu maior interlocutor. Dessa relação, que vejo mais como unilateral, saí ganhando com toda a certeza.

Grata também aos amigos de ofício e de vida, com quem compartilho a paixão pela história e grandes momentos de trocas e amizades: Eliane Leal Vasquez, Verônica Luna, Cecília Brito, Andrius Noronha, Adrianna Setemy, Dorival Santos, Lourdes Vulcão, Edgar Rodrigues, Júlia Monnerat e Adriana Meire. Essas duas últimas amizades cresceram juntas com a escrita desse texto e foram a leveza e a paz nesses tempos de dureza. Aos colegas de doutorado, que suavizaram a

frieza que a cidade projetada para ser a capital do país transmite ao forasteiro (como assim me senti, muitas vezes, em Brasília). E por fim, à Leticia, a gaúcha que desbravou Brasília para mim e a tornou mais tangível e acolhedora. Muito obrigada, amiga!

Também faço uma referência aos demais colegas, ainda não citados, da Comissão Estadual da Verdade do Amapá: Izabel, Leonil e Everton. Foi sem dúvida, a incansável busca pelo estabelecimento da memória, verdade e justiça das vítimas da Ditadura Militar brasileira, através da experiência amapaense, que me abriram os horizontes de pesquisa.

Para finalizar, não poderia deixar de agradecer aos meus alunos e alunas, aqui representados em dois deles, Aline e Leonil, que tive o prazer de orientar durante o doutoramento e escreveram dois lindos textos sobre a historiografia local. Vocês são a certeza que os meus esforços de pesquisadora e de docência jamais serão em vão.

Ao Guairacá Nunes, desejo todo o amor dessa vida. Obrigada, amigo!

As donas “Dores”, que não cessaram, venci!

*Urge a história local,
da periferia,
das margens,
das bordas,
da invisibilidade!*

RESUMO

Esse estudo analisa a história da formação e da multidimensionalidade do Território do Federal do Amapá, desde a sua criação em 1943 até a sua emancipação, quando foi instituído o Estado de mesmo nome, em 1988. Avaliadas são as motivações do governo federal e dos representantes do poder local na tomada de decisão para constituir o Território Federal e a sua trajetória até sua autonomia como ente federativo. O Amapá foi projetado, assim como os demais Territórios Federais, para fomentar o desenvolvimento econômico, combater focos de desnacionalização, e no seu caso específico, para garantir a proteção da fronteira norte, à época uma das regiões consideradas críticas para o país. A abordagem do tema foca na implantação e efetivação da administração territorial, formação do aparato institucional e de justiça, criação de municípios, nos elementos simbólicos e representativos da sociedade amapaense e na sua emancipação política. Considerados são, também, aspectos da recepção da política territorial pela sociedade local, particularmente por parte dos jovens, primeira geração de amapaenses, durante o período da ditadura civil-militar. A questão norteadora da linha de abordagem interpela como o Estado brasileiro administrou a permanência do Amapá Federal, ao longo desses diversos momentos em que a república brasileira passou por transformações significativas na sua condução política-administrativa. Aventou-se como hipótese investigativa, a compreensão de que o Amapá foi sendo administrado conforme as demandas vigentes, sem que houvesse, claramente, uma definição acerca do conteúdo jurídico e administrativo a ser implementado, para que se atingisse o desenvolvimento econômico que pudesse favorecer sua estadualização. Dão substrato à contextualização e à narrativa sobre o tema fontes de origem federal e local, tais como legislação, periódicos, livros, depoimentos orais, panfletos, letras de música e poesias. O escopo interpretativo transita entre as premissas da chamada história nacional e história regional/local. A tese conclui que ao longo da administração territorial, a dinâmica da sociedade local conseguiu fazer do Amapá das vésperas da emancipação política uma comunidade imaginada, com todos os seus símbolos e representações.

Palavras-chave: Território do Amapá. Administração territorial. Território imaginado.

ABSTRACT

This research analyzes the history of the formation and multidimensionality of the Federal territory of Amapá, since its inception in 1943 until its emancipation in 1988, when the State with the same name was created. The study evaluated the motivations of the Federal Government and local representatives in decision-making to constitute the Federal territory and its trajectory until its autonomy as a federal entity. Amapá was designed, like other federal territories, to promote economic development, fight outbreaks of denationalization, and in its specific case, to ensure protection of the northern border, one of the regions considered as most critical for the country at that time. The approach of the theme focuses on the implementation and completion of the territorial administration, training and institutional apparatus of Justice, creation of the municipalities, in symbolic and representative elements of the Amapá society and its political emancipation. Aspects of territorial policy for the local society, particularly of young people, the first generation of Amapá, during the period of the civil-military dictatorship were also considered. The guiding question of the approach line challenges how the Brazilian Government administered the permanence of Federal Amapá, throughout these various stages in which Brazil has undergone significant transformation in its political-administrative conduction. The investigative hypothesis was the understanding that Amapá had been administered in accordance with the existing demands, without a clear definition about the legal and administrative contents to be implemented in order to attain economic development that might encourage its conversion in a State. Federal and local sources subsidized the contextualization and narrative about the theme, such as legislation, scientific journals, books, pamphlets, oral testimonies, song lyrics and poetry. The interpretive scope transitions between the premises of the so-called national history and regional/local history. The thesis concludes that along the territorial administration, the dynamics of local society managed to make Amapá, on the eve of political emancipation, an imagined community, with all its symbols and representations.

Keywords: Territory of Amapá. Territorial administration. Imagined territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

(Anexos)

IMAGEM 1 – Mapa do Território Federal do Amapá em 1942.....	372
IMAGEM 2 – Organização do quadro administrativo do Território Federal do Amapá em 1943.....	373
IMAGEM 3 – Reportagem referente ao 5º aniversário de instalação do Território Federal do Amapá.....	374
IMAGEM 4 – Charges de Ivanhoé Martins logo que foi nomeado governador do Amapá.....	375
IMAGEM 5 – Charges do mapa do Amapá amordaçado, representando a censura à imprensa durante a ditadura civi-militar.....	376
IMAGEM 6 – Bandeira do Estado do Amapá.....	377
IMAGEM 7 – Brasão de Armas do Estado do Amapá.....	377
IMAGEM 8 – Acordo de Aliança Democrática (pág.1).....	378
IMAGEM 9 – Acordo de Aliança Democrática (pág.2).....	379

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Participação dos grupos no orçamento familiar e variação percentual acumulada do Índice do Custo de Vida da cidade de Macapá – 1985-1986..... 291

TABELA II – Matrícula no início do ano no ensino de 1º grau, por dependência administrativa no território federal do Amapá e município de Macapá – 1985-1986..... 294

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A GÊNESE DO TERRITÓRIO.....	38
1.1 A República com Territórios.....	52
1.1.1 <i>Acre, território incorporado</i>	57
1.1.2 <i>Os novos Territórios Federais</i>	63
1.2 A invenção do Amapá territorial.....	75
CAPÍTULO II – O TERRITÓRIO IMAGINADO.....	87
2.1 Os municípios territoriais inventados.....	91
2.2 <i>“Tudo Estava por Fazer”</i> : a implantação da administração territorial.....	109
2.3 À Margem das Leis: a administração territorial amapaense.....	126
CAPÍTULO III – O TERRITÓRIO MILITARIZADO.....	163
3.1 A reforma administrativa dos Territórios Amazônicos.....	168
3.1.1 <i>Justiça nos Territórios: o caso amapaense</i>	194
3.2 <i>“Amapá, Terra dos Jovens”</i> : a primeira geração de amapaenses.....	204
3.3 <i>“O Povo todo Enjoo do Capitão”</i> : o Amapá sem Janary.....	225
CAPÍTULO IV – O TERRITÓRIO EMANCIPADO	253
4.1 Os municípios territoriais amapaenses às vésperas da emancipação política.....	281
4.2 <i>“Efetivamente Barcelos”</i> : o último governo territorial.....	296
4.3 <i>“O Futuro é Agora”</i> : de Território à autonomia política.....	323

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	340
POSFÁCIO.....	346
REFERÊNCIAS.....	348
ANEXOS.....	371

INTRODUÇÃO

Jeito Tucujú
(Joãozinho Gomes e Val Milhomem)

*Quem nunca viu o Amazonas
Nunca irá entender a vida de um povo*

*De alma e cor brasileiras
Suas conquistas ribeiras
Seu ritmo novo
Não contará nossa história
Por não saber e por não fazer jus
Não curtirá nossas festas tucujú
Quem avistar o Amazonas nesse momento
E souber transbordar de tanto amor
Esse terá entendido o jeito de ser do povo daqui
Quem nunca viu o Amazonas
Jamais irá compreender a crença de um povo
Sua ciência caseira
A reza das benzedeiças
O dom milagroso.*

A citação acima, de composição de dois artistas amapaenses, foi interpretada pela cantora Patrícia Bastos² na abertura da sessão solene especial comemorativa aos 68 anos de criação do Território Federal do Amapá, ocorrido no dia 13 de setembro de 2011, no Senado Federal³. O evento, ao ser rememorado pelo discurso político de seu proponente, o senador pelo Amapá Randolfe Rodrigues, a época do PSOL, remete-nos à criação oficial desse Território Federal como um momento que se requer inaugural, fundador de uma vertente interpretativa desse acontecimento, bastante recorrente no imaginário social amapaense.

O nascimento do Amapá, como um dos mais jovens integrantes da federação brasileira, está inserido na experiência dos Territórios Federais no contexto político

² Patrícia Bastos é cantora, nascida em Macapá. Sua atuação musical foi premiada em maio de 2014, no 25º Prêmio da Música Brasileira, como melhor disco regional e cantora regional, além de ter sido reconhecida no exterior após a turnê em Portugal, em novembro do mesmo ano.

³ Ao discursar no referido evento, Randolfe Rodrigues enfatizou: “hoje é a data magna de nossa terra, conforme estabelece o art. 355 da nossa Constituição Estadual. O Amapá celebra hoje o 68º aniversário de sua separação do Estado do Pará e constituição como Território Federal”. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/389788>. Acesso em: 5 maio 2014.

brasileiro. Sua criação ocorreu através do Decreto-Lei nº. 5.812⁴, de 13 de setembro de 1943, que também criou os Territórios Federais Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu, de partes desmembradas, respectivamente, dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Da sua criação de Território Federal até a transição para Estado da Federação, foram percorridos quase 50 anos, inseridos em períodos estudados como distintos pela historiografia brasileira: o Estado Novo; 1945 a 1964, período compreendido como primeira experiência democrática; a Ditadura Militar; e, a Nova República.

Vale ressaltar que os cinco Territórios Federais, citados acima, foram criados em plena Segunda Guerra Mundial, quando o mundo vivenciava o acirramento das ideias nacionalistas, com forte apelo ao emocional e simbólico como elementos definidores da nacionalidade. E foi com base nesse amplo apelo nacionalista que o Brasil se redividiu para a criação de novas unidades político-administrativas, sob o controle direto do governo federal, e suas origens justificadas como regiões estratégicas para o país, tendo em vista a intensificação da ocupação de áreas fronteiriças cobiçadas por países vizinhos, como por exemplo pela França, no caso do território amapaense.

Os Territórios Federais foram projetados como fomentadores de gestão para oferecer subsídios capazes de fomentar o desenvolvimento econômico e combater focos de desnacionalização, em regiões consideradas críticas para o país, tendo como etapa final suas transformações em Estados-membros. No caso do Amapá, seus objetivos também visaram garantir a proteção da fronteira norte do país, e atender, através da conciliação, aos interesses de uma elite regional e local que reivindicavam uma atuação política mais efetiva para essas regiões, com a manutenção e aquisição de novos privilégios, buscando ao mesmo tempo garantir as pretensões intervencionistas do governo federal sobre essas áreas.

Segundo nos orienta Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 19-20): “os homens inventaram a História através das ações e de suas representações”. O termo invenção pode tanto significar a busca de um tempo de fundação ou de

⁴ BRASIL. (Capital Federal). Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente.

origem, como o instante de fabricação de algo novo, remetendo, conseqüentemente, a um tempo de ruptura, a algum evento humano novo. A criação do Território Federal do Amapá foi um desses “tempos” de invenção humana, em que se buscou, através da desconstrução e desqualificação de todo um modo de vida ali existente, a fundação de um momento inaugural, de um novo começo. Esse instante fundacional produziu nos homens e nas mulheres que habitavam as terras da antiga Capitania do Cabo Norte⁵ também um tempo de euforia, de esperança e de confiança depositadas no poder público, ator político ainda estranho para uma boa parte daquela população. O Amapá, do tempo do Território, parecia deixar para trás o atraso, o abandono, o marasmo, o analfabetismo, as epidemias tropicais e a invisibilidade. Os anos passaram e o tempo de ruptura deu lugar a outro: o da permanência. Os Territórios Federais, criados como justificativa de oferecer condições necessárias para que regiões antes despovoadas e fragilizadas pela precariedade do poder público, pudessem fazer a transição tranquila para Estado, são exemplos dentro da República brasileira de experiências malsucedidas nesse sentido.

Passei a interrogar: quais os interesses que determinaram a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e a do Estado, em 1988? Como o Estado brasileiro foi administrando a permanência do Amapá Federal, ao longo desses diversos momentos em que a República brasileira passou por transformações significativas na sua condução político-administrativa? Quais os interesses que mantiveram sua permanência por quase cinco décadas e sua extinção depois desse período? Como a experiência territorial foi determinante ou não na criação do Estado do Amapá, em 1988?

Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas* (2008), leva-nos a refletir que mais do que inventadas, nações são imaginadas e se constituem objetos de desejos e projeções. A nação é *imaginada*, como nos lembra Anderson (2008, p. 32), porque “mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais

⁵ A capitania do Cabo Norte – ou Cabo do Norte – corresponde ao atual Estado do Amapá. Por volta de 1616, com a fundação do Forte do Presépio, a região foi conhecida por esse nome. Não há nenhuma prova material de quando, realmente, a região se tornou Capitania; sabe-se que, em 1637, foi doada a Bento Maciel Parente, militar e desbravador português, que prestou serviços de defesa do Território ainda em formação, do Estado do Maranhão e Grão Pará. Fonte: MORETTI, Luiza. “**Cabo Norte**”. In: BiblioAtlas – Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/biblioatlas/Cabo_Norte. Acesso em: 20 abr. 2014.

conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles”. Para o autor, tanto a nacionalidade (ou a condição nacional), quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos, que dispõem de uma legitimação ao apelo emocional profundo, que faz com que, independentemente das limitações, desigualdades e da exploração afetivas que existam dentro de uma nação, seja sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal. Afirma Anderson (2008, p. 34): “no fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se se disposto não tanto a matar, mas sobretudo morrer por essas criações imaginárias ilimitadas”; portanto, uma nação existe quando muitas pessoas se consideram uma nação. Pode-se dizer que as “amnésias” do nacionalismo, difundidas pelos ideais de progresso de que é possível começar de novo, encontrou no Amapá, do tempo de “invenção” do Território, um campo promissor de expansão da nação moderna.

A adoção de perspectiva de análise histórica, que considerou toda a vigência do Território Federal do Amapá, permitiu perceber traços de continuidades de uma política territorial que vigorou durante toda a sua permanência, com reminiscências no presente, mas, como decorreu de uma política nacional, não pode ser compreendida sem que se faça uma relação de forma mais abrangente com a experiência republicana brasileira. Portanto, por política territorial, a defendo, não como mero termo que se reporta a caracterizar governos típicos de Territórios Federais, mas enquanto constitutiva de um modelo de governabilidade que dialogou constantemente com o poder central e com o poder territorial. Esse modelo se formou, conforme definiu o jurista e político acreano Océlio de Medeiros⁶, a partir de uma grande concentração do poder presidencial nessas regiões, e, ao mesmo tempo, em razão do enfraquecimento natural da própria linha de subordinação, decorrente das condições internas, adquiriu certo grau de *auto-administração*. Segundo Medeiros (1944, p. 100-102): “trata-se, desse modo, de centralizações

⁶ Océlio de Medeiros pode ser considerado um grande estudioso das questões territoriais do Brasil. Acreano, o advogado desempenhou várias funções administrativas nesse território. Foi escolhido pelo governo Vargas, no final dos anos 1930, para elaborar teses sobre a questão territorial brasileira as quais foram submetidas à Conferência dos Interventores do Norte, que acabou por despertá-lo para os estudos dos problemas da territorialidade brasileira, sobretudo nas regiões afastadas do grande centro político brasileiro. Grande parte desses estudos está reunida nas obras: *Territórios Federais* (1944) e *Administração Territorial (Comentários, subsídios e novas leis)* (1946).

desconcentradas, que obedece a todas as etapas do processo centralizador [...] definido como um regime especial de autonomia administrativa”⁷.

No entanto, para Medeiros, que faz uma análise jurídica dessa estrutura territorial, tratava-se de uma entidade não autônoma sob a linha de subordinação, coordenação e controle do executivo central, mas que em razão da impossibilidade de seu administrador concede, paralelamente, a outra pessoa uma estreita competência, em um limitado poder de autoadministração. Portanto, na visão do autor inexistia propriamente um governo nos Territórios, considerando que a entidade territorial não constituía um autogoverno e, sim, era constitutiva do Estado brasileiro.

Porém, a autoadministração, a qual Medeiros se refere, sinaliza para uma questão fundamental, pois mesmo se tratando de um modelo de gestão direta da União, precisa ser compreendida a partir da lógica do seu interior, uma vez que existe sempre uma distância – que não pode ser desprezada – entre o que pensa o legislador e o que se executa. Desta forma, o mecanismo de poder delegado as essas entidades administrativas permitiu o estabelecimento de uma prática política sedimentada em uma forte base autoritária, com a prevalência do executivo, marca bastante presente na cultura política republicana brasileira, mas que, nos Territórios, assumiu contornos próprios.

Sendo assim, parece pertinente questionar a “autonomia” vista apenas pelo viés da formalidade “legal”, pois foi também na “ausência” dessa (e não foram exceções) que o “Território” se fez; o que implica perceber que nem sempre as explicações para o fazer humano estão na “superfície”. É preciso, conforme nos orienta Paul Veyne em *Foucault revoluciona a história* (1998), buscá-la na parte oculta do *iceberg*, naquilo que não está aparente, mas que está lá; “não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas” (VEYNE, 1998, p. 248). Para vê-las, Paul Veyne (1998, p. 252) lembra que Foucault “nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito”. Para Foucault,

⁷ Em 1942, Océlio de Medeiros realizou uma densa pesquisa, tomando como exemplo a experiência do Acre, com o objetivo de subsidiar o Decreto-Lei 5.812. Publicado dois anos depois, com o título de *Territórios Federais*, não chegou ao conhecimento dos idealizadores do DL. Escrito no calor dos acontecimentos, sua obra fornece elementos fundamentais para se pensar a questão da estrutura jurídica e administrativa dos Territórios Federais.

a verdadeira explicação para a história está no que convencionou chamar de *prática* ou *discurso* que se expressa naquilo que foi feito e no que foi dito.

Logo, essa pesquisa intencionou compreender, a partir da experiência amapaense, como o Estado brasileiro foi conduzindo a existência do Território Federal dentro do sistema republicano, adotando a mesma perspectiva apontada por Adrianna Setemy em sua tese de doutorado, defendida em 2013, intitulada “Sentinelas das Fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)”, segundo a qual “o funcionamento das lógicas institucionais não está submetido à mesma periodização que serve para definir o início e o fim dos regimes políticos” (SETEMY, 2013, p. 12). O que implica dizer que os Territórios Federais seguiram uma trajetória particularizada dentro do sistema republicano brasileiro, a saber: a decisão de manter uma estrutura político-administrativa com muitas anomalias e distorções.

Se, em um primeiro momento, pretendi examinar, no contexto de vigência do Território Federal do Amapá, entre os anos de 1943 a 1988, a típica experiência dentro da República brasileira, de um modelo político-administrativo que ficou conhecido nos inúmeros documentos oficiais do Estado brasileiro como “Administração Territorial”, partindo da compreensão de que o Amapá Federal (umas das sínteses desse modelo) derivou-se de um processo longo, gestacionado ainda no período pós-independência, mas que se consolidou como uma das muitas formas de legitimação do Estado-Nação, inaugurado no Brasil pelo projeto pós-1930. Com o decorrer da pesquisa, como sua criação foi sendo justificada como etapa transitória para que assim fosse criado o Estado, acabei estendendo esses objetivos para buscar compreender, também, como foram sendo criadas as condições objetivas e subjetivas para que isso ocorresse, e se, ao final dessa jornada de quase 45 anos, o Amapá Federal teria levado, conseqüentemente, a emancipação política da região, em 1988, como pretendido.

Para tanto, aventou-se como uma das hipóteses investigativas a compreensão de que o Amapá foi sendo administrado conforme as demandas vigentes, que iam surgindo ao longo do percurso, sem que houvesse, claramente, uma definição acerca do conteúdo jurídico-administrativo a ser implementado, e de um planejamento direcionado para que se atingisse o desenvolvimento econômico e

autônomo da região, através de alianças conciliatórias nem sempre claras, entre uma elite política local e outra nacional. Por outro lado, a ausência de um planejamento e de uma política governamental mais efetiva para essas regiões favoreceu a prática do improvisado, da exacerbação da autoridade e da centralização política, ao ponto de ampliar o grau de atuação das representações administrativas territoriais para muito além de suas funcionalidades. Assim, o tratamento dispensado ao Amapá pelo Estado brasileiro, com exceção dos anos finais do Território Federal, quando se passou a defender que a administração territorial ao invés de possibilitar o desenvolvimento a emperrava, seguiu um direcionamento muito aproximado ao longo de sua existência. Mesmo em momentos de grande abertura política, ainda eram vistos com o mesmo fundamento de sua origem como lugares em que a defesa do território imperava sobre as necessidades da população.

Também, levantou-se como hipótese investigativa que o quadro descrito para a realidade amapaense, que sustentou os fundamentos que justificaram a criação do Território Federal do Amapá – de que não era possível a autonomia política sem a conquista da autonomia econômica – ainda permaneciam, praticamente, inalterados, no início dos anos 1990, quando da sua transição para Estado da federação, o que indica que a autonomia política não se deu em razão do seu amadurecimento econômico, como assim defenderam os idealizadores do projeto que originou o Decreto-Lei nº 5.812/43, atendendo mais aos interesses imediatos de uma elite local que via na sua estadualização possibilidades de aquisição de novos cargos públicos e eletivos.

Do ponto de vista nacional, no fim da década de 1980, os Territórios Federais já não eram vistos com o mesmo interesse de quando de suas criações, além de honorarem significativamente os cofres públicos. Contudo, mesmo não pretendendo inquirir o momento pelo qual o Amapá se tornou Estado, mas os antecedentes desse processo, analiso que sua emancipação, em 1988 – que decorreu de uma medida constitucional –, não deixou de representar uma conquista pela autonomia política, mesmo que essa conquista não tenha significado aquela pretendida, mas a possível.

Se por um lado, economicamente o Amapá político-administrativo não apresentava condições autossuficientes para se manter quando o Estado foi criado, em 1988, da perspectiva regionalista o Amapá mostrava reunir os elementos

identitários que o fazia se diferenciar enquanto entidade autônoma, fator importante na individualização de qualquer unidade federada. Nesse ponto, pareceu-nos um campo instigante de estudo a constatação de que o projeto Amapá-Estado, implantado, primeiramente, a partir da perspectiva do Território Federal, pareceu-nos vencedor nesse aspecto ao suscitar na sociedade, através de ações e de propaganda governamental, um sentimento de se “ver amapaense”, mesmo compreendendo que isso fez parte de um processo muito mais longo e complexo, que envolve todo um modo de vida ali instituído muito antes de se pensar o Amapá como unidade político-administrativa.

Daí porque passou a ser fundamental evidenciar, também, como as pessoas que não fizeram parte diretamente do campo político de decisão, mas que já residiam em território amapaense antes de 1943, ou que migraram para a região após o Decreto-Lei 5.812 atraídos pelas promessas promissoras que surgiram a partir dos novos horizontes de perceptivas com a criação de uma nova unidade política no país, foram construindo suas próprias percepções e táticas de sobrevivências nesse período.

Portanto, se um Amapá político-administrativo, que surgiu pós 1943, foi produto de um amplo diálogo com vários projetos políticos vigentes no Brasil ao longo desses quase 45 anos de existência do Território Federal, o Amapá, que mais tarde conquistará status de unidade federada autônoma, é decorrente de um processo social muito mais complexo, instaurado na região desde seus primórdios que envolvem sentimentos de identidade e de pertencimento, e de re(criação) de novos laços comunitários e identitários.

O termo *território* remete a uma variedade de interpretações conceituais e, mesmo com todas as contradições e indefinições de sua natureza jurídica como ente federado, vale destacar que aqui foi empregado no seu sentido político, ou seja, enquanto instituição político-administrativa dotada de personalidade jurídica. Entretanto, como demonstrou Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder* (1993), apesar de se confundirem entre si, espaço e território não são conceitos equivalentes. O primeiro antecede ao segundo, isto é, o território se forma a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, cujas intencionalidades e comportamentos,

nas diferentes maneiras, tempos, dimensões e intensidades estão fortemente marcadas pelo poder; “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

É bem verdade, como destacou Raffestin (1993), que as organizações políticas procuram subdividir e recortar o território para melhor controlá-lo, mais como forma de representá-lo do que para, realmente, dividi-lo, pois o Estado busca unidade e uniformidade, e substitui a diversidade pela generalidade. Assim, é da lógica do Estado construir uma retórica de diversidade, uma vez que a região não está ausente de suas preocupações, mas como algo dito e não vivido. Trata-se de uma dupla estratégia situada em planos diferentes: a política dita é regional e a política não dita é a-regional (RAFFESTIN, 1993). Há, portanto, uma antinomia entre a vontade com a ação do Estado, de um lado, e a aspiração a uma vida regional, de outro, na qual a região aparece mais como prática de discurso do que como prática.

Para Raffestin, não há política somente no Estado, pois o poder existe em toda forma de organização. O território se apresenta nessa perspectiva como a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido pelos atores que o (re)definem constantemente, cotidianamente, nas mais variadas intensidades e ritmos, e deve ser compreendido em sua multidimensionalidade, uma vez que sua essência é social e, portanto, suas dimensões são, ao mesmo tempo, política, econômica, cultural e, também, de natureza imbricados pela historicidade e pela conflitualidade inerentes a toda esfera do corpo social.

Desta forma, tomando como reflexões o sentido empregado por Raffestin para “território”, procurei analisar esse Amapá que se organiza como unidade política subdividida do Pará, em 1943, tomando como ponto de partida, sem desprezá-lo, não exatamente o “território”, mas as relações históricas e sociais ali estabelecidas. Uma análise mais focada nas ações dos atores, ou seja, um lugar de existência comum e de ação coletiva, enquanto “território” em que diversos homens e mulheres vivenciaram um tempo plural e singular, real e imaginário, paradoxal e harmonioso, lento e veloz, desconexo e conciliável.

Nesse sentido, a região emerge como ponto central na análise, em um duplo sentido: como desconstrução desse discurso regional não dito e desse espaço representado; e outro focado nas ações concretas dos atores envolvidos nessa

trama. A narrativa centra-se, então, nos micros espaços, em uma comunidade local fragmentada de uma comunidade nacional, mas interligada a ela. Nesse ponto, é imprescindível o reconhecimento de que a história regional/local contribui de forma decisiva para o conhecimento de uma história nacional. Sem esse conhecimento regional e local, a história nacional estaria fadada a generalizações e cada vez mais distante de uma escrita da história que considere que o fazer humano é múltiplo e diverso.

Deve-se mencionar a história regional/local ao aproximar ainda mais o historiador de seu objeto de estudo e, ao trazer à luz uma narrativa que incorpora fenômenos históricos da região, de estados, de municípios ou de localidades, tem aberto novos caminhos e novos temas de pesquisa, contribuindo para uma renovação e um avanço do saber histórico, bem como para a inclusão de espaços antes relegados a um segundo plano ou ao esquecimento – que também são importantes para se compreender o todo. Ambas, a história regional e a local, como considera Erivaldo Fagundes Neves (2002), constituem-se em uma proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente em um território, conscientemente integradas por afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, econômicas e culturais, em constantes interações internas e articulações exteriores na perspectiva da totalidade histórica, como meio de se alcançar o conhecimento de viveres e saberes inatingíveis por outras abordagens sistêmicas ou genéricas.

Tanto a *região* quanto o *local* são categorias de análise socialmente construídas, e como tais são portadoras de sentidos que revelam uma diversidade de características específicas dos viveres e saberes ali praticados, mas não dissociados das relações com a totalidade histórica. Portanto, compartilho da visão de que não há como se escrever uma história nacional sem esse conhecimento da história regional/local. Ao apreender o tempo social, ou seja, realmente vivido por uma localidade, onde as experiências são particularizadas daquelas comumente estudadas pela história nacional ou global, em um mesmo contexto histórico, outros aspectos da experiência nacional, antes não observados, passam a ser evidenciados. Como afirmar Janaína Amado (1990, p. 4): “a historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional, lida com as diferenças, com a multiplicidade.

[...] tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado”; por isso, não é pretencioso afirmar que esse estudo, que parte de uma perspectiva local, poderá contribuir para a compreensão da difícil tarefa de se estudar a experiência República brasileira e seus desdobramentos em “territórios”, pouco estudados pela historiografia reconhecidamente nacional.

Uma reflexão histórica do Amapá federal, em uma temporalidade que abranja toda sua existência, poderá ajudar não só na compreensão dos elementos que mantiveram a permanência dessas unidades administrativas em um período tão longo, como também para desvendar mais um dos capítulos da história da República brasileira pós 1930, considerando que, com exceção do Acre que nasceu da anexação de território estrangeiro, os demais foram criados através do desmembramento de território durante o Estado Novo, em pleno período ditatorial. Como já mencionado, sobreviveram durante quase meio século de experiência republicana, observados os desdobramentos dessa política em cada território, uma vez que as unidades territoriais criadas pelo Decreto 5.812 seguiram temporalidades e trajetórias distintas – com exceção do Amapá e de Roraima, os demais tiveram permanências mais curtas. Dessa forma, ao estudar a experiência particularizada do Amapá, acabei por considerar, também, a experiência dos demais Territórios Federais, pois, parafraseando o historiador de *Nenhuma ilha é uma ilha*, Carlo Ginzburg (2004), nenhum “território” é um “território”, isolado, há sempre conexões que o sustentam, relações que o desmancham.

Alguns poucos estudos, em âmbito regional e local, sobre a temática e a problemática aqui levantadas subsidiaram e ajudaram a pensar essa pesquisa, seja pela contribuição conceitual e histórica, seja como referenciais para se apontar outras perspectivas de análise, das habitualmente abordadas. Observou-se que das raras pesquisas que versam sobre Estados amazônicos que nasceram de Territórios Federais na contemporaneidade, a maioria concentra-se nas áreas da geografia, da economia e da ciência jurídica. Apesar de buscarem se apropriar, também, da análise histórica como fio condutor, a maioria parte de abordagens que pouco ou nada valorizam a ação concreta dos atores envolvidos nas tramas que se quer elucidar. Das publicações de grande fôlego que tratam sobre o tema, o federalismo é a temática que mais tem merecido atenção dos pesquisadores.

A tese de doutorado *Territórios Amapá: principais transformações econômicas e Institucionais – 1943 a 2000*, de Jadson Porto (2003), que trata do período do Território Federal até a sua estadualização, que segundo o autor só ocorreria em 2000, é representativa desse tipo de abordagem. A partir do caso particular do Amapá, e com enfoques mais voltados para a geografia e a economia, o autor analisa como o Estado brasileiro foi gerenciando a questão dos Territórios Federais seguindo a mesma linha interpretativa apontada por Océlio de Medeiros, nos anos 1940. O mérito do autor talvez tenha sido o de contribuir de forma significativa, a partir de uma leitura macro, para se compreender não só a experiência amapaense mais a dos demais Territórios Federais dentro do federalismo, em especial os que foram criados na Amazônia. Todavia, como a análise está mais centrada no espaço e na exploração econômica desse espaço, sem considerar a ação dos atores como construtores das ações ali realizadas, o Amapá se torna ator central da trama, mais como mero receptor das ordens emanadas pelo governo federal e das vontades da exploração do capital privado na Amazônia. Além disso, ao estudar o período do Território Federal e a estadualização amapaense, o autor os compreendeu como fruto de processo natural e evolutivo, sem problematizar a questão e estabelecer uma relação entre ambos, analisando-os como coisas separadas, ou seja, o Amapá deixou de ser Território Federal e se tornou Estado quase que de forma automática na análise.

Ainda dentro do campo da geografia e seguindo uma abordagem semelhante à de Porto no que tange a uma relação mais dissociada do espaço e dos atores sociais, *Políticas Públicas e Administrativas dos Territórios Federais do Brasil*, de Luiz Aimerê Soares de Freitas, publicado em 1991, que tem como foco central a experiência territorial de Roraima (recém transformada em Estado), trata de uma pesquisa de vanguarda por ter sido a primeira a inquirir sobre a problemática dos Territórios Federais dentro do sistema republicano brasileiro de forma mais substancial. Sustenta o autor que a criação dos Territórios Federais brasileiros foi uma medida de integração, resultante do processo de ocupação da terra, de povoamento e de defesa de regiões estratégicas para o país; porém, critica a ausência de planejamento e de políticas públicas específicas para essas unidades administrativas como aspecto de estrangulamento e insucesso do programa que os

criou. Para ele, movidos pelo paradigma técnico-burocrático-militar e pelo improvisado, os “planejadores” – embora desejassem – não avançaram em termos de políticas de desenvolvimento para a Amazônia, pois a região era vista apenas como área de Segurança Nacional e refúgio insustentável para migrantes de outros lugares do país. No entanto, como o autor publica esse estudo logo após a criação do Estado de Roraima, acaba não aprofundando a questão da criação deste Estado. Conclui o autor: “os Territórios são transformados em Estados após 47 anos, sem que estejam aptos a tal, pela simples constatação da não formulação de um Planejamento Estratégico para os Territórios, quando de sua criação” (FREITAS, 1991, p. 164).

Das publicações mais recentes, mas que também versa o tema sobre a perspectiva da geografia, a tese de doutorado *Território Federal e Mineração de Manganês: gênese do Estado do Amapá*, de Indira Marques, defendida em 2009, foi talvez a que melhor apresentou uma abordagem social do espaço ao buscar compreender o Amapá não como fruto somente de uma ação externa, mas como parte de uma construção geográfica, histórica e política que possui uma vontade própria, como diz a autora: “o Amapá, vivo, real e humano” (MARQUES, 2009, p.32). Sua forma de pensar o espaço amapaense ajudou a elucidar muitas das questões propostas por esse estudo, sobretudo no que tange a uma reflexão que considere o período territorial não como algo dissociado da formação do Estado, mas enquanto momento em que se construíram as condições objetivas e simbólicas para a conquista da autonomia. Para Marques (2009), Território e Estado são partes da evolução de um mesmo processo histórico-geográfico, com momentos e particularidades próprios. Diria que um ponto de discordância com a autora, diz respeito ao fato de atribuir um papel demasiadamente grande para a ICOMI, não no que tange à consolidação do Território Federal – que aí concordamos –, mas como etapa evolutiva para a criação do Estado, em 1988; penso que a questão é muito mais complexa e o contrário disso. Possivelmente, se a ICOMI estivesse dando lucros para o Estado brasileiro teria ocorrido resistência por parte do poder central no processo de autonomia. Apesar de entender, assim como Marques, que Estado e Território fazem parte de um mesmo processo histórico, que se reportam à formação do Amapá como unidade política, cultural e simbólica, diferente da autora, parto da perspectiva de que a criação do Território Federal, em 1943, não teve como

motivação central a preparação para o Estado, e nem tão pouca que a decisão de o transformar em Estado, em 1988, decorreu, necessariamente, do fato do Amapá já estar consolidado como Território Federal.

Só em âmbito regional, das pesquisas que tomam como referencial teórico e metodológico a reflexão da nova história, é possível localizar estudos que tratam sobre a temática aqui proposta, como por exemplo *Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo do Acre (1921-1964)*⁸, de Francisco Bento da Silva. A experiência republicana tratada pelo autor, apesar de ser particularizada, desnuda, em grande parte, aspectos relevantes de uma política territorial experienciada, também, nos demais Estados que nasceram de Territórios Federais, principalmente no que tange ao autoritarismo – análise central da tese do autor. Para Francisco Bento, o autoritarismo foi a base principal de sustentação de poder dos burocratas e de uma oligarquia que estiveram à frente da administração política durante toda a fase do Acre Federal (1904-1962), “percebendo-o como uma prática originária de um processo longo e duradouro, indelevelmente associado à própria formação política dessa unidade federativa” (SILVA, 2012, p. 19).

Em um artigo intitulado *Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional*⁹, publicado em 2011, elaborado a partir de um levantamento nos arquivos do IBGE, defendi que os vários estudos cartográficos e estatísticos produzidos no final dos anos 1930 sobre os diversos municípios brasileiros, condensados em 1.574 mapas municipais e no censo de 1940, resultaram, pela primeira vez, em um conhecimento populacional detalhado de todos os cantos do país, e reafirmaram a imagem que se tinha do Norte como uma região de grande vazio demográfico e abandonada¹⁰, possibilitando, enfim, a justificativa necessária para o Estado brasileiro propor a redivisão territorial almejada desde o Império, com a criação dos cinco Territórios Federais, em 1943, concentrados em

⁸ Fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 2002, o texto foi revisado e atualizado com a inclusão, no último capítulo, de uma parte escrita depois da defesa quando do contato com o Fundo Documental José Augusto de Araújo, doado pela família do ex-governador do Território do Acre ao CDIH-UFAC, no final de 2003.

⁹ Artigo que integra a coletânea AMARAL, Alexandre et al. **Do Lado de Cá**: fragmentos de história do Amapá. Belém: Açai, 2011.

¹⁰ À época, a fronteira Oiapoque/Guiana era vista como a região mais despovoada do Brasil. Estudos de 1941 realizados por Moacir M. F. Silva (SILVA, 1942), consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, apontavam que, na década de 1940, a densidade das cidades fronteiriças, situadas na região amapaense, era uma das mais baixas do país (SILVA, 2007).

grande parte na Amazônia e todos em regiões fronteiriças. À época, o foco não era exatamente a problemática dos Territórios Federais como etapas transitórias para a criação de Estados-membros, mas o projeto político que foi pensado para esses lugares pelo Estado Vargasista, idealizador e executor do Decreto-Lei 5.812, e como especificamente ele foi sendo posto em prática em território amapaense pelo primeiro governador, Janary Nunes, ao longo de 12 anos de sua gestão.

A análise feita, à época, seguiu uma tendência dos estudos locais sobre esse período histórico, que pouco tem dialogado com a problemática Território e Estado. Essa forma de pensar o Amapá Federal (1943-1988), sem uma preocupação mais direta com a questão da identidade regional e da formação do Estado, tem sido, também, predominante na historiografia regional como um todo. Não que seja obrigatória essa abordagem, mas, no caso particular do Amapá, pode-se afirmar que esse é um campo de estudo não explorado pela historiografia profissional até o presente.

É fato que, desde os anos 1990, com a transformação do Amapá em Estado e com a criação da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, vem surgindo um número significativo de estudos com problemáticas variadas que abarcam o período pós 1943, quando o Amapá se tornou Território Federal. Essa é uma das características dessa historiografia: grande concentração de pesquisas no período contemporâneo, talvez em razão do que o historiador francês Henri-Irinée Marrou apontou em *Do Conhecimento Histórico*, como “caso normal em história contemporânea, em que o investigador sucumbe ao peso dos arquivos acumulados e doravante excessivamente bem conservados” (MARROU, s/d, p. 63). De fato, a maioria da documentação referente aos municípios¹¹ que vão integrar o Território do Amapá, anterior ao Decreto-Lei 5.812, perderam-se ou ficaram sob a guarda do Estado do Pará¹².

Outra característica dessa historiografia é a incidência de estudos que privilegiam o período que o Amapá foi governado pelo paraense Janary Gentil

¹¹ Conforme Decreto-Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943, “a) O Território do Amapá será dividido em três Municípios, com as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão, compreendendo o primeiro todo o Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Pará; o segundo, parte do Município de mesmo nome, daquele Estado; e o terceiro, parte dos Municípios de Mazagão e Almeirim, que pertenciam ao Estado acima referido”.

¹² Até o presente, o Amapá não possui um arquivo público que possa lhe fornecer as condições materiais para que reivindique que essa documentação possa ser transferida do Pará para o Amapá.

Nunes. Além de ter sido o primeiro governador, foi quem mais tempo esteve à frente do poder no Amapá durante a fase territorial, por quase 12 anos; as marcas de sua administração estão presentes em todos os cantos da cidade de Macapá, uma memória que continua em muitos atores que vivenciaram a época. *Da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo – 1943-1970*, de Fernando Rodrigues dos Santos, publicado em 1998, foi a obra precursora dessa historiografia. Voltada para o gênero ensaístico, com enfoque na história política tradicional, Santos, seguindo a mesma lógica aplicada para o *getulismo*, criou o termo “janarismo” para caracterizar o tempo em que o Amapá esteve sob a influência do ex-governador, que, segundo ele, só se encerrou quando Nunes, em 1970, perdeu a reeleição para o terceiro mandato consecutivo, de deputado federal, pela ARENA, para o jovem amapaense Antônio Pontes do MDB. Contudo, uma das questões inquietantes de quando estudei a gestão do primeiro governador do Território amapaense, e que até o presente não foi respondida satisfatoriamente, diz respeito ao momento posterior da deposição de Vargas do comando do país, em 1945.

Dessa forma, no Amapá, no recorte que se inicia com o pós 1945, a administração pública acaba sendo analisada como fruto de uma política Estadonovista, assumindo características aproximadas daquelas apontadas pela historiadora Lucília Almeida Neves para o Brasil do período pós 1930, de “um paternalismo autoritário, implantado em consonância com a concepção tutelar, que se orientava por objetivos simultaneamente modernizantes e conservadores” (NEVES, 1997, p. 95). Portanto, esse período que, conforme delimitação da história política se encerraria em 1964, é, predominantemente, pesquisado pela ótica do Estado Novo na historiografia local, assim como os que se seguiriam ao da Ditadura Militar são pouco ou quase nada pesquisados, corroborando com uma memória que reforça que no Amapá Território a mudança de “regime” transcorreu sem grandes abalos.

Não há como ignorar que o movimento de atualidade da ditadura deve-se, em grande parte, aos impactos duradouros, ainda visíveis entre nós, de uma cultura autoritária que insiste em impregnar as relações sociais, traduzida na democratização incompleta do Estado e da Sociedade. Se por um lado as políticas modernizantes daqueles anos deflagradas pelos militares e os civis apoiadores da

ditadura, implicou em mudanças infraestruturais significativas em algumas cidades do país, principalmente em setores como economia, comunicação e tecnologia, por outro sustentou-se em pilares de desenvolvimento conservadores e autoritários, mantendo e elevando a exclusão de grande parte da população brasileira, e aumentando, conseqüentemente, as desigualdades sociais. Igualmente, pode-se afirmar que essa modernização conservadora acentuou ainda mais as desigualdades regionais existentes, e os Territórios Federais não foram poupados dessa dinâmica com a permanência e a consolidação de um modelo assentado na dependência política e econômica e no extrativismo das riquezas minerais e naturais, ainda pouco estudados.

A maioria das pesquisas que versa sobre esse tema na atualidade, que toma como pressuposto teórico e metodológico a história, fica mais evidente quando percebida a partir do “estudo das bordas”, ou seja, centra-se mais em períodos e locais particularizados referentes a fase territorial e não exatamente na temática em si. Assim, mesmo reconhecendo os avanços já sentidos nos estudos que surgiram a partir daí, como nos lembra Marrou (s/d, p. 71): “a história é um desporto para idade madura”, uma historiografia que eleja como objeto central de análise a formação de Estados que surgiram de experiências de Territórios Federais, ainda necessita amadurecer. Daí porque, talvez, um estudo que amplie esse foco para todo o período de existência do Amapá Federal, possa ajudar a abrir novos caminhos de análises históricas.

Uma possível explicação para essa reduzida representatividade do tema, dentro da produção historiográfica do presente, talvez possa estar em explicações fornecidas para a pouca incidência de pesquisas no período que se convencionou chamar de “*história do tempo presente*”¹³, pois entre os historiadores brasileiros

¹³ Segundo Ferreira e Delgado (2013), a História do tempo presente constitui um campo científico singular pela sua própria definição que, para alguns historiadores como François Bédarida, tem como característica básica a presença de testemunhos vivos que podem vigiar e contestar o pesquisador, em razão de terem estado presente no momento do desenrolar dos fatos. Sendo assim, com base nesse argumento, a História do tempo presente teria balizas móveis, “moradas provisórias” que se deslocam conforme o desaparecimento progressivo de testemunhas. Para outros pesquisadores, reporta-se a época em que vivemos e de que temos lembranças, ou ainda, como afirma Hobsbawm (1998), seria o período segundo o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele atribui ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, a olhar em função do hoje para um passado que somente sob essa luz adquire significação. O termo história do tempo presente também convive com outras denominações que têm no recorte temporal da contemporaneidade a sua marca, como história imediata, história contemporânea, história recente e

ainda há muita resistência e muitos receios em se escrever uma história do seu próprio tempo, uma vez que ainda se acredita que quanto maior a distância temporal com o objeto de análise, mais protegido se estará da parcialidade. Portanto, de acordo com Marieta Ferreira e Lucília Delgado, mesmo com as inovações teóricas e metodológicas no campo da produção historiográfica, “a história do tempo presente nem sempre tem sido bem assimilada por parte da comunidade de historiadores, pois ainda é sólida a concepção de que o estudo da história deve distanciar-se do tempo do acontecido” (DELGADO; FERREIRA, 2003, p. 22-23). Por outro lado, se entre os historiadores brasileiros essa demanda social e historiográfica se firmou de forma mais efetiva, só recentemente, em outros países, a história do tempo presente é campo de estudo consolidado.

Por fim, deve-se acrescentar que o fim da existência dos Territórios Federais, dentro da história brasileira, é bastante recente. Eles tiveram início em 1904, com a anexação do Acre, e se encerraram em 1988, com a extinção dos dois últimos Territórios, o de Roraima e o do Amapá, pondo fim a um ciclo que durou 84 anos. No entanto, se há pouco interesse em se pesquisar sobre os Territórios Federais no presente, desde o início da República eles têm sido centro das preocupações de vários agentes públicos e intelectuais, tanto no âmbito do poder público quanto fora dele. Os Territórios Federais, criados em 1943, foram pautas permanentes das Assembleias Constituintes de 1946, 1967 e 1987-1988, nas diversas plenárias do parlamento brasileiro, em muitos discursos de políticos, dos Estados e dos Territórios, principalmente aqueles que representavam interesses ameaçados ou contemplados com a permanência dessas Unidades. Igualmente, a transformação desses Territórios Federais em Estados não ocorreu sem que se tenha sido feito um amplo debate entre o campo de forças de decisão, a exemplo do caso do Território de Rondônia¹⁴, que só foi transformado em Estado em 1982, depois de um longo embate no parlamento brasileiro que durou quase 20 anos.

história atual, que mesmo não tendo exatamente o mesmo significado, fazem do passado próximo o objeto de estudo, isto porque dedicam-se, “na maioria das vezes, à pesquisar experiências históricas específicas, espacialmente delimitadas e, portanto, pouco compatíveis com critérios universais e abrangentes de definições cronológicas” (DELGADO; FERREIRA, 2003, p. 24).

¹⁴ Pela Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, o Território de Guaporé passou a ser denominado Território Federal de Rondônia. Em 1963, José Kairala apresentou no Senado Federal o Projeto-Lei nº 128, para a criação do Território de Rondônia, o que só veio ocorrer através da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.

Assim, legou-se uma significativa produção escrita sobre eles: são ensaios, artigos, reportagens, relatórios, legislações, processos judiciais, livros, memórias, diários, cartas, telegramas, discursos e decretos que acabaram por se apresentar como um acesso ao passado, conforme definiu Marrou, como um *stock* de documentos inesgotáveis de ensinamentos. Todavia, como alerta o mencionado autor, “na medida em que os documentos existem, temos ainda de chegar a ser senhores deles” (MARROU, s/d, p. 71), o que significa dizer que não basta localizar os documentos, é preciso saber o que fazer com eles; e Marrou aponta o caminho. É justamente o talento do historiador, sua capacidade de arguição sobre os documentos disponíveis que lhes dará status histórico: “a seleção dos documentos utilizáveis para determinada questão posta não é, portanto, uma operação puramente mecânica, e o talento do investigador encontra aí uma ocasião para se exercitar” (MARROU, s/d, p. 66-67), ela depende de um “programa prático de pesquisas que permitam encontrar, fazer surgir os documentos mais numerosos, mais seguros, mais reveladores” (MARROU, s/d, p. 65).

Pouco a pouco, fui interpelando o universo do Amapá Território, montando os fragmentos desse passado como um quebra-cabeça, interrogando seus vestígios que, à primeira vista, pareciam como um “vago fantasma, sem forma nem consistência” (MARROU, s/d, p. 53). Lembrando sempre que essa não é uma tarefa fácil e exige um exercício constante de disciplina, ainda mais quando essas fontes foram produzidas por atores que estiveram, direta ou indiretamente, ligados aos espaços ocupados pelo papel hegemônico do Estado. Marrou (s/d, p.54) não nos deixou esquecer que “ninguém se importa historiador”, a escrita da história é uma arte, com regras, instrumentos, metodologia própria, exigindo, desta maneira, preparação para conseguir fugir da armadilha da seleção viciada dos textos, para se desvencilhar da tentação da mentira e da ocultação das informações que se têm acesso. Enfim, não basta apenas ler o que o documento diz, é preciso saber interpretá-lo, ir além da aparência.

Esse esforço só é possível se há nele o desejo de conhecer, de estar disponível a ouvir o que os documentos históricos têm a revelar, e não projetar sobre eles ideias pré-estabelecidas. Fazer o que Hans-Georg Gadamer, em *Verdade e Método*, considera essencial no processo de compreensão, desprender-se de

preconceitos, libertar-se “contra a arbitrariedade da ocorrência de ‘felizes ideias’ e contra a limitação dos hábitos imperceptíveis do pensar, e orientar sua vista às coisas elas mesmas” (1999, p. 402). Essa (pré)compreensão, esse (pré)conceito na mente de quem lê deve ser permanentemente observado e repensado, pois cada vez que nos aproximamos de um texto de época, nossos *esboços de sentido* são alterados e tendem a ser aperfeiçoados.

Dito isso, passo para a descrição das fontes. O primeiro contato com a documentação referente ao tempo do Amapá Território Federal ocorreu no final dos anos 1990, ainda durante a graduação, através do *Amapá*¹⁵, jornal criado em 1945 pela primeira administração territorial com o objetivo de ser um informativo das ações do governo junto à população. Nele estava registrada uma variedade de informações e imagens sobre os vários momentos do Amapá Território ligado ao poder público como, por exemplo: instalação da administração pública, inaugurações de prédios públicos, sanções de leis, viagens, discursos de políticos, ações do governo nas áreas de povoamento, saneamento, saúde e educação, políticas trabalhistas, construção de ruas e moradias para trabalhadores. Essa documentação nos pareceu, apesar de não abranger todo esse período, como um *inventário* do Amapá do tempo do Território. Mas, como lidar com uma narrativa que se apresentava como o próprio acontecimento? É difícil não se deixar envolver pela sensação de retorno ao passado que o manuseio de um jornal de época desperta.

Acabei por analisar o jornal *Amapá* como uma fonte que se dilata, apenas como uma parte do *iceberg*, de um *corpus documental* que apesar, de se constituir de várias tipologias, possui identidades em comum, pois em razão de terem sido produzidos por atores que fizeram parte do campo de decisão do Estado, nos levou a inquiri-los como integrantes de um todo, que se complementam entre si, dotados de singularidades. Todavia, como não se deixar levar por um discurso que quis se cristalizar, impondo-se como verdade?

Em *Arqueologia do saber*, Foucault nos fez perceber que os discursos são constituídos de materialidades e determinados por uma regularidade que permite ou

¹⁵ A primeira publicação do jornal *Amapá* ocorreu em 19 de março de 1945 e circulou até 1976, com periodicidade semanal e tiragem média de mil exemplares. O jornal era impresso nas oficinas da Imprensa Oficial do governo Território Federal Amapá, em tipografia, e teve como primeiro diretor o servidor público Paulo Eleutério Cavalcante de Albuquerque.

proíbe suas realizações, que os definiu como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Para o autor, o dito instaura uma realidade discursiva que permite desvendar como o homem constrói sua própria existência; é preciso só ficar (ou tentar ficar), simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas como estão postas, o que significa trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na sua complexidade.

Nessa direção, os conjuntos de discursos e notas taquigráficas dos deputados federais, em especial, os dos Territórios Federais, transcritos nos Diários do Congresso Nacional e nos Anais das Assembleias Constituintes da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, forneceram elementos que permitem perceber toda uma movimentação política em torno dos Territórios Federais como produto de grandes embates e contradições, tanto locais quanto nacionais, que relacionados aos Relatórios Anuais dos Governos do Território Federal do Amapá, de 1946, 1955, 1967, 1968 e 1987, além de livros de memórias de secretários de governo e governadores, ajudaram a reconstruir alguns fragmentos desse passado, como por exemplo: *Uma Excursão ao Amapá* (1947), de Arthur Miranda Bastos; *Relações Públicas Governamentais no Amapá* (1954), de Álvaro da Cunha; *Barcellos: síntese de dois governos* (1994), de Hélio Pennafort; e, *Primeiro Passo da Segunda Caminhada* (1992), do ex-governador Annibal Barcellos.

Fundamentais, também, foram as utilizações de outros dois jornais de circulação local: *A Folha do Povo* e *a Voz Católica*. O primeiro, criado por membros do partido de oposição ao governo territorial, o PTB, que circulou entre os anos de 1959-1964, levando a uma leitura diversa daquela fornecida pela imprensa oficial. No caso do segundo, de propriedade da Prelazia de Macapá, e que teve uma permanência mais longa que a *Folha do Povo*, de 1962-1974, as várias fases e mudanças no seu editorial permitiram perceber, sobretudo, nesses momentos de oscilações, um ambiente plural e de disputas muito diferente daquele que a administração pública territorial tentou representar.

Mas, foi através dos livros de memórias e das narrativas de homens e mulheres simples, que não estavam diretamente no campo de decisão do poder, que foi possível trazer à tona um Amapá concreto, real, palpável e plural, que se fez como fruto das lutas e estratégias cotidianas de como viver em um “território” que sofria a ação direta da intervenção federal e que, aos poucos, caminhava para se tornar mais um Estado da federação brasileira. Não realizei entrevistas para fins desse estudo, mas a participação no projeto de pesquisa *Salvando Memórias da Cidade de Macapá – 1943-1988*¹⁶, e como membro do colegiado da *Comissão Estadual da Verdade do Amapá*¹⁷, forneceram-me o material oral que utilizei ao longo da escrita desse texto.

Como se vê, o encontro até as fontes contempla toda uma trajetória de pesquisa. Durante os anos, fui catalogando um acervo sobre esse Amapá “imaginado” do tempo do Território Federal, que nos possibilitou realizar a pesquisa que ora se apresenta, dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, A GÊNESE DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO, procurei demonstrar que a origem dos Territórios Federais, dentro da República federalista brasileira, está contida na turbulenta história da formação dos traçados territoriais brasileiros, criados, com exceção do Acre, de desmembramentos de territórios de Estados. Portanto, procurei analisar como o Estado brasileiro, desde o Império, foi lidando com a difícil problemática da administração do território, buscando compreender como foi se organizando e se redividindo internamente, até propor a criação dos novos Territórios Federais, em 1943, como modelos político-administrativos transitórios para formação de novos Estados da federação; foi nesse contexto que o Amapá foi sendo “inventado” como Território Federal.

No segundo capítulo, O TERRITÓRIO IMAGINADO, percorri os primeiros 20 anos entre a implantação e a consolidação de um Amapá político-administrativo,

¹⁶ Projeto de Pesquisa *Salvando Memórias da Cidade de Macapá*. UNIFAP. Pesquisadoras: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Ano do início: 2011. Em andamento.

¹⁷ A Comissão Estadual da Verdade do Amapá (CEV-AP), *Francisco das Chagas Bezerra – “Chaguinha”*, foi criada por iniciativa do governo do Estado do Amapá, Lei 1.756, de 24 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial nº 5.490/13, e alterada pela Lei 1.771, de 30 de setembro de 2013, durante o governo de Camilo Capiberibe (2011-2014). Após um período de paralisação de seis meses, foi reativada pelo atual governador, Antônio Waldez Góes da Silva, conforme Decreto nº 3482, de 06 de julho de 2015, vigente até o presente. É a primeira comissão criada na Amazônia objetivando, assim como as demais comissões estaduais, municipais e institucionais, oferecer subsídios aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

buscando ressaltar que esse período, também, significou a formação de novos laços comunitários e identitários, tanto para os que ali já viviam antes de 1943, como para os que foram chegando depois desse período. Esses laços, gestacionados de um processo muito mais complexo que a simples conciliação de interesses nacionais e locais, condicionaram a formação de uma elite local e de uma *sociedade de amapaenses*, que mais tarde conquistará status de Estado da federação brasileira. Nesse capítulo, estabeleceu-se como marco temporal, a vigência do Decreto-Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943, objetivando compreender como as táticas de governabilidade, que se apropriaram de uma legislação precária elaborada pelo Estado brasileiro para normatizar e subsidiar temporariamente essas unidades administrativas, foram se constituindo e assumindo uma organização política durável.

No terceiro capítulo, O TERRITÓRIO MILITARIZADO, busquei prosseguir com as reflexões propostas pelo capítulo anterior, sem uma preocupação com a cronologia dos fatos, tomando como marco temporal o Decreto-Lei nº 411/69, elaborado com o objetivo de corrigir as anomalias cometidas pelo de 1943, quando o Território Federal do Amapá já atingia mais de duas décadas de experiência territorial, e o pacto político que se firmou entre o governo territorial e a recém-criada e crescente elite local já não conseguia neutralizar as divergências. Tomei como linha argumentativa que o período foi marcado por uma política de continuidades no que já vinha sendo realizado desde o primeiro decreto. Porém, é a partir de meados dos anos 1960 que é possível se observar o reconhecimento de uma sociedade de “amapaenses”, constituída não só dos que já viviam na região e dos imigrantes que chegaram após o Decreto-Lei 5.812/43, mas dos chamados “filhos do Amapá”, como assim o discurso oficial se referia aos jovens que nasceram ou cresceram no Amapá pós-criação do território.

No quarto e último capítulo, O TERRITÓRIO EMANCIPADO , analiso a decisão de se criar o Estado do Amapá, em 1988, não como etapa final de um processo decorrente, necessariamente, da fase territorial, mas como algo construído ao longo de um percurso arenoso, nem sempre estabelecido de forma clara e objetiva, decorrente de uma variedade de fatores, alguns de ordens estruturais e outros conjunturais, sem que o Amapá reunisse a maturidade econômica para que

conquistasse a autonomia política. Parto da premissa que se a retórica estabelecia essa relação direta e linear entre Território Federal e Estado, a elite local não esteve direcionada, desde o princípio, ao propósito da conquista da emancipação política, mas enquanto capital simbólico essa experiência territorial será utilizada na luta política que será travada pela autonomia, tanto para a negação de um passado que será responsabilizado pelo atraso econômico da região, quanto para se afirmar um novo horizonte de perspectiva para um futuro próximo, onde o Estado aparecia como a redenção desse passado. Contudo, se um Amapá político-administrativo, em 1988, ainda precisava vencer várias etapas em seu desenvolvimento econômico para poder se tornar um Estado, por outro, o da identidade regional, apresentava-se como uma unidade que possuía uma sociedade já consolidada de “amapaenses”. O Amapá das vésperas da emancipação política já era uma comunidade imaginada, com todos os seus símbolos e representações.

CAPÍTULO I: A GÊNESE DO TERRITÓRIO

O Norte, folgamos reconhecê-lo, não atingiu a esse extremo de descontentamento, em que a discussão limita com o combate. Flutua, é certo, nas regiões mais próximas do Equador, um instinto vago de independência; em outras propaga-se a dúvida sobre as vantagens da união. Querem sinceramente dissipar a nuvem ameaçadora? Um meio existe, pacífico, infalível, glorioso; grande resolução exige, porém, e a mais nobre de todas: a de ceder sem constrangimento, a de resignar o poder arbitrário diante da liberdade.

Tavares Bastos (1870)

Em 1870, o jovem alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos¹⁸ publicou *A Província – estudos sobre a descentralização no Brasil*. O livro condensava grande parte do que defendia na sua curta trajetória política, encerrando-se precocemente aos 36 anos de idade, quando faleceu na França, em 1875. Tornou-se, aos 22 anos, o mais jovem deputado geral pelo Estado de Alagoas, por três legislaturas consecutivas (1861-1863, 1864-1866 e 1868), ao lado de políticos como José Alencar e José Bonifácio. Entre as suas principais preocupações no parlamento brasileiro estava o combate à centralização do poder público, que para ele era o grande mal que rondava o Brasil e o impedia de crescer. Tavares Bastos, talvez, não tenha sido uma voz isolada dentro do parlamento imperial, mas seus escritos, dentre outras questões, alertavam para a ausência de uma planificação para a divisão física do país, dividido em províncias com base em critérios sociais, econômicos e demográficos. Criticava o descaso do Estado brasileiro em relação ao tratamento

¹⁸ Aureliano Cândido Tavares Bastos nasceu a 20 de abril de 1839, na cidade de Alagoas. Em 1858, tornou-se Bacharel e em 1859 recebeu o grau de Doutor em Direito. Ingressou na vida parlamentar como deputado pela província de Alagoas e exerceu três legislaturas seguidas. Com a dissolução da Câmara, em 16 de julho de 1868, deixou a carreira parlamentar sem, contudo, afastar-se dos vínculos que o mantiveram ligados aos problemas políticos, econômicos e sociais do país. Publicou vários panfletos em que expunha reflexões acerca do país, de 1861 até o ano de 1873 (Informações extraídas de: SOUZA, Josefa Eliana. **Uma compreensão a partir de referente norte-americano do “Programa de Instrução Pública” de Aureliano Cândido Tavares Bastos (1861-1873)**. São Paulo: 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

dispensando às áreas de grande extensão territorial, de baixas densidades demográficas e distantes do centro de poder. Como representante do federalismo, foi precursor de uma tendência de recomposição do espaço brasileiro em partes menores, através de uma divisão, mais ou menos igual entre as províncias, como estratégia de melhor gestão do espaço brasileiro¹⁹. Afirmava ele:

quem considerar atentamente a nossa carta política, cujas linhas caprichosas só encontram semelhança nos labirintos das ruas de nossas cidades edificadas à toa, perceberá desde logo estes dois vícios principais: - há grandes províncias mal traçadas, com dimensões irregulares e prolongamentos arbitrários, que em demasia prejudicam aos interesses dos povos; - há, por outro lado, verdadeiros desertos, com muitas dezenas de milhares de léguas quadradas, convertidos em províncias ou incluídos nelas, quando melhor fora reparti-los em certo número de distritos administrativos (BASTOS, 1937, p. 356-357).

Não é propósito desse capítulo discutir o longo processo de redivisão territorial no Brasil, que se inicia ainda durante o período colonial com as Capitânicas Hereditárias; mas, tão somente, demonstrar que a gênese de formação de um modelo político-administrativo de Territórios Federais, dentro da República federalista brasileira, está contida na turbulenta história da formação dos traçados territoriais brasileiros, sobretudo, a partir dos desmembramentos de territórios, em um diálogo constante com os diversos projetos políticos que disputaram o poder ao longo desse processo, e assim contextualizar o nascimento do Amapá enquanto Território Federal. É pretensão, também, analisar as diversas formas em que o Estado brasileiro encontrou para lidar com a problemática da difícil administração do território, buscando compreender como foi se organizando e se dividindo internamente, até propor a criação dos Territórios Federais, modelo político-administrativo visto como transitório, mas que deixou marcas permanentes nos atuais Estados que nasceram a partir dessas configurações.

Para fins de delimitação temporal, tomei como marco inicial para se compreender essa política redivisionista, o Império, pois foi a partir da

¹⁹Tavares Bastos sugeriu a criação de nove novas unidades administrativas: Solimões do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), do Madeira e Guaporé (Amazonas e Mato Grosso), do Oyapoc (Nordeste do Pará e do Alto Tapajós), do Araguaia e Tocantins (abrangendo seções do Pará, Mato Grosso, Goiás e Maranhão), do Alto Paraná (Ocidente de São Paulo, do Paraná e Santa Catarina e Vale do Ivinhema em Mato Grosso), do Alto Paraguai (comarca de Cuiabá e Vila Maria) e Baixo-Paraguai (distrito de Corumbá, comarca de Miranda) (MEDEIROS, 1946).

independência, conforme pondera José Murilo de Carvalho (1996), que o Brasil passou a ter autonomia política e criou as bases de sua formação político-administrativa, mesmo que com traços de continuidades herdadas do Estado Português, como destacou Raimundo Faoro, em *Os Donos do Poder*. “o regime colonial não se extingue, modernizar-se; os remanescentes bragantinos se atualizam, com permanências do divórcio entre Estado, monumental, aparatoso, pesado e a nação, informe, indefinida, inquieta” (FAORO, 2001, p. 331). Além disso, vale destacar que foi logo após a transformação do Brasil em Império – mesmo que não tenha sido posto em prática – que se deu início a um plano de redivisão territorial, através de desmembramentos de províncias consideradas díspares geográfica e demograficamente, e que apresentavam grandes dificuldades de auto administrar seus extensos territórios.

Na sessão de 01 de setembro de 1823, foi posto para apreciação o *Projeto de Constituição* elaborado por uma comissão de sete membros²⁰, cujo TÍTULO I tratava sobre a questão do Território, definindo os limites do novo país: “o Império do Brasil é uno, e indivisível, e estende-se desde a foz do Oiapoque até os trinta e quatro graus e meio ao sul”; estabelecia, ainda, sua divisão política e territorial, composta em 19 províncias: Pará, Rio-Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande, Alagoas, Sergipe d’El Rei, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas-Gerais, Goiás, Mato Grosso e pelas ilhas de Fernando de Noronha e Trindade e adjacentes e pela federação do Estado da Cisplatino (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823, Vol. 5, 1874, p. 6).

A querela entre os parlamentares, ocorrida nas sessões dos dias 20 e 23 de setembro daquele ano, que ocorreu em torno do artigo 4º daquele título, que dispunha: “far-se-á do território do Império conveniente divisão em comarcas, destas em distritos, e dos distritos em termos, e nas divisões se atenderá aos limites naturais, e igualdade de população, quanto for possível”, levou ao início o debate de um dos temas que mais mereceu atenção e preocupação do parlamento brasileiro, o da divisão territorial diante da difícil conciliação entre os interesses nacionais e os

²⁰ O Projeto à Constituição do Império foi elaborado por uma Comissão designada para esse fim, composta por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Luiz Pereira da Cunha, Manuel Ferreira da Câmara Bitencourt e Sá, Pedro Araújo Lima, com restrições, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e Francisco Muniz Tavares.

regionais. Contudo, a proposta será embrionária de ideias e concepções de uma tendência que mais tarde, em meados do século XX, vai ser decisiva para se propor o maior plano de redivisão do país realizado já na República, com a criação dos Territórios Federais. Entre as vozes que se posicionaram sobre o artigo 4º, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, deputado por São Paulo, chamava atenção para a precária administração de províncias com grandes extensões territoriais. Dizia ele:

não quisera porém que as províncias fossem demasiadamente grandes e nem demasiadamente pequenas; porque no 1º caso não se governam bem, e pode a sua força dar meios de oposição à força nacional; no 2º caso aumenta-se consideravelmente a despesa da administração (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823, Vol. 5, 1874, p. 146).

Vergueiro chegou a propor um substitutivo e aditamento, que visava efetuar uma divisão mais igualitária entre as províncias, obedecendo o critério populacional, mas de forma lenta e gradual, conforme a conveniência da administração pública.

EMENDA

O Território do império será dividido em províncias, comarcas, municípios e povoações.

ADIAMENTO AO MESMO ARTIGO

A província que tiver atualmente, ou no futuro se elevar a 400:000 almas, será sem demora dividida em duas.

A que tiver 200:000 almas, ou mais, não chegando a 400:000, pode ser dividida.

A que tiver menos de 200:000 almas, não pôde ser dividida.

Os escravos entram neste cálculo pela terça parte do seu número.

Pode-se separar parte de uma província, sem atenção ao número de sua população, para se unir a outra, se assim convier (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823, Vol. 5, 1874, p. 147).

Para os críticos da redivisão do território, o maior perigo da repartição das províncias em pequenas comarcas seria o de ocasionar um descontrole, ainda maior, pelo governo central, caso ocorressem novos desmembramentos, uma vez que grande parte das províncias era formada por lugarejos dispersos e de baixo povoamento. Segundo o deputado pernambucano e padre, Herinques de Rezendes, caso fosse aprovado o que propunha os defensores da redivisão, as províncias – que era a grandeza e majestade do Império – ficariam reduzidas a pequenos “governichos” e “rodilhas”. Segundo ele:

nesta vasta extensão do império, que se conta por milhares de léguas, sendo as províncias separadas umas das outras por matas imensas e intransitáveis, é de absoluta necessidade para a força do império, que as províncias nos lugares onde estão colocadas, formem como centros, [...] a força do império.

Porque o que vem a ser esses pequenos retalhos de comarcas a que quer se reduzir as províncias? Vem a ser partes pequenas segregadas, independentes umas das outras, e por isso inteiramente fracas e incapazes de resistir (principalmente as da costa) a qualquer invasão ao ataque inimigo (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823, Vol. 5, 1874, p. 147).

Todo o título, que tratava da questão do território, sofreu críticas. Por trás desse impasse, bem mais imperativo e urgente, aceirava o germe das ideias federalistas defendidas pelos liberais e tão temidas pelos conservadores. Souza e Mello, como representante liberal pelo Estado de São Paulo, retrucou a temerária manifestação dos opositores à proposta apresentada pelo artigo 4º. Para ele: “a impolítica que eu considero como tal é a citada abolição e extinção do título de provinciais que as nossas têm, e que podem e devem conservar qualquer que seja a divisão dos seus distritos para a boa negociação dos negócios públicos” (IMPÉRIO DO BRASIL, Vol. 5, 1874, p. 146).

Entretanto, com base nos estudos de Ivo Coser (2008), em *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866*, é preciso ponderar a atuação dos que acastelavam em torno do arranjo federal durante a Constituinte de 1823, pois defendiam na verdade a preservação dos interesses regionais e individuais, em comunhão com a busca de um risco mínimo na consolidação da unidade nacional em movimento. Portanto, para Coser (2008, p. 58), é possível delinear o seguinte conteúdo dentro da corrente federalista: “o Estado é melhor administrado quando os interesses provinciais estão em primeiro plano”. Assim, a proposta federal não parecia incompatível com a forma monárquica aos olhos dos seus defensores, desde que os interesses regionais fossem preservados. Pelo contrário, “a forma monárquica é o meio pelo qual o poder central (*centro comum*) exerce a função de manter as províncias unidas” (COSER, 2008, p. 59).

Nessas ideias distorcidas do “federalismo monárquico”, dentro do parlamento imperial, podemos identificar a base dos argumentos que irão persistir ao longo dos debates que versam sobre a problemática da redivisão territorial durante os anos seguintes do Império e as primeiras quatro décadas da República, qual seja: a

intervenção centralizadora preconizada pelo poder central é justificável quando essa vem para defender os interesses nacionais ameaçados, ou em razão da fragilidade do poder regional, incapaz de gerir seus domínios ou da própria necessidade de defesa do território nacional, principalmente em áreas localizadas em pontos estratégicos, como as fronteiras. Nesse sentido, a ideia de redividir o território brasileiro para melhor administrá-lo era cogitada, principalmente, em regiões que apresentavam incapacidade de autoadministração.

Diante do embate e na urgência da conclusão da revisão do texto constitucional, as pretensões redivisionistas foram reprimidas na Constituinte de 1823 com a alegação de que a manutenção de um artigo com aquele teor, em um momento de formação do Estado Nacional, poderia ameaçar a unidade do Império recém implantado. Esse receio foi claramente exposto durante o debate do artigo pelo deputado baiano Montezuma, no seguinte trecho do seu aparte: “alterar portanto a divisão de um estado não é próprio de tempos convulsivos; é mesmo perigoso em tempo de geral pacificação” (IMPÉRIO DO BRASIL, Vol. 5, 1874, p. 162). Além disso, compreendiam os críticos do artigo que era precipitado legislar sobre uma possível redivisão provincial que, caso acontecesse, só ocorreria mais adiante. Outro, a se posicionar contrário ao artigo 4º, foi o deputado pelo Rio de Janeiro, Manoel José de Souza França, reforçando a tese da conveniência administrativa, ao afirmar que

a emenda que ultimamente veio à mesa parece-me que não fazer artigo da presente constituição. Nós já no artigo 2º declaramos quais eram as províncias de que se compunha este império; mas eu entendo que isso não obsta a que para o futuro se haja de acrescentar o número delas, subdividindo-as em outras conforme melhor convier a administração pública [...]. Marcar todavia na constituição quais sejam os requisitos ou bases sobre que as legislaturas vindouras hão de deliberar, e estabelecer essas subdivisões de províncias parece-me desnecessário: e até inconveniente; porque a divisão de um território de uma província em outras de igual predicamento é matéria que mais se deve averiguar em hipótese, do que estabelecer em tese (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823, Vol. 5, 1874, p. 162).

O posicionamento defendido acima pelo deputado França, na Constituinte de 1823, separado por mais de um século do Decreto 5.812, aproxima-se em muitos aspectos da fundamentação utilizada pelo governo federal para executar o projeto

de redivisão proposta no início dos anos 1840. Foi justamente com base no argumento da “conveniência da administração pública” que desmembramentos de territórios, para dar origem a outras unidades administrativas, foram realizados. Também, França, ao destacar a incoerência de se incluir no texto constitucional “os requisitos ou bases sobre que as legislaturas vindouras não de deliberar”, evidencia uma característica assinalada pelo historiador Ilmar Rohloff Mattos, em *O Tempo Saquarema* (1994), muito presente entre as elites políticas imperiais brasileiras, com traços de permanência na República: o de privilegiar, no processo decisório, os arranjos políticos baseados em interesses locais hierarquizados, como fórmula de perpetuação no poder.

Em 25 de março de 1824, após dissolver a Assembleia Constituinte e Legislativa, D. Pedro I outorgou a única Constituição do Império do Brasil. No seu TÍTULO I, a questão da redivisão territorial, tratada inicialmente em artigo específico, veio juntar-se a outra, o da divisão, redigido a seguir: “Art. 2º O seu Território é dividido em província na forma que atualmente se acha, as quais poderão ser subdividas como pedir o bem do Estado”.

Mesmo com a dissolução da Constituinte e a imposição de uma Constituição outorgada com fortes traços autoritários, não se conseguiu abafar a ideia de se organizar um plano de redivisão territorial do país. Esta continuará atuando no debate político em todo momento que a questão da difícil administração do imenso território era posta na ordem do dia. E não foram raros, conforme constatou Océlio de Medeiros (1946, p. 75): “homens públicos, parlamentares e escritores que souberam encarar o problema com admirável senso de providência”. Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, historiador e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi um desses homens. Dedicou grande atenção à problemática da divisão do território brasileiro durante sua trajetória pública e de escritor. Apesar de ter passado grande parte de sua vida fora do Brasil, realizando diversas atividades diplomáticas, principalmente na Europa, esteve atento aos acontecimentos ocorridos no seu país de origem. Nos anos de 1849 e 1850, escreveu, em Madri, o folheto intitulado *Memorial Orgânico*, dividido em duas partes e publicado no Brasil pela Revista Guanabara, em 1851.

Na introdução da segunda parte da obra, que mais parecia um manifesto, o autor já esclarecia sua pretensão ao escrever: “[...] despertar a atenção pública, especialmente a dos representantes da Nação, sobre algumas questões para a nossa melhor organização” (VARNHAGEN, 1850, p. 1). Entre os problemas que Varnhagem considerava fundamentais para se pensar uma melhor organização do país, estava o enfrentamento do problema do território, através da execução pelo governo central de uma nova divisão política das províncias brasileiras, ou seja, de uma expansão para dentro, que privilegiasse um formato administrativo mais compacto e eficiente sobre o território e a população, conforme os ideais de ordem e civilização daqueles que se situavam na direção do “mundo do governo”, espaço das nações modernas (JANKE, 2009)²¹.

Para Varnhagen, o Império tinha mais “ar de colônia do que de nação compacta”, pois apresentava a mesma divisão territorial herdada da Colônia, vista por ele como atrasada e injusta. Portanto, era necessário “proporcionar às províncias mais harmonia, mais igualdade, e fazer que a ação governativa não seja mais eficaz e benéfica em umas que em outras” (VARNHAGEN, 1851, p. 384).

Sem a pretensão de aprofundar as ideias de Varnhagen, mas apenas situá-lo como um dos estudiosos de destaque nesse contexto, por ter proposto, através de um conhecimento de revelo sobre a realidade territorial brasileira, extraído do acesso em arquivos restritos e apresentando – tomando como base a experiência de países como França e Portugal – o primeiro Plano de Redivisão mais elaborado. Nele subdividia o país em 19 departamentos administrativos e um departamento d’Ultramar, que seria Fernando de Noronha. Ao invés de províncias, sugeria a criação de uma nova classe de unidades administrativas, “os distritos administrativos”, que considero embrião de ideias e concepções que levarão, mais tarde, à criação dos Territórios Federais, como proposta que mais se adequará aos interesses políticos. Ao escrever a segunda parte do *Memorial Orgânico*, Varnhagen, seduzido pelas novas ideias debatidas no parlamento, repensa sua proposta inicial e

²¹Para uma melhor compreensão das ideias defendidas por Varnhagen no Memorial Orgânico, ler: JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar:** o Memorial Orgânico de Varnhagen e a Constituição do Império do Brasil como uma Nação compacta. Rio de Janeiro: 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

adota a categoria de “Territórios Coloniais” como uma possível subdivisão para as províncias, conforme citação a seguir.

Firmes ainda na generalidade das bases que adoptámos para determinar melhor a circunscrição geográfica de novos distritos administrativos, parece-nos que iremos de acordo com a opinião do Senado designando para novas províncias, tais quais, os nossos departamentos 2º, 3º, 4º, 8º, 11º, 12º e 13º; reduzindo o 5º a duas, ambas com uma parte de litoral; dos departamentos 6º, 7º e 9º podemos naturalmente obter cinco províncias regulares; duas do 10º. Total 14 províncias. Os departamentos 1º, 14º, 17º, 18º e 19º ficariam coloniais, assim como o 15º e 16º exceto um e outro na parte meridional, onde conviria criar um novo território [...]. Total 8 territórios (VARNHAGEN, 1850, p. 6).

Varnhagen se empolgava com a ideia de sua proposta estar em sintonia com as que estavam sendo debatidas no parlamento brasileiro, e por perceber que, mesmo com a pouca preocupação que o governo central vinha demonstrando com o problema da organização territorial, e o quase abandono governamental com relação às terras do interior, a urgência em se fazer uma nova divisão interna era temática que movimentava os ânimos dos parlamentares brasileiros, como deixou transparecer no trecho abaixo.

Ao ler os discursos de vários representantes da nação pronunciados esse ano, tanto no Senado, como na Câmara Temporária, por ocasião da criação da província do Rio Negro, e da anexação do Turivassú ao Maranhão, já não nos cabe dúvida que a opinião de um e outro partido no país é contra a monstruosa e ambígua divisão provincial que hoje temos (VARNHAGEN, 1850, p. 5).

O autor fazia referência ao debate, por ocasião da Resolução da Câmara, de 1843, que propôs o desmembramento da Comarca do Rio Negro²² da província do Pará, para a criação da província do Amazonas. Contudo, dentro do Senado o propósito de se desmembrar territórios para a criação de novas províncias esteve longe de ser consensual. Nas sessões do Senado de 22 e 30 de julho de 1850, o

²² Durante o processo de ruptura política do Brasil com Portugal, a província do Grão-Pará passou por um período de grande indefinição e conflito. Elevado ao status de capitania ainda no período colonial, e reconhecido como província pelas Cortes de Lisboa, o Rio Negro não constou entre as unidades administrativas do Império na Constituição de 1824. Sua situação só foi, em parte, definida em 1833, quando o Código Criminal a rebaixou ao estatuto jurídico de comarca subordinada à província paraense. (Para maiores informações, ler: GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828. Almanack*. Guarulhos, n. 1, p.137-152, 1º sem. 2011).

senador Vergueiro (o mesmo da Constituinte de 1823), foi quem, novamente, mais atacou a criação da província do Amazonas. Para ele:

que população é essa do Rio Negro que exija separá-lo da província do Pará? Essa comarca fica distante, é verdade; mas não se poderá providenciar isto de outro modo? Não se poderá estabelecer no Rio Negro uma delegação do presidente, debaixo das ordens imediatas do mesmo presidente do Pará? Parece-me que isso era mais fácil e conveniente; isto entende-se que é promover o bem [...]. Talvez tenha reinado a paz nessa comarca; não sei o estado dela: mas estou certo de que passando a província hão de devorar uns aos outros os seus habitantes com intrigas, que é o que acontece nessas províncias pequenas (...). O que não acontece numa província que seja populosa, e ao mesmo tempo civilizada (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, Livro 5, 1978, p. 402-403).

Discordando de Vergueiro, o senador Visconde de Abrantes²³, um dos mais influentes e defensores do projeto de redivisão da Província do Pará para a criação da Província do Amazonas, chamou a atenção para o fato de que, independente de se redividir ou não o país, os conflitos eram inevitáveis em qualquer uma das circunstâncias. Segundo ele, “[...] a organização de um governo local cria novos interesses que se complicam, e produzem intrigas, mas direi ao nobre senador, que intrigas e complicações de interesses sempre se deram, e se hão de dar, em qualquer subdivisão que se faça” (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, Livro 5, 1978, p. 406). No entanto, conforme o artigo 2º da Constituição vigente, não era permitida a criação de qualquer subdivisão de território, sem que a mesma não fosse elevada à categoria de província. Essa foi a razão que fez o Senador Abrantes votar a favor do referido projeto. Em sua exposição de defesa, caso a lei brasileira permitisse, já defendia a criação dos chamados “Territórios Especiais”.

É em presença dessa disposição constitucional, Sr. presidente, que eu me conformo com a doutrina do projeto; porque se eu consultasse as minhas convicções, se consultasse mesmo as conveniências, não só políticas, como financeiras do país, eu não queria a criação de novas províncias; **votaria antes para que as grandes províncias que devessem ser subdivididas, ou fossem em governos**

²³ Visconde de Abrantes era, na verdade, Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1796-1865), nascido em Santo Amaro, Bahia, um dos políticos mais influentes do final do Império. Foi Ministro da Fazenda e depois Ministro dos Estrangeiros e deputado geral pela Bahia, ocupando os mandatos entre 1826 e 1841 e nomeado Conselheiro de Estado, em 1843. Entre 1844 e 1845 foi diplomata em Paris, Londres e Berlim. Foi Visconde de Abrantes, em 1841, e Marquês de Abrantes, em 1854. Disponível em: http://www.senado.leg.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2121&li=8&lcab=1850-1852&lf=8. Acesso em: 13 fev. 2015.

secundários, ou territórios, que servisse de escola de administração, onde se habitassem indivíduos para servirem os cargos públicos, e que, depois de terem adquirido mais desenvolvimento, e aumentado mesmo a sua população, seriam convertidos em províncias (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, Livro 5, 1978, p. 405 – grifo nosso).

No argumento acima apresentado por Abrantes, vemos uma visão dentro do parlamento brasileiro favorável à criação de “Territórios Especiais”, compreendidos enquanto “governos secundários e escolas administrativas” que existiriam apenas em caráter transitório, ou seja, assim que essas entidades políticas atingissem um certo estágio de desenvolvimento seriam, então, transformadas em províncias. Segundo o Senador, esses “Territórios Especiais” se justificavam caso houvesse um dispositivo constitucional que os autorizassem, o que não era o caso, e somente em regiões que apresentavam localização estratégica de defesa nacional, incapacidade administrativa e grandes vazios populacionais.

Para Abrantes, essa era a realidade do Alto Amazonas, pois estava em um ponto estratégico para o país, por estar localizado em uma região que fazia fronteira com três países, Venezuela (recém desmembrada da Grã-Colômbia), Equador e Peru, e limítrofe com duas colônias estrangeiras, Guianas Inglesa e Francesa: “parece-me evidente, que mesmo para a guarda dos nossos limites (guarda exige a presença de uma autoridade assaz munida de poderes e de prestígio para reprimir, ou quando menos, protestar e reclamar contra qualquer violação desses limites), convém a criação da província” (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, Livro 5, 1978, p. 406).

A defesa de criação de “Territórios Especiais” foi abordada, ainda de forma mais incisiva, na sessão do dia 30 de julho de 1850, pelo senador Hollanda Cavalcanti que, diferente do que havia defendido Abrantes, acreditava não existir nenhum impedimento constitucional que proibisse outra forma de subdivisão do Império que não em províncias, quando assim se julgasse necessário para o bem do Estado. Também defendia que a subdivisão, inicialmente em unidades administrativas transitórias, seria fundamental como etapa preparatória para que atingissem as condições necessárias para suas transformações em províncias. Segundo Hollanda,

é melhor dispor, preparar o território, a povoação, gradualmente, do que fazer esses cortes, que aliás podem ser prejudiciais no momento em que eles fazem. [...] achando muito conveniente que se subdividam muitas províncias do Império, que se criem territórios especiais em muitas outras (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, Livro 5, 1978, p. 94; 97).

Vale destacar que a ocorrência de debates e projetos de redivisão interna do território e de criação de novas entidades administrativas, não foi algo circunscrito ao Brasil. Segundo Vitor Marcos Gregório (2012), desde o final do século XVIII já estava se tornando comum, entre os países europeus, a elaboração de estratégias de racionalização dos seus espaços territoriais, através da redivisão do território, como forma de agilizar a administração. Dentro do parlamento brasileiro essas experiências europeias não só apimentaram os discursos dos deputados durante os debates sobre a redivisão territorial, como também serviram de modelos a serem seguidos. Esse foi o caso do argumento apresentado pelo senador Visconde Abrantes que, ao defender a criação dos “Territórios Especiais”, espelhava-se no exemplo dos Estados Unidos. Porém, lá, ao contrário do que estava sendo debatido no parlamento brasileiro, não se tratava de reorganizar politicamente um espaço já constituído, mas sim de definir a organização administrativa de novos territórios incorporados.

Com relação ao embate travado entre os senadores do Império para a criação da Província do Alto Amazonas, aqui exposto em alguns fragmentos transcritos dos discursos de senadores, acredito que sejam necessárias algumas ponderações. Não foi minha intenção fazer uma reflexão sobre a criação de novas províncias, centro principal do debate entre esses políticos, mas demonstrar que nos diversos momentos em que a pauta da redivisão do território esteve na ordem do dia, diante de toda uma arena política minada por interesses de toda ordem, ora divergentes e conflituosos, ora agregadores e congruentes, foi possível identificar um campo embrionário de ideias e concepções que irão mais adiante, já na República, embalar a origem de novas unidades administrativas, criadas como etapas transitórias para o surgimento de novos Estados.

Além disso, os embates travados entre os parlamentares denunciavam que a questão da redivisão do território sempre foi um tema que envolveu escalas de interesses dos mais complexos, sobretudo, em razão do controle eleitoral que os

políticos exerciam nas suas províncias de origem, conforme enfatizou o senador Carneiro Leão durante uma dessas sessões: “compreendo que, sendo nossas eleições defeituosas por serem feitas por toda uma província, na câmara dos deputados um projeto de divisão de uma província grande encontre obstáculos, porque a massa de deputados dessa província sai de encontro” (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, Livro 5, 1978, p. 448).

No caso do Rio Negro, elevado à categoria de província do Amazonas pelo Decreto de 06 de agosto de 1850, tudo indicava que sua transformação em província, pelo número expressivo de defesas feitas pelos parlamentares no Senado e na Câmara, teve uma aceitação bem maior. Também, conforme expôs o senador Visconde de Abrantes na sessão de 30 de julho de 1850, do lado de quem teve que ceder territórios havia quase que uma unanimidade entre as elites econômicas, políticas e o governo paraense pelo seu desmembramento. Entretanto, o processo que levou a criação dessa província não foi foco desse estudo; este considero que já foi, em grande parte, analisado pelo historiador Vitor Marcos Gregório na tese intitulada *Dividindo as Províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*, defendida em 2012. Assim, esses interesses serão melhores analisados quando forem tratadas as especificidades na abordagem sobre o Amapá, mais adiante.

Por último, destaco que se no parlamento brasileiro o tema da redivisão territorial foi motivo de preocupação, não só durante a Constituinte de 1823, mas ao longo de todo o Império, o mesmo não é possível afirmar com relação ao tratamento dispensado pelo governo central, ficando mais relegado ao esquecimento, ofuscado pelo medo sempre eminente da fragmentação política do Estado Imperial, ou como algo suspenso, que poderia aguardar um momento mais adequado enquanto outras demandas iam sendo tratadas como mais urgentes.

No final do Império, o Coronel Augusto Fausto de Sousa²⁴ produziu uma extensa pesquisa, talvez a mais completa até então sobre o assunto, publicada na

²⁴ Augusto Fausto de Souza nasceu no Rio de Janeiro, em 1835, e morreu no Rio de Janeiro, em 1890. Foi bacharel em ciências físicas e matemáticas, em 1858. Alcançou o posto de tenente-coronel no Exército Brasileiro, em 1883. Exerceu o cargo de presidente da província de Santa Catarina, de

Revista do Instituto Histórico Geográfico, de 1880, intitulada *Estudo sobre a Divisão Territorial no Brasil*, a qual propôs um novo Plano de Redivisão Territorial que redistribuía o Império em 40 províncias. Seu trabalho tornou-se referência para os técnicos do IBGE, nas justificativas que serão apresentadas por ele para a redivisão territorial de 1943. O autor, além de lamentar o descaso político e o estado obsoleto em que estava relegado o território brasileiro, desde sua independência, em 1822, deixou transparecer seu descrédito com relação à execução de qualquer divisão a curto prazo para o país naquele momento. Segundo Fausto,

se compararmos o estado atual das nossas Províncias, com que havia em 1822, encontraremos apenas as seguintes diferenças:

1ª A Província da Cisplatina deixou de fazer parte do Império em virtude do Tratado de 27 de agosto de 1828, formando a República Oriental do Uruguai.

2ª Da do Pará foi desmembrada a comarca do Rio Negro, por Decreto de 5 de setembro de 1850, formando a província do Rio Amazonas.

3ª Da de São Paulo foi também separada a comarca de Curitiba, por decreto de 1853, constituindo a Província do Paraná (SOUZA, 1880, p. 54-55).

Se havia um debate posto, quase que unânime entre políticos e intelectuais com relação a necessidade de se realizar uma nova divisão política e administrativa para o Brasil, e se chegou até a se construir planos de redivisão do território brasileiro com estudos bem fundamentados, porque nunca foram executados pelo Estado Imperial? Talvez porque, do campo da retórica política para a ação, há sempre um longo trajeto, com muitas curvas e desvios a serem percorridos, pois, conforme nos faz refletir Eni Orlandi, as formulações discursivas são “constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2007, p. 43).

O problema da redivisão do território foi mais uma herança para a República que nasceu sem “Territórios”, mas que teve de conviver desde muito cedo com eles.

1888 a 1889. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, debruçando-se sobre a história militar, divisão territorial e a história das fortificações brasileiras.

1.1 A República com Territórios

A evolução econômica do país teria sido talvez mais uniforme, se a divisão territorial da República tivesse obedecido, 1891, a um critério econômico, isto é, se tivesse dado a cada antiga província o território que realmente correspondesse ao seu potencial econômico, ou seja a sua capacidade de autodesenvolvimento. Por este critério, nas grandes Províncias do interior, o Governo Federal teria delimitado os territórios que haveriam de constituir os Estados, dividindo os restantes em departamentos federais. Estes continuariam administrados pela União, até que, pelo desenvolvimento, pudessem aspirar a autonomia estadual.

Frederico A. Rondon (1934)

O texto acima, extraído do livro *Pelo Brasil Central*, de 1934, escrito por Frederico A. Rondon, é ilustrativo para se pontuar algumas reflexões que julgo necessárias para se compreender a adoção de um modelo político-administrativo territorial, que será consolidado no Brasil no período pós 1930. Como militar e integrante da reconhecida *Comissão Rondon*, chefiada por seu tio, Cândido Mariano da Silva Rondon, Frederico Rondon compartilhava com ele não só o sobrenome, mas uma forma de pensar a República brasileira, que preconizava como base fundamental a aliança entre um poder regional – assentado em fortes laços locais – e um poder central – capaz de garantir a manutenção desses privilégios –, e, ao mesmo tempo, alavancar o desenvolvimento de regiões vistas como atrasadas e improdutivas.

As linhas dos seus textos são povoadas de ideias nacionalistas e intervencionistas. Criticava a desastrosa política implantada no Brasil no alvorecer da República, por ter permitido o recrudescimento do espírito regionalista, o qual, segundo Frederico Rondon, produziu efeitos opostos no litoral e no interior. Enquanto que nos Estados, em que os potenciais econômicos eram proporcionais aos respectivos territórios, gerou-se progresso espontâneo, nos demais Estados do interior o efeito foi no sentido inverso, ocasionando o retardamento econômico e o conformismo, que esperava do poder central o apoio para a superação das sucessivas crises econômicas. Entretanto, é importante destacar que, para além

desse país aqui retratado por Rondon, existe um outro, ou melhor, outros, sempre em disputa.

Os Territórios Federais surgidos na República, primeiramente com a anexação do Acre e depois a partir dos desmembramentos de territórios de Estados, alteraram, consideravelmente, a configuração geográfica herdada do Império e impuseram novas dinâmicas à organização político-administrativa do país, sem, contudo, produzir grandes abalos nas estruturas políticas ali assentadas. Esse foi o caso particular do Território do Amapá que, mais adiante, debatarei. Porém, ao mesmo tempo, refletem todas as contradições de uma política dualista, importada das fórmulas político-liberais de nossa República federativa às avessas que, segundo Ângela de Castro Gomes, consagrou-se logo após os anos 1920 como fruto do “confronto entre a autoridade pública central que se queria cada vez mais absorvente, e os poderes locais de oposição a essa autoridade, que se tornavam cada vez mais resistentes” (GOMES, 1998, p. 494).

Tomando a experiência dos Territórios Federais na República brasileira, para essa dicotomia descrita por Gomes, acrescentaria outra: o da centralização e da descentralização. A adoção de um modelo de administração territorial, como meio de dotação de uma estrutura política temporária, capaz de favorecer a autonomia estadual e o desenvolvimento econômico de regiões pouco povoadas e atrasadas – apesar de não serem ideias novas – foram soluções emergenciais para problemas estruturais que vinham de longa data, a partir do entendimento de que a centralização do poder federal, em regiões de domínios estaduais, aonde apresentava grande incapacidade de gerir o seu extenso território, era um bem necessário e totalmente compatível com os arranjos do federalismo brasileiro.

O debate da centralização e da descentralização acirraram os ânimos dos primeiros anos da República, e estiveram entre os principais embates políticos do período, pois segundo Océlio de Medeiros não era permitido “ao legislador da primeira fase republicana conceber essa concentração da *autoridade central*, incompatível com o liberalismo clássico” (MEDEIROS, 1946, p. 95), e com as prerrogativas dos Estados-Membros que, conforme o federalismo, passariam a ter autonomia para gerir seus próprios territórios. Ao mesmo tempo suscitavam inflamados discursos que tendiam à defesa de arranjos federais compatíveis com a

realidade brasileira, como o proferido por Rui Barbosa, o então Ministro da Fazenda, no Congresso Nacional, no dia 16 de dezembro de 1890. Esse discurso é tão emblemático e representativo de uma forma de ver a República recém instalada no Brasil, que, mesmo longo, vale a pena parte de sua transcrição, em que é possível perceber que para Rui Barbosa o melhor federalismo que o Brasil poderia adotar não era aquele defendido pelas teorias modernizadoras (em moda nos países desenvolvidos europeus e nos Estados Unidos – apesar de ver no segundo uma referência), mas o possível: um federalismo sem excessos, havendo lugar para a conciliação entre um poder central portador da hierarquia e ordem e a descentralização do poder traduzida em liberdade moderada para os Estados da federação.

As repúblicas saxônicas, que depunham a sua soberania, trocando-a, sob a nova constituição, por uma autonomia limitada, festejaram o fato da união nascente como princípio de uma era salvadora. Nós, ao revés, que passamos da centralização imperial a um regime de federação ultra americana, isto é, que passamos da negação quase absoluta da autonomia ao gozo da autonomia quase absoluta, nós vociferamos ainda contra a avareza das concessões do projeto, que, oferecendo-nos uma descentralização mais ampla que a dos Estados Unidos, incorre, todavia, no vício de não nela dar tão ilimitada quanto a imaginação sem margens dos nossos teóricos. Queríamos uma federação sem plágio, uma federação absolutamente original, nunca experimentada, virgem, como um sonho de poeta, impecável como uma solução matemática, fechada ao ar livre da realidade, que deve saná-la, impregnando-a no ambiente da União, uma federação, em suma, encerrada implacavelmente no princípio da soberania dos estados presos à forma federativa pelas migalhas deixadas cair das sobras da sua renda na indigência do Tesouro Nacional. Vede este abismo entre a solidez prática daqueles saxônios, educados no governo de si mesmos, que fundavam, a poder de bom-senso e liberdade temperada, a maior das federações conhecidas na História, e o descomedimento da nossa avidez. Ontem, de federação, não tínhamos nada. Hoje, não há federação, que nos baste. Essa escola não pensa, ao menos, no papel vivificador da União, relativamente aos estados, não sabe ver nela a condição fundamental da existência destes (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1890, p. 125).

Como destacou Ângela de Castro Gomes (1998, p. 491), “Rui foi e continua sendo uma das mais sólidas representações da República”, portanto, uma das figuras mais influentes da época. Sua forma de ver o federalismo ajuda a compreender, ao menos em parte, como foram sendo costurados os arranjos federais que darão, mais tarde, poder à União para desmembrar territórios dos

Estados, a partir de uma medida centralizadora. De acordo com Raimundo Faoro (2001), Rui Barbosa, “o conciliador”, era a própria personificação da contemporização centralizadora que verberou contra o apetite desordenado e doentio do federalismo, ao afirmar que a união, legada pela monarquia, deveria ser mantida por amor ao próprio sistema federal. Segundo Faoro, que na visão de Rui, “fora da União não existe Estados, condenados pelo déficit financeiro” (FAORO, 2001, p. 530).

Seu discurso ilustra, de forma pragmática, como que, no interior de múltiplas correntes de pensamento, foi sendo construída uma forma de pensar a República de um formato de federalismo que pactuou com a centralização e a descentralização de forma muito particular, ultrapassando a própria órbita do Direito Administrativo, resultando daí uma tendência do uso das doutrinas como conveniência política (MEDEIROS, 1946). Lembra Faoro (2001, p. 530): “um jornalista, atento ao nascimento do novo regime, surpreendeu nítido dissídio entre os Estados do Norte e os do Sul, inclinados, os primeiros, à União protetora, enquanto os últimos extremam-se no sistema federativo amplo”.

Para Océlio de Medeiros (1946), essa fórmula de se compreender a interlocução entre a centralização e a descentralização dentro do federalismo brasileiro, teve como seu maior doutrinador Paulino Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, que como político, partidário da centralização, elaborou uma das mais reconhecidas obras sobre o assunto intitulada *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, publicada em 1862, onde analisou o problema pelo seu aspecto político, da maneira que acreditava em melhor atender a conveniência da administração pública. Para ele, o melhor sistema era a descentralização administrativa com centralização política. Essa escolha está bem explícita no seguinte trecho do seu livro:

é preciso proporcionar a centralização às suas aplicações naturais. Cumpre sujeitar a uma centralização maior os negócios de maior importância; a uma centralização mínima ou a uma descentralização completa os negócios de interesse puramente local, que somente afetam localidades. É preciso não querer regular de longe, e pela aplicação de grandes princípios, os pequenos negócios que somente podem ser bem tratados no lugar com prontidão, e por pequenos meios empregados oportunamente. É preciso não querer governar com razões de Estado os negócios domésticos das localidades, as quais têm outras razões para os governarem. A maior ou menor centralização ou descentralização depende muito das circunstâncias

do país, da educação, hábitos e caráter nacionais, e não somente da legislação (SOUSA, 1862, p. 352).

Para Visconde do Uruguai, como legislador do Direito Administrativo, a questão da dicotomia entre centralização e descentralização deveria ser definida pela ótica do poder central, em aliança com os poderes regionais; este último terá uma maior ou menor influência na federação dependendo do grau de desenvolvimento econômico e social local. Essa forma de pensar o problema, como demonstrou José Murilo de Carvalho (2002), provinha da influência da obra de Tocqueville que, ao distinguir o político do administrativo, criava uma espécie de divisão geográfica dos poderes: os administrativos eram concedidos às localidades e os políticos aos poderes Estaduais e Federativos; também abria precedentes para as mais variadas compreensões e distorções.

No embate das teorias, doutrinas e idealismo, Rui Barbosa, como liberal, era o oposto de Visconde do Uruguai, um conservador. Aqui estão postos como representações de uma dualidade muito mais complexa; porém, na interseção entre ambos, é possível identificar a aplicação de muitos dos preceitos que defendiam na forma como o Estado brasileiro vai conduzir a organização e a gestão do território, sobretudo, quando, como bem enfatizou Aimberê Freitas (1991, p. 28), “se analisa a elaboração do Decreto-Lei que, arbitrariamente, criou os Territórios Federais, desmembrando terras dos Estados, sem consultá-los e neutralizando, por completo, suas soberanias”.

Como herdeira do Império, a República recém inaugurada refletiu na sua organização político-administrativa os mesmos problemas que já vinham sendo apontados pelo políticos e estudiosos do regime derrubado. Segundo Océlio de Medeiros (1946), ao invés de aproveitar o período do governo provisório ou dos intensos debates da Constituinte para a correção das desproporções espaciais, econômicas e sociais das províncias, manteve-se a mesma divisão política do Império na constituição dos Estados. Pelo Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, ficou estabelecido, nos artigos 1º e 2º, que:

Art. 1º. A Nação Brasileira, adotando como forma de governo a República Federativa, proclamada pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, constitui-se, por união perpétua indissolúvel entre as suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2º. Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro, constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso.

1.1.1 Acre, território incorporado

O surgimento do primeiro Território Federal na República brasileira ocorreu da cessão de terras pertencentes à Bolívia e também disputadas pelo Peru, através do Tratado de Petrópolis²⁵, de 1903. A cogitação de se criar essas entidades territoriais não era nenhuma novidade na política brasileira, como já demonstramos anteriormente, mas a existência do Acre na organização política do país provocou embates calorosos entre as elites políticas nacionais e locais, forçando a uma real necessidade de se definir sua natureza jurídica e exigiu do Estado brasileiro ações emergenciais para sua estruturação.

Não é aqui pretendido rememorar a longa e conturbada disputa entre as duas soberanias limítrofes pelo território acreano, que culminou com a sua anexação definitiva ao Brasil através de um acordo diplomático. Nem tampouco intenciono me alongar na sua prolixa história como Território Federal, pois além de não ser objeto específico dessa pesquisa, alguns estudos assim o fizeram, como o que foi realizado por Francisco Bento da Silva, fruto de sua dissertação publicada recentemente, em 2012, com o título *Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano (1921-1964)*, que aqui foi utilizado como base para parte dessa curta reflexão.

Entretanto, não poderia analisar o conturbado processo que levou a origem do Amapá Território e os quase 50 anos de sua existência, sem me reportar, brevemente, ao desenrolar dos acontecimentos que levaram a criação do Acre Federal; não só porque foi através do seu surgimento, mesmo decorridos quase 40 anos para o surgimento do segundo Território Federal, o de Fernando de Noronha²⁶, que o Estado brasileiro passou a considerar, de forma mais efetiva, a criação de novos Territórios Federais, mas, também, sua experiência me forneceu, de forma

²⁵O Tratado de Petrópolis foi assinado em 17 de novembro de 1903. Todavia, o Território do Acre foi criado e organizado em 7 de abril de 1904, quando Rodrigues Alves era o presidente do Brasil e o Barão do Rio Branco Ministro do Exterior.

²⁶O Território Federal de Fernando de Noronha foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942.

mais abrangente, subsídios para defender que, assim como os demais, a condução do Amapá Território não recebeu do Estado brasileiro a atenção necessária a fim de prepará-lo para a transição em Estado-Membro.

Os primeiros anos da República foram tempos de grandes agitações e de desordens políticas. Em cinco anos, de 1889 a 1894, o Brasil teve 11 ministros de Relações Exteriores, o que, além de causar descontinuidades, demonstrava a grande dificuldade que o país enfrentava para alinhar sua política internacional. O litígio com a Bolívia não foi o único que o Estado brasileiro enfrentou nesses anos turbulentos, a exemplo da disputa entre a França e o Brasil na região norte do Pará que, mais tarde, em 1943, vai ser parte da região desmembrada desse Estado para a criação do Território do Amapá. Contudo, a região do Acre tinha uma especificidade, pois, conforme destacou Araújo Jorge (1999, p. 102), “do ponto de vista jurídico, todo o território do Acre era boliviano”, mas do outro ponto de vista – o da ocupação – era brasileiro.

O fato foi que todo o desenrolar do processo, que começou com a incorporação do Acre ao Brasil até a sua estruturação em Território Federal, denota claramente a falta de um planejamento mais efetivo pelo Estado brasileiro, objetivando desenvolvê-lo como Estado autônomo. As correspondências trocadas entre Rio Branco e Rui Barbosa, em 20 e 22 de outubro de 1903, denunciam a reprovação, pelo segundo, dos valores financeiros que estavam sendo acordados com a Bolívia, segundo trecho abaixo:

ao princípio alguma coisa, bem que mui parcamente, era razoável se fizesse nesse sentido; visto que a Bolívia parecia julgar-se ferida e intransigente ao contato do nosso dinheiro, alegando que o território, como a honra, não tem preço, e não era justo que com o milhão esterlino, insinuado entre as nossas ofertas, a houvésemos por compensada inteiramente da extensão territorial que nos cedia. Mas, desde que os negociadores bolivianos puseram de parte esses escrúpulos e entraram francamente no terreno dos ajustes pecuniários, pedindo se elevasse aquela quantia ao dobro, por que não ultimarmos nessa espécie de compensações o nosso ajuste de contas? Acrescentando a essa vantagem a construção da estrada, creio que lhe não teríamos medido escassamente o valor do Acre. Juntar-lhe ainda a cessão de um porto já seria, talvez, muito. Contudo, até aí se poderia ir, suponho eu. Mas, somar a todas essas verbas 5.973 quilômetros de território brasileiro é o que me parece uma generosidade, cuja largueza excede, a meu ver, o limite dos nossos poderes (ARAÚJO JORGE, 1999, p.115).

No acordo, que pôs fim ao impasse com a Bolívia, o Brasil, por intermédio do Barão do Rio Branco, comprometeu-se a pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas, um valor muito alto à época, e ainda construir a parte da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em território brasileiro (ARAÚJO JORGE, 1999). O caso do Acre, em razão dessa cláusula financeira considerada abusiva por Rui Barbosa, e da forma como o governo vinha conduzindo toda a questão, provocou apaixonadas discussões na imprensa e acalorados debates no Senado e na Câmara dos Deputados nos dias que precederam a sua aprovação (SILVA, 2012). O próprio Rui Barbosa, que fazia parte da Comissão responsável em resolver o litígio, na referida Carta, justificava com Rio Branco seu pedido de desligamento da Comissão por não assentir, principalmente, com os termos financeiros do acordo.

Segundo Francisco Bento, após a definição do litígio entre brasileiros e bolivianos, que incorporou em definitivo o Acre ao Brasil, e diante do impasse de qual estatuto jurídico aplicar à nova unidade política, cogitaram-se no mínimo três alternativas para resolução do problema: “a) ser o novo Território Federal administrado pela União; b) anexá-lo ao Estado amazonense; ou c) elevá-lo à condição de Estado autônomo da Nação brasileira” (SILVA, 2012, p. 31). A primeira proposta, que colocava a região do Acre sob a tutela direta da União, não agradava as oligarquias locais – ligadas ao extrativismo da borracha – interessadas em manter seu controle sobre o mais novo território, e intencionavam que o Acre fosse transformado em Estado; “já os dirigentes e comerciantes amazonenses estavam, sobretudo, ávidos pelos lucros advindos da exploração gomífera e dos impostos que seriam incorporados ao tesouro do Amazonas caso se efetivasse a segunda alternativa” (SILVA, 2012, p. 31).

Entretanto, das três propostas cogitadas para a resolução da questão do Acre, a de incorporá-lo ao Estado do Amazonas foi a que mais movimentou os ânimos políticos. Assis Brasil, à época, em correspondência enviada de Washington para o Barão do Rio Branco, aonde atuava como ministro brasileiro junto ao governo dos Estados Unidos, orientou no sentido de se proceder a uma reforma constitucional para criar no país o regime de Territórios Federais. Ao externar sua simpatia pela criação de Territórios Federais, além de transparecer uma visão predominante de uma parcela influente da elite política brasileira, do período,

criticava a reivindicação do Estado do Amazonas, que se julgava legítimo detentor dos direitos às terras do Acre Setentrional com a justificativa de “posse imemorial e domínio antigo”. Para ele, tanto a incorporação ao Estado do Amazonas, quanto a criação do Estado do Acre, eram medidas incabíveis e precipitadas. Em sua opinião, mais prudente seria, primeiramente, a adoção do regime de Territórios Federais e só depois emancipá-lo. A seguir o trecho no qual defende esse posicionamento:

por que não usa do seu grande prestígio nacional para promover a reforma (constitucional ou ordinária) que estabelecesse o regime dos territórios? Seria uma bênção para o país. Até alguns dos atuais chamados Estados deviam passar por esse regime. Como acabar por outro modo com as imoralidades do Amazonas, por exemplo, que ainda neste momento está procurando hipotecar aos agiotas mais direitos soberanos que a Bolívia quis dar ao Sindicato do Acre? Será difícil levar tão longe a reforma, mas ao menos poderia aproveitar para casos como o Amapá, o das Missões e o do Acre. E que melhor campeão teriam esses ricos territórios que o herói incruento que os conquistou para o patrimônio nacional? (TOCANTINS, 1961, p. 689).

Mais adiante, em 4 de dezembro de 1905, a tese de “posse imemorial e domínio antigo” vai ser utilizada como argumento central na petição interposta, junto ao Supremo Tribunal Federal, contra a União pelo Estado do Amazonas. Rui Barbosa foi quem advogou a favor do peticionário. Do litígio com a União restou uma peça jurídica de grande erudição, publicada em dois volumes, com o título *O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional*. Aqui, apresentou-se, conforme os ensinamentos do mestre Le Goff (1996), como “documento/monumento”, produto de escolhas e intenções de quem o elaborou, como representação de uma das múltiplas faces que envolveu as disputas pelo território acreano. Pode-se afirmar que Rui Barbosa, nesse momento, era a própria expressão de uma República caricaturada, denunciada nos escritos de seu maior interlocutor, o jurista sergipano Gumerindo Bessa, intitulado *Memorial em Prol dos Acreanos Ameaçados de Confisco pelo Estado do Amazonas na Ação de Reivindicação do Território do Acre*, de 31 de janeiro de 1906, onde o que menos importou foi o direito legítimo dos brasileiros que o povoaram.

Na disputa prevaleceu a decisão já expressa pelo Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, que autorizava a União a administrar, provisoriamente, o território já reconhecido brasileiro, em virtude do Tratado de Petrópolis. Naquele mesmo ano,

o Decreto nº 5.188, de 7 de abril, criava, efetivamente, o Território Federal do Acre dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá²⁷. Para Océlio de Medeiros (1946), a transformação do Acre em Território Federal foi uma medida emergencial, inspirada no Direito Americano. Como o governo federal não sabia ao certo o que fazer com as terras recém incorporadas ao país, resolveu transformá-lo em território copiando o modelo norte americano. Mas, ao contrário do Brasil, nos Estados Unidos os Territórios Federais tiveram o poder de autoadministração, o que justificava, de forma mais objetiva, o propósito de suas criações como etapas preparatórias para a transição em Estados.

Deve-se mencionar que no momento da criação do Acre, a Constituição de 1891 não previa a formação de Territórios Federais. Océlio de Medeiros (1946) conjecturou que isso se deu, possivelmente, por “atribuir a sua origem quase que exclusivamente à conquista, incompatível com o art. 88, Título V”, que não considerava, em hipótese alguma, a aquisição pelo Brasil de territórios através de guerra direta ou indireta, ou alianças com outros países. Contudo, o fato da Constituição de 1891 não ter previsto a existência de Territórios Federais, não significou que não se cogitou, à época, sua criação, e nem tampouco isso representou um empecilho para a sua criação, em 1903.

Apesar da Constituição de 1891 não ter previsto a existência de Territórios Federais, segundo as interpretações de alguns juristas da época, como João Barbalho (1902), a União poderia concluir tratados com outros países, conforme artigos 34, §12 e 48, §16, e por esse meio não lhe era vedada a aquisição de novos territórios, por compra, concessão ou convenção de limites²⁸. João Luiz Alves (1904), ao estudar sobre o assunto, constatou que, embora a Constituição não tivesse previsto, expressamente, a existência da entidade jurídica “Território Federal”, não se proibia a sua criação, considerando que, com base no mesmo

²⁷ Essa divisão perduraria até a unificação da administração do Território do Acre, ocorrida em 1920. Segundo Silva (2012, p. 34), a administração acreana durante esse período foi fragmentária, fazendo jus ao famoso axioma de “dividir para governar”, como estratégia para frear o movimento autonomista, em crescimento. Assim, o exercício do poder executivo era realizado pelos prefeitos departamentais, designados pelo presidente da República. Em 1912, passou a existir mais um Departamento, o do Alto Tarauacá, intensificando ainda mais esse modelo administrativo.

²⁸ Texto do voto emitido pelo Sr. Ministro Rubem Rosa (Relator), ao aprovar, no Tribunal de Contas, o Projeto das Instruções sobre a tomada de Conta dos Governadores dos Territórios Federais In: BRASIL. Territórios Federais – criação e administração – Tribunal de Contas da União – Tomada de contas dos governadores. Ato nº 9, Brasília-DF, 1962, p. 315-333.

artigo 34, item 29, “a União poderia adquirir e governar territórios, uma vez que aquele dispositivo dava competência ao Congresso Nacional para legislar sobre terras e minas de propriedade da União”.

Na compreensão desse jurista, a expressão “terras” significava a mesma coisa que “territórios”, portanto o que permitia ao Congresso Nacional legislar sobre as terras incorporadas ao patrimônio da União, e dar-lhes o formato que melhor fosse conveniente à administrativa pública. Todavia, nem todos pensavam assim. Na visão de outro jurista, Clóvis Bevilacqua (1904), era impossível o surgimento de Territórios Federais dentro do sistema republicano brasileiro em razão da própria natureza constitucional, que não previa suas existências, pois nem os Estados-membros poderiam possuir terras que se achassem fora dos seus municípios, nem a União as poderia possuir fora das fronteiras dos Estados.

Conforme argumenta Francisco Bento da Silva, a escolha em transformar o Acre em Território expressa, sobretudo, a vontade das autoridades federais em se manter no controle de sua administração e, assim, garantir “o recolhimento dos impostos advindos da produção da borracha que, à época representava uma fonte de divisas considerável na balança comercial brasileira” (SILVA, 2012, p. 31-32), pois o governo queria rever o dinheiro pago à Bolívia com a sua incorporação. Assim, o papel desempenhado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) merece destaque por ter sido um dos personagens fundamentais ao defender, eloquentemente, o domínio da União sobre o novo território (SILVA, 2012).

Como alerta Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007), o historiador não pode jamais dizer que ancorou no ponto final da verdade derradeira. Pergunta-se qual foi a intenção do governo federal ao criar o Território do Acre, já que havia outras propostas em disputas e a própria Constituição vigente não autorizava a sua criação? Em 1945, o secretário geral da presidência da Câmara dos Deputados, Otto Prazeres, foi taxativo ao responder a mesma pergunta, mas já se reportando aos demais Territórios criados pelo Decreto 5.812: “não podia ser outra senão o de aproximar livremente esses Territórios do Governo Federal, tendo este completa

liberdade de ação de escolha do tipo político-administrativo a ser escolhido” (PRAZERES, 1945, p. 68)²⁹.

1.1.2. Os novos Territórios

Em 1942, quando da criação do Território Federal de Fernando de Noronha, o jurista Océlio de Medeiros dispensou grande parte do seu tempo ao estudo dos Territórios Federais, tomando como ponto de partida a experiência de sua terra natal, o Acre “incorporado”, cujos originais, por sugestão do Ministro Ataulfo de Paiva³⁰, foram enviados à Presidência da República com o objetivo de subsidiar a criação de outros Territórios. Medeiros foi um defensor dos Territórios Federais e da política intervencionista que os criou; via-os como passaporte para a tão sonhada utopia da autonomia acreana. Para ele, o grande desequilíbrio territorial entre os Estados, aliado a autonomia concedida para administrarem, por vezes, imensos espaços, prejudicava o desenvolvimento do país, criando regiões com graves problemas econômicos. Em sua opinião, competia a União a tarefa de corrigir essa anomalia por medidas intervencionistas e emergenciais.

Portanto, ao escrever *Territórios Federais* (1944), o primeiro de muitos outros ensaios que o seguiram, almejava que o Estado brasileiro o lesse antes da expedição do Decreto-Lei nº 5.812/43. O livro não chegou ao conhecimento do destinatário, pois Medeiros descobriu, tempos depois, que havia sido engavetado sem que chegasse a ser consultado. Os esforços de Medeiros em tornar de conhecimento público seus estudos, antes que se criassem novos Territórios Federais no país, demonstra uma preocupação em alertar o Estado brasileiro para o fato de não existir, no Brasil, uma legislação que desse suporte jurídico para as administrações dessas unidades político-administrativas.

Era fato que a pretensão de se criar “Territórios Especiais”, como eram denominados, no Império, os “Territórios Federais”, remonta aos primeiros debates

²⁹ Artigo publicado por Otto Prazeres na Revista do Serviço Público, em junho de 1945, em resposta à Océlio de Medeiros ao discordar do seu posicionamento, defendia que “os Territórios não deveriam ser divididos em municípios ou não deveriam ter divisões autônomas que caracterizam essa entidade política” (PRAZERES, 1945, p.66-68).

³⁰ Contrariando as normas, Ataulfo de Paiva foi nomeado, pelo presidente Vargas, Ministro do Supremo Tribunal Federal, aos 69 anos, de 1934 a 1937 (Ver: VIOTTI, Emília. **Supremo Tribunal Federal e a Construção da Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2006).

realizados dentro do parlamento brasileiro, em 1823. Mas, foi somente na Constituição de 1934 que o termo aparecerá pela primeira vez, contido no art. 1º, do Capítulo I, com o seguinte texto:

a Nação Brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e **dos Territórios** em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa proclamada em 15 de novembro de 1889 (grifo nosso).

Como vinha ocorrendo em outros momentos, toda vez que se fazia qualquer referência à necessidade de se proceder a uma nova redivisão territorial no país, os ânimos políticos se exaltavam. O debate em torno dos Territórios Federais, na Constituinte de 1934, não fugiu a essa regra. O anteprojeto à Constituição, apresentado para discussão no parlamento brasileiro em novembro de 1933, continha, como proposta, um capítulo específico para os Territórios Federais, no artigo 85, que estabelecia que: “as regiões fronteiriças com países estrangeiros, insuficientemente cultivadas e de população inferior a um habitante por quilômetro quadrado, ou desabitadas, constituirão Territórios, cujos limites serão fixados na lei que os organizar”.

O postulado de defesa nacional utilizado como argumento central para que se autorizasse a União a interferir em áreas de Estados, que apresentassem grandes dificuldades financeiras e humanas para a proteção das fronteiras, foi motivo de uma celeuma que se estendeu por meses dentro do parlamento brasileiro. Segundo alguns parlamentares, o mesmo feria as autonomias dos Estados. De acordo com o deputado do Rio Grande Sul, João Simplício Alves de Carvalho, “quando procura estabelecer regime especial a que devem ser submetidos trechos do território nacional para uma ocupação passageira ou definitiva da União [...]. Atenta contra a autonomia dos Estados, quando os desfalca em seus territórios” (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1933, Vol. II, 1935, p. 311).

Segundo o historiador Herbert Toledo Martins (2013), o artigo 85 do anteprojeto à Constituição de 1934, elaborado por uma Comissão do Itamaraty, objetivava dar andamento a criação dos Territórios Federais de *Amapá* e *Óbidos* no Pará; de *Rio Branco*, *Rio Negro* e *Solimões* no Amazonas; de *Maracujá*, *Juarú* e *Guaporé* no Mato Grosso; e *Iguaçu* no Paraná e Santa Catarina. Ou seja,

estrategicamente, tudo indicava que, como o governo não pretendia bater de frente com os interesses regionais enraizados, tentou redividir o país através da formação de Territórios Federais em zonas fronteiriças.

O propósito do governo varguista de criar novos Territórios teve que aguardar até a implantação do Estado Novo. A proposta foi rechaçada pela grande maioria das representações das bancadas dos Estados, durante a Constituinte de 1934, e o artigo 85 foi suprimido. Alegavam os propositores³¹ da supressão do artigo que a manutenção desse artigo, além de ferir a autonomia dos Estados, tentava esconder a verdadeira intenção do governo federal, que era de realizar uma redivisão do país através da criação de Territórios para poder exercer o controle direto da União em áreas consideradas estratégicas, em razão das riquezas naturais que possuíam.

A sessão da Câmara Federal que levou à supressão do artigo 85, ocorreu no dia 3 de março de 1934, e teve como principal representante da oposição o deputado matogrossense Generoso Ponce, que em tom de denúncia, criticou a proposta apresentada pelo governo, alegando que o argumento da defesa nacional visava camuflar medidas intervencionistas nas regiões fronteiriças. Segundo ele:

qual, Srs. Constituintes, o fundamento desse dispositivo do anteprojeto da Constituição? A primeira vista, o da defesa nacional. E mais viva impressão de que na realidade fosse a defesa nacional, o verdadeiro motivo, o intuito determinante desse dispositivo ainda teriam aqueles que conhecessem um dos artigos propostos à Sub-Comissão Constitucional do Itamarati pelo ilustre Sr. General Góis Monteiro, artigo esse que não logrou entretanto a aprovação da referida Sub-Comissão; dizia ele: “a colonização e a administração dos territórios federais de fronteiras, devem ter por objetivo subtrair suas zonas à influência econômica, cultural, política, social dos outros países deles vizinhos, ligando-se intimamente ao sistema nacional (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1934, Vol. IX, 1936, p. 200).

O trecho abaixo, também extraído dos Anais da Assembleia Constituinte de 1933-34, expressa o posicionamento contrário da bancada paraense – um dos Estados que teria partes das terras desmembradas – caso o artigo 85 fosse aprovado, e corrobora que a pretensão do Estado brasileiro não era o postulado da

³¹ Um número elevado de deputados, na Constituinte de 1934, apresentou emendas propondo a supressão do artigo 85.

defesa nacional, mas interesses econômicos sobre as regiões que se pretendiam desmembrar dos Estados.

A criação de “Territórios” nas regiões fronteiriças com países estrangeiros, na forma dos dispositivos do anteprojeto, não tem amparo em razão alguma de ordem pública, tendo o grande inconveniente de ferir os direitos dos Estados, quiçá originando novas questões de limites dentro da União. A única justificativa da medida seria o ponto de vista da defesa nacional, mas este, além de perfeitamente assegurado nos dispositivos que lhe dizem respeito, e emendas apresentadas, não existe, porque o próprio anteprojeto, contraria a hipótese quando prevê no § 1º do art. 85 a transformação por força especial dos Territórios em novos Estados quando tiverem população suficiente. A verdade é que não se trata de uma necessidade imperiosa de defesa nacional, mas simplesmente de um pretexto para a redivisão do país (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1933, Vol. IV. 1935, p. 416).

É bom destacar que a bancada paraense não era unânime com relação a contrariedade do artigo 85. Na verdade, a grande maioria criticava o enfraquecimento que a proposta poderia ocasionar na autonomia dos Estados, mas ao mesmo tempo defendia, como aditivo ao projeto à Constituição, um auxílio econômico pela União para Estados localizados em regiões fronteiriças. Essa emenda, caso aprovada, visava garantir, também, maiores recursos financeiros para Estados, como o Pará, que faziam fronteiras com países vizinhos, como a Guiana Francesa.

Como se vê, não era demasiadamente simples um debate sobre a redivisão territorial no Brasil. Chocava-se com os mais variados interesses, tanto que havia dentro do parlamento aqueles que sempre ponderavam no sentido de adiar qualquer propósito de alterar a divisão política vigente. A exposição abaixo, retirada da contraproposta do anteprojeto à Constituição governamental, elaborada por Sócrates Diniz e assinada por um grupo de deputados³², externa essa vertente do pensamento político brasileiro dentro da Constituinte de 1934.

Atendendo aos antecedentes políticos do Brasil, já firmados na consciência popular, manteve o regime *republicano-federativo*; existente, alicerçado desde os primórdios da nossa vida colonial, promover, de imediato, sem minucioso estudo e prolongado trabalho

³² O projeto à Constituição foi apresentado na Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1933, assinado por Edwald Possolo, Eugênio Monteiro de Barros, Edmar da Silva Carvalho, Martins e Silva, Sebastião Luiz de Oliveira e Alberto Surek. Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

preparatório, nova divisão territorial mais equitativa entre os Estados, manteve para estes os atuais territórios, consignando, porém o princípio da divisão equitativa, para que possa ser efetiva em momento oportuno (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1933., Vol. III, 1935, p. 29).

Ângela de Castro Gomes (1998) destaca que, desde os anos 1920, vinha se construindo uma forma de pensar a sociedade e a política brasileira oriunda de um modelo referenciado no contexto político internacional, que via no Estado o condutor do desenvolvimento e da modernização do país. Nesse sentido, segundo a autora, os anos 1920 demarcaram um momento de crítica contundente ao reduzido grau de governo do Estado republicano oligárquico, traduzido na fragilidade institucional que não conseguia “um bom desempenho na tarefa de forçar os principais atores privados (as oligarquias) a cooperar, abandonando seus interesses mais particulares e imediatos em nome de horizontes de mais longo prazo e, por isso, mais gerais” (GOMES, 1998, p. 510). Para Gomes (1998, p. 510), “não é casual, portanto, que entre 1920 e 1940 tenha sido produzido ensaios tão significativos para a compreensão do país e que suas interpretações povoem ainda de forma vigorosa nosso imaginário político”. Então, pergunto: como essa forma de pensar a política refletiu na construção do plano de redivisão territorial, que toma como modelo divisionário a criação dos chamados Territórios Federais?

O político e sociólogo Oliveira Vianna, conforme destaca Gomes, é tradutor, por excelência, dessa vertente autoritária e nos fornece elementos para a compreensão desse formato. Tomando como exemplo a experiência do Acre, no capítulo “O erro da autonomia Acreana”, do livro *Pequenos Estudos de Psychologia Social*, de 1942, o autor critica as aspirações de autonomia que conduziram a constituição desse território: “os sertanejos acreanos, que pleiteiam a autonomia plena da sua terra, tramam, com suas próprias mãos, os liames que hão de escravizá-los” (VIANNA, 1942, p. 143). Percebe-se, através de Vianna, a atribuição do atraso de regiões como a do Acre, ao descaso dos representantes do Estado oligárquico liberal que teriam permitido o predomínio dos poderes locais decadentes, incapazes de reunir condições para promover o autodesenvolvimento econômico, como ocorreu em outros estados do país. A citação, apesar de longa, extraída do livro do autor é esclarecedora para se compreender essa forma de interpretação da realidade brasileira.

Renovando, com estardalhaço, essas belas fórmulas literárias, com que a retórica do nosso liberalismo vem, há quase um século, encandescendo a nossa fantasia de sonhadores, pedem eles as regalias da autonomia política, a exemplo dos cidadãos de São Paulo, de Minas ou do Rio Grande. [...] como se para os efeitos da vida pública, com os deveres que lhe incumbem, o gaúcho independente, o paulista operoso ou o ponderado mineiro pudessem ser nivelados ao sertanejo do nordeste. [...] a federação foi para elas um gravame, uma provação e um desastre. Hoje, como ontem, como há quarenta anos passados, continuam a esperar que as salve da miséria, do obscurantismo e da politicalha, não já a Coroa, mas os seus naturais sucessores históricos: a União, o governo, os poderes federais (VIANNA, 1942, p. 143-145).

Assim, conforme Francisco Bento da Silva, para Oliveira Vianna (2012, p. 33), “a solução seria uma política autoritária, implantada de cima para baixo, como ele preconizara para o caso acreano”. De acordo com Lucília Neves (1997), de fato esse acabou ocorrendo após o governo implantado em 1930, pois em contraposição ao predomínio das práticas liberais da República Velha, o novo governo orientou suas ações para a constituição de um Estado orgânico, hipertrofiado, centralizador, modernizador e assistencialista. Foi justamente nesse ambiente político, onde as funções governativas adquiriram características peculiares de um paternalismo autoritário, orientados, simultaneamente, por objetivos modernizantes e conservadores que foram delineadas as bases de sustentações “reais” para a criação dos cinco novos Territórios Federais, em 1943.

Foi durante a fase ditatorial do governo Vargas, após a suspensão dos embates políticos regionais dentro do parlamento, que se gerou o dispositivo constitucional para se criar, através de desmembramentos de territórios dos Estados, regiões administradas diretamente pela União. O artigo 6º da nova Constituição de 1937 estabelecia que “a União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial”. Esses seriam compostos por áreas incorporadas à União, conforme as regras do direito internacional, provenientes da perda de autonomia dos Estados que revelassem incapacidade financeira para se administrar, ou de áreas que pertencessem à direção dos Estados, mas que representassem interesse de defesa nacional (SILVA, 2007).

A Constituição de 1937 definiu, entre outras coisas, que a administração dos territórios seria regulada por *lei especial* e que todas as questões relativas à defesa nacional seriam estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender possíveis emergências. O Conselho de Segurança Nacional seria presidido pelo Presidente da República e constituído pelos ministros de Estado e pelos chefes do Estado-Maior do Exército e da Marinha. Os Territórios, assim como os Estados, passariam a ter um delegado da União (CF 34, artigo 16), que, nesse caso, atuaria como representante direto da União nessas Unidades. Porém, ao mesmo tempo, a Carta Magna de 1937, com relação à organização jurídica e administrativa, foi omissa em vários outros aspectos de grande relevância, contribuindo para a construção de estrutura judiciária e administrativa bastante deficitárias nos Territórios (SILVA, 2007).

Percebe-se que o espírito centralizador que conduziu os trabalhos de elaboração da Carta Magna, de 10 de outubro de 1937, refletiu nitidamente no poder conferido à União para desmembrar áreas de Estados, sem consulta às respectivas populações, sustentado no vago critério da *defesa nacional*. Dessa forma, a pessoa jurídica “União” se reportava ao Presidente da República, a quem a Constituição conferiu enormes poderes. Para o Estado brasileiro, que defendia a redivisão territorial brasileira a partir de Territórios Federais, a centralização política era estratégica e conveniente, pois impediria quaisquer manifestações contrárias dos Estados e das populações residentes que pudessem pôr em riscos sua execução.

Vale mencionar, que foi durante o período em que decorreu as duas Guerras Mundiais, que os governos dos países começaram a se aperceber de que a defesa era bem mais do que preparação militar para fazer ou evitar guerras. Foi nesse contexto que surgiu, basicamente, o que se compreende hoje por *defesa nacional*, passando a significar um instrumento de garantias e estratégias de segurança de soberania nacional. A partir daí vários foram os autores que teorizaram sobre o tema, e esse variou conforme o contexto político de cada época. No auge das políticas do Estado Vargas pós-1937, o conceito de *defesa nacional*, como necessária para a salvaguarda da Segurança Nacional, tendo em vista a presença cada vez maior do inimigo vermelho das nações socialistas, foi fundamental para a implantação do plano de redivisão territorial para o país através da criação de

Territórios Federais, em áreas fronteiriças, vistas como estratégicas para a Segurança Nacional, que culminará no Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943,

Esse foi um momento demarcado por uma variedade de exposições de artigos em revistas e jornais, livros e conferências que apontavam para a necessidade de um equilíbrio mais justo do espaço brasileiro. A grande quantidade de autores e políticos, que em seus textos se debruçaram sobre o assunto, à época, desautoriza qualquer tentativa de acompanhamento mais minucioso. A estratégia, entretanto, foi eleger, nesse cenário, dois deles, mas em caráter de representatividade do que em importância, na qual é possível perceber as diretrizes apontadas na elaboração do novo plano de redivisão territorial, que alterou a divisão política do Brasil oriunda do Império através da criação de Territórios Federais, em 1943.

O geógrafo Everardo Backheuser, que publicou, em 1934, *Problemas do Brasil – Estrutura Geopolítica – O espaço*, um dos livros considerados de maior relevância no tema, exerceu papel de destaque nesse debate, pois suas ideias fariam escola e marcariam o debate sobre a problemática da redivisão territorial no Brasil. É atribuído a ele o princípio da *equipotência*, que defendia uma nova organização geográfica do mapa do Brasil não equivalente em área territorial, mas que atendesse ao equilíbrio entre três variantes: *a superfície, a população e a eficiência econômica*. As ideias defendidas por ele são capitais para a compreensão do projeto de redivisão redesenhado, com a criação de Territórios Federais.

Segundo Backheuser (1934), a nova redivisão do Brasil deveria ter como escopo principal a unidade nacional, minimizando as tendências regionalistas decorrentes da tradição das Capitâneas, que sempre foram entraves para qualquer tentativa de solução nesse sentido. O pior dos problemas que tinha que se enfrentar para se realizar uma redivisão no país era o regionalismo, “o demasiado amor ao ‘torrão natal’ com exagerada preocupação de usos e costumes locais, com hipertrofiado zelo pelos respectivos heróis e fatos históricos” (BACKHEUSER, 1934, p. 69). Para ele, a grande desigualdade entre os Estados ocasionou o predomínio das unidades mais poderosas em detrimento do aniquilamento de Estados menores. Portanto, para corrigir esses disparates, fazia-se necessário evitar Estados com

grandes áreas, mesmo que isso provocasse um aumento significativo do número deles ou de Territórios. Diagnosticou o autor que

a divisão atual do Brasil não atende ao princípio de equipotência. Há estados grandes e estados pequenos. Há estados muito ricos e estados assás pobres. Há estados com grande população, donde, correspondentemente, com maior número de representantes no Congresso, e há estados de escasso povoamento, donde com pequeno número de deputados federais (BACKHEUSER, 1934, p. 69).

Redividir o Brasil de maneira radical, como propôs Backheuser, parecia uma utopia – como ele mesmo já havia admitido – em razão do choque entre os interesses nacionais e os regionais – como aqui já debatido –, mas não resta dúvida de que o mesmo exerceu grande influência entre seus contemporâneos. Suas ideias se aproximaram em muitos aspectos do propósito político inaugurado no Brasil nos anos trinta. Por exemplo, inspirado nos ensinamentos do mestre Backheuser, João de Segadas Vianna propôs o primeiro plano de divisão interna para o país no período, divulgado no artigo intitulado *A divisão territorial do Brasil: o problema em si* (1933)³³. Anos depois, quando da criação dos novos Territórios Federais, em 1943, percebeu-se que o governo os criou em algumas áreas já apontadas por Segadas Vianna no seu plano.

Outro personagem de destaque desse período foi o geógrafo Mário Augusto Teixeira de Freitas. Estudioso dos problemas da redivisão territorial brasileira, transitava com grande habilidade entre as fronteiras intelectual e política, exercendo cargos públicos relevantes relacionados a esse campo de estudo. Teixeira de Freitas pode ser citado como o expoente máximo dos que defendiam, dentro da base governamental, um reajustamento territorial a partir da intervenção do poder central, com a injeção de recursos públicos nacionais como fomentação para o desenvolvimento econômico de novas unidades, originárias dos desmembramentos de grandes e precárias áreas. Suas ideias vão ao encontro do propósito de redividir o Brasil, criando Territórios Federais em lugares de baixíssima densidade demográfica, mas que apresentavam elevado potencial econômico.

³³ Segadas Vianna propôs 69 divisões, sendo 27 estados e 38 territórios, com áreas proporcionais e relativamente iguais (FREITAS, 1941).

Em 1º de dezembro de 1937³⁴, ano de implantação do Estado Novo e da promulgação da nova Constituição que autorizava à União criar Territórios Federais, o então secretário geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Teixeira de Freitas discursou para um seleto grupo de estudiosos responsáveis pela elaboração de um esquema orgânico com as diretrizes gerais para a construção de um plano preliminar de redivisão territorial, a ser apresentado ao Estado brasileiro. Na ocasião, inspirado no modelo norte-americano, apresentou um esboço do que acreditava ser essencial para a elaboração de uma nova redivisão política para o país, que, segundo ele,

como queria Alberto Torres, a reorganização brasileira tem que ser uma obra prima de “arte política”. E se a política é a “arte do possível”, a obra prima que o novo regime há de realizar [...], tem que transigir com as “possibilidades” para atender melhor às “necessidades” (FREITAS, 1941, p. 536).

Em linhas gerais, o secretário do IBGE propôs que a nova divisão não levasse em consideração as divisas tradicionais, tentando neutralizar e minimizar ao máximo os regionalismos existentes, agrupando pequenos Estados e dividindo os maiores, sem consultar as rivalidades locais; defendia que os Estados separados por linhas retas tivessem suas áreas fixadas em padrões razoáveis entre 150 mil a 250 mil quilômetros quadrados. Essa orientação visava garantir o apoio à nova reforma de Estados tradicionais, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão e Piauí, considerando que os mesmos já atendiam os novos limites estabelecidos.

Entre as orientações apresentadas por Teixeira de Freitas também estavam as direcionadas para a criação dos novos Territórios Federais, que deveriam assegurar “que os futuros Estados a se formarem pelo desmembramento dos grandes, ficassem, conforme seu povoamento, na situação de semi-autonomia como províncias ou mesmo como territórios federais, possivelmente sob governo militar com franco papel colonizador” (FREITAS, 1941, p. 538). Para Teixeira de Freitas, essa condição ocorreria em situação especial de amparo pela comunidade nacional, responsável em prover àquelas novas unidades de assistência financeira necessária

³⁴ Essa palestra de Teixeira de Freitas, proferida em 1937, foi publicada na íntegra com o título: “Redivisão Política do Brasil”, na Revista Brasileira de Geografia, de julho-setembro de 1941.

para o crescimento populacional e para o desenvolvimento econômico que lhes assegurassem o rápido acesso à autonomia política.

Cinco anos após a realização da referida palestra, Teixeira de Freitas voltou a discursar sobre a necessidade de se realizar uma nova divisão política no país. Na ocasião, apresentou o que seria o esboço de um projeto de redivisão territorial, propondo a criação de *Territórios Militares Federais, em zonas despovoadas e ainda não organizadas do Brasil*, de partes desmembradas dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Pará e Amazonas. Segundo o Secretário Geral do IBGE (FREITAS, 1941, p.277):

Excetuados Santa Catarina e Paraná, que deverão reincorporar ulteriormente as circunscrições do Território formado na sua região ocidental, os demais Estados em que se constituírem Territórios, terão definitivamente reduzida sua jurisdição a um âmbito geográfico compreendido entre os limites de área fixados no item precedente para as Unidades Territoriais. Os Territórios a que estes últimos Estados derem lugar serão futuramente novos Estados.

Dos seis Estados citados, apenas Goiás não cedeu áreas para a criação dos cinco Territórios criados pelo Decreto-Lei 5.812/43. Pode-se dizer que ali, naquele momento, já estariam traçados os rumos de uma nova divisão política para o Brasil, mesmo que as diretrizes defendidas pelo secretário geral do IBGE não terem sido acatadas em sua totalidade pelo Estado brasileiro, quando da execução da redivisão de 1943, a exemplo da orientação à União de pagar um subsídio de 10 anos a Estados que sofressem perdas de territórios para a formação dessas novas unidades administrativas.

Havia uma aparente discordância entre os estudiosos designados a propor a nova redivisão territorial e o Estado brasileiro com relação a quantidade de Territórios Federais a serem criados, e quais áreas abrangeriam cada um deles. Conforme editorial do *Boletim Geográfico*, de outubro de 1943, no momento da expedição do Decreto-Lei n.º 5.812: “ao que parece, certos pontos de vista do Conselho Nacional de Geografia [...] não se ajustavam, no caso, à solução que teve as preferências do governo e que consulta, predominantemente, os altos interesses da defesa nacional”. Ainda em 1933, 10 anos antes da criação dos novos Territórios Federais, depois de seis meses de exaustivos estudos e debates, a Comissão Nacional de Redivisão Territorial apresentou um projeto que propunha a criação de

*dez Territórios Nacionais*³⁵, todos em áreas fronteiriças. O do Amapá seria um deles, e abrangeria uma área bem maior do que a delimitada pelo Decreto-Lei n.º 5.812/43, que compreenderia os municípios de Amapá, Mazagão, Macapá e parcialmente os municípios de Almerim, Alenquer, Monte Alegre, Óbidos e Prainha (BOLETIM DA S.G.R.J., 1933, p. 126-141).

Foi fato, tendo em vista o momento político ditatorial, que coube ao papel centralizador exercido pelo Estado brasileiro a decisão final sobre o destino de um novo traçado territorial para o Brasil, mas não há dúvida que essa decisão externou em grande parte uma corrente de pensamento que defendia, quase que por unanimidade, que essa nova divisão política para o país obedecesse aos interesses geopolíticos em pauta, daí porque a criação de Territórios Federais em áreas fronteiriças e estratégicas de defesa nacional, de partes desmembradas de Estados pela União, parecia se encaixar bem aos propósitos da época.

Só para se ter uma ideia do quanto havia um compartilhamento amplo entre intelectuais e políticos no que tange um modelo de redivisão que tivesse como base a centralização e o controle direto da União sobre eles, em 1946, o ex-deputado e docente pela Universidade do Brasil, Xavier de Oliveira, publicou *Redivisão Política e Territorial do Brasil*, no qual deixava entender que o Estado brasileiro teria seguido as orientações delineadas em um projeto de redivisão territorial que apresentou na Câmara Federal, ainda em 1936, quando era deputado pelo Ceará. Segundo Xavier, as regiões sugeridas por eles que deveriam ser desmembradas foram, praticamente, as mesmas daquelas do Decreto-Lei 5.812/43. Eram elas: Missões ou Iguaçu; Laguna, Guaporé, Solimões, Rio Branco, Amapá e Acre. Porém, sua proposta inicial não era a criação de Territórios Federais, como o governo acabou fazendo, mas de Estados Confederados; o que na essência continha a mesma natureza dos primeiros, pois também objetivavam dotar sob a dependência e comando direto da União, regiões despovoadas e empobrecidas de condições objetivas que pudessem impulsionar suas transições para Estados-membros. De acordo com o que reclamava Xavier: “mandava, ainda, o projeto, que cada Estado Confederado tivesse

³⁵ Os Territórios Fronteiriços seriam: dois no Estado do Pará (Amapá e Óbidos); quatro no Estado do Amazonas (Rio Branco, Rio Negro, Solimões e Acre); três no Estado de Mato Grosso (Guaporé, Jaurú e Maracajú); e um nos Estados de Paraná e Santa Catarina (Iguaçu). Fonte: Grande Comissão Nacional de Redivisão Territorial e Localização da Capital Federal. **Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, TOMO XXXVIII, p. 126-141, 2º sem. 1933.

[...] um administrador integrado ao Conselho Central, este, diretamente, dependendo do Presidente da República” (OLIVEIRA, 1946, p. 36).

1.2 A Invenção do Amapá territorial

A criação dos Territórios Federais implicou no desmembramento de grandes áreas de terras dos respectivos estados, que, diga-se de passagem, eram tidas como, improdutivas, inúteis, por isso, desprezadas pelos administradores da época, mesmo assim, os homens que orientavam a economia, bem como, os poderosos latifundiários existentes por estas regiões, por considerarem-se prejudicados em seus interesses particulares, iniciaram uma frente de protesto tentando reverter a decisão presidencial, para que tudo voltasse a que era anteriormente, isto é, o marasmo administrativo, decadência social, miséria, fome, doenças, as mais diversas, absoluta falta de assistência sob todos os aspectos, de parte dos Estados. Refiro-me a mais de perto ao caso do Amapá quando Município do Pará, igualmente aos demais Municípios do mesmo Estado.

Com relação aos desmembramentos, hoje, poderíamos questionar, por que toda aquela polêmica, protestos e reclamações pelo desmembramento das áreas, por desventura, a faixa de terra que formou o Território do Amapá, e que, hoje configura o Estado do Amapá, fez falta ao Estado do Pará? Diminuíram os tributos arrecadados? Atingiu negativamente o bom funcionamento do Estado? Qual o prejuízo?

Adamor de Sousa Oliveira (2013)

O relato acima, extraído do livro *Tesouros de Memórias*, do escritor paraense Adamor de Sousa Oliveira, é elucidativo para pontuar algumas questões que proponho discutir a seguir. Por se tratar de uma memória publicada recentemente, em 2013, escrita por um dos personagens que vivenciou o Amapá do tempo do Território, nos permite pensar, seguindo os ensinamentos de Walter Benjamin, em *Sobre o Conceito da História*³⁶, o período do Território no tempo passado vivido na rememoração, carregado de “agoras”, nem homogêneo e nem vazio. O memorialista reconstrói, ao longo dessas linhas, o discurso utilizado em diversos documentos

³⁶Ler: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

oficiais que justificaram a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, como um tempo de começo, inaugural, que deixou para trás uma época que deveria permanecer no tempo do esquecimento. Esse momento “inaugural”, em que parte das terras paraenses foram desmembradas para dar origem ao Amapá, tornou-se um dos acontecimentos político de maior destaque no imaginário social dos amapaenses, e, não é por acaso, que ganhou relevo nas diversas narrativas que visam explicar o “Amapá” que surgiu desse momento.

Abandono, vazio, atraso, marasmo, decadência, miséria, epidemias, até 1943, assim eram retratadas, em diversas narrativas oficiais, as regiões que foram desmembradas do Pará para dar origem ao Território do Amapá. A grande extensão do território justificava a precariedade do poder público na região, que rememorava os tempos da Capitania de Bento Maciel Parente, quando, em meados do século XVII, ocorreram as primeiras iniciativas de ocupação pelo governo português. No entanto, como já discutido, a partir dos anos 1930, o “atraso” dos imensos Estados, principalmente os do Norte, passou a ser atribuído à incapacidade dos poderes locais e estaduais de governarem esses espaços, que deveriam passar por uma ação direta da União (SILVA, 2007).

Em 14 de setembro de 1943, um dia após a expedição do Decreto-Lei nº 5.812, pelo presidente Getúlio Vargas, o jornal paraense *Folha do Norte* noticiou, com a seguinte manchete: “criados mais cinco Territórios Federais”, a execução do primeiro plano de redivisão territorial da República brasileira, criando os Territórios Federais de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã e Iguaçú, todos em regiões fronteiriças. Dizia a matéria: “os bens pertencentes aos Estados e Municípios nos novos territórios passam para o domínio da União. A administração dos territórios será regulada por lei especial e decreto-lei que entra em vigor no dia primeiro de outubro próximo” (FOLHA DO NORTE, 14 de set., 1943).

A região delimitada pelos técnicos do IBGE, que compreenderá o Território Federal do Amapá, em 1943, teve, assim como o Acre, uma história de conflito e disputa pela posse do seu território, desde o princípio de sua colonização, baseada nos velhos tratados territoriais indefinidos. No entanto, convém lembrar que, desde a inauguração da República, sempre existiu o propósito da União administrar diretamente a área, não só em razão dos motivos históricos, mas, sobretudo, “em

virtude de ser a região norte-oriental do Pará via de acesso aos centros de exploração de produtos estratégicos da Amazônia” (MEDEIROS, 1946, p. 138).

Assim sendo, com base no argumento da defesa nacional, sua criação obedeceu um duplo objetivo, militar e administrativo, o que fez o governo federal, desde o princípio, concentrar tropas do exército na região. Para a União, essa parte do território brasileiro não estava devidamente povoada, uma vez que não possuía eficientes núcleos governativos e estava sujeita à ação nefasta dos comerciantes das Guianas, ocasionando focos de desnacionalização que colocavam em perigo a proteção da fronteira.

Ao longo dessa reflexão, mesmo que os documentos analisados não permitam afirmar categoricamente (possivelmente, em razão de toda uma tentativa de apagamento de qualquer posicionamento contrário ao Decreto 5.812), venho tentando demonstrar que os desmembramentos de terras de Estados, para dar origem às novas unidades administrativas, não ocorreram sem grandes abalos e embates. É sabido que toda vez que o Estado brasileiro tentou ou realizou qualquer medida no sentido de redivisão de territórios, uma forte reação regionalista se excitou, principalmente nas capitais ou em lugarejos onde havia uma elite preocupada com a manutenção de fortes privilégios assentados, principalmente, na posse de terras devolutas.

Mesmo reconhecendo que a reação local aos desmembramentos de Estados para criação de Território Federais precisa ser melhor investigada pela historiografia nacional, havia uma forte defesa não só pelo Estado brasileiro, mas por uma elite local, para uma ação direta do poder central em áreas em que os governos estaduais demonstravam grande incapacidade de administrar seu imenso território. Esse anseio, também, encontrará eco entre os moradores da comarca de Macapá, futura capital do Território amapaense, que ainda durante o Império, com a apresentação na Assembleia Geral Legislativa do Brasil, do Projeto-Lei nº 48, de 1853, encabeçado pelo deputado maranhense Candido Mendes de Almeida, propunha a criação da província, inicialmente denominada de *Oyapóckia*, e, posteriormente, de *Pinsonia*, passou a nutrir o sonho de autonomia. Nos quase 20 anos que se seguiram a essa preposição, ocorreu uma significativa movimentação

entre os macapaenses através de representações àquela Câmara, no sentido de pressionar a aprovação da criação daquela província.

Em 1873, o próprio autor do projeto, o então senador Candido Mendes de Almeida, visando apresentar esclarecimentos à Comissão de Estatística da Câmara, coligiu uma série de documentos e informações sobre o desenrolar da questão, reunidos em uma memória intitulada *Pinsonia, ou elevação do território septentrional da província do Grão-Pará à categoria de província*, que nos possibilitou reconstruir, ainda que resumidamente, quais eram as condições políticas e sociais dos municípios paraenses anterior aos desmembramentos. Uma primeira, diz respeito ao compartilhamento pelo deputado Candido da opinião de que a melhor alternativa para resolução da difícil administração do território das províncias do Norte seria sua repartição, com a criação de novas unidades administrativas submetidas ao controle direto do poder central.

Separados das províncias os territórios desabitados, sem prejuízo de sua natural circunscrição, podiam estes ficar sob a direção do Governo Geral; que fazendo-o convenientemente dividir em áreas regulares, podia mui cômoda e utilmente encetar logo o povoamento dos que por sua situação e recursos, obtivessem em breve a cifra de população indispensável para se constituírem em províncias. É o sistema dos Estados Unidos, que a meu ver mui sensato e proveitoso (ALMEIDA, 1873, p. 6).

No entanto, a proposta de criação de áreas administrativas “sob a direção do Governo Geral”, a exemplo do modelo dos Estados Unidos, esbarrava no mesmo problema aqui já apresentado: era uma medida não prevista pela Constituição vigente. Talvez, em razão desse fato, o autor do projeto tenha proposto a criação de uma província, ao invés do formato de Território, defendido na citação acima. Mesmo assim, deixou subtendido que se o governo imperial, assim o quisesse, poderia promover a criação de unidades administrativas controladas pelo Império; “as últimas palavras o art. 2º, ainda literal e estritamente entendidas, não impedem a reforma no sentido que opino” (ALMEIDA, 1873, p. 6).

A memória escrita por Candido reproduzia a representação assinada por 387 moradores da comarca de Macapá, datada de 08 de junho de 1870, que, em razão da demora, pressionavam a Câmara dos Deputados para a aprovação da proposta. Neste documento, além dos macapaenses rebaterem os argumentos dos opositores

ao projeto, alegando que Macapá era uma região insalubre para se viver “horivelmente *doentio*, um verdadeiro *matadouro*”, denunciavam o descaso do governo paraense com relação a Comarca, que se agravava com o projeto de criação de *Oyapóckia*, “um mal fado pesa sobre os habitantes de Macapá desde que se tratou de criar uma Província na foz do Amazonas, porque desde esse tempo que os homens da Capital da Província nos votarão ao maior desprezo” (ALMEIDA, 1873, p. 14).

Dentro da abordagem de um passado carregado de “agoras”, a representação elaborada pelos macapaenses, em 1870, separada por quase oito décadas do Decreto 5.812, evidencia uma grande fragilidade do poder público na região proveniente de longa data, e confirma o descaso quase que constante do governo paraense com relação as terras situadas à margem esquerda do rio Amazonas, conforme o relato a seguir:

deixaram cair os nossos melhores edifícios públicos como fosse a grande casa destinada para a Alfândega, Cadeia, Casa da Câmara, a mesma Matriz já teria desaparecido se os nossos esforços não a aguentassem; a Fortaleza que representa um grande capital tende a desmoronar-se, se o Governo não se apressar em garanti-la contra a queda de ribanceira do rio.

A Assembleia Legislativa da Província em seus orçamentos anuais nunca decretou obra alguma ou quantia equivalente para as obras de que necessitamos. He sabido que a cidade de Macapá, onde tem um comércio não pequeno, pela especialidade do seu porto, necessita de uma ponte, e calando no espírito de toda essa grande necessidade, apenas decretaram quantia de cinco contos de réis por saberem que não chegava nem para aquisição de madeiras, no entanto que por mero luxo decretaram-se somas fabulosas para pontes em Santana e Cameté onde nenhuma necessidade se tem [...] (ALMEIDA, 1873, p. 15).

A representação de 1870 também apontava para uma grande preocupação por parte do governo do Pará com relação as perdas financeiras provenientes do fracionamento dessa parte do seu território, que segundo os requerentes se sentiam “muito prejudicados nos seus interesses, vendo com amargura desaparecer uma cidade tão importante como a de Macapá na foz do majestoso Amazonas” (ALMEIDA, 1873, p. 15). Mas, sobretudo, externavam a crença pelos macapaenses de que o caminho para a resolução dos graves problemas administrativos que a região enfrentava era a separação do Pará: “os abaixo assignados, estão

convencidos que criada a Província na Foz do Amazonas, e estabelecido um Governo em Macapá para de pronto curar as necessidades públicas, desapareceram todos os sofrimentos, comunicando a este lugar uma nova vida” (ALMEIDA, 1873, p. 15).

Além de Macapá, outras regiões que foram desmembradas para dar origem ao Território do Amapá manifestaram seus descontentamentos com a condução da política local. Em 1920, os moradores do município de Montenegro³⁷, antigo Amapá, enviaram ao presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) uma representação onde declaravam estar “cansados de suportar a incúria, o desleixo, o esquecimento e abandono dos dirigentes públicos por esse ferocíssimo trecho da Pátria que o laudo de Berna em primeiro de dezembro integrou no Território nacional”, e sugeriam à União que fizesse “uma administração totalmente federal, a exemplo do que o governo do país praticou no território do Acre” (REIS, 1949, p. 178).

As razões alegadas pelos amapaenses para a reivindicação de uma intervenção governamental semelhante a acreana fundamentavam-se nos argumentos de que o Estado do Pará, mesmo que quisesse administrar a contento a região, encontrava-se “assoberbado por uma tremenda crise financeira e econômica de que tão cedo se não poderá libertar” (REIS, 1949, p. 178). Segundo os peticionários, a ausência do poder público só não se fazia sentir “na cobrança de impostos vexatórios e draconianos e o Governo municipal, entregue ao descortino de um analfabeto, satisfaz-se plenamente em imitar o do Estado” (REIS, 1949, p. 178-179).

No restante, o abandono era perceptível na precária edificação construída para abrigar a única sede do judiciário instalada em toda região, onde funcionava ao mesmo tempo uma cadeia e o quartel; nas condições hostis e insalubres das trinta e poucas habitações existentes em toda vila do Amapá; na precariedade de instrução pública, refletida na única escola que atendia todo o município; na deficitária assistência hospitalar; e, na pouca oferta de mão de obra especializada. Ainda, conforme o relato dos suplicantes, o único benefício concedido ao Amapá era uma navegação fluvial, subvencionada pelos cofres da União, uma embarcação à vela,

³⁷ A lei 798, de 22 de outubro de 1901, criou os municípios de Amapá e Montenegro. Pouco depois, pela lei 820, de 14 de outubro de 1903, os municípios foram reunidos num só, sob a denominação de Montenegro (REIS, 1949).

que fazia linha pelo sul da ilha do Marajó. No entanto, nas condições que vinham sendo realizadas não trazia nenhum ganho à região, pois além de cobrar preços exorbitantes para passagens e fretes, intercalava em vários portos intermediários, prologando a viagem até a vila por cinco ou seis dias, quando, em um barco a vapor, poderia se fazer a mesma rota em um tempo menor. Além disso, denunciava o referido documento que a embarcação só transportava,

as malas do correio e jornais, de mês e mês, e um ou outro passageiro abastado, receoso da perigosa, mas até então necessária navegação em barcos a vela. Mesmo esta navegação é perseguida; para todos os portos do Estado os barcos têm livre trânsito; para o Amapá precisam de arqueação e despacho da alfândega e capitania do porto (REIS, 1949, p. 179-180).

A localidade retratada na representação descrita pelos moradores do município de Amapá era parte do território Contestado Franco-Brasileiro, limítrofe com a Guiana Francesa, que protagonizou o litígio entre o Estado brasileiro e o francês pela posse de parte desse município. A pendência diplomática foi resolvida por arbitragem internacional feita pela Suíça, através da assinatura do Laudo Berna, em 1900, que garantiu o direito definitivo da soberania brasileira sobre a região³⁸. Durante todo o período de contestação da região pela França (1841-1900)³⁹, a

³⁸ O escândalo internacional entre os dois países pela posse do Contestado Franco-Brasileiro levou a França a aceitar, em 1897, a proposta brasileira de uma arbitragem internacional para resolver o litígio. A Suíça foi escolhida e aceita por ambas as partes, por ser o país de origem do famoso cientista Emílio Goeldi, a quem sempre demonstrou grande interesse pela causa. Em 1900, o presidente da Confederação Helvética, Walter Hauser, atribuiu o Território Contestado ao Brasil, reconhecendo definitivamente o Oiapoque como fronteira. A França mandou representantes que não conheciam o terreno, que se apoiavam nos trabalhos do grande geógrafo Paul Vidal de La Blache, que havia se dedicado a comprovar que o rio “Japoc ou Vicente Pinção” do tratado de Utrecht não era o Oiapoque, mas sim um braço enlameado do Araguari, que teria sido escolhido como fronteira, por já ter sido parte do Atlântico e por isso podia ter sido escolhido como fronteira. Essa versão era enfraquecida pelo fato dos franceses, em dois séculos de litígio, terem alegado vários rios entre Oiapoque e Amazonas como “Japoc ou Vicente Pinção” (Cassiporé, Calçoene, Araguari, Carapaporis e Maiacaré), enquanto o Brasil só identificou o Oiapoque. Do lado brasileiro, coube ao diplomata Barão do Rio Branco a tarefa de representar o Brasil no litígio contra a França, que escreveu duas memórias em nove volumes, intituladas *Questões de Limites. Guiana Francesa*, redigidas diretamente em francês, e dois atlas com 150 mapas anteriores ou contemporâneos do Tratado de Utrecht, que comprovavam, com base em argumentos históricos, a incoerência da posição francesa e da falta de legitimidade de suas reivindicações, demonstrando com sucesso que o Araguari, sendo um afluente do Amazonas, os franceses não podiam reivindicá-lo como fronteira. O julgamento foi aceito sem contestação pela França, em uma total indiferença da população e da imprensa francesa (GRANGER, 2012).

³⁹Ver: CARDOSO, Francinete do S. Santos. O contestado Franco-Brasileiro: conflitos e representações. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). **FACES da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 573-626.

ausência de uma política efetiva de controle por parte do Estado brasileiro contribuiu, de certa maneira, para a consolidação de um considerável fluxo comercial entre a população da fronteira norte do Brasil com os demais mercados estrangeiros. Essa realidade se estendeu mesmo após a assinatura do Tratado na Suíça, conforme descrição abaixo de Manuel Buarque, em 1908.

Todos que conhecem esta terra, desde o tempo do antigo Contestado, sabem perfeitamente que os negociantes desta região mantinham sempre relações comerciais com Caiena, Barbados e Demerara e nunca o Governo Federal aqui procurou salvaguardar os interesses do fisco nacional (BUARQUE, 1908, p. 27).

Segundo o historiador Arthur César Ferreira Reis (1949), uma vez definida a incorporação do território Contestado como patrimônio brasileiro, ainda chegou-se a cogitar duas opções: a região passaria a compor como parte integrante do Estado do Pará ou seria organizada pelo governo federal, como unidade autônoma, conforme posteriormente se fez com o Acre. Em 1901, a região voltou a pertencer ao Pará⁴⁰, mas, ao contrário do que almejou a população do antigo Contestado, o cenário político de abandono não se modificou, nem mesmo com a euforia causada pela confirmação da descoberta de ouro na localidade próxima, em Calçoene, em 1893, levando os moradores de Montenegro a elaborarem, quase 30 anos depois, a representação de 1920, a qual, também, alertava o Estado brasileiro do trânsito contínuo da “crioulada francesa”, a murmurarem frases como essa: “*cette région, que vous avez asuré à la France, reviendra à nous par le droit du plus fort*”⁴¹.

Em 1920, a antiga Capitania do Cabo Norte encontrava-se dividida em três municípios: Macapá, Mazagão e Montenegro⁴². Segundo Reis (1949), o cenário não era um dos mais animadores, e a crise que assolava o Estado do Pará, em decorrência da desvalorização da borracha, ecoava dolorosamente na região. O Censo de 1920 apontava uma população de 6.000 habitantes no município mais próximo da fronteira com a Guiana Francesa, mas, com a decadência da pequena produção do pau-rosa e da borracha, tudo indicava que o povoamento, que já era

⁴⁰ Decretos 938 e 939, de 21 de janeiro de 1901 (REIS, 1949).

⁴¹ Representação dirigida por habitantes do Amapá, em 1920, ao Presidente da República (edições do jornal de Belém, *A RAZÃO*, de 16, 17, 19 e 20 de abril de 1920) (REIS, 1949, p. 179). Tradução livre: “essa região, que vós usurpastes da França, voltará a nós pelo direito do mais forte”.

⁴² Pelo Decreto Estadual nº 78, de 27 de dezembro de 1930, voltou a denominar-se município do Amapá.

considerado insignificante, poderia se reduzir ainda mais. A Fortaleza de São José de Macapá, erguida durante a política pombalina para a Amazônia, em meados do século XVIII, e que, no Segundo Reinado, havia passado por uma pequena revitalização visando evitar a degradação, estava envolta em uma floresta que encobria toda sua grandiosidade.

Ao estudar a história de ocupação do território Contestado Franco-Brasileiro, sob uma perspectiva francesa, Stéphane Granger afirmou que a vontade expressa dos moradores que habitavam a região, após a decisão do Laudo de Berna, era o de constituir um Estado distinto dentro da federação brasileira, mas a região foi o objeto, nos anos 1920, de uma vontade de afirmação de soberania nacional depois da visita de Cândido Rondon que, dentre outras medidas nacionalistas, decidiu rebatizar os topônimos de nacionalidade francesa para combater uma influência que ele achava forte demais, inclusive entre os índios. Assim, por exemplo, o povoado de Martinica, na margem brasileira do Oiapoque, foi rebatizado como Vila Rica do Espírito Santo do Oiapoque, em 1927. Segundo ele: “o Brasil precisava reapoderar-se deste espaço em uma margem ameaçada pela influência de uma França mais atraente pelo nível de vida, aliás uma preocupação frequente por parte de muitos políticos locais e nacionais, prova de uma certa desconfiança em relação à Guiana Francesa” (GRANGER, 2012, p. 32).

Seguido de Rondon, o engenheiro Pedro Moura, a serviço do Ministério da Agricultura, coletou dados considerados ainda mais preocupantes que confirmaram a fragilidade militar e o iminente foco de desnacionalização. No ínterim desse retrato negativo descrito por Reis, a criação do Núcleo Colonial de Clevelândia, em 1924, pela comissão designada pelo governo federal e chefiada por Gentil Noberto, é citada pelo autor como a única iniciativa no período realizada no sentido de promover a ocupação e o desenvolvimento da região. O mesmo núcleo que, no início dos anos 1920, serviu de presídio para desterrados, durante o governo de Artur Bernardes.

Portanto, deve-se ponderar que nos meandros políticos que condicionaram a separação do Amapá do Pará, em um momento político ditatorial, não é demasiadamente simples localizar discursos contrários ao ato que criou os Territórios Federais, em 1943, mas nas regiões paraenses que foram transformadas

em Território Federal do Amapá uma parcela dessa população, que mais diretamente se sentia prejudicada com as condições relatadas nas representações enviadas ao Estado brasileiro, nutriu um certo anseio de autonomia ou de separação do Estado a que pertencia, mesmo que esse desejo manifestasse aceitação pelo controle direto do poder central sobre a região, justificada, sobretudo, em razão da frágil presença do poder público na região.

Do lado do Pará, de acordo com o relato do memorialista Adamor, que inicia essa reflexão, ocorreu “*uma frente de protesto tentando reverter a decisão presidencial*”; entretanto, o governo do Pará, em diversas ocasiões, manifestou junto ao poder central sua aflição em administrar o imenso território que estava sob sua jurisdição, principalmente as áreas com que não nutria grandes laços políticos e econômicos, a exemplo das que serão desmembradas em 1943. É possível localizar esse posicionamento em dois relatórios do governo do Pará, enviados ao presidente Vargas.

No primeiro, de 1940, o interventor José Carneiro da Gama Malcher esclareceu que, apesar de todos os investimentos e melhorias que vinham sendo realizados desde a implantação do Estado Novo, seu alcance estava “circunscrito ao litoral, às cidades, resta levar ao trabalhador rural, precisamente o que faz a produção da riqueza na mata, no campo, nos rios, na maior parte do interior, os favores e amparos de que já gozam seus irmãos” (PARÁ, 1940, s/n). Alegava o interventor que, em razão da grandiosidade do território paraense, ficava difícil atender as necessidades de comunidades rurais localizadas no interior do Estado e distante da capital.

No segundo, de 1944, Magalhães Barata, de forma mais incisiva, ressaltou as dificuldades financeiras que o Estado enfrentava diante da grandiosidade do território que, para o interventor, “há um contraste flagrante entre a grandeza e exuberância do meio e a situação de insuficiência econômica em que vive o homem por estas terras marginais dos grandes rios que formam o sistema amazônico e da floresta sem fim” (PARÁ, 1944, p. 5). Ao expor a falta de recursos que o Pará enfrentava para resolver os problemas decorrentes da extensão e do povoamento desordenado, também defendia como solução uma intervenção direta do governo federal.

Aqui a intervenção oficial na ordem econômica, dentro dos postulados da defesa nacional, tem que ser mais direta e extensa possível, pela situação singular e peculiar que nos encontramos, em relação à economia nacional, pela zona de produção e pela grande desproporção entre os meios de que dispomos para esse aproveitamento, e as dificuldades que temos que enfrentar, de toda a sorte, para efetiva ocupação da terra e sua exploração (PARÁ, 1944, p. 121).

Magalhães deixava entender, à época, que havia pouco interesse do governo paraense pelas terras que serão desmembradas do Pará para a criação do Amapá, em 1943. Além disso, caberia a um paraense, Janary Nunes, a implantação e a primeira administração dessa nova unidade política, demonstrando laços de vizinhas e camaradagens políticas que motivaram essa separação. Talvez aí esteja uma explicação para a ausência de manifestações políticas durante a Assembleia Constituinte, de 1946, quando os parlamentares paraenses se mostraram contrários a uma possível reincorporação do território amapaense ao Pará. Mais tarde, durante a Constituinte de 1946, como abordarei mais adiante, a bancada paraense deixará claro que os ressentimentos do Pará com relação ao desmembramento do seu território, em 1943, decorriam do fato do governo federal não o ter indenizado por essa perda.

Também, deve-se considerar, como destaca Granger, que no caso dos rumos políticos, que foram dados para a antiga região que abrangia o território Contestado Franco-Brasileiro, prevaleceu a vontade da soberania brasileira, que desejando proteger as fronteiras mais sensíveis do país, decidiu pela criação de territórios “tampão”, os Territórios Federais, militarizados e diretamente administrados pelo governo federal, em um momento que a França havia acabado de declarar guerra à Alemanha nazista, e temendo que essa, ocupando a metrópole francesa, utilizasse a Guiana Francesa para agredir o território brasileiro, “ele separou do Pará o ex-Contestado mais a margem esquerda do Amazonas com Macapá para constituir o Território Federal do Amapá, que quase cercava a Guiana francesa” (GRANGER, 2012, p. 32).

Ao estudar a história de ocupação, representações e conflitos da região compreendida como Território Franco-Brasileiro, Francinete Cardoso destaca que “a nacionalidade, assim como territorial nacional, correspondem, em síntese, a uma

construção que tenta transformar acontecimentos locais em causas nacionais; para isto, ignora ou sufoca a diversidade social” (CARDOSO, 2008, p. 217). Isso implica considerar que uma escrita da história que tome como parâmetro explicativo a formação territorial como elemento de afirmação da nacionalidade, é apenas uma das muitas representações imbricadas nesse cenário que abrigou múltiplos atores, com os mais variados interesses, nem sempre correspondentes aos defendidos pelo Estado.

Lembra Benedict Anderson, ao afirmar que a nacionalidade ou a condição nacional são produtos culturais específicos, que, depois de criados, tornaram-se “modulares” e transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma variedade de terrenos sociais, “para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas” (ANDERSON, 2008, p. 30), que mesmo com suas fronteiras finitas e elásticas, produzem amnésias e identidades comuns que condicionam a formação de novos laços identitários. Diria que, durante o processo de “invenção” do Amapá, com os desmembramentos dos municípios de Macapá, Amapá e Mazagão, anteriormente pertencentes ao Estado do Pará, para constituírem um dos cinco Territórios Federais criados pelo Decreto 5.812/43 – cada um com trajetórias bem distintas –, tentou-se homogeneizar e apagar toda essa diversidade, mas suas fronteiras são bem mais fluídas.

CAPÍTULO II: O TERRITÓRIO IMAGINADO

Nossa cidade de Macapá é uma cidade capital. Sede de um Governo. Porto das esperanças, das aventuras. Porto das ilusões. Porto da tranquilidade. Porto do desembarque do passado e do embarque para o futuro. Nela existia o Sambarirí, onde todos iam em busca de água gostosa e benfazeja. [...]. Nela, existia o Igarapé das Mulheres onde elas lavavam a roupa suja que vestiam e, não sei porque, o Formigueiro...O Marabaixo que se foi...E o Batuque, onde está? [...]. Nela não existiam doutores nem “marajás”, nem ricos, nem pobres. As ruas mal delineadas começaram a tomar novas formas. As placas indicativas foram se multiplicando nas esquinas. A multidão foi aumentando a cada vez que os barcos com velas coloridas animando a monotonia do verde singravam a baía de Macapá, neste rio enxerido a mar e batizado com o nome de Amazonas, aportavam no Igarapé da Fortaleza ou no Trapiche Eliezer Levy, de 510m de extensão, tinha-se a certeza de que estavam desembarcando futuros sonhadores das esperanças que aqui chegavam para ajudar no inchamento de Macapá dos idos 40.

Amaury Farias (2001).

A epígrafe que inicia esse capítulo faz referência a uma Macapá antiga do momento de implantação do Território Federal do Amapá, em 1944, quando a cidade passou por transformações decorrentes da chegada de muitos imigrantes e dos investimentos públicos. Dentre as muitas histórias que se cruzam ao acontecimento de fundação desse Amapá político-administrativo, a do ribeirinho Aurélio Silva é uma delas. Nascido em 1922, em Chaves, município localizado na Ilha do Marajó no Pará, nas proximidades de Macapá, filho mais velho de uma família de dois irmãos, não conheceu o pai, João Gomes da Silva, um pequeno comerciante de gêneros alimentícios. Com a mãe, a dona de casa Maria Deolinda da Silva, teve uma convivência curta. Aos oito anos de idade, em troca de comida e abrigo, foi trabalhar como ajudante de canoa, e aos 16 anos, já no distrito do Cajari, no município de Afuá, passou a pilotar uma canoa transportando passageiros e madeira entre os municípios de Afuá, Breves, Anajás, Chaves, Belém e Macapá. Na

segunda metade do ano de 1943, viu, da mesma embarcação à vela que pilotava, a dinâmica da cidade, escolhida para sediar o centro administrativo do recém instalado Território Federal do Amapá, transformar-se. Ao ver sua atividade marítima se expandindo, também foi atraído pela euforia provocada pelos primeiros anos de implantação do Amapá Território; deixou o vilarejo do Afuá, onde morava desde pequeno, e foi residir em Macapá⁴³.

Através das memórias desse personagem é possível afirmar que para homens e mulheres que transitavam entre os municípios do extremo norte do Pará, que esse foi um tempo de grande aceleração histórica, descontínuo e de mudanças, ainda que circunscrito às regiões atingidas diretamente pelas forças políticas e sociais que ali atuaram. Um tempo que poderia ser traduzido no ritmo que a capital Macapá, escolhida para sediar o novo Território Federal, passava por transformações significativas no seu traçado urbano, herdado do período pombalino na Amazônia, em meados do século XVIII, quando recebeu os primeiros investimentos públicos que a elevaram a condição de Vila.

Assim, apesar das significativas mudanças terem se processado no cenário local, em um curto período de pouco menos de cinco anos, e de uma narrativa que insiste em se impor como a síntese desse tempo, o termo paradoxal pode ser o que melhor caracteriza o Amapá do período da implantação do Território. Como todo instante que se requer fabricante de algo novo, e por mais que se imponha como homogeneizador, também é permeado por contradições que têm se tornado desafiadoras para estudiosos que se dedicam a interpretá-las, dada, sobretudo, pela pouca evidência de manifestações divergentes ao evento que originou o Território do Amapá, enquanto marco divisor de um novo tempo.

Como ressalta Jacques Derrida (2001, p. 29), em *Mal de Arquivo: uma interpretação freudiana* (2001), “o arquivamento tanto produz quanto registra o evento”, e quando assim o faz, é fruto de operações políticas dotadas de sentidos de apagamentos e censuras. Portanto, as evidências, como diz Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 25), são “produtos de uma certa vidência, de uma

⁴³Entrevista realizada em setembro, 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. **Salvando Memórias na Cidade de Macapá**. UNIFAP. 2011. Ano do Fim: 2013.

forma de ver, de visibilidade e dizibilidade social historicamente localizadas”. Sendo assim, o Amapá, evidenciado nas linhas que se seguem, é uma das representações possíveis, dentre muitas outras de um tempo que insiste em se renovar.

Os anos finais do Estado Novo no Brasil, assim como no mundo, também foram marcados por uma série de acontecimentos que ditaram o ritmo da história e seus contornos. O surgimento do Amapá, enquanto ente federado, está inserido nesse cenário turbulento nacional e internacionalmente. É consenso entre os estudiosos que se debruçaram a estudar o Amapá do pós-1943, que sua criação como Território Federal decorreu de ações políticas intervencionistas promovidas pelo Estado brasileiro, visando garantir a defesa e a nacionalização das fronteiras do Norte do país; entretanto, pouco se avançou com relação aos desdobramentos dessa política de “dependência” na sua formação em Estado da federação.

Para esse estudo, também compreendo que, assim como nos demais Territórios Federais, a marca central dessa política foi de subordinação ao Estado Nacional através da nomeação de governadores territoriais, que atuaram como representantes diretos da União nessas regiões e como promotores da integração nacional, agente por excelência da formação da nação brasileira na nova fronteira nacional. Porém, conforme Medeiros (1946), em razão do enfraquecimento natural da própria linha de subordinação, decorrente das condições internas, os governos dos Territórios adquiriram certo grau de autoadministração, entretanto, diferente do jurista, que analisa a estrutura jurídica enquanto condicionante desse processo, procuro analisar esse “enfraquecimento” não como “natural”, mas decorrente das práticas políticas e sociais ali estabelecidas e da precária atuação do governo federal na região.

Nesse capítulo, tentarei percorrer os primeiros anos de implantação e os anos seguintes de consolidação da administração territorial no Amapá, buscando ressaltar que esse período também significou a formação de novos laços comunitários e identitários, tanto para os que ali já viviam antes de 1943, como para os que foram chegando depois desse período. Esses laços, gestacionados de um processo político externo que conciliou interesses nacionais e locais, condicionaram a formação de uma sociedade amapaense que, em 1988, adquiriria o reconhecimento de Estado da federação.

Passaram pela administração do Território Federal do Amapá nesse período de, aproximadamente, 30 anos, nove governadores territoriais, dos quais quatro deles foram militares. São eles: Capitão Janary Gentil Nunes (1944-1956), Amílcar da Silva Pereira (1956-1958), Pauxy Gentil Nunes (1958-1961), José Francisco de Moura Cavalcante (1961), Mário de Medeiros Barbosa (1961), Raul Monteiro Valdez (1961-1962), General Terêncio Furtado de Mendonça Porto (1962-1964), General Luiz Mendes da Silva (1964-1967) e General Ivanhoé Gonçalves Martins (1967-1972), este último ficou à frente do executivo amapaense nos anos iniciais das reformas proposta pelo Decreto-Lei nº 411/1969, período posterior que abordarei no capítulo seguinte. O fato de Janary Nunes ter sido o primeiro governador a ter permanecido tanto tempo no cargo, a quem coube a implantação da administração territorial e a consolidação do Amapá Território, será dado maior ênfase a sua gestão.

Tomarei, nesse capítulo, como marco temporal a vigência do *Decreto-Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943*, buscando compreender como que as táticas de governabilidade que se apropriarão de uma legislação precária elaborada pelo Estado brasileiro para normatizar e subsidiar, temporariamente, essas unidades administrativas, foram se constituindo e assumindo uma organização política durável, que através da utilização de elementos simbólicos buscavam apresentar, à sociedade amapaense em formação, a figura do governador territorial como ator central, conciliador e apaziguador dos interesses divergentes.

Portanto, a ação político-governamental se ligou a aplicação de práticas e procedimentos administrativos efetuados pela racionalidade política, tendo em vista a otimização do espaço público, a instalação de mecanismos de segurança e de controle, da promoção de novos hábitos, de um melhor ordenamento das relações de convivência e um maior controle sobre as pessoas e coisas, para muito além do modelo jurídico. Se por um lado o fato de ser um “Território Federal”, do ponto de vista de sua natureza jurídica, levou a uma variedade de implicações legais, que a condicionaram como unidade político-administrativa, por outro lado, o da essência, as táticas imperaram sobre as leis, ou no máximo se utilizaram das leis como táticas, o que permitiu pensá-las para muito além de suas indefinidas fronteiras “territoriais”,

ou seja, enquanto espaço de vivência que foi se organizando através das práticas cotidianas.

Conjuntamente com a construção dessa estrutura político-administrativa foi surgindo uma elite política composta de atores políticos diversos, com os mais variados interesses. Sobre esse aspecto, afirma Lucília Delgado (2003, p. 129.): “os sujeitos construtores da história política são diversos e representam interesses plurais próprios à realidade humana”. O que aqui conceituo como elite local se reporta a pessoas que atuaram no aparelho burocrático territorial. Alguns desses atores, atraídos pelo projeto de implantação de uma nova unidade política no extremo Norte do país e das possibilidades políticas e econômicas, deixaram seus Estados de origem (principalmente Pará, Ceará e Rio de Janeiro) e passaram a residir no Amapá, estabelecendo ali laços duradouros; outros, que já residiam na região anteriormente ao Decreto-Lei 5.812/43, até já exerciam uma certa influência nos municípios paraenses desmembrados, passaram a compor o aparelho burocrático territorial, vendo-o como passaporte para a manutenção ou aquisição de (novos) privilégios políticos e/ou econômicos. Esses interesses diversos, favorecidos pela pactuação política, entre os vários agentes públicos que atuaram na administração territorial e os demais membros dessa elite local, foram sendo camuflados por um discurso agregador e uniformizador das diferenças em prol do bem-estar de todos, principalmente nesses primeiros anos de implantação do Território, quando tudo indicava que o Amapá viveria tempos áureos. Aos poucos, o Amapá “imaginado” foi dando lugar aos conflitos e a problemas de toda ordem, acirrados pela ausência de solução para aqueles provenientes de longas datas e dos que foram surgindo depois da implantação do Território.

2.1 Os municípios territoriais inventados

A narrativa que introduz esse capítulo, que conta um pouco da história de vida do ribeirinho Aurélio Silva, refere-se a um *modo de vida*⁴⁴ talvez estranho aos idealizadores que propuseram o projeto de criação dos Territórios Federais em 1943. As várias localidades dos municípios que Aurélio transitava, nos anos que

⁴⁴ Ler: WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

antecederam ao Decreto-Lei nº 5.812, tinham suas fronteiras fluídas e ainda não definidas pela separação das naturalidades amapaenses e paraenses. O comércio de uma variedade de tipos de mercadorias, realizado pelos rios e igarapés através da navegação de pequenas embarcações fluviais, era a principal atividade econômica que ligava as populações desses municípios, e pelo qual é possível compreender toda uma rede de sociabilidades, nem sempre fácil de ser decifrada em razão dos escassos registros e dos filtros oficiais que dominaram as narrativas sobre esses lugares.

Os rios, igarapés e pequenos lagos também foram os locais de trabalho de vendedores itinerantes de diversas outras localidades espalhadas pela Amazônia, onde se desenvolveu um ramo comercial típico da região, o comércio clandestino dos *regatões*⁴⁵, que já em meados do século XIX, como demonstrou Siméia Lopes (2002), desempenhavam um papel fundamental no abastecimento de gêneros alimentícios e de produtos contrabandeados para as diversas comunidades ribeirinhas, espalhadas por toda a costa e interior do Pará, desde do Gurupi até o Cabo do Norte. Esse comércio clandestino, comum em vários cantos do país, mas em graus diferenciados, não seguirá a mesma lógica estabelecida pela economia de mercado, sustentando-se, basicamente, através da troca de mercadorias, revela a baixa densidade da monetarização do comércio regional/local.

Os rios, mais do que locais estratégicos de sobrevivência, foram os *caminhos naturais* desbravados pelos diversos homens e mulheres que se estabeleceram na Amazônia, a expressão de todo um *modo de vida* que se construiu através da relação sempre presente com os rios, e com os fascínios que os mesmos despertavam. Para Paulo Marcelo Cambraia da Costa (2008, p. 73), a relação homem/rio externa todo um modo de vida próprio da região amazônica, pautada na relação íntima com os rios e na experiência vivida, que “é delineada por uma prática que extrapola a simples explicação econômica e a necessidade natural”.

As localidades acessíveis ao personagem Aurélio faziam parte de um complexo de pequenas ilhas da região do Marajó, no braço norte da foz do rio

⁴⁵*Regatão* serve tanto para se referir ao comerciante da embarcação, quanto para a embarcação que servia para transportar os gêneros e as mercadorias, e de loja para se trocar e vender esses produtos pelos rios e as casas do interior. Ler: COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970. Belém: Açai, 2008.

Amazonas, que em razão da proximidade com Macapá e da pouca fiscalização governamental, desenvolveu-se um comércio fluvial quase que à parte. Alguns núcleos populacionais dispersos pelos interiores de Macapá, Breves, Gurupá, Anajás, Chaves, Afuá e das ilhas adjacentes, como por exemplo Pedreiras, Sant'Ana, Piriquito, Cajari, Caruá, Caviana, Mexiana e outras menores, dependiam quase que exclusivamente desse comércio clandestino (Figura 01, em anexo).

Comerciantes ambulantes diversos, com embarcações de grande ou de pequeno porte, como a do patrão anônimo de Aurélio, aventuravam-se clandestinamente pela região e vendiam e trocavam quase tudo, exercendo um certo monopólio que acabava por favorecer a exploração e a cobrança de preços exorbitantes. Alfredo Távora Gonsalves, em entrevista, contou que quando saiu de Belém, em fins de março de 1943, pelo Porto de Vigia em direção a região do Araguari, a atividade comercial era até certo ponto intensa nessa região. Segundo ele: “Macapá era a ‘capital’ das ilhas do Pará, Afuá, Chaves, Mexiana, Caviana, Gurupa, Óbidos, Portel, faziam seus negócios de troca e venda de produtos em Macapá, que por sua vez se comunicava com Belém”⁴⁶. Naquela época, toda a extensão do rio Araguari até o Oiapoque não tinha qualquer comunicação direta com Macapá, e sim com Belém, através de barcos e canoas à vela, e, esporadicamente, por um pequeno navio da Companhia de Docas do Pará (SNAP), que fazia viagem ao Oiapoque.

A região do Araguari era, na época, um importante fornecedor da praça de Belém. Gado, farinha de mandioca, peixe seco e salgado do Aporema e Terra Firme, peles de animais silvestres, sementes de muru-muru e de andiroba, in natura ou transformadas de forma artesanal em óleo, eram transportadas de semanal ou quinzenalmente para o Ver-o-Peso, matadouro do Maguary, fábricas de sabão, e para serem vendidas a negociantes e atravessadores de peles de animais, em Belém (GONSALVES, 2010, p. 24).

Quando da implantação do governo territorial, em 1944, segundo Costa (2008), toda essa dinâmica foi desqualificada e desprezada pela retórica do progresso, e os rios enquanto via principal de locomoção social passaram a ser vistos como sinônimo de atraso e de estagnação. De fato, uma das frentes de ações

⁴⁶ Entrevista realizada em setembro de 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Salvando Memórias na Cidade de Macapá. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Em andamento.

descritas no Relatório de Governo de 1946, pelo qual a nova administração deveria agir em caráter emergencial, dizia respeito a abertura de vias terrestres que pudessem interligar os municípios e as diversas localidades do Território, que seguiam quase que isolados entre si⁴⁷. Segundo descrito no referido documento: “os núcleos de população do Território achavam-se bastante isolados uns dos outros” (NUNES, 1946, p. 132).

Porém, embora a retórica de progresso defendesse a abertura de estradas como sinônimo de desenvolvimento, o próprio governo territorial reconhecia as peculiaridades regionais amazônicas que condicionavam, em grande parte, a economia local e a própria sociedade que dela se abastecia, dependendo quase que exclusivamente desse comércio fluvial. A não ser pela fronteira do município de Monte Alegre – que fica mais a sudoeste do Pará e distante de Macapá –, o acesso do Amapá com o resto do Brasil só é possível até hoje ou por via marítima ou aérea.

As embocaduras do Amazonas e do Tocantins, no arquipélago do Marajó, cabe ressaltar, apesar de terem despertado a atenção dos colonizadores europeus desde o início do século XVII, em razão das variedades de rios e das riquezas naturais, como destacou o Técnico da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, Nunes Pereira, ao desenvolver estudos sobre a região que resultaram na publicação *Ilha de Marajó: estudo econômico-social* (1956), talvez tenha sido do Pará a região que menos mereceu a atenção dos idealizadores do projeto que criou os Territórios Federais em 1943. Segundo Pereira (1957, p. 9-10):

considere-se, portanto, como tem sido precária a apreciação dos aspectos físicos e aferição dos recursos da Amazônia de modo especial do arquipélago marajoara, por viajantes, de hoje, que se utilizam apenas, preferentemente, de um meio de transporte – o avião – e que visitam um ou outro centro de atividade das capitais dos Estados e dos Territórios. E saiba-se, igualmente, que não

⁴⁷ No Plano Rodoviário, descrito no Relatório de 1946, constava a conclusão da construção da estrada *Macapá-Clevelândia*, que ligaria o sul do Território de Macapá, na margem esquerda do rio Amazonas, a Clevelândia, no norte do Território, na margem direita do Oiapoque, que já havia sido demarcada pela Comissão Rondon, quando da sua passagem pela região, em 1929: “a Comissão RONDON previu perfeitamente as necessidades rodoviárias do Amapá, embora só tenha estudado a primeira seção da estrada Macapá-Clevelândia. Porém, visualizando magistralmente o conjunto, assim se expressou o grande General sertanista: ‘o traçado da estrada compreende 3 seções distintas: a primeira, puramente de campo plano, entre Macapá e a margem direita do Araguari; a segunda, de campo e mato, entre a margem esquerda desse rio e Lourenço; a terceira, de floresta, sobre a serra Lombarda, descambando para o vale do Oiapoque, entre Lourenço e Clevelândia”.

(PEREIRA, 1946, p. 104).

bastam o barco a motor, a canoa e o animal de sela: é preciso que percorramos a pé a mais típica extensão das suas áreas geoeconômicas, entre as quais se inscrevem – não só pelo seu pitoresco, ofertado à vista pela fauna e pela flora, mas pelo drama da gente que ali vive e trabalha – as que constituem aquelas ilhas, e, dentre todas, a de MARAJÓ.

Pelo menos foi o que se observou com relação aos limites do Sul que separariam o Amapá do Estado do Pará, no que se refere as várias ilhas situadas no Canal do Norte e no Braço Norte do rio Amazonas da região do Marajó, não ficando perfeitamente claro a quem pertenceriam tais ilhas, se ao Pará ou ao Amapá. Tanto que, em um pouco menos de um ano das edições dos decretos leis 5.812, de 13 de setembro, e 5.839, de 21 de setembro, ambos de 1943, que definiram os limites dos novos Territórios, o governador Janary Nunes propôs, com base em pareceres emitidos pelos pesquisadores do Conselho Nacional de Geografia e do Serviço Nacional de Recenseamento, uma retificação desses limites, no qual defendia que o arquipélago do Bailique, composto das ilhas do Bailique, do Jaburu, do Brigue, do Curuá, dos Porquinhos, do Faustino e dos Marinheiros, bem como as ilhas Pedreira, Sant’Ana, dos Piriquitos, Cajari e outras menores fizessem parte do Território do Amapá (NUNES, 1946).

O interesse do governo amapaense sobre essas ilhas foi justificado na proposta apresentada ao presidente Vargas, com o seguinte trecho destacado do parecer do Conselho Nacional de Geografia: “com efeito elas se acham bastante próximas do continente e as suas populações mantêm contato direto e fazem comércio com os núcleos nele situados” (NUNES, 1946, p. 133). Possivelmente, o que menos contou nessa negociação tenha sido o estreito contato comercial dessas populações, pois outras ilhas, igualmente próximas, que também faziam parte dessa estreita relação comercial não foram reivindicadas como parte integrante do Amapá, e talvez o que mais tenha pesado possa ter sido o fato de essas ilhas estarem situadas em pontos estratégicos para a navegação, ao longo da Costa do Território, no Canal do Norte bem próximo a capital, *Macapá*, e da saída para o Oceano Atlântico.

Mais tarde, no início década de 1950, segundo os autores José Augusto Drummond e Mariângela Pereira, em *O Amapá nos Tempos do Manganês* (2007), o Canal Norte, por onde nunca tinha navegado embarcações de grande porte, que até

então sempre entraram e saíram do rio Amazonas pelo Canal Sul, do maior Porto da Amazônia, em Belém, tornou-se, após sua demarcação pela Marinha Brasileira e da construção do Porto de Santana, o canal de navegação, por onde se deu o escoamento do minério de manganês, extraído da Serra do Navio, no Amapá. Conforme os autores, ainda em fevereiro de 1948, o governador Janary Nunes apresentou a ICOMI⁴⁸ (Indústria e Comércio de Minérios S/A) – empresa que ganhou a concessão para explorar o manganês da Serra do Navio – um relatório onde constava “uma sondagem que mandara fazer sobre a navegabilidade do Canal Norte” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 185).

Em maio de 1944, um mês após Janary Nunes propor a retificação dos limites do sul do Amapá, o Decreto-Lei nº 6.550 foi expedido pelo governo federal, acatando integralmente sua sugestão. Além do Amapá, os demais Territórios, criados em setembro de 1943, também tiveram seus limites alterados pelo mesmo documento. Para Medeiros (1946), essas e outras correções que foram propostas quase que imediatamente após a expedição do Decreto-Lei nº 5.812, transparecem as falhas cometidas principalmente no que diz respeito aos levantamentos mais cuidadosos e minuciosos da realidade social e dos problemas políticos e econômicos que essas regiões enfrentavam. No caso do Amapá, destaca Medeiros (1946, p. 140):

tem-se a impressão de um geógrafo, diante do mapa, foi riscando a região em que deveria implementar o Território Federal do Amapá, preocupado quase que exclusivamente com problemas de geopolítica, e, definida a área, forneceu ao legislador o material geográfico necessário à corporificação do decreto.

Os próprios idealizadores que propuseram a nova redivisão territorial reconheciam a ausência de estudos mais minuciosos sobre as regiões que abrangeram os Territórios Federais recém-criados, bem como, as fragilidades contidas nos decretos que definiram os limites e as divisões municipais dos Territórios, e os compreendiam enquanto indicadores provisórios. Segundo Moacir M. F. Silva, consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia e membro da

⁴⁸Segundo Drummond e Pereira (2007, p. 125), a ICOMI, era nesse momento, “uma pequena e jovem empresa brasileira, criada em 8 de maio de 1942, em Belo Horizonte, e inscrita no rol oficial de empresas mineradoras nacionais pelo Decreto 10.221, de 13 de agosto de 1942. Atuava na mineração de ferro e manganês em Minas Gerais, abastecendo várias pequenas siderúrgicas. Mais tarde, faria parte da rede de minas supridoras da grande usina da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda”.

Comissão da Faixa de Fronteiras, esses indicadores geográficos estavam “sujeitos a retificação e desenvolvimentos, à luz de estudos que venham a ser feitos, com maior rigor e minúcia, pelas administrações locais (ou mesmo por particulares, curiosos dos assuntos geográficos ou econômicos)” (SILVA, 1944, p. 35), conforme estabelecia no artigo 1º do Decreto 5.812, no seu parágrafo único: “o governador de cada Território, no prazo de seis meses, contando da respectiva posse, elaborará, de acordo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o plano do novo quadro territorial respectivo, a ser fixado pelo Governo Federal” (SILVA, 1944, p. 35).

Um segundo reajuste espacial, também contemplado pelo Decreto-Lei nº 6.550, dizia respeito a transferência da capital do município de *Amapá* para *Macapá*. As pretensões de alterar a localização da capital do novo Território foram cogitadas ainda durante o convite feito por Vargas à Janary para o governo do Amapá, quando o presidente lhe informou que vinha recebendo telegramas da população local sugerindo a mudança para *Macapá*. Após alguns meses destinados ao levantamento de informações sobre os municípios do Território, Janary Nunes anexou ao relatório de 1946 um parecer que concluía que *Macapá* reunia as melhores condições geográficas e políticas para ser a nova capital. Dentre as razões apontadas, destacou: a localização favorável, com bom acesso fluvial e terrestre para as demais cidades de norte a sul do Território, favorecendo uma melhor administração territorial; navegação favorável através do seu Porto para navios de grande e pequeno porte, em qualquer época do ano, além de melhor acesso a capital do Pará, Belém, de onde vinham os suprimentos que abasteciam todo o Território; cidade historicamente mais tradicional e com potencial turístico, devido a existência da Fortaleza de São José de Macapá juntamente ao rio Amazonas; e, cidade com terra firme adequada para a urbanização, própria para a pecuária e a agricultura.

No início de 1944, a *principal cidade do Território*, como Janary Nunes assim a qualificou, era na verdade constituída de pequenos aglomerados rurais que totalizavam, aproximadamente, 13.000 habitantes⁴⁹, espalhados por toda a extensão

⁴⁹ Dados retirados de: MORTARA, Giórgio. População de fato do Território do Amapá nas suas novas fronteiras. **Boletim Geográfico**. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano II. N.º 17, p. 665- 667, ago. 1944.

dos 23.843 km². Era o município mais populoso, mas desse total apenas pouco mais de 1.000 pessoas residiam no principal núcleo populacional, que se desenvolvera nas margens do rio Amazonas; o mesmo rio que segundo o professor e geógrafo Saladino de Gusmão (1938), reunia duas características raras: corrente transversal com disposição longitudinal de seus afluentes. Seu destino, na visão desse geógrafo, era o de “ser o supremo regulador dos destinos do país, o eixo sobre o qual deve girar toda a sua política, quer nacional, quer internacional” (GUSMÃO, 1938, p.40). Assim, conforme a descrição do primeiro governador, a cidade escolhida para sediar a administração do Território padecia da ausência de serviços estruturais básicos, como energia elétrica, água encanada e saneamento. Abaixo, o quadro desenhado por Janary Nunes:

em traços largos e sem exagero, eis a paisagem que tivemos diante dos olhos ao instalar o Governo do Território, em 25 de janeiro de 1944. Há outras minúcias que retardaram muitos empreendimentos: falta de habitações, dificuldade de desembarque, comércio pobre e sem estoque de mercadorias, obrigando a formação de enorme almoxarifado, exigência de pessoal vindo de fora, enfim um amontoado de necessidades, cada qual mais imperiosa e urgente (NUNES, 1946, p. 6-7).

Ainda de acordo com os relatos oficiais, no momento da instalação do Território, Macapá era uma cidade de movimentação restrita, com um histórico de quase isolamento dos demais municípios que integraram o Território, mas com sinais que já vivenciara períodos de maior movimentação, quando, segundo o primeiro diretor da Divisão de Produção e Pesquisas do Território Federal do Amapá, Arthur Miranda Bastos⁵⁰ (1947, p. 6-7), “a borracha, vendida por alto preço, deu prosperidade à Amazônia, a população local fora maior. Havia mais comércio, melhores casas. Trinta anos de pobreza tinha, entretanto, deixado ali profundos sinais de decadência”. No entanto, apesar da decadência da borracha brasileira no mercado externo, nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, em Macapá a borracha silvestre ainda era a principal fonte de receita, ao lado de outros produtos extrativistas como a castanha e as sementes oleaginosas; produziam-se, também,

⁵⁰ Logo que chegou ao Amapá para ocupar o cargo de Diretor do Departamento de Produção e Pesquisa, passou os primeiros meses de 1944 em comitivas pelas diversas localidades do território amapaense fazendo levantamentos *in loco*, que resultaram no livro *Uma Excursão ao Amapá* (1946). Miranda Bastos foi convidado por Janary Nunes para compor o primeiro quadro de diretores do Território, em razão de uma longa amizade que começou em Belém, ainda na adolescência.

farinhas, couros e peles de animais, além da exportação do peixe salgado e seco do arquipélago do Bailique. Segundo Bastos (1947, p. 32): “nos campos das proximidades da capital, muitos são os criadores, porém todos pequenos. Não vi uma construção boa”.

Conforme Arthur Cezar Ferreiras Reis (1949), tomando como base os índices negativos coletados pelo IBGE e pelo Serviço de Recenseamento de 1940, de todos os Territórios Federais criados em 1943, “a paisagem do Amapá, à hora da criação do Território, era a mais triste” (REIS, 1949, p. 122)⁵¹. De forma geral, o povoamento dos demais municípios, *Mazagão* e *Amapá*, desmembrados do Pará para formarem o novo Território⁵², também apresentavam uma descrição semelhante. Por exemplo, conforme informações colhidas pelo Gabinete Técnico do Serviço de Recenseamento do IBGE, Mazagão possuía uma população aproximada de 5.211 habitantes⁵³, sendo que a maior parte desses moradores, aproximadamente 4.818, residia fora da principal sede, em áreas rurais.

Para o professor e geógrafo Lúcio de Castro Soares, encarregado dos estudos geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, tanto *Macapá* quanto *Mazagão*, núcleos colonizadores fundados em meados do século XVIII, pelo governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado no começo da década de 1940 refletiam, historicamente, a política desastrosa de ocupação das terras do Cabo Norte pelo governo Português que tentou, através de um programa agrário adverso, garantir o povoamento efetivo e a posse definitiva desse território.

⁵¹ O amazonense e historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, como nacionalista e intervencionista, foi um defensor do programa que criou os Territórios Federais, em 1943. Ler: DANTAS, Hélio da Costa. **Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e a escrita da história.** Jundiá: Paco Editorial. 2015; LOBATO, Sidney da Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur César Ferreira Reis. **Diálogos.** Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009.

⁵² Segundo levantamentos do Gabinete Técnico do Serviço de Recenseamento, o Território do Amapá abrangeu, em todo ou em parte, as áreas e os habitantes de quatro antigos municípios do Estado do Pará, a saber: Amapá, Macapá, Mazagão e Almeirim. O único município que ficou totalmente incluído no Território foi o Amapá. O município de Macapá cedeu ao Território os distritos de Amapari e Bailique e parte do distrito de Macapá, com a sede. O município de Mazagão cedeu ao Território o distrito de Mazagão Velho e parte do distrito de Mazagão, com sede. O município de Almeirim cedeu apenas uma parte do distrito de Arumanduba, sem a sede, e passou a integrar o município de Mazagão (MORTARA, 1944, p. 665-667).

⁵³ Como somente a parte de Arumanduba, sem a sede, foi desmembrada do município de Almeirim e integrada ao município de Mazagão, para obter uma estimativa da população aproximada de Mazagão depois do desmembramento, com base no recenseamento de 1940, somou-se a parte de Arumanduba a Mazagão (MORTARA, 1944, p. 665-667).

Como seria de esperar, uma vez entregues à sua própria orientação e aos seus próprios recursos, a florescente Nova-Mazagão e a Vila de Macapá, começaram a sofrer a ação de fatores negativos do meio – dentre os quais sempre avultou o fator climático – tornando-se bem cedo presas das endemias que minavam as forças dos seus colonos, tirando-lhes o ânimo ou os impossibilitando de trabalhar, quando não os fazia sucumbir, para o maior apressamento da decadência econômica (SOARES, 1949, p. 11).

Segundo Lúcio Soares, o povoamento da região que abrangeu o Território Federal do Amapá “está nos seus primórdios de tal maneira ligado a fatores históricos que não se pode estudá-los a não ser acompanhando-se, desde o seu início, os acontecimentos dessa natureza que a condicionaram” (SOARES, 1949, p. 11). Referia-se o técnico do IBGE, sobretudo, a turbulenta história de ocupação das terras pertencentes a *Guiana Brasileira*⁵⁴, como assim se reportou ao território que abrangia o município de *Amapá*, a histórica região do extremo norte do Brasil, “formada pela vertente da margem direita da bacia do Oiapoque, por toda a bacia do Araguari e pela faixa litorânea do Cabo Norte” (SOARES, 1949, p. 11), que fora cobiçada, desde o início do século XVII, por vários países europeus, dentre eles a França, que travou com o Brasil, em 1900, uma disputa litigiosa pela posse desse território. No início de 1940, rememorou Soares (1944, p. 661-664):

Há 44 anos, justamente no princípio do século atual, passava definitivamente para a jurisdição nacional, dilatando o solo pátrio, cerca de 260 mil quilômetros quadrados de terras riquíssimas e semi-virgens, do litigioso território do Amapá, indevidamente reclamado pela França como seu, e justamente defendido para o Brasil pelo incomparável gênio diplomático do grande barão Rio Branco.

1º de dezembro de 1900 representa, pois para o Território do Amapá, a sua incorporação formal ao âmbito nacional, após dois longos séculos de renhido e sangrento litígio, onde se destaca a figura de Veiga Cabral, na defesa pelas armas deste pedaço de chão brasileiro; 13 de setembro de 1943, data da criação por decreto-lei do Território Federal do Amapá, significa a sua integração direta no organismo político-administrativo da União, constituindo mais uma Unidade da Federação Brasileira.

Na breve narrativa histórica acima, 1900 e 1943 são apresentados como momentos que se interligam. A assinatura do Laudo de Berna representou, segundo Soares, a posse formal sobre esse território, mas foi o Decreto-Lei nº 5.812 que, de

⁵⁴ O termo “*Guiana Brasileira*” se popularizou dessa forma em razão do litígio entre franceses e portugueses, e depois brasileiros, por parte do território amapaense, ao longo do século XX, que fazia fronteira com a Guiana Francesa, que ficou conhecido por Contestado Franco-Brasileiro.

fato, teria garantido sua integração definitiva à nação brasileira. Entretanto, a histórica região contestada pela França não correspondia nem a metade das terras que abrangeram o Território Federal do Amapá e nem o Amapá a integrou por completo, mas sua trajetória, segundo os argumentos de Soares, foi determinante para que o governo federal criasse um dos cinco Territórios, de 1943. Francinete Cardoso, em *Entre Conflitos, Negociações e Representações* (2008), compreende o Contestado Franco-Brasileiro como uma representação que “está, em grande parte, relacionada com a construção do estado nacional [...]. Nesta construção, tentam-se apagar as diversidades em nome de um passado comum” (CARDOSO, 2008, p. 35). Segundo a autora, ao contrário do que o discurso oficial, que tentava mascarar a diversidade, essa era uma região constituída por uma sociedade plural e pelas identidades múltiplas que, na sua maioria, pouco ou nada tinham a ver com a briga entre as duas soberanias.

São identidades que não apresentam como principal ponto identificador à nacionalidade, mas que tem em comum o fato de procurarem [...] alternativas de sobrevivência e de trabalho, que no Contestado Franco-Brasileiro, passaram a ser relacionadas com a extração aurífera. Dessa maneira, essas fronteiras acabam se tornando terras de refugiados [...], um novo mundo em que se procura uma segunda chance de se refazer (CARDOSO, 2008, p. 35).

O município de *Amapá*, o único fronteiriço dos demais municípios e com localização estratégica, na linha divisória entre Brasil e Guiana-Francesa, era apresentado nos registros oficiais como a síntese de toda uma história da região anterior ao Decreto-Lei nº 5.812/43. A indicação desse município como capital e não Macapá, pelos estudiosos do IBGE e acatada pelo governo federal – mesmo considerando que ali residia a elite local mais influente da região – ocorreu possivelmente por razões geopolíticas e estratégicas de defesa e de ocupação efetiva da fronteira norte do país, compreendida nesse momento como áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e definidores da nação moderna.

Para Francinete Cardoso, fronteira é uma construção política e, assim do mesmo jeito que é discursada pelo Estado, também pode ser pensada pelos próprios sujeitos históricos a partir do momento que transitam por ela “definem suas próprias representações e identidades com esse território” (CARDOSO, 2008, p. 42).

No caso da Amazônia, essas representações produzidas pelos próprios sujeitos históricos pouco ou nada foram consideradas no processo de apropriação do seu território⁵⁵ pelo Estado brasileiro, que se utilizou do discurso de “vazio demográfico”, reforçado pelos geopolíticos, para justificar a intervenção do Estado nesses espaços. Fernando Antônio Raja Gabaglia, autor da tese intitulada *As Fronteiras do Brasil*, pode ser considerado o expoente da defesa do emprego pelo Estado, da concepção de fronteira como fruto da geopolítica, muito difundida, no início do século XX, e bastante presente entre os idealizadores do projeto de criação do Território Federal. Arguia Raja Gabaglia (1953, p. 85) acrescenta, ainda, que

quanto mais populosa a fronteira, tanto mais ativa é a circulação e tanto mais enérgicos são os grupos de um ou de outro lado que se formam pelos interesses materiais, intelectuais e morais, os quais cada vez mais se pretendem estreitamente com a política geral do Estado a que pertencem. Nestas fronteiras, como nas capitais, o regionalismo desaparece e compõe, altivo, o nacionalismo, a larga noção de uma pátria extensa forte, rica.

Raja Gabaglia, ao defender a ocupação efetiva das fronteiras por nacionais, acaba por considerá-las como espaços de representações não “naturalizados”, produzidas pela iniciativa do Estado. Em 1948, assim como Raja Gabaglia, o historiador Hélio Viana (1948), ao estudar a evolução histórica das fronteiras do Brasil, também chamou atenção para a fragilidade em que se encontravam as fronteiras brasileiras em razão do escasso povoamento, e alertava para a necessidade de se adotar medidas preventivas de segurança nas áreas fronteiriças do país em caso de guerras, principalmente, “para determinada faixa fronteiriça terrestre, estabelecida pela Constituição de 1934 e aumentada pela de 1937, mas não delimitada pela de 1946” (VIANA, 1948, p. 322). Referia-se possivelmente o historiador, membro da Comissão de Estudos de Textos de História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército, da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, a única que até aquele período ainda não havia sido demarcada. Lembrava Viana (1948, p. 10-11):

⁵⁵ Foi partir do século XIX, com a formação dos Estados Nacionais que a questão de fronteiras passou a ser associada a aspectos geopolíticos, como forma de justificar o poder público do Estado sobre um determinado território.

a defesa das Costas do Brasil que nos abriu o estudo das questões internacionais e militares após o descobrimento, nos dois primeiros terços do século XVI, novamente nos tomará atenção ao atingirmos a participação do Brasil, nas duas Guerras Mundiais, já em nossos dias, quatro séculos depois daquelas lutas com os entrepolos franceses. Hoje, como então, a vastidão do nosso litoral, possibilitando todos os ataques e tornando necessária a mais difícil e a mais extensa das vigilâncias.

Suas ideias externam, de certa forma, uma excessiva preocupação do Estado brasileiro e dos militares com as regiões fronteiriças. No mesmo período, mas com um olhar voltado para a Amazônia, o amazonense Osório Nunes⁵⁶, em *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira*, demonstrou a mesma preocupação de Viana com relação a segurança das fronteiras em caso de guerra, ao citar o esquema elaborado, em 1941, pelo general Inácio José Veríssimo, que dividia o Brasil em três faixas de fronteiras que constituiriam os virtuais teatros de operações em caso de guerra: a primeira compreendia os Territórios Federais amazônicos, Amapá, Rio Branco e Guaporé. Segundo Nunes (1950, p. 92), “o teatro amazônico, é, assim uma espécie de grande ilha, um Madagascar destacado do centro. E, no entanto, se impõe defender esta ilha, assegurar a sua posse e evitar que a embocadura de seu grande rio seja ocupada pelo inimigo”. Ainda consoante Nunes (1950), uma das principais áreas de preocupação na Amazônia, apontadas pelo general, em caso de deflagração de uma guerra, não eram as fronteiras terrestres – constituídas de uma linha inerte –, mas os *eixos prováveis de penetração*, ou seja, as fronteiras do Amazonas, do Rio Pará e da região de Belém e a do arquipélago de Marajó, que poderiam servir de *base naval e área inimiga*. Em um artigo intitulado “A defesa nacional”, publicado no suplemento *Vida Política*, do jornal *A Manhã*, de 15 de agosto de 1948, Osório Nunes chamou atenção para o fato de que: “no organismo brasileiro, a Amazônia não pode continuar a ser uma fronteira exposta, comprometendo o corpo da federação”.

De acordo com Hélio Viana (1948), os levantamentos realizados até aquele momento por estudiosos do Conselho Nacional de Geografia, como Raja Gabaglia e

⁵⁶ Osório Nunes publicou diversos artigos sobre a Amazônia, no período de junho a dezembro de 1948, na seção “Valorização da Amazônia”, no suplemento dominical *Vida Política*, do jornal carioca *A Manhã*, onde externou sua concordância com a política intervencionista que criou os Territórios Federais, de 1943. Depois foram compilados e publicados no livro *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira*, de 1950.

Lúcio de Castro Soares, estudiosos já citados, indicavam que o município de *Amapá* era o mais rico em recursos naturais do país, entretanto demograficamente o mais despovoado do Brasil. De acordo com Viana (1948, p. 218),

apenas duas pequenas povoações – Clevelândia e Santo Antônio do Oiapoque – encontravam-se ao longo da divisa da divisão fluvial. As três sedes municipais do Território do Amapá – Macapá, Amapá e Mazagão – encontraram-se fora da faixa fronteiriça de 150 km, ficando a cidade mais próxima, Amapá, a 195 km da linha divisória.

A principal sede do município de *Amapá*, a qual Hélio Viana se referiu como afastada da linha divisória entre o Brasil e a França, possuía, no começo de 1940, aproximadamente 400 habitantes⁵⁷, e também se encontrava distante da principal sede de Macapá. Esse isolamento, segundo Lúcio Soares (1949, p. 28), “facilitava um contrabando intensivo do nosso ouro para as Guianas sendo estimada em cerca de 60% do total de metal extraído, a quota que deixava de pagar os impostos aos cofres nacionais”. A grande maioria da população, cerca de 5.563 de um total de 6.007 habitantes⁵⁸, estava espalhada em várias localidades rurais entre o Oiapoque até a extensão do Araguari.

Dos três municípios que integraram o Território Federal do Amapá, de acordo com os relatos oficiais, talvez o de *Amapá* fosse o que apresentava um quadro econômico mais desenvolvido. No segundo e terceiro quartéis do século XIX, o povoamento na região do baixo-Araguari e dos rios Amapá-grande e Amapá-pequeno, no litoral e nas margens do rio Amazonas, vivenciou um progressivo crescimento, sobretudo, de pescadores ao longo da costa e de criadores de gado ao longo do litoral, onde começaram as primeiras fazendas de criação⁵⁹. Após uma tentativa de ocupação pelos franceses no vale do baixo-Araguari, no final do Império, foi fundada a Colônia de Ferreira Gomes na margem direita do rio Amazonas, a 180 quilômetros de sua foz. Mais ao norte, consoante Soares, entre o Araguari e o Oiapoque, o povoamento dessa região havia crescido

⁵⁷ Dados retirados de: MORTARA, Giórgio. População de fato do Território do Amapá nas suas novas fronteiras. **Boletim Geográfico**. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano II. Nº 17, p. 665- 667, ago. 1944.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Segundo Soares, a notícia mais antiga sobre a criação de gado no município de *Amapá*, parece datar de 1883, pois “distribuíam-se entre os vales dos rios Macapari, Frechal, Maruanu, Anauerapuru, Camaipi, Curiau, Bacuré, Mangulha, Ponte e Piritua [...]. Na sua expansão para o Norte, o gado foi introduzido pela primeira vez, em 1847, nos campos do Aporema” (SOARES, 1949, p. 22).

consideravelmente, sobretudo, em razão da fuga de paraenses da *Cabanagem*⁶⁰ e da descoberta do ouro em 1893, na região de Calçoene. Segundo Soares (1949, p. 21),

os sítios de caboclos, as fazendas de gado, as propriedades agrárias de maior vulto, os núcleos urbanos nascentes marcaram uma nova paisagem social e econômica [...]. Esses novos povoadores eram os fundadores dos pequenos burgos de Amapá, Calçoene, Cunani, Cassiporé, Uaçá, Arucauá e Curipi. [...]. João Manuel Ferreira fora o pioneiro do Araguari. Em 1847, Procópio Rola e Lira Lobato, introduziram o primeiro gado no distrito de Aporema.

No início dos anos 30, o assistente técnico da Divisão de Geologia do Ministério da Agricultura, Pedro de Moura, ao chefiar a primeira expedição encarregada de fazer o reconhecimento das riquezas minerais na região compreendida como *Guiana Brasileira*⁶¹, descreveu um quadro bem diferente daquele descrito por Soares (1949), para os anos finais do século XIX. A principal sede do município de *Amapá* e os poucos povoados espelhados pela faixa de fronteira da região de Oiapoque, encontravam-se, segundo Moura (1934, p. 11),

praticamente despovoada ainda, com sua faixa de planície litorânea aqui e acolá pontilhada de algumas casas e barracas, com a zona de peneplano absolutamente virgem, onde a vida humana se restringe a de alguns componentes de tribos indígenas, fácil será esboçar em algumas linhas a história dos acontecimentos determinantes do seu escasso povoamento.

Conforme os relatos de Pedro de Moura, pouco restara do tempo da descoberta dos ricos e aluviões auríferos do Cassiporé-Calçoene, “da vila de 6 a 10 mil habitantes quase nada resta hoje, se não a lembrança daqueles dias de febres e riquezas” (MOURA, 1934, p. 11). Teria sido a criação de gado que mantivera a permanência de alguns dos povoados, que também praticavam o cultivo de alguns

⁶⁰ Nascida em Belém do Pará, em 1835, a revolução social conhecida como Cabanagem avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os municípios de Macapá, Mazagão e Amapá, deixando mais de 30 mil mortos, entre mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, e boa parte da elite da Amazônia. Tinha como principal alvo os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. Para saber mais sobre esse movimento, ler: RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Fluminense Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

⁶¹ Era a primeira vez que o governo brasileiro inspecionava toda a extensão do subsolo da bacia terrestre do rio Oiapoque, resultando na publicação intitulada por Pedro de Moura de “Fisiografia e Geologia da Guiana Brasileira (Vale do Oiapoque e Região do Amapá)”, contida no *Boletim do Instituto Geológico e Mineralógico*, Rio de Janeiro: Tipografia da Agricultura, v. 65, p. 5-89, 1934.

produtos agrícolas e o extrativismo florestal, com uma diminuta e decadente produção de borracha e de extração do pau rosa: “a indústria pastoril representa o esforço mais notável, o passo mais consolidado na colonização da faixa da Guiana Brasileira, principalmente nas proximidades da sede do município, onde toda a vida gira em torno daquela indústria” (MOURA, 1934, p. 11). Da ex-Colônia Agrícola de Clevelândia⁶², fundada na década de 20 do século passado, onde foram construídas casas, hospital, estação de rádio, serraria, escolas e armazéns, todos com iluminação elétrica, para receber imigrantes nordestinos vindos principalmente do Ceará, ficaram as marcas de 1927, quando foi transformada pelo Estado brasileiro em Colônia Correccional para presos políticos, oriundos especialmente da capital do país: “é corrente, mesmo no Pará, a fama de lugar altamente insalubre, atribuída a Clevelândia e todo o Oiapoque, sendo ideia geral que impaludismo grassa ali com uma intensidade inimaginável, e que é altamente perigoso viver naqueles confins” (MOURA, 1934, p. 11).

Bem mais tarde, quando a região já havia sido integrada ao Território Federal do Amapá, já havia sido criado, segundo os registros colhidos por Arthur Miranda Bastos (1946), durante comitiva pelo norte do Amapá logo nos primeiros meses da instalação do governo territorial, os franceses ainda continuavam a transitar livremente pela região e a contrabandear o ouro brasileiro, mesmo passados mais de quatro décadas da decisão arbitral internacional favorável ao Brasil. Segundo o diretor de Divisão de Produção e Pesquisas:

durante os 43 anos em que fez parte do Pará, pequenos progressos se registraram no antigo Contestado. Foi como se este, ao ser definitivamente integrado no Brasil tivesse perdido sua grande expressão econômica, causa das tentativas de conquista dos franceses. A própria exploração do ouro, tão frutuosa quando as aluviões começaram a ser descobertos, continuou sob o domínio dos estrangeiros, que, sem encontrar qualquer dificuldade, invadiam a nossa fronteira e entravam pelos nossos rios quando queriam, para

⁶² Ao assumir a presidência do Brasil, Arthur Bernardes (1922-1926) adotou uma política de brutal repressão, na qual, além do estado de sítio e da criação do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), transformou a Vila de Clevelândia do Norte em uma prisão para presos políticos, para onde foram desterradas e assassinadas centenas de pessoas, dentre elas anarquistas, tenentistas, sindicalistas, trabalhadores suspeitos de causar a “desordem pública”, indigentes, criminosos dos grandes centros urbanos e menores abandonados. Para saber mais, ler: BRITO, Edson. **Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte**: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa. São Paulo: 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

regressarem depois de tudo terem escavado, contrabandeando para o lado francês, anualmente, centenas de quilos do precioso metal (BASTOS, 1946, p. 27).

Miranda Bastos, ao compreender que a decisão arbitral que deu a posse do território Contestado pela França ao Brasil, não cessou o problema do contrabando do ouro pelos franceses, só resolvido na sua opinião com a instalação do governo territorial, também interligava os dois acontecimentos. Para ele, assim como para Lúcio de Castro Soares (1944), a história dos demais municípios paraenses desmembrados confundia-se com a do território Contestado, e o *Amapá*, enquanto região separada do Pará, já existia anterior a sua transformação em Território Federal: “abandonados à própria sorte, reconhecendo que pouco podiam esperar do Pará, cujos recursos não chegavam para as necessidades de todos os seus outros municípios, os amapaenses lançaram-se a uma nova campanha, pedindo uma administração própria” (BASTOS, 1946, p. 28).

Para Miranda Bastos, o *Amapá*, enquanto espaço social que abrigava uma população com identidades comuns, já era um Território imaginado muito antes da sua criação, em 1943. Na sua leitura, interligados pela fragilidade do poder público, pelo abandono, pela miséria e endemias, os *amapaenses*, por ele reconhecidos como todos os residentes dos municípios de *Amapá*, *Macapá* e *Mazagão*, desejaram a separação do Pará e a intervenção federal. Porém, para o diretor, a grande mudança estava no fato de que depois que o *Amapá* passou para a jurisdição da União, a vida das populações que lá residiam passou a ser bem diferente daquela anterior ao Decreto-Lei nº 5812/43.

Esses e outros registros, que retratam um *Amapá encontrado e imaginado* pelos vários estudiosos, na sua maioria, enviados pelo Estado brasileiro para realizar levantamentos de informações técnicas sobre a região, e por aqueles que chegaram, em 1944, para atuarem na administração territorial, mais do que datados são dotados de significação, de sentidos, de estabelecimento de verdades, de argumentação e de silêncio. Os silêncios, segundo Eni Orlandi (2008, p. 24), são “formas eficazes da prática da violência simbólica, no confronto das relações de força, no jogo de poder que sustenta efeitos de sentido”, assim como as evidências são cristalizações, produtos naturalizados, processos ideológicos que não se

relacionam à falta, mas, ao contrário, ao excesso, na injunção a uma interpretação que se apresenta como a interpretação.

O passado, e com eles todas as mazelas do isolamento geográfico vivenciadas pelos homens e mulheres dos diversos vilarejos dispersos pelo interior do território amapaense, era combatido em prol de um presente que se colocava como capaz de superar os atrasos regionais e estabelecer um novo tempo, um tempo de progresso, de unidade, de inserção nacional. Para isso, fazia-se imperativa a construção de um Amapá uno, integrado, em torno de um projeto nacional uniformizador e diluidor das diferenças. Segundo Márcia D'Alessio, no cotidiano político dos anos 1940, também se projetou um Estado construtor de brasilidade e integrador, que combatia o regionalismo e ocultava as diferenças e conflitos: “da definição/delimitação do que somos e do que não somos, emerge o brasileiro, construído por um desejo de uniformização capaz de facilitar o controle onipotente das múltiplas vontades e interesses da sociedade” (D’ALESSIO, 2002, p. 174).

Entretanto, como pondera Andreas Huyssen, em *Culturas do Passado-Presente* (2014), “qualquer narrativa é seletiva, e implica, passiva ou ativamente, certo esquecimento de que uma história que poderia ser contada de outra maneira” (HUYSSSEN, 2014, p. 158-159). Esse “Amapá” do tempo da implantação da administração territorial, retratado exaustivamente nas narrativas oficiais, é aqui compreendido enquanto construções simbólicas, produto de narrativas que se apresentam como a interpretação daquele momento; contudo, por mais que se requeira uniformizadora, é constituída de heterogeneidade, de conflitos e de resistência, pois como nos lembra Paul Ricoeur (2000, p. 455), “assim como é impossível lembrar de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível”. Portanto, há também, nessas narrativas, muitos apagamentos e silêncios.

2.2 “Tudo Estava por Fazer”⁶³: a implantação da administração territorial

Partindo de Belém no dia 17 de setembro de 1947, transpusemos, num vôo de uma hora, o rio Pará e, em toda a sua largura, a ilha do Marajó, sulcada de inúmeros rios e igarapés.

Sobrevoamos enfim o vasto estuário do rio Amazonas, na altura do canal do Jurupari, depois de ter deixado, à direita, a vila do Afuá.

Para quem viaja de avião, a cidade de Macapá parece surgir, como por encanto, do seio mesmo das águas.

A posição da capital do território do Amapá é privilegiada, à margem do braço setentrional do rio-mar, em frente ao seu vasto estuário, orientada para a nascente.

Possui Macapá um bom aeroporto, dista apenas 20 quilômetros da cidade, dispondo de piso asfaltado, aperfeiçoado pelas forças norte-americanas e atualmente em poder da Base Aérea de Belém.

A primeira coisa que chama a atenção do visitante é a vasta fortaleza construída pelos portugueses, nos tempos coloniais, para defender a divisa do Oiapoque contra a invasão de franceses, ingleses e holandeses, assegurando, dessa forma, a conquista definitiva do Amazonas.

Jorge Pereira de La Rocque (1950)

A narrativa acima demarca uma visão otimista sobre a capital do recém-criado Território Federal do Amapá três anos após o início da instalação do primeiro governo territorial. Para La Rocque, assim como para outros viajantes que visitaram o Amapá nesse mesmo período, Macapá vivia tempos prósperos. O antigo forte, a Fortaleza de São José de Macapá, que impressionava pela grandiosidade e pela localização, a margem do rio Amazonas, local por onde a cidade se desenvolvera depois de anos de abandono e quase ter sido encoberta pela vegetação, encontrava-se em processo de restauração sob a supervisão do diretor Humberto Pinheiro de Vasconcelos, da Divisão de Segurança e Guarda do governo do Território: “já foi completamente reconstruído a capela da antiga praça de guerra e solenemente reposta no seu altar a primeira imagem de São José, encontrada no sótão da Igreja Matriz de Macapá” (LA ROCQUE, 1950, p. 146).

A cidade parecia passar por uma metamorfose decorrente das obras que vinham sendo executadas pela atual administração, pois consoante La Rocque

⁶³ A frase retirada do Relatório de governo do Amapá, de 1946.

(1950, p. 148), “julgávamos que o Amapá continuasse em abandono, mas tivemos a surpresa de encontrá-lo palpitante de atividade”. Conforme sua descrição, muitos eram os problemas herdados dos tempos da colonização desordenada e do abandono político, mas medidas emergenciais vinham sendo tomadas no sentido de solucionar aqueles considerados mais urgentes e que pudessem, de imediato, atender a demanda de imigrantes que Macapá vinha recebendo de outros Estados para trabalharem na administração territorial. De acordo com La Rocque (1950, p. 148-149),

procurou-se solucionar simultaneamente os problemas mais urgentes de educação, viação e saúde pública, com a instalação dos serviços referentes à iluminação, ao abastecimento d'água, ao fomento agrícola e à construção indispensável e urgente de hotel e de casas para residência de funcionários, do grupo escolar, do hospital, dos edifícios para serviços de administração, etc.

Analisando essa narrativa e de outros viajantes que percorreram o país, ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, verifica-se, de acordo com Márcia Naxara, um esforço continuado de se conhecer o seu interior e de uma “tentativa de abarcá-lo por uma ideia de Brasil que permitisse pensar na sua unidade, construída pelas diferentes partes regionais, de forma a realçar os contrastes da paisagem, geográfica e humana, que compõe a sua riqueza potencial” (NAXARA, 2003, p. 246). No entanto, nessas viagens, ao mesmo tempo em que se realizava uma cartografia detalhada de vários cantos do país, também se construíam representações de um Brasil que se pretendeu retratar como uma síntese do real.

Portanto, esses primeiros anos de implantação da administração territorial amapaense, conforme se apresenta na narrativa do técnico do IBGE, assumem conotações de um marco divisor entre um passado decadente e atrasado, em um território antes incivilizado e bárbaro, onde a natureza imperava, em oposição a um presente de progresso e prosperidade, nas chamadas “cidades florescentes”, lugar de civilidade e de realização do homem ideal, dominador da natureza e que sabe aproveitar plenamente seus recursos. Para La Rocque (1950), era evidente a importância que Macapá teria no conjunto das capitais do norte do país, pois estava fadada a ser um dia *uma das grandes cidades industriais do Brasil*.

O engenheiro La Rocque não visitou o Amapá por acaso. Como integrante da executiva do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (SGEF), do Conselho Nacional de Geografia (CNG), veio a esse território com o intuito de coletar *in loco* informações geográficas sobre o território amapaense, e acabou por também registrar as atividades que vinham sendo realizadas pelo governo recém-instalado. Outros Territórios Federais também foram igualmente inspecionados no mesmo período, o que era um procedimento usual dos técnicos do IBGE, principalmente em regiões fronteiriças e consideradas como desconhecidas, indicando a incidência de potencialidades naturais e minerais, como a região amapaense.

Uma das características da política implantada pós anos 1930 no Brasil, já apontada – mas talvez não devidamente estudada – por alguns historiadores do período, que aqui reforço, foi uma excessiva preocupação em se conhecer profundamente todos os cantos do país. O detalhamento do espaço brasileiro passou a ser visto como condição imprescindível para a superação do atraso regional e alavancar o desenvolvimento econômico do país. Para Milton Santos, em *O Retorno do Território*, essa forma de compreender o território foi herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, que o via como a base, o fundamento da nação moderna, ao mesmo tempo em que o moldava: “o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e do Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais” (SANTOS, 2005, p. 235).

Não foi à toa que a ciência geográfica passou a ser vista pelo Estado brasileiro como principal atividade intelectual do período. Segundo Eli Alves Penha, em *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*, em fins do século XIX e princípio do XX, a temática estatal-territorial, no âmbito da geografia política, e posteriormente da geopolítica, desenvolvida em especial pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, passariam a influenciar decisivamente os estudiosos das questões territoriais no Brasil, que “procuraram aproximar esse campo de estudos do centro do poder político gerador de uma pensamento nacional, voltado ao plano interno e à sua decorrente projeção externa” (PENHA, 1993, p. 30). Segundo a autora, o governo inaugurado por Vargas buscou se apropriar da

geopolítica enquanto ferramenta de controle, utilizando os fatores geográficos na formulação da política de Estado, “envolvendo não apenas problemas de ordem geográfica, mas também aqueles de caráter político e social, através de estudos que focalizavam a organização nacional” (PENHA, 1993, p. 30).

Atenderam a esse propósito a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶⁴, em 1938, e do Conselho Nacional de Geografia (CNG)⁶⁵, em 1937. Esse último, incorporado ao primeiro, resultou de um amplo processo de reajuste político que integrou em um único órgão a estatística, a geografia e a cartografia. Coube, portanto, ao CNG os levantamentos geográficos sobre a realidade brasileira, ao mesmo tempo em que também forjou uma representação do espaço brasileiro que determinou a atuação do Estado nesses lugares. Sobre as representações, enquanto campo de poder e dominação, alerta Roger Chartier (1990), uma vez assim construídas, embora aspirem à universalidade fundamentada na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam, que produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas.

Foi do início dos anos de 1940, a oficialização pelo Estado brasileiro da Resolução nº 72 do CNG, de 1941, que adotava uma forma única de organização regional através da divisão do país em cinco grandes regiões⁶⁶. A partir desse

⁶⁴ A necessidade de criação de um órgão que centralizasse as informações estatísticas das riquezas nacionais de forma mais precisa, levou Mário Augusto Teixeira de Freitas, delegado geral do Recenseamento do Estado de Minas Gerais, a delinear um modelo de gerenciamento de informações territoriais em que as decisões operacionais ficavam concentradas em um único órgão coordenador do sistema, que deveria compartilhar com os produtores e usuários a padronização dos dados a serem coletados. Em 1934, por meio do Decreto-Lei nº 24.609, o governo federal criou o Instituto Nacional de Estatística (INE), instalado somente em 29 de maio de 1936, quando foram regulamentadas suas atividades (ABRANTES, 2014).

⁶⁵ A participação do Brasil, em 1931, no XIII Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris, colocou o país em contato com a União Geográfica Internacional (UGI), que formalizou um convite de filiação, em 1933, salientando a ideia da constituição de um órgão nacional encarregado da coordenação dos assuntos relacionados à geografia brasileira. Desse contato surgiu a criação do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) que, em 1937, incorporado ao INE, dedicado, especificamente, em realizar e condensar os levantamentos geográficos realizados por diversos órgãos federais (ABRANTES, 2014).

⁶⁶ *Região Norte* (Acre, Amazonas e Pará); *Região Nordeste*, compreendendo duas partes: o Ocidental (Maranhão e Piauí) e o Oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); *Região Leste*, compreendendo duas partes: Setentrional (Sergipe e Bahia) e Meridional (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal); *Região Sul* (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e *Região Centro Oeste* (Goiás e Mato Grosso) (GUIMARÃES, 1942).

momento, o CNG passou a expandir suas atividades de pesquisas sobre a ótica dos estudos da geografia regional, com vistas a construir um corpo de conhecimentos geográficos sobre o país que orientasse as ações governamentais através de uma visão fragmentada desse espaço. Os anos entre 1940 a 1950 foram considerados pelos geógrafos do IBGE época de ouro para a pesquisa de campo. Pelo volume de registros nas revistas especializadas do IBGE, é possível deduzir que o Amapá recebeu um número significativo de pesquisadores desse órgão durante esse período. Todavia, de acordo com Eli Penha, as intervenções foram concebidas em uma escala nacional, mas seguiram uma lógica regionalizada, que acabaram por acentuar as desigualdades regionais.

A definição de uma hierarquia regional, constituída por uma “área core” (o Centro-Sul), uma “questão regional” (o Nordeste) e por regiões de “fronteiras” (Centro-Oeste e Amazônia), atribui ao Estado novos desafios, onde as demandas pelas ações governamentais cresciam na mesma proporção do desenvolvimento econômico-social diferenciado (PENHA, 1993, p. 108).

As pesquisas realizadas por La Rocque em território amapaense faziam parte de um conjunto de ações planejadas pelo IBGE, já a partir do enfoque da divisão regional do espaço brasileiro, que justificadas pelo argumento de “regiões naturais”, e tomavam como referencial os aspectos físicos e geográficos, o que acabava por contribuir ainda mais para a naturalização desses espaços. Sendo assim, as ações do Estado, compreendidas enquanto representações políticas, dotadas de sentidos e intencionalidades, apresentam-se nas narrativas oficiais como acontecimentos patrióticos de grande relevância para a nação. Desbravar os espaços “vazios” e vencer as barreiras impostas pela natureza era dominar a barbárie; era a pátria, necessariamente, sendo buscada em nome da unidade, do progresso, da civilização. Em 1944, o *Boletim Geográfico* do IBGE noticiou a posse do primeiro governador amapaense, ocorrido no dia 25 de janeiro daquele mesmo ano, no município de Amapá. O ato solene, descrito de forma breve, mas pontual, contou com a presença de autoridades paraenses e locais, balizando o acontecimento da instalação do Território do Amapá e da sua separação do Estado do Pará, ao mesmo tempo em que intencionava torná-lo um marco inaugural, um rito de origem, o nascimento de mais uma nova unidade política, e com ela a integração dos mais novos “brasileiros”: os “amapaenses”.

O capitão Janary Gentil-Nunes, governador nomeado pelo Presidente da República para administrar aquela nova unidade política do país, ali chegou naquele mesmo dia sendo recebido com manifestações de apreço pelos habitantes locais. Acompanhou o capitão Janary Gentil Nunes uma numerosa comitiva de altas autoridades do Estado do Pará, da qual fazia parte o Sr. Lameira Bittencourt, secretário geral do Estado que representou o interventor Magalhães Barata na solenidade.

A cerimônia se realizou no Paço Municipal da cidade do Amapá, discursando nessa ocasião o Sr. Eliezer Levy, prefeito daquela cidade, que traçou o histórico do Amapá, seu esplendor, sua decadência, e sua ressurreição. Ressaltou o orador a confiança com que o povo acolhia o novo governador. Em seguida, o capitão Janary Nunes traçou o seu programa de ação, acentuando a necessidade do esquecimento das paixões políticas para a prosperidade da região. Foi, então, solenemente instalado o governo do território, sob as palmas, ao som do Hino Nacional⁶⁷.

Assim como o 13 de setembro, data da criação do Território do Amapá, o 25 de janeiro passou a ser comemorado pela administração territorial nesses primeiros anos como referenciais fundadores da identidade amapaense. Eram dias em que, principalmente em Macapá, aconteciam comemorações cívicas e festivas, com inaugurações de prédios públicos. O jornal *Amapá*, periódico oficial da administração territorial, dava destaque a esse dia com reportagens que buscavam interligar, em um único acontecimento, a luta dos brasileiros com os franceses pela posse do território amapaense e a criação do Território Federal do Amapá. Então, 25 de janeiro seria o momento ápice em que o “Amapá” conquistou a autonomia política a tempos pretendida e a sua integração definitiva ao Brasil: “é um dia caríssimo a todos os amapaenses. Nele se realizou o velho sonho de autonomia administrativa para o seu torrão, sonho acalentado durante séculos”⁶⁸.

Segundo Bronislaw Baczko, em *O Imaginário Social* (1985), o uso do imaginário e do simbólico possuem lugar estratégico no exercício do poder, pois são através deles que uma coletividade constrói uma certa representação de si, qualifica a sua identidade e exprime e legitima crenças comuns, atuando como uma das principais forças reguladoras da vida coletiva. Tanto os eventos quanto as representações sobre eles têm igual peso na constituição dos imaginários sociais, mas como representações sobrelevam a importância dos próprios acontecimentos

⁶⁷ *Boletim Geográfico*. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano I, nº 11, fev. 1944.

⁶⁸ “Quatro anos de governo”, em *Amapá*, 24 de janeiro de 1948.

na percepção pública, daí a razão dos esforços empreendidos pelos governantes no sentido de se apropriar dessas simbologias, e de exercer controle sobre os meios de comunicação de massa que são, sistematicamente, usados na fabricação dos imaginários sociais. Dentre as edições que deram visibilidade a data da instalação do Território, a do 5º aniversário (AMAPÁ, 25 de janeiro de 1949) é ilustrativa nesse sentido, ao trazer, além de vários trechos de discursos de personalidades políticas que visitaram o Amapá nesses cinco anos, as imagens do mito Cabralzinho⁶⁹, o herói que teria liderado a batalha de 1895 e expulsado os franceses do território amapaense, e a do Barão de Rio Branco, o diplomata brasileiro que pôs fim ao litígio entre o Brasil e a França (Figura 03, em anexo).

Maria Helena Capelato (1998), ao analisar o significado da propaganda política no varguismo e no peronismo, demonstrou que o imaginário social, como estratégia de legitimação política, foi bastante utilizado por ambos os governos (o brasileiro e o argentino). Todavia, ao longo de sua exposição procurou alertar para os limites da propaganda política, que mesmo exercendo um papel importante na conquista do apoio político, seu poder se constitui de um imaginário construído em torno dela, uma vez que os limites desse poder fazem parte de um jogo complexo e não linear definidos pelo movimento da história. A autora destaca que a propaganda política, compreendida enquanto fenômeno da sociedade e da cultura das massas, teve enorme impacto nas décadas de 1930 e 1940, após o avanço mundial dos meios de comunicação, não só na Europa, mas também na América.

No caso do Brasil, foi com o advento do Estado Novo que ela se consolidou como um dos pilares do exercício do poder, apesar de não ter ficado restrita a ele. Assim, mesmo considerando que muitos dos elementos que estiveram presentes no projeto que propôs a redivisão territorial executada em 1943, vieram sendo gestados de longas datas, como procurei demonstrar no primeiro capítulo, também compreendo a criação do Amapá enquanto produto da política Estado novista, o que

⁶⁹ Segundo Fancinete Cardoso, Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho teria chegado em Território Contestado por volta de 1894. Como integrante do Partido Democrático Republicano de Belém, era reconhecido na capital paraense por seus arroubos nacionalista. No entanto, mais do que um herói nacional fabricado pela imprensa paraense, foi mais um sujeito histórico que transitou pelo território contestado, “tinha interesses reais em torno das expectativas mais pertinentes de quase todos que buscavam o território em litígio a partir de 1893, que era a exploração de jazidas auríferas” (CARDOSO, 2006, p. 574). Para a autora, “assim foi sujeito, foi também objeto de representações que objetivaram transformar um conflito local numa causa nacional” (CARDOSO, 2006, p. 575).

permite estabelecer muitos paralelos entre os estudos evidenciados por Capelato na política nacional com a política territorial executada pelo governo amapaense; contudo, alguns aspectos locais carecem de reflexão.

A sociedade amapaense do início da década 1940, conforme dados do IBGE, era predominante rural e demograficamente baixa para os padrões das maiorias dos Estados brasileiros. A população em todo Território era constituída de, aproximadamente, 21.191 habitantes, sendo que quase 92% desse total estavam concentrados nas áreas rurais. Porém, como o IBGE e os documentos oficiais, de forma geral, não faziam distinção entre as populações, não é possível saber se os povos indígenas estão ou não inclusos nessa estatística, o que demonstra o descaso e a ausência de políticas públicas locais direcionadas, à época, a essa demanda.

As informações divulgadas pelo primeiro Diretor do Departamento de Educação, Otávio Mendonça, tendo em vista o quadro educacional precário encontrado: o analfabetismo chegava a índices mais alarmantes que os nacionais. Conforme descrição oficial, existiam, até 1944, sete escolas espalhadas por todo o Território, instaladas de forma provisória em *casas e barracas em ruínas*, que ensinavam basicamente até o 3º ano primário, em classes distribuídas sem a devida classificação etária e pedagógica; portanto, destacou o governo: “a consequência disto é a maioria absoluta dos habitantes analfabeta” (NUNES, 1946, p. 6).

Quando da instalação da administração territorial, segundo o Relatório de 1946, não havia nenhum meio de publicidade e propaganda em toda a extensão do Território: “Macapá, que tivera, nos fins do século XIX e em princípios do presente, um jornal denominado ‘Pínzônia’, e, mais tarde, os órgãos ‘Arautos da Verdade’ e ‘Correio de Macapá’, de circulação local, estava desaparelhada nesse sentido” (NUNES, 1946, p. 13-14). Seguindo um modelo nacional de controle da informação, foi criado, logo no primeiro ano do governo de Janary Nunes, o Serviço de Imprensa e Propaganda (S.I.P.), subordinado à Secretária Geral. Em 19 de março de 1945, circulou nas ruas de Macapá o primeiro número do jornal editorado pela imprensa oficial do Território, o *Amapá*, semanário de tiragem média de 200 exemplares. Trazia estampado, na primeira página da edição inaugural, o propósito de sua criação.

Este órgão de publicidade é destinado à divulgação da obra do governo, em seus aspectos oficiais, e no noticiário geral de exclusivo interesse público [...]. Este número do “AMAPÁ” é o marco zero de uma longa marcha que encetamos em prol da divulgação e da expansão do porfioso combate que se trava pela completa integração do brasileiro em seus legítimos domínios.

Ainda conforme o plano administrativo, estabelecido pelo SIP, no final de dezembro de 1945, operando primeiramente em caráter experimental e com reduzida programação, ocorreram as primeiras transmissões da Rádio Difusora de Macapá⁷⁰. Jornal e rádio eram vistos no Amapá, assim como no resto do Brasil, como principais meios, não só de difusão de informações, mas de legitimação da administração territorial, objetivando conquistar o apoio da população à política territorial, além de atuarem como instrumentos de educação e cultura, com vistas a promover à integração nacional. A existência desses dois órgãos de comunicação no Território podem ter ocasionado um certo estreitamento das “distâncias”, pelo menos no que tange a imprensa e a radiodifusão, símbolos de integração nacional, mas deve-se considerar que dado o número expressivo de analfabetos e semianalfabetos existentes e da dificuldade da oferta e aquisição desses produtos nos esparsos núcleos populacionais espalhados por todo o território amapaense, seus alcances ficaram mais restritos, pelo menos nesses primeiros anos, ao crescente, mas reduzido número de funcionários públicos do Território, residentes na maioria na capital. O que permite concluir que suas incursões entre a população eram bastante pequenas, comparado à realidade nacional estudada por Capelato.

A propaganda política se propagou, sobretudo, através de inaugurações de obras e serviços públicos, mesmo que mais restritos a circunscrição do centro da capital. A paisagem e a dinâmica da pacata e pequena vila se transformaram do dia para noite. A simples presença de um representante do governo federal transitando pela cidade, mostrando-se disposto a ouvir a população, já indicava que os tempos eram outros. Só no centro de Macapá, em um período de dois anos, foram

⁷⁰ De acordo com Amiraldo Bezerra, a Rádio Difusora de Macapá foi inaugurada oficialmente em 11 de setembro de 1946 (BEZERRA, 2008). Sua origem é atribuída ao Serviço de autofalantes de Macapá, inaugurado em 25 de fevereiro de 1945 pelo governo do Território, com o objetivo de noticiar informações sobre as ações da administração pública, servindo de canal de informação entre o governo e a sociedade. A apresentação do serviço era realizada por Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque, jornalista paraense e Diretor do Serviço de imprensa e Propaganda (Fonte: Acervo Pessoal de Edgar Rodrigues).

inauguradas ou iniciadas as construções: da residência do governador; da escola do Grupo Escolar; do hospital geral; do cineteatro; de um hotel; de um conjunto de 35 casas residenciais da Vila Presidente Vargas destinadas aos diretores e chefes dos departamentos; as ampliações e adaptações dos prédios para funcionamento dos Departamentos de Saúde, de Educação e Segurança; da Agência do Banco do Brasil; etc.

No final de 1944, segundo dados coletados pelo governo do Território, a população da sede da capital tinha, em pouco menos de ano de instalação da administração do Território, mais que dobrado, passando de 1.300 para 2.800 habitantes (NUNES, 1946, p. 113). Amiraldo Bezerra foi um dos paraenses, natural das ilhas do Marajó, que veio residir em Macapá logo após a instalação do Território. Em 18 de julho de 1945, ele (com apenas um ano de idade), o irmão e os pais desembarcaram no igarapé da Fortaleza de São José, onde ficava uma pequena doca, sem muita estrutura, utilizada para o desembarque de pequenas embarcações que vinham, na sua maioria, de regiões das ilhas do Pará. As lembranças da chegada ao Amapá, descritas com riqueza de detalhes nas memórias intituladas *Macapá: a margem esquerda do Amazonas*, de 2008, possivelmente, foram rememoradas das histórias contadas por seus pais. É bem como problematiza Luisa Passerini no artigo “A lacuna do presente”, até que ponto é indispensável separar o presente do atual e do imediato, para que a relação presente/vivido se torne verdadeiramente significativa? Para a autora, a memória está impregnada de experiências dos que viveram antes de nós, pois “essa pluralidade deixa patente a estreita ligação entre a memória e experiência vivida, entre tradição e capacidade de experiência” (PASSERINI, 2005, p. 212).

Lembra Amiraldo que nesses primeiros anos de implantação do Território, objetivando cooptar trabalhadores para a administração pública, o governo territorial buscou promover uma política de assistência ao imigrante.

Tornou-se comum naquela época os migrantes chegarem à Macapá e serem submetidos a uma espécie de triagem por funcionários do governo que os esperaram. Faziam uma ficha familiar ou individual, e, em seguida, eram encaminhados para o abrigo, um grande barracão onde podiam atar suas redes, tomar banho, usar sanitário e até cozinhar (BEZERRA, 2008, p. 20).

A política de assistência ao imigrante promovida pelo governo territorial consistia basicamente em oferecer abrigo em um barracão, que foi inaugurado em abril de 1945, com a denominação de “Hospedaria de Operários”⁷¹, localizado na Praça Capitão Assis, bem no centro de Macapá, com pouquíssima estrutura para abrigar e atender à crescente demanda de pessoas que chegavam a todo momento; uns sós, outros com a família, como Amiraldo. No barracão, homens, mulheres, idosos, adultos e crianças partilhavam armadores de redes, banheiro, cozinha, histórias de vida e esperanças. Logo que chegavam, ali mesmo, era realizada uma espécie de cadastro, que poderia ser utilizado ou não pelo governo territorial para o preenchimento de alguma vaga na administração pública. O próprio governo reconhecia que a imigração, dados os poucos recursos destinados a área, era um problema de difícil solução, conforme trecho a seguir:

foi um dos problemas mais angustiosos e insistentes o receber e alojar funcionários, operários, trabalhadores, comerciantes que aportaram incessantemente, enchendo as embarcações e disputando com afã, os armadores de redes disponíveis, quer nos barracões que o governo ergueu, quer nas casas particulares (NUNES, 1946, p. 113).

Vários estudos vêm apontando a imigração como uma das áreas que mais mereceu atenção da política nacionalista inaugurada nos anos 1930 no país, pois, se por um lado o Estado brasileiro intensificou a vigilância das fronteiras e criou restrições que buscaram coibir a entrada de estrangeiros no país, por outro estimulou a migração interna, principalmente, para a Amazônia. Segundo Ângela de Castro Gomes, em *Invenção do Trabalho* (1994), essa releitura do período Vargas da imigração e da função social das migrações internas tem um conteúdo político esclarecedor. No caso da vinda de imigrantes sertanejos para o sul e sudeste do país, simbolizou os novos bandeirantes que retomariam a terra para os nacionais. Deve-se destacar que o controle da imigração estava relacionado à *valorização do capital humano nacional* e com a própria estabilidade política do país, uma vez que o número de desempregos crescia na mesma proporção em que era grande o deslocamento do campo para a cidade, e tinha como pano de fundo

⁷¹ Descrição da estrutura da hospedaria em: “Hospedaria dos Operários”, em *Amapá*, 28 de abril de 1945.

principal a ocupação do território nacional, principalmente em espaços tidos como vazios e despovoados.

Na Amazônia, essa política de estímulo à migração só foi impulsionada pelo Estado brasileiro, no início dos anos 1940, quando a região vivia os fortes abalos provocados pela decadência da borracha brasileira no mercado exterior. Segundo Frederico Alexandre de Oliveira Lima, em *Soldados da Borracha. Das vivências do passado às lutas contemporâneas* (2014), após a debandada dos seringais restaram na Amazônia, nesse período, um capital social em torno de 35.000 trabalhadores, que combinavam as atividades da extração do látex com outras atividades extrativistas.

Como já anunciado, a grande movimentação de pessoas para o norte do país, em fins da década de 1940, não era um fenômeno novo. A economia da borracha, com maior incidência nos Estados de Pará e Amazonas, principalmente na fronteira com a Bolívia, levou um número significativo de pessoas a migrarem para essas regiões, no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Parte das terras que depois foram desmembradas do Pará, para formar o Território Federal do Amapá, fizeram parte dessa rota. A ocupação dos vales dos rios Jarí, Cajarí, Maracá, Ajuruxi, Vila Nova, Matapí e Amaparí ao sul do Território, deveu-se, em sua maioria, a exploração florestal das seringueiras e das castanheiras encontradas em abundância nesses lugares (SOARES, 1949, p. 24).

A economia da borracha, e a produção econômica secundária que gerava, não atraiu só sertanejos. Alfredo Távora Gonsalves narrou, em entrevista, que seu pai Georges Gonsalves, que nasceu em 11 de outubro de 1864 na Ilha da Madeira, em Portugal, mudou-se com a família para Demerara, na região da Guiana Inglesa, quando ele tinha apenas oito anos de idade. Já jovem comprou uma *goleta* (embarcação à vela de dois mastros) e passou a se dedicar ao comércio na região do Caribe, até que um dia chegou ao município de Amapá, onde comercializou produtos locais, como: farinha, mandioca, plumas de garça, ouro e até gado. Após se casar com a filha de um dos coronéis mais influentes da região, João Franklin Távora, e com muitos negócios lucrativos nas redondezas de Amapá e Belém, comprou, por volta de 1910, seringais em Tartarugal e Araguari, cuja borracha tinha

muita procura na capital paraense. Quando Alfredo tinha meses de idade, em 1922, seu pai faleceu.

À época a borracha brasileira estava em decadência no mercado externo, e sua mãe preferiu vender algumas propriedades e negócios de seu pai, e mudar para Portugal. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, com o crescimento da procura novamente da borracha brasileira, alertado pelo seu tio, o desembargador Manoel Buarque, que trabalhou como juiz no município de *Amapá*, Alfredo resolveu reativar os seringais herdados do pai na região do Araguari. E assim chegou e se estabeleceu em *Amapá*, até falecer em abril de 2015. Como fez questão de enfatizar em suas memórias: “a criação do Território já me encontrou no Amapá, embrenhado nas matas do médio Araguari e envolvido com a exploração dos seringais herdados do meu pai, falecido em 1922” (GONSALVES, 2010, p. 24). Segundo ele:

a transformação do Amapá em Território provocou uma mudança radical na vida de Macapá. Imagine um local calmo, que de uma hora para a outra é invadido por uma turba de gente, ávida de emprego e de tudo? Deve ter perturbado a tranquilidade do lugar. Um surto de gente trabalhando em construção de casas, serviços de aberturas de ruas, etc. O dinheiro das verbas vindas para o Território começou a circular com intensidade. O comércio cresceu com a demanda⁷².

Tomando as experiências aqui relatadas, *euforia* poderia ser a palavra que sintetizaria o sentimento desse significativo fluxo de imigrantes para a capital do Território do Amapá, nesses primeiros anos de implantação da administração territorial. Exceto os funcionários e familiares, que vieram com convites direcionados para trabalharem em cargos da administração pública, muitos foram atraídos pelas possibilidades incertas que se abriram com o surgimento de uma nova unidade política, no extremo norte do país. O estabelecimento, pelo governo da regularidade dos serviços de navegação entre Macapá e Belém, e demais localidades, pode ter contribuído para esse aumento da imigração, bem como, alguns incentivos governamentais, como distribuição de lotes residenciais e comerciais a um preço irrisório, e pequenos auxílios para a construção. A citação abaixo descreve um pouco a sensação vivenciada pelo cidadão comum quando de sua chegada ao Amapá de pós 1943. Segundo Amiraldo Bezerra,

⁷²Entrevista realizada em setembro de 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Salvando Memórias na Cidade de Macapá. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Ano do Fim: 2013.

nós que viemos do interior, ficávamos deslumbrados com tantas e lindas construções. A residência do governador, de frente para o rio Amazonas, em cima de um barranco natural, com vista panorâmica do imenso rio [...]. O Grupo Escolar Barão do Rio Branco, assim como o Cine Teatro e a piscina territorial, anexos, e mais o Jardim de Infância ao lado do prédio idêntico que funcionava a Divisão de Educação, lugar em que os professores assinavam o ponto antes do início das aulas. A praça do mesmo nome teve em seu entorno a construção de 10 casas, confortáveis, todas no mesmo modelo e tamanho (BEZERRA, 2008, p. 43).

Seu Bibi (como era conhecido entre os amigos o pai de Amiraldo) foi um dos imigrantes que não foi absorvido pelo serviço público. Relata Amiraldo que, “com pouco estudo, mas alfabetizado, meu pai não optou pelo serviço público, preferiu trabalhar por conta própria como carpinteiro, na construção de casas de madeira, aproximadamente 98% das moradias da época” (BEZERRA, 2008, p. 21). Sem dúvida, a implantação do Território possibilitou a expansão de alguns ramos de trabalho para além do serviço público, mas foi a opção escolhida ou a possível, principalmente para aqueles que não detinham estudos e não eram vistos como mão-de-obra qualificada.

A carpintaria foi um deles, mas além dela é possível citar outros ramos interligados, como: pedreiros, ferreiros, ladrilheiros, taqueiros, eletricitistas, pintores, braçais, etc, a exemplo da construção civil, que em razão da grande procura, tanto pelos particulares quanto pelo governo, talvez tenha sido o ramo que mais cresceu e o que mais empregou nas primeiras três décadas do Território (LOBATO, 2013). Segundo Amiraldo: “é bom lembrar, e aqui fazemos justiça, aos braços fortes e vigorosos de um Hilário, de um João, de uma Odérico, de um Tiago, de um Antônio, de um José, de um Erondino [...], que ergueram centenas de casas e mais casas para os moradores de Macapá” (BEZERRA, 2008, p. 21).

É possível perceber, também, essa separação desigual e hierárquica, na forma como iam sendo estabelecidas a ocupação urbana da cidade, tanto entre os que chegavam, quanto os que já residiam em Macapá. Ao se propor estudar as contradições decorrentes do projeto de modernização para cidade de Macapá implementadas pela política territorial, entre os anos de 1944 a 1964, o historiador Sidney Lobato tentou trazer para a visibilidade uma cidade como resultado, também, das práticas de trabalhadores e trabalhadoras que inventaram cotidianamente seus

próprios sentidos de sobrevivência para a cidade. Segundo Lobato, novos bairros foram surgindo em Macapá, a partir de 1944, decorrentes do grande movimento migratório e da “inviabilização da permanência dos moradores mais pobres no centro urbanizado desta cidade, por meio de padrões ocupacionais que eles não podiam alcançar” (LOBATO, 2013, p. 85).

Para José D’Assunção Barros, em *Cidade e História* (2007), a cidade é uma representação já no próprio plano urbano que a prefigura, assim, ao projetá-la, seus elaboradores trazem para o traçado urbano a sua própria visão de mundo e o universo cultural no qual se acham envolvidos. Todavia, para além da representação dos seus idealizadores, urbanistas, do poder público, a cidade também é representada pelo próprio cidadão comum. Em *As Cidades Invisíveis*, Italo Calvino (1990, p. 59) afirma que “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve”; ainda conforme Barros (2007, p. 96), “os caminhos representados mentalmente selecionam sequências de aspectos morfológicos e de marcos que nutrem a percepção dos trajetos citadinos”.

Para Amiraldo, a vinda com a sua família para Macapá representou a chance de recomeçar, o surgimento de novas oportunidades de sobrevivência e a construção de novos laços comunitários e identitários que, ao ser confundida com o momento de instalação da administração territorial, adquiriu novos sentidos, tanto para o momento da chegada, quanto para a forma como o Amapá passou a ser representado nos anos que se seguiram. De acordo com Alessandro Portelli, os eventos são identificados com um padrão de significado e, embora o evento pareça indicar um ponto no tempo, ele se estende em todas as direções, “[...] tanto o conceito de evento quanto o de duração parecem ser uma questão de como olhamos (e narramos) a história, do que algo inscrito numa realidade objetiva” (PORTELLI, 2009, p. 309-310). Portanto o lugar que a memória ocupa nas narrativas é uma tentativa de se gravar um tempo em que quem conta possa ser colocado. No caso de Amiraldo, um tempo das recordações pessoais e familiares, mas, também, temporalizado nas experiências coletivas de um “Amapá” que se formava enquanto unidade política territorial, projetado por um discurso uniformizador, pautado na unidade e no forte apelo da nação como síntese das identidades coletivas e individuais.

Dessa forma, as experiências vivenciadas pelos diversos homens e mulheres comuns que transitaram no Amapá, nesse período, não foram sentidas da mesma forma. Para quem nasceu em Macapá pelas mãos de uma parteira, como a dona Josefa Lina da Silva, em 26 de fevereiro de 1916, muito antes do desmembramento, quando Macapá ainda era, segundo a sua descrição, *uma cidade pequena mais farta*, e que acompanhou mais como expectadora as transformações sentidas nesse período, a implantação do Território foi um tempo de incerteza, de insegurança, de mudança de todo um modo de vida assentado em hábitos simples, típicos de regiões rurais, onde o tempo parecia passar tão lentamente que mal era sentido. Como descendente de ex-escravos fugitivos, para dona Josefa, a “tia Zefa”, Macapá do tempo do Território também pode ser representado pelo tempo de ruptura, mas no que se refere às mudanças de hábitos e da forma de sobreviver na cidade. Macapá de antes do Território poderia ser traduzido pela sua narração como lugar simples, mas de fartura, onde se podia produzir a própria alimentação, plantar, pescar, criar, trocar ou vender tudo por preços acessíveis.

Nas suas lembranças, um dos momentos impactantes vivenciados por ela, por seus familiares e demais membros das comunidades afrodescendentes de Santa Engrácia, Praça de Cima e Largo São José de Macapá foi a desapropriação das terras em que moravam e o remanejamento pelo governo territorial para o *campus do laguinho* e para a *favela* (antigos bairros de Macapá), para abrirem espaço para os novos habitantes, a maioria brancos que chegavam a todo momento; Macapá, ou pelo menos o centro da cidade, remodelava-se para recebê-los. Esse acontecimento, em que as comunidades negras macapaenses foram obrigadas a se deslocarem para áreas consideradas, naquele período, distantes do centro de Macapá, foi contado e cantado através do “Marabaixo”⁷³. Foi logo após esse momento que surgiu o refrão de ladrão mais popular e versado da cultura popular amapaense: *‘aonde tu vais rapaz? Por estes campos sozinho (bis). Vou fazer minha morada, lá nos campos do laguinho (bis)’*.

⁷³Segundo define Piedade Videira (2009), o “Marabaixo” é uma dança dramático-religiosa de cortejo afrodescendente, representando a história e a cultura afroamapaense fortemente guardada na memória do negro, ao fazer a ligação entre a sua história individual/coletiva com a história de ocupação do território amapaense, desde o seu princípio, muito antes de se tornar um Território Federal.

A composição de um ladrão dentro do Marabaixo, segundo a antropóloga Joseline Trindade, na dissertação de mestrado intitulada *No Tempo das Águas Cheias: memórias e história dos negros do curial-AP*, de 1999, representa uma forma de ordenar o tempo, pois suas letras têm como fio condutor os acontecimentos ligados ao cotidiano do grupo: “os versos cantados roubam a privacidade das pessoas, revelando algum fato engraçado, por isso são chamados de ladrões” (TRINDADE, 1999, p. 79). Um ladrão é nomeado também dessa forma porque permite aos participantes criar e recriar seus versos. No caso específico do ‘*Aonde tu vais rapaz?*’ foi a maneira que as comunidades negras remanejadas encontraram para expressar seus descontentamentos e satirizarem a decisão tomada pelo governo territorial, mesmo que depois tenham surgido versos que manifestaram a aprovação com tal medida. Joaquim Tibúrcio Ramos foi um dos contadores de ladrão mais conhecido dos campos do laguinho desse período. Em entrevista a Joseline Trindade, no final dos anos 1990, narrou o surgimento e os desdobramentos do ‘*Aonde tu vais rapaz?*’, que transcrevo, em parte, a seguir:

A senhora conhece Macapá? Conhece o bar do Afuá? Lá nas Nações Unidas com a General Rondon? Lá que foi montado esse ladrão, no bairro do Laguinho. O Julião Tomas Ramos e o Raimundo Lituano, a casa deles era ali na Independência. Pois é... quando Janary chegou era barraquinha de palha, resolveram trazer o Batuque pro Laguinho, essa música saiu em 1946, 47. Cada um que ia se apoderando ia botando versos, com a mágoa de vim da cidade pra vim aqui pro Laguinho, se ocupar do Laguinho, porque não podia lavar na praia, o poço era São José. Hoje, onde a prefeitura, dão o nome de um museu, era São José, é pra lá que iam lavar a roupa. Foi a hora que eles vieram e o dono se topou com o Raimundo Ladislau que ia daqui do Curuçá para o centro da cidade fazer compras. Foi a que ele vinha com feixe de palha na cabeça. O Julião Tomas Ramos topou com Raimundo Ladislau:

*Aonde tu vais rapaz
Com esse feixe de palha?
Vou construir minha morada
Lá nos campos do Laguinho (bis)
Aonde tu vais rapaz
Por estes campos sozinho?
Vou construir minha morada
Lá nos campos do Laguinho (bis).*

(Trindade, 1999, p. 80.)

Conforme Piedade Lina Videira, em *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense* (2009), apesar de ter existido a mediação de Julião Thomaz Ramos e Gertrudes Saturnino Loureiro (representantes das comunidades do Laguinho e da Favela, respectivamente) junto ao governo do Território durante o remanejamento, e de não ter ocorrido nenhum conflito físico direto, entre os afrodescendentes e a segurança pública territorial, os moradores dessas comunidades deixaram para traz anos de construção de um território que representava a própria existência: “as moradias, as plantações, as lembranças, a relação de parentesco, os encontros e desencontros, os amores e dissabores, os fatos que marcaram época ficaram guardados na memória histórica e coletiva da comunidade” (VIDEIRA, 2009, p. 91).

Deve-se ponderar que um deslocamento, por menor que pareça ser, não é apenas uma simples translação no espaço, mas também é um deslocamento do tempo, e que se leva junto todas as lembranças vividas do lugar de origem. Segundo tia Zefa, a retirada das comunidades negras do centro de Macapá, mesmo que negociada por uma parte dos membros das comunidades afetadas, foi uma decisão tomada por aqueles que detinham o poder, e cada grupo ou morador buscou nesse intermeio a melhor estratégia para reconstruir a vida: “vocês não brigaram com ele? Vocês não... vê se opor com gente maior do que a gente? A gente ficou acovardado. A terra era nossa, mas o poder era dele. Aí nós viemos. Ele não pagou vocês? Pra mim ele não deu nada. Acho que para os outros também”. Seu verso do ‘*Aonde tu vais rapaz?*’ para o fato ficou assim: “pelo jeito que eu tô vendo, nós vamos ficar sozinhos. Uns vão para a Favela e outros vão para o Laguinho”⁷⁴.

2.3 À Margem das Leis: a administração territorial amapaense

Assim como procedeu nos anos anteriores, desde quando assumiu o comando do país durante a abertura dos trabalhos da Câmara Federal de 1950, o presidente Eurico Gaspar Dutra enviou uma mensagem aos parlamentares brasileiros. A problemática da organização administrativa e dos governos dos

⁷⁴ Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2013. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Salvando Memórias na Cidade de Macapá. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Em andamento.

Territórios Federais sempre eram enfatizados nesses pronunciamentos como um tema que mereceria receber uma maior atenção do parlamento. Todavia, já em fase de finalização de mandato, a mensagem mais pareceu um balanço dos anos que governou. No caso dos problemas que envolviam os Territórios, buscou justificar as razões que levaram a adoção de uma estrutura política atípica dentro do direito administrativo brasileiro e da destinação, nos últimos quatro anos, de crescentes recursos públicos para essas unidades federadas. Dentre as questões apontadas que dificultavam a condução político-administrativa dessas unidades federadas, além da grande extensão geográfica e das enormes demandas regionais, estavam as falhas na legislação referentes as essas unidades. Segundo o presidente:

insistem no motivo da localização geográfica, visto que, delimitando-se nos mais remotos ângulos da Amazônia, oferecem um conjunto típico de problema, de natureza política, administrativa, jurídica e econômica, cujo equacionamento não só demanda tempo apreciável como ainda se condiciona a adoção de medidas impositivas de revisão nas leis que os regem (A Mensagem Presidencial e os Território Federais". In: JORNAL AMAPÁ, 8 de abril de 1950).

Portanto, se foi durante o governo de Getúlio Vargas que os Territórios foram criados, coube ao governo Dutra a manutenção dessas unidades federadas e, ao mesmo tempo, a tarefa de apaziguar os ânimos dos parlamentares durante a Assembleia Constituinte de 1946, principalmente os de Mato Grosso⁷⁵ e os do Paraná⁷⁶, que defendiam suas imediatas extinções, uma vez que se sentiam prejudicados com a perda dos territórios de Ponta Porã e de Iguaçu, enquanto que as bancadas do Amazonas e do Pará – compostas pelos deputados Severiano Nunes (UDN-AM), Comes Ferreira (PSD-AM), Leopoldo Peres (PSD-AM), Pereira da Silva (PSD-AM), João Botelho (PSD-PA) e Lameira Bittencourt (PSD-PA) – reivindicavam indenizações pelos desmembramentos dos seus territórios para a criação do Rio Branco, Guaporé e Amapá. Os *defensores dos irmãos dos Territórios*, como assim eram identificados aqueles que se posicionavam a favor da permanência dessas unidades federadas, mesmo não havendo nenhuma preposição do parlamento para se extinguir o Território do Acre, ficou sob a

⁷⁵Deputados da bancada do Amazonas que defendiam a imediata extinção dos Territórios: Agrícola de Barros (UDN), Dolor de Andrade (UDN) e Ponce de Arruda (PSD). (BRAGA, 1998).

⁷⁶Deputados da bancada do Paraná que defendiam a imediata extinção dos Territórios: os pesseditas Gomy Júnior, Lauro de Lopes e Munhoz de Melo e o udenista Munhoz da Rocha. (BRAGA, 1998).

representação dos dois únicos deputados acreanos, os possedistas Hugo Carneiro e Castelo Branco.

A defesa em torno da manutenção dos Territórios Federais na Constituinte também movimentou os ânimos de lideranças políticas e econômicas locais. O jornal *Amapá*, de 27 de abril de 1946, com o artigo intitulado “O nosso grito de alerta...”, deu destaque às manifestações que vinham ocorrendo nos Territórios Federais com a realização de comícios em Ponta Porã e Iguazu e envio de telegramas de lideranças locais. Segundo o referido expediente, dirigiu-se ao *Amapá* em telegrama o fazendeiro Júlio Benício Pontes, identificado como representante da *mais numerosa família* do município de *Amapá*, ali residente desde 1903, na qual manifestava sua aflição caso ocorresse as extinções dos Territórios, pois a criação do Amapá representou, ao seu ver, “a concretização de uma velha aspiração dos seus habitantes, justamente preterida, tardiamente alcançada e que agora, sob angustioso dilema, está ameaçada”. O então prefeito de Porto Velho, em entrevista concedida ao jornal paraense *Folha do Norte* ao jornalista Carlos Mendonça, sugeriu a criação de uma Comissão de parlamentares constituintes para inspecionarem os Território de Amapá e Guaporé, ou a realização de um plebiscito com as populações dos Territórios para saber se preferiam retornar aos antigos Estados ou permanecerem como estavam.

A reabertura do Congresso Nacional e o restabelecimento das atividades parlamentares reacenderam conflitos regionais antigos, que sempre ditaram os tons dos embates dentro do parlamento brasileiro e que colocavam em cheque a governabilidade brasileira. Nesse sentido, a Constituinte representou, de certa forma, o lugar e o momento ideal para se julgar o Estado Novo. Os vários pronunciamentos contrários ao ato que criou os Territórios Federais ressaltavam a forma arbitrária pela qual o governo anterior havia conduzido a nova redivisão territorial do país, bem como, a inconstitucionalidade do Decreto-Lei 5.812/43, por compreenderem que não era possível, por simples decreto, o Estado brasileiro desmembrar terras dos Estados para a formação de Territórios⁷⁷, mas também

⁷⁷ A Constituição de 1937, no seu art.184, garantia aos Estados o direito de posse sobre suas terras, não sendo possível, portanto, que o Governo Federal, por simples decreto, desmembrasse os Estados para a formação de territórios. Para o Direito Constitucional esses territórios eram inexistentes.

permitem perceber campos, tensões e interesses regionais que foram, em grande parte, neutralizados pela política centralizadora do Estado novista, que iam muito além de uma defesa dos princípios democráticos. O propósito de extinção dos Territórios, defendido principalmente pela bancada dos Estados do Sul, escondia em segundo plano interesses econômicos, a exemplo do Paraná que se ressentia pela perda do Território de Iguaçu, área vista como geradora de forte contribuição tributária.

Por outro lado, com exceção da bancada acreana que defendia fervorosamente não só a manutenção, mas a criação de novos Territórios Federais, a proposição de extinção dos Territórios de Ponta Porã e Iguaçu não encontrou grande resistência entre os constituintes. No caso dos demais Territórios amazônicos (Amapá, Rio Branco e Guaporé), suas manutenções refletiram o pouco interesse, justificado pela incapacidade econômica que seus antigos Estados alegaram para administrá-los, muito mais interessados na compensação indenizatória que esses desmembramentos poderiam trazer aos cofres públicos estaduais, caso tal proposta não tivesse sido rejeitada⁷⁸. Grandes na extensão territorial, mas pouco expressivos dentro do parlamento, as bancadas paraense e amazonense protagonizaram debates acalorados e expuseram velhos ressentimentos, quando o Amazonas reivindicou o direito sobre o Território do Acre. Para os Territórios que não tiveram representação na Constituinte, o único ganho político que o retorno democrático trouxe foi o direito a eleger um deputado federal, já a partir de 1946; continuaram, entretanto, a ter seus governos indicados pelo governo federal.

Os embates travados entre os parlamentares em torno da extinção ou não dos Territórios Federais também tiveram motivação de cunho político-partidário. O candidato brigadeiro Eduardo Gomes, do partido da oposição, a UDN, que disputou com Dutra a sucessão de Vargas, introduziu no seu programa eleitoral a bandeira da reincorporação dos Territórios aos seus Estados de origem; Dutra, ao contrário, sempre se mostrou partidário da existência de Territórios Federais e comprometera-

⁷⁸ No dia 04 de setembro de 1946, os deputados reunidos em torno da Comissão de Projetos das Disposições Transitórias da Constituinte, responsável em analisar o tema dos Territórios Federais, decidiram por 39 a 2 votos pela extinção dos Territórios de Ponta Porã e Iguaçu e pela manutenção dos de Amapá, Guaporé e Rio Branco, negando qualquer indenização aos Estados que cederam territórios para suas criações (SANTOS, 1998).

se, durante a sua candidatura, em mantê-los. A UDN perdeu as eleições presidenciais, mais elegeu a segunda maior bancada dentro da Constituinte. Uma das vozes na Constituinte que liderou a defesa da extinção dos Territórios criados por Vargas foi justamente a do udenista amazonense Severiano Nunes, presidente do Diretório desse partido no Amazonas, e um dos maiores opositoristas da política varguista nesse Estado. Os discursos dos parlamentares udenistas na Constituinte de 1946 pareciam ecoar as frustrações e ressentimentos da elite derrotada e silenciada pela política instituída nos anos 1930 no país.

Os debates destemperados que ocorreram no parlamento com relação aos Territórios também repercutiram na imprensa brasileira, estendendo-se nos anos seguintes à Constituinte. É possível localizar um número expressivo de publicações sobre o tema em jornais, como: *Diário da Noite*, *Jornal do Brasil*, *A Manhã*, *Jornal do Comércio*, *Correio da Noite*. O *Diários Associados* chegou até a promover, em 07 de maio de 1946, uma mesa redonda sobre o tema, reunindo tanto os que defendiam a manutenção dos Territórios Federais e a criação de outros, quanto aqueles que pediam suas imediatas extinções. O primeiro grupo foi representado pelos coronéis Juarez Távora, Inácio Veríssimo e Djalma Dias Ribeiro, o advogado Heitor Marçal, o geógrafo Everardo Beckheuser, o deputado Agostinho Monteiro (PA) e o historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis. O segundo, pelo coronel Altamirando Nunes (PA) e pelos deputados federais Munhoz da Rocha (PA), Francisco Pereira da Silva (AM) e Gomy Júnior (PR) (SANTOS, 1998).

Em 03 de abril de 1949, o secretário do jornal carioca *Diário da Noite*, Wilson Aguiar, publicou uma reportagem com a seguinte manchete “Ainda não chegou aos Territórios o 29 de outubro. Em plena democracia, milhões de brasileiros permanecem sob o regime de 27 de novembro”, na qual denunciava o fato das populações dos Territórios ainda não poderem, em pleno período democrático, escolherem suas representações municipais, bem como o pouco interesse dos deputados dos Territórios na preposição de leis que pudessem garantir tal direito. Lembrava Aguiar que mesmo com a representação na Câmara Federal, passados mais de dois anos, não havia sido aprovada a Lei Orgânica dos Territórios, complementar a Constituição, que poderia garantir esses e outros direitos não regulamentados. Segundo Aguiar:

a falta dessa lei, tem obrigado as populações desses recantos mais longínquos a permanecerem no regime instituído em 27 de novembro de 1937. Os governadores nomeiam e demitem os prefeitos: aumentam ou diminuem as verbas destinadas aos municípios, de acordo com a sua vontade ou simpatias, fazendo dos seus dirigentes verdadeiros capatazes, de vez que só a ele tem que dar satisfações. E se algum prefeito – como tem acontecido – pratica algum ato que não seja do agrado do governador, embora inspirado no bem da coletividade, fica com seus dias contados à frente do município e com a sua ação tolhida pela boicotagem de recursos de que é alvo.

Dentre os aspectos levantados por Aguiar com relação aos Territórios, que merece reflexão, está o problema da municipalidade. A questão que movimentava os ânimos de juristas, administradores e políticos era basicamente a seguinte: nas áreas dos Territórios Federais, diretamente administradas pela União, poderiam existir municípios diferentes daqueles pertencentes aos Estados-membros, considerando que os municípios eram entidades autônomas e os Territórios não?

Para Medeiros (1946), um município que integrava um Território, pela sua própria condição política, não poderia ser tratado da mesma forma dos que se encontravam sob a jurisdição dos Estados, “pois caso tais entidades não sejam substituídas por outras de natureza diferente, como por exemplo circunscrições ou departamentos, não se poderia deixar de levar em conta o confronto de duas realidades completamente distintas” (MEDEIROS, 1946, p. 25). Conforme sua compreensão, o problema dos municípios territoriais deveria ser tratado como uma situação *sui generis*, conforme a conveniência da administração pública, e exigia uma legislação temporária e transitória que possibilitasse a existência de um tipo de município diferente, porém, desde que fosse introduzido um dispositivo naquilo que a Carta Constitucional tinha sido omissa, a estadualização, ou seja, as transformações dos Territórios em Estados-membros, assim que alcançassem “certas condições (população, rendas, organização econômica, capacidade de auto-administração, enfim) que lhes permitam o governar-se por si mesmas” (MEDEIROS, 1946, p. 26-27).

Mas existiam aqueles que defendiam um posicionamento bem diferente daquele de Medeiros. Para o secretário geral da presidência da Câmara dos Deputados e membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, Otto Prazeres, os Territórios não deveriam ser divididos em municípios ou não deveriam

ter divisões autônomas integrando seus limites. Conforme o secretário, o que caracterizava um município era ter administração própria, ou seja, autonomia administrativa, logo compreendia que, se não se concedesse autonomia ao todo e sim a uma das partes em que esse todo se dividia, havia na verdade uma incompatibilidade jurídica. No caso dos que faziam parte dos Territórios, essa autonomia acabava por esbarrar nos poderes delegados pela União aos governadores. Para ele, a ação desses governos, tomando como base as prerrogativas municipais, possuíam efeitos nulos ou – como de fato acabava acontecendo – era exercido fora da lei. Todavia, o ponto que considerava merecer maior detalhamento jurídico dizia respeito aos impostos arrecadados pelos municípios, uma vez que todo o sistema tributário deveria estar sob a tutela da União e não dentro do tipo municipal figurante na Constituição vigente. Lembrava ele: se caso assim não o fosse, “o Governador do Território, em vez de ser, de fato, o Governador de um Território, será [...] um Governador de um grupo de Municípios, isto é, será um pai de filhos maiores, sobre os quais não pode exercer em toda a plenitude a autoridade paterna” (PRAZERES, 1945, p. 670).

Ao tratar, de forma breve, a problemática da incompatibilidade jurídica dos municípios e dos Territórios no âmbito político, não pretendi adentrar em um campo de estudo complexo, como o que envolve o tema do municipalismo no Brasil – e que ainda é pouquíssimo inquirido pela historiografia. Tentei apenas evidenciar, tomando como ponto de partida as críticas de Aguiar, no *Diário da Noite*, que as organizações político-administrativas dos Territórios Federais padeciam da ausência de uma legislação que regulamentasse sua natureza política, bem como de uma maior clareza e definição pelo Estado brasileiro dos problemas que envolviam essas unidades, considerando que, do ponto de vista jurídico, o documento que normatizou a administração dos Territórios até 1969, foi o *Decreto-Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943*, o mesmo expendido por Vargas logo após suas criações, com vários pontos omissos e imprecisos sobre diversos pontos da administração territorial.

Deve-se ponderar que a convivência política da entidade *administração territorial*, quando foram criados os cinco novos Territórios, apesar de considerada por políticos e administradores como uma experiência inovadora e de pouca familiaridade dentro da República brasileira, não era nenhuma novidade para o

Estado brasileiro, como já abordei no capítulo anterior. Desde 1903, o Acre vinha vivenciando sucessivas experiências políticas desastrosas decorrentes dos vários problemas ocasionados, em grande parte, pela omissão política e da precária legislação que subsidiava essa organização político-administrativa. Tudo indicava que a experiência acreana foi pouco considerada ao serem criados os novos Territórios, pois conforme disparou Océlio de Medeiros, logo após a expedição do Decreto-Lei nº 5.812,

a inconstância e as controvérsias de dispositivos orgânicos dos decretos-leis baixados a partir do ato da criação das novas entidades – aumentando assim o volume aluviônico de uma legislação que já se apresenta bastante assistematizada – resultam, fundamentalmente, da falta de levantamento que deveria preceder à elaboração do referido ato, às deficiências de pesquisas jurídico-administrativas e, sobretudo, à falta de análise interpretativa da norma constitucional vigente (MEDEIROS, 1946, p. 11).

Como já exposto, durante a Constituinte de 1946 várias foram as falas que expressaram os descontentamentos ao ato que criou os Territórios Federais e a forma como vinham sendo administradas essas unidades pela União e pelos governadores. Entretanto, ao ser promulgada a Constituição de 1946, os ganhos políticos para os Territórios foram quase nulos e foi mantida a mesma estrutura político-administrativa já determinada pelo *Decreto-Lei 5.839*. De acordo com o historiador Carlos Fico (2000), o período que se inicia com o governo de Dutra e a nova Constituição – avaliado por muitos como experiência de normalidade democrática – também pode ser compreendido como inepto, morno, no que tange às iniciativas administrativas e econômicas. Assim como enfatiza Fico (2000, p.169), “não se deve perder de vista os limites de tal redemocratização”, pois Dutra, antigo simpatizante das experiências fascistas, era a expressão de uma coligação de forças políticas e partidárias conservadoras.

A parte a essas indefinições e querelas política e jurídica, que se estenderam até suas extinções, os Territórios foram estruturando suas organizações político-administrativas. Enquanto o Amapá ia sendo apresentado na Constituinte pelos defensores dos Territórios como exemplo de sucesso do Programa que criou os Territórios de 1943, o período que se seguiu a 1946 foi o momento de consolidação da administração territorial amapaense. Assim, como procederam aos demais

governadores territoriais, conforme determinou o inciso V, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 5.839, que estabelecia ser de competência do governador de cada Território “organizar os serviços públicos territoriais, dentro dos créditos consignados em orçamentos e de acordo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável”, o governo de Janary Nunes, assim que tomou posse, passou a elaborar o Plano de Organização Administrativa que contou com o auxílio do assistente do departamento administrativo dos Serviços Públicos, Joaquim Caetano Gentil Neto.

Porém, conforme Océlio de Medeiros, tomando como parâmetros comparativos os planos dos demais governadores territoriais que foram submetidos pelos Territórios à União, apresentados, na sua maioria, fora do prazo estabelecido, e que acabaram por vigorar a título precário, em virtude, principalmente, da demora na finalização das pesquisas dos técnicos federais, é possível concluir que acabou ocorrendo uma grande discrepância entre eles, uma vez que, conforme Medeiros (1946, p. 51),

confiar a organização administrativa dos Territórios Federais à exclusiva vontade dos Governadores, muitos dos quais sem necessárias noções de administração e governo, seria realmente sujeitar os Territórios Federais aos caprichos, ao empirismo e ao arbítrio das autoridades e mando.

Para Aimberê Freitas, em *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros* (1991), o governo Dutra foi extremamente perverso com os Territórios Federais ao não estabelecer uma política específica e clara para essas Unidades, e ao não os incluir nas diretrizes de governo estabelecida pelo Plano de Obras e Equipamentos, que vigorou no país no quinquênio 1946-1950. No caso dos Territórios, a programação financeira era arcaica e realizada através do sistema de duodécimos, divididas em doze parcelas, incluindo nessas cotas as despesas destinadas ao pagamento de pessoal. Geralmente, esses repasses ocorriam com atrasos, o que, aliado à grande rotatividade de governadores, ocasionava descrédito e graves problemas para os gestores dos Territórios. A descontinuidade administrativa foi apontada por diversos críticos como um dos aspectos que talvez tenha sido mais prejudicial nos governos dos Territórios. Segundo Freitas (1991), Roraima chegou a ter, em um intervalo de cinco anos, durante o governo Dutra, três governadores titulares e cinco interinos.

Durante a existência do Amapá federal, talvez esse tenha sido o único Território que não vivenciou uma grande rotatividade de governadores nomeados. Isso só ocorreria, nos primeiros anos da década 1960, quando o país vivenciou grande instabilidade política, que culminou com a instalação da ditadura civil-militar, em 1964. Foi nesse período que se observou com maior a frequência essa rotatividade. O primeiro governador, Janary Nunes, ficou à frente da administração desse Território por quase 12 anos⁷⁹, de 1944 a 1956, e continuou indicando seus sucessores até 1964. O que denota uma perpetuação de poder e controle de um mesmo grupo sobre o domínio dessa unidade política. Algumas explicações já assinaladas por historiadores e demais estudiosos para a sua permanência no governo amapaense, por um tempo tão longo, destacam a performance política estrategista de Nunes que, mesmo quando ocorriam mudanças significativas na condução da política nacional, ou em momentos turbulentos, como por exemplo em 1950, quando apoiou para a presidência do país o candidato Cristiano Machado, derrotado por Getúlio Vargas nessas eleições⁸⁰, e sob a alegação de seus opositores de que teria traído Vargas ao não apoiá-lo nas eleições, e com toda a pressão dos petebistas locais para sua saída do governo amapaense, foi reconduzido ao cargo de governador.

É fato que a base de sustentação de poder de Nunes no Amapá precisa ser compreendida em uma rede de alianças políticas nacionais e locais, que visava, sobretudo, garantir a manutenção e a perpetuação do controle do governo federal sobre a região através da ótica dos interesses daqueles que se beneficiariam com a sua permanência. Nesse ponto, Janary Nunes serviu bem a esse propósito, tanto durante o governo Dutra, quando conduziu as negociações que levariam a assinatura do acordo com a ICOMI, que garantiriam a exploração das reservas do manganês amapaense por essa empresa por um período de 50 anos, quanto

⁷⁹ À época capitão do exército, Janary Nunes foi nomeado governador do Amapá em 27 de dezembro de 1943, permanecendo no cargo até 03 de março de 1949, quando pediu afastamento para realização de curso militar para mudança de patente militar. Em 09 de dezembro de 1949 foi reconduzido ao governo do Amapá, permanecendo até 03 de fevereiro de 1956 (Fonte: NUNES, Janary. **Dados bibliográficos de Janary Gentil Nunes**. Currículo, s/d.).

⁸⁰ Nas eleições de 1950, a candidatura de Vargas foi lançada pela coligação PTB-PSP que obteve 48,7% dos votos, seguida por Eduardo Gomes, da UDN, que obteve 29,7% dos votos e por Cristiano Machado, da coligação PSD e PR, que obteve 24,5% dos votos. Vargas saiu vitorioso em 18 Estados, perdendo somente em quatro deles: Pará, Minas Gerais, Ceará e Maranhão e nos Territórios de Amapá e Acre (AMAPÁ, 28 de outubro de 1950).

durante o segundo governo de Vargas. Deve-se considerar, também, que dada a pouca expressividade de eleitores no Amapá no que tange às eleições majoritárias de 1950, é mais esclarecedora quando analisada em sua conjuntura local, pois o PTB (partido de Vargas) no Amapá aglutinava os opositores do governo territorial e não da base aliada de Nunes, o que o impossibilitou de fazer qualquer aliança com os petebistas locais; Janary e seus apoiadores compunha, na sua maioria, o PSD – partido que lançou a candidatura de Cristiano Machado.

Por outro lado, a base de sustentação de Nunes, nacionalmente, provinha de uma relação que dialogava perfeitamente com os propósitos da política varguista, uma vez que foi durante o primeiro governo de Vargas que foi nomeado governador do Amapá pela primeira vez. O fato é que a vitória esmagadora de Machado⁸¹ no Amapá sobre Vargas e a reeleição de Coaracy Nunes⁸² para deputado federal pelo Amapá (mesmo considerando as denúncias de fraudes pelos petebistas), demonstrou o poder dos Nunes e de seus apoiadores em âmbito local, contribuindo decisivamente para que fosse mantido no governo amapaense ao mesmo tempo em que denotam que as alianças políticas regionais nem sempre seguem a lógica partidária nacional, e essas são, também, determinadas por interesses locais que exploram as orientações nacionais, sem que isso se torne um entrave para uma possível aliança entre ambos.

Desta forma, o início dos anos 1950 pode ser interpretado como o período de apogeu do governo janarista; foi quando, de fato, as ações públicas, iniciadas a partir de 1944, passaram a ser sentidas de forma mais efetivas pela população, através de um número significativo de obras inauguradas e do acesso a direitos sociais básicos antes negados a uma grande parcela da população, como saúde, educação e moradia, bem como da demanda de empregos gerados com a implantação do Território e da ICOMI. Sendo assim, mesmo não compartilhando da vertente interpretativa historiográfica que supervalorizava, os anos de 1945 a 1964, como primeira experiência democrática brasileira, e que tem em Jorge Ferreira um

⁸¹ No Amapá, com apoio de Janary Nunes, Cristiano Machado obteve uma votação expressiva. De um total de 4.997 dos votos válidos, obteve 83,17%, enquanto que Getúlio Vargas obteve 15,75% dos votos (AMAPÁ, 28 de outubro de 1950).

⁸² Segundo Alfredo Távora Gonsalves, à época presidente do PTB no Amapá, a permanência de Janary Nunes se deu em razão das articulações partidárias do seu irmão Coaracy Nunes, “que mobilizou os altos escalões do seu partido e, com interferência do governador Ernesto Dornelas, garantiu a permanência de Janary” (GONSALVES, 2010, p. 54).

dos seus mais reconhecidos expoentes, observo que no Amapá o apoio da população ao *janarismo*, sobretudo nas primeiras duas décadas de existência do Território, não foram causais, mas sinalizaram para a aprovação de uma parcela considerável dessa população para as políticas que estavam sendo desenvolvidas. Contudo, essa aceitação precisa ser pormenorizada em um contexto que considere, também, variantes como: imigração e ascendente crescimento populacional; abertura de frentes de empregos; baixa atuação política da oposição; dependência econômica com poder público de grande parcela da população economicamente ativa; e, controle governamental majoritário dos meios de comunicação.

Todavia, a condução política nacional para os Territórios seguiram lógicas distintas das analisadas comumente pela historiografia brasileira, que se reportam a aspectos mais gerais das experiências estaduais. Na região que compreenderá o Território do Amapá, foi somente nos anos que seguiram a 1944 que os direitos sociais foram gradativamente sendo efetivados, mas a partir de um grande centralismo estatal, e a administração pública ali implantada muito se assemelhava à política varguista dos anos 1930, descrita por Lucilia Neves como momento em que o governo orientou suas ações para a constituição de um Estado orgânico, hipertrofiado, centralizador, modernizador e assistencialista, assumindo características peculiares de “um paternalismo autoritário, implantado em consonância com a concepção tutelar, que se orientava por objetivos simultaneamente modernizantes e conservadores” (NEVES, 1997, p. 95). Neste sentido, como o getulismo – expressão que traduzia a defesa e as conquistas do trabalho associadas à imagem do chefe político que privilegiava uma relação sem mediadores entre líder e trabalhadores –, o *janarismo* foi também a personificação de um projeto que não só instituiu o Amapá territorial com todo o apelo nacionalista que o período impôs, como representou a integração dos amapaenses ao cenário nacional inaugurado nos anos 1930, e que trouxe para a ordem do dia a questão da cidadania⁸³ traduzida como a expressão de direitos sociais.

⁸³ Para T. H. Marshall, no clássico estudo *Cidadania, Classe Social e Status* (1967), tomando como exemplo a experiência histórica da Inglaterra, cidadania se define através de três direitos básicos: o civil, o político e o social. Os *direitos civis* seriam aqueles necessários à liberdade individual, como a liberdade de ir e vir, de pensamento, de crença, de propriedade e do direito à justiça. Os *direitos políticos* são definidos como direito de participação no exercício do poder político, quer seja como eleitor ou como membro de organismo investido de autoridade política. Como *direitos sociais* se

Para Amélia Cohn (2000), a questão social no Brasil – desde sua origem – está marcada pelo crivo do vínculo do indivíduo ao mercado de trabalho, o que acarretou danos enormes para a construção da cidadania brasileira que não permitiu o desenvolvimento do traço fundamental que é sua universalidade, trazendo “consigo certos aspectos que se revelam ainda hoje, determinantes do caráter perverso das nossas práticas sociais”, pois segundo a autora, os “cidadãos são aqueles que, por exemplo, estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual têm direito por contribuírem para com ele” (COHN, 2000, p. 389). Isso implica afirmar que aqueles que não estão dentro desse patamar são vistos como entraves ao processo de desenvolvimento econômico, sendo alvos de políticas sociais de caráter filantrópico.

Daí, ainda consoante a autora, derivam características marcantes na forma que historicamente a questão social vem sendo tratada no Brasil, qual seja: o *traço paternalista e clientelista* que vem conduzindo a atuação do Estado e seus distintos níveis poder. O que se observa, portanto, para a autora é a reprodução da *subalternidade dos segmentos mais pobres da população*. No Amapá (assim como no resto do Brasil), historicamente, a forma como essa região foi sendo integrada à nação brasileira foi determinante para o estabelecimento de uma cultura local fortemente dependente das ações governamentais, no qual os indivíduos veem os Estados – encarnados nos governos – como os únicos promotores do acesso à cidadania. Ao discursar, na segunda metade de 1954, Janary Nunes destacou a amplitude política do governo territorial no Amapá, já passados 10 anos de sua existência:

existem falhas, ainda, em consequência das dificuldades do meio regional, sem comunicações regulares, com iniciativa privada incipiente, exigindo que o governo assuma a responsabilidade quase total dos serviços de abastecimento, transporte, energia, luz, água, produção de material de construções, assistência social, etc. (NUNES, 1954).

Em 1953, o escritor e funcionário público do governo do Território no Amapá, Álvaro da Cunha, buscando estudar a administração territorial amapaense, candidatou-se a um curso na Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio

compreendem tudo que se refere ao direito mínimo de bem-estar econômico e de segurança que garanta uma vida sem privações e digna.

Vargas (FGV). Seus estudos resultaram na publicação intitulada: *Relações Públicas Governamentais no Amapá*, de 1954, e uma peça documental que nos permite, através do balanço de 10 anos de governo territorial evidenciados por ele, tecer alguns comentários. Ao conceituar a organização territorial que foi implantada no Amapá, Cunha, assim como Janary Nunes, também destacou a amplitude do típico governo territorial, mas comparando-o à estrutura administrativa em âmbito federal:

foi semelhante a do próprio governo da República a organização administrativa estabelecida para os Territórios Federais. O governador representaria o presidente da república, com liberdades mais amplas, sem limitações políticas no campo do trabalho e inteiramente livre de fiscalização local de um parlamento. As divisões e serviços seriam os Ministérios e Departamentos para caber na órbita territorial. Um quadro de pessoal foi organizado e recursos materiais e financeiros postos à disposição dos novos governadores (CUNHA, 1954, p. 9).

Para o assessor do governo territorial, foram as circunstâncias precárias encontradas no Amapá que determinaram o tipo de organização política instituída pelo governo do Território, pois não tendo escolha acabou chamando para si a responsabilidade de fazer tudo, “não podendo a agricultura existente atender às necessidades da população subitamente aumentada, o governo fez-se agricultor; plantou para abastecer” (CUNHA, 1954, p. 11); referia-se Cunha ao grande leque de atividades que vinham sendo desenvolvidas pela administração territorial, que abrangia desde a organização da produção do gado bovino nos mercados, à construção de uma olaria⁸⁴. Estendendo, portanto, a setores que, em sua opinião, deveriam ser de responsabilidade da iniciativa privada, como a construção de um hotel para hospedar as autoridades que visitavam o Território e de moradias para abrigar os funcionários que exerciam cargos de confiança da administração pública.

Muitos deles, administradores e contadores que deveriam atuar em atividades burocráticas condizentes com suas formações, “eram encontrados, nos primeiros anos de governo do Amapá, ocupados em misteres os mais estranhos, como por exemplo: dirigindo olaria, administrando hotel, organizando rádio-difusora, jornal,

⁸⁴ A *Olaria Territorial de Macapá* foi inaugurada em 13 de setembro de 1950, com o objetivo de produzir peças de cerâmica (como telhas) moldadas a partir do barro e depois de queimadas para a construção de prédios públicos e casas para moradores de Macapá. Ainda hoje, nas estruturas das casas antigas, podem ser encontrados muitos materiais produzidos por ela. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2014/05/antiga-olaria-territorial.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

trabalhos agrícolas, transportes fluviais, etc.” (CUNHA, 1954, p. 11). O resultado de tudo isso, na opinião de Cunha, foi que o governo acabou por alargar, enormemente, por necessidade pública, sua esfera de poder e autoridade. Para ele, o maior perigo residia no fato de que uma instituição governamental, ao assumir a responsabilidade de encargos sociais estranhos a sua constituição e finalidades, sem encontrar as limitações a que estaria sujeita em outras regiões mais evoluídas, “poderia constituir-se numa força temível, numa instituição de poder arbitrário extremamente perigoso para as liberdades populares” (CUNHA, 1954, p. 12).

A maioria das pessoas que compôs o alto e o médio escalão do governo territorial, ou seja, da elite local – dadas as circunstâncias e as características apresentadas pela administração pública implantada no Amapá nesse período – era oriunda de outros Estados; quase quatro quintos desse quantitativo foram provenientes do Pará. Fazendo-se um comparativo entre os censos de 1940 e de 1950, é possível também identificar um aumento de residentes no Amapá de outras naturalidades, principalmente cearenses e cariocas. Provavelmente, esse crescimento ocorreu em razão da vinda dessas pessoas para ocuparem cargos de relevância no governo do Território. Ao tratar do item “O governo e os funcionários territoriais”, Álvaro da Cunha destacou os critérios adotados pelo governo amapaense quando da escolha das pessoas que ocupariam os principais cargos da administração territorial.

Para os cargos importantes da administração, o critério de seleção obedece aos seguintes requisitos: capacidade de execução e comando, devoção ao meio telúrico, fidelidade ao programa do Governo – ainda que seja preciso realizar a inversão de valores formais. É muito comum encontrar-se no Amapá repartições de finalidades técnicas, constituídas de elementos técnicos, bem administrados por funcionários leigos (CUNHA, 1954, p.18).

Elite local é aqui empregado enquanto termo que caracteriza um restrito grupo político que assumiu cargos burocráticos, de relevância e estratégicos, inerentes à administração pública implantada no Amapá no período do Território. Referindo-se ao que Norberto Bobbio conceituou, em *Teoria das Elites*, como uma minoria que existe em toda sociedade e que exerce o poder através de diversas formas, seja ela política, econômica e ideológica; nesse caso, o do político, restrito a um pequeno círculo de pessoas com o poder de tomar e impor decisões, constituída

em torno de organização própria de um governo territorial. Cargos que a princípio não seriam considerados de relevância política ou não estariam dentro do campo de abrangência da esfera pública, como o de diretores de biblioteca, frigorífico, olaria, hotel, adquiriram no Território *status* de relevância e expressão de poder.

Aqui abro um parêntese. Em publicação recente intitulada: “Como estudar elites locais em regiões de fronteira? O caso de Macapá (Território Federal do Amapá, 1943-1988)”, o historiador Andrius Noronha chama atenção para fato de que o estudo de elites locais em regiões como a Amazônia, principalmente em Estados que nasceram de experiências de Territórios Federais, como é o caso do Amapá, ainda são lacunares. Para Noronha (2015), essas divisões administrativas forjaram lideranças do tipo “fronteiriço e desbravador”, que emergiram tanto da burocracia regional – criada pelo governo federal –, quanto da atração de empresários de outras regiões brasileiras. Citando o estudo desenvolvido por Wright Mills, em *Elites do Poder*, principalmente no segundo capítulo em que o autor discorre sobre as pesquisas desenvolvidas com relação às elites locais em cidades pequenas do interior dos Estados Unidos, na década de 1950, Noronha defende que a linha apontada por Mills fornece um caminho teórico e metodológico e um ponto de partida para os estudos das elites locais no Amapá, em razão de alguns pontos de semelhanças apontadas entre ambas, sobretudo, no que se refere a uma escala reduzida de uma elite econômica constituída, basicamente, por grupos de famílias distintas do restante da comunidade que controlam a produção majoritária da riqueza e da formação da opinião pública local.

Todavia, nas cidades dos Estados Unidos analisadas essa elite é definida, principalmente, a partir do grau de influência econômica exercido, o qual está relacionado a uma economia de mercado industrial, enquanto que no Amapá, assim como no resto da Amazônia, a economia tem como base métodos rudimentares de produção sustentados no extrativismo. Além disso, no caso dos municípios de Mazagão, Amapá e Oiapoque – regiões mais afastadas do centro administrativo –, talvez seja mais fácil identificar essas famílias mesmo após 1943, enquanto que na capital, Macapá, a instalação do Território Federal possibilitou a formação de um grupo econômico bem mais dependente e atrelado à administração pública.

Também, tudo leva a conclusão que a criação dos Territórios Federais significou, para um determinado grupo de pessoas que foram atraídas para esses espaços, o surgimento de novas possibilidades de enriquecimento econômico e poder, mas suas origens foram ressignificadas por aqueles que já se encontravam nesses lugares anteriormente ao Decreto-Lei nº 5.812, e que vão ver na administração territorial novos meios ou de aquisição de privilégios políticos e/ou econômicos ou de aumentarem suas riquezas e prestígios. Esse é o caso do paraense Alfredo Távora Gonsalves, já citado anteriormente, dono de um seringal na região do Araguari herdado do pai, a implantação do Território alimentou o sonho de conseguir reativar os negócios abandonados após a morte de seu pai, em 1922. Acreditava que com os incentivos governamentais, principalmente no que se referia a abertura de estradas e de novas linhas de navegação para o escoamento da produção, conseguiria vencer os obstáculos de logística que encontrara quando de sua chegada, no início de 1943. Dentre os principais problemas enfrentados relatados por ele, estava o desânimo ocasionado pelas condições precárias oferecidas pelo meio. Isto é, bem diferente da propaganda governamental, os trabalhadores recrutados pelo programa federal, os chamados “soldados da borracha”, segundo Alfredo, reclamavam das condições insalubres: “o medo de morrer e da malária encarregavam-se de completar o descontentamento, a ilusão e o fracasso” (GONSALVES, 2010, p. 29).

Alfredo Távora também descreveu em suas memórias a existência de uma rede de pessoas que desenvolviam várias atividades econômicas lucrativas na região, desde fins do século XIX, sendo fazendeiros, pecuaristas, donos de garimpos, negociantes de ouro, comerciantes, proprietários de regatões, seringalistas e extrativistas. Alguns deles, como os coronéis Quintino Pontes Tavares e Arlindo Correia (esse último seu avô materno) eram donos de várias propriedades espalhadas por uma vasta extensão da região, e grandes exportadores de gado para as Guianas. As regiões do Vila Nova, Maracá, Cajari e Jari, que faziam parte do município de Mazagão, foram descritas por ele como as que concentravam os proprietários mais ricos e influentes das regiões que depois foram desmembradas para formar o Amapá, como os comerciantes irmãos Almeida, proprietários do Navio Santa Maria que fazia viagens quinzenais entre Belém e Arumanduba, com escala

em Macapá, e o latifundiário, o coronel José Júlio de Andrade, dono de uma vasta extensão de terras e um dos maiores exportadores de borracha e castanha, que teve seu poder reduzido, coincidentemente ou não, logo após a implantação do Território, em 1948.

Dentre os problemas apontados pelo governo do Território, no relatório de 1946, que mais despertavam a preocupação estava a distribuição de terras, pois, apesar do despovoamento, a maioria das áreas situadas às margens dos rios e igarapés já tinha dono. O relatório fazia referência, em caráter ilustrativo, possivelmente, a José Júlio, como um dos proprietários que havia se empossado de uma grande extensão de terras e estabelecido ali seu domínio e monopólio sobre a exploração das riquezas da região, conforme trecho a seguir: “há rios como o Jari e o Cajari que pertencem a um só senhor, cioso e ciumento da intromissão de qualquer concorrente. O Maracá é de outro, para citar apenas os que tem lugar nas cartas corográficas” (NUNES, 1946).

Segundo Cristóvão Lins (2012), estudioso da região do Jarí, o rei da castanha, como José Júlio era conhecido, era natural do Ceará, mas ainda menino seus pais se mudaram para Benevides, no Pará. Em 1882, jovem e apenas com o curso primário, conheceu o rio Jari onde comprou, de um cangaceiro, uma pequena localidade conhecida como “Prazeres”, situada na região do baixo amazonas, pagando com linha de pescar, no relatório de 1946, tecidos e outras mercadorias. Lá começou a construir seu “império”, fundando em 1899 a empresa Jari Ltda.; em pouco mais de uma década, as terras de José Júlio já beiravam os três milhões de hectares, situadas nos municípios de Almeirim e Mazagão. Como já dito, o grande negócio de José Júlio era o extrativismo, sobretudo, o da exploração da castanha.

Essa talvez seja uma das muitas lacunas com relação ao estudo das elites locais nessa parte da região amazônica: compreender se a criação do Território do Amapá alargou o campo de abrangência e poder desses proprietários ou contribuiu para a decadência de latifundiários como José Júlio, ou até que ponto esses proprietários, pecuaristas, negociantes e comerciantes foram absorvidos pela administração territorial, ou qual o grau de pactuação política entre eles. É possível identificar alguns descendentes assumindo cargos na administração pública, como Amaury Farias e a irmã Aracy Miranda de Mont’Alverne, que eram filhos de João de

Farias Filho⁸⁵, dono de propriedades de gado na região do município de Amapá, tornando-se também dono de garimpo e praticando o comércio de aviamento na região do Lourenço (BARBOSA, 1997). Deve-se considerar, ainda, que muitas dessas pessoas influentes se concentravam em regiões distantes de onde foi implantado o centro administrativo, onde a ação do governo territorial foi bem mais reduzida e ineficaz, a exemplo das regiões sul e norte do Território, que compreendiam os municípios de Mazagão e Amapá, citadas por Alfredo Távora com maior incidência de uma classe economicamente ativa e com posses.

Retomando a questão no tange à constituição de uma elite que atuará na burocracia estatal, lembrou Océlio de Medeiros, em 1946, que com relação a formação do quadro de pessoal dos Territórios esse era composto: por *servidores municipais* e por aqueles *servidores federais*, nomeados diretamente pelo Presidente da República, como os do judiciário, das agências federais, secretários-gerais (uma espécie de vice-governador), e pelos *servidores territoriais*, nomeados diretamente pelo governador, ou seja, a existência de organizações de natureza federal, mas de poderes distintos em uma mesma entidade comum, *todos pagos pelo mesmo cofre*, direta ou indiretamente, acarretavam, segundo o jurista, enormes problemas de autoridade para a administração dessas unidades. Além disso, justificou Medeiros, a exemplo do que ocorreu no Acre era comum os governadores se queixarem das dificuldades de recrutamento e da ausência de pessoas qualificadas entre as populações locais, por isso recorriam aos mercados próximos (Rio de Janeiro, São Paulo, Campo Grande, Belém, Manaus, etc.), de onde recrutavam seus auxiliares “sem garantias de estabilidade, enquanto bem servirem ou enquanto os governadores não forem substituídos” (MEDEIROS, 1946, p. 19).

Entretanto, os vencimentos arbitrados pelos governadores aos funcionários do alto e médio escalão chegavam a ser bastante elevados e atrativos, quando comparados à realidade a que estavam submetidos em suas cidades de origem. De acordo com o assessor do governo do Território, Álvaro da Cunha, a troca *das avenidas pelos rios e do conforto da metrópole pela extrema pobreza do interior*

⁸⁵ Na coletânea intitulada *Personagens Ilustres do Amapá*, em três volumes, Coaracy Barbosa realizou um levantamento biográfico de várias personalidades que transitaram em terras amapaenses desde o período colonial até praticamente o fim do Território, em 1988, que permite localizar grande parte desses proprietários, ricos e influentes que viviam nessa região, no período de criação do Território, em 1943.

pelos “bandeirantes” do Amapá territorial, não decorreram de razões patrióticas e desbravadoras, como assim pretendiam convencer os paraenses nas várias cartas que enviaram aos parentes e amigos que permaneciam em Belém: “eles constituíam, na sua maior parte, aqueles que a pobreza econômica, a supressão de oportunidades e o desprestígio do mérito, haviam colocado, em Belém, numa situação marginal” (CUNHA, 1954, p. 15). Para ele, tanto o governo quanto os “pioneiros” paraenses forjaram uma interpretação dos motivos que os levaram a aceitar a serem as cobaias humanas de uma nova experiência política e social incerta; os segundos agiram assim por orgulho próprio, precisando “demonstrar que havia compensações valiosas, que o Território, em muitos aspectos, era até bem melhor do que o Estado do Pará” (CUNHA, 1954, p. 15).

Por outro lado, o discurso fundacional utilizado pela administração territorial, que se apropriou, segundo Cunha, da ideia de *orgulho coletivo*, forneceu os elementos simbólicos necessários para adesão dos que chegavam ao programa político que vinha sendo desenvolvido no Amapá. Cunha esclarece seu argumento, do uso do *orgulho coletivo* pelo governo, citando o exemplo das expectativas e da conjunção de esforços empreendidos nas obras do Porto de Macapá, pois se do ponto de vista administrativo sua construção foi justificada como necessária à exportação direta da extração de minérios, ao embarque direto da produção extrativista e para o recebimento de produtos manufaturados do sul do país e dos mercados estrangeiros, do ponto de vista social havia nesse desejo de importar e exportar mais do que anseio legítimo de autossuficiência, havia a intenção velada e competitiva de libertar o Território dos ônus federais e estaduais que pagavam ao porto de Belém. Consoante Cunha, como o Porto de Macapá era geograficamente mais próximo dos Estados Unidos e da Europa, com a criação de linhas de navegação transatlântica com um ponto terminal no Território, poderia até ocorrer a inversão desse monopólio e, “chegará o dia que a capital paraense pagará impostos ao Amapá, recebendo algumas de suas compras e exportando produtos através do Porto de Macapá” (CUNHA, 1954, p. 16).

Em sua opinião, o uso do *orgulho coletivo* teria servido como estratégia governamental de convencimento mais para aqueles que migravam ao Amapá. No caso dos “nativos”, como assim se referiu Cunha, aos que já residiam no Amapá

anteriormente ao Decreto-Lei nº 5.812, a primeira reação observada foi de desconfiança, pois logo que se instalou o novo governo, quando o governador andava pelas ruas da capital do novo Território, a população local menos abastada demonstrava suspeita e temor – “que esse capitão vai fazer? – Interrogavam-se os habitantes” (CUNHA, 1954, p.13). Nesse ponto fica mais claro compreender o que Cunha definiu no seu estudo como advento das “Relações Públicas no Território”, que ocorreu através de uma série de estratégias destinadas ao convencimento da população local e do recrutamento de pessoal. No caso dos primeiros, ao contrário dos “desbravadores”, foi o de se buscar *caminhos de conciliação, de entendimento, de harmonia plena entre governo e governados*. Isso se processou, segundo ele, através da adoção pelo governo, diretores e chefes de serviços da cordialidade e da aproximação junto aos moradores mais antigos e chefes patriarcais de famílias tradicionais, da oferta de créditos a comerciantes locais, além de prestígio dado de modo afetuoso e deliberado aos dirigentes das festas religiosas do povo; referia-se, provavelmente, no caso desses últimos, aos líderes das comunidades negras do Marabaixo.

Incluía-se a essas estratégias governamentais de aproximação à população local, a oferta de empregos burocráticos aos mais jovens, alguns deles oriundos de famílias economicamente tradicionais ou com certa influência política que haviam conseguido concluir os estudos em capitais do país, e a eles foram dados cargos de destaque na administração territorial. A trajetória de vida de Amaury Farias, narrada nas memórias intitulada *Meus Momentos Políticos*, de 2006, é exemplificar nesse sentido, pois antes de entrar para o PTB e se tornar oposição ao governo de Janary e de seus sucessores, como funcionário público do Território exerceu funções estratégicas na administração territorial. Amaury nasceu em 1927, na fazenda do pai, *Santa Maria da Prainha*, no município de Amapá. No início dos anos 1940, sua família o enviou para estudar em Belém, de onde retornou em 1945 para administrar a fazenda da família. Como era um dos poucos naturais da região e que no processo de recrutamento de pessoal apresentou formação técnica, não tardou para que, em 1949, recebesse o convite do governador Janary Nunes para compor o quadro de funcionários do novo Território. Primeiramente como desenhista, lotado inicialmente na Divisão de Obras, depois passou a fiscalizar as obras do governo

territorial construídas no interior. Foi assessor do governo do Território até seu rompimento político com os “janaristas”, como costumava se referir aos seus opositores.

Para Cunha, essas estratégias de convencimento governamental, ou seja, do que definiu como *tratamento afetuoso* e de *apelação para os sentimentos dos nativos* e de *tendências naturais de integração*, amplamente difundidas nos discursos políticos em inaugurações de obras, palestras, eventos festivos e cívicos, rádios, jornais e de opúsculos, acabou por promover a elevação da moral de uma população habituada à ingratidão e ao abandono. Segundo ele, foi através do apelo à comoção emocional profunda, sustentado na ideia de uma *gleba amapaense*, que tinha como base *o culto ao chão e ao sentimento glebário*, isto é, de amor pelo meio e pelas potencialidades que as terras amapaenses poderiam oferecer – tão distante da consciência humana dos aglomerados urbanos –, que o governo territorial conseguiu convencer e persuadir uma equipe de servidores e apoiadores de que estavam realizando “um acontecimento histórico e [...] o mais glorioso possível”. Portanto, teria sido, na opinião de Cunha, esse apelo ao *sentimento glebário* tão difundido nos discursos do governador e de seus assessores que teria contribuído para o convencimento da população local.

Lucien Febvre (1998) demonstra que *honra* e *pátria* são palavras carregadas de emoções e de sentidos, que só podem ser compreendidas quando aplicadas no contexto histórico que as produzem. Segundo ele, *honra*, primeiramente, pressupõe a pertinência a uma categoria de privilegiados, do sentimento de fazer parte, voluntariamente, de uma elite, se não da elite, e, secundamente, porque o que ela dita não é uma conduta inventada por quem a manifesta, mas é um imperativo herdado que pertence como propriedade a um grupo. É um sentimento muito pessoal, mas ao mesmo tempo um sentimento muito coletivo de participação em crenças comuns, em modos de ser e de agir. Trata-se, então, de um imperativo concomitantemente muito forte e muito impessoal, que dita o comportamento dos homens de honra em certas circunstâncias sem deixar-lhes a liberdade de discutir. No caso de *pátria*, ela pressupõe apego, pertencimento a uma determinada comunidade ou grupo, articulado a um sentimento bem mais amplo: o da nacionalidade. Sendo assim, a nação não é constituída de indivíduos, mas de

grupos que representam a transferência para uma comunidade bem mais vasta. Febvre (1998) lembra que não existe uma consciência estatal, mas existe uma consciência patriótica que é feita em parte de história e de outra parte de ideal, e que cria uma mentalidade entre seus aderentes, uma consciência nacional.

Diria que o discurso de *gleba amapaense*, entendido enquanto ideia de um grupo de privilegiados, de “pioneiros”, como o discurso de políticos e intelectuais da época referiam-se aqueles que vieram ao Amapá e se juntaram aos que ali estavam para constituírem a equipe de administradores territoriais, muito difundido no Amapá, principalmente nesses primeiros 10 anos do governo territorial, foi fundamental para a construção identitária de uma sociedade de “amapaenses” em formação; era a pátria brasileira em mutação, fazendo-se presente através de novos referenciais identitários. A propagação desse sentimento telúrico do despertar das potencialidades de uma terra adormecida, cheia de riquezas, a espera daqueles que a colocassem em perfeita harmonia com o progresso, que defendia como base central o argumento que o trabalho era capaz de remover montanha e vencer o tempo, e transformar o Amapá em uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil, deu-se o nome de *Mística do Amapá*⁸⁶. Sobre ela, escreveu Janary Nunes em um dos seus artigos mais conhecidos:

como nasceu esta mística? Fruto do amor, através da história, daqueles que se apaixonaram pela terra. Cada sonho, cada esperança, cada luta, vividos para torná-la mais próspera, emprestaram-lhe força e brilho. Ela resume os anseios mais nobres de quantos batalharam para integrar o Amapá na Pátria Brasileira (NUNES, 2012, p. 22).

Protecionismo, centralismo, clientelismo, “derrubada”⁸⁷ e nepotismo caracterizavam, na visão de Medeiros, as práticas adotadas pelos governadores na contratação de pessoal nos Territórios Federais. Segundo o historiador Fernando Santos (1998), no Amapá vários membros da família Nunes chegaram a ocupar

⁸⁶ No artigo intitulado *A Mística do Amapá*, publicado pela primeira vez no jornal *Amapá*, de 01 de junho de 1956, Janary Nunes discorreu sobre o que significava ser a “mística do Amapá”. Nele, sistematizou de forma poética todos os elementos que acreditava expressar a aliança harmoniosa entre as riquezas e as belezas naturais da região e o projeto de modernização que vinha sendo realizado no Território do Amapá. Depois em 1962, por ocasião de sua candidatura para deputado federal pelo Amapá, voltou a republicá-lo no livro *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*.

⁸⁷ Termo utilizado por Océlio de Medeiros para caracterizar a facilidade com a qual ocorriam demissões dos desafetos dos governadores nos Territórios Federais.

cargos estratégicos no governo de Janary Nunes. Seus irmãos, o advogado Coaracy Nunes, já mencionado, foi o parlamentar amapaense no Distrito Federal, e o contabilista Pauxy Nunes foi representante do Amapá no Estado do Pará, realizando todas as compras governamentais no comércio de Belém, cargo primeiramente ocupado pelo seu sogro, o comerciante paraense Joaquim Carvão. No mesmo período, seu tio, também paraense, Elói Monteiro Nunes, chefiou a Superintendência de Serviços Industriais (SANTOS, 1998).

Os primeiros diretores de divisões e chefes de serviços⁸⁸ (órgãos que equivaliam as secretarias estaduais) foram nomeados por Janary por indicações pessoais, colegas de profissão no exército ou conhecidos de outros meios que frequentara, principalmente do seu Estado natal, o Pará⁸⁹. Esse formato de nomeação direta pelo governador para o exercício de cargos estratégicos do governo amapaense, bem como para as demais atividades do serviço público relacionados à administração do Território – que acabava por privilegiar laços familiares e indicações pessoais – continuou a existir formalmente no Amapá até 1987, quando ocorreu o *Acordo da Aliança Democrática*, que repartiu os órgãos da administração territorial entre o governador, o PFL e o PMDB, o qual pretendo abordar de forma mais detalhada no último capítulo.

Elfredo Gonsalves, líder da oposição, relatou vários campos de tensões por composição de cargos na administração pública territorial, hegemonicamente

⁸⁸ Somente quase um ano e meio após a instalação do Território Federal do Amapá, que o Decreto-Lei n.º 7.773, de 23 de julho de 1945, regulamentou sua organização administrativa, que ficou assim estabelecida: *Divisão de Segurança Pública e Guarda, Divisão de Educação e Cultura, Divisão de Saúde Pública, Divisão de Produção e Pesquisa, Divisão de Terras e Colonização, Divisão Obras, Serviço de Administração Geral, Serviço de Geografia e Estatística e Serviço de Imprensa e Propaganda*. Por esse mesmo decreto, foi facultado ao governador a possibilidade de instituir, mediante previa aprovação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, serviços industriais de interesse público. No Amapá, as seguintes atividades foram criadas: o de olaria, de serraria, de energia e de transportes. Fonte: NUNES, 1946. Relatório.

⁸⁹ De imediato, logo que foi instalado a administração do Território, a estrutura administrativa compreendeu uma Secretária-geral e sete departamentos, que ficaram assim constituídos e seus primeiros diretores foram: a *Secretária-geral*, com o paraense, advogado e militar Raul Valdez; *Departamento de Administração*, o contabilista Paulo Moacyr de Carvalho; *Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial*, o amazonense, o advogado e jornalista Paulo Eleutério Cavalcante de Albuquerque; *Departamento de Saúde Pública*, médico Pedro Lago da Costa Borges; *Departamento de Educação e Cultura*, paraense, advogado e professor Otávio Machado Mendonça; *Departamento de Produção e Pesquisa*, o paraense engenheiro agrônomo e economista, Arthur de Miranda Bastos; *Departamento de Viação e Obras Públicas*, com o engenheiro Hidelgardo Nunes; *Departamento de Terras, Geografia e Estatística*, o agrônomo Oscar Leite Brasil. Posteriormente, em 1945 os departamentos foram transformados em divisões, sendo criado o Serviço de Geografia e Estatística, que sob a chefia de Clovis Teixeira.

composta por apoiadores dos Nunes no Amapá. Segundo ele, a própria criação do Diretório Regional do PTB, que seguia as determinações nacionais definidas pela Lei Agamenon⁹⁰, teve como motivação central a formalização de um espaço de resistência política contra o poder dos Nunes no Amapá que pudesse reunir seus opositores. Assim, justificou a fundação desse Diretório do PTB, em 1946: “para aglutinarmos os descontentes e perseguidos, formamos um partido de oposição, para dar amparo legal ao movimento de resistência” (GONSALVES, 2010, p. 44).

De sua criação, em 1946, até a cassação, em 1964, o PTB no Amapá nunca conseguiu eleger nenhum de seus candidatos, mas como pondera Serge Berstein (2003), é na dimensão partidária o lugar onde se opera a mediação política, e conforme nos ensina Hannah Arendt (2004, p. 12): “tudo o que homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido”. E, na medida em que as ações se tornam públicas, estamos mais próximos da nossa condição humana de homens e mulheres plurais e políticos, mesmo considerando os interesses políticos e pessoais que o PTB no Amapá congregava, a existência de um partido de oposição significou a legitimação de um espaço político plural e não uno, como assim buscou defender a administração territorial amapaense, pois consoante destaca Lucilia Delgado, os partidos políticos, incluídos no rol dos chamados sujeitos institucionais e coletivos da história, “são essenciais à prática da cidadania e à consolidação de regimes democráticos. Sua ausência no cenário de algum país, em qualquer período de sua História, significa também ausência de democracia” (DELGADO, 2003, p. 129).

Entre os fatos marcantes relatados por Alfredo Távora, destaca-se também o das eleições de 1950 quando os petebistas nutriram a expectativa que Nunes seria substituído do governo do Amapá por ter feito campanha contrária a Vargas no

⁹⁰ A Lei Agamenon, como ficou conhecido o código eleitoral/Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, elaborada por Agamenon Sérgio de Godói Magalhães (à época Ministro da Justiça de Vargas), regulou em todo país o alistamento eleitoral e as eleições, a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. Esse código eleitoral inovou ao determinar o monopólio dos partidos políticos na indicação dos candidatos, mas permitiu a candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente para presidente, senador ou deputado federal num mesmo ou mais Estados. Getúlio Vargas, por exemplo, nas eleições de 02 de dezembro de 1945, foi eleito senador no Rio Grande do Sul, pelo PSD, e em São Paulo, pelo PTB, e, ainda, deputado federal pela Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal (antigo Estado da Guanabara), São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sempre pelo mesmo partido, o PTB (Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC – FGV). Disponível em: cpdoc.fgv.br. Acesso em: 15 maio 2015).

Território. Do presidente recém empossado, ao serem recebidos no Palácio do Catete, durante a reivindicação para a saída de Nunes do governo amapaense, receberam apenas o seguinte puxão de orelha: “os senhores levantaram a poeira antes do tempo”. Entretanto, nessa audiência com Vargas, os petebistas conseguiram um acordo que lhes garantiu um período de trégua entre petebistas e janaristas, e cargos para integrantes do PTB na administração do Território que, de imediato, assumiu a prefeitura de Macapá, a Divisão de Terras e Colonização, a diretoria do frigorífico, a diretoria do hotel, a diretoria da biblioteca e o arquivo público, além de outras funções consideradas de menor destaque.

Nesse ponto vejo como pertinente as reflexões de Pierre Ansart (2004) sobre história, memórias e ressentimentos, pois a ideologia liberal evidencia que o funcionamento da democracia deve ter como efeito mediar os ódios sociais e os ressentimentos pela legalização das oposições, porém, simultaneamente, o regime democrático – repousando sobre a pluralidade dos partidos em situação de disputa – constrói e coloca em cena o encontro conflituoso das frustrações e das hostilidades. Isso leva a constatação de que, o apelo aos ressentimentos e a sua gestão constituem um verdadeiro manancial para os líderes políticos. Portanto, como nas democracias a gestão dos ressentimentos ocupa um lugar específico no mecanismo político coletivo, os petebistas, ao compreenderem que o Amapá como parte integrante do Estado democrático brasileiro, deveria ter um governo de coalisão, de concessão, capaz de congrega interesses de ambos os grupos, *petebistas* e *janaristas*, situar-se-ia no que Ansart chamou de *gestão democrática dos ressentimentos*.

No caso da experiência relatada pelos petebistas no Amapá à manifestação pública, como lembra Ansart (2004), representa a constituição de um espaço legalizado de expressão dos descontentamentos e uma ameaça simbólica aos representantes que permanecem indiferentes a esta expressão. Tanto Alfredo quanto Amaury, veem-se como os legítimos defensores da democracia no Território, por estarem do lado de quem reivindicavam o direito à participação política e à liberdade de expressão, e como tais são vítimas de indivíduos maléficos, que os prejudicaram. Na leitura de ambos, quando enfim o regime instituído em 1964 exonerou o coronel do exército Terêncio Porto do cargo de governador do Amapá (a

última indicação de Janary Nunes para tal função), e colocou no seu lugar o coronel do exército Luiz Mendes, o Amapá estava enfim livre do que denominaram de *dinastia Nunes*; contudo, tanto um quanto o outro tornaram-se aliados políticos e tiveram grande participação nos governos pós-1964 no Amapá.

Em razão dessa dimensão subjetiva, que congrega tantos interesses e sentimentos individuais, que Ansart atenta para a diversidade de formas de ressentimentos. Daí porque o uso de ressentimentos no plural e não no singular, pois as experiências comuns também nos colocam diante de intensidades variáveis e de sentimentos experimentados individualmente. Vale lembrar que Alfredo também deixou fluir seu ressentimento com a desconfiança da interferência do governo de Janary na ação judicial movida contra ele pelo Banco da Borracha, em 1947, quando, por inadimplência, a justiça determinou a adjudicação da sua propriedade ao banco, pondo fim ao empreendimento de recuperação dos negócios herdados do pai.

Um último ponto que queria destacar das reflexões de Ansart para o debate proposto, diz respeito a preposição de que não apenas os sentimentos e os afetos dos indivíduos, mas de forma complementar as representações, as ideologias, os imaginários, os discursos, desempenham papel relevante no devir dos ressentimentos. Sendo assim, as narrativas elaboradas por Amaury e Alfredo são aqui compreendidas enquanto representações que têm como ponto de referência as experiências partilhadas pelo grupo político ao qual faziam parte. Todavia, Alessandro Portelli (2005, p. 129) nos lembra que “a memória da resistência, de fato, nunca coincidi com o discurso do Estado”, esse campo de tensão política entre os governistas e os opositores – tão evidenciado por ambos (Amaury e Alfredo) –, não só leva a uma desconstrução do discurso da *gleba amapaense*, como permite pensar o Amapá no campo da contradição, do conflito, do antagonismo, da disputa política, bem mais próximo das pluralidade de ritmos que caracterizam as experiências humanas evidenciadas pela história política.

As conclusões pelas quais chegou o assessor do governo, Álvaro da Cunha, nos estudos sobre as relações públicas no Território do Amapá vão não contramão do defendido pelos opositores do governo territorial. Para ele, os índices de crescimento social e econômico alcançados nos últimos 10 anos, que lhe garantiram

status de *líder dos Territórios amazônicos*, justificavam qualquer sacrifício à liberdade política. O censo de 1950 apontava, com relação ao censo de 1940, um crescimento populacional de 100%. De uma população de aproximadamente 22.000 habitantes, o Amapá passou a ter 37.477 habitantes. Conforme dados levantados pelo governo do Território, em 1954, esse crescimento era bem maior, e já atingia um índice de 47.000 habitantes em todo o território amapaense, e Macapá, que pelo recenseamento de 1940, era a 49ª cidade da Amazônia em população, com 1.012 habitantes, em 1955, já era a 3ª cidade da região, com 20.000 habitantes⁹¹. Porém, no site do IBGE os dados de 1950 não sustentam a afirmação do ex-governador, uma vez que o Acre tinha duas cidades com mais de 20 mil habitantes, enquanto que Amazonas sete, Pará seis e Rondônia uma.

De acordo com Cunha, problemas básicos como o da energia elétrica e do abastecimento de água dos municípios haviam sido, em grande parte, sanados através de usinas fornecedoras de energia e do sistema de captação e tratamento de água do rio Amazonas, instalados pelo governo. No caso da energia elétrica, o problema estava em fase de ser completamente resolvido, pois se encontrava em estudo e planejamento as obras para o aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Paredão, cuja demanda de energia pretendia cobrir todo o Território (com exceção do município de Oiapoque) e áreas vizinhas do Estado do Pará (AMAPÁ, 01 de maio de 1954).

No que tange à educação, os índices eram ainda mais animadores. Segundo Cunha, conforme o anuário estatístico do Serviço de Geografia e Estatística do Território do Amapá, do ano de 1952, a população escolar primária havia sido recenseada em 9.012 alunos, e a não primária, distribuídas em outros segmentos e cursos, era de 615 alunos. Esse crescimento de quase 20 vezes do total de alunos encontrados em 1944, decorria, sobretudo, dos investimentos públicos na área educacional através da construção de escolas e da contratação de professores. Quando da implantação do Território, de acordo com informações governamentais, o Amapá dispunha apenas de sete professores, em 1954, número que se elevava para 318 professores; em um período de 11 anos foram inaugurados sete Grupos

⁹¹ Informações retiradas de: NUNES, Janary. **Plano de Palestra para a Escola Superior de Guerra**. 19 de junho de 1955. Fonte: Acervo pessoal da família de Janary Nunes.

Escolares na capital e 97 estabelecimentos de ensino rurais em todo Território (AMAPÁ, 01 de maio de 1954).

Concomitantemente com os índices de crescimento que vinham sendo apresentados pelo governo do Amapá, o Brasil de modo geral estava envolto em uma grande crise econômica, agravada pela instabilidade política. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca (2002), ao reassumir o governo Vargas deparou-se com uma conjuntura econômica que emitia sinais de agravamento, e que não lembrava mais o clima de euforia dos últimos anos da II Guerra. Essa crise, herdada em grande parte da política externa liberal adotada por Dutra (de facilitação das importações), foi marcada por déficits na balança comercial, por uma grave crise cambial e pelo crescimento desacelerado da inflação.

Já Pedro Paulo Zahluth Bastos, no artigo *Ortodoxia e Heterodoxia Econômica antes e durante a Era Vargas*, de 2005, considera que, na bibliografia extensa sobre o segundo governo Vargas, não existe um consenso da natureza de seu projeto econômico, talvez porque, como compreende uma grande parte dos historiadores, a ambiguidade tenha sido a marca principal do período, e pensar as ambivalências na história não é uma tarefa simples. Dessa vertente explicativa, na visão de Bastos, a de D'Araújo (1992) seja a que melhor explicou a crise, ao defender que as ambiguidades se explicam pela necessidade “de conciliar interesses que, na prática, eram inconciliáveis e mutuamente incoerentes” (BASTOS, 2005, p. 193).

No entanto, é consensual que, mesmo com esse quadro de dificuldades econômicas, Vargas manteve um programa de crescimento industrial que tinha no Sudeste seu principal núcleo dinâmico, mas que via na conquista interna do território e no aproveitamento das potencialidades econômicas regionais, como indispensáveis para alavancar o desenvolvimento. Não se tinha interesse em proceder de forma igual na Amazônia, mas os anos 1940 assinalaram o momento que a região passou a fazer, de fato, parte das preocupações governamentais. Também a Constituição de 1946, imbuída de ideários de “valorização”, de “desenvolvimento regional”, de “planejamento”, assegurou, no Art. 199⁹², uma política governamental de valorização da Amazônia, mesmo que tenha significado

⁹² O artigo 199 da Constituição de 1946, determinou que a União, Estados, municípios e Territórios da Amazônia aplicassem 3% de suas rendas anuais em um Plano de Valorização para a região, que foi regulamentado somente em 1953, pela Lei 1.806.

muito mais um compromisso formal, que não se traduziu na realidade com a mesma força do discurso. A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, concebida para ser o organismo de planejamento regional e de execução para a região, objetivou atender as aspirações preconizadas em 1946. As várias diretrizes traçadas para esse órgão mostram bem sua finalidade central, que deveria significar a quebra do vínculo de dependência da economia amazônica frente a decadente produção gomífera, através do estímulo a pecuária, a agricultura, a exploração das riquezas minerais e o aproveitamento do potencial energético de seus rios (D'ARAÚJO, 1992).

Ao se comparar as políticas de desenvolvimento elaboradas para o Sul e Sudeste, durante a vigência da SPVEA e após a sua substituição pela SUDAM, observa-se que os programas estabelecidos pelo governo federal para a região a colocava em nível secundário e subsidiário dos primeiros. No caso dos Territórios Federais, essa política díspar ficou ainda mais evidente, pois os mesmos não receberam o tratamento esperado pela racionalidade da distribuição dos recursos. Na sessão do Congresso Nacional, em 14 de janeiro de 1967, o ex-governador e deputado federal pelo Amapá, Janary Nunes⁹³, acabou por revelar que grande parte dos ganhos financeiros com a exploração do manganês foi utilizado para ajudar a financiar o desenvolvimento econômico de outras regiões do país.

O Povo amapaense sempre considerou (...) os investimentos feitos pela UNIÃO no Território, como empréstimos que devem ser pagos ao longo prazo e juros altos.

Entre 05 de janeiro de 1957 e dezembro de 1966, a contribuição do Amapá, em divisas para o balanço de pagamentos do país, foi superior a 280 milhões de dólares, decorrente da exploração do manganês pela ICOMI. Essa contribuição, de cerca de 560 bilhões de cruzeiros, aos valores atuais do dólar, constitui testemunho indiscutível de utilidade do Território do Amapá e do bom investimento feito pela União com a sua criação. A União, entretanto, não investiu no Amapá 40 bilhões de cruzeiros, desde a sua instalação até hoje [...]. Aliás, com as vendas de manganês exportado pela ICOMI, no período de 1957-66, no valor de 280 milhões de dólares, verifica-se que o Amapá está financiando o desenvolvimento de outras áreas do país ⁹⁴.

⁹³ Janary foi deputado federal pelo Amapá de 1962 a 1970, exercendo dois mandatos consecutivos.

⁹⁴ Discurso pronunciado na sessão do Congresso Nacional de 14 de janeiro de 1967. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 12-13.

Sendo assim, o entusiasmo governamental vivenciado no Amapá em meados dos anos 1950 precisa ser compreendido com algumas ressalvas. Os índices de crescimento apresentados em âmbito local, por exemplo, na área econômica, eram mais fáceis de serem visualizados no campo da retórica. O próprio governo territorial reconhecia que o Amapá estava distante de apresentar uma produção econômica condizente com as necessidades locais e em franco desenvolvimento. Em junho de 1955, ao palestrar para militares da Escola Superior de Guerra, Janary Nunes afirmou:

é tremendo o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul do Brasil. Enquanto o centro e o Sul crescem aceleradamente o Norte permanece parado. Em geral os filhos das regiões do Sul não sentem esse fenômeno. Mas nós, administradores do Norte que somos obrigados a estudar, a fazer planos, a folhear o orçamento, temos a sensação de que somos uma Colônia, Colônia econômica e política⁹⁵.

Na opinião do administrador amapaense, essa disparidade econômica entre o Sul e o Norte refletia a política nacional desigual de distribuição dos recursos públicos entre as duas regiões. Lembrou Nunes que no campo da concessão de crédito essa desigualdade era ainda mais gritante: “para os Estados e Territórios da Amazônia [...], os empréstimos eram apenas de 0,6% dos empréstimos concedidos no país. Os outros 99,4% dos financiamentos foram aplicados no Sul” (NUNES, 1955).

Desta forma, mesmo reconhecendo que não era fácil, sem maiores investimentos públicos, alavancar a economia local, o governo amapaense tentava demonstrar um otimismo que não condizia com a realidade; assim, buscava convencer a população que a agricultura poderia representar uma área econômica promissora para o novo Território. No dia 23 de junho de 1954, Nunes proferiu uma palestra a *Rádio Difusora* sobre agricultura consorciada, objetivando estimular a produção de produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, dendê, café, cacau, pupunha, caju, agave e cana-de-açúcar, na qual ressaltou: “ninguém deve abandonar a agricultura pelo emprego assalariado. A agricultura oferece maiores possibilidades de bem-estar e felicidade” (NUNES, 1955). Mas era na plantação de

⁹⁵ *Plano de Palestra para a Escola Superior de Guerra*. 19 de junho de 1955. Fonte: Acervo pessoal da família Nunes.

seringueiras e de castanheiras para fins de exportação que o governo do Território procurava aquecer a economia local. Naquele ano, dispondo de um recurso de três milhões de cruzeiros – muito menor do que esperado para a área – concedidos pela SPVEA, e com o apoio do Instituto Agrônomo do Norte, a Divisão de Produção chegou a distribuir gratuitamente 136.016 quilos de sementes e, aproximadamente, 158.254 mudas de seringueiras. Na ocasião chegou a afirmar que: “a borracha vai atingir preços imprevisíveis e fará a fortuna de muita gente, daqueles que souberem plantar e tratar as suas plantações” (NUNES, 1955).

Sem dúvida, foi logo após a elaboração do *Plano Quinquenal*, pela SPVEA, que se estabeleceu como prioridade a superação do extrativismo e do nomadismo como atividades produtivas centrais na Amazônia, passando a ver na agricultura como a nova base de racionalização das organizações de trabalho, que o governo do Território passou a discursar mais incisivamente sobre a adoção da colonização agrícola como um dos principais meios de fomentar a economia local. Nas justificativas à discriminação orçamentária para o quinquênio de 1955-1959, enviadas pela administração do Amapá à subcomissão de produção da SPVEA, foram informadas a existência das colônias de Matapi e de Mazagão, e em vias de instalações as do Oiapoque, Ferreira Gomes, Calçoene, Cassiporé, Santo Antônio da Pedreira, Jari e Macacoari.

Essas informações foram, em parte, desmentidas em estudos realizados na região em 1955 pelos técnicos do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP), do INIC, os agrônomos Alarico José da Cunha Júnior e Fernando Genschow. Segundo eles: “não era verdade que esteja em franca produção a colônia de Matapi, e muito menos a de Mazagão onde só existia um colono!”. Nos casos das demais, com exceção da de Oiapoque, Ferreira Gomes, Calçoene e Cassiporé, “não passavam estas de meros projetos” (CUNHA JÚNIOR; GENSCHOW, 1958, p. 25). Para os técnicos do DEP, a dificuldade enfrentada pelos governos dos Territórios nas execuções de projetos, como os das colônias agrícolas, decorria do reduzido recurso que a SPVEA administrava. Segundo eles: “o orçamento geral do Plano da SPVEA para o exercício financeiro de 1955 não foi elaborado visando a auto-suficiência das unidades colonizadoras amazônicas” (CUNHA JÚNIOR; GENSCHOW, 1958, p. 24). O Amapá chegou a ser, dos Territórios Federais, o mais

contemplado nas previsões orçamentárias da SPVEA para o quinquênio de 1955-1959, com uma programação de aplicação de 139 milhões de cruzeiros só para o setor de energia e transporte, porém, em razão das constantes alterações orçamentárias, atrasos e irregularidades nos repasses dos recursos, grande parte das programações financeiras não chegaram de fato a acontecer.

Em início dos anos 1950, as alterações no quadro econômico da região nos últimos 10 anos haviam sido mínimas, pois 58% da população ativa do Território ainda se concentrava no setor primário, constituído, basicamente, pelo extrativismo, com a coleta da borracha e da castanha. Porém, a oferta desses produtos de exportação era bastante reduzida, não ultrapassando, em 1957, uma arrecadação de 33 milhões de cruzeiros (22 milhões da borracha e 11 milhões da castanha). De acordo com as informações divulgadas pela CAPES⁹⁶, em 1959, somente a partir da exploração do manganês que se registrará alguma mudança significativa nesse quadro. Até esse período havia no Território uma acentuada rarefação de capital e “a própria natureza das atividades até então praticadas (extrativismo primitivo e pecuária extensiva) não exigia grande capitalização”⁹⁷. Chamava atenção o periódico da CAPES para o fato do balanço comercial do Território do Amapá ser deficitário, o que o caracterizava como uma unidade federativa *importadora de recursos*, dependente dos recursos ofertados pela União, e para o pouco retorno que os estímulos governamentais estavam alcançando com os investimentos que vinham sendo feitos, como por exemplo com as colônias agrícolas e com a assistência técnica aos lavradores; portanto, por essa razão, a oferta de bens agrícolas ainda está aquém das necessidades da população.

Todavia, em 1957, segundo a CAPES, com o início da exportação do minério de manganês, em larga escala, o Amapá passou da condição de importador para a de exportador de recursos, e o manganês amapaense passou a figurar no comércio exterior do país como 7º principal produto de exportação. Deve-se lembrar que 1954

⁹⁶ Tendo em vista a expansão e a oferta do quadro de pessoal com qualificação em nível superior no país, e objetivando fazer levantamento sistemático relacionado a essa questão, em meados dos anos 1950, a CAPES resolveu contratar os Serviços de Planejamento, Engenheiros e Economistas Associados (SLP), o qual elaboraram 23 monografias – uma para cada Estado, um para os Territórios Federais e outra para o Distrito Federal – publicadas sobre o título geral de “*Estudos de Desenvolvimento Regional*”.

⁹⁷ Informações retiradas de: CAPES. **Estudos de Desenvolvimento Regional (Territórios Federais)**. Série Levantamentos e Análises. Vol. 23. Rio de Janeiro: CAPES, 1959. p. 85.

demarca o momento em que se deu início, pela ICOMI, das obras de infraestrutura, como a construção de estradas de acesso às áreas de mineração, de uma ferrovia, de um Porto de embarque de minério e das instalações administrativas e das vilas residenciais, bem como da abertura de novas frentes de trabalhos (DRUMMOND, 2007). Ainda conforme a CAPES, as atividades de mineração desenvolvidas pela ICOMI provocaram deslocamentos de mão-de-obra no Amapá; muitos trabalhadores de áreas rurais e encostas dos rios, atraídos por melhores salários, trocaram suas atividades tradicionais pelo trabalho na mina do manganês, na estrada de ferro ou no Porto de embarque do minério. A concessionária da exploração de manganês, em fins de 1958, chegou a contratar 2.700 trabalhadores, dos quais 669 estavam ligados a operações industriais, 946 empenhados na construção civil (especialmente na construção e duas vilas) e 1.085 se dedicavam a outras atividades, como direção técnica, administração, segurança, saúde, educação e outras.

De acordo com estudo realizado pela CAPES, os índices de crescimentos econômico e de emprego que o Amapá vinha apresentando, em fins da década de 1950, decorriam, momentaneamente, da recente implantação da ICOMI e do início das exportações do minério de manganês, pois era importante destacar que 10.000 pessoas viviam diretamente das atividades da empresa e, em 1957, o valor da exportação do manganês foi duas vezes maior do que o valor da produção de borracha do conjunto dos Territórios. No entanto, para a CAPES caberia indagar: de fato, qual seria o papel da ICOMI no progresso futuro do Amapá? Parecia prever que a ICOMI deixaria um capital negativo, econômico e social, muito difícil de ser calculado. (CAPES, 1959).

Em informativo no jornal *Amapá*, do dia 05 de março de 1955, o assessor técnico do gabinete do Território, Amaury Farias, esclareceu os motivos que levaram o governo a paralisar algumas obras e dispensar trabalhadores *dos serviços do Território*. Alegava que a medida seu deu, “em consequência da redução, que foi de 50% das verbas do Governo do Território” (AMAPÁ, 05 de março de 1955). Em 05 de fevereiro de 1956, ao ser empossado como governador do Território do Amapá, o médico Amílcar da Silva Pereira, diante um pequeno grupo de autoridades no Fórum de Macapá, dentre eles o seu antecessor e naquele momento presidente da Petrobrás, Janary Nunes – também representando no ato solene o Ministro da

Justiça –, assumiu o compromisso de manter o ritmo acelerado de desenvolvimento dos anos anteriores.

Do ponto de vista partidário, a mudança de governo foi pouco sentida. O paraense Amílcar Pereira, antes de ser nomeado governador, havia exercido a função por quase dois anos de secretário-geral do governo do Território, e, desde 1946, atuou em vários cargos na Divisão de Saúde, e como prefeito de Oiapoque. No entanto, sua gestão, assim como outras que a sucederam, até o período pós-1964, quando serão sentidas mudanças mais bruscas na condução da política nacional para os Territórios Federais (que pretendo tratar no próximo capítulo), foram marcadas por frequentes cortes de orçamentos⁹⁸ e demissão de servidores públicos, além de Amílcar e seus sucessores terem que administrar o crescimento dos descontentamentos e da oposição que tecia duras críticas ao contrato da ICOMI, principalmente através de dois jornais: *Folha do Povo*, criado em 1959 pelo PTB, e *A Voz Católica*, de propriedade da prelazia de Macapá.

O fato é que, em 1969, quando da implementação do Decreto-Lei nº 411, Macapá não lembrava mais a euforia dos anos de implantação do Território, externada por La Rocque quando de sua visita em 1947. Os tempos já eram outros. Para Álvaro da Cunha, que em 1954 havia afirmado que a centralização política no Amapá era um mal necessário, abrir mão da liberdade política e de expressão em nome das necessidades imperativas impostas pela implantação da administração territorial foi um preço alto demais para os graves problemas ocasionados por um modelo de governabilidade que pouco dialogava com as representações políticas e sociais. Em 1962, quando publicou *Quem Explorou Quem no Contrato de Manganês no Amapá*, no qual denunciava a forma ilegal e arbitrária que a administração do Território procedeu na assinatura do contrato com a ICOMI, quando concedeu a essa empresa o direito de explorar o manganês amapaense da Serra do Navio por 50 anos, sua permanência no Amapá ficou insustentável e o ex-assessor do governo do Território se viu obrigado a deixar a região que acreditara ter ajudado a

⁹⁸ Na sessão da Câmara dos Deputados, de 13 de agosto de 1957, o deputado Coaracy Nunes denunciou as irregularidades nas prestações de contas e dos atrasos nos repasses do orçamento da SPVEA para o Amapá, acordado para o quinquênio 1955-1959, situação que, segundo ele, havia se agravado a partir de 14 de dezembro de 1955, quando assumiu o cargo da superintendência o sanitarista Waldir Bouhid.

desenvolver e foi residir na cidade do Rio de Janeiro; de lá, no entanto, continuou a interpelar o Amapá.

Suas poesias e textos mantiveram como tema central, até a sua morte, em 1995, o tom crítico e denunciativo das mazelas políticas do Amapá, sem jamais deixar de perder a suavidade do olhar do poeta sobre o lugar que aprendera a reconhecer como seu. *Amapacanto*, de 1984, sua poesia mais conhecida, que transcrevo em parte no fragmento abaixo, externou a antítese de um “Amapá” do *intérprete do verde incomum da Latitude Zero*, como assim o definiu, o amigo e escritor amapaense, Alcy Araújo. Em um mesmo poema expressou todo o seu descontentamento com os acontecimentos políticos dos últimos anos observados em terras amapaenses, mas também declarou seu sentimento de pertencimento, de encanto a um “Amapá” que talvez tenha sido só seu, o qual transcrevo, em parte, abaixo:

*A gente se perdeu
Amapá e eu
Há muitos anos*

*Logo nós dois
Tão semelhantes e afins
Que parecíamos drágeas
Da mesma vagem
Múltiplos mútuos
Grão germinados gêmeos
Um do outro*

*Logo nós dois
Que viemos à luz
À sombra da Amazônia
Ao norte extremo do Pará
Na linha de fronteira
E fundados juntos
Território
E homem*

*Na verdade
Crescemos abraçados
Abrasados
Crestados de calor
Ungidos
De umidade*

*Essas recordações
Essas gravuras*

*Essas sintonias reprimidas
Na orquestra transitória
Da vivência humana
São vozes do Amapá
Insistem em ser ouvidas*

*[...]
Tu sabes
Que onde eu for Amapá
Irá o amor
Amor que a tua paisagem
De ascenderá
No mais profundo
E lírico sial
De que sou feito e contrafeito.
Meu olho oral
Vê e fala do teu ar
Do teu céu
Do teu mar
Das tuas florestas.*

Amapacanto (1984)
Álvaro da Cunha

CAPÍTULO III: O TERRITÓRIO MILITARIZADO

Lembro-me, até com um pouco de nostalgia, do concorrido sete de setembro e das comemorações de aniversário do Território, festejados a todo dia treze do mesmo mês. Havia formatura dos alunos das escolas públicas, de escoteiros, ex-combatentes, militares em volta da banda de música da guarda territorial, reunidos, primeiro na Fortaleza de São José de Macapá, depois, na avenida Iracema Carvão Nunes [...] e por último, na Avenida FAB. [...].

Foram muitos anos, e passaram tão rápido, que parecem termos vivido ontem. [...].

Que bela imagem temos hoje? Um amontoado de construções, sendo na sua maioria medíocres. Macapá merecia melhor sorte! [...].

Ah, ia esquecendo, antes estávamos na era de Getúlio e Juscelino, depois, nada mais prestou!

Amiraldo Bezerra (2008)

Para Amiraldo Bezerra, nascido nas ilhas do Pará, e que veio com sua família ainda menino para Macapá, nostalgia, talvez, seja a palavra que melhor definiria o sentimento de alguns homens e mulheres – assim como ele – que viveram no Amapá nos primeiros anos de implantação do Território Federal e que, também, acompanharam, atentamente, os acontecimentos ocorridos no decorrer dos anos 1960 e início de 1970, quando depois de anos de descrença, voltou-se a acreditar que o Amapá poderia, finalmente, atingir um desenvolvimento econômico e a autonomia política almejada. Esse período poderia ser representado como o tempo do “desencantamento”, do tempo da “desaceleração” ou como recordou Amiraldo Bezerra em suas memórias, do tempo da “demolição” quando ocorreu o que chamou de *chacina arquitetônica*, com a derrubada de vários prédios históricos construídos no período colonial e imperial, em volta da Praça Veiga Cabral, nas ruas Mendonça Furtado e da Praia, bem como no centro de Macapá. Lembrou Bezerra que a perda havia sido irreparável, e refletia a falta do bom senso político e de um planejamento urbano que acompanhasse a projeção da planta baixa retangular, com ruas e avenidas largas e loteamentos, no mínimo, de 15x30 metros, elaborado pela primeira equipe de governo do Território. Segundo ele, esse primeiro planejamento renunciava a construção de uma cidade ordenada e moderna, e “deixava bem à

vontade os construtores do futuro, para, quando da demolição das casas erguidas pelos nativos e migrantes da época, desse lugar a um processo de belas obras, sem destruição do acervo existente” (BEZERRA, 2008, p. 102).

O cenário amapaense, de início dos anos 1960, em todo a sua extensão, com exceção do centro de Macapá apesar do considerável crescimento demográfico, pouco se diferenciava dos primeiros anos da implantação do Território. Ainda que a população de, aproximadamente, 22.000 habitantes tenha triplicado em pouco mais de 20 anos de sua criação, comparada aos padrões dos Estados brasileiros, conservava as características de uma sociedade predominantemente rural. Das 17 cidades e vilas (zonas urbanas) que havia em todo Território, somente duas apresentavam um número maior que 1.000 habitantes; dessas, só a capital Macapá (zona urbana) concentrava 27.585 dos 68.520 habitantes de todo o Território⁹⁹. Entretanto, como analisou Dorival Santos (2001), esta aparência provinciana, pacata, ordeira e até submissa da sociedade amapaense camuflava uma resistência nem sempre consciente, mas que teve seus momentos de claro enfrentamento, de organização mesmo que tenha sido mais “uma resistência molecular e as escondidas, disfarçada de molecagem, de arte, de músicas, de silêncios, de recusas e a afirmações” (SANTOS, 2001, p. 97).

Não é pretensão deste trabalho analisar a resistência da sociedade amapaense ao regime ditatorial inaugurado no país em 1964, mas compreender, em um momento que se pode observar de forma mais clara, já com uma certa distância do euforismo inaugural dos anos iniciais do Amapá Território, os desdobramentos e os problemas ocasionados pela política territorial implantada pelo Estado brasileiro aos Territórios Federais, ou seja, para a região. Se, em um primeiro momento, as ações do Estado foram avaliadas positivamente pela população local e por aqueles que chegavam, impulsionando a formação de uma elite local que se colocava como redentora e promotora do desenvolvimento regional em uma posição uniformizadora das diferenças. Em um segundo momento, essa relação assumiu outros contornos. O pacto político que se firmou entre o governo amapaense e a recém-criada e crescente elite local quando dos primeiros anos de implantação do Território, já não

⁹⁹ Dados retirados de: IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico de 1960**: Rondônia, Roraima e Amapá. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I, Tomo I, 1ª Parte, p. 227.

conseguia neutralizar as divergências que só cresciam, e essa política territorial passou a ser alvo de questionamentos. Esses não ficaram restritos à esfera local, mas extensivos ao poder nacional que passou a sofrer severas críticas embasadas na falta de investimentos mais efetivos pelo governo federal para o TFA, passando a alimentar o desejo de autonomia; em 1970, o fracionamento dessa elite já era evidente.

Tomando o parâmetro político como linha argumentativa, 1964 foi pensado enquanto período em que ocorreu um reordenamento da “ordem política” estabelecida com novas disputas pelo poder do Território, que nos permitiu perceber, de forma mais clara através desses conflitos e do fracionamento da elite local, que passava a divergir, sobretudo, na maneira e no melhor momento para ocorrer a estadualização, quais eram as principais críticas ao modelo da administração territorial. Atores políticos, alguns deles que engrossavam a “oposição”, oriundos em grande maioria do PTB, viram o novo momento que o país atravessava como oportuno para o enfraquecimento do grupo adversário, ligado ao ex-governador e deputado Janary Nunes (PSP) que vinha comandando o governo do Amapá desde sua criação. Foram anos efervescentes, de grandes disputas pelo controle do Território com a chegada de novos atores que viam no Amapá, em razão de sua “juventude” política, uma terra de possibilidades e perpetuação de poder.

Portanto, tentarei prosseguir com as reflexões propostas pelo capítulo anterior sem uma preocupação com a cronologia dos fatos, tomando como marco temporal o *Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969*, elaborado com o objetivo de corrigir as anomalias cometidas pelo de 1943, quando o Território Federal do Amapá já atingia mais de duas décadas de experiência territorial, e assim analisar as novas reformas político-administrativas propostas pelo novo decreto, já na ditadura militar, quando ocorreu a divisão dessas unidades políticas entre as Forças Armadas, e o Amapá passou para o domínio da Marinha com os governos dos capitães de Mar e Guerra, José Lisboa Freire (novembro de 1972 a abril de 1974), Arthur Azevedo Henning (abril de 1974 a março de 1979) e Anníbal Barcellos (março de 1979 a julho de 1985). Tomei como linha argumentativa que o período foi marcado por uma política de continuidade e de poucas modificações no que já vinha sendo realizado desde o primeiro decreto.

Assim, mesmo compreendendo que o ápice dessa política de militarização foi a “partilha dos territórios” entre as Forças Armadas, não pretendo dar ênfase à administração dos governadores oficiais da Marinha no Amapá, pois caberá a um oficial do exército, Ivanhoé Gonçalves Martins, as implementações dessas reformas, e só após sua saída, em novembro de 1972, que esse acordo militar passará a vigorar. Esses serão mais evidenciados no último capítulo, através da administração do último governador dessa era da Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Annibal Barcellos, quando será dado início ao processo político de transição para o Estado, com a campanha governamental para a escolha dos novos símbolos locais para a criação do Estado do Amapá.

Vale enfatizar que grande parte do período que analiso nesse capítulo, mais especificamente entre 1964 e 1985, vem sendo compreendido historicamente como um momento paradoxal. Ao mesmo tempo em que passava a euforia de que o Brasil experimentava, pela primeira vez, uma sensação de felicidade coletiva, por outro, dito ironicamente, colocava em dúvida o próprio sentido propagandístico da frase. Se por um lado a economia cresceu, levando o Brasil a alcançar o oitavo PIB mundial, por outro se acentuaram as desigualdades regionais e a dependência econômica com relação ao governo federal de regiões mais empobrecidas.

Para Napolitano (2014), o slogan *Nunca Fomos tão Felizes*, difundido pela TV nos anos 1970, em pleno “milagre econômico”, traduziu as ambiguidades e as contradições econômicas do regime. Desta forma, apesar do aparente desenvolvimento econômico, quando o Brasil atingiu um índice de crescimento médio, entre 1969 e 1973, de 11%, chegando a quase 14% nesse último ano, a maior parte da sociedade brasileira não pode desfrutar os resultados materiais desse processo de maneira equânime (NAPOLITANO, 2014). Essa distribuição econômica desigual se refletiu de forma ainda mais acentuada na Amazônia, especialmente em regiões que eram administradas diretamente pela União, a exemplo dos Territórios Federais amazônicos. No entanto, mesmo com o crescimento da dependência e sem atingir a autonomia econômica “idealizada” e pretendida, o Amapá foi consolidando sua identidade política e caminhando lentamente para a estadualização.

Entre 1964 e 1985, como bem destacou Marco Napolitano (2014, p. 8), “o Brasil passou por um turbilhão de acontecimentos que, em grande parte, nos definem até hoje e ainda provocam muito debate”. Esse período no Amapá, assim como no resto do Brasil, também foi marcado por um turbilhão de acontecimentos que podem ser tomados como marcos referenciais para se compreender a típica sociedade que se originou a partir da criação do Território, em 1943. Assim, conforme Santos (2001), ainda que se possam identificar iniciativas de separação do Pará, nas primeiras décadas que se seguiram a resolução do conflito, em 1900, entre o Brasil e França¹⁰⁰, pelo território amapaense contestado, o ano de 1943 foi, sem dúvida, o marco de uma mobilização mais significativa pela construção de uma identidade amapaense diferenciada da paraense. No entanto, foi somente no curso da ditadura militar que esse processo se consolidou, a exemplo do surgimento, em julho de 1963, do Movimento Popular Pró-Estado do Amapá, quando a ideia de transformação em Estado passou a ganhar força entre a população, o que pretendo discorrer só no próximo capítulo.

É a partir de meados os anos 1960 que é possível se observar o reconhecimento de uma sociedade de “amapaenses” constituída não só dos chamados “filhos do Amapá” – como assim o discurso oficial passou a se referir aos jovens que nasceram ou cresceram no Amapá pós-criação do Território –, mas também de paraenses que já viviam nos municípios desmembrados e dos imigrantes que chegaram a todo momento de outros Estados, atraídos, em grande maioria, pelas possibilidades e pelas promessas de trabalho que surgiram com a expedição do Decreto-Lei 5.812/43. Esses últimos eram reconhecidos pelo discurso oficial homogeneizador, como já procurei demonstrar no capítulo anterior, como os

¹⁰⁰ As relações limítrofes entre o Brasil e a Guiana Francesa no século XIX (que até o presente existe como unidade do Estado colonial francês) constituem o eixo do que ficou conhecido por Contestado Franco-Brasileiro, uma faixa de terra situada entre o rio Araguari e o rio Oiapoque. Para Francinete Cardoso (2008), a versão oficial e a rara historiografia que discutem sobre esse litígio insistem na existência deste território apenas como objeto de disputa entre brasileiros e franceses, ou seja, como caráter meramente nacionalista, que nega a diversidade social existente e impõe limites e fronteiras que pouca relação tinha com a realidade vivida pelos primeiros sujeitos históricos da região (etnias indígenas, mocambeiros, brancos pobres, garimpeiros, ex-presidiários, crioulos da Guiana Francesa, Inglesa, Holandesa e das Antilhas), postos à margem das decisões legais relativas ao território neutralizado. Do ponto de vista da soberania nacional, a saída para a resolução do litígio pela posse do Contestado Franco-Brasileiro foi apelar para uma arbitragem internacional. A aceitação pelas duas partes ocorreu em Berna, capital da Suíça, de 1899 a 1900, e estabeleceu a posse definitiva do Brasil sobre esse território.

pioneiros, os desbravadores, ou seja, como aqueles que abandonaram suas terras de origem e o conforto das cidades “modernas” e se juntaram aos que já estavam para se aventurar na construção de uma nova unidade política que prometia, através de grandes investimentos públicos federais e com a superação do atraso regional, tornar o Amapá um dos Estados mais promissores do país.

Talvez Janary Nunes tenha sido o primeiro político, ao publicar em 1962 o livro *Confiança do Amapá: impressões sobre o Território*, a elaborar uma definição para essa sociedade de amapaenses retratada pelo discurso oficial e que tentei descrever acima. Segundo ele, “o trabalho dos amapaenses, dos que nasceram na terra ou dos que a elegeram para a atividade de sua vida, projetou o Território como uma das cédulas mais dinâmicas de desenvolvimento econômico e social do Brasil” (NUNES, 2012, p. 19). Os “amapaenses”, na visão do ex-governador, seriam não só aqueles que nasceram na terra, mas os que elegeram o Amapá para viver.

3.1 A reforma administrativa dos Territórios amazônicos

No final do ano de 1967, o governador Ivanhoé Martins (abril de 1967 a novembro 1972) regressava para Macapá depois de uma curta viagem pelo país. Segundo a manchete: “Governador obteve liberação de recursos financeiros para o Amapá”, do jornal oficial *Amapá*, de 16 de dezembro de 1967, que noticiou a agenda governamental externa, os objetivos foram alcançados com êxito, pois foram “liberados vultosos recursos financeiros para o Território”. O roteiro da viagem divulgado pela reportagem esclarecia que, entre os lugares visitados pelo governador, sua estada no Sul decorreu de um encontro estratégico com o Ministro do Interior, o general Afonso Albuquerque Lima, de quem obteve a garantia da “liberação de todo o orçamento de 1967, a ser recebido ainda esse ano, a obtenção dos créditos suplementares, recursos para a Companhia de Eletricidade do Amapá e aprovação da verba destinada ao pagamento de inativos e pessoal temporário” (AMAPÁ, 1967). Além da estada com o ministro, Ivanhoé Martins ainda fez uma rápida parada na capital paraense para um encontro com o coronel João Walter, superintendente da recém-criada SUDAM, de quem teria recebido a autorização necessária para a liberação dos recursos destinados ao Amapá.

A reportagem que noticiou a conquista pelo governador amapaense de um vultoso volume de repasses para o Amapá, ainda para o ano que, praticamente, encerrava-se, faz parte, assim como outras matérias de mesmo teor, de um conjunto de outros discursos que visavam representar um Amapá, que depois de anos de estagnação política e financeira, finalmente retomava os rumos do desenvolvimento econômico e social proposto quando de sua criação. O agente promotor e impulsionador de todo esse progresso anunciado era o governo federal, encarnado na figura do governador territorial.

Naquele mesmo mês e ano, o *Amapá* também lançou uma *Edição Especial* com matérias otimistas sobre vários temas da realidade local, que tinham como finalidade central a projeção de um Amapá em pleno desenvolvimento, que iam desde a realização de obras públicas a reportagens que exaltavam o papel que a mocidade amapaense viria a desempenhar no progresso do futuro Estado. O apelo ao passado recente da história da região, narrada sempre a partir do marco de 1943, vinha descrito em artigos que faziam um pequeno histórico e engrandecimento da passagem de cada governador pelo Território amapaense, bem como de textos que enfatizavam as potencialidades locais e as condições habitáveis favoráveis que os municípios territoriais apresentavam, com destaque para a capital, Macapá, desenhada como a *mais progressista comuna* das cidades do Território e a *mais nova metrópole da Amazônia* (AMAPÁ, Edição Especial, dez. 1967).

Todavia, assim como foi observado durante a implantação do Território, quando se tentou forjar um nascimento de um Amapá predestinado ao progresso como futuro Estado, que deixaria para trás um passado de atraso e mazelas e iniciaria uma nova e bem sucedida era, esses discursos também visavam urdir uma representação sobre o Amapá do tempo do Território, a partir de novos referenciais que davam destaque às políticas de desenvolvimento e integração regional executadas pelos militares na região, como ações não mais desordenadas como as que haviam sido executadas anteriormente, mas planejadas e direcionadas. Essa representação construída nesse período pode ser visualizada em um texto assinado

pelo governador Ivanhoé Martins, publicada na revista *Latitude Zero*¹⁰¹, de edição de novembro 1970, através do seguinte trecho:

o que está é resultado de muita dedicação, de um planejamento claro e objetivo, sem interesses subalterno, silencioso, mas firme, sabendo-se o que quer e com que se conta, quanto e quando. Dentro das prioridades que estabelecemos, aí estão expostas nesta revista as obras feitas para o bem do povo deste Território e para estabelecer as bases de sua grandeza. Não prometemos, realizamos. E são elas também o fruto de uma filosofia, que é a da Revolução Brasileira. E para mim, Governador, que me julgo autêntico, absolutamente autêntico, são elas também a realização de um ideal.

Assim, o que havia sido realizado até então pelos governos territoriais também serão representados de forma negativa, atribuindo-lhes as críticas que vinham sendo direcionadas ao programa que criou os Territórios Federais, sem que fossem garantidos os suportes necessários para que atingissem o desenvolvimento e a independência econômica. São discursos, portanto, que expressam uma vontade de verdade, pois conforme Foucault: “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Mas em que esses discursos oficiais diferenciavam a administração de Ivanhoé Martins de outros governadores que estiveram no Amapá defendendo o mesmo propósito de prepará-lo para a transição a Estado? Desqualificar o passado para engrandecer as ações governamentais no presente são estratégias recorrentes do jogo político.

Fazendo-se um comparativo entre os dois tempos, o cenário amapaense de fins dos anos 1960 era bem diferente daquele descrito na implantação do Território,

¹⁰¹ A Revista *Latitude Zero* foi editada por Ezequias Ribeiro de Assis e teve como redator-chefe Alcy Araújo. O título da revista era o mesmo de uma anterior, criada no final da década 1940, por Álvaro da Cunha, Marcílio Viana e José Pereira da Costa. Segundo as justificativas apresentadas por Ribeiro em seu primeiro editorial, essa nova revista fazia uma “justa homenagem aos que criaram no Território (do Amapá) a primeira revista independente que circulou na área”. Como a primeira *Latitude Zero*, a segunda revista teve vida curta. Fonte: CAVALCANTE, Alcinéa. **Há 38 anos era lançada a revista *Latitude Zero***. [internet]. Macapá. 2007. Disponível em: <http://alcinea-cavalcante.blogspot.com.br/2007/08/h-38-anos-era-lanada-revista-latitude.html>. Acesso em: 25 mar. 2016.

quando experimentou-se a euforia de um tempo “imaginado”, que se reivindicava inaugural e de ruptura com um passado visto como responsável pelo atraso e abandono que a região se encontrava, em oposição a um outro, real, onde a descrença e o desânimo pareciam ser sentimentos compartilhados entre os diversos homens e mulheres que viviam em uma região tutelada pelo governo federal, mas com problemas, talvez, ainda maiores do que se vivenciou antes do desmembramento do Pará, considerando o grande aumento populacional. Decorridas quase duas décadas e meia da existência do Território, as autonomias política e econômica pareciam ainda mais distantes do que em 1943.

Como já enfatizado, a produção oficial impressa no *Amapá*, mesmo distribuída gratuitamente entre a população do Território, tinha um alcance mínimo, dado, sobretudo, pelo número elevado do analfabetismo que não se alterou muito em fins dos anos 1960; então, era através da realização de obras e durante as suas inaugurações que a propaganda governamental se efetivava de fato. Do ponto de vista urbano, pode-se afirmar que Macapá vivenciou o segundo surto de desenvolvimento pós-criação do Território. Os anos da administração de Ivanhoé Martins foram marcantes nesse sentido, através da construção e do melhoramento de várias obras públicas, como a construção do Palácio do Setentrião, do Pronto Socorro Osvaldo Cruz¹⁰², do Posto de Captação de Água do Santa Inês, do Trapiche Elyezer Levi, do Ginásio Paulo Conrado e do Ginásio Normal Rural de Amapá, da pavimentação de ruas em Macapá, da conclusão da Hidrelétrica do Paredão, etc. Os depoimentos a seguir confirmam essa representação como governante construtor do Amapá e bom captador de recursos.

No entender de um ex-estudante secundarista, ao recordar, em 2013, esse período, o governador Ivanhoé Martins,

foi um péssimo general do exército que tentava controlar praticamente tudo no Amapá, e de certa forma ele talvez tenha sido o governador da ditadura, que mais tenha se esforçado para trabalhar nas questões governamentais, para obter recursos e deixar uma educação com recursos e de qualidade¹⁰³.

¹⁰² O Pronto Socorro funcionava antes na Unidade Sanitária Mista de Macapá, inaugurada ainda nos primeiros anos de implantação do Território do Amapá (**Revista Latitude Zero**, Macapá, ano I, n. 1, 48 p., jul./ago. 1969).

¹⁰³ Depoimento de Fernando Canto fornecido a Rosinete Valente Parente, em 18 de dezembro de 2012 (SOUSA; PARENTE, 2013, p. 80).

Já para um ex-operário da ICOMI, ao lembrar esse período de vivência no Amapá, em 2012, Ivanhoé Martins foi um governante que construiu muitas obras públicas no Amapá.

Ele construiu muitas escolas, hospitais, asfaltou algumas ruas da cidade. A rede de captação de água que fica lá no Santa Inês foi ele também. Sem falar que a maior que ele deixou foi o término da construção da Hidrelétrica do Paredão. Então, acho que ele fez muito sim¹⁰⁴.

As propagandas governamentais difundidas pelos vários canais de comunicação entre o governo e a população não constituem discursos isolados, mas demarcam um momento específico das políticas de integração regional e de desenvolvimento destinadas à Amazônia e aos Territórios Federais amazônicos durante a ditadura militar brasileira, quando o governo federal voltou a injetar um grande volume de recursos públicos na região que permitiram a Martins executar, assim como Janary Nunes, a construção de várias obras públicas e políticas de melhoramento em vários setores, como o da expansão da rede pública de ensino que foi talvez a área que mais cresceu nesse período. Esse recorte entre as duas administrações como temporalidades que se interligam e que desconsideram as demais, foi dado por Ivanhoé Martins no *Relatório Anual* de 1968, ao afirmar que,

no Território Federal do Amapá, desde a sua instalação, desenvolveu-se um processo de crescimento em todos os aspectos da sua vida regional, que, obedecido, a um critério de ajustamento contínuo, teria permitido a esta Unidade da Federação um alto nível de eficiência no cumprimento de seu papel, na procura da sua própria autonomia e conseqüentemente da região amazônica (MARTINS, 1968, p. 15).

No entanto, Ivanhoé Martins também fazia questão de enfatizar as diferenças que considerava marcantes entre a sua administração e a de seus antecessores. Para ele, tanto o primeiro governador que instalou o Território, quanto os demais padeceram dos mesmos erros administrativos e técnicos ao não conseguirem romper com um forte tradicionalismo e com os quadros originais do *status quo* regional, a falta de um planejamento ordenado e adequado com que a realidade

¹⁰⁴ Depoimento fornecido a Rosinete Valente Parente, em 18 de dezembro de 2012 (SOUSA; PARENTE, 2013, p. 108).

impunha. No *Relatório Anual*, de 1967, do primeiro ano de seu governo, isto está dito:

ao se instalar o atual governo, encontrou um instrumento administrativo moderadamente tradicionalista, inadequada para a realidade amapaense. Os traços mais visíveis do aparelhamento governamental, como estrutura e administração, eram métodos de um verdadeiro empirismo consequente. Não obstante as várias e sucessivas mudanças de governos, o ritmo e moldes de governar eram sempre os mesmos, como consequência natural de uma variadíssima série de fatores de ordens endógenas surgidos muitas das vezes à luz de variáveis exógenas, e como resultados impunham ao organismo governamental uma verdadeira institucionalização de áreas de estrangulamentos as quais no plano conjunto comprometiam administrativamente a eficácia do serviço público amapaense tomado como um todo (MARTINS, 1968, p. 15).

O tradicionalismo, segundo as críticas do governador, refletia-se, sobretudo, no paternalismo arraigado que alimentou na mentalidade do povo a convicção de que era obrigação do governo empregar todos aqueles que necessitavam de trabalho. Para ele, o empreguismo, que data da implantação do Território e que decorreu de medidas emergenciais dadas às próprias contingências sociais da região e às necessidades de mão-de-obra, tornou-se um mal crônico e de difícil reversão, agravado pela baixa qualificação da maior parte do funcionalismo público regional: “o recrutamento de pessoal não obedeceu a nenhum critério de seleção. Com raríssimas exceções, o quadro ficou preenchido por elementos que não possuem as mínimas condições para o desempenho dos cargos nos quais lotados” (MARTINS, 1968, p. 17). De fato, o poder público territorial, durante toda a sua vigência, sempre foi o maior empregador no Território do Amapá, o que acabava também onerando significativamente as finanças públicas. Só em caráter de exemplo, em 1968, do total de Cr\$ 17.577.837,50 repassados ao Amapá pela União através do Ministério Interior, Cr\$ 13.805.661,83 foram destinados só para pagamento de pessoal; um percentual bastante elevado.

Uma representação de Ivanhoé Martins, recorrente em algumas narrativas que discorrem sobre a sua gestão, o destacam como o mais austero dos governadores da “revolução” e de “personalidade controladora”. A indicação de um militar mato-grossense, que havia desempenhado outras atividades de gestão na administração, como a de Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo

(de junho a setembro de 1964), ao cargo de governador do Território do Amapá, menos de ano depois do anúncio da transformação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dois meses após a expedição do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que vinculou os Territórios Federais ao recém desmembrado Ministério do Interior, precisa ser compreendida em um contexto específico, que lhe dá sentido e que transforma a sua administração em um período particular da história dos governos territoriais no Amapá.

Segundo Daniel Chaves Brito, em *Modernização da Superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia* (2001), as reformas do Estado promovidas pelo regime militar, através da implantação de novos órgãos do setor público, pretenderam quebrar o poder das oligarquias regionais e submeter o processo de modernização ao domínio da tecnocracia, procurando refazer o projeto de integração nacional, impondo um ritmo mais acelerado à modernização econômica do país. Foi nesse período de intervenção do Estado nacional ditatorial que a Amazônia experimentou um vigoroso desenvolvimento econômico, mas, também, assistiu as devastadoras consequências sociais e ambientais.

Lembra Brito (2001) que o modelo de desenvolvimento concebido para a Amazônia, após a Segunda Guerra Mundial, encontrava-se em uma profunda crise quando foi instalado o regime político em 1964 no país. Para dar sequência à ideia de transformar o Brasil em uma potência econômica, o novo regime tomou como eixo difusor a necessidade de intensificar e de ampliar as fronteiras do mercado nacional, o que tornou a Amazônia, pelas suas já destacadas fontes de recursos naturais, área máxima de Segurança Nacional, não apenas como fornecedora de matérias-primas estratégicas para o crescimento industrial, mas também como mercado consumidor. O passo inicial foi a readequação e a montagem de uma forte estrutura institucional de planejamento, coordenação e financiamento para a região. Entre os anos de 1964 a 1966 foram avaliados os já existentes (SPVEA e o Banco de Crédito da Amazônia) e elaborado o documento intitulado “Da SPVEA à SUDAM”, no qual concluiu-se que não havia mais sentido reformar a SPVEA, pois havia se transformado em “uma grande agência pagadora, com seus recursos manipulados ao sabor de lamentável política regionalista de grupos, cada qual

interessado em fazê-la instrumento de prestígio local” (CAVALCANTI, 1967 apud BRITO, 2001, p. 149-150).

Em 1966, quando do lançamento da *Operação Amazônica*, que consistia em uma série de medidas que pretendiam dar um novo rumo às políticas de desenvolvimento e de valorização para a Amazônia, o presidente Castelo Branco anunciou a transformação da SPVEA em SUDAM. Segundo o presidente, “profundamente empenhado em ajudar áreas mais subdesenvolvidas, e por isso mesmo mais carentes do apoio e até da iniciativa governamental, considera a atual administração brasileira como desafio que vale a pena aceitar aquele que nos faz a Amazônia”. Esse discurso, assim como outros, foi publicado na íntegra em *Operação Amazônica (Discursos)*, de 2008. Ele faz parte de um acervo da extinta SUDAM com várias outras publicações que visaram justificar, naquele momento, a sua criação e a do Banco da Amazônia – BASA (Lei 5.122, de setembro de 1966), e ficou conhecido nos anais da história como *Discurso do Amapá*, por ter ocorrido nesse Território.

Segundo Brito (2001), ele foi um marco divisor das políticas de integração econômica para a Amazônia, através da implantação dos grandes projetos minerais, agroindustriais e pecuários que objetivaram, de fato, não o desenvolvimento regional, mas a captação de recursos, sobretudo, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA). Esse último, estabelecido a partir de diretrizes traçadas pelo primeiro, foram ferramentas estatais criadas no início dos anos 1970 pelo Estado brasileiro, pelas quais o planejamento regional passou a fazer parte integrante da estratégia nacional de desenvolvimento.

Contudo, segundo João Santos Nahum, em *Região e Representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento*, a insistência governamental em reafirmar a função da Amazônia na divisão territorial brasileira, enfatizando as perspectivas de mercado, diferenciando-a em razão de suas riquezas naturais e de sua complementariedade com as demais regiões do país, ainda que os discursos e os sujeitos sejam diferenciados, não era nenhuma novidade¹⁰⁵: “trata-se de um desejo

¹⁰⁵ A exploração do manganês amapaense pela ICOMI, nos anos 50, que em muito se assemelhou aos grandes projetos executados na região pós-64, confirma esse continuísmo nas políticas de integração regional promovidas pelo governo brasileiro para a Amazônia, no período pós-64.

que, por exemplo, é manifesto em Vargas, quando, no Teatro Amazonas, em 10 de outubro de 1940” (NAHUM, 2013, p. 53), ou seja, Nahum se refere ao pronunciado do presidente Getúlio Vargas em Manaus, quando de sua visita aos Estados amazônicos, três anos antes da publicação do Decreto-Lei 5.812/43, conhecido nos anais da história como *Discurso do Rio Amazonas*. Na ocasião, Vargas, assim como Castelo Branco, também anunciou o desejo de criar um órgão de fomento para a Amazônia que deu origem, anos depois, em 1948, à criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA): “vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento”¹⁰⁶.

Porém, sem dúvida, foi com a chamada *Operação Amazônica* que essa manifestação de integração regional se tornou mais forte nos discursos dos presidentes militares, a exemplo de Castelo Branco, como também de governadores, ministros, dentre outros atores públicos porta-vozes desse projeto. Para Nahum (2013), no conjunto, esses discursos evidenciavam como o desenvolvimento econômico da Amazônia, sua ocupação racional e sua integração ao todo nacional, passou a ser colocado em primeiro plano e constituem momentos de manifestação de determinado capital político ao integrar o espaço amazônico ao país, “sintetizam ações políticas que buscam integrá-la ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro” (NAHUM, 2011, p. 18).

O autor defende que mais do que ações sistemáticas, a implantação da SUDAM, do BASA, da Zona Franca de Manaus (Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967), de concessão de incentivos fiscais (Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966) e dos PDAs, valeram-se de toda uma construção discursiva sobre a região dotada de sentidos e de silêncios, que justificaram e camuflaram seus reais objetivos, difundindo “uma representação de região que precisava ser integrada, ocupada, valorizada e desenvolvida economicamente” (NAHUM, 2011, p. 18.). Assim, segundo ele, ao relacionar natureza, espaço e homem, temas que são

¹⁰⁶ Discurso pronunciado no “Ideal Club” de Manaus, em 09 de outubro de 1940. In: VARGAS. *A Nova Política do Brasil, 1940-1941*, p.77- 81.

bastante enfatizados nesses discursos, o que se visualiza nos PDAs, por exemplo, é uma Amazônia como *região personagem* que atende aos interesses da soberania nacional e que constitui uma prática específica sobre ela: “mais do que a junção de signos, é a expressão de uma vontade de verdade, potência silenciadora de outras vontades, discursos e sujeitos” (NAHUM, 2011, p. 19).

Para Nahum, *A Operação Amazônica*, apresentada nos discursos oficiais como ocupação racional e planejada do espaço amazônico, de aproveitamento do seu vazio econômico e da necessidade de unidade pela ação planejadora estatal, não era nenhuma novidade, como já dito, mas, ao se reapropriar de representações antigas para a região, dando-lhes nova roupagem discursiva, reinventou a Amazônia como região, apresentou-a como parte integrante da nação, favoreceu o aparecimento do que denominou de *região personagem*, ou seja, do silenciamento do homem e da emergência da região como sujeito. Da mesma forma, a ideia da Amazônia, enquanto espaço vazio, representação também muito difundida em discursos de políticos e de estudiosos que justificaram a necessidade de redivisão territorial em 1943, não significava que assim o seja, pois isso acabaria por resumir o real a essa representação que dela se faz. Segundo Nahum (2011), mais do que uma representação discursiva, essas formas de representar a Amazônia possuem materialidade, constituem um tipo de vontade e atendem bem aos propósitos a que o enunciado se destina.

A implementação de políticas de incentivo ao capital privado, a partir dos anos 1970, e a montagem de uma forte estrutura estatal de fomentação de aceleração de desenvolvimento econômico favoreceram uma modernização paradoxal na Amazônia: “o Estado brasileiro, valendo-se de instrumentos poderosos de políticas públicas, principalmente no que tange a intervenção direta e indireta, redirecionando os investimentos privados, tornou-se um grande tutor, ancorando e protegendo a implantação do capitalismo moderno na região” (BRITO, 2001, p. 193). O exemplo típico dessa política agressiva de incentivo ao capital privado foi o que se observou através das negociações diretas entre o Estado brasileiro e o empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, que levou a criação, em 1967, do Projeto Jari, situado em uma área de 1.632.121 hectares entre as divisas do Estado do Pará e do sul do T.F. Amapá, no oeste do rio Cajari, sem que houvesse, dessa vez, uma

atuação mais efetiva do governo amapaense, diferente do que se observou durante a instalação da ICOMI.

Segundo Cristovão Lins (2012)¹⁰⁷, engenheiro agrônomo e escritor nascido na região, e que destinou grande parte dos seus esforços em estudar o Projeto Jari, o empresário Ludwig, ao adquirir a *Jari Indústria e Comércio*, recebeu uma região que pouco diferia dos tempos do lendário coronel José Júlio de Andrade, “o rei da castanha”. Viviam-se da dependência do mercado sazonal dos produtos nativos como a castanha, a balata e a borracha, e a comercialização era feita basicamente através da troca: “com a implantação do Projeto Jari, operou-se uma radical transformação desse cenário. A atividade econômica, até então praticamente restrita ao extrativismo, passou a girar em torno do gigantesco projeto agroflorestal, e uma série de empreendimentos paralelos” (LINS, 2012, p. 365). Para Brito (2001), o que chama mais atenção na implantação desse empreendimento foi a forma como o Estado brasileiro auxiliou e protegeu o capital, pois, quando o Projeto Jari entrou em funcionamento, o investimento total chegou a US\$ 750 milhões, dos quais apenas cerca de 23,33% desse total foram investidos diretamente pelo empreendedor; o restante (US\$ 575 milhões) era empréstimo externo viabilizado com o aval do Banco do Brasil e do BNDES.

Em 1979, quando já estava em pleno funcionamento, o projeto começou a enfrentar graves problemas, pois os investimentos eram superiores aos lucros, levando Ludwig a se retirar do negócio, e, em 1982, já durante o governo do presidente João Figueiredo, buscou-se a nacionalização da Jari. A sua recuperação despreendeu investimentos públicos ainda maiores, e a Jari foi entregue à coordenação de outro empresário, Augusto de Azevedo Antunes, proprietário de grandes empreendimentos no ramo da mineração, dono do Grupo CAEMI – Companhia Auxiliar de Mineração, que passou a integrar a recém-criada *Companhia Jari*, pertencente a ações da empresa CADAM (Caulim da Amazônia). Os impactos sociais e ambientais foram devastadores sobre a região, sobretudo para o lado amapaense, dando origem ao município de Laranjal de Jari (Lei Federal nº 7.639, de

¹⁰⁷ Cristovão Lins é natural de Monte Alegre, região que fica bem na divisa entre o Pará e o Amapá, na região em que foi construída a vila para abrigar os funcionários do alto e médio escalão da empresa do Projeto Jari. Publicou também *Jari: 70 anos de história* (1994), e *Jari e a Amazônia* (1997). Fonte: LINS, 2012.

17 de dezembro de 1987) e, com o seu desmembramento, ao município de Vitória do Jari (Lei Federal nº 0171, de 08 setembro de 1994), com populações que registram, atualmente, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,665 e de 0,619 respectivamente, considerados extremamente baixos de acordo com informações do IBGE de 2010¹⁰⁸.

No que tange aos Territórios Federais amazônicos, conforme concluiu Aimberê Freitas, estes não foram contemplados de forma específica nem pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e nem tampouco pelos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), e ficaram embolados no que foi denominado de Valorização Regional para as regiões Amazônica e Centro-Oeste, o que demonstra que, mesmo tratando de entes públicos administrados diretamente pela União, nem durante o período do regime militar, quando se intensificaram as ações do Estado na região (com o desmembramento e a reformulação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e passaram a ser coordenados e fiscalizados pelo Ministério do Interior (MINTER)¹⁰⁹), foram-lhes asseguradas as condições necessárias para que se desenvolvessem e se transformassem em Estados fortes; continuaram, segundo Aimberê, as políticas aleatórias e inespecíficas, como tratarei a seguir.

Portanto, não pretendi adentrar em um tema complexo como o das políticas públicas de desenvolvimento econômico executadas pelos governos militares na Amazônia, e que exige grandes esforços para inquiri-lo de forma qualitativa – alguns estudiosos assim o fizeram, como Brito (2001), Nahum (2013), Becker (1986), Costa (1992), D'Araújo (1992) – mas, buscar situar historicamente as políticas públicas que dizem respeito aos Territórios Federais, dando destaque para o caso específico do Amapá, uma vez que foi nesse ambiente de acentuação da intervenção estatal e de grande penetração do capital privado na Amazônia que o Estado brasileiro publicou o Decreto-Lei N.º 411, de 08 de janeiro de 1969, que dispunha, especificamente, sobre a administração dos Territórios Federais e da organização dos seu municípios.

¹⁰⁸Dados extraídos do IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 out. 2015.

¹⁰⁹O Ministério do Interior (MINTER) foi criado pelo presidente Castelo Branco a partir do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 199, item II, através do desmembramento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e foi extinto pela Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990.

O anseio de se construir uma solução legal para a problemática da administração dos Territórios Federais data do processo de redemocratização, durante os debates da Constituinte de 1946, sem que se chegasse a se propor qualquer medida nesse sentido, como já procurei demonstrar no capítulo anterior. Somente um ano depois, em 1947 foi que o deputado federal pelo Amapá, Coaracy Nunes¹¹⁰, elaborou o Projeto de Lei nº 608, com o objetivo de instituir a Lei Orgânica para os Territórios Federais. O projeto que não recebeu a devida atenção pelo parlamento e nem tampouco adesão dos deputados dos demais Territórios, tramitou por mais de vinte anos até o seu arquivamento em 1969, e foi alvo de críticas pela grande imprensa brasileira. Em reportagem, já citada do *Diário da Noite*, de 03 de abril de 1949, o articulista Wilson Aguiar além de lamentar a morosidade na aprovação da Lei Orgânica dos Territórios Federais, denunciava que o projeto do deputado Coaracy Nunes atentava contra a autonomia dos municípios territoriais, ao delegar ainda mais poderes aos governadores. Segundo ele, a posição de Nunes em parte se justificava porque, “embora seja representante do povo do Amapá na Câmara Federal, é compreensível que procure dar ao governador, a quem ele estava ligado por laços de família, poderes ditatoriais” (DIÁRIO DA NOITE, 1948).

Só em 1967, quando foi proposta a reforma administrativa (Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1976)¹¹¹, com a criação do Sistema Federal de Planejamento, instituindo a obrigatoriedade de um Plano Geral de Governo, desdobrados em programas gerais, setoriais, regionais e plurianuais, que foram retomadas as discussões a respeito da necessidade de se elaborar uma legislação que normatizasse a administração dessas unidades políticas, uma vez que foi

¹¹⁰ Irmão do primeiro governador, Janary Nunes, Coaracy Monteiro Nunes nasceu na cidade de Alenquer, Estado do Pará, em 1913. Com a criação do Território Federal do Amapá, foi o primeiro representante desse governo na capital da República. Articulou com as lideranças nacionais do Partido Social Democrático (PSD), a fundação da instituição política no Amapá, elegendo-se em 1947 Deputado Federal por esse partido. Coaracy Nunes, irmanado aos colegas nortistas, propôs a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que depois evoluiu para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), hoje extinta. Integrou inúmeras comissões na Câmara Federal, inclusive a Comissão de Valorização da Amazônia. Coaracy Nunes exerceu dois mandatos completos de Deputado Federal: 1947-1950 e 1951-1954. Caminhava para concluir o terceiro mandato quando faleceu em 21 de janeiro de 1958, de acidente aéreo, nas matas do Macacoari (pertencente ao município de Macapá), juntamente com o promotor Hildemar Pimentel Maia e o piloto Hamilton Silva (BARBOSA, 1997, p. 63-64).

¹¹¹ A reforma administrativa de 1967 teria sido inspirada nas preposições e estudos de dois Ministros do período, Hélio Beltrão (Descentralização e Liberdade) e Golbery de Couto e Silva (Geopolítica do Brasil) (FREITAS, 1991).

definido que seriam, também, exercidas por programas plurianuais. E isso só viria ocorrer dois anos depois, por intermédio do Decreto-Lei nº 411/69. Nele se reiterou que a administração dos Territórios era encargo da União, tendo objetivos explícitos dentre os quais: “sem dúvida primordial, o que se inscreve no item I do art. 2º, isto é, “o desenvolvimento econômico, social, político e administrativo, visando à criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de Estado” (MAYER, 1976, p. 14).

Sete anos depois da expedição desse decreto, Luis Rafael Mayer, à época consultor-geral da República, ao analisar a legislação em vigor que tratava, especificamente, sobre o caso dos Territórios Federais, destacou que o Decreto-Lei nº 411/69 ao definir que a forma dessa administração, conforme art. 3º, “são unidades descentralizadas da Administração Federal, com autonomia administrativa financeira, equiparadas, para os efeitos legais, aos órgãos da administração indireta”, pretendeu conciliar o conceito de Território Federal e as necessidades da administração, isto é, “a realidade de um órgão que emana diretamente da Administração Federal, e a conveniência de ampla descentralização até o ponto que não desfigure a sua natureza” (MAYER, 1976, p. 14). Consoante Mayer, o que se observava nos Territórios Federais era uma forma *sui generis* de administração descentralizada, de um fenômeno de dupla descentralização, ou seja, uma regional tecnicamente verificada e outra por serviço de efeito meramente burocrático, por força do princípio do alcance de controle: “por esses aspectos o Território se situa em uma categoria singular, diversa das contidas nas classificações usuais, e tanto mais justificadas quão peculiares se apresentam os seus próprios elementos e conotações” (MAYER, 1976, p. 15).

Lembrava o consultor-geral da República que, mesmo após o Decreto-Lei nº 411/69, a inexistência de uma caracterização legal que melhor definisse a natureza jurídica e administrativa dos Territórios Federais e a sua funcionalidade no ordenamento jurídico e político brasileiro, especialmente no que se refere ao prisma da autonomia, ainda gerava muitas controvérsias. Para ele, a polêmica instaurada decorria por razões conceituais, decorrentes da confusão que se fazia entre Território e administração do Território:

importa, preliminarmente, insistir na distinção: Território Federal, um determinado espaço físico, integrando sem intermediação de Estados-Membros o espaço nacional; e a administração que a União neles realiza, mediante determinado tipo de organização. As vezes se utiliza um termo quando deveria ser outro, e se pretende para este o que àquele se refere (MAYER, 1976, p. 23).

Contudo, mesmo com a indefinição, segundo Mayer, vigorava o mesmo pensamento jurídico tradicional nos vários pareceres que julgavam a legalidade dos atos cometidos pelos governadores territoriais, a exemplo do regime tributário e dos contratos firmados entre os Territórios e órgãos representativos da União “de que os Territórios Federais são entidades políticas não autônomas, carecem de personalidade jurídica própria, e não passam de dependências da Administração Central, ainda que revistam características de descentralização” (MAYER, 1976, p. 18).

Refletindo sobre a mesma questão, em 1973, no artigo intitulado “Aspectos de controle administrativo sobre os Territórios Federais”, José Medeiros Vieira, à época assessor jurídico do Ministério do Interior¹¹², destacou sobre a relação existente entre os Territórios e a União, que mesmo após suas equiparações a entidades administrativas indiretas (administrações descentralizadas), não era apenas de coordenação, mas precipuamente de subordinação, através do Ministério do Interior, cuja estrutura integravam:

torna-se evidente, portanto, que não só a falta de autonomia, em sentido estrito, mas também a manifesta carência de meios financeiros próprios, expressa na privação do poder tributário, e ainda a absoluta ausência de capacidade de auto-organização, configuram características que por si mesmas situam os Territórios Federais no plano puro e simples da administração politicamente descentralizada (VIEIRA, 1973, p. 62).

Para Vieira, o que chamou de *autonomia outorgada* pela reforma de 1969 não passou de uma formalização legal de um poder que já vinha sendo exercido pelos governadores, em vistas às peculiaridades que cercavam a administração territorial, entre as quais as enormes distâncias e as dificuldades de acessos. Na sua visão,

¹¹² Segundo aduziu José Medeiros Vieira (1973), a descentralização federativa se operava em três níveis distintos de autonomia, nos quais se situa, por ordem decrescente: União, Estados e Municípios. A esses degraus de autonomia correspondem três categorias diferentes de governo, exercendo sua jurisdição no mesmo espaço territorial. É no meio dessa distribuição de autonomia política e administrativa que se colocavam os Territórios Federais.

era justamente essa ausência de autonomia, ou melhor, essa dependência financeira ao poder central, em assuntos primordiais para a vida dos Territórios, agravada pela distância, que constituíam um dos sérios obstáculos ao desenvolvimento dessas unidades federadas. Em linhas gerais, Vieira detalhou os aspectos que corroboravam a afirmação de que o governo federal continuava a manter plenos poderes sobre essas unidades administrativas, e que considerava emperrarem essas administrações.

- a) nomeação do Governador pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro do Interior (art. 15);
- b) fixação, pelo Ministro, dos estípedios do Governador e dos Secretários (art. 16);
- c) aprovação, pelo Ministro, da proposta orçamentária (art. 18, IV), dos planos plurianuais de investimento e respectivas revisões, dos orçamentos-programas (art. 18, VJ, dos planos de aplicação da receita dos tributos arrecadados e de cuja distribuição participem, considerados como suplemento dos recursos atribuídos pela União aos Territórios (art. 38, parágrafo único), e dos planos de aplicação concernentes ao reinvestimento direto das receitas de qualquer natureza, arrecadadas pelos Territórios, excetuadas as provenientes de tributos (art. 39);
- d) remessa obrigatória do relatório anual das atividades administrativas ao Ministro (art. 18, XVI).
- e) proibição quanto ao Governador, de afastar-se do Território sem prévia ciência do Ministro (art. 19, § 1.0);
- f) designação pelo Ministro, de Governador interino, nas ausências e impedimentos do efetivo (art. 19, § 3.0);
- g) decretação, por lei federal, de natureza especial, dos impostos previstos (art. 37);
- h) necessidade de outorga da União para a cobrança, pelos Territórios, dos tributos de cuja a distribuição participem (art. 38);
- i) consignação, no Orçamento Geral da União, em cada exercício, dos recursos necessários aos encargos da administração territorial (art. 40);
- j) exercício das atividades financeiras sob controle direto do Ministério do Interior (art. 43);
- l) obrigatoriedade da prestação de contas anual pelo Governador, ao Ministro do Estado (art. 43, § 1);
- m) imprescindibilidade da autorização do Ministro do Interior para a instalação de Escritórios de Representação dos Territórios (art. 78) (VIEIRA, 1973, p. 63-64).

Sem a pretensão de adentrar nos pormenores das determinações legais do Decreto-Lei nº 411/69, as descrições acima foram feitas mais em caráter ilustrativo, para contribuir no enunciado aqui levantado, de que a reforma administrativa de 1969 não conseguiu produzir grandes alterações no formato administrativo imposto

a essas Unidades pelo decreto de 1943, com destaque para o Amapá, caso analisado. Entretanto, no que tange a intenção de tentar dar uma resposta apaziguadora as críticas que vinham sendo feitas a esse modelo de governabilidade imposto pelo governo federal nos Territórios Federais, sobretudo, por parte de setores da sociedade civil organizada, como por exemplo, o movimento político e estudantil, esse Decreto atingiu em parte seu êxito, no Amapá, ao conseguir minimizar o crescimento das aspirações autonomistas que passaram a ser postas em um segundo plano, como será melhor detalhada no capítulo seguinte.

A reforma administrativa, como o próprio significado do termo “reforma” aduz, não pretendia introduzir grandes mudanças, apenas realizar alguns ajustes, em uma clara tentativa do governo federal em tentar manter seu controle sobre essas regiões. Nesse ponto, o autor Clifford Geertz, em seu estudo clássico “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”, fornece-nos algumas pistas para se pensar a relação ambígua entre as leis e os fatos, ou a distinção entre ambos, ou seja, o próprio risco que se impõe sobre o que é fato e o sobre o que é lei. Para Geertz (2006), a descrição de um fato de tal forma que possibilite aos juristas defendê-los, nada mais é do que uma representação, uma configuração específica de imaginar a realidade, que apresenta um mundo no qual suas próprias descrições fazem sentido.

Pela análise proposta por Geertz fica posto que a representação jurídica do fato como tal é normativa por princípio. Entretanto, o problema que isso gera para todos aqueles, sejam juristas ou cientistas sociais, “cujo o objetivo é examinar os fatos com tranquilidade reflexiva, não é o de correlacionar dois hemisférios do ser, duas faculdades mentais, duas espécies de justiça, ou até dois tipos de procedimentos. O problema fundamental é descobrir como representar aquela representação” (GEERTZ, 2006, p. 260). No caso dos Territórios Federais, a necessidade sempre imperativa pelo uso do ordenamento jurídico de se representar nas leis, de se impor uma representação jurídica dessas unidades, condizente com aquilo que se pretendia pelo poder ali instituído, que nem sempre correspondia o que era vivenciado, sempre foi um recurso político bastante recorrente.

Aimberê Freitas, ao analisar os efeitos que o Decreto-Lei nº 411/1969 teria produzido na estrutura administrativa, destaca que apesar dos inúmeros problemas

que permaneceram, o mesmo teria dado uma estrutura de governo mais compatível com a sua importância, pois, anteriormente, “eram dirigidos por um Governador e um Secretário Geral nomeados pelo Presidente da República, os auxiliares de Governo eram os Diretores de Divisão, pessoas que, perante a direção ministerial a quem os Territórios estavam subordinados, estavam entre o quinto e sexto escalões” (FREITAS, 1991, p. 66). Após a reforma administrativa, o cargo de *secretário-geral* foi extinto e os *Diretores de Divisão* passaram a *Secretários de Governo*, seus poderes foram ampliados integrando, também, juntamente com os demais Secretários de Estado, os fóruns nacionais, e assumiam interinamente o governo dos Territórios na ausência dos governadores.

Objetivando minimizar a centralização política administrativa dos governadores territoriais, criou-se um Conselho Territorial, a quem competia, dentre outras atribuições, fiscalizar e emitir pareceres sobre os planos de governo e de planejamento orçamentário anual dos Territórios Federais. No entanto, lembra Freitas, que esse Conselho, criado para servir de “espécie de Fórum para as discussões atinentes aos problemas locais de desenvolvimento, e um contrapeso às ações autocráticas dos governadores, tornou-se totalmente obsoleto na medida que era composto por seis pessoas designadas pelo Ministério do Interior” (FREITAS, 1991, p. 68).

Entretanto, ao analisar secamente o conteúdo do Decreto-Lei nº 411/69, no que diz respeito ao formato de organização administrativa dos Territórios Federais, observa-se mais uma intenção de normatização do que já vinha sendo realizado pelos governadores territoriais nesses lugares, do que a tentativa de melhorar as estruturas administrativas dessas organizações territoriais. O próprio Aimberê Freitas, ao destacar que a centralização política se desdobrava no abuso de autoridade dos governados territoriais, foi um dos grandes pilares desse modelo de gestão implantado nos Territórios Federais, leva a supor que não seria uma simples reforma que alteraria as bases desse modelo, como a que foi proposta em 1969, que conseguiria minimizar as denúncias contra as arbitrariedades cometidas por esses governadores indicados, que, em alguns casos, não só permaneceram como aumentaram no período do regime militar. Segundo ele, a questão era bem mais complexa, pois como não havia a independência e a harmonia entre os poderes,

pois inexisteriam o poder legislativo e um Tribunal de Contas local para o exame dos gastos públicos, “o sentimento despótico do governante, sempre encontrou campo aberto para a sua ação” (FREITAS, 1991, p. 152).

Na prática, conforme denunciou o deputado de Rondônia, Jerônimo Santana¹¹³, em sessão na plenária da Câmara Federal, de 19 de setembro de 1979: “os Territórios permaneceram com suas administrações montadas na base do Decreto-Lei n.º 5.839/43”. Segundo Santana, 10 anos após a sanção dessa DL, os Territórios ainda aguardavam a elaboração de uma legislação que atendesse de fato os interesses dessas unidades federadas, dando-lhes identidade jurídica e política, pois, além do Decreto-Lei nº 411/69 ter sido uma cópia imperfeita do Projeto Lei de autoria do deputado Coaracy Nunes, não teve, durante a sua elaboração, a participação do Congresso Nacional, acabando por não externar os anseios daqueles que viviam nessas unidades administrativas. Para o deputado rondoniense, isso decorreria de vontade política para se tentar sanar os reais problemas dos Territórios, que permaneciam ou se agravavam a cada expedição de um novo decreto, uma vez que não havia interesse de fato, nem governamental para se modificar esse quadro. Lembrou ele na mesma sessão:

apesar do louvável esforço do Ministro Albuquerque Lima, a legislação baixada em 1969 não foi implementada. Os Territórios permaneceram com suas administrações montadas na base do Decreto-lei nº 5.839/43, e isso predomina até hoje. Agora é que surgiu a Lei nº 6.669/79, tentando estruturar a administração dos Territórios. Em relação ao pessoal, até hoje a Lei nº 6.550/77 não foi implantada. A Lei nº 6.448/77 tirou ainda mais a autonomia dos Municípios dos Territórios. Todas essas leis são remendos à Lei Orgânica feita em 1969, abstraindo a realidade dos Territórios. Fez-se uma lei pensando em modernizá-las e sua situação complicou-se ainda mais. Em decorrência desta lei agora temos que fazer outros remendos para corrigir as suas falhas, pois ela está longe da realidade dos Territórios (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXXIV, 1979, p. 9825).

¹¹³Jerônimo Garcia de Santana nasceu em Jataí-GO, em 1934. Foi advogado e militante político rondoniense, tendo sido eleito deputado do Território Federal de Rondônia em 1970, 1974 e 1978, eleito prefeito de Porto Velho em 1985 e governador de Rondônia em 1986; faleceu em 11 de setembro de 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122941&tipo=0. Acesso em: 12 out. 2015.

Jerônimo Santana, “o homem de bengala” como ficou conhecido publicamente, foi, talvez, um dos representantes dos Territórios Federais que mais se destacou nas plenárias da Câmara Federal, pelos inúmeros e inflamados discursos que proferiu contra as administrações dessas unidades, sobretudo, a de Rondônia, por onde foi eleito deputado federal pela legenda MDB três legislaturas consecutivas, em 1970, 1974 e 1978. Sua atuação parlamentar polêmica lhe rendeu a eleição como primeiro governador eleito do Estado de Rondônia, em 1986. Contudo, como ator político da oposição rondoniense os discursos proferidos por Santana, durante as sessões da Câmara Federal (objeto dessa análise), precisam ser analisados dentro do contexto que os produziram e que lhe deram sentidos. Para Bourdieu os discursos políticos são visões de mundo, produtos de lutas simbólicas, em que determinados agentes sociais travam entre si no campo político.

Em síntese, é na luta simbólica pela representação legítima do mundo social, que os protagonistas do campo político produzem suas visões do mundo, as ideologias ou os discursos políticos, compreendidos por Bourdieu como uma coisa só. Isso significa, que para se compreender os discursos políticos, em um dado momento, e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente, em oposição ao que é relegado para o indizível, seria preciso analisar todo o processo que os produziram.

Sendo assim, conforme José Otacílio da Silva (2005), ainda que determinados agentes políticos reivindiquem o status de verdade absoluta para a sua ideologia política, uma vez que um discurso político é produzido conforme certos condicionamentos sociais, ele não passa de uma visão de mundo relativa. Portanto, se por um lado os discursos de Santana são carregados de denúncias – que nos permitem reconstruir como funcionavam as administrações dos Territórios Federais –, por outro fazem parte de uma determinada posição política, de uma divisão social estabelecida pelas regras do jogo político, nesse caso, oposição *versus* governo territorial. Na sessão de 21 de maio de 1971, por seu combate incisivo ao governador de Rondônia, João Carlos Marques Henrique Neto (1969 a 1972), chegou a ser interrompido ironicamente pelo deputado José Wilson Siqueira Campos (ARENA-GO): “V. Exa. já conseguiu seu intento, isto é, derrubá-lo? Já

existe um novo governador?” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXVI, 1971, p.1217).

Dentre as críticas que Santana fazia ao governador Marques Henrique, assim como outros governadores de Rondônia, destaca-se a falta de compromisso dessas administrações com os problemas locais, em razão das escolhas equivocadas dos *govenadores paraquedistas, coronéis biônicos, governadores de provetas e missionários provetas*, como assim nomeavam essas administrações, pois segundo ele, “nos Territórios Federais [...]. Não temos ali, ex-governadores residindo; são todos transitórios, lá chegam fazem o que bem entendem, são dispensados dos cargos e retornam, provam de que não amam a terra, nela não se radicam, não se misturam com o povo da Unidade que governam” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXVI, 1971, p.1220). Em razão dessa transitoriedade, as representações dadas por Santana eram inúmeras para os governadores indicados, o que denominava de *tráfico de influência e paternalismo* do Ministério do Interior nos Territórios Federais. Conforme Santana, “nesta premissa, está excluída a indicação de um governador que, sendo detentor da maioria absoluta da confiança do povo do Território, for adversário político do Sr. Ministro. E o resultado é esse: “gente que não tem condições de se eleger vereador no Território para lá é enviado como Governador” ((DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXVI, 1971, p.1220).

Vinha daí, na visão de Santana, os grandes erros e desacertos da política do governo federal nesses Territórios, que vivenciavam a descontinuidade administrativa, com a ausência de planejamentos que dessem sequência o que já vinha sendo feito; para ele, Rondônia era a própria encarnação dessa política rotativa desastrosa.

Num período de vinte e sete anos de Território, tivemos uns vinte e cinco Governadores. É que são citados os Governadores titulares, e não interinos que por lá passaram. Da mesma forma os prefeitos de Porto Velho. Estes são em maior número, porque, às vezes, um só Governador teve a oportunidade de nomear e demitir dois ou três prefeitos ((DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXVI, 1971, p.1220).

Considerando que a atuação parlamentar de Santana iniciou somente um ano depois da expedição do Decreto-Lei nº 411/69, suas críticas, apesar de direcionadas

diretamente aos problemas gerados por essa normatização, sobretudo, no que tange as nomeações dos governadores territoriais, que deixaram de ser um simples ato do Presidente da República para depender da indicação do Ministro do Interior e de aprovação do Senado Federal, não se restringe a esse período, e nem tampouco é uma voz isolada dentro do parlamento brasileiro. Pelo contrário, a denúncia do “paraquedismo” dos governadores indicados para os Territórios Federais, que não possuíam quase ou nenhuma afinidade com a realidade local e regional, sempre foi apontado por diversos políticos e estudiosos da matéria como um dos entraves que a administração direta da União ocasionava nessas unidades federadas.

Quase 17 anos antes da expedição desse decreto, em 1952, o ex-governador e deputado acreano José Guimard dos Santos já fazia críticas a essas administrações territoriais que provocavam, segundo ele: “a absoluta deseducação política, e o conformismo diante de qualquer governo” (SANTOS, 1954, p. 17). Em outubro daquele ano, proferiu dois longos discursos na Câmara Federal, publicados sob o título de “Territórios Federais – Grandezas e misérias”, no qual resumia a entidade territorial como *governo de poder executivo nomeado sem consentimento público*, tendo como principal vantagem o de *comer na mesa do grande do Estado Federal*. Lembrava o deputado que em quase 10 anos de existência dos novos Territórios a União já havia investido nessas unidades 1 bilhão e meio de cruzeiros. Para ele, os Territórios, por gerarem mais despesas do que arrecadações, eram pesos mortos, por isso defendia a imediata elevação de todos os Territórios a Estados; ainda, advogava Guimard, em pleno movimento autonomista acreano, pela criação do Estado do Acre – fato que viria a ocorrer em 1962.

Outro grave problema que a reforma administrativa de 1969 buscou sanar foi o desrespeito à autonomia dos *municípios territoriais*, com a reativação das Câmaras Municipais, inativas desde a criação dos Territórios Federais, em 1943. A ausência de uma representação política nos *municípios territoriais* era apenas uma das questões que envolvia a problemática da autonomia municipal dentro dos Territórios. Para os juristas, políticos e críticos da matéria, o fato dos Territórios serem constituídos de municípios dotados de autonomia político-administrativa e um Território Federal não, conforme já exposto, gerava muitos entraves à gestão dessas unidades. Santana corroborava com essa crítica:

[...] em 1943, fez-se leis para os Territórios com um Congresso fechado. Criou-se então Territórios com Municípios. Os Municípios funcionaram sem Câmara de Vereadores até 1969. Criou-se Territórios sem qualquer autonomia, havendo Municípios com autonomia constitucional. É lógico que o Território como unidade da Federação deveria ter uma autonomia maior do que a dos Municípios, mas até hoje não tem. Constitucionalmente o Município pode mais do que o Território. É um contrassenso, mas é verdade. O Município pode fazer leis, o Território não pode (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXXIV, 1979, p. 9825).

Portanto, se a reforma de 1969 garantiu a eleição para a escolha dos vereadores pela população dos *municípios territoriais*, o mesmo não ocorreu com relação ao executivo municipal, que continuou a ser nomeado pelo governador territorial. Sobre esse contrassenso, Aimberê Frentes arguiu: “o município, em claro flagrante desrespeito à doutrina do Direito Público interno, mas respaldado na Constituição vigente (Art. 17 § 3º) passou a ter um legislativo eleito (Câmara Municipal) e um executivo nomeado” (FREITAS, 1991, p. 69).

O governador Ivanhoé Marques, em um item específico nomeado de “municipalidade”, no *Relatório Anual* de 1967, também chamou atenção para o fato inusitado dos municípios amapaenses terem seus prefeitos nomeados pelo governador, mas em concordância com tal medida: “essa circunstância, singular no quadro político brasileiro, oferece oportunidades ao administrador escolher livremente e sem injunções de ordem político-partidário, os gestores das diversas comunas” (MARTINS, 1967, p. 126). Para Martins, no caso dos Territórios Federais, essa medida dava ao governador a possibilidade de troca caso os prefeitos não correspondessem à expectativa da administração. Nessa mesma linha argumentativa, criticava as eleições municipais:

[...] tome-se na devida conta que, numa região ainda incipiente em desenvolvimento, onde o pessoal habilitado é escasso, querer colocar à testa de uma comuna de homens despreparados, com Câmara de Vereadores na mesma situação é, antes de mais nada, condenar essas comunas ao jogo desenfreado da politicagem inculta (MARTINS, 1967, p. 126).

O governador militar amapaense compartilhava de uma mentalidade política que via essas regiões como áreas de Segurança Nacional, e como tais deveriam ser mantidas sob a tutela da União. Essa forma de tratar a questão também se fizera

presente de modo dominante na elaboração da Constituição de 1967, na emenda à Constituição em 1969 e na reforma política que atingiu os Territórios brasileiros, nesse mesmo ano. As conservações da indicação dos prefeitos dos *municípios territoriais* pelos governadores dos Territórios e da indicação do executivo dos Territórios por indicação do MINTER refletiram, claramente, a política centralizadora imposta pelos militares ao país, e a pretensão de enrijecer o controle sobre essas regiões. Esse procedimento estava em conformidade com as práticas adotadas, no período ditatorial, em áreas consideradas estratégicas para a Segurança Nacional.

Portanto, essa não era uma particularidade dos Territórios, pois se a Carta Constitucional vigente garantiu eleições diretas para os executivos e legislativos municipais (Art. 16, item 1, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967)¹¹⁴, o mesmo não ocorreu para capitais e municípios, circunscritos a Estados considerados estratégicos para o país, e a prerrogativa adotada foi a mesma que para os Territórios (Art.16, § 1º, da Constituição de 1967)¹¹⁵. Entretanto, vale registrar, que desde que foram criados os Territórios Federais, em 1943, a vedação de eleições diretas para prefeitos e vereadores, bem como a indicação de prefeitos por governadores foram práticas permanentes nessas regiões. No caso do Amapá as eleições diretas para os executivos municipais só ocorreriam, em 1985.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, em *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*, embora a Constituição de 1967 fosse pronunciadamente autoritária refletiu as contradições básicas do sistema, pois se uma parte do texto visava o controle, assegurando a aplicação de medidas exigidas pela Doutrina de Segurança Nacional, a outra, que a oposição lograva impor sob a forma da Carta de Direitos, transparecia a pretensão de se restaurar a democracia, entretanto, “a medida que a dialética entre Estado e oposição evoluía para níveis mais altos em 1967 e 1968, esta contradição básica passou a fomentar a crise institucional que culminou com a

¹¹⁴ Conforme item I, do art. 16 da Constituição de 1967, “a autonomia municipal será assegurada: I – pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores realizada simultaneamente em todo o país, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa;

¹¹⁵ Conforme § 1º, do art. 16 da Constituição de 1967, “serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

a) da Assembleia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual;
b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

promulgação do Ato Institucional Nº 5” (ALVES, 1987, p. 11), baixado no dia 13 de dezembro de 1968, dando origem a um novo período da ditadura militar brasileira, em que o modelo de desenvolvimento econômico poderia ser plenamente aplicado, enquanto o aparato repressivo buscava a segurança interna absoluta.

Em muitos pontos, o AI-5 apenas reiterava os dois primeiros atos institucionais, com a exceção que não se estipulou prazos para sua vigência. Ainda em 1965, quando foi lançado o Ato Institucional nº 2, extinguindo os partidos políticos vigentes com a criação de um novo sistema de organização partidária, no qual só poderiam existir dois partidos, e determinando eleições indiretas para presidente, vice-presidente e governadores (esses últimos, seriam escolhidos pelos legislativos estaduais, que também passariam a indicar em alguns municípios, por um prazo determinado, o executivo municipal) que o governo militar já demonstrava sua clara intenção de fixar consideráveis restrições à representação política. As eleições municipais de 1969 em todo o país ocorreram, portanto, um ano após a instituição do AI 5, durante a fase mais dura do regime e sob o forte controle da ditadura militar.

De acordo com Kinzo (1987), a forte presença do Estado na formação e no desenvolvimento dos partidos políticos no Brasil, e o fato de suas trajetórias serem marcadas por rupturas e descontinuidades, e, conseqüentemente, pela baixa institucionalização, são aspectos característicos do sistema partidário brasileiro e não se restringem ao período da ditadura militar. No entanto, lembra Marcelo Ridenti (2014) que o regime instaurado em 1964 no Brasil jamais se assumiu como uma ditadura, no máximo como “democracia relativa” e sempre se preocupou em manter uma fachada democrática. O bipartidarismo não era algo estranho à experiência política brasileira, e em muitas disputas políticas e eleitorais era o que de fato acabava acontecendo, mas sua institucionalização foi um arranjo político que se adequou perfeitamente aos interesses centralizadores do período, mantendo através de uma “oposição consentida” o controle majoritário eleitoral em todo o país, levando a oposição, conforme Alves, a uma reorganização dos espaços e das estratégias de resistência, em âmbito muito mais clandestino e combativo.

Os surgimentos, em 1966, da Aliança Nacional Renovadora (ARENA) que, em síntese, reuniu as forças de apoio político-parlamentar ao regime, e do

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que em tese se caracterizou como o partido que agrupou todos os opositores do regime com visões divergentes entre si (além dos chamados adesistas, ou seja, políticos que não eram oposição), expressam que oposição emedebista atuou sob forte controle do Estado autoritário, limitando muito sua abrangência. Segundo Alves (1987), a representação política da oposição foi constantemente limitada pela cassação de mandatos eleitorais, pelas derrotas nas urnas e pelas arbitrariedades cometidas, pelas constantes modificações na legislação eleitoral, fomentando no MDB um intenso debate interno quanto a validade de sua existência, levando alguns de seus membros a defenderem sua dissolução como maneira de protestar contra os desmandos e de expor o caráter muito mais unipartidarista do sistema.

A “fachada democrática” criada pelo bipartidarismo e pela oposição consentida, talvez, seja mais visível em âmbito municipal, sobretudo, em regiões com predominância rurais e mais distantes dos centros modernos do país, a exemplo dos *municípios territoriais* amapaenses, onde as práticas clientelistas atuavam em patamares elevados, e as distribuições partidárias entre a ARENA e MDB demonstraram claramente que se estabeleceram em razão de disputas políticas locais entre grupos adversários, do que como uma forma de oposição ao regime. Segundo o historiador Fernando Rodrigues dos Santos, não havia no Amapá uma oposição partidária ao regime. Em sua opinião, a votação expressiva dos emedebistas nas primeiras eleições do legislativo municipal amapaense, em 1969, decorreu não em razão de denúncias das irregularidades administrativas e de intolerâncias políticas, mas de insatisfações com o desempenho parlamentar do ex-governador Janary Nunes, que era líder da ARENA no Amapá: “a postura dos vereadores amapaenses, independentemente de partido, caracterizou-se, sobretudo, pela indiferença, cordialidade e oposição ao deputado e todos de apoio ao governo militar” (SANTOS, 1998, p. 191).

Todavia, se por um lado o fato dos governadores continuarem a nomear os prefeitos, davam-lhes um certo controle sobre as decisões municipais, por outro, o Decreto-Lei nº 411/69 significou, pelo menos em âmbito municipal, uma ampliação da participação política nessas unidades federadas. Isso também foi bastante notório no Amapá, uma vez que as eleições para os legislativos municipais forçaram

as reorganizações das Câmaras Municipais, agitando os ânimos políticos e elevando o debate a um campo político mais plural e publicizado, tão reivindicado por Hannah Arendt, aquele espaço que, conforme Celso Lafer, ao posfaciar *Condição Humana*, “quando existe e não está obscurecido, tem como função, como ela mesma observou, iluminar a conduta humana, permitindo a cada um mostrar, para o melhor e para o pior, através de palavras e ações, quem é e do que é capaz” (LAFER, 2004, p. 341).

As primeiras eleições municipais no Amapá, em 1969, não só deram o tom mais acirrado à disputa política que deixou de se processar de forma mais direta entre o alto e médio escalão da administração pública, como evidenciaram a participação de uma ascendente “juventude de amapaenses” (na qual pretendo discutir melhor no próximo item), interessados em contribuir, não somente com o debate político dentro das organizações classistas, como partidos, sindicatos, pastorais, grêmios, como também, candidatando-se a cargos eletivos e participando ativamente das campanhas eleitorais, tanto em âmbito municipal quanto federal.

3.1.1 Justiça nos Territórios: o caso amapaense

“É precária ou quase inexistente a Justiça dos Territórios”, assim anunciava a reportagem do *Jornal do Brasil*, de 20 de fevereiro de 1965, sobre o Relatório enviado ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Milton Soares Campos, pelo procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, José Júlio Guimarães Lima, por ocasião da correição que realizou em Amapá, Roraima e Rondônia, no início daquele ano. O documento descrevia a precariedade do Poder Judiciário nessas regiões, e alertava para a urgente atualização do Decreto-Lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944, que organizou a Justiça dos recém-criados Territórios Federais. Entre os muitos debates no âmbito público que o Relatório suscitou, o do Juiz da Comarca de Porto Velho, Joel Quaresma de Moura, denunciava a forma intempestiva em que os Territórios iam sendo geridos pelo Estado brasileiro, desde suas origens.

A solução de vinte anos atrás submeteu a Justiça dos Territórios Federais à segunda instância da Justiça do Distrito Federal. Foi uma

solução de emergência, solução provisória, como declara a exposição de motivos do Decreto-Lei que a organizou, imposta mesmo pelo imprevisto da própria criação dos Territórios Federais, àquele tempo não mais do que uma experiência e um ensaio destinado a promover a efetiva integração nacional de regiões afastadas e longínquas, sem lei nem administração (LIMA, 1965, p. 89).

A justiça dos Territórios Federais era outro ponto problemático que a reforma de 1969 visava solucionar. O quadro caótico do Poder Judiciário e do Ministério Público, descrito pelo procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, José Júlio Guimarães Lima, em visita aos Territórios Federais de Amapá, Roraima e Rondônia, na correição em cumprimento do art. 146, Parágrafo Único, do Decreto-Lei nº 6.887/1944, não diferia muito de um Território para o outro. Todas as comarcas apresentavam problemas referentes ao aparelhamento do Judiciário, com estruturas precárias, obsoletas e insuficientes para atender à crescente demanda que só aumentava no ritmo do crescimento populacional. A estrutura seguia um modelo hierarquizado e de difícil alcance pelo jurisdicionado, administrado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios¹¹⁶, com a sede em Brasília (a partir de sua inauguração em 1960), comarcas nas capitais e em um ou outro município dos interiores, e um Ministério Público, sufocado na grande quantidade de processos que aguardavam decisões só em primeira instância. Se houvesse necessidade de recursos, a causa era dada praticamente como perdida, dados os altos custos de deslocamento das partes interessadas à Brasília.

À época da correição, o Território do Amapá possuía as Comarcas de Macapá, Amapá, Oiapoque e Mazagão, criadas ainda durante a reformulação proposta pelo primeiro governo territorial, em 1944, e formalizada pelo Decreto-Lei nº 6.887, daquele ano. Quando começou a vigorar esse decreto, a comarca de Macapá tinha, conforme os dados levantados pelo Relatório do Procurador-Geral,

¹¹⁶ Com a extinção do Tribunal de Apelação do Território do Acre, criado em 1908, as atribuições dessa corte de justiça foram transferidas para o Tribunal de Apelação do Distrito Federal, conforme mencionam os *caputs* dos arts. 140 e 162, do Decreto-Lei nº 2.291, de oito de junho de 1940. Com a criação de mais cinco Territórios Federais, pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, da mesma forma como o determinado para o Acre, o Tribunal de Apelação, depois, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, terá a jurisdição nesses novos territórios, de modo que as mesmas dificuldades ligadas à distância e ausência de linhas regulares serão verificadas, também, para a comunicação dessas regiões com a Capital Nacional (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório da Pesquisa da Proveniência Tribunal de Justiça do Distrito Federal**. Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/SEGAP). 2011. Disponível em: www.tjrj.jus.br/documents/10136/21832/tjdf.pdf. Acesso em: 9 mar. 2016.

uma população estimada em 3.000 habitantes na zona urbana, comparada a de 1965, que era de aproximadamente 27.000 habitantes¹¹⁷, a diferença era gigantesca. Relativamente à Magistratura, existiam apenas dois juízes, um na Capital, Jarbas de Amorim Cavalcante, e outro no município de Amapá, Vicente Portugal Júnior, e um juiz substituto, Germano Bonow Filho, que era quem estava em exercício quando da inspeção, pois os dois juízes se encontravam de licença para tratamento de saúde. Além disso, denunciava José Júlio Guimarães Lima, que Macapá, com um custo de vida elevadíssimo, “possuía apenas um oficial de justiça, muito mal remunerado, como de resto todos os serventuários desses Territórios, alguns recebendo até, vencimentos abaixo do salário mínimo local” (LIMA, 1965, p. 43).

Consigna o Procurador-Geral que, como não havia uma linha regular de transporte aéreo para as demais Comarcas, distantes da capital, o exercício da atividade desses juízes ficava impraticável em razão da ampla jurisdição. Isso se refletia de forma concreta nas várias reclamações dos habitantes dessas comarcas, em decorrência de inúmeros processos cíveis paralisados, como inventários, questões possessórias, além de numerosas ações penais públicas prescritas ou em vias de prescrições. Segundo José Júlio Guimarães Lima, só na sede de Macapá, para que a justiça começasse a operar de forma ágil e eficiente, seria ideal a existência de dois juízes, dois promotores públicos, uma Junta de Conciliação e Julgamento (dado o crescente conflito de empregado e empregadores e a duplicação do único Cartório).

Entre as preocupações comuns apontadas pelo procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, e que carecia de urgente atenção do Estado brasileiro, estava a retomada da segurança das fronteiras e o do seu efetivo povoamento, pois segundo ele na ausência de um poder público mais atuante, os países vizinhos estavam cuidando dessa parte, procurando “dar-nos o que podemos ter: gêneros de primeira necessidade para Roraima; assistência médica e judiciária para o Oiapoque e Guajará-Mirim” (LIMA, 1965, p. 28). O maior perigo era a desnacionalização da fronteira, pois conforme Lima:

¹¹⁷ Dados corroboram com os levados pelos do IBGE de 1940.

[...] o homem rude, embora patriota, não entende esse contraste.
Pula, sem fazer o sinal da cruz, para o território vizinho.
É imigrante por excelência.
É um brasileiro a menos, portanto.
Precisamos descobrir o Brasil aos olhos dos próprios brasileiros.
Honrá-lo e defende-lo, hoje, mais do que nunca, quando a ambição
desmedida de certos povos não respeita fronteiras (LIMA, 1965, p.
28).

A correição realizada por José Júlio Guimarães Lima nos Territórios Federais amazônicos, não foi um simples procedimento corriqueiro. Inspeccionar *in loco* os problemas que enfrentava a justiça nessas regiões e assim propor soluções emergenciais. Demarca um capítulo específico das políticas públicas nacionais de integração regional na Amazônia, dentro de um contexto ditatorial. Integra um conjunto de discursos que visavam construir uma representação sobre esses lugares, que expressam como já dito, uma vontade de verdade, dotada de silêncios e de sentidos.

Milton Santos (1994, p. 49) compreende o espaço como “o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não”. O espaço para esse autor seria, portanto, uma construção social e preche de intencionalidade. Assim, a descrição realizada por esses agentes públicos, enxergam essas regiões quase sempre pela ótica que lhes convêm. José Júlio Guimarães Lima segue uma matriz interpretativa consagrada por outros atores públicos que visitaram a Amazônia, desde os tempos coloniais, e que tem em Euclides da Cunha¹¹⁸ um dos seus maiores expoentes. Nessa forma de se enxergar a Amazônia a natureza era sempre vista como imperativa e adversária do homem. Seus habitantes viviam acanhados, assolado por doenças e abandonados à própria sorte. Sem saber a quem recorrer apelavam para o poder público federal. Mais do que buscar discorrer em seu relatório sobre uma dada realidade, como defensor de um determinado projeto de apropriação e dominação desse espaço, a representação que Guimarães faz desses lugares, situa-se em um campo estratégico de poder, que visa impor uma verdade e uma legitimação sobre eles.

¹¹⁸ Euclides da Cunha veio para a região a Amazônia, em 1904, para chefiar a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, que tinha como objetivo demarcar a fronteira entre o Brasil e o Peru. Seus artigos e ensaios produzidos durante e depois desta viagem, sobre as impressões que teve sobre a Amazônia, foram publicados essencialmente em *À Margem da História*, em 1909, obra póstuma publicada um mês após a morte do escritor (SILVA, 2007).

Retomam-se representações antigas sobre essas regiões, como espaços vazios, abandonados, fragilizados, incivilizados, como se precisassem ser ocupados, desenvolvidos e protegidos, dando-lhes novas roupagens, que visavam mascarar os interesses que os presidem. É bem como afirma Bourdieu (2004), todo discurso é uma forma de ordenação do mundo, de construções de *sistemas simbólicos*, e como tais, cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Embora o autor considere que os agentes sociais em geral são partícipes das lutas simbólicas ou, mais precisamente, da produção de discursos políticos, a sua elaboração é uma tarefa especial designada a agentes especiais.

Outro aspecto que merece reflexão diz respeito a atuação do papel desempenhado pelo judiciário durante o período que Guimarães visitou o Amapá, e os demais Territórios Federais. Segundo Renato Lemos, em *Poder Judiciário e Poder Militar – 1964-1969* (2004), geralmente, os poucos estudos centram-se analisa-los como mero mecanismo de implantação e reprodução de relações políticas autoritárias. Pouco se discute, por exemplo, o alcance da insistência que a corrente civil-militar demonstrou, no imediato pós-golpe, de manter funcionando, mesmo que sob o estrito controle do Executivo, instituições democráticas, como o Judiciário, o Legislativo e o sistema partidário. Para ele, o mundo do pós-guerra estabeleceu a legitimidade “democrático-representativa” como pré-requisito para a dominação política, o que impôs aos regimes não democráticos, surgidos desde então, um quadro de “esquizofrenia ideológica”, ou seja, “praticar o autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro”. Eufemismo e adjetivações, como: “autoritarismo consentido”, “democracia tutelada”, “democracia restrita”, “democracia com Executivo forte”, “ditadura branda” são expressões que segundo Lemos, tentam distinguir o regime político implantado no Brasil pós-1964 do anterior e, ao mesmo tempo, definir o seu perfil.

Segundo Lemos, é justamente essa dificuldade de se caracterizar o regime ditatorial brasileiro que tem dificultado uma compreensão mais clara sobre o papel desempenhado pelo Poder Judiciário, durante esse período ditatorial. Vários estudos, como o que foi realizado por Renê Armand Dreifuss (1981), que analisou o papel das forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de internacionalização e de modernização e sua atuação no Estado pós-1964, tentaram

demonstrar que ocorreu uma participação ativa de civis, não só durante o golpe, mas no comando do Estado autoritário, e essa atuação foi muito maior do que se tentou evidenciar até o presente, pois conforme Dreifuss, a ação da elite orgânica diferencia o movimento de classe que levou à intervenção em 1º de abril como mero golpe militar.

A autonomia política e a iniciativa demonstradas pelos empresários provam que eles não eram meros suportes (*Traeger*) do processo de dominação, mas, sim, forças politizadas que fizeram a conquista do poder estatal a finalidade de seu planejamento político e de sua ação (DREIFUSS, 1981, p. 484).

Para esse estudo, importa destacar que o Poder Judiciário, desde o primeiro momento do golpe de 1964, sofrerá interferência do Poder Executivo, que através do Ato Institucional nº 1¹¹⁹, suspenderá, por seis meses, as garantias de vitaliciedade e estabilidade, prevendo que, mediante investigação sumária, os titulares dessas garantias poderiam ser demitidos ou dispensados, cabendo recurso a Presidência da República. Em 1965, o Ato Institucional nº 2¹²⁰, além de atribuir a Justiça Militar a competência de processar e julgar crimes políticos ou contra a Segurança Nacional cometidos por civis, admitiu a nomeação de juízes federais pelo presidente da República, sem concurso público, prática anteriormente rejeitada, desde o início da República, e excluiu da apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução Militar e pelo governo federal, dentre outras medidas autoritárias. A Constituição de 1967 manteve as clássicas garantias da magistratura, mas, em 1968, quando da edição do Ato Institucional nº 5, foram as mesmas suspensas, procurando o Poder Executivo, a todo momento, enfraquecer e subjugar os demais Poderes aos seus atos e vontades. Em 1969, pelo Ato Institucional nº 6, o governo militar determinou uma reforma do Judiciário com a redução do número de magistrados do STF de 16 para 11, transferindo para a competência da Justiça Militar os supostos crimes contra a Segurança Nacional ou as instituições militares

¹¹⁹ BRASIL. **Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 7 mar. 2016.

¹²⁰ BRASIL. **Ato Institucional Nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 7 mar. 2016.

cometidos por civis, bem como os processos contra os governadores e seus secretários, nos quais o Superior Tribunal Militar passaria a atuar como instância originária (LEMOS, 2004).

Assim, conforme Lemos (2004), o Poder Judiciário durante a vigência da ditadura militar brasileira, foi mantido em funcionamento em um quadro em que a prática de violências contra presos políticos convivia com a possibilidade de denunciá-las nos tribunais, exercendo um papel ativo no sistema político, interagindo de forma complementar e contraditoriamente com as demais instituições, tanto as preservadas, quanto aquelas criadas pela ditadura, contribuindo decisivamente para o estabelecimento da ordem política autoritária; as justiças dos Territórios Federais não fugiram a essa lógica. A estrutura hierarquizada e precária do Poder Judiciário não só permaneceu durante o período da ditadura dessas regiões, como acabou por contribuir para a centralização administrativa, e conseqüentemente, para os excessos de poder dos governadores territoriais. Segundo Aimberê Freitas, nos Territórios Federais o Poder Executivo local disponha de,

meios, e é comum o uso desses, para inibir a ação da Justiça Local, especialmente em causas que, direta ou indiretamente, lhe interessam. Fornece ou retira o imóvel residencial dos juizes, coloca à disposição ou retira-lhe um veículo. Retira ou reforça os recursos humanos do Fórum. Enfim, o governador tudo pode fazer para inibir a liberdade de ação dos juizes, interferindo e quebrando a harmonia e a independência entre os Poderes (FREITAS, 1991, p. 153).

A preocupação com as fronteiras, manifestada pelo Procurador-Geral do Distrito Federal e Territórios, sinaliza não só para um retorno da atenção máxima do Estado para a defesa desses espaços considerados estratégico para o desenvolvimento econômico do país, como também, demonstra uma reapropriação do uso de construções simbólicas, que serviam para justificar a imposição de formas específicas de controle da sociedade civil e delinear um projeto de governo, de legitimação do poder do Estado. De acordo com Maria Helen Moreira Alves (1987), a necessária justificação ideológica da tomada do Estado pelos militares em 1964, e a modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária pode ser encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, muito bem

sistematizada pela Escola Superior de Guerra (ESG)¹²¹, atuando como instrumento importante para a perpetuação das estruturas do Estado autoritário pós-1964, destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente.

A ESG não contava somente com oficiais militares, mas também com civis, tanto em seu quadro permanente quanto entre os professores convidados, conferencistas e alunos. Entre 1950 e 1967, 646 dos 1.276 graduados da ESG eram civis que, após o golpe, vieram a ocupar muitos dos cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras. Segundo Alves, a Doutrina de Segurança Nacional foi amplamente utilizada durante o regime militar brasileiro para justificar a imposição de um sistema de denominação, mas que não pressupunha nem apoio das massas, e nem tampouco continha uma ideologia fascista e de supremacia racial. Ela previa efetivamente que o Estado conquistaria “certo grau de legitimação graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desenvolvimento como defensor da nação contra a ameaça dos *inimigos internos* e da *guerra psicológica*” (ALVES, 1987, p. 26); associava-se, portanto, segurança interna e desenvolvimento econômico. Assim, a ênfase dada a constante ameaça à nação de *inimigos internos*, ocultos e desconhecidos, produzia na população um clima de constante suspeitas, medo e divisão que permitia ao regime executar campanhas e políticas de repressões, que em outro contexto talvez não fossem toleradas. Para Alves (1987, p. 27), “trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classistas”.

No caso dos Territórios Federais amazônicos, dado as suas localizações fronteiriças e estratégicas, os pressupostos de *interesse da defesa nacional* utilizados para justificar suas criações, em 1943, não só serão retomados durante o regime militar, como reinventados a partir da ótica da Doutrina de Segurança Nacional. A esse respeito, entre os mais influentes defensores do papel que deveria exercer a geopolítica nas políticas do Estado, estava o general Golbery do Couto e

¹²¹ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada no Brasil em 1949, com a assistência de consultores franceses e norte-americanos, objetivando oferecer treinamento de alto-nível e especializado para o exercício de funções de direção e de planejamento de Segurança Nacional. Com o desenvolvimento de teorias da guerra fria foram incorporados à formação métodos de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e filosóficos na formulação da política de segurança nacional (ALVES, 1987).

Silva que, ao publicar *Geopolítica do Brasil* (1967), defendeu, categoricamente, em tempos de clima de guerra total e permanente, uma vez que as superpotências estavam empenhadas em uma luta de vida e de morte, não havia lugar para neutralidade. Para Couto e Silva, a escolha de que lado apoiar era em grande parte geograficamente determinada. No caso do Brasil, em razão de sua posição geográfica (em termos de controle do Atlântico Sul), estava claramente comprometido com os Estados Unidos. Mas, embora aceitasse a subordinação do Brasil nessa parceria, reivindicava um lugar de aliado privilegiado, dado os vastos recursos naturais, especificamente minerais.

Nesse livro, a divisão sugerida por Couto e Silva para se compreender o espaço brasileiro, colocava a Amazônia, e conseqüentemente os Territórios amazônicos, em condição de maior subordinação e dependência com relação ao que denominava de *Núcleo-Central*, o ecúmeno principal da nação e motor do desenvolvimento econômico nacional (o sudeste, região com maior densidade demográfica). *As três penínsulas*, vanguardas da ocupação local, também dependentes desse centro econômico seriam as regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste, onde desenvolvimento estaria presente, mas em menor escala; já a Amazônia seria uma terra exótica e impenetrável e praticamente vazia de forças desenvolvedoras.

Nessa forma metafórica de Couto e Silva conceber o espaço brasileiro, a Amazônia ia sendo associada a uma imensa *ilha* isolada, deserta e cercada por um oceano inibidor da população. Conforme Petrônio de Tilio Neto, em *Soberania e ingerência na Amazônia brasileira*, a estratégia proposta por Couto e Silva para a integração do território nacional consistia justamente no fortalecimento dos laços entre o centro e as penínsulas e então partir para incorporação definitiva da *ilha amazônica*, através de dois caminhos: “a utilização da região centro-oeste como base avançada, e o aproveitamento do eixo-navegável do rio Amazonas” (TILIO NETO, 2010, p. 59).

Já para João Nahum, a associação do espaço amazônico a uma *hileia indomada* está claramente delineada nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, os PDAs, lançados na década de 1970, tendo como eixo-central atingir a tão propagada integração nacional. Segundo este autor: “eles sintetizam ações políticas

que buscam integrá-la ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando-a e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro” (NAHUM, 2011, p. 18); daí a importância dada a construções de estradas pelos governos militares após esse período.

Pelo menos no campo da retórica política foi o que se observou durante a administração daquele que tinha nas mãos a incumbência, delegada pelo MINTER, de ser o primeiro governador dos novos tempos da era do regime militar no Amapá. Conforme artigo intitulado: “De Macapá até o Oiapoque pelos caminhos da BR-156”, publicado pelo *Latitude Zero*, em edição de dezembro de 1971, a administração de Ivanhoé Martins teria sido um marco definitivo na integração rodoviária no Amapá de sul a norte do Território, através da retomada das obras da BR-156, ligando a capital, Macapá, aos municípios de Amapá, Calçoene e Oiapoque, e, conseqüentemente, o resto do Brasil ao extremo norte do país: “quem mora no Oiapoque, não pode mais falar que vive no fim-do-mundo. Isso, desde que foi ligada a rodovia BR-156, agora trafegável em toda sua extensão. Quem sai de Macapá chega a cidade de Oiapoque tranquilamente, viajando em qualquer tipo de viatura” (LATITUDE ZERO, 1971).

A *Rodovia Macapá-Clevelândia*, como ficou conhecida em seu trecho norte (Macapá-Oiapoque) durante a expedição de Marechal Rondon pela região, em fins dos anos 20, a BR-156, recebeu, conforme a revista *Latitude Zero*, o mais extenso e planejado programa executado pelo governo até então, que “tinha como base o aproveitamento da época do estio para a transformação dos caminhos de serviço (aberto o ano passado) em estrada pioneira de implantação primária, mediante a realização de cortes, aterros, terraplanagens e obras -de-arte” (LATITUDE ZERO, 1971). A mesma reportagem não fazia qualquer menção ao asfaltamento da rodovia. Passados 45 anos desse registro, dada as várias denúncias sobre as condições intrafegável do trecho Amapá-Oiapoque, que corresponde 30% de toda a extensão da BR-156 (trecho norte), até o presente ainda não pavimentado, ainda se localizam muitas falas que representam o Oiapoque como o “fim-do-mundo”.

3.2 “Amapá, Terra dos Jovens”. A Primeira Geração de Amapaenses

“*Amapá, terra dos jovens*”, o título da manchete do jornal *A Voz Católica*, de 03 de setembro de 1966, que noticiou sobre a visita do presidente Castelo Branco, em 1966, em terras amapaenses, pode ser uma das representações mais fortes do período. O Amapá dos relatos oficiais pós-1964 ia sendo representado como o retrato da própria juventude: ousada, corajosa, promissora. Nas poucas palavras ditas por Castelo Branco, diretamente, aos três jovens, escolhidos pela administração territorial, para fazerem parte da solenidade reservada como representantes da mocidade amapaense, todo o simbolismo que o momento reivindicava retratar: “o Amapá está nas vossas mãos”.

Foi em meio a imposição de uma política de aceleração de desenvolvimento regional forçada, em pleno período ditatorial e de disputas locais pelo controle do governo amapaense, que se observou, em fins dos anos 1960, a formação de uma juventude de amapaenses originária do que denominei aqui de cultura *territorial*, os nascidos ou criados no Amapá pós-1943, e como os legítimos “filhos do Amapá”, na leitura oficial eram a expressão mais autêntica de uma identidade regional que o governo buscava forjar e retratar. Para o governo territorial, a mocidade amapaense bem controlada, significava o ascender da *Mística do Amapá*, tão propagada quando da criação do Território, mas adormecida pelos diversos problemas políticos, sociais e econômicos que a região vivenciava.

A crise política e econômica dos anos 1960, que culminou com a deposição de Jango e com a ocupação do poder pelos militares, marcou um redimensionamento da estratégia de modernização e desenvolvimento econômico para o país, e, conseqüentemente, a forma como o Estado brasileiro passou a se relacionar como a Amazônia e com os Territórios Federais ali localizados. O que se seguiu ao golpe civil-militar com relação ao destino que o Amapá deveria tomar nesse novo cenário nacional, foi o de afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico de exploração para a região muito mais agressivo e dependente, mas que tentou vender a ideia de que era algo novo e o caminho mais próspero para a conquista da autonomia política, que passou a crescer, juntamente, com a juventude amapaense em formação, e com o seu engajamento político, social e cultural. Vão ser esses jovens que, de certo modo, canalizarão para si a responsabilidade de

debater os problemas do Amapá, não só os decorrentes do autoritarismo promovido pelo regime ditatorial, mas os de sua condição territorial. Esse crescimento dos movimentos sociais, políticos e culturais, organizados em grande maioria por essa juventude “amapaense”, distante em muitos aspectos do padrão nacional comumente estudado, sobretudo, nas principais capitais do país, também sentiu o pulsar e a agitação das ruas, seja em torno de organizações classistas e partidárias ou simplesmente em espaços que suscitavam a crítica social ao regime, através da criatividade musical e literária.

No entanto, no caso das organizações classistas, diferente do que se observou nas principais cidades do país em razão do centralismo administrativo, esse crescimento não foi impulsionado por uma maior abertura entre o Estado e a sociedade, como foi destacado por vários historiadores em âmbito nacional. Ele decorreu de um dinamismo populacional e econômico gerado, em grande parte, no seio das atividades de mineração que vinham sendo desenvolvidas pela ICOMI no Amapá. Segundo o historiador Adalberto Paz Júnior (2011), desde meados dos anos 1950, que o movimento sindical vinha registrando um grande poder de organização entre trabalhadores em todo Território¹²², “impulsionados por diversas frentes de trabalho da ICOMI, como o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Território Federal do Amapá” (PAZ JÚNIOR, 2011, p. 152).

No início dos anos 1960, em decorrência da grave crise política e econômica nacional, os Territórios Federais foram atingidos violentamente pelas medidas que propunham a contenção dos gastos públicos. No exercício de 1962, conforme o jornal oficial *Amapá*, de 06 de novembro de 1963, o Amapá teria sofrido cortes drásticos de 72% de suas dotações orçamentárias. A redução dos recursos públicos e os constantes adiamentos dos repasses foram sentidos em atrasos no pagamento do funcionalismo público amapaense e na paralisação de obras públicas prioritárias.

¹²² Entre os anos de 1950 a 1960 surgiu no Amapá um número significativo de entidades classistas tais como: Associação dos Professores Primários do Amapá (1952); Sociedade Beneficente Operária do Amapá (1952); União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá – UECSA (1952); União Beneficente dos Motoristas do Amapá – UBMA (1953) (LOBATO, 2013).

A interrupção da construção da *Usina Hidrelétrica do Paredão* pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)¹²³, que prometia resolver em definitivo os problemas do fornecimento de energia elétrica e dos constantes apagões que ocorriam em todo o Território, especialmente em Macapá, gerando muita insatisfação entre a população. As precárias e insuficientes usinas geradoras e sua rede de distribuição não acompanharam o acelerado crescimento populacional da cidade, que já atingia, só na área urbana, uma população estimada de 45.953 habitantes¹²⁴; desse total, apenas 7.013 pessoas estavam empregadas, sendo que o serviço público absorvia 47% desse contingente de trabalhadores. A redução e as incertezas dos repasses geraram um clima de insegurança entre a população que dependia, quase que exclusivamente, da administração pública e que se via constantemente ameaçada pelos anúncios também de cortes do funcionalismo público¹²⁵.

Contudo, não foi somente a redução dos recursos públicos e a ameaça do desemprego que assolavam os amapaenses, mas também a escassez de alimentos e a inconstância dos preços das mercadorias, que chegavam a atingir patamares elevadíssimos para a realidade local. Em 19 de maio de 1963, a *Folha do Povo* publicou um pequeno artigo no qual dizia “estar faltando tudo em Macapá”, e chamava atenção das autoridades locais para a escassez de alimentos básicos, como café, leite, charque e carne. Segundo a reportagem: “numa terra como a nossa, onde não temos suprimentos de verdura, peixes, aves e ovos e animais de pequeno porte, a falta de carne é um atestado de óbito passado pelos responsáveis do abastecimento da cidade que por sua vez não podem fazer milagre na atual administração”.

¹²³ Por determinação da Lei nº 2.740, de 02 de março de 1956, que autorizou a criação no Amapá da Companhia de Eletricidade do Amapá, seu principal objetivo era o de construir a Usina Hidrelétrica de Paredão, vista como espinha dorsal do Plano Nacional de Eletricidade na região.

¹²⁴ Em agosto/setembro de 1968, o Serviço de Geografia e Estatística do Território, com a colaboração da Fundação do Instituto Brasileiro de Estatística, publicou uma pesquisa de Emprego e Salário e um Censo Domiciliar Prediário na sedes municipais. Conforme os dados levantados, a população recenseada nas sedes municipais era de, aproximadamente, 50.427 mil habitantes e desse total 45.953 se concentravam na zona urbana de Macapá.

¹²⁵ Só para exemplificar, em fevereiro de 1964 a prefeitura de Macapá, sob a gestão de Mário Barata, anunciou a demissão em massa de 150 servidores públicos (Fonte: **Mais de cem famílias na miséria** – Prefeito dispensa trabalhadores e funcionários. In: *Folha do Povo*, de fevereiro de 1964).

Para o historiador Sidney Lobato (2013), a disparidade entre o custo de vida e o poder de compra dos trabalhadores estavam entre as reivindicações que mais suscitavam as organizações sindicais, que, diante da rápida escalada da inflação, chegaram a enviar, à época, ao governador Pauxy Nunes (fevereiro de 1958 a fevereiro de 1961), um memorial assinado pelos presidentes dos sindicatos, no qual propunham como medida paliativa para amenizar parte do problema, um tabelamento de preços diferenciados para a chamada “carne de segunda”, alimento mais consumido pelos trabalhadores. Ao assumir o governo do Amapá, o seu sucessor, José Francisco de Moura Cavalcante (março a setembro de 1961), no curto período que esteve à frente da administração territorial, constatou que o elevado custo de vida e o baixo poder de compra dos trabalhadores amapaenses, decorreriam, sobretudo, da política desastrosa de fomentação de produção agropecuária criada desde a implantação do Território, que, notadamente no que se referia ao abastecimento dos mercados de consumo, os programas de produção do Amapá não obtiveram sucesso: “por exaustivos que tenham sido os programas das anteriores administrações do Território e intensas as práticas de fomento à produção, o fato singelo é o de que seus resultados foram frágeis, até mesmo no desenvolvimento do plantio de culturais vegetais amazônicas” (CAVALCANTE, 1967, p. 77).

Alguns anos depois, os dados levantados, em 1967 pela administração de Ivanhoé Martins, apontavam que dentre os principais índices negativos socioeconômicos enfrentados pela população do Território do Amapá, o baixo poder aquisitivo e, conseqüentemente, a baixa capacidade de consumo, estavam entre os problemas mais preocupantes, pois, além dessa realidade não se diferenciar muito das demais unidades formadoras situadas nas áreas de abrangência da SUDAM, eram evidências do baixo índice de desenvolvimento econômico e social, decorrentes da acentuada escassez tecnológica e de uma total dependência do sistema econômico, originando um incipiente mercado de trabalho, subemprego e desemprego generalizado (MARTINS, 1967). Também, destacava o Relatório desse governo, a extrema dependência econômica regional, que pela escassa produção de gêneros de primeira necessidade, precisava importar quase tudo o que se necessitava para o consumo, ocasionando a elevação dos preços.

Manifestando preocupação com o baixo índice de comercialização dos gêneros alimentícios e com os constantes aumentos dos preços dos alimentos nos estabelecimentos privados em Macapá, a revista *Latitude Zero*, de julho-agosto de 1969, publicou um artigo com o título “Disparidade dos Preços”, no qual chamava a atenção para o fato de que como a produção de gêneros básicos não haviam atingindo volume e nem diversificação para atender as crescentes solicitações de um mercado interno em expansão, e como praticamente tudo o que se consumia vinha de fora, o custo de vida era ditado por outros centros urbanos do país, o que elevava o preço dos alimentos: “assim, registrava-se no Amapá elevados índices de custo de vida, porque os resultados da produção de alimentos tem apresentado frágeis, ao longo da existência da terra como unidade federativa” (LATITUDE ZERO, 1969).

Ainda conforme os dados apurados pela administração de Martins, se por um lado a renda per capita dos amapaenses se apresentava como uma das melhores relativa à média nacional, sobretudo, em razão dos salários pagos ao alto e médio escalão da administração pública, e pelo ilusório e restrito mercado gerado pela exportação do manganês, por outro, o da distribuição de renda, os desníveis sociais eram ainda mais evidentes. Quanto ao mercado de trabalho na área da iniciativa privada, comparado aos demais, apenas o da indústria extrativista do manganês apresentava condições mais estáveis. Um exemplo dessa fragilidade da pouca participação da iniciativa privada na geração de empregos, também, foi apontado anos antes, em 1961, pelo governador Francisco Cavalcante, ao constatar que no caso do setor mercantil, além de rudimentar na sua organização e pouco atrativo, empregava apenas uma pequena parcela da população economicamente ativa e de forma temporária, assim “grande parte da classe comerciária é praticamente um misto estagiário-aproveitamento de menores, sem consistência, portanto, sob o aspecto salarial” (CAVALCANTE, 1961, p. 77).

De acordo com a análise do governo de Martins, a situação do mercado de trabalho descrita era caótica, tendo em vista o grande crescimento populacional, que registrava no Território um índice anual de 3,8%, gerando uma elasticidade da oferta de mão-de-obra, a maioria de baixa qualificação. Entretanto, esse percentual, agravava-se ainda mais quando considerados os índices isolados da capital,

Macapá, que apresentava, na época, um crescimento populacional de 7,6% ano. Concluiu-se que, sendo o sistema econômico amapaense dependente, não era de se estranhar que possuísse um mercado de trabalho incipiente, com elevada taxa de desemprego, característico da ausência de atividades econômicas típicas, considerando que, o mercado empregatício, dada a ausência da iniciativa privada, ficava a cargo apenas pelo Governo, poderes municipais e duas empresas pioneiras: a ICOMI e BRUMASA (fábrica de compensados). Isso também provocava uma movimentação de mão-de-obra de brasileiros para regiões estrangeiras (como as Guianas), só observada no caso do Amapá.

O que se observará no Amapá nos anos que se seguirão à administração de Ivanhoé Martins será um agravamento desse quadro, com a acentuação da dependência econômica e financeira, de um expressivo e descontrolado crescimento populacional, de um funcionalismo público cada vez maior e de uma massa de desempregados de baixa qualificação que só crescia a cada ano, mesmo que se tenha a impressão de que a regularização das dotações orçamentárias federais e a injeção de novos recursos públicos levaria o Amapá ao desenvolvimento anunciado. Priorizava-se, como meta principal, a urbanização do centro administrativo da capital, Macapá, dando pouquíssima atenção às zonas rurais e aos demais municípios do Território. Essa política excludente contribuiu para o declínio da incipiente produção agrícola e para o êxodo rural, ocasionado um inchaço populacional em Macapá, com a ocupação de áreas periféricas e de baixa infraestrutura, como o Beírol, Buritizal e Pacoval, transformados posteriormente em bairros (SANTOS, 1998).

Na década de 1960, conforme o último censo do IBGE, a população jovem amapaense crescia assustadoramente. Em um período de 10 anos, entre 1950 e 1960, a população na faixa etária entre 14 a 29 anos passou de 12.126 habitantes para 19.032 habitantes. Isso corresponde a um crescimento de 57% e um percentual de, aproximadamente, 32% da população constituída entre essa faixa etária. Portanto, eram os mais jovens que constituíam a maior parte da massa de desempregados, e os mais afetados pelo estrangulamento de um mercado de trabalho que não atendia a crescente demanda populacional, e que tendia a se agravar a cada ano, o que levou o governo territorial a intensificar a vigilância sobre

eles, sobretudo, a partir de políticas educacionais doutrinárias, sem que de fato se propusessem ações efetivas governamentais no sentido de alterar essa realidade excludente. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a administração territorial tentava conter o avanço das organizações classistas e estudantis, crescia a participação da juventude em movimentos políticos e culturais contestatórios, mesmo que camuflados em espaços direcionados para o lazer e atividades esportivas.

O governo militar no Amapá avaliava de forma positiva o crescimento de uma juventude de naturais envolvida com atividades artísticas e culturais, desde que alheia às questões políticas. Em edição especial de final de ano, o jornal oficial *Amapá*, de dezembro 1967, fez uma extensa matéria sobre a mocidade amapaense, reportando-se a ela como a mais *autêntica riqueza da área*. A reportagem destacava a importância que a juventude possuía para o destino do Amapá e ressaltava que para os mais jovens o ano que findara havia sido “cheio de acontecimentos marcantes”¹²⁶, e transparecia a crença depositada pelo governo territorial nos mais jovens, ao mesmo tempo em que deixava claro o controle que buscava exercer sobre os seus destinos; porém, também elucidava aspectos de uma sociedade que crescia em torno de hábitos e costumes típicos de uma *cultura territorial*.

Para o governo, a vida dos jovens se resumiria a uma trajetória bem sucedida estudantil nas escolas oferecidas pela administração pública do Território. Assim sendo, a matéria tecia elogios aos primeiros jovens educados no sistema territorial que haviam conseguido aprovação nos vestibulares em universidades e faculdades do Brasil. Belém foi, durante décadas, em razão de sua aproximação com Macapá, a principal escolha desses estudantes, e o trapiche de Macapá o ponto de partida para muitos deles que deixavam a família e amigos para a realização do sonho de cursar o ensino superior. O governo territorial disponibilizava um pequeno auxílio financeiro para custear as despesas educacionais fora do Território, mas nem todos eram contemplados, e os que eram, quando não tinham uma família que pudesse apoiá-los, enfrentavam grandes dificuldades, pois o valor da bolsa de estudo não era suficiente para arcar com todas as despesas. Para os que não conseguiam partir,

¹²⁶O título da matéria, por si só, já era sugestivo: “Mocidade amapaense representa a mais autêntica riqueza da área”, da edição especial do jornal *Amapá*, de dezembro de 1967.

por diversos motivos, ficava a sensação de que o rio Amazonas era infinito demais para ser transposto. O dia da partida, simbolicamente, passou a ser mais do que um momento de festa e despedida, alimentou no imaginário social sonhos e crenças de toda uma geração que vivia em torno do “ideal” de estudar fora do Amapá.

No transcurso dessa trajetória estudantil “bem-sucedida”, as práticas esportivas e cívicas também eram incentivadas pela administração territorial. Os jogos secundaristas amapaenses e os desfiles cívicos de setembro, que demarcavam, respectivamente, os dias da raça, da independência e data da criação do Território, durante a *Semana da Pátria*, talvez tenham sido os acontecimentos que mais movimentaram a juventude estudantil amapaense, até meados dos anos 1980, quando se deu início, já com redemocratização, ao processo de transição para o Estado. Os desfiles estudantis, principalmente, o de 13 de setembro, organizados pelos estabelecimentos escolares secundaristas, a partir de temas previamente determinados pelo Palácio do Setentrião, cumpriam não só o papel de lembrar o dia da criação do Território Federal do Amapá, mas o de doutrinação e admoestação. Fernando Canto, ex-estudante do Ginásio de Macapá, considera que as memórias, desse período, permanecem vivas entre amigos como um tempo sentido pelo isolamento e alienação:

quando a época de comemoração da nossa Independência se aproxima eu sempre pergunto aos amigos da mesma faixa etária se sentem saudade dos desfiles a que éramos obrigados a participar. Eles não só dizem que “sim” como acreditavam que era um tempo de disciplina, que os ajudou a tomarem “tento” na vida. Depois me confessam que foi só por um momento, quando ainda estavam no ginásio. Mas tarde, porém, já no colegial, é que foram perceber o quanto viveram isolados e alienados da realidade do país. Não só eles, como os educadores, os diretores e principalmente os pais dos alunos. Quase todos eram filhos de funcionários públicos, que viviam sob a dependência dos governantes militares que vinham para o Amapá como poderosos vice-reis (CANTO, 2010, p. 62).

As escolas – as protagonistas daqueles dias – encenavam, distribuídas em pelotões temáticos compostos por estudantes uniformizados ou fantasiados, em carros alegóricos enfeitados e adereços às realizações dos governos militares no Amapá. Segundo Fernando Canto, “os desfiles eram obrigatórios sim. Quem não respondesse à chamada na área de concentração podia ser suspenso se não

justificasse a ausência depois. Os professores de Educação Física, responsáveis pelos desfiles, faziam a fiscalização” (CANTO, 2010, p.63).

A jornalista amapaense Alcinéa Cavalcante, filha de Alcy Araújo, também rememorou esses anos de disputas estudantis durante os desfiles cívicos que ocorriam na Avenida FAB, em frente à Praça da Bandeira, bem no centro de Macapá, aonde eram construídas às arquibancadas para as autoridades locais e o público que iam assistir aos desfiles.

Naquela época, o desfile alegórico de 13 de setembro era o grande acontecimento do ano. Havia uma disputa acirrada entre os quatro colégios: Colégio Amapaense (C.A.), Instituto de Educação (I.E.T.A.), Ginásio de Macapá (G.M.) e Colégio Comercial (C.C.A.). Os preparativos começavam na primeira semana de agosto, com os ensaios das bandas musicais e marciais, ensaios de pelotões, confecções de figurinos e das alegorias. As aulas ficavam em segundo plano. O importante era se preparar para o desfile e ganhar o título de campeão, que sempre ficava com o G.M. ou com o C.A. (CAVALCANTE, 2013).

Os ganhadores do desfile e do concurso das bandas musicais e marciais eram anunciados no dia seguinte ao desfile, com a recepção de um grande público de estudantes ansiosos pelo resultado. Conforme Alcinéa, anunciado o ganhador, iniciava o conflito entre os participantes, pois geralmente os perdedores não se conformavam com o resultado. Em 1968, em pleno ano de anúncio do AI5, foi organizada por estudantes do Colégio Amapaense (C.A.), com o apoio da direção dessa escola, uma passeata de protesto contra o resultado do desfile, que logo se tornou um protesto contra o regime. Segundo ela:

eu tinha 12 anos e era baliza do Colégio Amapaense. Perdemos para o M. Não aceitamos o resultado. Vivíamos em plena ditadura. Um grupo de estudantes do curso científico, com a idade média de 18 anos, entre eles Bonfim Salgado, Jorge Armando e Stélio Amaral, teve a ideia de fazer uma passeata de protesto. O protesto contra o resultado era a desculpa para se fazer um protesto contra o regime. Com o apoio do diretor Tinilo compraram peças de pano roxo e nelas pintaram frases que serviam tanto para protestar contra o resultado como contra a ditadura.

E saímos pelas ruas, a banda tocando marcha fúnebre. E fazíamos discursos. Na frente da sede do grêmio estudantil Rui Barbosa – que o governo tinha fechado e tomado – subimos no muro e discursamos (CAVALCANTE, 2013).

Os *jogos secundaristas amapaenses*, os chamados *jogos escolares* como corriqueiramente ficaram conhecidos, aconteciam normalmente entre os dias 13 e 19 de setembro, e reuniam um grande número de estudantes secundaristas em torno das competições de modalidades como: natação, handebol, futebol, vôlei e outros. Na programação divulgada pela *A Voz Católica*, na edição de 16 de setembro de 1967, é possível se ter um resumo da vasta programação cívica que ocorria nessas competições, que se iniciava ainda no amanhecer do dia 13 de setembro, quando o governador diante de autoridades, professores, pais e dos “atletas” estudantes, após o hasteamento da Bandeira nacional, discursava na Praça batizada com o mesmo nome do símbolo hasteado, sobre a importância do esporte para a formação dos jovens e do progresso do Amapá.

Naquele ano, a reportagem lamentava a ausência no desfile do 13 de setembro e nas competições dos jogos escolares de duas das sete escolas ginasiais que existiam na capital, restando na disputa o Ginásio de Macapá (G.M.), o Colégio Comercial do Amapá (C.C.A.), o Colégio Amapaense (C.A.), o Instituto de Educação do Território Federal do Amapá (IETA) e o Ginásio Municipal Augusto Antunes. Os locais dos jogos eram o Ginásio Coberto da Divisão de Educação (atual Ginásio de Esportes Paulo Conrado) e o Estádio Municipal Glicério Marques, onde as disputas entre os principais educandários ginasiais acirravam as rivalidades entre os estudantes, animadas pelas torcidas organizadas.

O cenário descrito acima, de alguma forma, também pode ser identificado em todo território brasileiro, durante a ditadura militar, no qual houve um chamamento para os deveres cívicos e patrióticos, não só nas escolas, mas em diversos outros espaços públicos, como tentativa de enquadrar o comportamento da população dentro de um padrão social, que tinha como base chamar atenção à responsabilidade de cada cidadão com a Segurança Nacional do país, expressa no artigo 86 da Carta Constitucional de 1967. A ameaça não era externa, mas interna, ou seja, o “inimigo” era todo aquele brasileiro que ousasse questionar essa filosofia político-social defendida pelo regime.

Entretanto, no caso particular dos Territórios Federais, em que a relação entre governantes e governados atingia graus elevados de proximidade, dada, principalmente, as características provinciana e incipiente dessas sociedades e da

grande dependência com o poder público, esses momentos cívicos eram, sem dúvida, uma boa oportunidade para os governos, encarnados na figura do governador, aproximarem-se da juventude e propagar os ideais e valores do regime e conquistar a adesão ao programa político que vinha sendo desenvolvido; mas também eram momentos em que se demarcavam a formação de uma identidade regional fortemente referenciada na vivência em Território Federal. Desta forma, mais do que o dever cívico de contribuir com a nação, estava em evidência a formação de uma sociedade que almejava ser partícipe dessa mesma nação, tendo esse Amapá político-administrativo, em suas diversas fases de execução, como um dos vetores dessa identidade regional.

Todavia, a grande participação de estudantes as programações cívicas organizadas pelos governos territoriais, não significou um impeditivo para que a juventude estudantil amapaense se organizasse e construísse formas de resistências, mesmo que com diferenças no que foi observado nas principais cidades do país, onde os estudantes, conforme os estudos já realizados, tiveram uma atuação mais incisiva contra a ditadura, a exemplo de suas participações em movimentos de luta armada contra o regime, mesmo considerando no que tange a resistência armada, como diz Marcelo Ridenti (2014), há muita “mistificação”, que podem levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo.

Nesse ponto, como pondera Marco Napolitano (2014), a paradoxal posição da “cultura de oposição”, principalmente nesses primeiros quatro anos do regime ditatorial brasileiro, visto, inicialmente, como um sinal de uma “ditabranda” que não se assumia como tal, precisa ser avaliada em termos mais amplos, tanto como espaço de rearticulação das forças sociais “críticas” e da “resistência democrática” (ponto de vista da oposição), quanto como parte da “guerra psicológica da subversão” a ser combatida (ponto de vista do regime), mas foi fato que a “questão cultural” foi o calcanhar de Aquiles da ditadura, mesmo que não tenha se limitado a uma política cultural meramente repressiva. Foi talvez nesse aspecto que a resistência contra o regime tenha obtido mais êxito na atração de uma parcela significativa dos mais jovens da sociedade amapaense.

Randolfe Rodrigues publicou, em 2010, o artigo “A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64”, no qual ressalta

que a história do movimento estudantil amapaense seguiu uma trajetória muito particular comparada a nacional, pois a ausência de uma instituição de Ensino Superior no Amapá representou um fator determinante na definição do caráter do movimento estudantil. Demonstra Rodrigues, que o perfil do jovem militante era, geralmente, o de ser filho de um funcionário público, fazendo “parte de uma nascente classe média vinculada e tutelada pelo governo territorial” (RODRIGUES, 2009, p. 108). Esse perfil, na visão de Rodrigues, foi determinante na definição do seu conteúdo político e de sua atuação como um todo.

Conforme Rodrigues, a trajetória do movimento estudantil no Amapá está vinculada à fundação da União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá (UECSA), entidade criada, em 09 de julho de 1950, que exerceu durante anos um papel determinante na atuação do movimento secundarista estudantil amapaense e na representatividade junto ao movimento regional e nacional; entretanto, durante boa parte de sua existência, apresentou uma postura de conservadorismo, mais à direita, chegando talvez a ser a única entidade de estudantes a apoiar o golpe de 1964¹²⁷. Os primeiros passos de fundação da UECSA foram dados a partir dos surgimentos dos grêmios estudantis, criados nas escolas secundaristas, a exemplo do Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa, fundado em 1948, por estudantes do Colégio Amapaense (C.A.), que teve papel de vanguarda dentro do movimento estudantil amapaense¹²⁸. Foi a partir da sua fundação que surgiu a ideia de se criar uma entidade de organização dos estudantes secundaristas amapaenses, “quando foi realizada no cine-teatro territorial uma assembleia geral estudantes secundaristas do Amapá” (RODRIGUES, 2009, p. 117).

¹²⁷ A UECSA, conjuntamente com o governo territorial, promoveu logo após o golpe de 1964, a “*Cruzada Cívica de Esclarecimento da Juventude*” com a presença de dois reacionários palestrantes paulistas, Rubens Loureiros e Sérgio Santacróssi” (RODRIGUES, 2009, p. 134).

¹²⁸ As escolas secundaristas que exerceram maior destaque dentro do movimento estudantil foram criadas nos primeiros anos de implantação da administração do Território. Foram elas: Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1945), Colégio Amapaense (1947), Escola Técnica de Comércio (1948), Escola Agrícola de Amapá (1948), Escola profissional Getúlio Vargas (1949), que depois passou a se chamar, em 1954, de Escola Industrial de Macapá, A Escola Doméstica, e a Escola Normal de Macapá (1954), transformado, em 1965, em Instituto de Educação do Amapá (IETA). Sobre a história e a importância do IETA, ler: CARVALHO, João Wilson. **Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo**. Uberlândia: 2012. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

Vale lembrar, de acordo com Randolfe, que em meados dos anos 1950 o ensino secundário possuía em todo Território 17 unidades escolares, a maioria concentrada no centro da capital, Macapá, com um total de, aproximadamente, 900 alunos matriculados. Porém, mesmo sendo um Território predominantemente de jovens, com aproximadamente, em 1950, 36,22% da população entre a faixa etária de 15 a 29 anos (correspondendo a 11.250 habitantes), apenas 53% desses jovens tinham acesso à educação formal, que era toda ofertada pelo sistema público de ensino. Somente em fins dos anos 1980 é que irão surgir as primeiras instituições de educação privada no Amapá. Esse quadro descrito permite elucidar a importância que o ensino secundário exercerá em unidade política também com idade jovem, tido como principal referência na formação dessa primeira geração de amapaenses.

Fernando Rodrigues Santos (1998) reforça que teria sido o controle que o governo territorial sempre buscou exercer sobre a UECSA, desde sua criação, que teria levado a maioria dos estudantes do movimento secundarista amapaense a apoiar o golpe. Segundo ele, a massificação propagandista no imediato pós-golpe, através de palestras nas escolas contra o socialismo foi fundamental nesse sentido. Destaca Santos que, em agosto de 1964, a convite do governo, os universitários da Universidade da USP, Rubens Loureiro e Sérgio Santacrósi, palestraram em Macapá, para uma plateia lotada de estudantes no Cine Territorial, “com demonstrações de materiais de propaganda socialista aprendida no sul do país, documentos comprobatórios de corrupção em instituições federais do governo deposto e apelos veementes aos estudantes locais para a adesão incondicional à ordem política imposta” (SANTOS, 1998, p. 164).

Entretanto, a UECSA e os grêmios estudantis não foram as únicas organizações que reuniram estudantes e jovens no Território. No início dos anos 1950, surgiram os grupos de jovens da Igreja Católica, denominados de: Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC). Nesses grupos, que a princípio se definiam como “apolíticos”, com alguns segmentos chegando a seguir uma orientação pelo anticomunismo, influenciados pelas ideias do Padre Leuret, em fins dos anos 1950, a “esquerda cristã” já era maioria no JUC e no JEC – principalmente nesse último –, passando a intervir mais efetivamente no movimento secundarista e chegando a

conquistar a direção da UESCA por três mandatos (1960, 1961 e 1963). Foi de iniciativa da JEC a primeira greve organizada por estudantes do C.A. e do I.E.T.A., em 1963, que se tem conhecimento no Amapá, e foi a única organização estudantil que ensaiou uma resistência ao golpe de 1964, promovendo pichações nos muros de Macapá contra os militares (RODRIGUES, 2009). Também ajudou a fundar e editar pela Prelazia de Macapá, em 1959, sob a orientação do Padre Caetano Maielo, o jornal a *A Voz Católica*, ocupando espaço de destaque na *Rádio Educadora São José*¹²⁹, inaugurada em agosto de 1968 (CUNHA; FREIRE, 2007).

Foi nesse universo de grande movimentação estudantil que surgiu a agremiação sociocultural *Saci Clube*, criada no início dos anos 1960, com intuito de reunir, através da cultura e da arte, em uma única entidade, jovens de diversos segmentos sociais (não só estudantes). Mascarada por seus objetivos meramente culturais chegou a conquistar o reconhecimento do governo como o *abrigo da mocidade*, conforme descrito na reportagem da edição especial do jornal *Amapá*, de dezembro de 1967. Contudo, por integrar uma grande maioria de estudantes secundaristas do movimento estudantil, logo passou a ser mais um espaço de politização e contestação ao regime. Segundo Carlos Nilson – primeiro presidente do *Saci Clube* – enquanto fervilhava a política nacional e o Amapá um pouco alheio aos acontecimentos que levaram a deposição de Jango, os jovens do *Saci*, realizavam protestos que pediam a encampação da ICOMI com a sua estatização.

Na sexta, 13 de março fizemos uma vigília SACI e CA na Piscina Territorial, onde fiz um pronunciamento favorável à estatização da ICOMI, que me custou uma detenção após 31 de março, lá pro fim do ano. Fui defendido pelo Bispo D. Aristides Piróvano e Pe. Caetano Maielo. Foi quando instituímos a camisa do Saci. A cor escolhida era o vermelho, que era pintado por mim e o Ronaldo Bandeira. (NILSON, 2014).

A cor vermelha escolhida para a confecção das camisas dos integrantes do *Saci* serviu de pretexto para que o governo os taxassem de comunistas, e mandasse

¹²⁹ A Rádio Educadora São José (1968-1978) foi uma emissora de rádio criado no Amapá que tinha como mantenedora a Prelazia de Macapá, instituição criada através da bula *Unius Apostolicae Sedis*, pelo papa Pio XII, no dia 1º de fevereiro de 1949. O projeto de comunicação da Igreja Católica objetivava criar uma alternativa de rádio, já que em Macapá existia apenas uma emissora oficial: a Rádio Difusora. A Rádio Educadora, apesar do caráter religioso, oferecia uma programação variada, com noticiários, rádio teatro, programas de auditório e programação musical, baseada na formação social e cultural da população (CUNHA; FREIRE, 2007).

prender membros do *Saci* após o golpe de 1964. Mas foram as exposições das peças “Judas no Tribunal” e “Prostitutas Respeitosas”, algum tempo depois, produzidas pelo elenco do *Teatro Amadores do Amazonas*, que foi o estopim para que os jovens do *Saci* fossem duramente reprimidos. O espetáculo, baseado em Paul Sartre, que tratava sobre a discriminação da mulher e do negro nos EUA, foi interpretado como subversivo pelo governador Luiz Mendes, que assistia as peças na plateia mandando prender, ali mesmo, o presidente Carlos Nilson e outros integrantes do *Saci*. Meses depois desse acontecimento, segundo Nilson, a sede do *Saci Clube*, que ficava nos fundos da Fortaleza de São José de Macapá, foi tomada pelos militares e a entidade fechada pelo governo territorial. “Alguns meses depois nos tomaram a sede da Fortaleza, alegaram não ser possível um clube numa praça de guerra. Hoje é só lembrança” (NILSON, 2014).

O fechamento da sede do *Grêmio Literário e Cívico Rui Barbosa* do Colégio Amapaense, em 1965, relatado por Alcinéa Cavalcante anteriormente, bem como, da UESCA no mesmo ano, com a prisão de seu presidente e do fechamento do *Saci Clube*, em 1967, revelam um certo receio, por parte das autoridades locais, com relação a representação subversiva que as entidades compostas por estudantes secundaristas poderiam representar para a ordem estabelecida, e demonstram que a repressão política foi intensa no sentido de frear esses movimentos no Amapá.

Pode-se afirmar, fazendo-se as devidas ponderações aos aspectos locais, que a repressão ao movimento estudantil amapaense atuou no mesmo sentido do ocorrido em âmbito nacional, objetivando frear qualquer resistência de estudantes contra a ordem estabelecida. Foi fato que o endurecimento do regime, a partir de 1968, com o AI nº 5, esfacelou o movimento estudantil nacional, só reconstruído a partir da luta pela anistia, em meados dos anos 1970. No caso da UECSA, somente em 1986 será retomada, com a realização do seu XII Congresso e da eleição de Walmir do Carmo para sua presidência (RODRIGUES, 2009). Todavia, os diversos movimentos de caráter estudantil e religioso, ou meramente culturais e artísticos que reuniram um grande número de jovens amapaenses podem ser vistos como a expressão de toda uma geração que crescia em torno de expectativas e de críticas à forma como o Estado brasileiro vinha dirigido à administração dos Territórios

Federais amazônicos e as políticas de desenvolvimento econômico e social na região.

Se por um lado os militares buscavam importar modelos nacionais na condução da política local, por outro a juventude amapaense, mesmo com a precariedade com que as informações circulavam em todo o Território e do monopólio que o governo exercia sobre os poucos canais de comunicação existentes, também encontrou caminhos de diálogos e se manteve próxima das inspirações e projetos vividos pelos demais jovens de outros cantos do país e do mundo; assim, também ouvia artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré e outros. Assistia no Cine Territorial e no Cine Paroquial filmes como: *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969), *Como era Gostoso o Meu Francês* (1971) e outros. E sob a influência dos festivais de música, que se multiplicaram pelo país, também participou ativamente, em fins dos anos 1960 e início de 1970, de alguns deles, bem como dos *Festivais Amapaense da Canção*¹³⁰, organizados por artistas e escritores locais de vanguarda e de interlocução nacional, como: Isnard Lima, Amilar Brenha, Nonato Leal, Alcy Araújo, Ezequias Assis e outros.

Portanto, mesmo com a censura e com as frustrações das suspeitas de manipulação dos resultados desses festivais, se os anos 1950, foram de início de uma arte geograficamente definida pelas fronteiras territoriais, mesmo que bastante influenciada pelos padrões nacionais, tendo como expressão máxima os artistas do movimento da *Revista Rumo*¹³¹, como Alcy Araújo, Álvaro da Cunha, Ivo Torres e

¹³⁰ O I Festival Amapaense da Canção ocorreu, em 1969, o II Festival Amapaense da Canção, em 1970, o III Festival Amapaense da Canção, em 1971, e o IV Festival Amapaense da Canção, em 1975. Fonte: *Revista Latitude Zero*, edições de jul./ago. 1969, nov. 1970 e dez. 1971.

¹³¹ A *Revista Rumo* foi lançada em 1957, logo após a vinda para o Amapá do escritor carioca Ivo Torres, um de seus idealizadores. A revista, que publicava textos de escritores locais e nacionais de influência modernistas, abordava temas sobre os movimentos artísticos e culturais locais, nacionais e do exterior. Conforme definiu o escritor amazônida Osório Nunes, “A *Rumo* condução e explica o Amapá”, portanto foi a *Rumo* que, projetando o Amapá para fora, que inseriu, de certa forma, a cultura amapaense no contexto nacional e internacional. O sucesso da revista levou a criação da *Editora Rumo*, que incentivou a produção literária amapaense publicando livros antológicos como: *Quem explorou quem no contrato do manganês no Amapá* (1962), de Álvaro da Cunha, e *Autogeografia* (1962), de Alcy Araújo. A *Revista Rumo* também deu origem ao *Clube Arte Rumo* que reunia poetas, escritores, músicos e artistas das artes cênicas e plásticas, ao mesmo tempo em que buscava incentivar o surgimento de novos talentos através da promoção de concursos de crônicas e poesias (Fonte: LITERATURA DO AMAPÁ. **Movimento Rumo e modernos poetas do Amapá**. [internet]. Macapá: Paulo Tarso (editor). 06 de janeiro de 2006. Disponível em:

Arthur Nery Marinho que ambicionavam divulgar para fora do Território a emergência de uma sociedade que nascia no seio de valores vistos por eles como originais, os anos 1960 e início dos 1970, foram de amadurecimento de uma produção artística genuinamente amapaense, principalmente musical e literária, que refletiram não só a crítica política, social e econômica ao regime, mas também ao programa de desenvolvimento imposto pelo Estado brasileiro aos Territórios Federais.

Esse movimento artístico, que teve na participação ativa da nascente juventude amapaense seu ponto forte, diferiu-se do inicial não só pelo fato de não ter somente intelectuais burocratas importados de outros Estados e ligados ao governo territorial, mas em razão de estar sendo gerado a partir de referências locais identitárias próprias. A música “*Devaneio*”, de autoria do jovem artista Fernando Canto, classificada em segundo lugar no *IV Festival Amapaense da Canção*, de 1972, é representativa nesse sentido. Não foi à toa que se tornou o primeiro sucesso fonográfico do Amapá, através da irreverência e originalidade do grupo Os Mocambos¹³², pioneiros na gravação e na divulgação do ritmo do marabaixo nos arranjos musicais (CANTO, 2009). A *Banda*, bloco de rua de carnaval, criado em 1965, por pessoas vistas como opositores do regime, foi a própria expressão do casamento entre a irreverência e a política, tão característicos dos protestos amapaenses no período da ditadura.

Não foi pretensão adentrar no estudo detalhado de como o regime se relacionou com a vida cultural amapaense, ou vice e versa, mas dentro de um ambiente complexo de impasses e contradições, de difícil compreensão, pode-se dizer que de forma geral, o regime militar no Amapá, assim como no resto do Brasil, combinou uma política cultural repressiva com uma política cultural proativa. A vida cultural amapaense durante as décadas do regime militar brasileiro foi efervescente, seja por fatores de ordem social e econômica, como o crescimento de juventude de

<http://escritoresap.blogspot.com.br/2006/01/movimento-rumo-e-modernos-poetas-do.html>. Acesso em: 16 jan. 2016).

¹³² Os *Mocambos* foi formado no Amapá por volta de 1963 com a seguinte composição: Hernani Guedes (idealizador e violonista), Guimarães (saxofonista, tecladista e arranjador), Fernando Canto (guitarrista base e vocal), Aldomário Henriques (guitarrista solo e vocal), Zé Maria Teles (contrabandista), Tito (Cícero), Melo (vocal) e Pedro Balieiro (baterista). Foi em 1968, com a gravação do LP “Marabaixo: o folclore amapaense”, que surgiu a ideia de gravar músicas da cultura local (Fonte: PORTA RETRATO. Hernani Guedes e seus mocambos. [internet]. São José dos Campos: João Lázaro (editor). 29 de agosto de 2011. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2011/08/hernani-guedes-e-seus-mocambos.html>. Acesso em: 12 jan. 2016).

amapaenses envolvidos com movimentos culturais de cunho contestatório e de crítica ao projeto ICOMI, ou em razão de ações promovidas pelo regime militar no Amapá.

Assim, contrariando todo um discurso oficial de uma aparente calma que se seguiu ao golpe civil-militar no Amapá, com remanências no imaginário social do presente, e da forma como vem sendo interpretada a ditadura civil-militar em território amapaense, os documentos e depoimentos coletados pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá¹³³ têm fornecido novas possibilidades interpretativas para o estudo desse período autoritário em regiões administradas diretamente pela União, desde antes de 1964, como era o caso dos Territórios Federais.

Na leitura de Santos (2001), configurou-se no Amapá, desde os primeiros momentos do golpe civil-militar, o que viria a se tornar uma prática estrutural da ditadura brasileira: o terror de Estado: “servidores públicos eram punidos, demitidos, admoestados, sem a menor formalidade administrativa, sindicalistas eram destituídos e detidos, estudantes eram penalizados e expulsos de colégios, opositores eram investigados” (SANTOS, 2010, p. 290). Neste sentido, mesmo com o entendimento que o Partido Comunista (PC) no Amapá atuou de forma velada e com pouca abrangência local, o uso do anticomunismo¹³⁴ pelos governos amapaenses nesse período – como recurso ideológico e imaginativo, bem como forma de convencimento da necessidade de determinadas medidas de repressão – foram práticas recorrentes.

A pesquisa sobre esse período em âmbito local ainda tem muito a avançar dada a escassa produção historiográfica sobre o tema, mas já é consenso entre um

¹³³ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ “Francisco das Chagas Bezerra “Chaguinha”, (da qual faço parte como membro colegiado), foi por meio da Lei 1.756, de 24 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial nº 5.490/13 e alterada pela Lei 1.771, de 30 de setembro de 2013, durante o governo de Camilo Capiberibe (2011-2014). Após um período de paralisação, de quatro meses, foi reativada pelo atual governador, Antônio Waldez Góes da Silva, conforme Decreto nº 4994/2015. Foi a primeira Comissão criada na Amazônia, objetivando, assim como as demais Comissões estaduais, municipais e institucionais, oferecer subsídios aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Assim sendo, acompanhou as diretrizes e finalidades estabelecidas pela CNV.

¹³⁴ Para Rodrigo Pato Sá Motta (2002), no período compreendido entre 1961 e 1964, o anticomunismo se constituiu em peça-chave para o entendimento da deflagração do golpe militar de 31 de março de 1964. De um lado ações – movimentos, organizações e campanhas – e de outro as representações – imaginário, iconografia e ideário. Segundo ele, a expressão “indústria do anticomunismo” foi cunhada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”, ou seja, eram aqueles manipuladores que tiravam proveito do temor ao comunismo. Para entender melhor sobre o anticomunismo, ler: MOTTA Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

tímido grupo de historiadores que a ditadura civil-militar no Amapá teve seus contornos delineados a partir de particularidades locais comparada a realidade demais Estados brasileiros. Para Dorival Santos (2001), a mais importante dessas especificidades se refere à ressignificação que as ações e as normas preconizadas pelo centro definidor do poder nacional vão adquirir em uma sociedade com as características que a amapaense apresentava, com uma cultura e mentalidade preponderantemente tradicional, comunitária e mitológica, em termos pré-modernos.

Essa linha de argumentação apresentada por Dorival Santos talvez possa explicar o porquê da *Operação Engasga*, que teria ocorrido durante o governo do Capitão de Mar e Guerra, Lisboa Freire (novembro de 1972 a abril de 1974) – o primeiro oficial da era da Marinha no Amapá – teria servido de pretexto para a prisão de várias pessoas, supostamente, envolvidas com o comunismo, obtendo grande repercussão entre a população e ficando marcada no imaginário amapaense como um tempo de medo e terror. Diria que para quem analisa a trajetória histórica amapaense pelo enfoque da experiência territorial, como é o caso desse estudo, não há como não associar a explicação do surgimento dos “engasgadores” aos fios que teceram a história de Estados que surgiram a partir de Territórios Federais dentro da experiência republicana brasileira.

O “engasga-engasga”, como ficou conhecida popularmente a operação militar de 1973, recebeu esse nome em razão de ter sido justificada pela quantidade de relatos de agressões a mulheres que teriam sido vítimas de tentativa de estrangulamento por um homem disfarçado, com peruca longa, máscara contra gases, barba comprida, vestuário extravagante e luvas cobertas por lixas grossas. Conforme Adamor, “algumas pessoas diziam que era um alienígena originário da Ilha Inglesa de Santa Lúcia no Caribe, que se encontrava preso em Macapá, como clandestino e, que possuía conhecimentos de guerra de guerrilha, métodos psicológicos, próprios para agitar a cidade tornando atônicos seus cidadãos” (OLIVEIRA, 2013, p. 179).

Apesar das várias denúncias à polícia e à Rádio Difusora, não se tem registros de uma mulher assassinada ou gravemente ferida por esses ataques, mas essas geraram em Macapá um clima de tensão e medo generalizados entre os moradores, intensificados por estranhos cortes de energia elétrica, que coincidiam

com a saída dos estudantes das escolas no turno da noite. Adamor Oliveira rememorou como foram percebidos esses dias de medo e de terror na capital amapaense:

diariamente agrediam mulheres, na medida em que os dias iam passando, as agressões iam aumentando ao ponto de ocorrer cinco a seis, por dia. O tumulto tomou conta da cidade. Os colégios interromperam as aulas, os cinemas fecharam as portas, o comércio paralisou, em parte suas atividades. Começaram então os boatos, uns viam um homem barbado com uma roupa desconhecida num local, daqui a pouco o mesmo homem já se encontrava em outro local agredindo as mulheres, enfim, não havia mais quem entendesse o que estava acontecendo, nem a polícia, nem o povo, nem ninguém (OLIVEIRA, 2013, p. 178-179).

Em maio de 1973 a pacata capital, Macapá, foi surpreendida com a chegada de várias autoridades das Forças Armadas, e com a prisão de, aproximadamente, 28 pessoas acusadas de agitação e comunismo, os “bodes expiatórios”, como assim Adamor se referiu às pessoas presas por essa operação. O jornal paraense *Folha do Norte*, de 01 de junho de 1973, com a manchete “Terroristas estrangulam mulheres em Macapá”, noticiou as agressões e as prisões dos supostos “engasgadores”, referindo-se a eles como *terroristas que estariam estrangulando mulheres em Macapá*. Segundo esse jornal, “a população da capital do Território esteve intranquila durante quinze dias, até que a Secretaria de Segurança do Governo do Amapá, com a colaboração do 34º Batalhão de Infantaria do Exército ali sediado, conseguiu prender os responsáveis pelos acontecimentos”.

Para os jovens que faziam parte do movimento cultural *Clã Liberal do Laguinho*¹³⁵, como Odilardo Lima e Fernando Canto, presos pela Operação Engasga, a versão dos fatos teve um sentido bem diferente da oficial e a de populares que não tiveram suas vidas diretamente atingidas por esse acontecimento. Foram momentos de insegurança, medo e perplexidade diante de acusações que desconheciam, agravados pelos dias de cárcere, torturas e horas de interrogatórios. Sete anos depois, Odilardo Lima narrou em entrevista ao jornal *Resistência* os dias de cárcere vividos nessa época:

¹³⁵ O movimento cultural “Clã Cultural do Laguinho” foi fundado por jovens moradores do Bairro do Laguinho com o propósito de discutir questões culturais, religiosas e científicas, e acabou por incomodar o regime, segundo Santos (2001, p. 109), “pelo simples fato de escapar-lhe o controle sobre a independência e a criatividade com que o grupo funcionava”.

Abriram o porão e botaram todos de mão para cima, chamando-os de comunistas e terroristas. Aí fizeram a revista. Apertaram tanto o meu saco que quase não aguento. Depois nos levaram para outra cela, aos poucos. Cinco degraus separaram o nível do solo do porão para onde fui levado. Na porta havia dois caras encapuzados. Um sujeito me empurrou e fui aparado a porrada. O Isnard Lima Filho e o Capiberibe estavam apanhando. Apanhavam lambadas de arame, socos e pontapés, com as perguntas e palavrões. Fui torturado durante duas horas. Depois nos manietaram com arame e corrente. Eu fui manietado com arame. Havia um caminhão do Exército nos esperando. Nos jogaram lá dentro como se joga porco. Quando me atiraram lá, o arame começou a cortar meus pulsos. Aí eu fiquei de um jeito que cortasse as veias. Antes disso, nós fomos encapuzados e levados para uma sala. Lembro-me que chamavam pro cara que estava nos interrogando de coronel (RESISTÊNCIA, 1980).

As salas e as prisões que Odilardo mencionou em sua narrativa são, provavelmente, ambientações das dependências da Fortaleza de São José de Macapá, que era para onde levavam a maior parte dos presos políticos do período da ditadura, tornando-se segundo Santos (2001), símbolo e ícone de medo. A maioria das pessoas entrevistadas pela CEV-AP destacou essa representação que o forte de Macapá passou a ter, desde então, em suas vidas, o que nos leva a pensá-lo como um dos *lugares de memória*, conforme a expressão cunhada por Pierre Nora. Para ele, os *lugares de memória* são nosso momento de história nacional, possuem papel narrativo de consolidação e totalização, reunindo elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, e unificando-o há uma rede articulada dessas identidades diferentes, “uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente se si mesma” (NORA, 1993, p. 13). Assim lembra Nora (1993, p. 21): “só é lugar da memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”.

O poeta e músico Fernando Canto resumiu esses anos de repressão vividos no Amapá com a seguinte frase: “até falar de amor era crime político”. Embora não oficialmente reconhecida como *Operação Engasga*, saber o que de fato se passava na cabeça de seus construtores ainda é inconcebível dada a ausência de documentação sobre ocorrido e a recusa de pessoas ligadas ou não a repressão em se manifestarem sobre o assunto, levando a pensá-lo como um evento em que se produziu muitos apagamentos e silenciamentos em razão da destruição maciça de documentos.

Desta forma, os depoimentos de vítimas coletados pela CEV-AP conduzem a interpretá-lo com fortes indícios de que ela foi uma operação militar arquitetada por agentes da repressão, servindo não só de intimidação e difamação dos opositores do regime, mas como pretexto para a prisão de várias pessoas, supostamente comunistas, e manter a população sobre controle e vigilância. Mesmo que se considere a hipótese de terem concebido este plano, simplesmente, para criar a Polícia Militar no Amapá, como muitos depoentes assim afirmaram, ela foi ressignificada pela cultura vigente, sendo decisiva para o desmantelamento da resistência à ditadura, deixando marcas profundas no imaginário social amapaense, que permanecem vivas nas memórias das vítimas e de seus descendentes, como experiências traumáticas que não passam, pois como ajuíza Jeanne Marie Gagnebin, a memória afetiva jamais se deixa controlar, no máximo se deixa calar ou manipular, mas volta, pois “as lembranças são como bichos selvagens que voltam a nos atormentar quando menos se espera” (GAGNEBIN, 2010, p. 183).

3.3 “O Povo todo Enjoo do Capitão”: o Amapá sem Janary

*MDB quando chega no Amapá
É sinal que o povo precisa renovar
O povo todo enjoo do Capitão
É sinal que o Amapá vai expulsar o camaleão
O povo quer agora é renovar
Com Antônio Pontes e Lucimar
O povo agora já escolheu
Dois nomes de valor que a terra concebeu
O Pontes vai na frente atrás o Lucimar
E não tem um só remédio para eles não ganhar¹³⁶*

(Letra: Aguides Boaventura da Gama)

A letra acima foi um dos *jingles* da campanha do jovem professor Antônio Cordeiro Pontes nas eleições de 1970, quando concorreu ao único cargo eletivo do qual o Amapá tinha direito nesse período, o de deputado federal, e derrotou o ex-governador Janary Nunes que tentava a reeleição para o terceiro mandato consecutivo. A vitória da coligação Pontes-Lucimar pelo MDB – sigla partidária que identificava os opositores do regime – composta por dois jovens professores e

¹³⁶Letra reproduzida por Bernadete Rodrigues da Gama, filha de Aguides Boaventura da Gama, em 14 de março de 2014.

inexperientes, contra um candidato tradicional e influente da política amapaense, passou a ser interpretada, na época, como a vitória de “Davi contra Goliás” e acabou por demarcar nas análises históricas o fim do *janarismo* na política amapaense.

Antônio Pontes nasceu na *Fazenda Tacumã*, em 1937, e era oriundo de uma família tradicional de pecuaristas do município de Amapá. Estudou durante toda sua trajetória estudantil em colégios do Território; sua incursão na política decorreu de sua liderança dentro do movimento estudantil, em grêmios de destaque, como o do Ginásio de Macapá. Sua campanha foi marcada pela jovialidade, pela promessa de rompimento com o passado em oposição ao modelo administrativo ultrapassado imposto ao Estado brasileiro aos Territórios, e pela crença de que a renovação na política, através da representação de uma liderança jovem e nascida na região, poderia levar o Amapá ao progresso e desenvolvimento econômico almejado. Grande parte dos eleitores e apoiadores de Pontes e de Lucimar Del Castillo era de jovens que lotavam os comícios irreverentes, realizados, geralmente, com shows da banda *Os Cometas*¹³⁷, conjunto musical formado por estudantes e com canjas do candidato, que ensaiava algumas notas musicais na guitarra. Os showmícios também contaram com a participação especial da rainha do bolero, a cantora mineira Edna Fagundes, que teria gravado jingles da campanha¹³⁸.

Pontes não atraiu somente o eleitorado jovem do Território. Quando se candidatou ao cargo de deputado federal aos 32 anos de idade, já havia trilhado uma trajetória profissional considerada, à época, de destaque dentro da administração pública local. Formado pela Escola Industrial, em 1956, ingressou aos

¹³⁷ O conjunto *Os Cometas* foi criado no Amapá, na primeira metade da década 1960, por iniciativa do Mestre Oscar Santos, instrutor de música paraense autodidata que ensinou música em várias localidades do Pará de antes do desmembramento, e que depois da criação do Território do Amapá tornou-se um dos instrutores mais conhecido entre os jovens que desejavam aprender a arte musical. A banda foi composta inicialmente pelos músicos: Roberval (guitarra), Walfredo (percussão e vocal), Sebastião Mont’Alverne (guitarra), Luís Almeida e Pedro Altair (baixo), Assunção (trompete), Spíndola (sax), Aymoré e Augusto (piano), Joacy, Célia e Nando (vocal) e Muscula (percussão). Em 1968, com a saída de Nando, Joacy e Sebastião entraram para o grupo o guitarrista Gato e o vocalista Humberto Moreira. *Os Cometas* seguiu trocando alguns integrantes até sua paralização em 1976. Macapá Clube, Aeroclube, Piscina Territorial, Sede do Trem e Maganês foram os locais onde o grupo mais se apresentou (Fonte: PORTA RETRATO. **Conjunto, Os Cometas**. [internet]. São José dos Campos: João Lázaro (editor). 19 de junho de 2010. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2010/06/conjunto-os-cometas.html>. Acesso em: 18 jan. 2016).

¹³⁸ Para saber mais sobre esse político amapaense, ler: “Antônio Pontes: Deputado Federal”. Coleção: Os homens que lutaram e fizeram do Amapá um grande Estado. **Perfil do Amapá**, Macapá, ed. esp., p.99-102,1998; e, BARBOSA, Coaracy. **Personagens Ilustres do Amapá**. Vol. III. Amapá: Dep. de Imprensa Oficial, 2002.

19 anos no serviço público na função de professor do quadro de diarista do governo do Território. Em 1963, ao concluir o curso de Bacharelado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, já havia sido diretor de escola e acabou convidado para assumir a chefia da coordenação da Divisão da Educação, o que demonstra que possuía uma relação de proximidade com pessoas influentes dentro do governo territorial¹³⁹. Portanto, parecia ser, àquela altura, a única liderança capaz de vencer um candidato como Janary Nunes, daí, talvez, porque sua candidatura tenha recebido o apoio de um dos maiores adversários Janary Nunes do período, o governador Ivanhoé Gonsalves Martins e de *opositores históricos do janarismo*; desta forma, analisado por esse viés, a vitória de Pontes não foi um feito tão heroico assim.

Josias Nogueira Hagen Cardoso, um dos integrantes do movimento estudantil e fundadores da UECSA, narrou que a insatisfação com a política conduzida pelos Nunes desde a criação do Território foi decisiva para que a grande maioria dos estudantes apoiasse Pontes nas eleições de 1970:

a nossa meta era substituir o governo do Território por outro governo que não dependesse da oligarquia Nunes. Na época, em tom de gozação, as professoras ensinavam em geografia: “ – Meu filho o que é uma ilha? É uma porção de terra cercada de água por todos os lados”. Pois bem! “ – O que é o Amapá? ” Ao que os alunos respondiam: “ – Era uma porção de terras cercada por Nunes por todos os lados”. [...]. Onde você chega em órgãos do governo sempre tinha Nunes. Então o nosso movimento era exatamente fazer uma retomada do governo para ver que mudanças se iria fazer (Entrevista gravada, em 19 de setembro, 2014. Fonte: Acervo Oral da CEV-AP).

A vitória de Pontes nas eleições de 1970, no Amapá, talvez tenha sido interpretada como grandiosa, à época, por ter significado a derrota de alguém considerado influente na política local, e bem quisto entre os amapaenses, mas acabou por representar o fim de um ciclo político que teria durado 27 anos, que se iniciou em 1943 com a indicação de Janary Nunes ao governo amapaense, encerrando-se com a sua derrota nessas eleições. Não foi somente o fim da trajetória política de um personagem que influenciou o destino do Amapá por quase três décadas, mas uma disputa pelo poder dentro do Território que, simbolicamente, representou a finalização de um período e da influência não só de Janary, mas do

¹³⁹ Ibidem.

enfraquecimento do grupo político que representava, os *janaristas históricos*, ou do *janarismo*. Porém, também, pode ser compreendido como um marco na política nacional que vinha sendo desenvolvida pelo Estado brasileiro para os Territórios Federais, que vivenciaram, assim como no resto do Brasil, o endurecimento político e o aumento das políticas intervencionistas e da exploração econômica na região, como já analisado.

Contudo, ainda permite pensar esse momento da política amapaense no tempo da aceleração histórica, quando se tem a impressão de que o ritmo dos acontecimentos dita a velocidade do tempo e tudo acontece de forma mais intensa, condensando em um único momento múltiplas temporalidades e acontecimentos. No caso da história que privilegia o político como linha interpretativa, tornam-se períodos-chave, pois, conforme René Rémond (2003, p. 34), ao evidenciar a pluralidade de ritmos o político “articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento”. Para Paul Ricoeur (1997), a percepção do tempo histórico para o historiador movimenta-se através de ritmos que adquirem velocidade conforme as conjunturas e as forças sociais que são analisadas e que lhe dão sentido, pois, segundo o autor, o tempo histórico seria um “terceiro tempo”, entre a natureza e a consciência, uma mediação, entre o tempo vivido concreto e efetivo e o conhecimento reconstruído desse vivido. Assim, o historiador em sua narrativa constrói uma intriga, uma síntese do heterogêneo que integra eventos múltiplos e dispersos. Embora tenha essa ambição, a intriga reconstruída pela escrita da história não narra o vivido tal como aconteceu, pois, isso é impossível, mas reconstrói a experiência temporal, dando-lhe um sentido, uma direção.

Na busca de reconstruir essa intriga e temporalizá-la, ou seja, os acontecimentos que teriam levado a vitória de Antônio Pontes e o declínio do *janarismo* na política amapaense, analiso as eleições de 1970 como o ápice de um processo que se iniciou anos antes, após o golpe militar de 1964, quando a oposição aos janaristas foi ganhando força. O foco específico não é o fato eleitoral, mas o seu contexto, pois, como bem alertou Pierre Laborie, o exercício da escrita é difícil e poroso, suscitando uma vigilância constante do historiador. Na busca de se tentar compreender, apontar contradições, estabelecer conexões, formular explicações baseada em indícios deixados pelas fontes, e dar sentido e inteligibilidade à

desordem do passado, deve-se acima de tudo respeitar o pacto de probidade e verdade, sem esquecer que “o historiador não é um juiz, não está ali para dizer quem é inocente ou culpado, para absolver ou condenar, para inculpar ou desculpar” (LABORIE, 2009, p. 87). Seguindo as orientações acima e sem a pretensão de esgotar a questão, vejo como fundamental uma reflexão que situe os acontecimentos de 1970 em um raio que abranja os fatores históricos e conjunturais que os ocasionaram, e esses estão diretamente relacionados na rede de intrigas que envolveram a posse e deposição de Jango da presidência do Brasil e a instituição da ditadura militar no país.

Para tanto, serão utilizados, além de artigos de jornais da época, dois estudos consagrados da historiografia local do presente sobre o tema (ambos já citados em diversas passagens deste trabalho), que apontam perspectivas distintas para se problematizar a temática proposta, buscando um ponto de convergências entre elas, como caminho metodológico para se pensar esse Amapá político-administrativo dessas narrativas, enquanto representações dotadas de sentidos e silêncios que se apropriaram dos registros deixados do passado, ou melhor, do que se legou sobre ele, e de uma constante necessidade de afirmação desse passado no presente através das novas perspectivas historiográficas que se apresentaram. O que quero dizer é que está em evidência a valorização de uma experiência considerada socialmente significativa, seja no registro do investimento analítico e intelectual, seja na rememoração do chamado “dever de memória”, de uma obrigação social de manter um determinado passado.

O primeiro, *Da Autonomia Territorial ao Fim do Janarismo (1943-1970)*, publicado em 1998 por Fernando Rodrigues dos Santos, a quem se atribui a utilização do termo *janarismo* como viés explicativo para analisar esse período de quase 30 anos, em que o Amapá esteve sob a influência política de Janary Gentil Nunes é mais emblemático nesse sentido; e o segundo, a dissertação de mestrado *O Regime Ditatorial Militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974*, de 2001, de Dorival da Costa Santos, que apesar de não abordar, especificamente, o *janarismo*, reflete o período pós-1964 no Amapá enquanto fruto das decisões nacionais.

O processo político que desencadeou a ascensão e permanência de Jango no poder, no ano de 1961 até o golpe civil-militar de 1964, vem sendo compreendido na historiografia local com algumas peculiaridades com relação a política nacional. Enquanto que no resto do Brasil, as forças políticas se aglutinavam em torno dos que defendiam ou não as “reformas de base” em um momento, em que, segundo Daniel Arão Reis, “acumularam as forças que se enfrentaram num grande embate, o mais complexo e violento, e de maiores dimensões sociais, que até então conhecera a república brasileira” (REIS, 2004, p. 30-31), na leitura de Dorival Santos, o “janguismo” não enfrentava resistência entre os amapaenses, pois “no Amapá, as forças políticas, agrupadas em torno do Partido Socialista Democrático – PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB alinhavam-se incondicionalmente às “reformas de base”. Digladiavam-se para definir quem era mais “janguista” (SANTOS, 2001, p. 43).

Só para se ter uma ideia das disputas em torno do direito do uso político da imagem do presidente Jango, em 26 de janeiro de 1964, o PTB publicou um artigo no jornal local de sua propriedade, *Folha do Povo* (1959-1964), no qual criticava o grupo adversário, liderado pelo ex-governador deputado Janary Nunes, de se utilizar do prestígio de João Goulart como manobra política duvidosa e reivindicava o direito partidário do uso da imagem do presidente. A matéria, transcrita em parte no trecho a seguir, também, referia-se a possível candidatura de João Goulart ao senado pelo Amapá.

O sr. Janary Nunes pretende lançar o nome do Presidente João Goulart, como candidato a senador pelo Amapá em 1966.

A ideia do sr. Janary seria a mais louvável possível, se não fôra as intenções maquiavélicas que se esconde atrás desse véu de ingenuidade.

O presidente João Goulart tem o seu partido, o PTB e não precisará do sr. Janary Nunes nem do PSP a quem está vinculado o deputado, para ser candidato a senador pelo Amapá (FOLHA DO POVO, 1964).

De acordo com Delgado (1997), João Goulart atuou com firmeza pela efetivação de uma democracia social nacionalista e reformista, trazendo real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Na avaliação dos petebistas amapaenses, o governo de Goulart teria atuado no sentido inverso no Amapá, ao indicar para governar esse Território, com apoio de setores

conservadores da política local, o Tenente Coronel Terêncio Furtado de Mendonça Porto (novembro de 1962 a abril de 1964). Seu governo pode ser definido como morno do ponto de vista das realizações políticas e econômicas, mas sua administração, especialmente no ano que antecedeu ao golpe, foi marcada pelo endurecimento político, pelas repressões, pelas perseguições e pelas prisões da oposição. No trecho a seguir, Alfredo Távora narrou as prisões ocorridas no ano de 1963, a mando de Terêncio.

O governador Terêncio Porto continuou as perseguições. Em 19 de maio, antes da viagem da comitiva, havia praticado inusitada violência contra o Sr. José Porpino da Silva, funcionário do Território há mais de 10 anos, mandando prendê-lo e despejando-o da casa do governo, que ele ainda ocupava como ex-diretor da Administração Geral, secretário geral e até governador interino.

João Wilson de Carvalho, membro do PTB que havia estado com o presidente João Goulart para denunciar certas perseguições, foi preso umas três vezes, a última em 19 de agosto de 1963, sob a alegação de ter criticado a administração.

Em 13 de outubro do mesmo ano, novas violências. Desta vez, a prisão incomunicável do ex-secretário geral de Terêncio [...] (GONSALVES, 2010, p. 72-73).

Outro aspecto de particularidade local com relação aos acontecimentos de 1964, diz respeito ao comportamento da elite local que, talvez em razão da distância geográfica e da forma como a representação política amapaense interpretou os acontecimentos entre 31 de março e 1º de abril, a primeira reação ao golpe pelas lideranças políticas locais foi de apoio ao presidente João Goulart. O deputado Janary Nunes enviou, nas vésperas do dia 31 de março, um telegrama ao seu aliado no Território, Terêncio Porto, instruindo-o para que organizasse um movimento nas ruas da capital manifestando solidariedade ao presidente Jango. Assim, o governador amapaense o fez. Redigiu nota oficial, que foi divulgada para conhecimento público no dia 01 de abril, através da *Rádio Difusora de Macapá*, na qual manifestava sua “decisão de manter esta unidade da federação dentro da legalidade, fiel à constituição Federal e aos poderes constituídos sob a autoridade legítima do Presidente da República” (PORTO, 1964).

Em 03 e 04 de abril, quando a notícia do golpe veio a ser confirmada como irreversível no Amapá, segundo Dorival Santos (2001), os primeiros a ficarem em polvorosa com a confirmação da vitória do movimento militar foram as lideranças

políticas locais que, desorientadas, não sabiam como agir. Daí em diante, começou a ser travada uma luta pela prevalência de uma memória que negasse qualquer ligação com a política desenvolvimentista de Jango. Uma das primeiras atitudes de Terencio Porto foi desqualificar a ocupação da presidência por João Goulart; mandou divulgar uma matéria no jornal *Amapá* na qual repudiava a atitude de Jango, classificando-o como “homem fraco, medroso e covarde”. A matéria se diferenciava da anterior, divulgada no mesmo jornal, que definia João Goulart como “dotado de uma vocação extraordinariamente inata para dirigir homens e povos” (SANTOS, 2001).

Nos primeiros dias que se seguiram ao golpe, quando Goulart já se encontrava no exílio no Uruguai, visando mascarar sua relação com a política janguista e seu apoio equivocado a Jango e contrário ao golpe, Terêncio Porto aproveitou o momento político conturbado que o país passava para ordenar uma série de prisões, que teve como alvo expiatório membros do PTB, sindicalistas e líderes do movimento estudantil, com o pretexto de que eram comunistas. Segundo Alfredo Távora, “o governador Terêncio, depois da vitória do movimento aproveitou para mandar fechar a Folha do Povo, recolher todo o seu arquivo e prender incomunicáveis na Fortaleza, Amaury e Aragarino, sob o pretexto de que a Folha do Povo era um órgão de propaganda comunista” (GONSALVES, 2010, p. 75). No dia 04 de abril de 1964, a *Folha do Povo*, com a manchete “Prisão de líderes”, noticiava o clima de instabilidade e repressivo que a aparente e pacata capital do Território localizada no extremo norte do país vivenciava naqueles dias.

A informação que nos chegou à redação, deu-nos conta de que as 17 horas, o Ten. Uadih Charone, dando cumprimento às determinações 8ª R.M. teria determinado a prisão de vários líderes sindicais e estudantes tido como suspeitos de serem comunistas, que prestaram depoimentos na Divisão de Segurança e Guarda, sendo após colocados em liberdade. Segundo consta, outras prisões serão ainda efetuadas dentro das próximas horas (FOLHA DO POVO, 04 de abril, 1964).

Para Dorival Santos, a explicação para a análise equivocada pelos políticos amapaenses com relação aos acontecimentos de 31 de março e 01 de abril foi o fato da elite local apresentar como característica central a subordinação extremada aos ditames políticos preconizados pelo centro do poder do país, “chegando a um agudo

e caricatural servilismo, identificado pela sensível falta de influência nos bastidores políticos do regime” (SANTOS, 2001, p. 37). Esse comportamento de subordinação extremada e dependente, conforme Santos, ainda que tivesse as suas peculiaridades, não era característica específica nem do momento político ditatorial e nem da elite local, mas estrutural da elite brasileira, identificada por relações de compadrio, de clientelismo, de patrimonialismo, da confusão entre o público e privado e da tutela autoritária do povo, mas “no caso do Amapá esse comportamento dependente e subordinado veio sendo culturalmente construído desde do período colonial” (SANTOS, 2001, p. 38).

A região que compreendeu o Amapá em 1943, desde seus primórdios, em razão de suas riquezas naturais e auríferas, despertará a cobiça desenfreada dos portugueses sobre a região, e estabelecerá mais adiante, no processo de formação do Estado Nacional, um comportamento paradoxal das elites definidores do poder nacional, pois se por um lado era uma região longínqua demais para gerar uma preocupação cotidiana com a sua sorte, por outro era uma paragem de imensas riquezas naturais, especificamente minerais e localizada “em uma posição extremamente estratégica – foz do Amazonas – para a manutenção e segurança do território brasileiro; diante destes fatores, necessitava, de qualquer modo, de uma atenção diferenciada” (SANTOS, 2001, p. 40). Na conclusão de Santos, a solução encontrada para esse paradoxo foi estabelecer uma tutela permanente sobre a região.

Entretanto, se os episódios dos desdobramentos do golpe de 1964 no Amapá, citados acima, sinalizam para essa subordinação extrema da elite política amapaense destacada por Santos, também, revelam os arranjos políticos estabelecidos a partir de interesses e disputas locais. Não é difícil compreender a posição ambígua de Terêncio Porto com relação ao rumo que o Amapá deveria seguir no novo cenário nacional. Sua formação militar se adequava, perfeitamente, a nova conjuntura nacional, e seu comportamento duvidoso se justificava em razão do seu grande interesse em permanecer no governo amapaense, a qualquer custo. Sua indicação para o cargo de governador do Amapá ocorreu por intermédio de Janary Nunes, que se utilizando da influência política, já como deputado federal eleito pelo pleito de 1962, para pedir ao Marechal Lott, amigo de longa data, que intercedesse

junto ao presidente Goulart para a sua nomeação. Portanto, Terêncio apenas seguiu as orientações de seu aliado político em Brasília, o deputado Janary Nunes, que percebendo sua avaliação equivocada dos fatos desfez o engano e pediu que corrigisse o erro, mas o estrago já havia sido feito. As consequências viriam um mês e meio depois, com a sua substituição do governo do Território pelo general do exército Luís Mendes da Silva.

Diferente de Dorival Santos (2001), que analisa a elite política amapaense como reflexo da extrema dependência do centro definidor do poder, Fernando Rodrigues dos Santos (1998) centra-se na interpretação das disputas locais como chaves para se compreender o Amapá da época territorial, e para explicar o fim do *janarismo* na política amapaense. Para ele, a definição de quem seria o candidato do governador era o que estimulava a disputa eleitoral local, que passou a ter, em 1966, como principal objetivo, o banimento de Nunes da política amapaense. Assim, seguindo essa linha argumentativa, as eleições desse ano seriam reflexo de uma *bipolarização da política amapaense*, ou seja, da divisão entre os que apoiavam Nunes – os *janaristas* – e aqueles que o queriam fora do Amapá – os *antijanaristas*; e nesse caso, Janary Nunes passou a ser visto como o maior adversário dos governadores amapaenses, que se sentiam ameaçados pela sua atuação parlamentar como único representante do Amapá em Brasília e pela sua força política local.

Conforme essa vertente interpretativa apontada por Fernando Santos, as eleições de 1966 seriam decisivas para o declínio do *janarismo*. Janary Nunes, mesmo conseguindo se reeleger para o cargo de deputado federal naquele ano, não indicaria mais nenhum dos governadores depois de Terêncio Porto, e, conseqüentemente, não teria mais a mesma influência dentro da administração pública amapaense, até a sua derrota nas eleições de 1970. Porém, além de supervalorizar o período sob ótica de um único personagem, pouco se considera, nessa análise centrada no *janarismo*, os condicionantes históricos e sociais que permitem pensar o Amapá enquanto unidade política e social.

Deve-se destacar que quando Janary Nunes saiu em definitivo do cenário político amapaense¹⁴⁰, vivenciava-se um período de uma crescente classe média e do surgimento de novas lideranças políticas locais, que se colocavam como a própria expressão de um novo recomeço para o desenvolvimento da região, no qual fazia-se necessária a canalização das mazelas do Amapá para algum lado. Janary Nunes, que no passado havia se tornado através da sua administração no Amapá a própria personificação do programa bem sucedido que criou os Territórios Federais em 1943 no Brasil, passava a ser representado nesses embates políticos como a própria encarnação do atraso regional, como representante de um passado que carregava todas as mazelas e problemas que precisavam urgentemente serem banidos no presente. Não se quer dizer com isso, que o político Janary Nunes seria vítima de uma armação de seus adversários que pretendiam tomar o poder a qualquer custo, mas ao contrário, colocá-lo como mais um personagem de um processo que envolveu muitos outros e muitas outras variantes.

Segundo Maria Odila da Silva Dias (1998), a experiência urbanizadora vivenciada no Brasil, entre as décadas de 1960 a 1990, abriu novas possibilidades de interpretação para o estudo da desigualdade regional e social, que teve um peso exagerado do processo de formação do país. Assim, lembra a autora, a

¹⁴⁰ Janary Nunes, depois da derrota nas eleições de 1970 para Antônio Pontes, saiu em definitivo do cenário político nacional e local, sem jamais voltar a se candidatar ou exercer qualquer cargo público. Em outubro de 1977, em correspondências trocadas com o amigo Newton Cardoso, que vivia no Amapá, chegou a ser consultado pela possibilidade de sair novamente candidato a deputado federal pelo Amapá nas eleições de 1978, pois segundo Cardoso, mesmo com a prudência que deveria ter ao analisar como poderia enfrentar uma população que estava bastante descontente, o nome de Janary ainda era “muito lembrado por muitos dos seus amigos e por grande parte do eleitorado” (CARDOSO, Newton. **Correspondência enviada a Janary Nunes**. Macapá, 31 de outubro de 1977. Acervo pessoal da família de Janary Nunes). Como resposta, Cardoso obteve do amigo a seguinte ponderação: “Não posso esconder que o Amapá continua a ser a grande fascinação da minha vida. Não consigo esquecer tantos anos de luta, tantos bons amigos, tantos ideais que foram concretizados e sinto até remorso de ter seguido outros caminhos, embora o principal responsável seja o eleitorado que em determinado momento representou o povo amapaense. Mas isto é da vida. Não vejo condições no momento para voltar a disputar um cargo eletivo de Deputado pelo Território. Principalmente, porque nas condições atuais, o Representante do Amapá nada pode fazer de útil para atender as imensas e justas reivindicações de seu sofrido povo. Não é possível que as coisas venham a mudar. Se o Amapá for elevado a Estado, confesso ao amigo, gostaria de ser senador. Mas teria que voltar a permanecer dias, semanas e meses na terra, entrar em contato com os velhos amigos e com a juventude, auscultar as novas aspirações, desfaldar bandeiras atuais e traçar rumos futuros”. Nunes nunca escondeu que tinha pretensões políticas de sair senador pelo Amapá, caso fosse elevado a Estado. Em outras correspondências com amigos do Amapá, mesmo nos bastidores da política, expôs as articulações que fazia com amigos locais e nacionais para que essa aspiração fosse concretizada. Morreu em 1984, no Rio de Janeiro, quatro anos antes do Amapá se tornar Estado.

historiografia do Império foi durante muito tempo matriz do estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade, que acabou por endossar a consolidação da hegemonia política das elites que projetaram a nação, sendo impossível, dentro dessa visão sistêmica, chegar a documentar a pluralidade, as diferenças, os regionalismos e as conjunturas que envolviam, também, modos de sobrevivência de grupos sociais oprimidos. Lembra a autora que nada pareceu mais importante para Sérgio Buarque de Holanda do que documentar diferenças e estudar especificidades na formação da sociedade brasileira, que se caracterizou por um processo, iniciado ainda no período colonial, de concentração de poder e de riquezas em níveis elevados, em comparação a outras sociedades contemporâneas.

Talvez em nenhuma outra região brasileira, como na Amazônia, seja possível identificar, de forma tão acentuada, as características de uma elite nacional apontada pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, que optava sempre por reformas que só reforçavam as tradições em vez de desencadear mudanças. Neste sentido, ao mesmo tempo em que são reconhecidas as características gerais e extremamente dependentes na elite local no Amapá, como apontou o historiador Dorival Santos, também é possível perceber, a partir de elementos conjunturais e locais, partes de uma realidade nacional que compõe esse universo plural brasileiro, mas só compreendidos quando estudados dentro do contexto que o produziram.

Assim pondero, sendo a elite local um reflexo da nacional e o Amapá uma região administrada diretamente pela União, os rumos políticos refletiram, sem dúvida, o grau de subordinação a qual estava submetido, mas também foram reinterpretados por interesses e disputas políticas locais que tiveram seus contornos definidos a partir de uma realidade específica, própria, peculiar, típica de uma região que foi sendo integrada ao Brasil, desde a colonização, através da extração de suas riquezas naturais, do abandono e do imprevisto político, sem um maior interesse em desenvolvê-la.

Portanto, faz necessário se fazer uma reflexão sobre os acontecimentos que levaram ao declínio do *janarismo* na política amapaense, considerando que essa não é uma tarefa simples, que deve se reduzir a fatos nacionais e locais somente, mas, também, a uma análise dos elementos estruturais que nem sempre são simples de serem desvendados.

Em 1962, quando Janary Nunes resolveu disputar pela primeira vez uma vaga na Câmara Federal, mesmo que tenha influenciado nas indicações dos governadores que o sucederam do governo amapaense, a exemplo da nomeação do médico e amigo Amílcar Pereira (fevereiro de 1956 a fevereiro de 1958) e de seu irmão Pauxy Nunes (fevereiro de 1958 a fevereiro de 1961), o cenário político amapaense já era bem diferente daquele que deixou em 1956; já não tinha o mesmo prestígio de antes, nem dentro do Território e nem fora dele. A curta estada de dois anos como presidente da Petrobrás durante o governo de Juscelino Kubitschek, em um momento de consolidação da empresa e de grandes conflitos pelo monopólio e exploração do petróleo no Brasil lhe rendeu muitas inimizades políticas. Foi a partir da sua gestão que a Petrobrás, alinhada ao programa do nacional-desenvolvimentismo do governo de JK para o país, experimentou notável expansão, mas também foi quando expandiu consideravelmente seu envolvimento na arena política, o que contribuiu para que saísse bastante desgastado da presidência dessa empresa.

De acordo com o depoimento de José de Nazaré Teixeira Dias¹⁴¹, que foi diretor administrativo da Petrobrás durante a gestão de Janary Nunes¹⁴², ao terceiro presidente se deve a retirada da Petrobrás do clima de mistério até então cultivado pelos nacionalistas, trazendo suas ações para o conhecimento do grande público, mas, ao mesmo tempo, a sua publicização a tornou mais aberta e vulnerável às pressões políticas, levando a crise e ao afastamento de Nunes da presidência da empresa, pois “coube a Janary a missão de jogar para o público a Petrobrás. O

¹⁴¹ A entrevista citada faz parte do acervo digital do CPDOC/FGV, disponibilizado pelo Projeto “Memória da Petrobrás”, de 1991, conforme descrição a seguir: José de Nazaré Teixeira Dias (depoimento; 1988). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV – SERCOH/Petrobrás, 1991. 374 p. dat. (Projeto Memória da Petrobrás). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/jose-de-nazare-teixeira-dias-i>. Acesso em: 9 fev. 2016.

¹⁴² José de Nazaré Teixeira Dias, em razão de sua longa experiência na administração pública, como chefe da divisão pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (1951-1955) e diretor-superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi convidado por Janary Nunes para chefiar a Diretoria de Administração da Petrobrás, atuando na implementação e atualização do Plano Básico de Organização da empresa, até 1958, quando passou a atuar na iniciativa privada (Fonte: Informações técnicas da entrevista de José de Nazaré Teixeira Dias. Projeto “Memória do setor petrolífero no Brasil: a história da Petrobrás, na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás (1987-90)”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/jose-de-nazare-teixeira-dias-i>. Acesso em: 9 fev. 2016.

público em sentido geral. No fundo, foi o que determinou a saída dele” (DIAS,1991, p.72-73.).

De acordo com ele, Janary sempre se mostrou bastante empenhado em alavancar o crescimento da Petrobrás, atitude justificada em razão de sua formação militar e grande senso de organização e planejamento, mas “era chamado de entreguista, por causa do negócio do acordo do Amapá” (DIAS, 1991, p.50). Possivelmente, o diretor de administração da Petrobrás se referia a assinatura do contrato com a ICOMI; assim, o fato de Janary sempre anunciar as coisas que iam acontecer e ser visto como entreguista, era encarado com desconfiança, sobretudo, pelos nacionalistas, que eram os que mais faziam pressão na Petrobrás nesse período: “esse procedimento contribuiria, afinal, para o seu afastamento da presidência. Porque ninguém perdoava isso. – Esse entreguista! Está anunciando antes das coisas...” (DIAS, 1991, p.69).

Getúlio Carvalho, durante a escrita de *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco* (1977), teria entrevistado Janary Nunes em 1974¹⁴³. Segundo ele, ao assumir a presidência da Petrobrás, em fevereiro de 1956, Nunes acreditava que a sua mais urgente missão era a de “conquistar a confiança nacional para a Petrobrás” (CARVALHO, 1977, p. 104); em parte, isso ocorreu. No final de 1957, a Petrobrás já havia atingido a meta de produção de petróleo prevista para 1960, com uma média de 40.000 barris por dia. José de Nazaré Teixeira Dias também enfatizou esse elevado crescimento da empresa durante a presidência de Nunes:

Acho que o dinamismo do Janary, o empenho decidido do Juscelino, o apoio do Lott, então o homem forte do governo, que apoiava totalmente a Petrobrás, tiveram como produto o enorme crescimento da empresa. Em todos os setores, em termos de produção de petróleo, refinação, transporte, organização da empresa e formação e aperfeiçoamento de pessoal. As estatísticas estão aí, é só consultar. Entre 55 e 58, o último ano do Janary. (DIAS, 1991, p. 71).

Todavia, o crescimento elevado da empresa não foi capaz de atenuar a crise que se instalou em 1958 entre o terceiro presidente da Petrobrás e o presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), levando o Estado brasileiro a interferir na questão, culminando com os pedidos de demissões de ambos os envolvidos, Janary

¹⁴³ Getúlio Carvalho entrevistou Janary Nunes na sua casa, no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1974.

Nunes da presidência da Petrobrás e José Alexínio Bittencourt da presidência do CNP. A *crise dos coronéis*, como ficou conhecida na grande imprensa brasileira a crise de 1958 da Petrobrás, teria sido ocasionada, segundo o levantamento feito por Carvalho (1977), por uma combinação de fatores, mas o seu agravamento foi provocado em razão do comportamento agressivo e centralizador de Nunes que em algumas ocasiões tomava decisões importantes sem consultar o CNP.

Esse comportamento “independente” de Nunes à frente da Petrobrás não desagradou somente o presidente do CNP; algum tempo antes de Alexínio Bittencourt, um dos diretores da empresa, João Neiva de Figueiredo, também apresentou a Juscelino suas queixas, pedindo demissão da empresa sob a alegação que o presidente da Petrobrás teria cometido diversas irregularidades administrativas: tomava decisões sem consultar o Conselho de Administração da empresa; deixava-se guiar por critérios políticos, em vez de basear-se em laudos técnicos, ao definir prioridades para a aplicação de recursos da empresa, e anunciava, prematuramente, os resultados das operações da Petrobrás.

Para Carvalho (1977), o estilo administrativo “agressivo” de Nunes encontrava parcial explicação na crença de que o Estado poderia ser um bom administrador. O que não era de forma alguma incompatível com a filosofia do nacional-desenvolvimentismo defendida, sobretudo, pelos intelectuais e idealizadores do período. Compactuava, desta maneira, com a ideologia que conferia ao Estado um papel central no desenvolvimento econômico do país, aumentando, consideravelmente, o seu raio de influência e controle sobre as riquezas da nação, tendo a industrialização como estratégia essencial para a emancipação econômica e a independência política do país. Neste sentido, ao invés de promover reformas ministeriais, o governo era estimulado pelos intelectuais “desenvolvimentistas” a alargar o raio da ação da chamada “burocracia paralela”. A criação de grupos executivos autônomos e empresas de estatais, como a Petrobrás, foi uma das formas encontrada para aliviar as tensões entre os valores tradicionais e a procura de inovação administrativa. Entretanto, o conflito entre o presidente do CNP e o da Petrobrás ocorreu em um clima político que favorecia uma atuação mais dinâmica por parte da burocracia paralela.

Esse estilo administrativo “agressivo” de Nunes observado por Carvalho quando esteve à frente da Petrobrás, também tem sido bastante enfatizado nas diversas narrativas, tanto por intelectuais que se debruçam em estudar sua trajetória política no Amapá, quanto por pessoas que conviveram com ele ou viveram no mesmo período, e nas memórias geracionais, por aqueles que não vivenciaram o período, mas alimentam uma “memória histórica” bastante rica e diversificada. No entanto, diferente do que teria ocorrido durante o tempo que esteve à frente do governo amapaense, quando sua forma personalista e centralizadora de administrar foi avaliada positivamente, sobretudo, durante a assinatura do acordo com a ICOMI, na presidência da Petrobrás ela teria sido considerada o provocador da primeira crise política dessa empresa estatal; mas a questão era muito mais profunda e o contexto era bem diferente daquele que encontrara no Amapá.

Conforme o ex-diretor administrativo, Nunes não teria limitado o espaço de atuação do CNP. A crise Alexínio-Janary se explica em razões de discordâncias com relação a própria criação e expansão da empresa. Segundo José de Nazaré, o motivo do conflito entre ambos teria sido “a ideia fixa de Alexínio em investir no petróleo da Bolívia, reduzindo o extraordinário desenvolvimento da Petrobrás” (DIAS, 1991, p.105). A questão ficou ainda mais séria após a Petrobrás elaborar uma proposta de unificar a importação de petróleo e derivados, com grande economia para o país. Para José de Nazaré Teixeira Dias, Alexínio transparecia, abertamente, sua ligação com setores privados que tinham interesses em frear o crescimento da Petrobrás. Na sua conclusão, a política expansionista e agressiva presidida por Janary Nunes teria incomodado interesses privados que temiam a perda do mercado petrolífero no Brasil.

Em fins de 1957, o jornal *O Globo*¹⁴⁴, de 08 de outubro de 1957, publicou a reportagem bombástica “Suspeita de corrupção na Petrobrás”, na qual o diretor da Associação Comercial, Mariano Soares, afirmava haver suspeitas de corrupção na

¹⁴⁴ *O Globo*, conjuntamente com outros jornais como o *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo* e dos periódicos do grupo *Folha* e os *Diários Associados*, como representantes da grande imprensa no Brasil comprometida com o liberalismo econômico e com os grupos econômicos que o defendiam, foram os porta-vozes da defesa da abertura do setor petrolífero à iniciativa privada, nacional e estrangeira. Assim, combatiam a intervenção do Estado na economia e o nacionalismo. *O Globo*, do grupo de Roberto Marinho, e os *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand, foram os mais beneficiados pela concessão de créditos facilitados por grupos políticos favoráveis à livre iniciativa de mercado, através de bancos estatais (CARVALHO JÚNIOR; CELSO, 2005).

empresa estatal¹⁴⁵. Essas denúncias e ataques que se mantiveram nos dias seguintes a essa publicação e durante todo o ano de 1958, e nos demais jornais de grande circulação nacional, culminaram na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as primeiras denúncias de irregularidades na Petrobrás, “com o fim específico de investigar as acusações formuladas pelo Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo contra a administração da Petrobrás”¹⁴⁶ e na criação, por Juscelino, de uma comissão¹⁴⁷ responsável em verificar as acusações do presidente do CNP. As conclusões descritas no extenso relatório¹⁴⁸ dessa CPI revelaram que as denúncias de corrupção na empresa não tinham qualquer fundamento e, conseqüentemente, acabaram por isentar Nunes também de envolvimento com essas acusações. Já a comissão criada por Kubitschek concluiu que o presidente da Petrobrás havia de fato tomado várias decisões que envolviam, por exemplo, a aquisição de navios petroleiros e a localização de novas refinarias, sem a aprovação do Conselho; por outro lado, também conclui que o CNP se mostrava muito lento na análise dos programas submetidos pela empresa (CARVALHO, 1977).

Conforme a filha, Iracema Carvão Nunes¹⁴⁹, os problemas enfrentados pelo pai dentro da Petrobrás foram muito além das denúncias feitas pelo presidente do CNP. A razão de sua saída teria sido motivada por pressões provocadas pela imprensa brasileira, mas especificamente, por um dos jornais cariocas mais oposicionistas e influentes da época, o *Correio da Manhã*, de propriedade de Paulo Bittencourt. De acordo com Iracema, a sua segunda esposa, Niomar Muniz Sodré Bittencourt teria exigido de Nunes uma certa quantia em dinheiro para não publicar

¹⁴⁵ “Suspeita de corrupção na Petrobrás”, publicada em *O Globo*, de 08 de outubro de 1957.

¹⁴⁶ Resolução nº 137, de 1958. O presidente da CPI foi o deputado Oliveira Brito (PSD/BA) e o relator, o deputado Unírio Machado (PTB/RS). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1950-1959/resolucaodacamaradosdeputados-137-18-novembro-1958>. Acesso em: 21 de janeiro de 2016.

¹⁴⁷ A comissão foi composta de três membros: o procurador-geral da república, Antônio Gonçalves de Oliveira, e os generais, Jair Dantas de Ribeiro e Aurélio Lima Tavares. O relatório final foi redigido pelo coronel Albino Silva (nomeado, em 1963, por João Goulart como presidente da Petrobrás) (Carvalho, 1977).

¹⁴⁸ “CPI sobre acusações feitas pelo Conselho Nacional de Petróleo”. In: (Câmara dos Deputados). *Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás (2015) – Relatório Final*. Brasília: Câmara dos Deputados. (Relatório). Disponível em: www2.camara.leg.br/...legislativa/...legislatura/cpi-petrobras/.../relatorio-fin. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

¹⁴⁹ Iracema Carvão Nunes. Entrevista realizada em fevereiro de 2013. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Salvando Memórias na cidade de Macapá”. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Em andamento.

denúncias contra ele na Petrobrás. Como Janary se recusou a ceder à pressão, o caso teria chegado até Kubitschek, que optou por demiti-lo a se indispor ainda mais com o proprietário do *Correio da Manhã*. Segundo ela, a nomeação de Nunes para a Embaixada da Turquia “foi uma maneira elegante de resolver o impasse. O papai pediu um lugar que tivesse petróleo. E aí ele mandou para a Turquia” (NUNES, 2013); uma espécie de prêmio de consolação.

A versão apresentada pela filha de Janary, mesmo se tratando de uma memória construída por laços afetivos e de uma forma romantizada de interpretar as decisões do pai no caso da crise instalada na Petrobrás em 1958, revela a rede de intrigas e inimizades em que Nunes estava envolto pelo fato de presidir uma empresa de grande visibilidade política como a Petrobrás, e confirma que sua permanência no cargo se tornou insustentável em razão das pressões que o Estado brasileiro enfrentava de setores que representavam a defesa da livre iniciativa do mercado petrolífero brasileiro. A forma com que Janary Nunes conduziu a Petrobrás enquanto esteve à frente da presidência desagradava grupos financeiros poderosos e influentes, internos e externos, levando a grande imprensa a atacá-lo de forma ininterrupta durante o tempo que ficou à frente da empresa.

Em 30 de novembro de 1958, o *Correio da Manhã* publicou uma matéria com o título “Os defensores da Petrobrás”, na qual enfatizava ser contra o monopólio da indústria do petróleo e a favor do princípio econômico do livre empreendimento, e colocava Janary Nunes como a maior expressão até então do que denominava de “defensores de Petrobrás”, ou seja, dos que defendiam o monopólio da empresa estatal sobre a produção petrolífera. Segundo a referida reportagem:

essa assessoria e essa “luta” vieram a atingir o seu auge na administração Janary. Nunca se “lutou” tanto em “defesa” da Petrobrás: seminários, frentes, conferências, excursões, feiras... Distribuíram-se flâmulas e distintivos, enquanto o “Hino à Petrobrás” era editado pela assessoria que, já então, além da verba orçamentária de 56 milhões, passou a dispor de verbas secretas encobertas na rubrica “serviços e encargos”. Enquanto a “luta prosseguia, o sr. Janary realizava o seu “acervo de descalabros”. (CORREIO DA MANHÃ, 30 de novembro, 1958).

Todos os problemas e pressões que enfrentou durante o curto período que esteve na presidência da Petrobrás deixaram um desgaste, que não seria superado com a sua saída estratégica e temporária do cenário político nacional, como chegou

a acreditar. Assim, sua ausência do Território por seis anos e sua indicação como candidato em 1962, após deixar o cargo de embaixador da Turquia, foi interpretada como oportunista por muitos dos seus correligionários que passaram a compor com os seus inimigos de longa data, e utilizada como trunfo por seus adversários. Na leitura dos *antijanaristas*, o Amapá teria sido a sua última opção, depois da tentativa frustrada de sair candidato como senador pelo Pará, das recusas de seu nome para a Embaixada do México e do Conselho Nacional de Economia:

ele teve que se voltar para o Amapá, seu antigo feudo. Porém sabia de antemão que o presidente João Goulart jamais o nomearia para governar o Território. A solução seria conseguir candidatar-se a deputado federal, derrubando Amílcar Pereira, que era dono da legenda do PSD (GONSALVES, 2010, p. 69).

Vale lembrar que a campanha eleitoral é o primeiro ato de uma eleição. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou as explicações dos programas dos candidatos e dos partidos, é a entrada em operação de estratégias e movimentos de opiniões que modifica a cada dia as intenções, e talvez as relações de forças. Além disso, quando se faz uso de periódicos na escrita da história, sobretudo, os que se reportam a experiências mais recentes (caso específico desse estudo, no que tange à temporalidade e ao uso das fontes), os períodos das campanhas eleitorais se tornam um campo instigante para os historiadores, pois são nesses momentos que os conflitos e as intrigas se intensificam e se tornam mais constantes nessas publicações, mesmo que filtradas pelos grupos que detêm os seus editoriais. No Amapá, os jornais – até os governistas – seguiram essa lógica, com a publicação de balanços e conflitos sobre a política amapaense que nos permite reconstruir aspectos das redes de intrigas que levaram a derrota de Janary em 1970.

Na publicação da *A Voz Católica*, de 28 de fevereiro de 1970, intitulada “Política no Amapá: ontem e hoje”, a eleição de 1962 é tratada como parte integrante de uma disputa eleitoral pela representação política amapaense dentro do parlamento brasileiro que demarcou o domínio e o declínio dos Nunes no Amapá, que se consolidou, em 1946, com eleição de Coaracy Nunes, irmão, à época, do governador Janary Nunes, como primeiro deputado amapaense, e que se fortaleceu ainda mais com as suas reeleições em 1950 e 1954, sofrendo um duro golpe em

1958, com o trágico acidente aéreo que vitimou em plena campanha eleitoral para o quarto mandato consecutivo o jovem e promissor deputado da “Amazônia”, como assim era conhecido Coaracy em razão de sua atuação pela implantação da Superintendência e Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Segundo a avaliação do articulista que assinou esse artigo, Caribe de Souza, “De lá pra cá a coisa fedeu”, o que se presenciou foi a mais renhida campanha até então, com o crescimento de uma oposição cada vez mais feroz fortalecida pela dificuldade em se encontrar um sucessor para Coaracy. A escolha recaiu sobre o médico Amílcar Pereira, à época, governador, que teria assumido o cargo por indicação de Janary após a sua saída do governo do Amapá. Para seu lugar foi indicado Pauxy Nunes, também irmão de Janary. Do lado da oposição, o também candidato, o advogado do Banco do Brasil, Dalton Lima, que após se tornar defensor das causas trabalhistas contra a ICOMI e assumir o controle do PTB, colocava-se como o oponente que só sossegaria depois que afastasse os Nunes do Amapá, “mas a coisa foi bem diferente...”; o cenário acirrado registrou um feito inédito. Foi a primeira vez que um candidato governista perdeu em várias urnas de Macapá e Mazagão, mas não foi suficiente para superar Amílcar Pereira que viria a ter sua vitória confirmada com a abertura das urnas de Amapá e de Oiapoque, mantendo o domínio dos Nunes e seus seguidores.

Para o analista político da *A Voz Católica*, esses fatos e os que ocorreram nas eleições de 1962 e 1966 serviam para elucidar, em parte, o que estava em jogo e em curso na eleição de 1970, mas demonstram claramente que em se tratando de política tudo é imprevisível, e as alianças se fazem e se refazem conforme o calor dos acontecimentos. Segundo Caribe de Souza, foi o que acabou acontecendo em 1962 quando Janary Nunes decidiu concorrer a candidatura de deputado federal pelo Amapá contra Amílcar Pereira, que desejava tentar a reeleição com o apoio declarado do então governador Raul Valdez (o mesmo que havia sido o seu primeiro secretário no governo amapaense (uma espécie de vice-governador). Restou para Nunes, então, sair como candidato da oposição, com apoio de setores conservadores da política local e dissidentes do PTB, conquistados com promessas impossíveis de serem cumpridas. E foi assim que um dos maiores *antijanaristas* declarado, Dalton Lima, tornou-se seu suplente na chapa PSP-PDC, com a

promessa que assumiria a presidência da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), fato que nunca ocorreu.

Por ter registrado alianças consideradas “irreconciliáveis”, a campanha de 1962, na leitura do articulista da *Voz Católica*, “foi a mais porca que já presenciamos. Até nome de mãe entrou nos comícios”, e o resultado de tudo isso: “Dalton Lima foi repudiado pela ala decente do PTB e o Janary sofreu grande desgaste no seio dos seus admiradores” (A VOZ CATÓLICA, 1970). Mas foi a eleição de 1966 – a primeira após a implantação da ditadura militar – que, talvez, tenha protagonizado embates mais acalorados, movimentando os ânimos e animosidades nos dois anos que a antecederam, redefinindo alianças locais decisivas para a derrota de Nunes, em 1970.

Na análise do articulista da *Voz Católica*, o que tornou as eleições de 1966 *sui generis* com relação as demais, foi o fato de que a “revolução de 64” “acabou com aquela norma de que todo o governador do Território ser indicado pelo deputado”, o que, naturalmente, deixava “o governador livre de compromissos com este o aquele candidato”. Na sequência, Caribe de Souza completa seu raciocínio sobre o cenário político de 1966, vendo-o como pouco favorável para Nunes: “acontece que, na época, o Amapá era governado pelo general Luiz Mendes da Silva, cuja amizade pelo deputado é igualzinha à do diabo pela cruz” (A VOZ CATÓLICA, 1970).

Caribe de Souza não analisou com maiores detalhes como o golpe de 1964 afetou o poder de Nunes nas eleições de 1966, como deixou subtendido na citação acima, mas, desde maio de 1964, quando Luiz Mendes (abril de 1964 a abril de 1967) assumiu o governo amapaense por indicação do presidente Castelo Branco, que começou a serem redesenhadas as novas alianças políticas locais contribuindo, de forma decisiva, para o enfraquecimento do poder dos Nunes e de seus seguidores no Amapá. Mendes buscou, desde o princípio de sua administração construir uma política de coalizão, não só com conhecidos e pessoas influentes da política local, mas com opositores históricos de longas datas de Nunes, convidando para cargos estratégicos da administração pública petebistas, como Alfredo Távora, Amaury Farias, José Aragarino e outros.

Luiz Mendes apostava muito mais na derrota legalista de Nunes do que nas urnas. Juntamente com o ex-tenente José Alves Pessoa e Mário Luz Barata, o ex-

governador respondia a um Inquérito Policial pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Território Federal do Amapá, instaurado em 17 de maio de 1966, a mando de Mendes, sob a acusação de crime de subversão e comunismo, objetivando a cassação de seu mandato de deputado federal. Nos autos do IP, além dos telegramas trocados entre Janary e Terêncio, entre 31 de março e 01 de abril de 1964, cópia do pronunciamento de Terêncio Porto na Rádio Difusora e os levantamentos de informações referentes a uma suposta reunião na residência de Terêncio Porto, com intuito de se organizar uma passeata de apoio a Goulart e contrária ao golpe, que não chegou a acontecer porque Nunes teria interceptado a tempo de impedir a sua realização.

Ainda, constavam nos autos do IP os testemunhos de dois líderes sindicais locais, Jorge Fernandes Ribeiro (o “Jorge Padeiro”) e Francisco Gomes Pereira – identificados como “extremistas” –, que teriam confirmado a ligação do deputado amapaense com pessoas reconhecidamente comunistas em âmbito nacional como: o sindicalista Roberto Moreno, membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria; o estudante paraense Celso Saleh, ex-membro das diretorias da UNE e UBES, que teria vindo ao Amapá a convite de Janary para fundar um sindicato rural; e deputado pernambucano Francisco Julião; quanto regional, como Cleo Bernardo de Macambira Braga, à época, presidente do PCB no Pará, que chegou a indicar como suplente de sua frustrada candidatura para o senado do Pará. No documentário fotográfico do IP, ainda estavam anexadas as fotografias de Nunes abraçado com o deputado paraense Bendito Monteiro, identificado segundo o descrito como: “um dos principais líderes comunistas da Amazônia, com atuação destacada nos meios políticos e rurais, tendo sido atingido pelo Ato Institucional nº 1” (Inquérito Policial, Dops-Ap, 16 de maio de 1966).

De acordo com Fernando Rodrigues dos Santos, ao analisar a disputa entre Janary e Mendes nas eleições de 1966, no embate entre o passado e o presente, “o saudosismo foi mais forte e venceu, não a ditadura militar, porque o confronto foi particular”, uma vez que ambas as partes se colocavam como representações legítimas do regime militar no território amapaense, “somente divergindo em seus interesses imediatistas” (SANTOS, 1998, p. 174). Para esse autor, a derrota do governo para Janary nessas eleições, com uma ampla frente de alianças políticas,

que congregava *antijanaristas históricos* e ex-apoiadores de Nunes, foi reflexo da escolha equivocada do ex-prefeito de Macapá, o cabo da reserva da polícia militar do Rio de Janeiro, Alfredo de Oliveira, como o candidato da base governista, agravada pela grande rejeição que o governo de Luiz Mendes enfrentava entre os amapaenses.

Os amapaenses reivindicavam não só a renovação de “nomes” na política, mas a resolução de problemas de infraestrutura básica, tais como: saneamento, pavimentação de ruas, luz elétrica e água encanada. Nas conclusões de Santos (1998, p. 175), “a sufragação de Janary Nunes nas urnas, de fato e tão somente desacelerou seu declínio político e adiou o inevitável fim”. Analisada por esse ângulo, o do desgaste político, a vitória de Nunes nessas eleições, dada a diminuição de seus apoiadores e de sua influência, teria deixado um cenário ainda mais adverso para sua recandidatura em 1970, confirmado nos números da apuração, que mostravam uma vitória apertada, com uma queda considerável de seus eleitores, comparada ao eleitoral de 1962.

Como o historiador – cujo papel não se limita a descrever, mas em compreender e explicar – esbarra desde sempre com a problemática de buscar significados para os comportamentos políticos, no seio das sociedades nas quais se pode observá-los, faço aqui ponderações ao peso atribuído por Santos às descrições das disputas políticas locais como viés interpretativo para se compreender a derrota de Nunes nas eleições de 1970. É evidente que, um sistema institucional jamais será um simples agenciamento de poderes, mas traduz sob a ótica do plano de organização do Estado a visão global de mundo e da sociedade peculiar que se está analisando.

No que tange a relação política nacional-local, deve-se mencionar que mesmo o Amapá ser tratando de um Território Federal, em que as decisões políticas perpassavam pelo controle direto do poder público federal, em muitos momentos, como venho tentando demonstrar, a estrutura político-administrativa que foi montada era frágil e permitia, não só os excessos dos governadores, como um grau de autonomia entre os atores locais que extrapolavam os limites de sua funcionalidade.

Além disso, como ajuíza Berstein (2009), nem a tese idealista da adesão racional a uma doutrina ou a um *corpus* constituído, nem tampouco as preposições

de sociólogos ou psicanalistas do comportamento que recorrem a noções como interesse, busca de segurança, senso do dever, dedicação cívica, fidelidade ao grupo, até mesmo a inveja, nada disso, ainda que somemos uns aos outros, parecem fornecer uma explicação convincente para os comportamentos políticos. Sem dúvida, que eles têm o seu papel. Os estudos empíricos dos fenômenos políticos têm mostrado que os comportamentos dos atores políticos se explicam mais frequentemente em função de um complexo sistema de representações, partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade. Portanto, deve-se considerar na análise dos comportamentos dessa elite em território amapaense essa complexa rede de relações, que envolve a dinâmica política territorial, representada enquanto período provisório para se atingir o progresso, e como fruto das ações promovidas pelos agentes enviados pela União para a região.

A reeleição de Nunes, em 1966, sem a máquina pública administrativa territorial, e a sua saída definitiva da política amapaense foram ocasionadas por uma série de fatores e eventos, nos quais não é possível se atribuir um peso maior ou menor a nenhum deles. Os embates políticos, desnudados de forma mais visível nas campanhas eleitorais dos anos 1960, transpareciam não só a cisão da elite política local e o fim da pactuação da elite local, observada nos anos iniciais do Território, como também a luta simbólica travada por aqueles que disputavam o controle do poder em torno desse capital político “imaginado”. Nesse ponto, Santos tem razão ao afirmar que “o confronto foi particular”, pois tanto os *janaristas* quanto os *governistas* reivindicavam-se como legítimos representantes do poder federal e da promoção das ações governamentais que difundia a crença de que só através da intervenção direta da União e de investimentos públicos federais o Amapá conquistaria o desenvolvimento e autonomia político-financeira.

O contexto político e social de fins dos anos 1960 e início de 1970 era bem diferente daquele que contribuiu para a hegemonia dos Nunes na região. A grande instabilidade político-administrativa que os governadores territoriais passaram a gerir nesse período, só, em parte, contornada com a administração de Ivanhoé Martins, foi reflexo da grave crise política e econômica que o país vivenciava, mas se traduziu na crescente insatisfação dos amapaenses com a administração pública federal, personificadas na figura do governador, representante máximo desse

modelo administrativo territorial. Não foi à toa que o movimento autonomista ganhou adesão não só de políticos que utilizavam a retórica da elevação do Amapá a Estado, como Janary, mas também entre os mais jovens, particularmente, aqueles que atuavam em movimentos de cunho político contestatório, como os que já debati no item anterior, que passaram a defender que esse desenvolvimento econômico só seria possível com a imediata estadualização. Para tanto, fazia-se necessária a eleição de alguém que pudesse lutar por essa aspiração no Congresso Nacional.

A tentativa frustrada de cassação do seu mandato de deputado federal, mesmo com todas as investidas do governo de Luiz Mendes de associá-lo ao janguismo e comunismo, pode ser um indicativo de que as disputas políticas locais não chegaram a ter eco fora do Território, mas, também, podem demonstrar a rede de articulações nacionais e locais que adiaram por oito anos seu banimento da política local, como garantiram a revitalização de sua popularidade entre os amapaenses. Suas vitórias em 1962 e 1966, bem como, a grande frente de alianças que se formou para derrotá-lo, denotam não só a durabilidade temporal do capital simbólico de sua administração para além do tempo que governou os amapaenses¹⁵⁰, como ele foi ressignificado em um novo contexto, quando a sua imagem passou a ser o de articulador dos interesses do Amapá fora do Território, ao mesmo tempo em que Nunes demonstrava o seu apoio irrestrito ao golpe e à lealdade ao regime que se instalara no país desde então, deixando claro seu distanciamento com as acusações que foram feitas por seus adversários.

No mesmo momento que enfrentava a perseguição política local e respondia ao IP pelo DOPS-AP, sua estratégia foi desenfrear uma campanha violenta contra o governo Luiz Mendes fora do Território, o que contribuiu de forma significativa para seu desgaste público, tanto em nível local quanto nacional. Em outubro de 1965, protocolou um requerimento¹⁵¹ no Ministério Extraordinário para a Coordenação dos

¹⁵⁰ Em pleno pleito eleitoral de 1962, Janary Nunes lançou o livro *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*, um compêndio de pequenos artigos com impressões de personalidades que transitaram no Amapá, algumas simplesmente em visitas e outras a trabalho, sobre o período em que Nunes havia governado o Amapá, entre os anos de 1944 a 1956. Dentre elas estão: ex-chefes de divisões e chefias do Território, jornalistas paraenses, políticos locais e nacionais, professores, estudantes e amigos. A publicação dessa coletânea expressa, naquele momento, não só o desejo de um homem público de continuar conduzindo o destino dos amapaenses, como, talvez, reivindica um tempo que se pretendeu eternizar.

¹⁵¹ Requerimento de Informações protocolado por Janary Nunes, no qual solicita ao Poder Executivo, através do Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, informações

Organismos Regionais, no qual pedia esclarecimentos ao Poder Executivo sobre as verbas pagas pela S.P.V.E.A. ao governo do Território Federal do Amapá e acusava Mendes de não recolher ao Tesouro Nacional o saldo de verba no valor de Cr\$ 362.092.268 referentes ao exercício de 1964, e de utilizar de forma arbitrária esse saldo sem a devida prestação de contas. Também denunciava que, mesmo com consignação em 1964 e 1965 de dotações orçamentárias substanciais pela União, e de muitos bilhões de cruzeiros que já haviam sido destinados a todos os governadores que já haviam passado pelo Território, no Amapá faltavam: “remédios até para indigentes nos hospitais e postos médicos, cobra-se tudo o que é fornecido, é precaríssima a assistência prestada à população, falta carne dias seguidos nos açougues, as cidades vivem no escuro, o povo humilde acha-se abandonado pelo governo”¹⁵².

Enquanto Luiz Mendes enfrentava uma das mais altas impopularidades governamentais já registradas no período, a campanha pró-Estado do Amapá foi a principal bandeira de Janary Nunes, nas eleições de 1966, que passou a canalizar suas críticas ao modelo antidemocrático dos Territórios Federais. Para ele, além das fontes de poder estarem distantes, esse modelo de gestão ocasionava muita instabilidade administrativa, abuso de autoridade e indicação de governantes sem qualquer experiência e identidade com os problemas locais, resultando no insucesso dos planos de desenvolvimento regionais.

A retórica de Janary deputado se diferenciava da de governador, quando afirmava que a condição territorial era etapa necessária para que o Amapá atingisse sua independência econômica e financeira e só depois a autonomia política, passando a defender que a imediata elevação a Estado era o único caminho para a resolução dos desmandos políticos e do atraso regional. Em sua opinião, só a estadualização aniquilaria o que emperrava o desenvolvimento econômico amapaense, ou seja, as desastrosas escolhas de governadores pela União e o

sobre as verbas destinadas ao T.F. Amapá em 1964 e se foi instaurado inquérito administrativo para aplicação ilegal de saldo de exercício anual, pelo governador Luiz Mendes. Sala de Sessões, 12 de outubro de 1965 (Acervo Pessoal de Janary Nunes).

¹⁵² As denúncias de Janary contra Mendes resultaram na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, coordenada pelo deputado Abel Raphael, da ARENA de Minas Gerais. Em agosto de 1966, integrantes dessa CPI desembarcaram em Macapá, objetivando apurar essas denúncias de irregularidades apresentadas por Janary Nunes contra a administração territorial e o ex-prefeito de Macapá, Cabo Alfredo Oliveira (SANTOS, 1998).

excesso de concentração de poder no executivo, pois essas unidades passariam a contar com a fiscalização de um legislativo estadual e federal eleito pelo povo.

As populações dos Territórios também são brasileiras. Tem o direito de escolher os seus vereadores, os seus prefeitos, os seus representantes nas Assembleias Legislativas estaduais e federais, o seu governador, entre as pessoas que hajam prestado serviços à sua coletividade, que conheçam os seus problemas, que auscultem as suas reivindicações e que respeitem e façam respeitar as leis, como é de seu dever (NUNES, 1967, p. 9).

Não há como negar uma insistente vitalidade histórica no presente do *janarismo* no imaginário social amapaense e na historiografia local, ainda não arguida com a devida atenção; daí porque achei pertinente dedicar algumas linhas para essa temática. O Amapá de 1970 – e não o das eleições em seu sentido restrito – refletiu todas as contradições e ambiguidades de uma sociedade de “amapaenses” em formação, já fortemente marcada pela experiência territorial, bem como, pelas escolhas e aspirações de uma primeira geração de jovens “amapaenses” que começava a se engajar politicamente e que apostou muito mais na renovação e na representação local como caminho para a superação das mazelas que o Amapá enfrentava, do que na permanência de uma figura pública que era a própria personificação de um passado que não se queria mais.

Portanto, não se trata, necessariamente, de considerar pessoas da mesma geração que viveram o mesmo tipo de experiências de adesão a uma cultura política comum, mas, perceber que coabitam em torno de seus principais temas, gerações diferentes, com perspectivas distintas das anteriores, com quais as palavras não têm necessariamente o mesmo significado e que, apesar das diferenças que separam as pessoas que se reconhecem em uma mesma cultura política e das diferentes formas de expressão dessa cultura, é nela que se funda a identidade de um grupo, e permite compreender as reações de seus membros a um dado acontecimento.

No embate entre *janaristas* e *governistas*, a disputa pelo controle do Território foi só uma das muitas faces de uma política territorial que chegava ao seu esgotamento sem ter cumprido o papel pelo qual havia sido justificada a sua criação, quando os discursos da transitoriedade não surtiam mais o mesmo efeito dos primeiros anos de sua implantação. Nada mais pertinente do que citar a poesia de Derossy Araújo escrita nesses tempos turbulentos, um dos muitos jovens paraenses

que veio ao território amapaense, em fins dos anos 1950, atraído pelas oportunidades de trabalho que se abriram, e que presenciou as expectativas de muitos homens e de muitas mulheres se transformarem em descrença em meio ao agravamento de vários problemas políticos, sociais e infra estruturais que o Amapá enfrentava.

Depois que tudo, tudo passou.
E miragem toda se desfez.
Restou apenas ao poeta que sonhou.
O consolo de poder sonhar outras vez¹⁵³.

¹⁵³ Em entrevista concedida à autora, em 14 de setembro de 2015, Derossy Araújo não soube precisar a data que escreveu o referido poema, mas esse e outros poemas, que estão publicados em forma de postais conjuntamente com outros autores, em *Sêlos* (2014), escreveu o período no tempo que residiu no Amapá. Derossy veio para Macapá, em 1959, após ter sido aprovado em um concurso público para o Banco do Brasil, permanecendo até 1979. Ajudou a fundar o primeiro Cine Clube do Amapá e atuou, entre os anos 1960 e 1970, como crítico de cinema na Rádio Educadora São José e nos jornais *Voz Católica* e *Amapá*.

CAPÍTULO IV: O TERRITÓRIO EMANCIPADO

*Eia! Povo destemido
Deste rincão brasileiro.
Seja sempre o teu grito partido
De leal coração altaneiro.
Salve! Rico torrão do Amapá.
Solo fértil de imensos tesouros,
Os teus filhos alegres confiam
Num futuro repleto de louros.
Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil
Hão de ver deste povo à porfia
Pelejar neste céu cor de anil.
Eia! Povo herói, varonil
Descendente da raça guerreira.
Ergue forte, leal, sobranceira
A grandeza do nosso Brasil.
Salve! Rico torrão do Amapá...*

CANÇÃO DO AMAPÁ

Letra: Joaquim Diniz. Música e arranjos: Oscar Santos. (1944)

Em 28 de setembro 1983, o governador comandante da marinha Anibal Barcellos tornava público, no Diário Oficial do Território Federal do Amapá, a abertura do concurso que escolheria os símbolos oficiais para criação de um dos mais novos Estados da federação brasileira. Alguns meses depois, em 30 de janeiro do ano seguinte, foi criada, finalmente, a Comissão Julgadora dos trabalhos participantes, composta pelo escritor e jornalista Alcy Araújo Cavalcante, pelo o engenheiro civil Hercílio da Luz Mescouto, o historiador Estácio Vidal Picanço e como convidado, o carioca arquiteto Antônio Antunes Soares Filho. A citação acima, que inicia essa reflexão, cuja a letra é um poema de autoria do promotor público amazonense Joaquim Gomes Diniz e a música e arranjos são do maestro paraense Oscar Santos, foi escolhida pelo governo amapaense como *Canção do Amapá*, ainda em 1944, e tornou-se o Hino do futuro Estado do Amapá, após a realização desse concurso (Decreto Lei nº 008, de 23 de abril de 1984).

Barcellos não foi só o último governador amapaense da era da ditadura militar, mas foi também, a maior representação no Amapá de uma política que atingiu seu ápice com a “partilha dos Territórios” entre as Forças Armadas, em 1969.

Representa o extremo de um poder militarizado na Amazônia que sempre justificou e sustentou as ações do Estado sobre a região, desde o tempo dos colonizadores europeus. O primeiro governo de Barcellos¹⁵⁴, que se iniciou em março de 1979 e se encerrou em julho de 1985, com o slogan *O Futuro é Agora*, permite pensar a “invenção do Amapá” em uma representação que buscava forjar uma identidade regional que pudesse romper com a experiência territorial sem deixar de considerar sua importância para a criação do Estado, através da elaboração de uma memória pública de supervalorização de toda essa experiência, mas que ao mesmo tempo se colocasse como o início de um novo tempo, aonde não haveria mais lugar para o passado e nem mais para se esperar pelo futuro.

Pertinente, portanto, citar Reinhart Koselleck em seu reconhecido ensaio sobre o tempo histórico, *Futuro Passado*, no qual o autor compreende o tempo como uma construção cultural que se estabelece entre o que já é conhecido e experimentado e as possibilidades que se lançam nos horizontes de expectativas. No entrelaçamento entre passado e futuro, ou melhor, entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, constitui-se algo como o “tempo histórico”, diz o autor. A experiência para Koselleck é o passado atual, aquele que incorpora acontecimentos que podem ser lembrados, que fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamentos, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes. Já a expectativa se realiza no hoje, no futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto, em uma explosão de sentidos, alguns racionais, outros subjetivos e ambivalentes como, medo, esperança, desejo, receio, inquietude. O que importa perceber de toda essa reflexão proposta por Koselleck (2006, p. 311): “é que a presença do passado é diferente da presença do futuro, pois as expectativas podem ser revistas e as experiências feitas recolhidas”.

Parece-me que a grande questão colocada, a partir da utilização categorial das expressões, experiência e expectativa, são que ambas remetem a uma característica estrutural da história: o futuro não é uma equação simples do passado. Embora não se possa desprezar as medidas do calendário, o tempo histórico não se

¹⁵⁴Annibal Barcellos foi eleito, em 1991, com uma votação expressiva de 70% dos votos, o primeiro governador do Estado do Amapá (PENNAFORT, 1994).

confunde jamais com esse. O tempo, através do sentido empregado por Koselleck para analisar e interpretar as ações e intenções dos atores individuais e coletivos, perde a linearidade, a homogeneidade e a continuidade, pois os destaques não são apenas os movimentos objetivos, mas as subjetividades e descontinuidades promovidas pelas ações políticas e sociais. O tempo e sua relação com a história adquirem, então, uma pluralidade de ritmos e sentidos como expressão das ações sociais e políticas estabelecidas pela forma como, em cada época, uma dada sociedade elabora essa experiência temporal.

Como o tempo histórico é acima de tudo uma representação intelectual, um produto da capacidade do historiador de interpelar e interpretar o passado, e jamais será, portanto, uma expressão fidedigna da experiência passada, os anos finais do Território do Amapá são aqui compreendidos historicamente como um tempo de descontinuidades com relação aos demais períodos da experiência territorial, vislumbrado a partir de novos horizontes de expectativas e com diferenças do que se vinha defendendo em outros períodos da trajetória territorial amapaense. À medida que se aproximava o fim do que denominei aqui de “ciclo territorial”, mas afastado se parecia querer estar das experiências vividas em um passado recente, pois essas evidenciavam que o Amapá não só não atingiria o desenvolvimento econômico anunciado quando de sua criação, como estava a cada ano mais distante do ideal propagado pelos idealizadores do programa que criou os Territórios Federais em 1943. Desta forma, a perspectiva defendida passou a ser outra: a de que não era mais necessário esperar pelo progresso para a imediata transição para Estado.

As quatro décadas de experiência territorial amapaense foram sendo pensadas e projetadas com um olhar sempre voltado para o futuro, onde o progresso era posto como um processo linear e predestinado pelas ações político-administrativas que estavam sendo realizadas. Aqui estaria uma conotação evolucionista e positivista tão presente na criação da nossa República, uma vez que o tempo era convertido em instrumento normativo, como objeto de preposições que compreendem a si mesmo como intérpretes fiéis dos verdadeiros propósitos universais. Um tempo singular coletivo que se assumia como a própria expressão de uma época, de uma sociedade. Neste sentido, pode-se dizer que o tempo histórico

do Território político-administrativo representado pelas ações do Estado foi, na maior parte de sua existência, pensado pelo discurso do futuro, da transitoriedade, do provisório, mas sua experiência concreta pode ser observada nas visíveis permanências que esse modelo produziu no espaço social circunscrito por essa jurisdição. As marcas deixadas pela administração territorial nos quarenta anos de existência estavam em toda parte. Essa não poderia mais ser modificada, mas a forma de se conceber o futuro sim. O tempo novo era justamente a mudança das expectativas com relação ao futuro, que passaram a ser pensados à luz de novos horizontes.

As permanências eram visíveis, especialmente, nas práticas de poder ali instituídas, em que se buscou estabelecer, desde o princípio como afirma Santos, uma espécie de *tutela permanente* sobre a região: “primeiro foram os donatários das capitâneas, em seguida a província do Grão-Pará e posterior Estado do Pará, e no final do segundo quartel do século XX, o Ministério do Interior” (SANTOS, 2001, p. 41). Com a criação do Território Federal, a região que atualmente compreende o Estado do Amapá passou a receber vários *intermediários* do poder federal, indicados em grande maioria sem qualquer rigor técnico-administrativo e afinidade com os problemas aos quais passariam a gerenciar. Foram vários os “adjetivos” dados aos governadores territoriais que visavam qualificá-los: *alienígenas*, *paraquedistas*, *coronéis biônicos*, *governadores de provetas* e *missionários provetas*, foram alguns deles. Contudo, não vieram sós, uma vez que com eles vieram vários “burocratas” que passaram a constituir a elite local do período.

Para Indira Marques, em “Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá”, de 2009, a ação dessa elite político-administrativa foi fundamental para se forjar simbólica e objetivamente a imagem de um Amapá predestinado ao “progresso” como futuro Estado. A autora, que analisa o processo da estadualização através da relação direta com a ICOMI, defende que a exploração do manganês amapaense não só consolidou o Território Federal como *entidade economicamente e socialmente viável*, como forneceu as condições objetivas e simbólicas para a autonomia federal, em 1988, entendida por ela não como um movimento separatista, mas como legitimação política, econômico-financeira.

Venho tentando demonstrar ao longo desse estudo, mesmo que ainda não tenha formulado de forma objetiva tal afirmação, que a criação do Território Federal do Amapá, justificada pela incapacidade econômica de autoadministração dessa região e como etapa transitória e preparatória para a criação do Estado, decorreu de um longo processo, gestado ainda no Império, que pretendeu garantir a tutela político-administrativa da região pelo Estado brasileiro, bem como o controle da decisão sobre a exploração das riquezas naturais da região, sem que de fato houvesse uma ação efetiva e planejada no sentido de desenvolvê-la economicamente, e assim favorecer a emancipação política. Concordo com Indira Marques, quando diz que a ICOMI foi fundamental para consolidar o Amapá Território, mas, no que tange a criação do Estado, tomando como base a realidade amapaense das vésperas da emancipação política, o Território Federal não dotou a região de condições objetivas para que isso ocorresse, em 1988.

Portanto, no início dos anos 1980 a forma como o Estado brasileiro passou a se relacionar com os Territórios Federais mudou drasticamente de perspectiva, e vários agentes públicos passaram a defender que a condição territorial era o maior empecilho para o desenvolvimento econômico dessas regiões. Analisando, assim, a trajetória territorial amapaense e a criação do Estado não como algo dado, mas construído ao longo de um percurso arenoso, nem sempre estabelecido de forma clara e objetiva, decorrente de uma variedade de fatores – alguns de ordens estruturais e outros conjunturais –, sem que o Amapá reunisse a maturidade política e econômica para que atingisse a autonomia anunciada, ou seja, sem a superação dos entraves que justificaram a sua criação como Território Federal, em 1943. O que não faz pensar que a sua permanência ou não como Território foi sendo determinada por diversos fatores e interesses que não estiveram diretamente subordinados às condições concretas pelas quais havia sido criado, assim como sua transformação em Estado não decorreu, necessariamente, dessa experiência territorial.

Entretanto, como argumenta a geógrafa Iná Elias de Castro, no jogo de poder sobre uma determinada região, pode-se “inibir ou estimular identidades regionais, assim como, forjá-las” (CASTRO, 1992, p. 34). Dessa forma, o discurso fundador de um *Amapá projetado para o futuro*, mesmo que não tenha sido sentido da mesma

maneira pelos diversos homens e mulheres que viveram na região durante o período de existência do Território, como um dos elementos agregadores de uma identidade regional que se buscou forjar, ele foi fundamental no processo formação do Amapá Estado e, portanto, não poderia ser negado em sua totalidade. Se o Amapá político-administrativo foi produto de ações elaboradas pelo Estado, no que se refere à construção de uma identidade regional, tomando como base as análises de Pierre Bourdieu (2004), Stuart Hall (2005) e José Clemente Pozenato (2003), essa foi fruto de um processo muito mais complexo no qual os símbolos e as representações foram elementos constitutivos. Dessa forma, considero pertinente fazer uma rápida reflexão sobre identidade regional embasada nesses autores.

Para Hall (2005), a identidade não é algo nato com a qual nascemos, mas formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e que muda de acordo como o sujeito é interpelado ou representado, tornando-se, então, politizada. A identidade costura o sujeito a estrutura, favorecendo tanto a estabilização dos sujeitos quanto os mundos culturais que ele habita, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. Enfatiza o autor, com relação a identidade, que “existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre a sua unidade” (HALL, 2005, p. 38). Ao mesmo tempo em que as semelhanças estabelecidas nas referências fixas têm a função de formatar a identidade, também as diferenças têm um papel preponderante nos sistemas de representação coletivos, ou seja, a identidade também é tomada como referencial para a diferença e produzida em momentos particulares no tempo, sendo portadora de um núcleo essencial que distinguiria um grupo do outro.

Neste sentido, a formação da identidade regional, que tem como base as representações relacionadas ao contexto social e histórico de dado território, é um processo de produção simbólica e discursiva que visa realçar as características e os valores próprios de cada lugar, em contraposição aos elementos representativos de outras culturas como identidades que dão personalidade aos lugares dentro de um contexto global. Com efeito, o que está em jogo, conforme destacou Bourdieu, é uma forma de impor uma visão do mundo social através dos princípios de “di-visão”, isto é, as lutas pela identidade regional ligadas à *origem* através do *lugar* e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, são, entretanto, um caso particular das lutas de classificações, “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar e

conhecer de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social”, assim quando imposta ao conjunto do grupo, “realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade e a unidade do grupo” (BOURDIEU, 2004, p. 113).

A esse respeito, Bourdieu (2004) considera que o discurso regionalista, voltado para constituir a identidade de uma determinada região é performativo, isto é, constrói a realidade que ele designa. Desta forma, tanto o que se compreende por região quanto por regionalismo são construções e representações simbólicas do mundo social em contraposição a ideia de nação. Entretanto, alerta Hall (2005) que, mesmo atuando como fonte de significados culturais como um foco de identificação e um sistema de representação unificadora, a cultura nacional é, antes de tudo, uma estrutura de poder cultural, e como tal é atravessada por profundas divisões e diferenças internas, unificada através do exercício de diferentes formas de poder cultural, ou seja, constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade.

De acordo com José Clemente Pozenato, em *Processos Culturais* (2003), é bem verdade que um importante deslocamento do conceito de região vem ocorrendo nas últimas décadas, quando a referência à nacionalidade começa a ser deslocada, pelo menos em parte, à globalidade das relações políticas, econômicas e culturais. Todavia, segundo Pozenato (2003), deve-se destacar que durante o período de organização das nações e, ainda hoje, em territórios em que a questão da divisão nacional ainda não foi completamente resolvida ou nos quais a consolidação das relações internas constituintes da nacionalidade ainda está em processo, a ideia de região sempre se ergueu em contraposição a de nação, ora com intuito separatista, na perspectiva dos movimentos regionalistas, ora com intuito de diferenciação no sentido de integração, na perspectiva nacionalizadora.

No caso brasileiro, Pozenato (2003) faz duas constatações com relação à ideia de região em contraposição a de nação. No que tange ao plano político administrativo, a questão regional nunca deixou de estar presente, principalmente durante a República quando se instituiu um poder central forte em um precário equilíbrio com a ideia do federalismo – no plano cultural isso também não foi

diferente. O segundo ponto que o autor destaca é que, apesar do registro de alguns movimentos isolados de separatismo, as lutas regionais têm sido observadas mais com intuito de integração nacional, nas quais haja um grau satisfatório de respeito às diferenças de cada região e de atendimento administrativo de suas carências. No caso da experiência amapaense, que analiso nesse estudo, as lutas pelo regionalismo, observadas no processo de transição para o Estado, adequaram-se a esse segundo aspecto destacado por Pozenato (2003).

Segundo Indira Marques (2009), a construção de uma identidade regional no Amapá foi importante para a existência de um movimento regionalista e, particularmente, autonomista, conduzido por uma elite política em formação, cujos discursos e ações buscaram, primeiramente, a afirmação de unidade da federação brasileira e, posteriormente, a de elevação a Estado. Parto da premissa, como já dito, mesmo considerando que a retórica estabelecia essa relação direta e linear entre Território Federal e Estado, que não necessariamente essa elite política em formação esteve direcionada, desde o princípio, ao propósito da conquista da emancipação política, mas com toda certeza, enquanto capital simbólico essa experiência territorial será utilizada na luta política que será travada pela autonomia.

Nesse sentido, mesmo que o movimento regionalista e a autonomista tenham buscado se apropriar positivamente de alguns elementos simbólicos relacionados à experiência territorial, como: *pioneirismo*, *sentimento glebário*, *ideia do orgulho coletivo*, os elementos da tradição – anteriores a criação do Território – também foram definidores da identidade regional que se queria forjar. Foi, portanto, na história local anterior ao desmembramento do Pará que o discurso emancipatório encontrará um de seus portos seguros. A trajetória histórica da região anterior a 1943, ofuscada pelo discurso fundacional e inaugural de um novo tempo estabelecido pelo recorte dado pelo Decreto-Lei 5.812/43, passa a ser ressignificada como um passado que deve ser lembrado na forma como que os antepassados defenderam o território amapaense e a fronteira norte do Brasil e, conseqüentemente, a pátria brasileira das investidas estrangeiras.

Diria que essa representação, talvez seja como já mencionado no capítulo segundo, uma das que possui maior força no imaginário social amapaense do presente: a ideia de que toda a extensão do território paraense desmembrado para

dar origem ao Território Federal do Amapá, fazia fronteira com a Guiana Francesa e teria sido contestada pela França, e que graças à bravura e ao heroísmo de personagens como *Cabralzinho*, o Amapá lutou pelo desejo de se manter brasileiro. É muito comum se escutar a expressão “o Amapá quase foi francês”, como se a história de parte da região que integrou o Amapá fosse uma síntese de um todo, nesse caso, o Amapá político-administrativo que nem existia ainda nesse contexto.

Não pretendo adentrar nos pormenores do debate historiográfico e da narrativa histórica que tem como acontecimento central o conflito de maio de 1895, ocorrido na vila de Amapá, entre os homens armados por Francisco Xavier da Veiga Cabral (*Cabralzinho*), do lado brasileiro e os soldados comandados por Lumier, do lado francês; fato bastante rememorado e ressignificado pela cultura local, tanto no passado quanto no presente, e que “passou a fazer parte, embora como um pequeno parágrafo, da República Brasileira” (CARDOSO, 2008, p. 69); mas, evidenciar o uso que se fez das representações desse acontecimento como disputas nacionalistas no processo de emancipação política amapaense, em 1988, concordando a historiadora Francinete Cardoso quando afirma que essa forma de ver o Contestado Franco-Brasileiro tentou transformar acontecimentos locais em causas nacionais, ignorando e sufocando toda uma diversidade social ali existente.

Para Cardoso (2008), a gênese do conflito em epígrafe não esteve relacionada com a disputa entre nacionalidades, mas sim entre interesses divergentes quanto à exploração aurífera. A representação das disputas auríferas em lutas nacionalistas ganhou essa conotação de confronto de brasileiros contra franceses invasores, primeiramente pelos jornais paraenses *A Província do Pará* e *O Diário de Notícias*, que passaram a denominar o Contestado de território do Amapá historicamente ocupado por brasileiros, sendo reutilizada pela historiografia oficial para explicar os fatores que ocasionaram o fim de um litígio que perdurou durante séculos. Segundo a autora, “eram representados como brasileiros: mocambistas, etnias indígenas, pescadores, garimpeiros, que viviam constantemente em conflito com os crioulos que vinham da Guiana Francesa. Mas existiam, também, os maus brasileiros, aqueles que [...] tinham amizade pelos crioulos” (CARDOSO, 2008, p. 219).

Sendo assim, a representação construída sobre a vivência política e social dos sujeitos históricos que transitaram na região fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil, que será reconhecida oficialmente, em 1900, como território nacional brasileiro, enquanto disputas nacionalistas que evocaram sentimentos de nacionalidade, foi uma construção nacional, que objetivou se sobrepor às diversidades sociais, na qual se pretendeu uma leitura dos acontecimentos históricos direcionadas para a formação da nação brasileira, em um momento crucial, em que se buscava, durante os primeiros anos de implantação da República, solucionar os problemas das delimitações de territórios fronteiriços, como fundamentais para se desenhar de forma mais clara a face do Brasil.

Stéphane Granger (2012) traz para o debate alguns aspectos evidenciados por uma historiografia francesa sobre o tema que considero relevante para corroborar com o conceito de representação atribuído às regiões de fronteiras como definidoras de uma identidade nacional que se buscava forjar. Na sua leitura, o que fez a imprecisão da fronteira definida entre o Brasil e a Guiana Francesa se estender por três séculos foi, então o desejo de se apoderar ou proteger o acesso ao estuário do Amazonas, mas em territórios demasiados periféricos para tornar-se uma prioridade nacional, assim como os guianenses agiram de boa-fé quando consideraram o Contestado como uma parte da Guiana Francesa, já que o oeste do território era povoado de crioulos guianenses e antilheses, portanto perceberam o laudo suíço como uma amputação do seu território. Segundo a autora, foi só a partir de fins do século XIX e durante o decorrer do século XX que o aspecto aparentemente expansionista da geopolítica brasileira, concretizada pelo avanço das frentes pioneiras e auríferas, fez a desconfiança aumentar em relação a um vizinho sempre percebido como um potencial invasor, e de onde provinha grande parte dos fluxos migratórios na região.

Refletindo sobre a problemática da inversão da “tese da fronteira” na dinâmica territorial brasileira ocorrido na virada do século, e mais, expressivamente, após a década de 1930, César Ricardo Simoni Santos demonstra que isso não foi um fenômeno restrito ao Brasil: “começa a se desenhar nas Américas um pensamento que se volta para a interpretação de uma dinâmica territorial comum. Esses países, todos ex-colônias de países europeus, encontram no movimento de avanço da

fronteira um plano de identidade” (SANTOS, 2010, p. 140). A fronteira passava a ser, então, vista no universo das interpretações intelectuais que tem como expoente máximo o historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1861-1932), o encontro entre civilização e barbárie é a fonte de uma dinâmica de modernização do território. Contudo, a positividade do olhar para as especificidades da formação territorial nacional que essa interpretação conduz não pode ser da mesma natureza dos resultados obtidos pelos intelectuais norte-americanos, pelo menos daqueles que seguiram Turner, pois, no caso do Brasil, revelou, mais do que identidades, profundas diferenças que permaneciam ocultas sob o enfoque genético, negativo ou da tal “sociologia da falta”, desnudando o caráter de violência associados à expansão da fronteira.

No caso do Brasil, ao contrário do que observou Turner nos Estados Unidos, o sistema oligárquico, que resultou da forma de uso de um imenso estoque de terras livres, acabou por se constituir como motor do avanço da fronteira na ocupação do território. Representou, então, o avesso da modernização e do avanço representado pela instituição de uma ordem democrática preconizada por Turner. Em ambos os casos, brasileiro e norte-americano, há um esforço pelos intelectuais de se recontar uma história de formação a partir da ótica da dinâmica territorial, e isso se observa também por autores locais e pelo discurso oficial no Amapá, sobretudo durante o movimento autonomista dos anos 1980. Segundo Santos (2010b, p. 141), “o fato é que, por maior que fossem os esforços acadêmicos e institucionais para uma compatibilização teórica, os elementos da dinâmica expansionista brasileira promoveram não o avanço, mas a perpetuação do atraso”.

Sem dúvida, essa parte da faixa fronteira que separa o extremo norte da Amazônia, mas, precisamente, o Estado do Amapá, do departamento francês (de ultramar) da Guiana Francesa, e que corresponde a maior fronteira terrestre francesa, posto em termos geopolíticos, aproxima a Europa e a América do Sul como continentes vizinhos, mereceria um capítulo à parte¹⁵⁵. Só para se ter uma leve ideia de sua complexidade e relevância para se compreender o processo que levará a criação de um Amapá político-administrativo, em 1943, e, talvez, da sua

¹⁵⁵ A fronteira Brasil- Guiana Francesa, tem sua extensão do curso do rio Oiapoque, desde da foz do Oceano Atlântico até sua nascente, localizada no divisor de águas entre o marco de trijunção das fronteiras do Brasil-Guiana Holandesa - Guiana Francesa (Viana, 1948).

manutenção de status territorial por um período tão longo de existência, o historiador Hélio Viana, um dos intelectuais que externa uma vertente do pensamento político da época, escreveu o seguinte sobre a segurança das fronteiras, em 1948: “resolvidas todas as questões relativas às nossas fronteiras terrestres, abriu-se uma nova fase da política exterior do Brasil com a sua participação em conflitos da importância das duas guerras mundiais. Interessam, ambas, de modo especial” (VIANA, 1948, p. 322). Destacava Viana que tanto em âmbito internacional, com a participação em conferência e tratados pan-americanos de ajuda mútua entre os países do continente, quanto interno, estavam sendo tomadas as devidas providências para a proteção das fronteiras brasileiras.

Para Carmentila Martins, na dissertação de mestrado *Relações Bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global*, de 2008, no que se refere a uma política de Estado – abordagem proposta também por esse estudo – até a institucionalização da cooperação fronteiriça por meio do Acordo-Quadro¹⁵⁶, fronteira do Amapá com a Guiana Francesa significava para o país área de Segurança Nacional e soberania territorial. Sob essa perspectiva, segundo Martins, assim foi se constituindo as variantes do Amapá como fronteira: fronteira de separação dos tempos coloniais, fronteira periférica das primeiras décadas republicanas, fronteira de recursos naturais da modernização autoritária, até chegar a atualidade, fronteira da cooperação da globalização como espaço potencial, quando se rompe com esse modelo.

Essa forma de se compreender as fronteiras no Brasil, como áreas estratégicas para a formação e para o desenvolvimento do Estado-Nação, manteve-se presente no decorrer do século passado, e até se intensificou, pelo menos até o término do regime militar no país. Em 1973, ao publicar, pela Biblioteca do Exército,

¹⁵⁶ Em 28 maio de 1996 foi firmado, em Paris, o Acordo-Quadro de Cooperação fronteiriça entre Brasil e França. Segundo seu artigo 1º: “as Partes Contratantes dispõem-se a conferir renovado impulso às relações bilaterais. Com esse objetivo, empenhar-se-ão em favorecer os contatos políticos em todos os níveis entre os dois Estados e em reforçar o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica, segundo as modalidades definidas no presente Acordo”. Conforme Martins, esse acordo fez parte de um amplo reordenamento da política nacional de relações exteriores que se redesenhou no país a partir das imposições da globalização, não como resultante de um relacionamento fronteiriço propriamente cooperativo. Ler: MARTINS, Carmentila das Chagas. **Relações Bilaterais Brasil/França: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global**. Brasília: 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília.

o livro *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, Teixeira Soares chamou atenção para um aspecto que considerava marcante com relação a fronteira Brasil-Guiana: a grande movimentação em torno dessa região fronteira, a ponto de já ter sido escrita muita coisa sobre ao assunto, que dispensava um maior aprofundamento. Segundo Soares: “a vitória diplomática de Rio Branco exaltou-se na previsão do aproveitamento político e econômico do imenso estuário amazônico, tarefa que vem sendo desenvolvida pelo governo do Presidente Médici” (SOARES, 1973, p. 88).

Desta maneira, conforme José Murilo de Carvalho (1990), os republicanos brasileiros se viam às voltas com os problemas de explicar o novo regime, portanto na “busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção nacional, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da primeira república (1889-1930)” (CARVALHO, 1990, p. 32). Destaca o autor que, no início da República, havia, em geral, alguns elementos que faziam parte de uma identidade nacional, como unidade língua, religião e unidade política, mas inexistia um sentimento nacionalista capaz de garantir uma unidade nacional forte. Daí a importância, segundo Carvalho, de se construir heróis para a República recém-instalada, pois “não há regime que promova o culto dos seus heróis e não possua seu panteão cívico”, além disso “são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação dos regimes políticos” (CARVALHO, 1990, p. 55).

No entanto, se a busca em torno de um mito de origem para a República, como demonstrou Carvalho, encontrou dificuldade em construir um herói para o novo regime, diria que o mesmo não se observou no caso do Amapá. Se *Tiradentes*, como demonstrou Carvalho, foi o herói “escolhido” para representar a República, pode-se afirmar que *Cabralzinho* de herói do Território do Contestado franco-brasileiro tornou-se o herói do Amapá. O mito do herói *Cabralzinho* surgiu quase que espontaneamente às lutas que precederam as novas ordens das coisas, passando a ter essa representação pela imprensa e pela história oficial, ainda nos últimos anos que antecederam a decisão burocrática arbitral, que deu a posse definitiva das

terras contestadas ao Brasil, da mesma forma que ocorreu com conflitos auríferos, que passaram a serem representados como lutas nacionalistas.

Quando se criou o Território Federal do Amapá, a recém instalada administração territorial buscou se apropriar dessa representação do mito do herói *Cabralzinho* como recurso simbólico para a legitimação do novo governo; dos governadores amapaenses, talvez, Janary Nunes foi o primeiro a se utilizar dessa representação. Só em caráter ilustrativo, o jornal *Amapá*, de 15 de maio de 1950, trazia estampado, como de costume todos os anos, uma reportagem rememorativa pelo aniversário do conflito na vila de Amapá, intitulada: “15 de maio de 1895. Relembrando uma data histórica”, na qual dava ênfase à figura de Cabral como o herói que comandou a resistência contra os franceses invasores. Segundo o descrito pela referida edição, de todas as datas políticas ligadas a história do Amapá, essa era a que mais se sobressaía como padrão de civismo e de bravura do feito que imortalizou o *Cabralzinho*.

Os estudos de Francinete Cardoso levam a concluir que a legitimação de uma representação do Território Contestado como ato de brasileiros, que reconheceu grupos antes vistos como marginais como legítimos compatriotas, ignorando a presença dos grupos indígenas anteriormente utilizados para garantir as fronteiras, foram construções da República brasileira recém implantada, e não ficaram circunscritos nem a momento de sua fundação e não tampouco ao espaço a qual elas se reportavam. Ao longo do século XX, essas representações contribuíram para sustentar o argumento vencedor da posse efetiva em uma região que permaneceu sendo vista pelo resto do Brasil como vazia demograficamente (CARDOSO, 2008).

Como procurei demonstrar no segundo capítulo, os estudos realizados sobre essa região fronteira por diversos estudiosos e técnicos a serviço do Estado brasileiro, serviram para consolidar a ideia de um espaço vazio e ameaçado por focos de desnacionalização, bem como para legitimar não só o desmembramento dos municípios paraenses que deram origem ao Território Federal do Amapá, como para a implantação da administração territorial amapaense. Portanto, essa forma de representar toda a região amapaense como espaço Contestado foi também determinante no processo de consolidação de um Amapá político-administrativo, em 1943.

Da mesma forma, em meados dos anos 80 do século passado, recuperou-se o sentido patriótico e nacionalista atribuído aos conflitos da região compreendida como Território Contestado, interligando-o às lutas políticas pela autonomia como forma de legitimação da transição para Estado. As lutas fronteiriças na região não só foram ressignificadas pelo discurso autonomista, como foram fundamentais no processo de formação de uma identidade regional que se reconhecia enquanto partícipe dessa luta pela autonomia, iniciada ainda por *Cabralzinho* e seus companheiros. A luta pela nacionalidade passou a ser o elo entre as duas temporalidades e todos aqueles que, nascidos ou não no Amapá, viviam em território amapaense.

A esse respeito, Lucien Febvre (1998, p. 88) afirma que “todos alimentamos em nós mesmos a ideia de que nada é mais forte que esses laços que unem os homens aos lugares”. A essa forma de representar o acontecimento de maio de 1895, como lutas fronteiriças pelo desejo de permanecerem brasileiros, outras representações foram sendo construídas, passando, também, a serem vistas como a luta de todos aqueles que se uniram – independentemente de suas raízes – pelo desenvolvimento e progresso do Amapá. No discurso proferido pelo senador amapaense Randolfe Rodrigues, por ocasião da Sessão Solene em Comemoração ao Centenário de Janary Nunes¹⁵⁷ no Senado Federal, em 2012, essa representação fica bastante evidente, conforme trecho que transcrevo a seguir:

o Amapá é tão acolhedor que, para ser amapaense, não é preciso nascer no Amapá, basta amar aquele canto, basta amar aquela terra. Janary não nasceu no Amapá, mas amou-o como se lá tivesse nascido e lá tivesse vivido os primeiros dias de sua infância. O Amapá se distingue por isto: pelo seu espírito acolhedor, por um povo diverso, miscigenado, de todos os cantos do País [...] e por ser forjado por brasileiros. Não é à toa que é uma terra brasileira, porque os que lá viviam decidiram ser brasileiros e emprestaram o sangue para viver no Brasil (RODRIGUES, 2012, p. 25).

¹⁵⁷ Em junho de 2012 ocorreu, em Macapá, uma programação rememorativa pelo Centenário de Nascimento do primeiro governador amapaense, Janary Nunes, promovida pelo governo do Estado do Amapá. Como parte das atividades, a Sessão Solene no Senado Federal ocorreu em 04 de maio de 2012, por iniciativa de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), e contou, também, com a participação na plenária do senador José Sarney (PMDB-AP), do deputado federal Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), do deputado federal Luiz Carlos (PSDB-AP), do filho mais velho, Janary Carvão Nunes, da vice-governadora pelo Amapá, Doralice Nascimento de Souza, e do ex-governador amapaense, Jorge Nova da Costa.

Lembra Lucien Febvre, para os historiadores a definição teórica não é de grande ajuda, mas a história das palavras com certas precauções sim, com todos os significados e sentidos a elas atribuídos, desde sua origem ao uso que dela se faz ao longo tempo, pois “nada que é matéria de história escapa às exigências do tempo que tudo desloca” (FEBVRE, 1998, p. 28). Pondera o autor, quando dizemos *Estado* o que a palavra reporta é a esta armadura, esta mecânica, estranha, indiferente a qualquer tomada de consciência pessoal sentimental, a qualquer exigência moral, a tudo aquilo que não serve diretamente a seu sucesso técnico, forjada tendo em vista resultados que, em parte obtém pela força. Já quando dizemos *nação*, evocamos essa tomada de consciência coletiva de um passado tradicional por grupos reunidos, por vontade ou pela força, em um mesmo território, sofrendo a ação cotidiana da vida em comum, de um futuro que clareia a luz do passado que é, ele mesmo, colorido pelas luzes do presente. Mas quando inserimos entre *Estado* e *nação* a *nacionalidade*, o que nos reporta a esta nacionalidade, nos sentidos administrativo e jurídico, que faz de cada um, sem que precise pedi-lo e sem que se possa recusar um nascido em determinado país, portanto associado através do nascimento, na alegria e na dor, no desastre ou no triunfo, à sorte comum de todos à aquela nacionalidade.

Convém reforçar, como observou Stuart Hall (2005), que as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das representações. Portanto, a nação não é apenas uma entidade política, mas uma comunidade que não existe em outra instância senão no imaginário dessa comunidade, e é isso que explica, segundo Hall, seu poder de gerar sentimentos de identificação, diferenciação, identidade e lealdade. Da mesma forma, as pessoas não são só cidadãos de uma nação, mas participam da ideia de nação tal como é representada em sua cultura nacional, que os influenciam e organizam tanto as ações quanto as concepções que se tem de si mesmo.

As culturas nacionais, destaca Hall (2005), ao produzirem sentidos sobre as nações – sentidos com os quais se pode *identificar* – constroem identidades, e são esses sentidos que estão contidos nas histórias contadas sobre a nação, memórias que conectam o presente e o passado com as imagens que dela são construídas. Além disso, ainda conforme Hall, as transformações associadas à modernidade

libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas, fazendo emergir uma concepção mais *social* do sujeito, e o indivíduo passou a ser visto como mais “localizado” e “definido” no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna.

No folheto de lançamento do concurso para a escolha dos símbolos oficiais do futuro Estado do Amapá, intitulado *Amapá Estado: concurso para os símbolos oficiais*, lançado em 1983, é possível perceber um apelo pelo discurso oficial ao resgate das lutas nacionalistas no Contestado Franco-Brasileiro como elo de unidade entre a região; entre os que ali viviam e a nação, ou seja, a luta pela emancipação política era antes de tudo uma luta pela nacionalidade, pelo direito ao pertencimento de ser brasileiro, nas mesmas condições que os demais Estados do Brasil. A nacionalidade era o que fazia de todos os amapaenses, antes de qualquer outra coisa, brasileiros, e como brasileiros a luta pela emancipação era uma causa mais que política, era uma causa nacional.

Destacaram os autores da elaboração do concurso: “o amapaense é brasileiro como outro qualquer que venha de quaisquer partes do Brasil” (1983, s/n). Para eles, tirando o regionalismo, as características étnicas formadoras da identidade amapaense eram as mesmas já dissertadas por estudiosos como Sílvio Homero, Euclides da Cunha, Arthur Ramos, Paulo Prado, Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, dentro outros, para ser compreender o brasileiro das demais regiões do país.

Quais eram, portanto, essas características étnicas formadoras da identidade nacional que tornavam, na opinião dos autores do concurso, os amapaenses tão brasileiros quanto em qualquer outra parte do país? O trecho abaixo retirado do folheto do concurso, apesar de longo, descreve quais eram essas características e como se deu a formação de uma identidade regional que teria obedecido a mesma lógica nacional:

pode-se dizer que, os troncos formadores, são os mesmos, representados pelo Branco – o lusitano, Negro – o Africano e Amarelo – o indígena. Como no resto do País, houve aqui e ali a intromissão do francês, holandês e inglês que eram justamente os povos que mais acossavam esta região nos primórdios de sua história. Posteriormente outros representantes da raça branca entraram em cena. A miscigenação aqui foi tão viva e significativa

como nas demais regiões do Brasil, no início, sendo porém, visível a pouca participação de brasileiros do Centro-Sul, na movimentação de migrações internas. Com mais frequência, mas também, sem expressão se vê certos Estados do Nordeste serem representados com poucas dezenas de pessoas por estas regiões. O índio em estado puro é encontrado, como acontece nos demais Estados da Federação, quase todos já se aculturaram e se misturaram entre os lavradores e moradores das cidades do Território. O tipo físico mais encontrado é o mulato, visto a grande incidência de elemento silvícola na população. As colônias de imigrantes são reduzidas, encontrando-se alguns portugueses, libaneses, japoneses, completamente entrosados com os costumes da terra (AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n).

Seguiam-se, assim, na formação da identidade regional, a rigor, as matrizes interpretativas que deram origem ao que Renato Ortiz (1994) denominou de *ideologia da miscigenação democrática*. Para esse autor, caso seja verdade que realmente exista no Brasil uma democracia racial, é importante mencionar que ela é um produto recente, construído intelectualmente e forjado, sobretudo, pelo Estado. As primeiras interpretações de cunho científico que se dedicaram ao estudo concreto da sociedade brasileira surgem no bojo de uma sociedade que ainda tentava digerir o fim da escravidão e a inclusão do negro como cidadão. O dilema que movia os primeiros intelectuais brasileiros que se debruçavam, na virada do século XIX para o XX, sobre a problemática da identidade nacional, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha – conhecidos como os percussores das ciências sociais no Brasil – consistia em como pensar a realidade de uma nação emergente em um quadro que sinalizava para uma defasagem no estágio evolutivo civilizatório com relação aos países europeus.

Explicar o atraso brasileiro e apontar para um futuro próximo à possibilidade do país se constituir como nação, passou a ser uma necessidade imperativa para a formação de um Estado Nacional que pretendia caminhar rumo à modernização. Para elucidar acerca da defasagem entre teoria e prática era necessário encontrar o que se consubstanciaria a construção de uma identidade nacional, que combinasse não só as compreensões mais gerais das sociedades humanas, como o evolucionismo, mas as especificidades sociais e regionais. Daí porque, para os idealizadores do concurso, nada mais substancial do que uma sociedade emergente que tentava, a todo custo, superar o atraso regional reconhecendo-se como partícipe

desse todo. O Amapá, por ainda conservar muitos dos elementos de suas raízes “mestiças”, e se encontrar em um estágio evolutivo mais atrasado com relação às demais unidades federadas, seria, portanto, a expressão mais autêntica de uma sociedade brasileira que caminhava rumo à superação do atraso e do progresso anunciado.

Segundo Ortiz (1994, p. 15), “o pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça”; para o autor, a história brasileira era apreendida em termos deterministas e racistas. A compreensão do meio, da natureza, dos acidentes geográficos, esclarecia os próprios fenômenos econômicos e políticos que, combinada aos efeitos da raça, fornecia uma explicação que se completava aos olhos da “ciência”: “a neurastenia do mulato do litoral se contrapõem, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues)” (ORTIZ, 1994, p. 16).

No entanto, ainda faltava responder a uma questão pendente e mais abrangente: como tratar a identidade nacional diante das disparidades raciais? O primeiro autor a fornecer uma resposta mais contundente a essa problemática foi Gilberto Freyre, mesmo que, como diz Ortiz, aquilo que posteriormente analisará como termos culturais caracterizava-se como racial para os autores das teorias deterministas e raciológicas. É a partir da publicação de *Casa Grande e Senzala* que se torna “corrente a afirmação de que o Brasil se constituiu através da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio” (ORTIZ, 1994, p. 19), mais que isso, ao reconhecer que os brasileiros não eram só uma junção entre três raças, mas resultantes de um encontro muito mais complexo, ou mais rico de culturas, o “mito da junção das três raças”, ao mesmo tempo em que encobrirá os conflitos raciais, possibilitará que todos se reconheçam como nacionais.

Para Alberto da Costa e Silva (2000), o impacto da obra de Gilberto Freyre e as discussões que provocaram levavam a constatação de que o Brasil não era uma democracia racial – como propugnava –, mas a partir de então passou a querer “ser uma democracia racial tornou-se uma das grandes aspirações nacionais. Passamos a não ter medo de nossa mestiçagem e a esgrimi-la como uma vantagem” (SILVA,

2000, p. 26). Essa ideia do mito da democracia racial está defendida, de forma expressa, pelos idealizadores do concurso dos símbolos oficiais ao afirmarem que, na sociedade amapaense, o que mais chamava atenção era o fato de não haver “sinais de segregação, brancos, negros e indígenas se confraternizam, dando e recebendo influência étnico-cultural” (AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n). Esse encontro entre as culturas se manifestava em território amapaense, na visão oficial, especialmente, nas heranças das tradições negras e indígenas,

cujos os sinais da herança cultural se espalham nas danças, nas comidas, nos hábitos, nos costumes e no modo de vida população. Até no modo de cultivar a terra estão os sinais das raízes étnicas do amapaense, culturas de subsistência, itinerantes e sem técnicas apuradas. Nas comidas os mesmos vestígios do passado distante, mas vivo em cada grupo, o pato no tucupi, a farinha d'água, a maniçoba, o tacacá, e as bebidas das plantas típicas da região como bacaba, o buriti, o mucajá, o açaí e outras. A montaria, constituída de um pequeno barco, serve de transporte certo para se conseguir peixe para matar a fome, sua carne é servida nos moldes usados pelos indígenas, africanos e brasileiros de outras paragens. A cultura representada pelo culto às tradições africanas, pela festa de São Tiago, Batuque, Marabaixo, Capoeira, a Dança do Turê, a festa do Espírito Santo, está presente a todo instante ((AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n).

Do ponto de vista do discurso oficial, aproximavam-se as características identitárias do amapaense ao do brasileiro no que dizia respeito à formação étnica racial e do convívio tolerável entre as culturas, mesmo que no regionalismo alguns poucos hábitos e costumes africanos e indígenas tenham se sobressaído no modo de vida população de forma mais visível do que no resto do Brasil, levando “a morosidade, a pouca organização, os devaneios, sonhos de riqueza, amor à liberdade e pouca tradição em termos de organização, disciplina e hierarquia, bem como a falta de direcionamento e planificação do futuro” (AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n). Mas, se o amapaense não se diferenciava do brasileiro na sua formação étnico-cultural, o que explicaria, portanto, o atraso regional comparado às demais regiões brasileiras que se encontravam em patamares de modernização e de desenvolvimento econômico e social bem mais elevados?

Para os idealizadores do concurso, a explicação para essa problemática se encontrava nos condicionantes históricos de como a região foi sendo integrada ao Brasil nos seus mais de 400 anos de história, em que o abandono político-administrativo e os desmandos favoreceram a livre circulação de pessoas e de usurpadores estrangeiros sem qualquer compromisso com a região, levando à constituição de uma população local apática, descrita como de “brancos, índios e negros, quase sem direitos a constituir famílias, a ter uma religião, a cultuar seus deuses, a andar no ato de ‘ir e vir’ de suas vidas” (AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n). Segundo eles, “basicamente a história do Amapá, pode ser dividida em dois grandes períodos, tais como, de 1500 até 1900 e de 1900 até a nossa época, podendo este segundo período ser subdividido em duas etapas, sendo uma de 1900 até 1943 e a outra de 1943 até nossos dias” (AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n).

A primeira fase, à qual foi dada um destaque maior na narrativa, foi definida como de “lutas pela posse das terras, tanto no campo militar como nos tribunais”, resolvida em definitivo em 1º de dezembro de 1900 por intermédio diplomático de José Maria da Silva Paranhos Júnior (o Barão do Rio Branco), através de Laudo Suíço que arbitrou em definitivo a favor do Brasil; mas esse desfecho só foi possível graças a aqueles que lutaram pelo direito a nacionalidade e defenderam o território dos invasores franceses. A segunda fase da história da região, subdividida em dois momentos, e com menor destaque narrativo ao mencionar que, entre os anos de 1900 a 1943, “pouco se fez pelo Amapá, talvez por saber que ele já pertencia em definitivo ao Brasil”, além de já se reportar à região de anterior ao desmembramento como uma unidade federada já existente, acabou por passar a ideia, tomando emprestado a expressão cunhada por Euclides de Cunha para a Amazônia, de uma “terra sem história” ou, nesse caso, de um período de pouca importância para a história regional, ou melhor, como diria Jacques Derrida (2001): produziu-se uma história com muitos apagamentos e silêncios.

Na sequência, o texto finaliza o relato histórico fazendo uma pequena referência ao Decreto-Lei nº 5.812 e aos objetivos que o motivaram, “sanear, povoar e educar”, concluindo que: “muito se fez nestes campos e em outros, contudo, o progresso chegou em determinados setores, a um ponto cuja a saída será difícil, se

persistir a forma de Território”. Estava superada, na opinião dos organizadores do concurso dos símbolos oficiais, o “formato” de Território, faltava apenas a oficialização de seu fim. Para eles, a criação do Território Federal, em 1943, deu ao Amapá *status* jurídico de unidade política, mas o crescimento que promoveu chegou ao ponto de estagnação e contribuiu ainda mais para aumentar o conformismo e morosidade da população, pois “o povo acostumou-se também ao paternalismo, aceitando a dependência das soluções dos seus problemas, discutidas e analisadas distantes da realidade amapaense” (AMAPÁ, 1983).

Portanto, na visão dos idealizadores do concurso, as raízes do atraso amapaense estavam condicionadas nas marcas negativas deixadas por esse modelo administrativo dependente, que sempre teve a ingerência de fora. Só com o rompimento com esse passado, através do estabelecimento de um poder político local, com as criações de um executivo, de um judiciário e de um legislativo próprios, que dessem aos amapaenses o comando de seus destinos, o Amapá conseguiria avançar do ponto em que se encontrava. Para tanto, fazia-se necessário que a população se visse ali representada, daí a importância da criação de símbolos oficiais que expressassem a identidade regional em seus elementos.

De acordo com o José Murilo de Carvalho (1990), a elaboração de imaginários são partes integrantes da legitimação de qualquer regime político. É por meio deles que se pode atingir os medos, as aspirações e as esperanças de um povo, e é através deles que as sociedades definem suas identidades e organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social, que é constituído e se expressa por meio de ideologias e utopias, mas também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Sua manipulação, segundo o autor, é particularmente importante em momentos de mudança política e social e de redefinição de identidades coletivas. O autor compreende que os símbolos oficiais, tendo ou não uma grande aceitação popular, constituem uma importante e reveladora fonte para se estudar a formação de identidades regionais.

Neste sentido, o processo em curso, que levará a emancipação política amapaense, não é analisado aqui simplesmente só como um acontecimento político, mas como um momento de elaboração de uma identidade regional que favorecesse a interpretar e reconstruir o passado a partir dos novos objetivos. Então, passou-se a

se eleger heróis e símbolos como elementos que pudessem expressar uma sociedade que já se encontrava preparada, pelo menos simbolicamente, para comandar o seu destino, realizando sua transição para Estado.

Desta forma, era necessário oficializar os símbolos que representariam o Amapá Estado a fim de criar uma homogeneidade identitária. Foi com essa finalidade que governo amapaense realizou o concurso dos símbolos oficiais, tomando como base a história dos municípios que compuseram o Amapá a fim de organizar o passado e contar a história do lugar. O concurso, que cumpriu com os objetivos propostos, movimentou os ânimos locais em torno da elaboração dos símbolos oficiais e ascendeu as aspirações locais em torno da proximidade da transição para o Estado, que contou com a participação de 68 trabalhos inscritos. Os ganhadores do certame, Antônio Duarte Brito Filho e Herivelto Brito Maciel, respectivamente, criadores das concepções da *Bandeira e Brasão*, que foram oficializados, juntamente, com o *Hino do Amapá* (Decreto-Lei nº 008, de 23 de abril de 1984), como símbolos oficiais do novo Estado, tiveram seus nomes e criações amplamente divulgados na imprensa amapaense, nas instituições públicas e nos vários estabelecimentos escolares, que passaram a estudar seus significados.

A *Bandeira* e o *Brasão de Armas* (Imagens 6 e 7, em anexo) foram elaborados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Edital do concurso, seguindo uma simbologia que procurava identificar de forma figurativa o passado e as tradições do povo amapaense, com ênfase nos seus construtores, na história e a na geografia da região. A *Bandeira* em formato retangular trazia, à esquerda, a forma geométrica do 8º modo de Vaubem (engenheiro militar) da Fortaleza de São José de Macapá. Com exceção da cor negra, as cores da bandeira eram as mesmas da nacional: azul, verde amarelo e branco. O *azul* simbolizaria a justiça e o céu do Amapá; o *verde* as extensas matas e florestas, a esperança, a fé no futuro, o amor, a liberdade e a abundância; o *amarelo* a fé, a união e a riqueza do solo e subsolo amapaense; o *branco* representa a pureza e a paz e a vontade do Estado do Amapá em viver em segurança e em comunhão com todos os que nele vivem, onde a discórdia não terá lugar entre o poder público e o povo; e, por último, a cor *negra* simbolizaria o respeito permanente aos que tombaram no passado, em lutas ou não, mas fizeram algo de bom no engrandecimento da região.

Dos elementos simbólicos que compõe a *Bandeira do Amapá*, talvez, o da imagem do forte de Macapá seja aquele que mais mereça uma reflexão. Segundo Fernando Canto, em sua dissertação de Mestrado publicada em 2014, com o título *Vertentes Discursivas da Fortaleza de São José de Macapá*, muitas já foram as representações atribuídas a esse monumento histórico do século XVIII, que se tornou não só um ícone da gênese e da edificação da cidade de Macapá e uma vinculação com o passado, mas uma lente para as percepções e os sentidos a ele atribuídos e das identidades coletivas, “permitindo a sociedade traçar suas origens e reconhecer suas permanências independente do tempo, ela também possibilita o reencontro com o sentido do pertencimento” (CANTO, 2014, p. 22).

Para Fernando Canto, Macapá tem vários signos com significados amplos, mas nem um deles tem maior significado e representatividade histórica e identitária do que a Fortaleza de São José de Macapá, sobretudo, por estar junto ao rio Amazonas, em um conjunto paisagístico que dá aos amapaenses a identificação amazônica do “transbordar de tanto amor” expressa na canção “Jeito Tucuju”, a mesma que inicia a introdução desse estudo. Segundo ele: “é nesse nicho amoroso que se estabelece a condição signal, simbólica da imagem. A ela está ligada a seiva identitária que cobre e impregna de sentido a população local” (CANTO, 2014, p. 161). Dessa forma, “ao lado dela, do lugar, inexoravelmente há um tempo”, um tempo plural, multifacetado, de mudanças e transformações, mas também, de um discurso pragmático e político, pois, como bem lembrado por Canto, as transformações ocorridas no espaço de uma cidade, são também dominadas por estratégias produzidas pelos sistemas políticos e por suas decisões, que reforçam as relações de poder e dominação.

Portanto, deve-se considerar, também, que as fortificações construídas na Amazônia são marcos das lutas travadas pelos portugueses pela conquista e expansão das fronteiras, e como tal, a história da fortaleza de Macapá traz também uma história dos vencidos registrada pelos vencedores, carregada de censura, apagamento e deslembanças. Deve-se mencionar que, nos anos que seguiram ao Império até a criação do Território Federal do Amapá, essa fortificação, inaugurada em 1782 sem que a sua construção fosse finalizada, ficou abandonada e tomada pelo mato. Foi só durante a administração do primeiro governo territorial, Janary

Nunes, que esse forte passou a ser visto como patrimônio histórico da região, e recebeu as primeiras restaurações. A partir desse marco, muitos já foram os usos políticos que dela se fez, especialmente, em momentos que se requer inaugural de um novo tempo, como o dos anos finais do Território Federal do Amapá, quando se queria fazer acreditar que a emancipação política já era dada como certa.

No recorte abaixo, retirado das orientações gerais fornecidas pelos organizadores do concurso aos participantes da elaboração dos símbolos oficiais, é possível se perceber um apelo pelo poder público por uma representação do forte de Macapá como elo entre esse passado colonial e um presente que se colocava como (re)construtor de um Amapá que caminhava para a sua transformação em Estado, no qual se ressignificava a histórica da conquista e da posse do território amapaense pelos colonizadores portugueses como a própria luta dos *construtores* da cidade.

Os monumentos ou fortificações, ainda que apenas seus sinais ou restos, não podem ser esquecidos por um povo, que à custa de sacrifícios conseguiu manter a *posse* da terra contra os aventureiros e invasores. Aí registramos a figura impoluta da Fortaleza de São José de Macapá, que simbolicamente, demonstra força, a bravura, a guerra, o desaparecimento de nossos ancestrais e muito pode significar para o presente e futuro se analisar seus aspectos arquitetônicos, sua disposição, sua organização, suas divisões, e sua resistência, alheados a paciência e persistência de seus construtores (DECRETO-LEI nº 008, de 23 de abril de 1984).

Os *construtores*, de acordo com Fernando Canto, eram os colonizadores europeus, praticamente desterrados, que receberam a incumbência de construir o edifício militar a fim de salvaguardar a Amazônia dos invasores estrangeiros, mais especificamente o engenheiro encarregado das obras da Fortaleza, sargento-mor do Exército Português, Henrique Antônio Gallucio, e seus ajudantes, como o engenheiro João Henrique Wilkens e o comandante da Praça de Macapá, o coronel Nuno da Cunha de Athayde Varona. Segundo o autor, nos discursos desses *construtores*, registrados nas várias cartas escritas por eles durante a construção da fortaleza, “embora não se tratando de ficção, as personagens reais da construção da Fortaleza de Macapá também têm características ficcionais das personagens dos romances amazônicos” (CANTO, 2014, p. 35), pois são descritos como pessoas que realizam uma ação heroica, ao virem “para um lugar caracterizado pela degradação

física e moral e pelas contingências ambientais desfavoráveis, como a falta de abastecimento e as doenças tropicais” (CANTO, 2014, p. 36).

Contudo, pode-se afirmar que o próprio sentido atribuído aos *construtores* também será ressignificado ao logo do tempo. No processo de emancipação política eles passam a ser compreendidos como aqueles que, sem abandonar a força das tradições históricas locais, deram sequência a construção não só de Macapá, mas do Amapá como um todo. Barcellos, como personagem que teria dado os primeiros passos para dotar o território amapaense de uma estrutura política-administrativa condizente com que o novo momento, passou a ser visto, como destacou Hélio Pennafort, não só como um dos “administradores que mais realizaram e mais fizeram sentir as ações governamentais em todos os quadrantes do Amapá” (PENNAFORT, 1994, p. 47), mas como aquele que ao deixar o cargo, em julho de 1985, o Amapá já estava “pronto e em condições ideais para sua transformação em Estado”. Seria, portanto, um dos *construtores* do Amapá moderno.

No *Brasão de Armas* também é possível se perceber os mesmos apelos aos elementos simbólicos das tradições e da história regional. Sua composição é de um escudo laureado pelas cores azul e vermelho, que se reportam ao antigo uniforme da Guarda da Fortaleza de São José de Macapá. Ao topo, a estrela branca e arestas amarelas simbolizando o nascimento de mais um Estado da federação. Logo abaixo, os dizeres *Aqui começa o Brasil*, faz menção a localização geográfica fronteiriça ao norte do Brasil, que tem como seu ponto extremo o Cabo Orange, localizado no município do Oiapoque. Seu significado é explicado com o seguinte trecho no folheto do certame para escolha dos símbolos oficiais:

perpetuando em todos os brasileiros de que, desde lá, tudo isso são terras brasileiras, pertencem aos brasileiros e não como queriam os invasores, dominar até o Rio Araguari ou Amazonas. É a determinação suprema e soberana de um povo destemido, como que dizendo, para lá não nos pertencem as terras, mas para cá a consagração universal concede-nos o direito pátrio. (AMAPÁ ESTADO: CONCURSO PARA OS SÍMBOLOS OFICIAIS, 1983, s/n).

Na parte superior, dos lados esquerdo e direito, as formas da Fortaleza de São José de Macapá, seguindo as laterais, verificam-se os escudos nobres até se juntarem os lados, com retas e semicírculos de raios opostos, sendo que um dos raios internos do lado direito tem como ponto de partida a capital, Macapá. No seu

interior está representado o mapa geográfico do Amapá, fazendo uma referência às riquezas naturais da região e a cor amarela as riquezas minerais. Na parte mais inferior do seu centro, um corte de ordem horizontal representando a linha divisória do hemisfério, ou seja, a Linha do Equador, e bem abaixo dele enraiam-se 25 arestas negras, fazendo lembrar a convergência para um ponto comum no mapa, cuja cor faz menção a uma das mais representativas riquezas minerais da região: o manganês. O *Brasão* é guardado, ainda, por desenhos que simbolizam as palmas protetoras do amapazeiro, que são unidos por um laço branco que significam a fita do Divino Espírito Santo, tradição religiosa africana.

A utilização do *amapazeiro* como um dos elementos simbólicos que fazem parte do desenho do *Brasão de Armas*, talvez seja, como destacaram os idealizadores do concurso, o “que tenha mais fama e significado”. O *Amapazeiro* é uma árvore nativa que teria sido encontrada no passado em grande quantidade em toda a extensão do território amapaense, em terras firmes, nas regiões de várzeas e em beiras de rios e igarapés. Quando adulta pode medir até 25 metros de altura, tendo tronco reto, copa frondosa, ramos horizontais e as folhas verde-escuras e suas flores são brancas e amarelas. Seu tronco rígido já foi largamente utilizado pelas populações locais para a retirada da madeira e as cascas, as folhas e raízes para uso medicinais, atualmente, encontra-se ameaçada pelo desmatamento e pela ausência de políticas de reflorestamento.

Assim como, em 1500, o nome “Brasil” passou a ser utilizado pelos colonizadores para o país recém-descoberto, em razão da expressiva quantidade das árvores do pau-brasil, possivelmente a palavra “Amapá”, que é de origem indígena, derivou-se dessa árvore nativa, do *Amapazeiro*, primeiramente, sendo utilizada para designar a pequena vila do Espírito Santo de Amapá, localizada à margem direita do rio Amapá Pequeno ou Amapazinho, onde teria ocorrido o conflito armado entre dos homens de Cabral (Cabralzinho) e os franceses.

Após a posse definitiva do antigo território Contestado Franco-Brasileiro ao Brasil, toda a região, que atualmente compreende os municípios de Oiapoque, Calçoene e Amapá, passou a se chamar Território do Aricari (Decreto-Lei nº 938, de 21 de janeiro de 1901), abrangendo duas circunscrições: Amapá e Montenegro (Decreto-Lei nº 799, de 22 de outubro de 1901). Um ano depois, por Lei Estadual

(Decreto-Lei nº 820, de 14 de outubro de 1902), os dois municípios foram incorporados e passaram a se chamar Montenegro, em homenagem ao governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro¹⁵⁸. Essa decisão gerou críticas, expressas no livro *O Amapá*, do juiz Manoel Buarque, publicado em 1925, pois, segundo seu autor, além de ser uma mudança feita pelo governo do Pará que atentava contra o patriotismo, era um apelido que honrava os paraenses e não a nação, como no caso do nome Amapá.

Isto é absurdo e impatriótico!
É um atentado contra a verdade, um ludíbrio atirado à face da terra de Santa Cruz, pelo pedantismo dos inovadores. Amapá recorda uma vitória de nosso patriotismo, contra os aventureiros franceses, e o triunfo mais assinalado que alcançamos na diplomacia, durante a nossa existência nacional: não poderá nome tão glorioso ser riscado das páginas da história (BUARQUE, 1925, p. 92).

Mesmo após a incorporação definitiva da região do antigo Contestado ao Estado do Pará, o nome “Amapá” tinha, para algumas autoridades locais, uma maior representativa, por seu significado ter uma relação direta com a história de lutas pela nacionalidade que ocorreu na região, sobrepondo-se, ou até mesmo como negação, a uma identidade paraense. Argumentava Buarque: “por mais eminente que seja um cidadão, não poderá ser superior às glórias do seu país, anexas às tradições locais, que enriquecem o patrimônio nacional. Veiga Cabral não defendeu Aricary, nem Montenegro, defendeu Amapá” (BUARQUE, 1925, p. 91).

Durante o Estado Novo, por uma Lei Estadual, a região passou a ser denominada de município de *Amapá*, sendo escolhida, em 1943, pelos técnicos do IBGE que propuseram a nova redivisão territorial para ser a capital do novo Território Federal, que teria o mesmo nome, Amapá, com a justificativa de que esse município, dos demais paraenses desmembrados (Macapá e Mazagão) reunir as melhores condições para sediar a nova unidade política. Com já mencionado no segundo capítulo, conforme alegação apresentada pelo governo recém-instalado, a capital foi transferida para Macapá, pois apesar da localização estratégica fronteiriça de Amapá, apresentava graves problemas de acesso e comunicação com os demais municípios do novo Território e os demais Estados do país, em razão da

¹⁵⁸ Informações retiradas de: TERRITÓRIO DO AMAPÁ. **Verbete do município de Amapá**. IBGE, s/a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 10 jan. 2015.

precariedade da rodovia Clevelândia-Macapá, único acesso terrestre até o sul do Território, bem como das poucas vias fluviais existentes que funcionavam sem regularidades. Contudo, se o município de Amapá perdeu o *status* de capital, pode-se dizer que o mesmo não aconteceu com sua história, que passou a ser uma forte representação para toda a extensão do território amapaense.

Com toda certeza, muitos dos significados e fama atribuídos à palavra “Amapá”, originária do *Amapazeiro*, não estão evidenciados nesse estudo, nem tampouco a diversidade social e cultural que caracteriza a sociedade amapaense nesse período estudado, mas, como diz Benedict Anderson, uma nação não existe em outra instância senão no imaginário de uma comunidade, e pode-se dizer que essa comunidade imaginada se identifica a partir de uma série de símbolos. O Amapá das vésperas da emancipação política já era uma comunidade imaginada, com todos os seus símbolos e representações.

Concluo essa primeira parte desse capítulo mencionando que a canção que inicia essa reflexão, oficializada como o *Hino do Amapá*, e os demais símbolos oficiais vencedores do concurso para o Estado do Amapá, sofreram críticas do Secretário de Educação do governo do sucessor de Barcellos, Jorge Nova da Costa, primeiro governador civil depois da ditadura civil-militar e o último governador da era territorial, com a alegação que os mesmos não “refletem a história nem a tradição da terra e da gente amapaense” (ESTADO DO AMAPÁ, s/a). Não obstante, seguindo a sabedoria de Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 30), quando alerta que “o historiador está condenado (...) a navegar indefinidamente, a nunca aportar em porto seguro, a seguir o (dis)curso, a realizá-lo”, melhor então pensar que esse “povo destemido, desse rincão brasileiro”, cantou, em verso e prosa, sua história por outras letras e melodias.

4.1 Os Municípios Territoriais Amapaenses às Vésperas da Emancipação Política

Em todo 15 de maio, durante quase nove décadas, a cidade de Amapá amanhecia cedo, mais precisamente às cinco horas da manhã, sacudida pelas músicas dos alto-falantes (formado por cinco projetores de som) e pelo pipocar de

artifícios, que iniciavam uma série de comemorações pela passagem de mais um aniversário do feito heroico de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o *Cabralzinho*, o personagem que teria comandando a batalha que impediu a invasão francesa, em 1895, mantendo a região sobre domínio brasileiro.

Mas existiam na cidade aqueles que duvidavam do “heroísmo” de *Cabralzinho*. Para o comerciante cearense Siáudio Assunção Lemos, que havia migrado para a região décadas depois desse acontecimento, a história não teria sido bem assim. Considerava estranha a saída estratégica de *Cabralzinho*, durante o combate com os franceses e o fato de só ele ser lembrado. Lamentava, especialmente, a falta de reconhecimento e mesmo ingratidão aos brasileiros anônimos que morreram lutando ou simplesmente foram assassinados, quando a vila ficou à mercê dos vingativos franceses. Segundo Lemos, ele havia conhecido um senhor de nome Roberto, já falecido, que conhecia muito bem a história de 15 de maio, que lhe contara que quem teria matado o capitão Lumier teria sido Francisco Rezende, conhecido, como “Chico Preto”. Em sua opinião, *Cabralzinho* se tornou herói apenas porque liderou um movimento de defesa da terra sem apoio de ninguém, a não ser de uma cabocla que vivia no lugar. Repetiu ao jornalista que lhe entrevistava algo que sempre dizia quando era indagado sobre isso:

veja, aqui foi onde enterraram os verdadeiros heróis. E olhe como está. Tudo mato, tudo abandonado. Eu acho que deveriam pelo menos colocar uma placa, por pequena que fosse, para reverenciar a memória dessa pobre gente que foi arrastada a um conflito covarde (PENNAFORT, 1984, p. 21).

Esses e outros relatos fazem parte da coletânea *Estórias do Amapá*, publicada em 1984 pelo jornalista e escritor oiapoquense, Hélio Pennafort¹⁵⁹, no qual

¹⁵⁹ Hélio Pennafort nasceu em 21 de janeiro de 1938, em Oiapoque, quando o vilarejo ainda integrava o município de *Amapá*. O poeta e escritor paraense Alcy Araújo, assim descreveu o amigo, em 1988: “Quando conheci o Hélio Pennafort os vícios da civilização ainda não haviam poluído a sua singela maneira de transitar nas ruas do meu mundo, deteriorado por uma sociedade sem anjos, onde os poetas lutam para que a poesia não se perca entre ruídos de máquinas, sons de buzina, assaltos e políticos. [...] Suas reportagens são contos, com personagens dançando o cacicó ou o turé, cavalgando ondas na costa oceânica ou singrando rios em igarités. Nas suas estórias, a mata, a terra molhada, o rio, a cachoeira do Firmino ou de Grand Roche. Na paisagem, sempre o homem. O caboclo, o índio, o negro. E mulheres de pernas bonitas e corpo cheirando a marés, a mato no amanhecer, a ervas que Deus plantou no chão amapaense. Hélio Pennafort é uma antologia folclórica. Um estudo de antropologia. Um livro para sociólogos e frequentadores reincidentes do Bar do Abreu. Entre uma estória e uma lenda, entre um mito e uma carraspana, ele já foi radialista,

o autor narra fatos do modo de vida simples de homens e mulheres, colhidos nas andanças pelo interior do território amapaense. A narrativa apresentada por Pennafort, ao trazer uma descrição dos demais municípios amapaenses distantes da área urbana da cidade de Macapá, poucos anos da emancipação política do Território Federal do Amapá, em muitos aspectos se assemelharia àquela que descrevi no segundo capítulo, através das diversas narrativas escritas por viajantes que visitaram esse território antes do desmembramento do Pará. Ali, tudo parecia ainda seguir um ritmo lento, calmo, próprio de lugarejos aonde a natureza ditava o fluxo e a velocidade do tempo, bem típico do que escreveu o autor, no trecho a seguir:

quando você vê uma pequena choupana, dessas que não tem “la dentro”, marcando a presença humana na solidão verde das margens, pode contar que ali existe um igarapé, enchendo de água, peixes e galhos a vala que o rio cavou dentro da floresta (...) Para o caboclo, o igarapé representa, primeiro, muito paz, muita tranquilidade, muito aconchego (PENNAFORT, 1984, p. 9).

No entanto, como leva a refletir Koselleck, o tempo histórico não é exatamente ditado pelas marchas imperiosas cronológicas do relógio; mais que isso, o tempo histórico é, antes de tudo, uma construção social condicionada pela forma como cada sociedade se movimenta e como a apreendemos. É esse caráter social da temporalidade que torna o *ido* e o *povir* tão difícil de ser desvendado pela historiografia. A narrativa de Pennafort permite pensar o Amapá das vésperas da emancipação política, em 1988, em uma dimensão espacial que ultrapassa a narrativa oficial, que tomava como base a realidade apresentada pela capital, Macapá, onde os investimentos públicos federais foram mais intensos. Através do autor, visualiza-se um Amapá que, em toda a sua extensão, pouco teria se modificado pelas ações do Estado nos quase quarenta e cinco anos que permaneceu Território Federal, mas que possui toda uma dinâmica própria, um modo de vida singular, que dependendo do olhar que tem sobre ele, que mesmo com todos os problemas, chega a ser fascinante e belo. Ali, nos lugarejos distantes da área urbana da capital, o tempo trazido por Pennafort, através da experiência do homem e da mulher interioranos, por ele chamado de “caboclos”, não só tinha um

telegrafista, fotógrafo, prefeito municipal, juiz de paz, chefe de gabinete do governador, diretor de rádio, produtor de textos e programas de rádio e TV e sabe Deus mais o que” (CAVALCANTE, 2011).

ritmo mais lento, mas era apreendido por outras variantes, conforme o autor destaca no trecho a seguir:

os sociólogos do asfalto escrevem e falam que o caboclo da Amazônia é acomodado, indolente. O oposto do nordestino que se mata de tanto trabalhar. Agora que culpa tem o Benedito que nasceu cercado de fartura e no centro da tranquilidade, que lhe permitiram chegar aos 76 anos pleno de vitalidade e bom humor? Barriga cheia e cabeça fria são coisas raras e até mesmo desconhecidas do homem do sertão. Segundo Luiz Gonzaga, ele “já nasceu aperreado, vendo o fogo roçado sem ter água para molhar”. Mais ainda, morar no Matuacá seria desastroso para nós simplesmente porque os ensinaram a pensar no futuro. Mas para Benedito e seus parentes o futuro está ali, já chegou. O resto fica por conta da padroeira, há muito custo consegui que Benedito falasse do seu passado. Daí foi que concordei com um cursilista que durante uma conferência garantiu que “quem vive falando do passado é porque tem medo do futuro”. Assim, é melhor dizer que o caboclo é paciente e não preguiçoso e improdutivo (PENNAFORT, 1984, p. 49).

Dentre os lugarejos do roteiro visitado pelo grupo de Pennafort, estão *Porto Grande*¹⁶⁰ e *Ferreira Gomes*, duas pequenas comunidades muito parecidas, localizadas a margem direita do Araguari, no caminho BR-156 (antiga estrada Macapá-Clevelândia e único acesso ao norte do Território, na divisa com a Guiana Francesa.), e relativamente próximas de Macapá. Por estar localizada em um trecho privilegiado dessa rodovia, a rua principal de *Porto Grande*, onde estavam situadas as principais construções públicas e as casas comerciais, havia se tornado entrada obrigatória para os carros que vinham de Macapá. Na opinião entusiasmada de Luiz Costa, proprietário do principal restaurante do lugarejo, o maior problema de Porto Grande havia sido solucionado com a instalação do novo sistema de energia elétrico da Usina de Paredão, recém-inaugurada, faltando somente resolver o problema do fornecimento da água encanada. Retrucou o comerciante ao repórter, acostumado a atender muitos garimpeiros nordestinos que passavam diariamente por ali: “o comércio é apenas remediado, mas dá pra gente ir vivendo” (PENNAFORT, 1984, p. 56).

Ao contrário de Porto Grande, a principal rua de Ferreira Gomes ficava na beira do rio, aonde estava localizada as melhores edificações. Para José Mareco,

¹⁶⁰ O município de Porto Grande foi criado pela Lei Estadual nº 3, de 1º de maio de 1992 (IBGE, 2016).

morador de Ferreira Gomes, desde 1949, a vila, que sobrevivia praticamente da economia de subsistência e dos empregos gerados pela Hidrelétrica de Paredão, enfrentava vários problemas de infraestrutura e não deixaria de ser o que era enquanto não tivesse uma serraria funcionando: “a agricultura daqui é pequena e o peixe não é todo tempo que dá. Se tivesse uma fábrica para aproveitar toda essa madeira – andiroba, massaranduba, acapu – com certeza ia haver emprego para essa gente” (PENNAFORT, 1984, p. 57). Mareco reclamava da falta de investimentos públicos e de outras atividades econômicas que ajudassem a acabar com o grande desemprego da vila.

Contudo, lembrava Pennafort que o rio Araguari era um dos mais longos e caudalosos do Território, e também bastante aproveitado devido a boa qualidade de suas margens para a criação de búfalo e para o plantio de arroz. A época, calculava-se que existiam “400 núcleos de pequenos criadores no percurso de Ferreira Gomes até a foz, sem contar com as fazendas de maiores proporções como a de São Miguel e Restauração” (PENNAFORT, 1984, p. 58). Para o jornalista, o Araguari, uma das regiões mais belas, onde era possível visualizar a “mais valente pororoca já vista no Brasil”, deveria ser melhor aproveitada para o turismo, pois caso contrário teria o mesmo destino, da sua dança folclórica mais famosa, inspirada nas gaitices do coatá. Dela restarão só as lembranças dos versos que a embalava: “ai, meu Deus que coisa boa/é dançar o coatá/minhas pernas são de vidro/elas podem se quebrar” (PENNAFORT, 1984, p. 58).

Seguindo a trilha da BR-156, mais adiante de Ferreira Gomes e Porto Grande, estava o município de Calçoene, criado em 22 de dezembro de 1956, do desmembramento do município de Amapá, após intensa campanha de lideranças locais pela emancipação da vila¹⁶¹. Segundo Pennafort (1984), Calçoene que já havia sido, logo após a descoberta do ouro no século XVIII, um dos destinos mais cobiçados por países europeus e crioulos da Guiana Francesa, que acabaram por

¹⁶¹ Entre os principais defensores da criação do município de Calçoene estão os proprietários Joel Ferreira de Jesus e Coaracy Sobreira Barbosa, que discordavam do fato de todo o imposto arrecadado na vila ser transferido para a prefeitura de Amapá. Contudo, havia um outro grupo, liderado pelo coronel Arlindo Eduardo Correia, que era contrário a emancipação de Calçoene, pois defendia que haviam poucas condições econômicas para isso. A intensa campanha realizada pelo grupo de Joel e Barbosa conseguiu motivar as autoridades territoriais, levando o deputado Coaracy Nunes a apresentar um projeto de lei para a criação do município de Calçoene. Em 25 de janeiro de 1957, o município foi instalado oficialmente, com solenidade de posse do primeiro prefeito, exatamente, Coaracy Barbosa (PENNAFORT, 1984).

ocupar literalmente a região, provocando conflitos com os nativos. Questão só solucionada com a assinatura de Laudo de Berna, em 1900.

A cidade de Calçoene, segundo a descrição de Pennafort, ficava a aproximadamente 420 km e a oito horas de distância pela BR-156 de Macapá. Se a viagem fosse de barco, o percurso aumentava para 768 km e de 96 horas. Vivia-se, praticamente, desse passado movimentado, e das belezas naturais que a transformava, esteticamente, na opinião do jornalista, em “um dos mais apreciados lugares do interior amapaense”. Nela estava localizada, a *Cachoeira do Firmino*, onde havia sido construído “um moderno conjunto turístico, idealizado pelo empresário José Vauro Cavalcante, com bar, boate e restaurante” (PENNAFORT, 1984, p. 61). Na verdade, esse modesto balneário, construído de madeira, que foi o primeiro empreendimento do gênero no interior do Território, não poderia ser considerado um “conjunto turístico moderno”, como Pennafort descreveu, mas possuía uma linda paisagem natural, bastante frequentado pela população de todos os cantos do Amapá. O comércio no município era tímido, mas, segundo o jornalista, tenderia a crescer com o aumento das atividades no município, decorrentes de novas descobertas de ouro, na região do Lourenço, distrito de Calçoene.

Logo após *Calçoene*, estava localizada, na fronteira com a Guiana Francesa, a cidade de Oiapoque que, para Pennafort, indiscutivelmente, era a mais bela do interior do Amapá. Segundo ele, não se podia “fazer um cálculo preciso da população, dada a dispersão, mas pode-se arriscar uma estimativa em torno de sete mil habitantes” (PENNAFORT, 1984, p. 79). Distante aproximadamente 600 km da capital do Território, a cidade – que aos olhos do jornalista era mais povoada que as demais por ter uma população mais concentrada no centro administrativo – possuía além do bairro central, mais outros dois, popularmente conhecidos, a Ponta do Vento Fresco e o Cheiroso. A rua mais famosa ficava bem no centro da cidade, na beira do rio, e recebeu o nome de Caetano da Silva, escritor gaúcho que escreveu *L'Oyapoc et L'Amazonie*, principal obra que o Barão do Rio Branco utilizou para sustentar sua tese de defesa do território contra os franceses. Segundo Pennafort, quando essa rua atingia o meio da cidade, “vê-se um monumento à Pátria, erguido pela comunidade em 1943, com citações do Hino Nacional. Posteriormente,

substituídas por uma placa onde se lê: ‘aqui começa o Brasil’” (PENNAFORT, 1884, p. 79).

A cidade que já vivenciara momentos de altos e baixos em seu povoamento, segundo relatos dos moradores à Pennafort, com a criação do Território, em 1943, e dois anos depois com a elevação a categoria de município, voltou a se entusiasmar, sobretudo, com o que foi interiorizado por Janary Nunes, ao afirmar que a implantação do Território traria imediato reflexos positivos para a Fronteira. Contudo, como lembrou o jornalista, “nem todos os problemas puderam ser imediatamente solucionados” (PENNAFORT, 1984, p. 80). Tanto que a cidade continuou a sofrer com a falta de abastecimento: “os barcos veleiros que traziam mercadorias de Belém levavam até uma semana da foz da cidade devido ao enorme repiquete. Enquanto isso as latas de conserva sumiam das prateleiras” (PENNAFORT, 1984, p. 80). No verão o problema era minimizado pela grande oferta de peixe na região, mas no inverno a escassez voltava a assolar novamente os moradores do Oiapoque.

Desta forma, os escritos de Pennafort, ao trazerem a dimensão social e as experiências de atores que estariam na interpretação euclidiana à “margem da história” por não atingirem o progresso esperado quando da criação do Território, permitem refletir sobre um Amapá diverso, plural e com diferenças daquele que o discurso oficial tentava impor para justificar a criação do Estado. Os atores que Pennafort evidencia em seus estudos não correspondem todo o universo das populações que compõem os municípios, em toda a sua extensão, urbana e rural (não faz parte de seu roteiro, por exemplo, a região de Laranjal de Jari, no sul do Território), como também alguns desses atores talvez estivessem alheios ao que estava ocorrendo na capital, aonde a campanha pró-Estado do Amapá, promovida pela classe política territorial, tentava ganhar a adesão da população através da propaganda midiática que adentrava os lares dos amapaenses.

Conforme dados fornecidos pelo *Plano de Prioridades – 1988-1989*, do governo de Jorge Nova da Costa (julho de 1985 a maio de 1990), dos seis municípios territoriais, Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene, Oiapoque e Ferreira Gomes¹⁶² (esse último recentemente criado), que constituíam o Território

¹⁶² O distrito de Ferreira Gomes, emancipado mesmo sem ter infraestrutura adequada, tornou-se município pela Lei 7.639, em 17 de dezembro de 1987, projeto de autoria do deputado Anníbal

amapaense das vésperas da emancipação política, com exceção de Macapá, que havia crescido, desde 1943, quase 500%, e Mazagão que tinha uma população estimada de 27.888 habitantes, os demais apresentavam um índice populacional baixíssimo, que se assemelhava ao do momento da implantação do Território, com uma média entre 9.000 a 4.000 habitantes/km. Diferente do que a Pennafort afirmara, o Oiapoque era o menos povoado, com uma população estimada em 4.648 habitantes.

A população de todo o Território do Amapá, nesse período, aproximava-se de 232.400 habitantes. Desse total, 79% residiam na capital, Macapá. Essa concentração elevada de pessoas em território macapaense decorreu, sobretudo, do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos territoriais, que priorizaram os investimentos públicos na capital, provocando o êxodo rural, e atraindo um número elevado de pessoas, vindas de outros municípios do Território e de outros Estados para Macapá. Essa movimentação grande na capital, fez com que o próprio jornalista Hélio Pennafort, dado a escrever sobre a vida pacata do interior, a reconhecer que Macapá dos anos 80 guardava pouquíssimo do tempo romântico-boêmio que conhecera. Lembrava ele que:

não poderia ser diferente. O antigo sítio de Mendonça Furtado e a bucólica cidade dos anos 40, possui hoje aproximadamente 130 mil habitantes e quilômetros de ruas e avenidas, quase todas asfaltadas. O antigo campo de futebol é uma praça florida, diariamente ocupada por jovens e crianças. Os velhos casarões recheados de barro deram lugar a construções modernas. A Rádio Difusora não existe mais. Em seu lugar apareceram a Equatorial e a Nacional, com programação idêntica e das outras que operam na Amazônia. A conversa da boca da noite foi trocada pelas novelas de TV. A vida noturna é intensa. A cidade cresce (PENNAFORT, 1984, p. 104).

Pode-se dizer que Macapá crescia a um ritmo populacional alucinante. Em menos de 10 anos, conforme informações levantadas pelo governo de Jorge Nova da Costa, a população da cidade saltou de aproximadamente 137.451, em 1980, para 183.596 habitantes, em 1987. Em parte, isso pode ser explicado pelo anúncio da expectativa da criação do Estado, entretanto, essa ascendência demográfica de

Barcellos. Como sua criação data do final de 1987, sua população não chegou a ser quantificado pela pesquisa governamental realizada no mesmo ano (IBGE, 2016).

Macapá com relação aos demais municípios territoriais, manteve-se praticamente durante todo o decorrer da existência do Território.

Entretanto, para o governo amapaense, profundas mudanças teriam ocorrido a partir da década 1950, que alteraram as metas iniciais traçadas quando da implantação do Território, que previa o incentivo maior para a criação de colônias agrícolas em pontos estratégicos de ocupação no Amapá. Com a exploração do manganês, facilitada pelas construções de rodovias e da estrada-de-ferro, interligando o eixo Macapá – Santana – Serra do Navio, as migrações em direção ao município de Macapá ocorreram de forma acelerada, produzindo um êxodo-rural e o enfraquecimento das atividades econômicas dos municípios interioranos, principalmente, da produção agrícola, agravando ainda mais a condição da capital, que não possuía infraestrutura que atendesse a demanda populacional que se formava.

Essa constante migração populacional teria levado a um grande desequilíbrio demográfico entre os municípios e ao enfraquecimento da produção agrícola e demais atividades econômicas, gerando um quadro de dependência da população e do empresariado emergente junto ao poder público. Sendo assim, as taxas de crescimento demográfico eram altíssimas em função da migração, gerada em grande parte pela euforia produzida pela exploração do manganês, que ocasionaram uma corrida muito grande para o Território e uma pirâmide de base larga, com 50% da população com idades entre de zero a 18 anos.

Segundo depoimento de Nova da Costa, em sessão de 05 de maio de 1987, na Câmara Federal, organizada pela Subcomissão da União, do Distrito Federal e Territórios, durante os trabalhos da Constituinte, o Amapá tinha muitas potencialidades econômicas, decorrentes, sobretudo, de grandes incidências de minérios, mas bastava uma rápida análise para se constatar que sua economia local era deprimida e precisava urgente ser alterada: “se analisarmos o setor primário, veremos que sua participação tributária é de cerca de 2%. A economia mais expressiva está no setor secundário, porque a exploração de minério é considerada indústria o que é discutível, pois é uma simples transformação” (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, Ano I, Suplemento nº 78, 1987, p. 58).

De fato, a atividade agrícola, de modo geral, ainda se caracterizava como de subsistência pelo cultivo tradicional e pela predominância de pequenos agricultores, tendo como principais produtos: a mandioca, banana, o milho, o arroz, o feijão e pimenta-do-reino. A pecuária também permanecia de forma extensiva, concentrada no município de Amapá, em grande parte pelo desenvolvimento da bubalinocultura¹⁶³. Tanto uma quanto a outra atividade, além de suas baixíssimas representatividades na economia local, com raras exceções, apresentavam variações decrescentes das áreas cultivadas e do volume produzido, decorrentes dos escassos investimentos públicos e privados, e pelo crescente esvaziamento da zona rural.

Também chamava atenção o governador Nova da Costa para o fato de que, por ser um Território Federal, o Amapá recebia dois fluxos de investimentos. Um, que provinha de fora para o Território, enviado pelo governo federal, e outro, que se processou de setores produtivos, mas voltado para fora, desenvolvido pela exploração mineral. Portanto, a economia não só era abastecida pelas grandes praças industriais de fora do Território, como também exportava muito capital, porque os investimentos neles realizados, em infraestrutura, em prédios, em urbanização geravam um custo médio de emprego muito alto, por outro lado, os setores produtivos não tiveram o desenvolvimento que pudessem gerar benefícios à população economicamente ativa, o que ocasionou um grande grau de dependência com o poder público que preocupava muito. Alertava o governador: “é preciso que se atente para isso, a população econômica ativa do território tem um grau de dependência com a população em geral que me preocupa muito: são vinte e dois trabalhadores para cada cem habitantes” (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, Ano I, Suplemento nº 78, 1987, p. 58).

Para o economista Charles Chelala, em *A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense* (2008), essa configuração marcante da presença estatal gerava riscos, como o da vulnerabilidade em momentos de crises de financiamento dos governos, como as que foram recorrentes durante a década de 1980, ou seja, a mínima “possibilidade de atrasos em pagamentos de servidores e de fornecedores da máquina pública acarretaria uma crise de grandes proporções locais, que atingiria

¹⁶³ Bubalinocultura se refere a criação doméstica dos bubalinos.

a todas as camadas da sociedade, de modo mais sensível do que a média do país” (CHELALA, 2008, p. 206); e foi o que, de fato, sempre se observou, no caso do Amapá, nesse e em outros períodos de crises nacionais.

Portanto, como a principal característica do sistema econômico amapaense era o alto grau de dependência externa com relação aos grandes centros produtores do país, e pela precária infraestrutura interna para o escoamento da produção, em meados dos anos 1980, não era à toa que, conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, intitulada *Indicadores Socioeconômicos amapaenses no período de 1985-86*, que Macapá fosse uma das capitais brasileira que apresentava um dos mais altos Índice de Custo de Vida (ICV)¹⁶⁴. No período de fevereiro a dezembro de 1985, o ICV de Macapá registrou variação acumulada da ordem de 223,40%. Dos grupos que constituíam o orçamento familiar macapaense, a alimentação foi o que apresentou o maior incremento no período, de 255,77%. Dos 428 produtos e serviços da cesta básica de consumo, 90 itens registraram crescimento superior ao do índice geral. Os demais grupos, como saúde, vestuário, habitação, fumos e bebidas, educação e transporte, também tiveram taxas elevadas (Tabela I).

TABELA I – Participação dos grupos no orçamento familiar e variação percentual acumulada do Índice do Custo de Vida da cidade de Macapá – 1985-1986.

	Participação no orçamento (%)	Variação acumulada (%)	
		1985 (Fev. a Dez.)	1986
ALIMENTAÇÃO	56,77	257,77	37,30
HABITAÇÃO	16,11	170,32	66,57
VESTUÁRIO	12,82	194,57	69,75
DESPESAS PESSOAIS	6,44	219,48	85,93
FUMOS E BEBIDAS	2,26	157,59	52,45
SAÚDE	2,10	203,46	8,28
TRANSPORTE	2,03	131,19	75,34
EDUCAÇÃO	1,46	150,11	131,92
GERAL	100	223,40	52,17

Fonte: Território Federal do Amapá (s/a, p. 19).

¹⁶⁴ Na montagem do sistema de cálculo do ICV foram utilizadas duas premissas básicas: o sistema de ponderação dos diversos bens e serviços no orçamento familiar e o sistema de coleta de preços. O sistema de coleta de preços teve seu início em janeiro de 1985 e no mês seguinte elaborou-se o primeiro ICV de Macapá. Para tal, foi utilizada a fórmula de Laspayres (Custo de Vida. In: TERRITÓRIO DO AMAPÁ. **Indicadores Sócio-Econômicos do Amapá (1985-1986)**. Ministério do Interior: Governo do Amapá/Secretária de Planejamento e Coordenação, s/a, p. 18-19).

O grande surto migratório para a capital gerou consequências negativas das mais diversas, como o crescimento da criminalidade e o agravamento dos problemas infra estruturais, com reflexo também negativos nos demais municípios do Amapá, demandando uma solicitação crescente dos serviços de saneamento básico e segurança pública só em Macapá. O processo de urbanização acelerado e desordenado ocorrido nos últimos anos concentrados na capital, agravaram as condições de vida da população mais carente que, marginalizada do mercado formal, passou a incorporar a grande massa de subempregos e desempregados, que crescia em Macapá, a cada ano.

Os números referentes ao fornecimento de água potável, por exemplo, refletiam sem dúvida a distribuição espacial bastante desigual e as atividades desenvolvidas em todo o Território, aonde a participação maior do consumo total ficava por conta de Macapá, com 98,14%, no qual os setores que mais eram atendidos era o industrial, comercial e público, com pouca participação do setor que mais crescia na cidade, o residencial.

Com relação à geração de energia, observa-se a mesmas condições preocupantes do fornecimento de água, como uma grande concentração em Macapá, aonde se verificava também duas situações contrastantes. De um lado, o sistema interligado a partir da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes¹⁶⁵ (ou do Paredão, como era mais conhecida), nesse momento, já pertencente à Eletronorte, com a comercialização de energia pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) as maiores concentrações populacionais, localizadas em Macapá e Mazagão; do outro, os sistemas isolados de diesel elétricos para o atendimento às principais localidades dos demais municípios amapaenses.

¹⁶⁵Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes foi construída em Ferreira Gomes, a 150km de Macapá objetivando a utilização do potencial hídrico da Cachoeira do Paredão, no rio Araguari. Os primeiros estudos, mais direcionados para a construção da usina datam de 1950, por iniciativa da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Porém, depois de muitas incertezas e paralizações em sua construção, decorrentes dos atrasos das verbas pelo governo federal, em julho de 1974, pelo Decreto nº 74.303, os bens e instalações vinculados à Usina e seu sistema de transmissão, então pertencentes à CEA, foram encampados e a ELETRONORTE, que assumiu oficialmente as responsabilidades da usina desde a fase inicial de construção, no início da década de 1970 até a sua conclusão em 1975, quando foi finalmente inaugurada, com a presença do ex-governador Janary Nunes, irmão do deputado já falecido Coaracy Nunes (AMAPÁ, 1975).

Em 1986, ocorreu um aumento de 12,83% no consumo de energia elétrica. Esse crescimento teve como fator determinante a expansão do sistema de distribuição hidrelétrica para o atendimento aos crescentes aglomerados populacionais na periferia da capital. Somente uma pequena parcela deste aumento, de caráter predominante vegetativo, ocorreu nos sistemas isolados, com destaque para a região de Laranjal do Jari, no sul de Mazagão. A classe de “Poderes Públicos” foi a que apresentou maior incremento percentual, com o total de 122,45%. Esse aumento ocorreu em razão da implantação da infraestrutura para a expansão da administração pública, para receber a preparação para sediar o Estado. Apesar da classe “rural” ter apresentado um acréscimo de 17,89% em relação ao ano de 1985, tais valores percentuais eram bastante modestos, pois isso correspondia a somente 145 consumidores, dos quais 86,21% estavam localizados na zona rural de Macapá, 12,41% em Mazagão e 1,38% em Amapá. Os demais municípios nem se quer tinham representação nesse setor.

O sistema de saúde também apresentava a mesma distribuição espacial desigual dos demais serviços, com elevado grau de concentração na capital, onde estavam localizadas, 73% das Unidades de Saúde e 87,85% do total de leitos. Além disso, deve-se mencionar que as condições sanitárias deficientes acarretavam graves problemas na saúde da população em todo o Território, sobretudo, em áreas urbanas e rurais onde esses serviços eram praticamente inexistentes, ocasionando um alto índice de mortalidade infantil. Segundo dados da Secretaria de Saúde, em 1986, quase 30% do total de óbitos registrados correspondiam a idade inferior de um ano de vida. Os casos de mortes decorrentes da malária, que desde a implantação do Território sempre foi motivo de preocupação pública, mesmos nos anos que atingiu os mais baixos índices, esteve entre as dez principais causas de mortalidade no Território. Em 1985 e 1986, voltou a ocupar o primeiro lugar, apresentando um índice de 6,21% e 8,82% do total de mortes, respectivamente, em todo o território amapaense, decorrente, principalmente, da abertura de novos garimpos e pelo aumento das formas resistentes ao tratamento convencional existente.

Com relação à educação e à saúde, os dados eram semelhantes aos já apresentados em outros anos anteriores. Das 414 escolas existentes em todo o Território, 38,90% estavam localizadas nas áreas urbanas e 61,10% nas áreas

rurais. Já o quadro de salas de aulas por localização, ao contrário do que se constatava com relação ao número de escolas, era extremamente discrepante. Das 1.177 salas de aulas, em 1986, 69,92% estavam nas zonas urbanas e 30,08%, na zona rural. A centralização era bem mais acentuada quando se analisava a distribuição de salas por municípios. Do total dessas salas, 90,16% estavam na zona urbana de Macapá. Ao se observar a oferta do sistema educacional, no extinto 1º Grau como um todo, observar-se que a rede particular apresentou, em termo relativo, um maior crescimento, com 24,66%, enquanto que as redes públicas federal e municipal apresentaram um crescimento de 5,63% e 22,39%, respectivamente. Contudo, apesar desse considerável crescimento na rede particular de ensino, verifica-se que, em 1986, a rede pública federal ainda era responsável pela maior parte da oferta do ensino de 1º e 2º Graus oferecidos em todo o Território, com 82,17% e 97,04% do total dessas ofertas, respectivamente (Tabela II).

TABELA II – Matrícula no início do ano no ensino de 1º grau, por dependência administrativa no território federal do Amapá e município de Macapá – 1985-1986.

Especificação	Anos			
	1985	%	1986	%
TERRITÓRIO	52.561	100	56.943	37,30
1º GRAU				
Rede Federal	44.297	84,28	46.789	82,17
Rede Municipal	6.520	12,40	7.980	14,01
Rede Particular	1.744	3,32	2.174	3,82
MACAPÁ	44.383	84,44	47.532	83,47
1º GRAU				
Rede Federal	36.673	69,77	38.338	67,33
Rede Municipal	5.966	11,35	7.020	12,33
Rede Particular	1.744	3,32	2.174	3,81
TERRITÓRIO	6.743	100	6.424	100
2º GRAU				
Rede Federal	6.623	98,22	6.234	97,04
Rede Particular	120	1,78	190	2,36
MACAPÁ	6.504	96,45	6.231	96,99
2º GRAU				
Rede Federal	6.384	94,67	190	2,96
Rede Particular	120	1,78	157,59	52,45

Fonte: Território Federal do Amapá (s/a, p. 27).

Entretanto, Macapá ainda conservava, em fins dos anos 1980, um misto de modernidade e tradição, de progresso e atraso, que em muitos aspectos lembrava a cidade de antes da implantação do Território, e que a aproximava da cultura interiorana amante do rio, descrita por Pennafort. Ao mesmo tempo em que o acelerado crescimento demográfico forçava modificações em seu traçado urbano, de forma desordenada e sem um planejamento adequado, que agravavam os problemas sociais e econômicos já existentes, também coexistiam na desordem urbana características de uma sociedade provinciana, aonde as relações de vizinhanças ainda predominavam, mesmo que com referenciais modernos, como o da televisão, inaugurada em 1974, e que levou muitos vizinhos a se reunirem em torno dela.

Era visível, mesmo com a imposição de novos padrões e hábitos, a existência de uma sociedade fortemente marcada pelas tradições culturais locais, bem como descreveu Pennafort:

a sobrevivência daquilo que já foi a mais importante manifestação folclórica do Amapá é hoje cuidada por dois pequenos grupos, o do Laguinho e o do Curiaú. Teimosamente, eles garantem vida a uma tradição que começou a existir com a própria Macapá. Quando o Marabaixo foi tocado durante uma conversa do repórter com a folclorista Maria Brígido, ela procurou justificar o desaparecimento paulatino, tanto do Marabaixo quanto de outras festas folclóricas, com o ajuste dos grupos de folks à evolução da comunidade, ao progresso da região.

Que fazer, então, para preservar o folclore? Existem, segundo Maria Brígido, dois caminhos. Uma seria, por exemplo, como a atitude de um médico para com um cardíaco: dar paliativos, ajuda-lo mesmo financeiramente – mas sem mexer na bagagem cultural – para que ele aumente mais um pouco a sua vida, até um certo tempo, quando os mais antigos desaparecerem e os jovens não quiserem mais fazer o mesmo, porque estão integrados ao novo estágio da comunidade. Outro – imediatamente – seria procurar uma turma que tenha conhecimento do fato, esteja por dentro do assunto, para registrar os acontecimentos folclóricos. Esse registro pode ser feito através de filmes, fitas e fotos. Também são necessários depoimentos de como vive aquele grupo economicamente e como se comporta socialmente. Como não se pode eternizar os fatos folclóricos, que pelo menos procure-se guarda-los, seja em celulóse ou em fita magnética (PENNAFORT, 1984, p. 89-90).

Hélio Pennafort talvez não percebesse que em meio ao caos do progresso a cidade resistia.

4.2 “Efetivamente Barcellos”: o último governo territorial

Queremos falar sobre a nossa imensa satisfação em ver nossos acalentados sonhos realizados. Tanta certeza tínhamos nessa concretização que com antecipação de quatro anos e meio tomamos todas as providências cabíveis, não só em relação aos símbolos, como também projetamos e demos início à construção da Assembleia Legislativa, do Banco do Amapá deixando pronto um projeto completo para construção do futuro Tribunal de Contas.

Annibal Barcellos
Sessão do Congresso Nacional, 13 de dez., 1988.

Ao deixar o governo amapaense, em julho de 1985, segundo as palavras acima pronunciadas pelo ex-governador e então deputado federal Annibal Barcellos, o Amapá já se encontrava pronto e em condições ideais para a transição a Estado. No entanto, isso só viria a ocorrer três anos depois, já na chamada “Nova República”, com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, que pôs fim a República com Territórios, ao extinguir os três últimos Territórios Federais existentes. Eram eles: Amapá e Roraima, transformados em Estados e Fernando de Noronha, incorporado ao Estado de Pernambuco. A Nova República teve início no Amapá, oficialmente, com o governo de Jorge Nova da Costa (julho de 1985 a maio de 1990), mas foi durante a gestão de Barcellos que se observou uma mudança pelo Estado brasileiro na condução política administrativa dos Territórios Federais, que passaram a receber orientações para que iniciassem seus processos de transição em Estados.

Desta forma, o que se convencionou chamar de “Nova República” no Brasil vem sendo compreendido historicamente como o período em que o país entrou em uma nova fase da experiência política republicana. Assim como “transição”, ambos os termos vêm sendo utilizados para explicarem esse momento, em que ocorreu uma mudança do regime autoritário para o democrático no país. Entretanto, os próprios usos dessas expressões, no sentido pelos quais são empregados, são problemáticos, não só por não conseguirem sintetizar esse momento ambíguo da experiência histórica brasileira, como pretendido, mas, sobretudo, por não darem

conta de abarcar todas as contradições e as complexidades que o período exige elucidar.

Tudo parecia seguir um rito já previamente estabelecido. No mesmo dia em que Barcellos tomava posse oficialmente do governo amapaense, em 15 de março de 1979, por indicação consensual, entre o Ministro do Interior, Mário Andreazza, e o Ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, assumia a presidência do Brasil, depois de eleito pelo Colégio Eleitoral, o general João Batista Figueiredo (1979-1984), o último militar do regime autoritário, que recebeu como missão dar sequência a transição *lenta, gradual e segura* para a democracia, iniciada por seu antecessor, o general Ernesto Geisel (1974-1978). Segundo Marco Napolitano (2014), durante o discurso de posse, o presidente Figueiredo, reafirmou o gesto que simbolizaria seu governo: “a mão estendida na conciliação”. Nas palavras desse historiador, isso significaria que o país entraria em uma nova fase política, na qual a democracia *ainda não era*, mas a ditadura *já não era mais tão ameaçadora*.

Barcellos chegou ao Amapá com a promessa de acelerar seu desenvolvimento, mas não havia ainda incorporado em sua retórica, e a nenhum planejamento e ação política efetiva, a tese de transformação desse Território em Estado. Foi no curso do processo de transição brasileiro e de sua administração que essa ideia foi ganhando força. Foi fato que, desde o princípio do seu governo, sua imagem foi sendo construída a partir da ideia de uma descontinuidade administrativa, passando a ser visto por alguns como aquele que, não só promoveu melhorias no traçado urbano da capital e das cidades interioranas, mas que rompeu com o modelo de governabilidade autoritário imposto por seus antecessores, mesmo que na prática o personalismo e a centralismo político-administrativo tenham atingindo patamares elevadíssimos durante sua gestão. Essa crítica a Barcellos, como um dos governantes amapaenses, entre aqueles nos quais mais se observou práticas autoritárias no exercício da função delegada pela União ao governador de um Território Federal, está expressa no seguinte trecho do discurso proferido na Câmara Federal, em 21 de maio de 1982, pelo deputado oposicionista Paulo Guerra (PDS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em oportunidades anteriores falei a respeito da administração ou do Governo nomeado do Território do

Amapá. Trata-se de administração que usa da exacerbação do poder e da força; aliás, só do poder da força, o poder imposto, e não aquele fundado na aprovação do grupo social. É um Governador ilegítimo, porque não tem autoridade. Por isso mesmo exercita o autoritarismo. E não tem autoridade porque não se explica pelo consentimento tácito dos governados, pela participação efetiva daqueles que constituem a sociedade local; enfim, é um mandatário sem mandato, um solitário no exercício do poder ilegítimo. (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 1987, p. 3701).

Os abusos de autoridades não foram as únicas críticas proferidas ao governo de Barcellos, por seus opositores. Talvez, pelo fato de ter ocorrido uma ampliação do número de vagas dos deputados dos Territórios Federais para a Câmara Federal, que passaram a ser de quatro deputados, a partir de 1977, conforme o que foi outorgado pelo “Pacote de Abril” de 1977¹⁶⁶, e com a eleição, em 1982, de três parlamentares da oposição do total dessas vagas¹⁶⁷, seja possível se localizar um significativo número de discursos políticos com denúncias de irregulares e de desvios de recursos públicos que envolveram a administração barcelista, não observados em nenhum outro período, mesmo que elas tenham sido práticas corriqueiras nas demais administrações territoriais amapaenses.

Contudo, não foi por acaso, que o primeiro governo da era barcelista tenha povoado no imaginário social amapaense uma visão desse período como momento em que se promoveram as condições objetivas e simbólicas para que o Amapá virasse Estado. Essa representação de Barcellos como político local a quem se deve atribuir a emancipação política, talvez, tenha também contribuído de forma decisiva para sua eleição como primeiro governador eleito do Estado do Amapá e para a sua perpetuação na política amapaense por quase trinta anos, que lhe renderam as eleições: para deputado federal constituinte pelo PFL (1987-1991); de primeiro

¹⁶⁶ De acordo, com Marcelo Ridenti (2014), o chamado “Pacote de Abril” (Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977) consistiu em uma série de medidas para assegurar o controle do governo sobre o processo político e econômico, e assim ditar o rito da abertura política. Medidas como: continuidade para eleições diretas para os governos federal e estaduais; eleição indireta de um terço dos senadores, o que garantia colégios eleitorais com maioria da ARENA; cassações de parlamentares e outros. Dentre essas medidas, também, duplicou-se de dois para quatro o número de deputados federais dos Territórios Federais, unidades onde o governo acreditava ter maior peso político.

¹⁶⁷ Faziam parte da oposição ao governo de Barcellos, os deputados Clark Platon (PDS), Paulo Guerra (PDS) e Giovani Borges (PDS).

governador do Estado (1991-1994); como prefeito (1997-2001) e vereador (2004-2008) de Macapá, quando encerrou sua carreira política¹⁶⁸.

Em 1992, quando Barcellos já eleito governador do Estado do Amapá, publicou *Primeiro Passo da Segunda Caminhada*, no qual, ao buscar fazer um balanço do exercício do ano anterior, visava responder críticas que vinha sofrendo de seus adversários. No trecho abaixo, Barcellos reivindicava como versão explicativa para sua decisão de ter concorrido e de ter sido eleito primeiro governador do Estado, a existência de um forte elo que o ligava ao Amapá, construído em pouco mais de seis anos que havia governado o ex-Território. Nele está expresso, não só o desejo de um homem público de permanecer comandando o destino dos amapaenses, mas a intencionalidade de construir uma narrativa que o colocasse como aquele, que ao iniciar a construção da infraestrutura necessária para a transição a Estado, teria antecipado a autonomia política, e, portanto, melhor representaria os anseios da população naquele momento de implantação do Estado.

Quando encerrei a missão de governar o Território, em 1985, adversários políticos apregoavam que a minha saída do Amapá seria definitiva, que jamais voltaria ao exercício de qualquer cargo, fosse qual fosse.

A visão conturbada desses adversários não foi capaz de enxergar que os quase sete anos da convivência inicial com os amapaenses serviram não apenas para estabelecer um forte laço de amizade entre nós, como também para fortalecer a minha disposição de trabalhar pelo Amapá em qualquer lugar e em qualquer circunstância. Pensaram – errado – que iria ficar inerte pelo fato de ter concluído minha tarefa no governo. Nem tampouco imaginavam que o que une ao Amapá é algo mais forte, mais sólido, mais profundo do que simples ocupações passageiras (BARCELLOS, 1992, p. 11).

Conforme analisou Ângela de Castro Gomes (1996), em artigo intitulado “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, no qual a autora, ao constatar a reminiscência de práticas populistas observadas nos anos 1980 e 1990, defini-o como “um gato de sete vidas”, pode-se dizer que

¹⁶⁸ O filho, Sérgio Barcellos e o neto, Alexandre Barcellos, elegeram-se pelo mesmo partido de Barcellos, PFL, respectivamente, para os cargos de, Deputado Federal (1991-1994, 1995-1998 e 1999-2003), e Deputado Estadual (1999-2002, 2003-2006). Posteriormente, Alexandre Barcellos foi reeleito para o terceiro mandato consecutivo pelo PSL (2007-2010), quando o avô encerrava sua trajetória política. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 15 mar. 2015.

com Barcelos, ou com o “Comandante”, como ficou conhecido popularmente, mesmo se tratando de uma releitura neoliberal da roupagem clássica desse fenômeno, o populismo ou o neopopulismo¹⁶⁹, caso realmente ela tenha existido, teria mostrado sua vitalidade.

Assim como os demais governadores, Barcellos chegou em terras amapaenses de repente, por uma indicação de fora, mas construiu-se em torno dele um marketing político que o diferenciava de seus antecessores por ser um governador, como descreveu seu assessor e jornalista amapaense, Hélio Pennafort¹⁷⁰, ao publicar em 1994, *Barcellos: síntese de dois governos*, dado a hábitos e tradições locais, que gostava de andar pelo interior e aceitava “com enorme prazer os convites para festas e comemorações em lugarejos remotos, onde se abanca com desembaraço em almoços e jantares de comidas bem regionais” (PENNAFORT, 1994, p. 22).

O uso corriqueiro de um boné azul transformou-se em um dos maiores símbolos do *barcelismo*¹⁷¹, passando a ser colocado em todo o material de imprensa e propaganda que identificavam ações governamentais, como por exemplo, as obras públicas em construção durante a sua gestão. Contudo, o termo “efetivamente” utilizado nos discursos, para acentuar afirmações, foi o que talvez tenha lhe dado maior popularidade, tanto que, como afirmou Pennafort “a palavra ficou identificada a sua pessoa”. Nas eleições de 1986, quando concorreu a uma vaga na Câmara Federal pelo Amapá, o refrão do *jingle* de sua campanha política dava destaque a

¹⁶⁹ Gomes (1996) utiliza como referencial para refletir sobre uma possível releitura do fenômeno populista na política brasileira, o artigo: “A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina”, de Décio de Azevedo M. Saes, publicado na coletânea: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, organizada por Evelina Dagnino, no qual segundo ela, o autor parte da reflexão de uma possível reemergência do fenômeno populista, através da criação de tipologias diferentes para distinguir um “populismo clássico”, vigente entre as décadas de 1930-1960 e interrompido pelo regime militar, e um “populismo neoliberal”, que estaria atualizando aquela matriz política após a reativação do processo eleitoral e do pluripartidarismo, instalados nos anos 1980. Haveria assim um “neopopulismo” não só brasileiro, mas latino-americano, interferindo nas expectativas de consolidação da democracia no continente.

¹⁷⁰ Durante o primeiro e segundo governo de Annibal Barcelos no Amapá, o jornalista Hélio Pennafort foi seu Assessor de Imprensa, Subchefe de Gabinete e Chefe de Gabinete do Governador e Diretor do Departamento de Comunicação Social do Governo do Estado (PENNAFORT, 1994), além de atuar como marqueteiro, que cuidou de perpetuar e popularizar a imagem de Barcellos.

¹⁷¹ O termo empregado popularmente na sociedade amapaense, assim como o *janarismo*, é utilizado aqui para definir o período, de quase três décadas, em que o Amapá esteve sob a influência do político Annibal Barcellos, de seus familiares e de seus correligionários, iniciado em 1979, quando foi indicado para o governo do Território do Amapá, encerrando-se em 2007, quando saiu em definitivo da política amapaense.

essa expressão: “Barcellos aqui/ Barcellos lá/ Barcellos amigo você vai voltar/ Barcellos aqui/ Barcellos lá/ efetivamente no Amapá” (PENNAFORT, 1994, p. 22).

Para Rauol Giradert, em **Mitos e mitologias políticas** (1989), a ligação entre a narrativa e os traços das características pessoais da figura política com a conjuntura histórica em que viveu o personagem, evidencia de forma clara que tais características biográficas pertencem ao domínio do imaginário mitológico, ou seja, quanto mais o mito político ganha amplitude, mais estes traços tendem a ser reforçados, e mais se observa os detalhes biográficos e as características físicas ganharem importância, ao mesmo tempo em que se estende também seu marco cronológico e prolonga sua permanência no imaginário coletivo. Um exemplo, do uso do poder como forma de se auto referenciar pela gestão barecelista para além do período que governou o Estado, foi a criação, em 1997 (Lei municipal nº 900/1997), do bairro “Boné Azul” na capital, Macapá, que fazia referência a utilização por Barcellos de um boné de cor azul, em, praticamente, todas as suas aparições, como já mencionado.

Todavia, como nos leva a refletir Bourdieu (2005), homem ou mulher para atuar na vida política, acaba se tornando detentor de certos instrumentos de dominação e ideologias, a qual o autor denomina de “sistemas simbólicos” e/ou representações do mundo social, que não só lhe revele os fins as serem alcançados, mas o motive a participar da vida política. Barcellos, como militar da reserva, no posto de capitão-de-mar-e-guerra, com 40 anos efetivos de serviços prestados a Marinha, havia atingido o ápice da carreira militar. Mesmo tendo ocupado outros cargos civis na administração pública no Rio de Janeiro, foi no Amapá que vislumbrou um campo aberto de perpetuação política, e aonde viu sua vida pública deslanchar.

Portanto, ainda seguindo os ensinamentos de Bourdieu, o campo político (entendido pelo autor ao mesmo tempo como campo de forças e de lutas) é o lugar por excelência onde se opera a “concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (BOURDIEU, 2004, p. 164), e está constantemente em reformulações e mudanças. É claro, que sendo o Amapá um Território Federal, a chegada de novos atores políticos era algo que acontecia frequentemente, mas o

início dos anos 1980, que terá como fator determinante o processo de transição em curso no país, foi marcado por um reordenamento do campo político e da própria condução do poder dentro do Território, quando a questão da autonomia foi ganhando força e foi sendo incorporada na retórica dos novos e velhos atores, passando a ser alvo de disputa entre grupos políticos adversários. Para Barcellos e para o grupo que se aliou a ele, o discurso autonomista era traduzido em possibilidades de perpetuação política e como caminho para permanecer governando o Amapá. Da mesma forma, seus adversários, formados por jovens nascidos ou com laços permanentes mais duradouros no Amapá, fortaleciam-se como os legítimos “filhos do Amapá”, que lutavam em âmbito nacional para concretizar o que chamavam de “maior sonho dos amapaenses”; a autonomia já não parecia algo mais tão distante.

Neste sentido, antes de abordar os anos finais desses embates, faz-se necessário destacar que a ideia de elevação do Amapá a categoria de Estado não era nenhuma novidade. Como já analisado no primeiro capítulo, desde o princípio, quando se começou a cogitar no Brasil a criação de Territórios Federais, mesmo que não se tenha estabelecido de forma clara, como e quando isso ocorria, as finalidades de suas criações foram defendidas como etapas transitórias para as transformações dessas unidades administrativas em Estados-membros. A novidade consistia exatamente na mudança de perspectiva com relação ao tempo e o momento de sua permanência, quando se passou a ganhar substância a tese de que o Território Federal, ao invés possibilitar o desenvolvimento econômico dessas regiões, havia se tornado um empecilho nesse sentido.

Pode-se afirmar que, em território amapaense, até início dos anos 1980, não chegou a existir um movimento autonomista forte. Esse acabou ocorrendo de forma mais velada, entre conversas de botequins, lares e vizinhanças. Pelo contrário, era quase que consenso, pelos menos entre as lideranças políticas, que o Amapá permanecesse sob a tutela da União, o máximo de tempo possível. Era perceptível a simpatia que a elite local, em grande parte formada por pessoas vindas de fora, nutria com a condição territorial, sobretudo, em razão de enxergar nesse modelo mais ganhos políticos e econômicos do que perdas.

Portanto, poucas foram as manifestações autonomistas explícitas durante as quatro décadas que seguiram a implantação do Território do Amapá. O movimento de caráter mais organizado e com maior participação da sociedade amapaense que se tem registro nesse sentido, ocorreu logo após a criação do Estado do Acre, em junho 1963, quando foi fundado o *Movimento Popular Pró-Estado do Amapá (MPPEA)*, e durou até meados de 1964, quando o regime militar foi implantado no país, e o governo territorial neutralizou as manifestações autonomistas, alegando que ainda era uma decisão imatura a criação do Estado.

O *MPPEA*, que se definiu, conforme o Manifesto Pró-Estado do Amapá publicado na *Folha do Povo*, de 23 de junho de 1963, como uma “organização apolítica e apartidária”, propondo atingir, mediante campanha de esclarecimento, a sensibilidade da opinião pública regional e nacional para a imediata transformação do Amapá em Estado, surgiu no bojo de um momento extremamente delicado da política brasileira, que repercutiu de forma bastante negativa em território amapaense. Portanto, esse foi um período, como já analisado no capítulo anterior, de grande instabilidade política e econômica, com constantes mudanças de governos no Amapá, atrasos e cortes das dotações orçamentárias. De 1961 a 1964, o Amapá chegou a ter cinco governadores nomeados¹⁷², transparecendo a falta de um planejamento para conter a crise, agravada pela escassez de alimentos, demissões de servidores públicos e constantes cortes do fornecimento de energia elétrica.

Segundo Indira Marques (2009), lideranças empresárias que integravam o *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)*¹⁷³, como o presidente da ICOMI,

¹⁷² Passaram pelo governo do Amapá nesse período, José Francisco de Moura Cavalcante (março a setembro de 1961), Mário de Medeiros Barbosa (setembro a outubro de 1961), Raul Monteiro Valdez (outubro de 1961 a novembro de 1962), Terêncio Furtado de Mendonça (novembro de 1962 a abril de 1964) e Luiz Mendes (abril de 1964 a abril de 1967). Disponível em: <http://amapaemdestaque.webnode.com.br/historia/administradores>. Acesso em: 24 ago. 2016.

¹⁷³ Segundo Dreifuss (1981), as sementes do IPES foram lançadas ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, núcleo que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, oriundos de diferentes *backgrounds* ideológicos, mas o que os unificavam eram as relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e formula o Estado, e visavam uma liderança compatível com sua supremacia econômica e ascendência tecnoburocrática. O IPES passou a existir, oficialmente, em 29 de novembro de 1961, rapidamente se expandindo para Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores, desenvolvendo desde o princípio uma dupla vida política. Sua face pública mostrava uma organização apartidária de “respeitáveis homens de negócios” e intelectuais que chamavam para si a responsabilidade “democrática” de debater os

Augusto Antunes, contrário a política de nacionalização propaganda por Goulart, mobilizaram-se a favor do golpe junto a organizações internacionais, sobretudo, logo após o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, quando a imprensa de Belém noticiou que o presidente assinaria decreto de encampação da ICOMI. Foi nesse ambiente de grande instabilidade política e pela defesa de campanhas de nacionalização da ICOMI, que se observou o crescimento das críticas ao modelo territorial, que se desdobrará no aumento das organizações sindicais, estudantis e culturais, e, conseqüentemente, no fortalecimento do movimento autonomista e da criação do *MPPEA*.

O *MPPEA*, que tinha como slogan '*Não estamos contra ninguém. Estamos a favor do Estado do Amapá*', foi fundado por uma composição mista, por integrantes da igreja católica, membros da elite local, intelectuais e políticos da oposição. Logo ganhou a adesão do movimento estudantil, da imprensa local (*A Voz Católica* e *Folha do Povo*), a quem coube o papel de divulgar os boletins produzidos pelo movimento e de suscitar a opinião pública, que passou a ser manifestar, cotidianamente, a favor da autonomia, e em espaços destinados a essa finalidade, como nos debates organizados na piscina territorial pelo *MPPEA* e o governo territorial. Segundo balanços divulgados pelas lideranças, o Movimento Pró-Estado do Amapá estava conseguindo atingir seus fins, pois o tema era,

assunto frequente de conversa e discussão em qualquer roda. Nas festas, nos encontros informais, nas casas dos amigos, nos bares, nas ruas. Uns contra, muitos a favor e uns poucos na expectativa. Vai assim se formando o clima desejado e necessário para o debate democrático e elevado. E não são apenas os que aqui vivem. Também o de fora que transitoriamente visitam o Território, por este ou aquele motivo (FOLHA DO POVO, 1963).

A euforia autonomista amapaense, que também foi encampada pelo governo territorial e por parlamentares do Amapá e do Pará, apoiava-se na experiência recente acreana e no Projeto de Lei 4.821, de 1962, de preposição dos deputados dos Territórios Federais, Valério Magalhães, Aluisio Ferreira e Amilcar Pereira, que defendiam, a exemplo do Acre, que se fizesse a imediata elevação de Rondônia,

problemas sociais do país, com objetivos essencialmente educacionais e cívicos. O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha ideológica e militar, avidamente dedicada à manipulação de opiniões e guerra psicológica.

Roraima e Amapá a categoria de Estados. No entanto, o próprio MPPEA, ao fazer um histórico do caminho já percorrido, reconhecia que o projeto não recebeu a atenção merecida, à época, e encontrava-se “engavetado em uma Comissão qualquer da Câmara dos Deputados” (FOLHA DO POVO, 1963).

A estratégia dos participantes do movimento, ao recuperar esse projeto, era fazer com que Janary Nunes, eleito deputado federal pelo Amapá, para a vaga que antes era ocupada por Amilcar Pereira, fizesse um substitutivo a esse projeto e desse andamento para sua tramitação e aprovação no Congresso Nacional. Fato que não ocorreu. Somente em 1966, durante a difícil campanha para sua reeleição para o mandato de deputado federal, foi que assumiu a bandeira da autonomia como luta política. Em 1967, foi então, que apresentou uma emenda ao Projeto de Constituição em curso, que propunha a criação do Estado do Amapá¹⁷⁴.

Portanto, o movimento pela autonomia do Amapá era visto pelo governo territorial e por membros da elite política local ligados à base governista nacional, com certas ressalvas. Essa posição era claramente repudiada pelo movimento, que chegou a manifestar-se contra as lideranças contrárias a criação do Estado, criticando o modelo territorial, vendo-o como antidemocrático.

Destes se ouve com frequência que não existem condições econômicas de sobrevivência para o Território poder ser Estado. Temos estado concordes neste particular pois é verdade meridiana, como também é verdade que após vinte anos de tutela da União esta deveria ter dado a área essas condições e se não o fez é porque esse sistema de governar a área é falho. [...]. Compreendemos, entretanto, que essas pessoas pensam assim. Não moram aqui, não sentem os problemas da área à luz de outros fatores, tal como sentimos. [...] há outros fatores em jogo, como sejam os valores morais que influenciam e dão ênfase cada vez mais substancial aos aspectos políticos e administrativos, estes sim, pedras angulares do problema. E não há como negar, a luz da moderna ciência social, que estes se sobrepõem aos fatores econômicos, pois do indivíduo, neste século de conquistas do homem isolado ou coletivamente, decorrem as manifestações do Estado, seu caminho e seu comportamento. Desconhecê-lo seria transformá-lo em peça anônima de um impiedoso sistema hoje repudiado pela humanidade, cada dia que passa mais exigente pela livre expressão do pensamento e da iniciativa privada, respeitados os interesses coletivos. Pelo Estado do Amapá, portanto. TOCA PARA A FRENTE (FOLHA DO POVO, 1963).

¹⁷⁴ Essa defesa pela autonomia amapaense está expressa no seu pronunciado na sessão do Congresso Nacional, de 14 de janeiro de 1967 (NUNES, 1967).

Desta forma, as participações do único representante parlamentar do Amapá na bancada federal e de seu aliado, o governador Terêncio Porto, no movimento autonomista de 63, precisam ser pormenorizadas. Ambos, conforme os boletins publicados pelo MPPEA e em artigos da imprensa local, não mostravam qualquer interesse pela causa autonomista. Nunes teria chegado a afirmar publicamente, em um dos encontros com políticos e autoridades locais, que achava precipitado a criação do Estado naquelas circunstâncias, na qual o Território ainda apresentava uma economia frágil e extremamente dependente. Contudo, alguns anos depois, ao defender a criação do Estado do Amapá na Constituinte de 1967, os argumentos que apresentou recuperava a mesma tese dos líderes do MPPEA, de que, assim como o Acre, a criação do Estado daria ao Amapá a autonomia política necessária para impulsionar a economia e o desenvolvimento que se encontravam estagnados em razão do modelo antidemocrático de Território, conforme trecho a seguir:

a transformação do Amapá em Estado poderá ser incluída entre as medidas fundamentais da “Operação Amazônica”. A estrutura administrativa do Território já desempenhou a missão que lhe competia no desbravamento do Amapá. Hoje a sua população aspira organização política mais democrática e com mais amplas possibilidades de atrair investimentos e promover a sua expansão: reivindica a constituição do Estado Amapá (NUNES, 1967).

Não é difícil compreender a postura ambígua adotada, por Janary Nunes e Terêncio dentro do MPPEA. Ao mesmo tempo em que tentavam preservar a posição confortável que ocupavam na esfera de poder dentro do Território, que com toda certeza seria abalada, caso a principal bandeira dos autonomistas, que reivindicavam a eleição para governador e prefeitos e ampliação do número de vagas dentro do Congresso Nacional, viesse a acorrer com a criação do Estado, também temiam que suas recusas em participar do movimento fossem interpretadas por seus opositores e pela população como contrárias aos interesses do Amapá, e assim perdessem espaço no cenário local. O MPPEA era incisivo quanto a necessidade urgente de se criar o Estado para ampliar o número de vagas de representantes do Amapá na esfera federal, o que na época não agradava nada Nunes esse posicionamento. Essa defesa está claramente expressa no seguinte trecho do Boletim nº 6 do MPPEA:

Um deputado é um homem, apenas.
Um homem que representa mais de setenta mil criaturas, a espera de uma solução para os seus inúmeros problemas.
Um homem apenas, para atender a população inteira do Território do Amapá.
[...].
Um homem apenas, um deputado na Câmara Alta do país, é um solitário. A sua significação, limita-se. A sua presença, a sua voz, perdem-se na imensidade de outras presenças e de outras vozes solitárias. Falam mais alto que ele, as bancadas estaduais, os grupos compactos.
[...].
E porque não se multiplicar por 7.
Isso é possível?
É sim com a criação do Estado do Amapá (FOLHA DO POVO, 1963).

Entretanto, para o articulista da *A Voz Católica*, Felipe Gillet, que passou a publicar semanalmente matérias nesse jornal, a respeito do movimento autonomista amapaense iniciado em 63, a criação do Estado do Amapá ainda era mais falácia do que possibilidade concreta. Para ele, além da população assistir a tudo como mero expectadores, a ideia ainda não tinha encontrado ressonância suficiente capaz de concretizar essa aspiração. Criticava Gillet, que a defesa da autonomia havia se tornado questão de disputa pela melhor performance entre as lideranças políticas locais.

Até agora o que se nota é a composição de comentários mais ou menos inconsequentes, convenientes ou não, e esses mesmos esparsos, sem eco ou providências palpáveis e de envergadura. São remédios que a própria região absorve por quase nulos ou para encenação. Enquanto o problema não sair do campo das conjecturas ou elucubrações, nada mais será feito senão dar tempo ao tempo e guardar as aparências (A VOZ CATÓLICA, 08 de março, 1964).

Indira Marques destaca um aspecto importante da campanha autonomista amapaense de 63, pois é nesse momento, que “as reivindicações de autonomia político-administrativa, bem como econômico-financeira, passavam a adquirir elementos de crítica ao governo federal” (MARQUES, 2009, p. 192). Segundo autora, para o MPPEA, a intervenção federal como meio de governo já estava superada, e era vista como a principal responsável pelo atraso regional. Em contrapartida, para o governo territorial, as críticas à União eram mais comedidas e sutis, não sendo dirigidas diretamente ao Estado brasileiro, mas relacionadas aos

obstáculos financeiros e burocráticos, que impediam a independência econômica e a autonomia política do Território, como por exemplo, a conclusão da Usina Hidrelétrica do Paredão, suspensa, naquele momento, por falta de recursos. O que se observa na campanha autonomista de 63, em nível local, que essa esteve distante de representar um anseio da elite política e do governo territorial, tornando-se alvo de disputas entre as lideranças políticas enquanto capital simbólico.

Como dito, os argumentos utilizados pelo governo federal para criar o Território Federal do Amapá, e não o Estado, era que o mesmo não poderia gozar das prerrogativas da autonomia política, por não ter condições econômicas de se autogerir, densidade demográfica baixa e ausência de uma organização social capaz de se auto administrar. Durante quatro décadas, salvo as raríssimas exceções, esse modelo de governabilidade dependente da União, agradou de forma quase que unânime os interesses, tanto de uma elite política e econômica que vivia no espaço paraense que será desmembrado para criar o Amapá, quanto de uma elite que se formará após 1943.

Portanto, a luta política no Amapá, nesses mais de 40 anos de existência da administração territorial esteve mais direcionada a disputa pelo poder dentro do Território, e não diretamente, ao fato do Amapá ser um Território sem autonomia política. No entanto, o que fez com que ocorressem, de uma hora para outra, uma mudança com relação ao melhor momento que deveria ocorrer a criação do Estado, e que grupos adversários locais passassem a defender a bandeira da autonomia, em meados de 1980, quase como unanimidade?

Faço aqui duas ponderações, com relação a questão acima levantada, sem qualquer pretensão de esgotá-la. A primeira diz respeito ao cenário nacional da década de 1980, que era bastante adverso ao de 1963. A incorporação da retórica da autonomia amapaense por Barcellos parece fazer parte de uma decisão nacional, que foi se construindo ao longo do processo de transição brasileiro para a democracia, como tentativa pelo governo federal de manter o controle sobre o processo de transformações dessas Unidades em Estados, que se apresentava como caminho mais provável, dado a falência da organização territorial. Agravava-se a isso o fato de já se transparecer, desde o fim do governo Geisel, que não mais se via com bons olhos a permanência dos Territórios Federais existentes, considerando

os avultosos gastos que a União tinha que despende para manter essas Unidades, com poucos retornos econômicos.

A segunda ponderação considera que a retórica democrática, em ascendência no país, parecia combinar, perfeitamente, com o propósito autonomista de algumas lideranças políticas locais, que aproveitaram o momento para inflamar esse debate. Como dito, quando Barcellos assumiu a função de governador do Amapá, por um período que se estendeu por quase seis anos e meio, o Brasil vivenciava um processo de transição, que mesmo tutelado pelo regime vigente, combinava ao mesmo tempo uma avalanche de incertezas e esperanças, no qual, segundo Napolitano, as regras se aflouvavam e jogo político ficava aberto. Observou esse historiador, que naquele início de 1979 e nos dois anos seguintes, “tudo pressagiava que o regime autoritário não aguentaria a pressão de uma sociedade que, contra sua própria história, parecia aderir em bloco a uma democracia que combinasse amplo direito ao voto com justiça social” (NAPOLITANO, 2014, p. 282).

O tempo mostrou que, essa busca por uma democracia com ampla participação política, defendida, em grande parte, pelos movimentos sociais e por políticos mais à esquerda, aliada à imprevisibilidade do processo em curso, levou a conciliação entre liberais conservadores, moderados e autoritários no poder. Portanto, ainda era incerto também, nesse cenário de mudanças e conciliações, mesmo parecendo não fazer mais sentido as permanências dos governos territoriais, que já atingiam quase meio século de existência de restrições a direitos civis universais a qualquer democracia, como o direito pleno ao voto, se ocorriam as transformações dessas Unidades políticas em Estados da federação.

Enquanto o governo de Figueiredo tentava administrar uma transição que atendesse uma agenda social democrática, sem abrir mão dos valores e princípios do regime, como diz Marco Napolitano (2014, p.283): “se a política animava, a economia preocupava”. A inflação de 1980 atingiu um índice anual incontável de 110% no país, ficando na faixa de 90% ao ano durante os anos seguintes, agravada por uma piora da crise externa, que levou o governo americano a aumentar os juros básicos da economia, impulsionando a taxa cobrada dos empréstimos bancários como um todo. Segundo Napolitano, no caso do Brasil, que acabou contraído empréstimos com juros flutuantes para bancar o II PND, como “as exportações não

cobriram os custos da dívida, e com o país altamente dependente de petróleo importado o déficit da balança comercial saiu do controle” (NAPOLITANO, 2014, p. 284), ocasionando, conseqüentemente, um aumento do custo de vida.

No Amapá, o período foi marcado também por muitas ambigüidades. Esse foi o momento em que se observou um aumento significativo dos investimentos públicos federais na região, aplicados na expansão de setores da administração pública, como educação, e da execução de obras públicas, concentradas em grande maioria na capital, que alteraram significativamente os traçados urbanos de Macapá, como por exemplo, a revitalização e construção de vários prédios públicos, praças¹⁷⁵, pavimentação de ruas, ampliação da rede de água encanada e da iluminação elétrica, bem como o aterramento e construções de habitações populares, que determinaram o surgimento de vários bairros na capital, aumentando ainda mais a concentração populacional em Macapá.

Em contrapartida, se política implantada por Barcellos recebeu índices de aprovação populares, que será decisivo para sua eleição como primeiro governador do novo Estado, em 1991¹⁷⁶, não se observou, como a retórica barcelista buscou legitimar, nos quase seis anos e meio que seguiram ao seu primeiro governo, mudanças no quadro econômico e social do território amapaense. Pelo contrário, com aumento populacional, concentrado em grande maioria na capital, já detalhado no item anterior, como a economia do Território girava basicamente em torno dos salários do funcionalismo público, o período foi marcado pelo aumento da dependência econômica amapaense, do inchaço da folha de pagamento, do agravamento da crise de abastecimento, da elevação do custo de vida e do desemprego.

¹⁷⁵ A campanha governamental “MAIS PRAÇAS MENOS MARGINAIS”, ganhou as ruas da cidade de Macapá, materializadas na construção de três praças. Foram elas: a Praça do Barão do Rio Branco, onde foi erguido um complexo esportivo, localizada no bairro central; a Praça Floriano Peixoto, construída em um antigo buracão que vinha sendo utilizado como depósito de lixo, localizado também no centro da cidade; e no bairro do trem, um antigo areial, da Praça da Conceição recebeu a revitalização e ampliação, com a construção de um campo de futebol (Fonte: *Revista do Amapá*. Macapá: Imprensa oficial. Ano III – março, 1982). Ocorreu nesse período, também, a revitalização e ampliação da praça Euclides Figueiredo, localizada na área que fica o Trapiche Eliezer Levy e o Igarapé das Mulheres bem na orla da capital, que depois de aterrada foi construído um complexo esportivo, na sua proximidade edificada a Praça Zagury, inaugurada em 1981, e no bairro do laguinho foi construída a Praça Chico Noé, também com complexo esportivo (PENNAFORT, 1994).

¹⁷⁶ Barcellos foi eleito governador do Estado do Amapá, no segundo turno, com uma votação expressiva de 70% dos votos (PENNAFORT, 1994).

Em fins de 1985, quando a inflação atingiu no país índices alarmantes de 235,1%, até final de 1988, quando se passou a sentir de forma mais efetiva as medidas pelo Estado brasileiro de controle inflacionário, o que se observou no Amapá foi um elevado agravamento do quadro descrito acima. Em estudos ainda incipientes, dado a quase que ausência de pesquisas sobre esse período pela historiografia local, Idbas do Amaral Pantoja (2013)¹⁷⁷ levantou dados interessantes sobre essa temática, ao demonstrar que além da constante alta de preços, entre os anos de 1985 a 1988, a escassez de alimentos foi frequente na mesa dos amapaenses, que passaram a enfrentar longas filas em qualquer hora do dia para aquisição de produtos básicos, como leite, carne, óleo, café, e até gás de cozinha.

A crise de abastecimento de alimentos e outros produtos, nesse período, era uma faceta do contexto brasileiro. Segundo Adriana Gomes (2009), o vice-presidente José Sarney, ao assumir o Estado brasileiro, encontrou um cenário econômico adverso, fruto de políticas econômicas desastrosas, como a do “milagre econômico”, dos anos 1970. Como forma de conter a inflação descontrolada e aquecer a economia, foi lançado em fevereiro de 1985, o *Plano Cruzado*, que substituiu a moeda e congelou os preços e salários, acabando com a correção monetária e instituindo o reajuste salarial mediante gatilho, a cada vez que a inflação atingisse 20%; um dos resultados negativos dessa política desinflacionaria foi a explosão de consumo e desabastecimento.

Os macapaenses, que já sofriam com as corriqueiras crises de escassez de alimentos em razão das políticas locais pouco eficazes no combate ao problema, sentiram de forma violenta essas medidas. Além das questões já mencionadas, existiam outros agravantes, como destacou Pantoja, que faziam dessa cidade um caso à parte nesse contexto de crise nacional. Macapá que já enfrentava grandes dificuldades na aquisição de alimentos e da baixa produção local viu a produção de um gênero alimentício de grande oferta interna, como o pescado, praticamente desaparecer, pois com a isenção do ICMS e tributos territoriais, sua comercialização foi destinada quase que exclusivamente à exportação. Também havia a cobrança

¹⁷⁷ A pesquisa realizada por Idbas Pantoja foi fruto de seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “ Crise de abastecimento: a genealogia do agravamento em Macapá de 1985 a 1988”, desenvolvido durante sua graduação em história pela Universidade Federal do Amapá, defendido no ano de 2013.

exorbitante de preços pelos atravessadores, que passaram a fornecer grande parte dos gêneros alimentícios que a cidade consumia, como os hortifrúteis granjeiros.

O problema de fornecimento de carne, que sempre havia sido precário, tornou-se insustentável, com o fechamento para reforma, em fevereiro de 1987, do único matadouro de gado bovino da capital, o *Matadouro Municipal de Macapá*, levando a população a recorrer ao mercado clandestino, comercializado de forma inadequada e sem nenhuma fiscalização. Além disso, as más condições de comercialização e funcionamento de feiras ocasionaram graves problemas sanitários, “a começar pela contaminação no rebanho de bovinos e suínos por tuberculose e brucelose, transmitida aos humanos através do consumo de carne ou leite” (PANTOJA, 2013, p. 25).

Todavia, como já destacado, o Brasil vivenciava um contexto paradoxal e de muitas ambiguidades. Se a economia preocupava e produzia desânimos, a redemocratização acendia as esperanças e gerava novas expectativas. Foi nesse universo político conturbado e de muitas incertezas, que a bandeira da autonomia dos Territórios Federais passou a ser incorporada a euforia democrática que tomou conta do país. Vale ressaltar que, segundo Leonardo Avritzer (1996), em *A moralidade da democracia*, a democratização se tornou o grande fenômeno dos anos 1980 no Brasil, na América Latina e no Leste Europeu. Todavia, de acordo Avritzer, no caso específico da experiência brasileira, as análises do funcionamento da democracia brasileira pós-1985 apontam para a persistência de um comportamento não democrático pelas elites políticas, que continuaram a seguir estratégias patrimonialistas ou corporativistas e de não aceitação da cidadania civil e social, que traduziria na rejeição ou desconhecimento dos avanços constitucionais nesse campo, assim como, na impossibilidade de um pacto social. As reflexões apontadas por Avritzer podem ser exemplificadas no caso da experiência amapaense, quando se confirma como a ditadura deixou ‘seus representantes’ espalhados pelo país afora, pois Barcellos, mais tarde, ao ser eleito primeiro governador do Estado do Amapá, pelo PFL, tinha suas bases políticas assentadas na antiga ARENA.

Margaret Keck, no artigo “A transição brasileira para a democracia” (2010), corrobora com a presente discussão. Segundo a autora, em fins dos anos 1970,

quando a democratização era uma esperança no horizonte, a possibilidade do declínio do poder militar levou a um conjunto desordenado de expectativas e sentimentos conflitantes entre as diversas camadas sociais brasileiras, mas, nesse primeiro instante, as distinções entre essas expectativas estavam em grande parte subordinadas a um amplo movimento de sentimento popular em favor de um retorno de um governo democrático. Nesse período, a sociedade civil tornou-se o principal campo de interação política. Contudo, como pondera a autora, “à medida que o processo de transição foi seguindo seu curso, as diferenças com relação aos tipos de mudanças contempladas deslocaram-se da periferia para o centro do debate político” (KECK, 2010, p. 42). Nas fases posteriores da transição brasileira, o que se observou um deslocamento do campo da luta política para as organizações estatais, e conseqüentemente, dos atores políticos para as organizações político-partidárias e aparelhos burocráticos.

Keck destaca que o processo de transição brasileira, que teria iniciado com a flexibilização das restrições que os governos militares impuseram aos direitos civis, sequenciado pela posse de um governo civil e pela redação de uma nova Constituição, tornou-se notável pela sua duração e pela moderação e cautela com que as forças dominantes de oposição se posicionaram no decorrer do seu curso. Lembra a autora: “alguns tipos distintos de atores políticos desempenharam seu papel no debate e na luta contínua acerca do futuro do país”. À medida que o tempo avançava, essas características reforçavam vários aspectos ambíguos do processo de transição brasileiro, desnudando seu caráter restritivo e coercitivo. O projeto de liberalização, além de envolver um conjunto muito pequeno de agentes políticos, manteve o consenso entre aqueles, que mesmo divergindo nos interesses políticos, faziam a democratização parecer mais importante que uma ação decisiva.

Ao adentrar de forma breve em alguns aspectos do processo de transição brasileiro para a democracia, pretendi tão somente destacar que a retórica democrática, que se tornou bastante evidente no decorrer de toda a década de 1980, foi fundamental para que ocorresse uma mudança de perspectiva com relação aos Territórios Federais amazônicos, em um contexto político que parecia não caber mais suas permanências. Da mesma forma, que se observa que a atuação de um restrito grupo de atores políticos, que se encontravam na linha de frente das

decisões políticas no país e no Amapá, nesse período de transição e incertezas, foi fundamental para a incorporação na Constituinte de 1987-88 da bandeira de luta pela autonomia e para as extinções dos Territórios Federais amazônicos. É interessante observar que vários discursos de políticos locais ancoravam a defesa da emancipação do Amapá na crítica à restrição ao direito do voto, mas, silenciavam-se sobre o que vinha se passando no país; criticavam o fato do governador não ser eleito de maneira direta, mas, nada se refreiam ao fato do presidente também não ser eleito.

Desta forma, as análises propostas por Avritzer (1996), que compreende o processo de democratização como uma disputa entre atores políticos democráticos e atores políticos tradicionais, acerca da cultura política que irá prevalecer no interior de uma sociedade com instituições democráticas, foram bastante proveitosas para esse estudo. Sua forma de analisar uma questão tão complexa, como o que foi o processo de transição democrático nos anos 1980 nos países da América Latina e evidenciar suas contradições, nos fez ver que no caso do Amapá, esse restrito grupo de atores, passaram a defender a bandeira da autonomia política não exatamente porque compartilhava de um projeto democrático para o país aonde não era mais possível a permanência do Amapá Território, mas, sobretudo, porque enxergaram no novo momento político que o país atravessava novas possibilidades de manutenção ou aquisição de novos privilégios políticos que seriam alcançados com a estadualização, a exemplo, da criação de cargos eletivos, como de senadores e para o executivo e o legislativo estaduais.

Portanto, foi em meio a um processo de transição tutelado, que suscitou muitas incertezas, e sob a vigília de uma nova hegemonia neoliberal conservadora, que se afirmou no início da década 1980, apontando como horizonte uma curta negociação de transição política, que permitiria vislumbrar que os grandes interesses capitalistas não fossem contrariados, que o Ministro Mário Andreazza tomou a decisão, em outubro de 1983¹⁷⁸, de criar um Grupo de Trabalho, “com a finalidade de elaborar estudos de viabilidade para a transformação dos Territórios Federais do Amapá e Roraima em Estados da Federação”, que também contou com

¹⁷⁸ Conforme Portaria nº 134, de 26 de outubro de 1983, expedida pelo Ministério do Interior, que criou o “Grupo de Trabalho”, foi em cumprimento à autorização pela presidência exarada no despacho, de 26 de setembro 1983.

a colaboração da Coordenadoria da Amazônia e Centro-Oeste, SUDAM e os governos de Roraima e Amapá.

Como resultado dessa ação conjunta foi proposta a imediata transição dessas unidades políticas em Estados, através da elaboração de uma peça documental intitulada: “Transformações dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados” (1984), que abordou os seguintes pontos: proposta de *despacho pelo Ministério do Interior e presidência da República ao Congresso Nacional*, instruindo o processo de transformação dos Territórios Federais do Amapá e Roraima em Estados; um *anteprojeto de Lei Complementar*, de criação dos Estados de Roraima e Amapá, com uma exposição de motivos; *Relatório Conclusivo do GT*, com orientações de medidas e providências a serem tomados ao longo do caminho para a efetivação dessas Unidades em Estados; e um *Diagnóstico Sintético dos Territórios do Amapá e Roraima*, seguido de um *planejamento de ações* a serem desenvolvidas em ambos os Territórios, através de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, a fim de garantir a autonomia econômica dessas Unidades Federadas.

Nas exposições de motivos alegados pelo GT para as transformações do Amapá e Roraima em Estados, nota-se uma mudança com relação à defesa do momento em que a autonomia política poderia ocorrer. Se anteriormente, defendia-se que essa decisão estaria condicionada a um estágio de desenvolvimento econômico tal que garantisse a capacidade de autoadministração dessas unidades, passou-se a argumentar que a decisão política precedesse “à evolução socioeconômica, devendo atuar como fator catalisador da dinâmica e consolidação do desenvolvimento dos novos Estados”. Basicamente, arguíam os defensores da proposta que a ausência de critérios claros e incontestáveis que permitissem definir em que condições econômicas um Território Federal poderia virar Estado, bem como de parâmetros constitucionais rígidos que determinassem quando essa transição deveria ser concretizada, indicavam não haver qualquer impeditivo para que a autonomia política ocorresse antes da autonomia econômica.

Para fundamentar tal argumento, arguiu-se que se caso o Acre tivesse aguardado as condições objetivas impostas, à época, só se tornaria Estado junto

com Rondônia, em 1982, e não, em 1962¹⁷⁹, como ocorreu, pois as constituições de 1934, 1937 e 1946 foram imprecisas, contraditórias e arbitrárias quanto aos critérios definidores das criações desses Estados. A de 1934, ao estabelecer em seu art. 16, parágrafo 1, essa possibilidade só após o Território alcançar 300 mil habitantes e recursos suficientes para a manutenção dos serviços, acabou criando mais um entrave a autonomia política. Já a de 1937 previu situação inversa, ao determinar “a passagem à condição de Estado do Território Federal que por três anos consecutivos não arrecadasse receita suficiente à manutenção de seus serviços”. Em contrapartida, as câmaras municipais acreanas foram dissolvidas, os prefeitos passaram a ser nomeados pelo governo territorial e foi retirado o direito dos acreanos de elegerem os dois deputados federais, só restaurado pela Constituição de 1946. Essa última passou a estabelecer que somente o Acre, dos demais Territórios Federais, seria elevado à categoria de Estado, quando suas rendas se tornassem iguais aos dos Estados de menor arrecadação.

De fato, como se vê por esses critérios, nem o Acre e nem tampouco Rondônia, quando finalmente foram transformados em Estados, depois de muitos embates que se arrastaram por décadas, reuniam condições objetivas para que isso ocorresse. Na decisão de transformá-los em Estados foram imperativas questões de ordens políticas conjunturais, determinadas por interesses locais de uma pequena elite em cada um dos Territórios. Vejamos o que concluiu o historiador Francisco Bento da Silva (2013), com relação à criação do Estado do Acre, em 1962:

este longo e duradouro parto autonomista, embora necessário, ocorreu de cima para baixo, sem participação ou clamor popular e dirigido por grupos políticos internos, que viam na autonomia o deslocamento e a definição do poder para a esfera local. Deve-se pensar que junto a isto, houve vontade do governo federal em mudar o estatuto acreano. Também não parecia ser mais interessante à União manter e administrar os problemas acarretados pelas demandas acreanas, Território cujo modelo econômico já não justificava mais a tutela exercida durante mais de meio século. Foi dada ao Acre uma alforria semelhante àquela concedida aos escravos em 1888: paradoxalmente ser —livre para se submeter às novas amarras, tirando o peso da responsabilidade do seu então tutor, o Estado nacional (SILVA, 2013, p. 81).

¹⁷⁹ Depois de acirradas discussões e modificações, a emancipação política do Acre decorreu do Projeto de Lei nº. 2654, proposto pelo ex-governador e deputado do Acre José Guiomard dos Santos em 1953, e aprovado em sancionado em 15 de junho de 1962.

No caso de Rondônia, observa-se que foi a partir do momento em que parlamentares e políticos rondonienses passaram a defender de forma mais incisiva a tese da autonomia política, que se passou de fato a cogitar sua elevação à categoria de Estado. Em 1971, o deputado Jerônimo Santana, apresentou no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 543, no qual propunha a criação do Estado de Rondônia. Daí em diante, travou-se uma luta política de quase dez anos no congresso brasileiro, narrada pelo próprio autor do referido projeto, e de outro projeto de lei e emendas, com mesma finalidade, em uma publicação intitulada: “A situação institucional dos Territórios Federais como fato impeditivo de seu desenvolvimento – a luta pela criação do Estado de Rondônia no Congresso Nacional”, de 1981. Nela, Jerônimo transcreveu trechos da luta parlamentar particular, que teria travado pela autonomia de Rondônia.

Todavia, o Estado de Rondônia foi criado mediante Projeto de Lei Complementar nº 221, de 17 de agosto de 1981, encaminhado pelo presidente João Batista Figueiredo. A medida¹⁸⁰ recebeu duras críticas pela bancada peemedebista, na qual Santana, como líder da oposição rondoniense, era a principal porta-voz. Nas justificadas à emenda substitutiva apresentada ao Projeto de Lei Complementar, que foi rejeitada, os representantes da bancada peemedebista, aplaudiam a iniciativa governamental, mas acusavam o projeto de inconstitucionalidade e de ser antidemocrático. Os peemedebistas defendiam a tese de eleição direta para governador e vice-governador, já em 15 de novembro de 1982, quando seriam eleitos os demais governadores dos outros Estados, e não só após o final dos seus mandatos, como propunha o governo federal, ou seja, somente no final de 1986. Também criticavam a constitucionalidade proibitiva à expedição de decretos-leis pelo executivo que permaneceriam nomeados, governando com base no art. 18 do Decreto-Lei nº 411/69, e o fato de ter sido dado à União a atribuição de ditar as normas para a organização do Poder Judiciário estadual. Como sintetizou Santana, em poucas palavras: “não é possível criar-se um Estado para continuar como

¹⁸⁰ O Projeto de Lei Complementar 221, foi aprovado em primeira discussão em 16 de dezembro do mesmo ano e, em 22 de dezembro, foi aprovada a Lei Complementar número 41, que criava o Estado de Rondônia. A instalação do Estado deu-se em 4 de janeiro de 1982.

Território” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXXVI, 1981, p. 15067)¹⁸¹.

A experiência do embate entre o poder executivo brasileiro e sua bancada de apoio, contra uma oposição local liderada pelo legislativo rondoniense, pela criação do Estado de Rondônia, desnuda várias facetas de uma República assentada em uma forte base fisiologista, clientelista e patrimonialista. Nas entrelinhas dos vários discursos e apartes acalorados trocados entre governistas e oposição, na sessão histórica do dia 16 de dezembro de 1981, que aprovou a criação de mais um Estado no país, ficam evidentes os interesses pessoais e de grupos que ambos os lados defendiam, obscurecendo a conquista de uma autonomia, aonde o que menos importava era o bem-estar de uma população que já atingia, conforme o censo demográfico de 1980, 503.125 mil habitantes. Um índice bastante elevado comparado ao Estado do Acre que era de 306.893 mil habitantes, e os demais Território Federais, Amapá de 180.078 e Roraima de 82.018¹⁸².

As tensões sempre presentes no parlamento brasileiro entre um poder central e um regional em constantes disputas, ficam mais evidentes nesses momentos em que questões como a de criação de novos Estados entram na ordem do dia. Os ânimos se exaltam, e se inicia um longo processo de negociações e acordos, alguns explícitos outros velados, aonde ambos os lados buscam tirar vantagens. Desta forma, percebe-se que no início dos anos 80, como parecia não ser mais possível, em razão das pressões políticas e econômicas à manutenção do status territorial, o Estado brasileiro, aliado a um poder local e uma elite econômica regional buscou tirar o máximo proveito da situação. Tudo indicava, que a única forma de manter o controle sobre o processo de estadualização e neutralizar uma oposição que crescia, juntamente com os descontentamentos da população, seria manter a

¹⁸¹ Por essa manobra comandada pelo governo federal, permaneceu governador de Rondônia, o coronel Jorge Teixeira, que era grande amigo do ministro Mário Andreazza, com quem Santana travava uma oposição acirrada em Rondônia, desde sua nomeação, em abril de 1979. Santana, possivelmente, era àquela altura, como o tempo mostrará mais adiante, o principal nome da oposição rondoniense para o cargo de governador, mostrando grandes chances de ser eleito. Tanto que, em 15 de novembro de 1986, Jerônimo Santana se tornou o primeiro governador eleito do Estado de Rondônia, empossado em 15 de março de 1987.

¹⁸² Dados extraídos de: IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1980**. IX Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I, Tomo I, n. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

indicação para governador, pelo menos nesses primeiros anos de implantação do Estado de Rondônia.

Portanto, alguns atores passam a ser figuras chaves nesse processo de disputas e negociações. Esse é o caso do governador Jorge Teixeira que, assim como Barcellos no Amapá, desde suas nomeações para os governos de Rondônia e Amapá, em abril de 1979, tentaram construir a imagem de conciliares e de apartidários. Segundo a pesquisadora Paola Conceição Foroni (2013), Teixeira, como militar, tinha um discurso que beirava a uma interpretação “apolítica”, ou seja, como alguém que se apresentava como aquele que não tinha afinidades com o meio político e que ocupara a função de governador apenas por ser necessária à organização do país. Dessa forma, “após essa estruturação e organização da democracia, quando o Brasil estiver preparado eles devolveriam pouco a pouco o poder para os verdadeiros donos da função, os políticos” (FORONI, 2013, p. 7). O fato é que sua presença em Rondônia sinaliza, assim como a de Barcellos no Amapá, para uma ação articulada do governo federal no sentido de tentar manter o controle também sobre o processo de emancipação política dos Territórios Federais amazônicos.

Dessa forma, a concessão dada pelo governo federal ao Território de Rondônia, elevado à categoria de Estado mediante a Lei Complementar, passou a ser utilizada como exemplo para que Roraima e Amapá também pudessem reivindicar suas autonomias. Segundo os argumentos dos técnicos do GT, mesmo que tenha prevalecido na decisão política, no caso de Rondônia, o fato de apresentar, diferente dos demais Territórios, uma evolução socioeconômica, seu exemplo se igualava as demais, em razão da sua condição territorial também ter se tornado um impeditivo para o seu pleno desenvolvimento. Para eles, tanto Amapá quanto Roraima em condições adversas a de Rondônia padeciam do mesmo mal.

Vislumbra-se que a transformação desses Territórios Federais (depois de 40 anos de existência) à categoria de Estados, desencadeará naquelas novas Unidades, um acelerado processo de desenvolvimento, o que dificilmente ocorreria, se o status quo permanecesse inalterado. Pois, a permanência dessas Unidades como Territórios Federais demandaria ainda mais tempo a um custo social relativamente mais elevado para que fosse atingida a auto sustentação pretendida (“Transformações dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados”, 1984, p. 36).

A proposta apresentada pelos técnicos do GT criado pelo MINTER, para que o Amapá e Roraima passassem à condição de Estados, também estabelecia que isso ocorresse, assim como Rondônia, através de Lei Complementar¹⁸³ e com a total ingerência da União no processo de suas estadualizações. Nesse sentido, o anteprojeto previa a elaboração para os dois Territórios de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, com a finalidade de viabilizar a emancipação econômica, executados com recursos orçamentários da União, por um período de duração mínima de 10 anos, que passariam a contar já a partir do ano de 1985, quando seriam realizadas a curto prazo as primeiras ações, com implantação da infraestrutura necessária. Determinava também, que as despesas com pessoal, até o exercício de 1994, inclusive, com o pessoal das administrações dos Territórios transferido para os novos Estados, fossem de responsabilidade da União.

Segundo o economista, Charles Chelala (2008), é possível se estabelecer relações entre as modalidades hegemônicas em escala global de relação Estado-economia, tanto com a criação do Território Federal do Amapá, quanto com a sua transformação em Estado, pois se em 1943 estava disseminado mundialmente o modelo keynesiano de intervenção estatal, no qual proposta territorial se encaixava perfeitamente, em 1980-90, com a predominância do neoliberalismo “a União descartar-se de seus últimos Territórios Federais e entregar-lhes a autonomia, reduzindo assim os dispêndios para com essas regiões” (CHELALA, 2008, p. 131).

Para o economista amapaense, há motivos suficientes para se concluir que, a decisão de se transformar Amapá e Roraima em Estados, está incluído no rol de medidas liberalizantes que estavam sendo adotadas no Brasil no final dos anos 1980, típicas da cartilha neoliberal em curso, “em especial porque o país enfrentava problemas de equilíbrio orçamentário e tencionava comprimir os gastos públicos” (CHELALA, 2008, p. 201). Medidas como: a desregulamentação, desestabilização, liberalização do comércio exterior, adoção do câmbio flutuante, conjuntamente com o equilíbrio macroeconômico do orçamento público, estavam na pauta da agenda

¹⁸³ No Relatório Conclusivo apresentado pelo GT ao MINTER, constava, em anexo, uma proposta de Anteprojeto de Lei Complementar que criava o Estado de Roraima e Amapá e demais providências. O referido Anteprojeto obedecia a determinação da Lei Complementar nº 20, de 1º de junho de 1974, em sua Seção I do Capítulo I, onde dispunha sobre a criação de Estados e tomava como modelo a experiência recém implantada em Rondônia.

neoliberal brasileira para a contenção dos gastos públicos. Portanto, “a retirada dos custos de manutenção dos Territórios do Orçamento Geral da União implicaria em economia para o erário federal” (CHELALA, 2008, p. 201).

A problemática defendida por Indira Marques (2009), em sua tese de doutorado, objetivou demonstrar o papel preponderante que a ICOMI teria desempenhado na consolidação do Território Federal e na elevação do Amapá a Estado, mas como enfatiza a própria autora: “os anos 1980 marcaram a exaustão da mina de manganês do Amapá” (MARQUES, 2009, p. 214). No entanto, desde o início da década de 1960, a ICOMI já vinha demonstrando os primeiros sinais de que a exploração do manganês da Serra Navio não levaria ao Amapá ao desenvolvimento prometido quando de sua instalação, e as críticas não só se intensificaram ao longo dos anos como adquiriram solidez, passando a ser alvo de ataques não só em nível local, mas por parlamentares de Estados amazônicos, a exemplo do paraense Lobo de Castro, que passou a cobrar uma fiscalização mais rigorosa sobre a atuação da empresa (FOLHA DO POVO, 1964). Assim, questiono: se no momento da elevação ao Estado a produção da ICOMI se encontrava em decadência, não foi justamente pela constatação de que a produção mineral amapaense chegava ao seu esgotamento, que o Amapá deixou de representar uma região importante para o Estado Brasileiro?

Não pretendi adentrar em um tema complexo como o da ICOMI, que merece um capítulo à parte, e que tem levado diversos pesquisadores a se debruçarem sobre ela, na tentativa de explicar o papel que teria desempenhado no desenvolvimento do Amapá e na economia brasileira, porém, parece-me correto afirmar, tomando como referência autores como Marques (2009), que a ICOMI, a essa altura, já não mais despertava o mesmo interesse pelo Estado brasileiro e a mesma euforia pela elite local de meados da década 1940, quando dos tempos de implantação do Território Federal. Portanto, a partir do início dos anos 1980, ficava claro, que a questão da autonomia passava a ser tratada pelo Estado brasileiro, e levada a cabo por Barcellos no Amapá, apenas como um fator de ordem política. Tudo leva a supor que foi a partir daí que ganhou respaldo por representantes da base governamental a tese que o Amapá não precisaria, necessariamente, apresentar um desenvolvimento econômico capaz de manter o futuro o Estado.

Possivelmente, foi quando o Ministério do Interior passou a dar orientações, para que os governadores dos Territórios Federais iniciassem a dotação de medidas que pudessem impulsionar a transição a Estado, objetivando desonerar os cofres públicos, que Barcellos passou a incorporar em sua gestão a bandeira da autonomia política. Uma das primeiras ações da administração barcelista nesse sentido foi a realização de estudos técnicos sobre a viabilidade da transformação do Amapá em Estado, que, talvez, também foram enviados ao GT. A partir da realização desse estudo técnico, ocorreu a liberação de recursos que possibilitaram a realização da construção de várias obras públicas, algumas já direcionadas a instalação do Estado. Dentre elas destaco: a construção de um novo Palácio de Governo, da Assembleia Legislativa, do Banco do Amapá e do Teatro. Barcellos discorreu sobre esse impulso dado pelo Estado brasileiro para acelerar a autonomia política amapaense, através do Ministério nesse período.

Faltando pouco menos de dois anos para encerrar o meu governo no Território Federal do Amapá, o presidente João Figueiredo e o Ministro Mário Andreazza, aprovando estudos feitos pela minha equipe técnica, liberaram para o Território uma soma de recursos extra orçamentários de modo a viabilizar a construção de obras públicas e incrementar outros setores da administração (BARCELLOS, 1992, p. 9).

Porém, nenhuma das medidas realizadas pela administração barcelista, produziram alterações significativas no quadro econômico local vigente. Esses índices econômicos negativos ficaram mais visíveis na gestão do seu sucessor, o agrônomo Jorge Nova da Costa, que segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, os indicadores socioeconômicos amapaenses no período de 1985-86, eram extremamente preocupantes, e conservavam, basicamente, as mesmas características detectadas em décadas anteriores, já abordadas nos capítulos II e III. No entanto, essa pesquisa pouco influenciou na atuação dos políticos amapaense no Congresso Nacional, porque os indicadores da defesa pela autonomia política já era outros.

4.3 “O Futuro é Agora”: de Território à autonomia política

Quarenta e um ano de tutela, vivendo das “mesadas” da União, administrado por governadores alienígenas, com equipes também alienígenas, completamente divorciada da problemática da região, tornaram o que era o mais promissor dos territórios, pelo imensurável potencial de recursos naturais que possui e pela privilegiada situação geográfica que desfruta, em área-problema para o Tesouro Nacional, verdadeiro sorvedouro de recursos sem retorno e sem um mínimo de resultados sociais.

Com 80% da população aglomerada nos centros urbanos (a maioria a caminho da marginalização) e com menos de 10% da população ativa no setor primário, o Amapá inverteu a posição de exportador que ostentava em 1943, para tornar-se um importador de gêneros de subsistência – último estágio de uma economia decadente. Os campos escravizados, a prática agrícola incipiente, a inexistência de assistência técnica e creditícia às atividades rurais retratam o resultado de uma política administrativa inconsequente e aleatória.

[...].

O Amapá tem condições de deixar de ser o “tutelado” esbanjador de “mesadas”, para integrar o complexo econômico da região Amazônica, produzindo os próprios meios de subsistência, dar início à sua agroindústria, explorar o seu potencial mineral e, principalmente, valorizar o HOMEM que é o objeto supremo da ciência política e a única razão da existência do Estado.

Para isso, para que o Amapá dê mais e peça menos, é necessário que se permita ao seu povo a faculdade de optar pelos objetivos mais convenientes ao seu desenvolvimento. As novas gerações do Amapá que têm convivido com os problemas, ainda não tiveram, a oportunidade de demonstrar que, melhor do que os estranhos, eles estão capacitados a administrar a sua terra. Essa oportunidade não lhes deve ser negada

Elfredo Távora Gonsalves (1985)¹⁸⁴.

Início esse último item, fazendo referência aos trechos da carta de Elfredo Távora Gonsalves, datada de 06 de março de 1985, endereçada ao recém-eleito Presidente da República, Tancredo Neves. Assim como Tancredo Neves, que não chegou a governar o Brasil porque faleceu antes, a carta jamais chegou ao seu destino final. Porém, mesmo se tratando de um documento escrito por alguém que

¹⁸⁴Transcrito do livro póstumo do autor, *O Amapá d’Outrora*. Macapá: Editora Paulo Tarso, 2016, p. 165-168. (Prelo).

representaria apenas uma pequena parcela dos “amapaenses”, ele externa as angústias e as frustrações de um Amapá “imaginado” às vésperas da emancipação política, por aqueles atores que estiveram no palco central desse estudo. Portanto, a “carta sem resposta” contém todo um simbolismo que o momento buscava reivindicar, de que não era mais possível permanecer como estava e que aquele seria o melhor instante para se reivindicar a autonomia política.

Segundo Douglas Attila Marcelino (2011), a elaboração de uma imagem heroificada de Tancredo Neves em um momento de crise profunda e de transição da sociedade brasileira para a democracia, apresentada pela imprensa na farta referência que fazia ao lançamento da Nova República, o colocava “como uma espécie de arcabouço de fórmulas mágicas com as quais o candidato da Aliança Democrática conseguiria superar os grandes problemas nacionais”, e “certamente teve um papel importante na construção de uma enorme expectativa na sociedade brasileira” (MARCELINO, 2011, p. 142-143). Tancredo, como bem demonstrou Marcelino, foi a própria personificação da República que se queria reconstruir, *Nova* na aparência mais *Velha* na sua essência, na qual talvez não tivesse mais lugar para a permanência dos Territórios Federais amazônicos, pois representavam àquela altura um passado que se queria deixar para trás, mas sem produzir grandes rupturas com os poderes e a estrutura ali instituídos.

Minha proposta pretendeu refletir nessas páginas finais sobre o que denominei de *anos finais do Território* ou de *fechamento de um ciclo territorial*, tomando como documentos centrais os embates discursivos travados entre os atores que fizeram parte diretamente do campo político das decisões que levarão a emancipação política amapaense, em 1988. Dito de outra forma, o recorte se deu mais em razão das exigências metodológicas, do que propriamente por uma defesa de que a conquista da autonomia significaria um fim do ciclo territorial. A transição para Estado ainda teria outros capítulos que não fazem parte da proposta dessa reflexão. A efetiva instalação da máquina pública estadual só ocorreria em 1991, com eleição do primeiro governador do Estado. Tanto o Amapá quanto Roraima continuariam a receber subsídios da União por um período de dez anos, mantendo e acentuando os laços da dependência econômica externa. Também, deve-se mencionar que, ainda são visíveis na administração pública amapaense do presente

muitos resquícios do período territorial, a saber, o fato de a economia local girar, basicamente, em torno dos salários do funcionalismo público e dos serviços financiados pelo Estado.

Contudo, como diz Eni Orlandi (2008), os discursos estabelecem uma história, que não se define só pela cronologia e evolução, e nem tampouco por seus acidentes, mas na produção de sentidos, ou seja, não há história sem discurso, e é através deles que se percebe que ela não é só evolução, mas sentido. Dessa forma, os discursos da emancipação política possibilitam evidenciar as disputas ideológicas que se travaram e torno do capital simbólico da luta política pela autonomia, como também, permitem a desconstrução de uma narrativa que se colocava como expressão de um novo recomeço para o Amapá, como se fosse possível apagar o passado para se reconstruir o futuro. Em síntese, livre das mazelas territoriais, o Amapá poderia enfim caminhar rumo ao progresso e desenvolvimento. Contudo, mas do que a desconstrução de uma narrativa cheia de apagamentos e silêncios, esse estudo representa um esforço de compreender como essa forma de institucionalização do discurso toma lugar do discurso histórico como a verdade instituída, e passa a se a interpretação do fato.

No embate que se travou pela emancipação política dos Territórios Federais em âmbito parlamentar, passou-se a defender basicamente de que a manutenção da condição territorial era o fator impeditivo para o desenvolvimento dessas Unidades, e que, portanto, o melhor caminho era a transformação imediata em Estado. Contudo, para alguns políticos amapaenses, independente da permanência ou não da condição territorial, era consensual que as restrições dos direitos civis à eleição dos cargos de governador, senadores, deputados estaduais, bem como da inexistência de uma Assembleia Legislativa que pudesse fiscalizar o executivo, constituíam-se como o maior entrave para que o Amapá pudesse caminhar com suas próprias pernas e pudesse deslanchar economicamente.

Não parece improvável afirmar, tomando como referência os discursos proferidos pela bancada amapaense (nesse momento formada por quatro deputados, três deles da oposição), concidentemente, ou não, a partir do momento que o Estado brasileiro sinalizou, em 1983, para sua anuência com as criações dos Estados de Amapá e Roraima, intensificaram-se os posicionamentos pelas

lideranças políticas locais a favor da autonomia. Dessa forma, a pressão desencadeada, no decorrer nos anos 1980, pelas duas bancadas, Amapá e Roraima, apoiadas por parlamentares dos ex-Territórios e de Estados como Pará, Amazonas e Mato Grosso, serão fundamentais no processo decisório que elevará os dois Territórios em Estados; eram também motivadas pela percepção de que aquele era o momento mais favorável para se reivindicar a autonomia.

Não se pode desprezar que a reivindicação pela autonomia dos últimos Territórios Federais existentes no Brasil, conduzida no Congresso Nacional pelas bancadas amapaenses e roraimenses em nível nacional, também pegava carona com os mais de vinte anos de luta política travada por parlamentares acreanos e rondonienses. As experiências desses ex-Territórios eram constantemente lembradas nos discursos proferidos pelos deputados amapaenses quando reivindicavam a autonomia, objetivando, fundamentalmente, dirimir as dúvidas e receios da população, que se mostrava temerosa, caso o estatuto jurídico do Amapá se modificasse. Para o deputado amapaense opositor Clack Platon, não havia motivo para alarde: “não nos esqueçamos de que nem o Acre, nem Rondônia sofreram qualquer redução da sua condição econômico-financeira com a Nação, após a transformação em Estado” (PLATON, 1984, p. 74).

Contudo, a simpatia política pela criação do Estado do Amapá, decorria, sobretudo, pelo fato de que a autonomia levaria, conseqüentemente, a ampliação e criação de novos cargos eletivos e administrativos. A criação de um Estado implicaria, necessariamente, na formação de sua estrutura político-administrativa dos seus poderes, com o preenchimento das instituições necessárias para o seu funcionamento, tais como: Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público e órgãos do poder executivo.

Não é toa, que se observará nesse período, uma modificação significativa do campo de atuação político amapaense, que terá como protagonismo central a disputa pelo capital simbólico pela autonomia, o que nos faz citar novamente Bourdieu (2005), quando afirma que, os discursos políticos são produtos das “lutas simbólicas” que determinados agentes sociais travam entre si no campo político, e são duplamente determinados: exprimem os interesses das classes ou facções de classes da qual são partícipes e expressam, também, interesses específicos

daqueles que as produzem e à lógica do campo de sua produção. Desta forma, ao se travar a luta simbólica por uma representação legítima do mundo social, determinados agentes políticos procuram introduzir em seus discursos elementos que permitem diferencia-los daqueles que são elaborados por seus adversários.

Desde fins dos anos 1970, já é possível se observar a formação de um grupo de lideranças que conquistará cargos eletivos, formado em sua maioria por jovens nascidos ou criados no Amapá pós-1943, que passarão a retomar com maior intensidade as reflexões e questionamentos acerca da permanência do Território e a criticar o governo territorial e a tutela da União sobre ele. Alguns deles vieram do movimento estudantil amapaense dos anos 1960, e haviam conseguido cursar o ensino superior no Pará ou em outros Estados do país, a exemplo do macapaense Paulo Guerra e do mazaganense Geovani Borges. Parte dessa liderança, que irá romper com o governo territorial, é quem conduzirá a luta parlamentar pela criação do Estado do Amapá. Essa geração de jovens políticos buscava se diferenciar das demais, justamente, por terem estabelecido laços identitários mais permanentes com a região, conforme se apresentou o deputado Clarck Platon, em seu primeiro pronunciamento na Câmara Federal, logo após tomar posse do cargo:

venho do Território Federal do Amapá, onde como empresário me situei, juntamente com familiares meus, já mais de trinta anos, quando lá não havia sequer água encanada, luz elétrica, telefone, televisão, asfalto ou avião a jato. Havia, sim, malária, muita malária. Por isso me considero um Deputado, nesta Casa, com muita moral para defender os interesses do povo e da terra amapaense (PLATON, 1983, p. 17).

Como já exposto, vale ratificar que a formação de um grupo de políticos opositoristas com cargos eletivos só ocorrerá em razão da ampliação do número de vagas para a Câmara Federal, que passou de uma para duas em 1978, e de duas para quatro em 1982. Além disso, em 1969, começaram a ocorrer as primeiras eleições para o legislativo municipal, levantando o tom do acirramento da disputa eleitoral nos municípios territoriais, pleito após pleito. Em 1985, esse embate se intensificou com as primeiras eleições para o executivo dos municípios, que já eram em número de cinco, Macapá, Amapá, Oiapoque, Calçoene e Mazagão.

Neste sentido, se por um lado o governo federal tentava, através dos governadores territoriais recém-chegados, manter o controle sobre o processo de

transformação dos últimos Territórios Federais em Estados e tirar vantagens dessa condução, no Amapá, os parlamentares da oposição, por terem nascido ou estabelecido laços mais duradouros com a região, reivindicavam-se como os legítimos representantes dos interesses da população em pró da autonomia.

Portanto, esse foi um período de grandes embates políticos tanto dentro do Território como fora dele, e um período em que também cresciam, mesmo que restritas a um pequeno grupo de atores, as críticas ao modelo político territorial, que passou a ser responsabilizado pelo atraso regional e como empecilho ao desenvolvimento dos Territórios Federais, e, conseqüentemente, cresciam também, as manifestações políticas favoráveis a autonomia política. Conjuntamente a isso, o período foi marcado pelo uso corriqueiro da tribuna do Congresso Nacional pelos deputados amapaenses da oposição, aonde faziam críticas ao modelo barcelista de governar e defendiam a bandeira autonomista, conforme trecho do discurso do deputado Paulo Guerra, em 21 de outubro de 1983:

urge que o Governo Federal tome imediatas providências no sentido de que cesse essa figura esdrúxula de Território, esta excrescência jurídica que é a figura do Território Federal, e que possamos ter legitimado, dentro dos princípios basilares da democracia, um Governo que traduza o sentimento do nosso povo, que se dê um basta a esta praxe de Governadores, como temos o último lá, cuja a administração, ao invés de se configurar por atitudes que possam desenvolver o Território do Amapá, caracteriza-se muito mais pelos atos de corrupção e pelas perseguições mesquinhas, que agridem e violentam a consciência do nosso povo e da nossa terra¹⁸⁵.

Naquele momento, a administração barcellista, recentemente instaurada, era a própria personificação de um modelo de governabilidade, que passava a ser responsabilizado pelas lideranças políticas locais pelas mazelas do Amapá. Diferente do que se observou no movimento autonomista dos anos 60, a crítica recaiu de forma mais violenta dessa vez sobre os governos dos Territórios Federais, que não foram poupados. Em discurso rememorativo, na sessão da Câmara Federal, pela passagem do 40º aniversário de criação do Território Federal do Amapá, Clarck Platon fez questão de enfatizar que uma terceira grande luta havia se estabelecido naquele Território, “promovida por aqueles que lá nasceram e cujos

¹⁸⁵Aparte de Paulo Guerra ao discurso de Clarck Platon, na sessão de 21 de outubro de 1983 (PLATON, 1983).

ancestrais construíram a formação histórica amapaense, como ainda por milhares de famílias vindas de outras partes do Brasil, do Nordeste, do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, e também os estrangeiros amigos que para lá imigraram” (PLATON, 1983, p. 53).

A luta que se tratava era por uma nova estrutura administrativa, que corrigisse as imperfeições do atual ordenamento organizacional, e que proporcionasse, efetivamente, o desenvolvimento nos níveis observados em outras regiões do País. Para que Amapá conseguisse estabelecer o caminho do progresso e desenvolvimento, era necessário que a sociedade amapaense tomasse para si essa responsabilidade de traçar seus próprios projetos e alternativas, sem que estivesse submetida, pela respectiva legislação, a força da injustiça classificatória de Unidade inferior, ao assistencialismo e a dependência extrema do Ministério do Interior. Isso só seria possível, na visão desse parlamentar, caso a estrutura administrativa dos Territórios fosse urgentemente alterada, modernizada, adequada à nova realidade política, social e econômica que o país estava vivendo.

A análise realizada acima por Clark Platon é bastante elucidativa. Como argumento central que anteriormente justificou a criação do Território se esvaziou em razão do agravamento do quadro de econômico local, permite pensar a luta política pela autonomia, também, enquanto momento em que se buscou forjar uma identidade regional para se justificar a criação do Estado. Se por um lado o Amapá político-administrativo apresentava uma dependência externa grande com relação ao poder federal, e ainda precisava vencer várias etapas em seu desenvolvimento econômico para poder se tornar um Estado, por outro, o do regionalismo, apresentava-se como uma unidade que possuía uma sociedade sólida já consolidada de “amapaenses”, capaz de conduzir seu próprio destino, e vencer o atraso regional. Essa sociedade, na leitura dos parlamentares que defendiam a autonomia política em âmbito nacional, já estava madura suficiente para escolher seus próprios representantes locais sem a interferência da União.

Sobre esse aspecto, também considera Indira Marques (2009) que, se em um primeiro momento, foi o governo federal que impulsionou a formação da elite local, sem que essa se colocasse em uma posição de confronto com o primeiro, durante a luta política pela autonomia nos anos 80, o poder central passou a ser alvo de

questionamentos, sustentando-se na crítica da falta de apoio ao Território do Amapá por parte do próprio governo federal. Porém, não se observa na elite política local que reivindicava a autonomia, críticas mais contundentes ao poder federal. Essas se voltavam para o formato de Território e para aqueles que receberam, como afirmava Océlio de Medeiros (1946), um poder delegativo nessas regiões, e não exatamente para as práticas ali instituídas, sob o comando do Estado brasileiro. Desta forma, se havia abuso de poder e desvio de finalidade de recursos públicos, isso era decorrente, sobretudo, de um modelo administrativo bem-intencionado, mas que permitia distorções a sua funcionalidade pelos governadores territoriais. Esse posicionamento está expresso no seguinte trecho do aparte de Clarck Platon, durante o discurso de Giovani Borges, na sessão de 29 de junho de 1984,

não queremos ocupar mais o tempo da brilhante oração que V. Ex.^a está proferido hoje aqui. Quero apenas concluir minhas, em contrapartida a um enunciado do nobre colega da oposição, Deputado Virgildásio de Senna, quando colocou que esses males e essas agruras são devidos ao próprio Presidente João Figueiredo. [...] não entendemos assim esses fatos. Entendemos sim, que o Território do Amapá tem sido substancialmente beneficiado por volumes imensos de recursos que o Governo Federal tem enviado para lá, procurando melhorar a qualidade de vida e gerar desenvolvimento que propicie ao Amapá entender aos reclames que quarenta anos de Território tem imposto, com uma qualidade vida inferior a pior, com certeza, de toda a Amazônia. Diria que o Ministro do Interior e o Presidente João Figueiredo estão sendo traídos (PLATON, 1984, p. 117-118).

Nos discursos dos deputados amapaenses, ao mesmo tempo em que se observava um elevado número de críticas ao modelo administrativo de Território Federal, também é notória a acentuação da defesa pela autonomia política, agora como solução para a superação dos entraves econômicos que essas unidades vivenciavam, mas, sem a perda de apoio do governo federal. Para a bancada amapaense a melhor escolha seria a emancipação política com a manutenção dos repasses públicos federais por um período de dez anos.

São inúmeras as vantagens de transformação do Território em Estado, desde que assentada em bases sólidas e definitivas. Politicamente, substituiremos a inevitável condição de inferioridade, caracterizada pelo sentido assistencialista do auxílio que move as ações governamentais, pelo reconhecimento de um direito à participação como Unidade integrante no esforço de

desenvolvimento do País. Os Estados concorrem com idênticas oportunidades na distribuição dos encargos e direitos, enquanto os Territórios ficam definidos como apêndices da estrutura central de Governo, dele dependendo quase que integralmente. Com a estrutura política de que dispõe os Territórios, jamais poderemos comandar a arrancada para o desenvolvimento de nossa economia e, assim, num círculo vicioso, nunca atingiremos a auto sustentação econômica pretendida. Urge pois, que antecipemos os fatos. Com a estrutura política de Estado, seremos capazes de gerar a estrutura econômica desejada (PLATON, 1983, p. 112-113).

Entretanto, a transformação do Amapá e Roraima em Estados, só ocorria com a promulgação da carta constitucional de 1988. Com o advento da chamada “Nova República”, após a morte do primeiro presidente civil eleito também pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, assumiu a presidência do país, seu vice, José Sarney. Para o Amapá, foi indicado como primeiro governador civil, após a saída do último militar da era dos governadores “marinheiros”, o agrônomo Jorge Nova da Costa (julho de 1985 a maio de 1990). Sua escolha para o cargo não ocorreu de forma tranquila e transparece claramente a disputa política pelo capital simbólico autonomista, visto naquele momento, como meio de manutenção do poder no Amapá.

Elfredo Távora Gonsalves (2010) narrou em suas memórias que, no início do governo de Sarney, os políticos do Amapá começaram a se movimentar para indicar o sucessor de Barcellos. Entre os nomes indicados estava o do deputado Antônio Pontes, que diziam ter o veto de Ulisses Guimarães, presidente do PMDB. Alguns pemedebistas lutavam pela indicação de Otavio Oliveira, amapaense, economista e ex-prefeito de Macapá. Outros nomes apareceram, mas não havia consenso. Segundo Távora:

foi quando surgiu o nome do Dr. Jorge Nova da Costa, que na época respondia pela superintendência da SUDENE. Amigo de Sarney e conhecedor do Amapá, trabalhara alguns anos como agrônomo, chefe do fomento agrícola do Amapá e diretor da Escola de Iniciação Agrícola daquele município. Nova da Costa não tinha qualquer ligação partidária, era economista, e a única pessoa para conseguir o consenso (GONSALVES, 2010, p. 80).

A questão não foi resolvida de forma tão consensual assim. Depois de várias conversações no Gabinete Civil da Presidência, sob a orientação do ministro José Hugo Castelo Branco, ficou assentado um acordão documentado sob o nome de

Aliança Democrática, na qual se repartia os cargos da administração pública amapaense entre o governo e os dois os principais partidos locais, PFL e PMDB, cabendo ao governador apenas a Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Administração – SEAD e a Secretaria de Segurança Pública – SEGUP. O PFL ficou com a Secretaria de Saúde – SESA, SEPS, SOS, Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA e a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA. E o PMDB ficou com SSEG, SEFIN, Secretaria de Educação – SEEC, CODEASA, SENAVA e a ASTER (Ver imagem 8, em anexo). O que chama atenção nesse acordão, mesmo se tratando de uma prática corriqueira da administração pública brasileira, mas que acaba existindo de forma mais velada, nesse caso particular, documentou-se o acordo, institucionalizando-se abertamente o fatiamento da administração pública amapaense entre as lideranças locais, que àquela altura já davam como certa a emancipação política.

Portanto, foi diante do “fatiamento” do Amapá que Nova da Costa teve que governar o Território, aonde cada uma das correntes partidárias, apoiadas pelos ministros que compunham também chamada *Aliança Democrática*, considerava-se autônomas, como se fosse um governo separado do todo. Conforme Távora, de Nova da Costa se,

exigiu muito jogo de cintura, muita habilidade para aparar arestas entre as correntes, muita tolerância e extraordinária paciência para poder costurar tamanha colcha de retalhos. Se não se faz mais, que se cobre dos “donos das áreas”, pergunta-se quem faria melhor” (GONSALVES, 2010, p. 83).

No Amapá, o Estado nasce em uma República de conchavos e retalhos, aonde a autonomia era apenas uma mera formalidade. O fatiamento da administração pública amapaense, não foi só um ensaio para a vivência política em um Território Federal que estava próximo de ser mais um Estado da federação brasileira às avessas, mas que não perdia seu *status quo*; ela sinaliza para a representatividade que a autonomia significou para uma elite política local sedenta pelo poder.

Como já exposto, a problemática da unidade política e territorial brasileira foi uma preocupação constante das elites políticas, no período de formação do Estado Nacional, e permaneceu em todo o período republicano. Na Assembleia Nacional

Constituinte de 1987-88¹⁸⁶, em que, mais uma vez, a problemática da redivisão territorial voltou a movimentar as animosidades entre os parlamentares, a proposta de se transformar Amapá e Roraima em Estados, dessa vez não enfrentou grande resistência dentro da constituinte. Era também quase que unanimidade entre os deputados constituintes, que integravam a *Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios*, que os mesmos não podiam mais permanecer como estavam, pois, as restrições ao direito do voto para o executivo, senado e as inexistências de uma Assembleia Legislativa e um Tribunal de Contas, feriam os preceitos democráticos preconizados pelo novo momento, no qual a democracia deveria ser estendida a todos os cidadãos. Na visão dessas lideranças, os Territórios Federais, da forma que estavam estruturados seriam exemplos de governos antirrepublicanos. Lembrava o constituinte Mozarildo Cavalcanti, na reunião ordinária, realizada no dia 04 maio de 1987, que

o, tema União, Distrito Federal e Territórios Federais deve ser abordado e discutido nesta Subcomissão com vistas a escrever uma Constituição justa, moderna, que atenda realmente aos legítimos anseios do povo brasileiro. Assim, devémos trazer à discussão temas relevantes.

Tenho observado a apresentação de propostas, como a do Constituinte Ruben Figueiró - a quem respeito - com relação à criação dos distritos federais; a postulação dos Constituintes do Amapá, que defendem, por exemplo, a manutenção do nome de Território Federal, mas defendem a eleição de governador, de vice-governador, senadores, deputados federais e deputados à Assembleia

Legislativa. Este deve ser realmente o tema sobre o qual devemos debruçar-nos e analisar. Como disse o nosso Governador, todos nós, Constituintes, temos uma missão histórica, que não se situa simplesmente no exato momento dos debates, mas, muito além, no produto dos nossos trabalhos. (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. ANO I- Suplemento nº. 66, 1987, p.164).

Deve-se mencionar, no âmbito da constituinte de 1987-88, debateu-se a redivisão territorial do Brasil de uma forma, relativamente, ampla, e várias propostas de criação de novos Estados foram formuladas, portanto, nem todas advindas da

¹⁸⁶ A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 se organizou em torno de nove comissões, sem mencionar as subdivisões que foram muitas. Coube a Comissão de Organização do Estado, subdivida em: a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios; b) Subcomissão dos Estados; e c) Subcomissão dos Municípios e Regiões.

realidade dos Territórios Federais. Conforme o que se verificou nos anteprojetos da *Subcomissão dos Estados*, foram propostas objetivamente, e discutidas, a criação dos Estados de Juruá, Tapajós, Santa Cruz, Maranhão do Sul, Triângulo e Tocantins, com o possível desmembramento, respectivamente, do Amazonas, Pará, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Goiás. Sem mencionar outras indicações que não chegaram a ser debatidas. Porém, muitas dessas propostas não tinham a menor consistência e força política.

Acompanhando-se os debates dos parlamentares, concomitantemente, às etapas do processo constituinte, através dos Diários da Assembleia Nacional Constituinte, nota-se que, mais uma vez, o permanente campo de tensão entre os interesses locais, regionais e nacionais emperraram as criações de novos Estados, e conseqüentemente, as expectativas daqueles que nutriram pretensões emancipacionistas por desmembramentos de territórios, e na reta final quase todas as propostas nesse sentido foram suprimidos do texto constitucional, com exceção de Amapá e Roraima, transformados de Territórios em Estados, somente o Estado de Tocantins foi criado pela nova Constituição.

Herbert Toledo Martins, em “A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil”, ao analisar o caso particular da proposta de se criar o Estado do Triângulo (MG) durante a constituinte de 1987-88, chegou à conclusão que a problemática de criação de novos Estados, inseridos em processos de desmembramentos e no qual envolvem disputas acirradas de poder e recursos, cujos interesses particulares se sobrepõem aos da região, articula-se com questões cruciais, tais como: representação política, sistema eleitoral, identidades regionais, lógica do jogo político em escala nacional e local, além das implicações que a implantação da máquina administrativa de um novo Estado pode trazer para o frágil federalismo brasileiro.

Todos esses aspectos apontados por Martins, de alguma maneira, também são observados no caso amapaense, uma vez que a luta pela eleição direta para governador e pela criação e ampliação dos demais cargos eletivos para o legislativo estadual e federal passou a ser maior que a própria bandeira da autonomia. Tanto que, chegou a ser proposto na constituinte por um dos parlamentares do recém-fundado Partido da Frente Liberal (PFL), Geovani Borges, a essa altura formada

pelos demais deputados o ex-governador Annibal Barcellos, e Eraldo Trindade, uma *autonomia político-administrativa na qualidade de Território*, ou seja, que permanecesse Território, mas com uma nova fisionomia, garantindo-lhes eleições diretas para governador, para o senado e para uma assembleia territorial. Segue o trecho no qual o deputado amapaense Geovani Borges defendeu claramente essa proposta durante os debates na constituinte.

Na minha concepção, não de economista, mas de leigo no assunto, homem prático, porque aprendi o que a vida me ensinou - foi a minha grande universidade -, vejo que os Territórios devem continuar no mesmo estágio. Entretanto, sua política jurídico-institucional tem que ter outra conotação, tem que receber uma nova roupagem, porque é inadmissível que ao longo dos 44 anos ainda não tenhamos conseguido chegar ao patamar necessário à sua transformação em Estado. Mas vejo que a Constituinte irá nos proporcionar estes mecanismos para mantermos a condição de Territórios, ou, como falou o nobre Deputado Ruben Figueiró, criar novos distritos federais, com autonomia política e administrativa, aumentar o poder do Governador quando seu nome for homologado pelo povo que representa, aqui no Distrito Federal e em qualquer parte do País. E os Senadores e Deputados Federais, aumentando suas bancadas, com seu poder político, naturalmente pressionarão as autoridades quanto à distribuição de recursos para os Territórios ((DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. ANO I- Suplemento nº. 78, 1987, p.61).

A proposição do integrante da bancada amapaense, definida como “meia-sola” pelo governador de Roraima, Getúlio Alberto de Souza Cruz, também presente na reunião, foi rechaçada por ele ao lembrar que a mesma proposta já havia sido feita durante campanha pró-Estado em Roraima, em 1985, e havia sido rejeitada por significar um perigo maior para a democracia, uma vez que se teria um governador eleito, mas sem um órgão estadual com poder fiscalizador.

Num debate, questionava-se muito a questão da transformação em Estado, as incertezas, os recursos, e um companheiro nosso inventou a doutrina da “meia-sola”: quer dizer, ao invés de nos transformarmos em Estado, colocássemos um salto novo na figura do Território. Então, ele propôs a eleição de um governador, a criação de um tribunal de contas, de um tribunal de justiça e de uma assembleia territorial. Um outro companheiro nosso, muito sarcástico e irônico, disse para esse companheiro: “Escuta, Liberato, tu estás querendo um animal com cabeça de leão, com pata de leão, com pelo de leão, com cara de leão e queres chama-lo de gato” (DIÁRIO

O propósito de promover mudanças na estrutura jurídica do Território que permitissem eleições para o executivo e demais cargos do legislativo, conservando o status territorial, a princípio pode parecer estranha, mas externa claramente uma corrente de pensamento local que sempre viu com simpatia a tutela da União sob a região. Portanto, objetivava garantir a manutenção de repasses públicos federais, algo que, indiscutivelmente, sempre agradou a elite política amapaense, formada a essa altura, em grande maioria, por pessoas oriundas de fora do Território, mas ao mesmo tempo, também tentava minimizar o grande receio que a população demonstrava com relação a suspensão do pagamento dos salários dos servidores públicos, caso o Amapá deixasse de ser Território e se tornasse Estado.

Em contrapartida o governo de Jorge Nova da Costa, representante dos interesses do governo federal no Território do Amapá, apoiando a proposta autonomista da bancada romariense, mostrou-se contrário a preposição do deputado amapaense, enquanto buscava esclarecer junto a população, através dos meios midiáticos, que a criação do Estado não abalaria nem os repasses públicos, uma vez que a proposta apresentada pelos constituintes garantia que os ex-Territórios continuariam recebendo os subsídios federais por um período de dez anos, e muito menos afetaria os salários do funcionalismo público, que continuariam a receber pela União.

Possivelmente, a euforia democrática que tomou conta dos constituintes foi fundamental no fortalecimento da defesa apresentada pelos parlamentares de Roraima e dos Estados do Pará e Mato Grosso do Sul pela imediata criação dos Estados de Roraima e Amapá. Entretanto a campanha Pró-Estado do Amapá e Roraima, foi mais retórica política do que fundamentada no real interesse de melhorar as condições vida dessas populações, ao colocar fim a um peso político que a República brasileira não tinha mais interesse em sustentar, uma vez que, o problema dos Territórios Federais não foi enfrentado, nem pelos parlamentares que travaram um debate extremamente rico sobre o tema, nem tampouco pelo executivo brasileiro, que optaram por manter os pressupostos legais na Constituição para a criação de outros Territórios Federais por desmembramentos, e adiar para outro

momento a solução para a política-administrativa débil dessas Unidades. Portanto, a extinção dos últimos três Territórios Federais não significou o fim da possibilidade de suas criações, ao continuar sendo prevista sua existência legal pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 18, § 2, ao afirmar que: “os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar”.

Se para os atores políticos, que defenderam a bandeira autonomista, Amapá e Roraima não poderiam mais permanecer Territórios Federais, em razão da contrariedade aos preceitos democráticos defendidos pela nova Carta Constitucional, para a maioria das populações desses Territórios Federais, que assistiram mais como expectadores a luta política pela autonomia, possivelmente, a chegada do Estado, despertou sentimentos variados e expectativas diversas sobre um futuro, que apesar de se colocar como promissor, ainda era incerto. No Amapá a ausência de manifestações populares favoráveis à emancipação política, poderia significar a sensação de que, se Território não o era mais, o Estado ainda era um horizonte de expectativas.

Não foi nosso objetivo estudar a reação popular a emancipação política amapaense, e nem tampouco o processo de estadualização que se instalou no Amapá após a decisão constitucional de 1988, mas vejo como necessária a realização de uma pesquisa nesse sentido. Há muito a ser revelado sobre os impactos sentidos dessa decisão na trajetória recente de Estados que nasceram de experiências de Territórios Federais, e nada é mais revelador do que refletir sobre isso a partir das vozes daqueles que foram silenciados nesse processo.

Por isso, nada mais oportuno, também, do que concluir esse capítulo, com as histórias contadas e recontadas na cidade de Macapá, de um dos seus mais famosos personagens. Seu Paulino¹⁸⁷, como era popularmente conhecido, era descendente do reconhecido mestre de marabaixo, Julião Thomaz Ramos, líder dos negros do bairro do Laguiño. Funcionário de meia idade da prefeitura de Macapá, como não havia muito o que fazer, raramente, aparecia na repartição. Contudo, a cada final do mês precisava assinar a “famigerada” folha de ponto. Foi aí, em uma das idas até a prefeitura, que ao assistir à movimentação em torno da perspectiva do

¹⁸⁷ Crônica retirada do livro *História de um Sino* (2002), do autor Paulo Tarso.

Amapá virar Estado, deixou sair uma das suas pérolas, diante das mudanças que estavam por vir:

– Meu filho, político é como puta esperta: te rouba sorrindo. Nem presta. Vocês vão ver quando os homens do colarinho branco lá da capital federal transformarem isto aqui em Estado: vai ser a pior desgraça do mundo, pode escrever, pois vai ter político de toda espécie e qualidade, candidato saindo pelo ladrão. Aí nós vamos ver roubalheira, patifarias, desavenças, trapalhadas e tudo o que não presta (TARSO, 2002, p. 57).

Com o passar do tempo não se dava mais o trabalho de ir ao antigo prédio da prefeitura, nem para assinar o ponto. Foi quando protagonizou uma das suas mais famosas histórias. Passou a ser procurado, por funcionários mais novos da prefeitura, para assinar a folha do ponto, na residência do seu primo, Pavão, aonde costumava passar as tardes, com uma turma de aposentados e amigos jogando dominó e tomando gengibirra¹⁸⁸. Certo prefeito, ao tomar posse e querendo resolver a ineficiência do serviço público, fez publicar um edital convocando todos os funcionários públicos municipais para que se apresentassem no acanhado prédio da prefeitura de Macapá e passassem a assinar o ponto no local de trabalho. Como o prédio da prefeitura era pequeno e deficitário para acomodar todos os funcionários lotados na repartição, a medida gerou tumulto e muita insatisfação entre os funcionários, até que se montou uma espécie de revezamento, em que se trabalhava um ou duas vezes na semana, meio expediente. Seu Paulino, quando soube das ordens do novo prefeito, no mesmo local de sempre que costumava passar as tardes, soltou mais uma das suas:

– Meu filho, eu sabia que isso ia acontecer. Era só mudar o prefeito que ia logo começar a perseguição política em cima da gente! Nesta terra ninguém tem sossego, não se pode nem mais viver em paz, jogar um dominó ou tomar um tacacá que ficam logo inventando moda e serviço. Por isso é que esse país nunca vai pra frente – e aqui nesta terra muito menos, onde tudo parece crescer para baixo feito rabo de cavalo. A gente quer viver em paz, com tranquilidade, junto da família e dos amigos, quando aparece um espírito de porco com ideia de jumento! Não se respeita mais nem os cabelos brancos de um cidadão, pai de família que tanto trabalhou nessa cidade desde a época de padre Júlio Maria Lombaerde. Eu era menino barrigudo e pimbudo mas me lembro. Sou do tempo em que esta

¹⁸⁸ Bebida típica, composta de álcool e gengibre, consumida durante a dança do Marabaixo, no Amapá.

cidade era pequena, só tinha mato, lama, poeira e malária. Não se tinha salário nem nada (TARSO, 2002, p. 59-60).

Seu Paulino, sem essa pretensão, fazia críticas a um modelo de governabilidade imposto pela administração pública federal, que com exceção de uma elite local que se beneficiou com a sua implantação, pouco dialogou com uma sociedade que já existia antes da criação do Território Federal, e que teve que encontrar formas de sobreviver e resistir em meio ao caos que se instalava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessas linhas, busquei através de alguns fragmentos desse passado, extraídos de uma variedade de documentos, espalhados em diversos e esparsos arquivos públicos e privados, bem como nas memórias de homens e mulheres que viveram no Amapá, no período delimitado por esse estudo, suscitar um debate sobre esse capítulo de Estados que nasceram de experiências de Territórios Federais, ainda pouco inquirida pela historiografia nacional, mas importante para ajudar nessa árdua tarefa de se desvendar a República brasileira e as suas várias facetas.

O nascimento do Amapá, como um dos mais jovens Estados da nação brasileira, está inserido, como tentei demonstrar ao longo desse estudo, na turbulenta história da formação e redivisão dos traçados territoriais brasileiros. Para tanto, procurei analisar de forma sucinta como o Estado brasileiro, desde o Império, foi lidando com a difícil problemática da administração do território, buscando compreender como foi se desenrolando o propósito de se realizar uma redivisão territorial através de novos Territórios Federais, como modelos político-administrativos transitórios para formação de novos Estados da federação. Foi nesse contexto que o Amapá foi sendo “inventado”, como unidade federada administrada diretamente pela União.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, as fontes e as questões levantadas a partir delas, fizeram-me concluir que a criação do Estado do Amapá, não decorreu, necessariamente, do que foi traçado durante a experiência territorial, mas de fatores de ordens estruturais e conjunturais, que levaram atores ligados diretamente ao campo político de decisão, em cada período específico, a optarem por sua criação como Território Federal, em 1943, e só depois, em Estado, em 1988, sem que, exatamente, fossem realizados planejamentos e ações eficazes que favorecesse durante a fase territorial, como pretendido, a conquista da autonomia política amapaense, como fruto de seu amadurecimento econômico.

Entretanto, vale lembrar que o Amapá, como esse estudo buscou evidenciar está circunscrito no espaço compreendido como Amazônia, e que, portanto, denota

algumas particularidades que determinaram sua trajetória e a forma como o governo federal foi administrando sua existência. O próprio termo “Amazônia” é uma invenção, que trouxe consigo uma variedade de representações negativas, que condicionaram o olhar e as narrativas dos de “fora” sobre a região, desde os tempos dos primeiros viajantes. “*Hileia Amazônica*”, “*El Dourado*”, “*Inferno Verde*”, são apenas alguns exemplos. Essa forma externa de pensar a “Amazônia” e quem “ousou” residir nela, tornou-se a lente pela qual se construiu as representações sobre ela, propagando-se na história e chegando à modernidade, amplamente enraizado no imaginário popular e expresso nos discursos políticos, pilares da motivação dos projetos de desenvolvimento e ocupação da região no decorrer da trajetória republicana brasileira.

Assim sendo, qualquer pesquisador que se dispõe a estudá-la parece, necessariamente, precisar compreender que não há como seguir sem antes pelo menos buscar “desmistificar” as representações que dela se fez e que ainda se faz. E as exigências não encerram por aí. A questão da história regional é outro aspecto que carece de esclarecimentos. Para uma maioria de “avaliadores” não é possível se escrever uma história da região, sem que seja alicerçada nas teorias regionalistas esclarecedoras, que visam muito mais situar o leitor sobre o lugar de fala de seu interprete do que uma escolha do seu interlocutor.

Por isso, vi-me diante da necessidade de retomar, rapidamente, alguns pontos no que tange uma abordagem regional. Primeiramente, o propósito dessa investigação pretendeu dialogar com as duas dimensões, *nacional* e *regional*, de forma interdependentes, tomando o *local* como epicentro. Como o objetivo foi compreender como o Estado brasileiro conduziu a implantação e consolidação do Território Federal do Amapá, e como essa experiência foi determinante ou não na criação do Estado, pareceu-me improvável compreender como o Amapá foi sendo gestado enquanto unidade político-administrativa, sem considerar que isso fez parte de um projeto nacional, ou seja, uma aplicação de uma política nacional para parte do território brasileiro, que dependeu, sobretudo, da forma como o governo federal foi se relacionando com a região ao longo desse processo, uma vez que cabia a ele, juridicamente, o poder de decisão sobre o destino que o Amapá deveria seguir.

No entanto, ao mesmo tempo, pretendi demonstrar que o processo de criação de um Amapá político-administrativo não decorreu somente do desejo das políticas desenvolvidas de fora para dentro, mas em uma relação constitutiva, entre um poder nacional e local, às vezes em concordância, outras em desacordos e conflitantes, com as decisões vindas do centro do poder do país. Portanto, tentei demonstrar, que esse poder delegado, em razão da fragilidade decorrente da própria linha de subordinação, levou a distorções da sua funcionalidade, e a práticas autônomas que acabaram por favorecer, também, a exacerbação da autoridade e os desmandos daqueles que governavam, ou faziam parte do campo de decisões dentro do Território, sem esquecer as lições deixadas pelo historiador René Rémond (2003), de que as escolhas políticas não são simples decalque das relações de forças entre as categoriais sócio profissionais, pelo contrário, são múltiplas e estão longe de se entender.

Além disso, ainda seguindo as reflexões de René Rémond, a crítica a uma história política que só se interessava pelas minorias privilegiadas e que se esquecia do povo, das multidões, das massas, certamente, não se aplica mais, pois “não há história mais total que a participação na vida política” (RÉMOND, 2003, p. 33-34), e essa não se restringe às relações estabelecidas somente entre os que governam, mas está engendrada em todos os segmentos sociais. Não que tudo seja político, mas, “é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula, os outros componentes do conjunto social” (RÉMOND, 2003, p. 447). Daí o porquê da escolha por uma narrativa que privilegiasse os personagens locais, e que integrasse todos os atores – mesmos os mais modestos – do jogo político; figuras populares, homens e mulheres nascidos ou não na região, como o ribeirinho Aurélio e a tia Zefa, mas que acompanharam as transformações decorrentes da implantação do Território, e buscaram construir táticas e estratégias de sobrevivência em meio às mudanças impostas pelo Estado, elaborando suas próprias percepções sobre isso. Todavia, reconheço que esse estudo está distante de uma abordagem que traga para o palco da história como protagonistas centrais, tomando emprestado o termo empregado por Edgar De Decca (2004), “os vencidos da história”, daí porque destaquei a necessidade de se realizar estudos sobre as reações populares a emancipação política amapaense.

Um segundo aspecto que gostaria de mencionar sobre a questão acima levantada, diz respeito, a própria escolha de um tema que por si só já remete a uma necessária apropriação pela abordagem da história regional, compreendida aqui, enquanto narrativa que se centra em micro espaços, onde abrigam populações localizadas, como a capital Macapá, e os demais municípios territoriais, que constituem o Território do Amapá. Novamente recorro a Réne Rémond quando afirma que: “o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele se abraça, às vezes sem saber, as curiosidades, as inclinações, aos pressupostos [...], aos postulados de sua época” (RÉMOND, 2003, p. 13).

Sem dúvida, que a escolha pelo tema, com toda certeza está relacionada a minha experiência como pesquisadora, nascida e criada na região. No entanto, mais que isso, como já justificou Dorival Santos (2011, p. 20), “em primeiro lugar, porque no caso do Amapá, uma história precisa ser escrita; e segundo lugar, porque é inconcebível uma verdadeira história nacional sem as respectivas histórias regionais”. Dito de outra forma, será que é possível, em se tratando de um universo multifacetado, como o do Brasil, uma escrita de uma história nacional sem os pressupostos de uma história regional e local?

Pode-se dizer que praticamente toda história nacional que se escreveu até o presente é também uma história regional e/ou local, e vice-versa. Aliás, grandes obras de interpretação da sociedade brasileira, a exemplo, de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, reportam-se muito mais a uma região, no caso mencionado, ao Nordeste, do que ao Brasil como todo. Portanto, por mais que esse estudo privilegie o regional/local, não está desconexo do contexto nacional. O exemplo de como a experiência amapaense poderia ser reveladora, nesse sentido, diz respeito aos estudos que versam sobre as elites brasileiras, que tem permitido uma melhor compreensão de sua atuação quando essas partem de uma perspectiva regional/local.

Daí porque considero de fundamental importância compreender como a criação do Território do Amapá, em pleno território amazônico, alargou o campo de abrangência e/ou contribuiu para a decadência de proprietários de terras e seus descendentes que ali residiam antes de 1943, ou até que ponto esses proprietários, pecuaristas, negociantes e comerciantes foram absorvidos pela administração

territorial, ou qual o grau de pactuação política entre eles. Apesar de a problemática proposta abranger a formação de uma elite política local que será absorvida pela burocracia territorial, não foi possível dar conta satisfatoriamente dessa questão, por inúmeras razões, a maior delas, sem dúvida, corresponde a fragilidade de pesquisas que permitam traçar um retrato mais contundente da elite residente na região anterior ao desmembramento.

A história de Estados como o Amapá, que nasceram de experiências de Territórios Federais, não foi, até o presente, somente pouco estudada pela historiografia nacional, mas, também, incompreendida ou desconhecida pelos demais brasileiros, que foram acostumados a estudar o passado de seu país, tendo como síntese sempre os fatos marcantes da experiência da colonização europeia no Nordeste e do desenvolvimento industrial do Sudeste. Durante minha curta trajetória como historiadora, tenho me deparado constantemente com o estranhamento do termo “Território” para designar um modelo político-administrativo. Sou sempre questionada pela necessidade de se debater o tema sobre o enfoque do que é considerado mais inovador sobre a temática. Questões como “territorialidade”, “desterritorialização”, são sempre postas como imprescindíveis, sobretudo, como se toma conhecimento que o Amapá está situado em uma região de fronteira. Não que não seja relevante que se faça uma abordagem a partir dessas teorias, que, aliás, tem gerado um leque de estudos bastante significativos sobre a região, mas também, as suas não utilizações não são imprescindíveis, como não são para outros estudos sobre outras regiões do país, que também privilegiam o enfoque político na análise central.

Todavia, se por um lado ainda há um longo caminho a ser percorrido para que uma historiografia da Amazônia ou do Amapá, de Roraima, do Acre, assim por diante, possam se configurar, também, como uma historiografia nacional; não como uma síntese dessa história, como, infelizmente, acabou prevalecendo com relação a Estados como o Sudeste, mas como expressão desse espaço plural, diverso e de múltiplas identidades, que é o Brasil. Por outro lado, mesmo não se podendo ignorar que a história profissional é também um campo minado pela disputa do poder, e, conseqüente, pela dominação e também pelo silêncio, são visíveis os esforços, que

pesquisadores têm desprendido por uma escrita da história cada vez mais regional e local, e porque não, mais plural e cada vez mais próxima da realidade nacional.

Concluo, com um poema de Arthur Nery Marinho, publicado em *Sermão de Mágoa* de 1993, quando o Amapá ainda era um Estado com pouco mais de quatro anos de idade, mas já muito calejado pelo tempo do Território, que sintetiza com o olhar sensível do poeta o que compreendeu ter sido a herança de um Amapá que primeiro foi Território Federal, para depois se tornar um dos Estados da federação brasileira.

Significado¹⁸⁹

*Longe passa o navio
talvez levando:*

*Ouro,
Manganês,
Madeira,
Palmito,
Camarão rosa*

*Querem saber o que significa?
Pois vou dizer, com minha voz nervosa:
Nossa riqueza que se vai embora.*

A fortuna vai...

Só a miséria fica.

¹⁸⁹Poema extraído do livro: MARINHO, Arthur Nery Marinho. **Sermão de Mágoa**. Macapá: imprensa oficial, 1993.

POSFÁCIO

No final de 1980, Norbert Elias admitiu sem rodeios que “gostaria muito de escrever sobre todo o período nazista; ainda há muitas coisas que não foram esclarecidas”¹⁹⁰. Ao concluir esse estudo, mesmo se tratando de uma frase que se reporta a um evento carregado de traumas e ressentimentos como foi o nazismo, essa é sensação que fica diante das muitas lacunas e de questões suscitadas por esse estudo, que não foram satisfatoriamente respondidas. Talvez porque, a tentativa de ser fazer uma síntese de um passado recente, que perdurou por um período de quase cinquenta anos, com muitas reminiscências no presente, não foi uma tarefa demasiadamente simples.

Todavia, deve-se considerar que a escrita da história há muito deixou de pretender ser uma reconstrução fiel dos acontecimentos, para ser tornar uma representação resultante, sobretudo, da capacidade do historiador de inventar o passado. É bem como enfatizou Andreas_Huyssen: “penso que todo conhecimento é situado. Situado no presente, na história da investigação, situado pela metodologia que utilizamos”¹⁹¹. Também, sinto-me confortada com que escreveu Sandra Pesavento (2008, p. 115), sobre o sentido relativo da verdade histórica: “a racionalidade não explica tudo, operando o historiador com um regime de verdade segundo a qual as conclusões podem ser admitidas como provisórias. Há mais dúvidas do que certezas”. Por isso, nessas linhas finais permiti-me deixar levar pela própria consciência da subjetividade do ofício do historiador, da sua intuição, fragilidade, individualidade e isenção no mundo acadêmico e social, sem a cobrança rígida da racionalidade.

Portanto, esta investigação, que pretendeu ser antes de tudo um estudo historiográfico, acabou sendo, também, um esforço pessoal rumo ao encontro com um passado que explica em grande parte minhas origens. Objetivei pelo distanciamento, que ao meu ver é obrigação de todo historiador de ofício, mas minha

¹⁹⁰ “Entrevistas autobiográficas de Norbert Elias” (ELIAS, 1991 *apud* HAROCHE, 2004, p. 329).

¹⁹¹ Entrevista realizada na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, em maio de 2009, publicada em Comunicação & Cultura, n.º 7, 2009, pp. 141-151. Disponível em: cc.bond.com.pt/wp-content/.../07_08_Entrevista_Andreas_Huyssen.pdf. Acesso em: 7 ago. 2015.

ligação afetiva se manifestou desde as motivações iniciais que levaram a escolher o tema de interesse desta tese, a experiência territorial amapaense como chave interpretativa para ser compreender a criação do Amapá Estado.

Como amapaense, cursando graduação em história, durante os primeiros anos de implantação do Estado e da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, implantados em 1991, acabei por acompanhar a eleição, também nesse mesmo ano, do primeiro governador do novo Estado, com os olhos renovados da história. Era a primeira vez que os amapaenses escolhiam seu representante político. Tudo muito recente e imbricado entre si. Levando a perceber que a vivência em um Estado, que nascera de uma experiência de Território Federal, denota algumas peculiaridades, tornando-se um objeto instigante para uma historiadora nascida e formada na região. Por isso, talvez, tenho a impressão de que minha trajetória acadêmica se confunde com a de muitos amazônidas que aprenderam o ofício da história quase que pelo impulso, por um desejo contido de trazer à tona memórias silenciadas pela “escrita hegemônica”. É bem como traduziu o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, sobre “os” que ousam escrever, ou melhor, inventar a história.

Sou rio, pois sei que meu saber é composto de muitos outros, sei que não sou a origem do meu saber, não sou o sujeito fundante da história que faço, sou fundado por uma sociedade, por uma cultura, por formações discursivas, por práticas de poder e linguagem, sou um estuário em que vêm desaguar muitos arquivos [...]. Às vezes objetivado, às vezes sujeitado, às vezes objetivo, as vezes subjetivo, sempre os dois ao mesmo tempo, eu sou rio e eu sorrio, eu natural e humano, cursivo e discursivo, invento na História e a História (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 35-36).

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vera. “Era preciso redescobrir o Brasil”. **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], 26 Agosto 2014. Disponível em: <http://terrabilis.revues.org/982>. Acesso em: 23 set. 2015.

AGUIAR, Wilson. “Ainda não chegou aos Territórios o 29 de outubro”. **Diário da Noite**, de 03 de abril de 1949.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Pinsonia, ou elevação do território septentrional da província do Grão-Pará à categoria de província**. Rio de Janeiro: Nova Tipografia de J. P. Hildebrandt, 1873.

ALVES, João Luis. “O ‘territorio’, como entidade administrativa no nosso direito constitucional. **Revista Forense**, Belo Horizonte, n. 1, v. 1, p. 91-94, jan., 1904.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

AMADO, Janaína. “História e região: reconhecendo e construindo espaços”. In: SILVA, Marcos Antônio da. **República em Migalha: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/Brasília: CNPq, 1990. p. 6-15.

AMAPÁ, edição de 27 de abril de 1946.

AMAPÁ, edição de 8 de abril de 1950.

AMAPÁ, edição de 15 de maio de 1950.

AMAPÁ, edição de 01 de maio de 1954.

AMAPÁ, edição de 05 de março de 1955.

AMAPÁ, edição de 06 de novembro de 1963.

AMAPÁ, edição de 16 de dezembro de 1967.

AMARAL, Alexandre. et al. **Do Lado de Cá: fragmentos de história do Amapá**. Belém: Açai, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANSART, Pierre. "História e memória dos ressentimentos". In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

ARAÚJO JORGE, Arthur Guimarães de. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal, 1999.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

A VOZ CATÓLICA, edição de 03 de setembro de 1966.

A VOZ CATÓLICA, edição de 16 de setembro de 1967.

A VOZ CATÓLICA, edição de 28 de fevereiro de 1970

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva/Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

Aurélio Silva. Entrevista realizada em setembro, 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. **Salvando Memórias na Cidade de Macapá**. UNIFAP. 2011. Ano do Fim: 2013.

BACKHEUSER, Everardo. **Problemas do Brasil – Estrutura Geopolítica. O espaço**. Rio de Janeiro: Grupo Editor Omnia, 1934.

BACZKO, Bronislaw. O imaginário social In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARATA, Magalhães. **Relatório ao Senhor Presidente República pelo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Interventor Federal**: Problemas Fundamentais, idéias de governo, administração, prestação de contas. Relatório. Pará, 1944.

BARBALHO, João. **Constituição Federal Brasileira**: comentários. Rio de Janeiro: Litho-typ. Sapopemba, 1902.

BARBOSA, Coaracy. **Personagens Ilustres do Amapá**. Vol. I. Amapá: Dep. de Imprensa Oficial, 1997.

_____. **Personagens Ilustres do Amapá**. Vol. III. Amapá: Dep. de Imprensa Oficial, 2002.

BARCELLOS, Annibal. **Primeiro passo da segunda caminhada**. Macapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1992.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BASTOS, Arthur Miranda. **Uma excursão ao Amapá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A Província** – estudo sobre a descentralização no Brasil. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Desenvolvimentismo Incoerente? Comentários sobre o projeto do segundo governo Vargas e as ideias econômicas de Horácio Lafer (1948-1952). **Rev. Economia**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 191-222, dez. 2005.

BEZERRA, Amiraldo. **Macapá: a margem esquerda do Amazonas**. Fortaleza: Premius, 2008.

BECKER, Bertha K. Significância Contemporânea da Fronteira: Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Catherine Aubertin (org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 1986. p. 60-89.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 29-46.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BOBBIO, Norberto. Teoria das elites. In: BOBBIO, Norberto et.al. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: TOMO XXXVIII, p. 126-141, 2º Semestre, 1933.

Boletim Geográfico. IBGE: Conselho Nacional de Geografia. Ano I, N.º 7, outubro de 1943.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946**: um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946. Vol. 1. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1998.

BRASIL (Capital Federal). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1934)**. Casa Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASIL (Capital Federal). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Casa Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2014.

BRASIL (Capital Federal). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2014.

BRASIL (Capital Federal). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL (Capital Federal). Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.

BRASIL (Capital Federal). Decreto-Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943.

BRASIL (Capital Federal). Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969.

(Brasil). Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

(Brasil). Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966.

BRITO, Edson. **Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte**: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa. São Paulo: 2008. 92 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRITO, Daniel Chaves. **Modernização da Superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

BUARQUE, Manuel. **O Amapá depois do laudo suíço**. Belém: Typographia da Casa Editora Pinto Barbosa de Nestor Camara, 1908.

_____. **O Amapá**. Belém: Papelaria Suíço, 1925.

CANTO, Fernando. **Vertentes discursivas da Fortaleza de São José de Macapá: das cartas dos construtores às transformações e apropriações simbólicas contemporâneas**. Macapá: Editora da UNIFAP, 2014.

_____. **Adoradores do sol: novo textuário do meio do mundo**. São Paulo: Scortecci, 2010.

_____. Festivais da Canção. CANTO DA AMAZÔNIA [internet]. Macapá: Fernando Canto (editor). 08 de setembro de 2009. Disponível em: <http://fernando-canto.blogspot.com.br/search?q=festivais>+. Acesso em: 12 jan. 2016.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

CARDOSO, Francinete do S. Santos. O contestado Franco-Brasileiro: conflitos e representações. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (orgs.). **FACES da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 573-626.

_____. **Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX**. Belém: UNAMAZ- NAEA/Ufpa, 2008.

CARVALHO, Getúlio. **Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. Entre a autoridade e a liberdade. In: SOUSA, Paulino José Soares de. **Visconde do Uruguai**. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. **A construção da Ordem**. A elite imperial. Teatro das Sobras. Rio de Janeiro: Relume Duma-UFRJ, 1996.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO JÚNIOR, Celso. **A criação da Petrobrás nas páginas dos jornais: o Estado de São Paulo e Diário de Notícias**. Assis: 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CAVALCANTE, Francisco Moura. **Projetos do Governo do Amapá**. (Território Federal do Amapá). Sexta Reunião de governadores com o presidente Jânio Quadros. Manaus, 1961.

CAVALCANTE, Alcinéa. Lembranças do 13 de setembro. ALCINÉA CAVALCANTE [internet]. Macapá: Alcinéa Cavalcante (editor). 13 de setembro de 2013. Disponível em: <http://alcinea-cavalcante.blogspot.com.br/2007/09/13-de-setembro-feriado-no-amap.html>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Para não esquecer o Hélio Pennafort. Alcinéa Cavalcante [internet]. Macapá: Alcinéa Cavalcante (editor). 23 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.alcinea.com/sem-categoria/um-poema-em-homenagem-ao-helio-penafort>. Acesso em: 8 jan. 2016.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHELALA, Charles Achcar. **A magnitude do Estado na socioeconomia amapaense**. Macapá: UNIFAP, 2008.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999. p. 385-403.

CORREIO DA MANHÃ, 30 de novembro de 1958.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/luperj, 2008.

COSTA, Jorge Nova da. **Plano de Prioridades – 1988-1989**. Ministério do Interior. Governo do Amapá. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Macapá, 1988.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Nailharga da Fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945-1970**. Belém: Açáí, 2008.

COSTA E SILVA, Alberto de Costa e. Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC–SP, 2000. p. 19-41.

COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

“CPI sobre acusações feitas pelo Conselho Nacional de Petróleo”. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás (2015)** – Relatório Final. Brasília: Câmara dos Deputados. (Relatório). Disponível em: www2.camara.leg.br/...legislativa/...legislatura/cpi-petrobras/.../relatorio-fin. Acesso em: 12 jan. 2016.

CUNHA, Álvaro da. **Relações Públicas Governamentais no Amapá**. Território Federal do Amapá: Imprensa Oficial, 1954.

_____. **Amapacanto**. Macapá: Imprensa Oficial do Amapá, 1984.

CUNHA, Rodrigo; FREIRE, Milena. Rádio Educadora São José: o recurso radiofônico na comunicação católica durante os anos de chumbo no Amapá. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

CUNHA JR, Alarico José da; GENSCHOW, Fernando A. **Amapá**. Um estudo para a colonização. Série “Colonização”. Rio de Janeiro: INIC, 1958.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 5 set. 2015.

_____. Amazônia e Desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, n. 19, ano 7, jun. 1992.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Estado Nação e construções identitárias. Uma leitura do período vargas. In: SEIXAS, Jaicy A.; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UNB, 2002. p.159-180.

DE DECCA, Edgar. 1930. **O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. 6ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma interpretação freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIÁRIOS ASSOCIADOS, edição de e 07 de maio de 1946.

DIAS, José de Nazaré Teixeira. **José de Nazaré Teixeira Dias (depoimento; 1988)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOH/Petrobrás, 1991. 374 p. dat. (Projeto Memória da Petrobrás). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/jose-de-nazare-teixeira-dias-i>. Acesso em: 9 fev. 2016.

DIAS, Maria Odila da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antônio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11-28.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe e classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DRUMMON, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo. **Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Elfredo Távora Gonsalves. Entrevista realizada em setembro de 2011. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Salvando Memórias na Cidade de Macapá. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Ano do Fim: 2013.

Estudos de Desenvolvimento Regional (Territórios Federais). Série Levantamentos e Análises. Vol. 23. Rio de Janeiro: CAPES, 1959.

FARIAS, Amaury Guimarães. **Meus momentos políticos**. Macapá, 2006. Memória.

_____. **Ecos & Logias Amapaenses**. Macapá-AP: [s.n.], 2001.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2000. p. 163-182.

FOLHA DO NORTE, edição de 14 de setembro de 1943.

FOLHA DO NORTE, edição de 01 de junho de 1973.

FOLHA DO POVO, edição de 19 de maio de 1963.

FOLHA DO POVO, edição de 23 de junho de 1963.

FOLHA DO POVO, edição de 14 de julho de 1963.

FOLHA DO POVO, edição de 28 de julho de 1963.

FOLHA DO POVO, edição de 15 de setembro de 1963.

FOLHA DO POVO, edição de 26 de janeiro de 1964.

FOLHA DO POVO, edição de fevereiro de 1964.

FOLHA DO POVO, edição de 04 de abril de 1964.

FOLHA DO POVO, edição de 12 de julho de 1964.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e economia: segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial SP, 2002. p. 17-29.

FORONI, Paola Conceição. **Jorge Teixeira de Oliveira, primeiro governador de Rondônia, entre a modernidade e a cordialidade**. NH2013 - XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. 22 a 26 de julho de 2013. Natal-RN.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREITAS, Aimberê. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros**. Boa Vista: Ed. Boa Vista, 1991.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. A Redivisão Política do Brasil. **Rev. Brasileira de Geografia**, ano III, n. 3, p. 533-554, jul./set. 1941.

_____. Problemas de organização nacional. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 277-282, abr./jun. 1941.

KINZO, Maria Dalva Gil Kinzo. **Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB, 1966/1979**. São Paulo: Sumaré, 1987.

KECK, Margaret. A transição brasileira para a democracia. In: **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 37-63. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 29 jul. 2016.

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja. As Fronteiras do Brasil. (Tese de concurso para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II, apresentada à Congregação do Colégio em 1918). **Rev. Studia**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, p. 84-174, dez. 1953.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método** – Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.177-186.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: **O saber local**. 8. ed. São Paulo: Vozes, 2006. p. 249-356.

GILLET, Felipe. “Distorção”. In: A VOZ CATÓLICA, edição de 08 de março de 1964.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo. Companhia das letras. 1987.

GOMES, Adriana. Anos 80: década perdida? **Rev. do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 42, p. 51-55, 2009.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In. SCHWARCZ, L. M (org.). **História da vida privada no Brasil - contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 489-558.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Rev. Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996. Disponível em: historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/art2-2.pdf. Acesso em: 10 mar. 2015.

GONSALVES, Alfredo Távora. **Folhas Soltas do Meu Alfarrábio**: um livro para os meus filhos. (Memória). Impressão Gráfica Papers Brasília, 2010. Memória.

_____. **O Amapá d'Outrora**. Macapá: Editora Paulo Tarso, 2016. Memória.

GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Rev. Cantareira**, ed. 17, p. 21-39, jul./dez. 2012.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as Províncias do Império**: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). São Paulo: 2012. 487 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. **Divisão Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1942.

GUSMÃO, Saladino. Erros a corrigir na geografia do Pará. **Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Tomo XLV, p. 31-52, 1938.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico**: População e Habitação. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Sério Nacional. Vol. II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Território do Amapá**: censos demográficos e econômicos. Série Regional. Vol. IX. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística – Serviço Nacional de Recenseamento, 1957.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico de 1960**: Rondônia, Roraima e Amapá. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I, TOMO I, 1ª Parte.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1980**. IX Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. I – TOMO I – NÚMERO I. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

IMPÉRIO DO BRASIL (Rio de Janeiro). **Annais do Parlamento Brasileiro**. Assembléa Constituinte (1823). Vol. V. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial

Instituto Artístico, Rua Primeiro de Março n. 17, 1874, p. 6. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 10 jan. 2015.

IMPÉRIO DO BRASIL (Rio de Janeiro). **Anais do Senado do Império do Brasil**. (Livro 5). Assembléia Geral Legislativa. Sessão Legislativa Ordinária – 8ª Legislatura. Sessões de Julho de 1850. Senado Federal. Brasília- DF, 1978, p.402-403. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acesso em: 15 jan. 2015.

Iracema Carvão Nunes. Entrevista realizada em fevereiro de 2013. Projeto de pesquisa: SILVA, M. L.; XAVIER, V. L. Salvando Memórias na cidade de Macapá”. UNIFAP. Ano do Início: 2011. Em andamento.

JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar: O Memorial Orgânico de Varnhagen e a Constituição do Império do Brasil como uma Nação compacta**. Rio de Janeiro: 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Josefa Lino da Silva. Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2013. Projeto de pesquisa: Salvando Memórias na cidade de Macapá”. UNIFAP. Pesquisadoras: SILVA, M.L. e XAVIER, V. L. Ano do Início: 2011. Ano do Fim: 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Josias Nogueira Hagen Cardoso. Entrevista realizada em 19 de setembro de 2014. Acervo Oral da Comissão Estadual da Verdade do Amapá. Disponível em: <http://www.cev.ap.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2015.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 79-97.

LA ROCQUE, Jorge Pereira de. Viagem ao Amapá. **Rev. Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XII. N. 2, p. 123-160, abr./jun. 1950.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE MOS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Bom Texto, 2004. p. 409-438.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha**. Das vivências do passado às lutas contemporâneas. Manaus: Valer e Fapeam, 2014.

LIMA, José Júlio Guimarães (Procurador Geral de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios). **O Ministério Público e a realidade dos Territórios Federais**. Departamento de Imprensa Nacional, 1965. p.89. Relatório.

LINS, Cristovão. **Amazônia**: as raízes do atraso. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá. São Paulo: 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

LOPES, Siméia Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista**: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855. Belém: 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará.

MALCHER, José. **Relatório apresentado ao Exmo Presidente da República pelo Dr. José Carneiro da Gama Malcher, Interventor do Pará (1937-1939)**. Pará - Belém. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. Relatório.

MAYER, Luís Rafael. A natureza jurídica dos Territórios Federais. **Arquivos do Ministério da Justiça**, Rio de Janeiro, n. 138, p.1-27, abr./jun. 1976.

MARCELINO, Douglas Attila Marcelino. **O corpo da Nova República**: funerais de presidentes e memória de Tancredo. Rio de Janeiro: 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARINHO, Arthur Nery. **Sermão de Mágoa**. Macapá: imprensa oficial, 1993.

MARROU, Henri-Irinée. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Ed. Pedagógica Universitária, s/d.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Carmentila das Chagas. **Relações Bilaterais Brasil/França**: a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global. Brasília: 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.

MARTINS, Ivanhoé Gonsalves. **Relatório Anual**. Exercício de 1968. 2º ano de administração do governo do General Ivanhoé Gonsalves Martins. Macapá: Governo do Território Federal do Amapá, 1968. p. 15. Relatório.

_____. **Relatório Anual**. Exercício de 1967. Macapá: Governo do Território Federal do Amapá, 1967. p. 9. Relatório.

MARTINS, Herbert Toledo. **As propostas de redivisão territorial do Estado Nacional brasileiro**. 37º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia, 2013.

MARQUES, Indira. **Território Federal e mineração de manganês**: gênese do Estado do Amapá. Rio de Janeiro: 2009. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEDEIROS, Océlio de. **Territórios Federais**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda, 1944.

_____. **Administração Territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920**. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: TYP. Da Estatística, 1922.

Ministério do Interior. **Transformações dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados**. Documentação básica elaborada pelo Grupo de Trabalho e pela Coordenadoria da Amazônia e do Centro-Oeste (CAC/SPR). MINTER: Secretária-geral/Secretária de Planejamento. Brasília-DF, maio de 1984.

MORTARA, Giórgio. População de fato do Território do Amapá nas suas novas fronteiras. **Boletim Geográfico**, IBGE: Conselho Nacional de Geografia, ano II, n. 17, p. 665- 667, ago. 1944.

MOURA, Pedro de Moura. Fisiografia e Geologia da Guiana Brasileira (Vale do Oiapoque e Região do Amapá). **Boletim do Instituto Geológico e Mineralógico**, Rio de Janeiro, v. 65, p. 5-89, 1934.

NAHUM, João Santos. **Região e representação**: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. Belém: Editora Açai, 2013.

_____. Região, discurso e representação: a amazônia nos planos de desenvolvimento. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 17-31, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAXARA, Márcia. Encantos e conquistas do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia; LOPES, Maria Aparecida (orgs.). **Fronteiras**: paisagens, personagens, identidades. Franca: UNESP/São Paulo: Olho D'Água, 2003. p. 225-248.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local**: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS/Salvador: Arcádia, 2002.

NEVES, Lucília de Almeida. Cidadania: Dilemas e Perspectivas na República Brasileira. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 80-102, 1997.

NILSON, Carlos. A história do Saci Clube. PORTA RETRATO [internet]. São José dos Campos: João Lázaro (editor). 3 de setembro de 2014. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2014/09/a-historia-do-saci-clube-de-macapá.html>. Acesso em: 12 jan. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORONHA, Andrius. Como estudar elites locais em regiões de fronteira? O caso de Macapá (Território Federal do Amapá, 1943-1988). In: NORONHA, Andrius et al. **A Fronteira Setentrional Brasileira**: das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia. Rio de Janeiro: Edunifap/Autografia Editora, 2015. p.202-225.

NUNES, Janary Gentil. **Confiança no Amapá**: impressões sobre o Território. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2012.

_____. **Criação do Estado do Amapá**. Discurso pronunciado na sessão do Congresso Nacional de 14 de janeiro de 1967. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 12-13.

_____. **Dados bibliográficos de Janary Gentil Nunes**. Rio de Janeiro: Currículo, s/a.

_____. **Plano de Palestra para a Escola Superior de Guerra**. 19, de junho de 1955. Fonte: Acervo pessoal da família de Janary Nunes.

_____. **Palestra, através da Rádio Difusora**. 23, junho de 1955. Fonte: Acervo pessoal da família Nunes.

_____. **Requerimento, no qual solicita ao Poder Executivo, Informações sobre as verbas destinadas ao T.F. Amapá em 1964 e se foi instaurado inquérito administrativo para aplicação ilegal de saldo de exercício anula, pelo governador Luiz Mendes**. Sala de Sessões, 12 de outubro de 1965. Acervo Pessoal de Janary Nunes.

_____. **Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944, apresentado ao Exmo Senhor Presidente da República pelo Capitão JANARY GENTIL NUNES, Governador do Território.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Relatório.

NUNES, Osório. A defesa nacional. In: **Vida Política**: suplemento de *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1948.

_____. **Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira.** Vol. CXLV. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1950.

O GLOBO, edição de 08 de outubro de 1957.

OLIVEIRA, Adamor de Sousa Oliveira. **Tesouros de Memória.** Fortaleza: Premium, 2013. Memória.

OLIVEIRA, Xavier de. **Redivisão Política e Territorial do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso** – Princípios & procedimentos. 7. ed. Campinas: Editora Pontes, 2007.

_____. **Terra à vista.** Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANTOJA, Idbas do Amaral. **Crise de abastecimento:** a genealogia do agravamento em Macapá de 1985 a 1988. Macapá: 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História) – Universidade Federal do Amapá.

PASSERINI, Luisa. A lacuna do presente. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 211-214.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. **Os mineiros da floresta:** sociedade e trabalho em uma fronteira da mineração industrial amazônica. Campinas: 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informação, 1993.

PENNAFORT, Hélio. **Estórias do Amapá**. Território Federal do Amapá: Departamento de Imprensa Oficial, 1984.

_____. **Barcellos**: síntese de dois governos. Macapá: Governo do Estado do Amapá: Departamento de Comunicação Social, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEREIRA, Nunes. **Ilha de Marajó**: Estudo Econômico-social. Série Estudos Brasileiros. N. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Divisão de Caça e Pesca, 1956.

PLATON, Clarck. **Amapá**: fundamento de minha luta. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 1983.

_____. **Amapá**: fundamento de minha luta II. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 1984.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944: mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005. p.103-130.

_____. O movimento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 296-313.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **AMAPÁ**: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000. Macapá: Edição do Autor, 2003.

PORTO, Terêncio. (NOTA OFICIAL). **Armas da República**. GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Gabinete do governador. Macapá, 01 de abril de 1964. (Rádio Difusora de Macapá).

POZENATO, José Clemente. **Processos culturais**: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

PRAZERES, Otto. Os Territórios e os Municípios. **Rev. do Serviço Público**, ano VIII, v. II, n. 3, p. 66-68, jun. 1945.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes

(DGCON/SEGAP). Junho de 2011. Disponível em: www.tjrj.jus.br/documents/10136/21832/tjdf.pdf. Acesso em: 9 mar. 2016.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004. p. 29-52.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 3. ed aum. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

_____. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1949.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). Decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). **Diário do Congresso Nacional**. Ano I. Nº 10. Quarta-Feira, 17 de dezembro de 1890. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa/diario_basica.asp. Acesso em: 28 fev. 2015.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). **Anais da Assembleia Constituinte (1933)**. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 abr. 2014.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). **Anais da Assembleia Constituinte (1933)**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 abr. 2014.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). **Anais da Assembleia Constituinte (1933)**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 mar. 2015.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). **Anais da Assembleia Constituinte (1934)**. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 9 mar. 2015.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). **Anais da Assembleia Constituinte (1946)**. Vol. V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 8 abr. 2014.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Capital Federal). **Anais da Assembleia Constituinte (1946)**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 8 abr. 2014.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, ANO XII – Nº.143. Rio de Janeiro, 13 de agosto, 1957. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 18 nov. 2015.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, ANO XXVI – Nº.33. Brasília-DF, 22 de maio, 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 3 jan. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, ANO XXXIV – Nº.115. Brasília-DF, 20 de setembro, 1979. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 4 abr. 2014.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, ANO XXXVI- N.168. Brasília-DF, 17 de dezembro, 1981, p.15067. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 2 ago. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, ANO XXXVII- N.064. Brasília-DF, 22 de maio, 1982. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 24 jun. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**. ANO I- Suplemento nº. 66. Brasília-DF, 27 de maio, 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 30 jul. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**. ANO I- Suplemento nº. 78. Brasília-DF, 17 de junho, 1987.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 30 jul. 2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Capital Federal). Câmara dos Deputados. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, ANO XLIII- N.127. Brasília-DF, 14 de dezembro, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 8 abr. 2014.

RESISTÊNCIA, edição de 12 de maio de 1980.

REVISTA LATITUDE ZERO, Macapá, Ano I, Nº 1, 48pg., julho-agosto de 1969.

REVISTA LATITUDE ZERO, Macapá, Ano II, Nº 7, 59pg., dezembro de 1971.

REVISTA LATITUDE ZERO, Macapá, Ano II, Nº 4, 48pg., novembro de 1970.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 30-47.

RODRIGUES, Randolfe. A participação política dos estudantes amapaenses: da fundação da UECSA ao golpe de 64. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe. **Amazônia, Amapá: escritos da história**. Belém: Paka-Tatu, 2009. p.105-142.

_____. **Discursos pronunciados na Sessão solene em comemoração ao Centenário de Janary Nunes, pioneiro e primeiro governador do Amapá**. Plenário do Senado Federal, no dia 04 de maio de 2012. Centenário de Janary Nunes. Brasília: Senado Federal, 2012.

RONDON, Frederico A. **Pelo Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

SANTANA, Jerônimo. **A situação institucional dos Territórios Federais como fato impeditivo de seu desenvolvimento** – A luta pela criação do Estado de Rondônia no Congresso Nacional. Câmara dos Deputado – Brasília, 1981.

SANTOS, César Ricardo Simoni. A dinâmica territorial brasileira e a inversão da “tese da fronteira” na porção sul do novo mundo. **Rev. de Geografía Norte Grande**, v. 47, p. 121-142, 2010.

SANTOS, Dorival da Costa. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974**. Campinas: 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **Da autonomia Territorial ao fim do janarismo (1943-1970)**. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

SANTOS, José Guiomard dos. Territórios Federais – Grandezas e misérias. **Rev. do Serviço Público**, Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público. Serviço de Documentação do D.A.S.P, 1954. (Publicação avulsa).

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Sentinelas das Fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)**. Rio de Janeiro: 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Francisco Bento. **Autoritarismo e Personalismo no Poder Executivo Acreano (1921-1964)**. Acre: Edufac, 2012.

SILVA, M.L. **A (Onto)gênese da nação nas margens do território nacional: o Projeto Janarista Territorial para o Amapá (1944-1956)**. São Paulo: 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre et al. (orgs.). **Do Lado de Cá: fragmentos de história do Amapá**. Belém: Editora Açaí, 2011. p. 95-113.

SILVA, José Otacílio da. A produção de discursos políticos na visão de Pierre Bourdieu. **Tempo da Ciência**, v. 23, n. 12, p. 187-200, 1º sem. 2005.

SILVA, Márcio José Andrade da Silva et.al. **Sê-los**. Campinas: Lince Gráfica e Editora, 2014.

SILVA, Moacir. M.F. Os Territórios Federais (Novo capítulo das geografias de fronteiras no Brasil). **Boletim Geográfico**, ano I, n. 10, p. 34-47, jan. 1944.

SOARES, Lúcio de Castro. Território do Amapá. **Boletim Geográfico**, ano II, n. 17, p. 661-664, ago. 1944.

_____. Contribuição ao estudo da ocupação humana do Território do Amapá. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano II, n. 2/3, p. 11-36, 1949.

SOARES, Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1973.

SOUSA, Everton Verne Silva de; PARENTE, Rosinete Vale. **A ditadura militar através da história oral: impactos da ditadura militar e os reflexos do ‘milagre’ econômico no Amapá no período de 1967 a 1973**. Macapá: 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Amapá

SOUSA, Paulino Soares de (Visconde de Uruguai). **Ensaio sobre o Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

SOUZA, Augusto Fausto de. Estudo sobre a Divisão Territorial do Brasil. **Rev. do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, Tomo XLIII, parte II, 1880.

SOUZA, Caribe de. “Política no Amapá: ontem e hoje”. In: VOZ CATÓLICA, edição de 28 de fevereiro de 1970.

SUDAM. **Operação Amazônica (Discursos)**. Ministério do Interior: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Serviço de Documentação e Divulgação. Belém: Pará, 2008.

TARSO, Paulo. **História de um sino: contos**. Macapá: Tarso Editora, 2013.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. **Inquérito Policial referente ao crime de subversão**. Indiciados: José Alves Pessôa, Janary Gentil Nunes e Mário Luiz Barata. Divisão de Segurança e Guarda: Delegacia de Ordem Política e Social do Território Federal do Amapá. 16 de maio de 1966. (Arquivo: Comissão Estadual da Verdade do Amapá – CEV-AP).

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. **Amapá Estado**. Concurso para os símbolos oficiais. Secretaria de Planejamento e Coordenação – Governo Annibal Barcellos, 1983.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. **Indicadores Sócio-Econômicos do Amapá (1985-1986)**. Ministério do Interior, Governo do Amapá, Secretária de Planejamento e Coordenação, s/a.

TERRITÓRIOS FEDERAIS – CRIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TOMADA DE CONTAS DOS GOVERNADORES. ATO Nº. 9, Brasília, 1962. p. 315-333.

TILIO NETO. **Soberania e ingerência na Amazônia brasileira.** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edesltein de Pesquisa Social, 2010.

TRINDADE, Joseline Simone Barreto. **No tempo das águas cheias:** memórias e história dos negros do curial-AP. Florianópolis: 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

TOCANTIS, Leandro. **A Formação Histórica do Acre.** Vol. III. Rio de Janeiro, 1961.

VARGAS, Getúlio Vargas. (Discursos). **A Nova Política do Brasil.** Vol. VIII. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940-1941.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. **Memorial Orgânico.** [2a. parte]. Madrid. Na Imprensa da Viúva de R. J. Dominguez, R. de Hortaleza, Núm. 67, 1850.

_____. **Memorial Orgânico.** Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária, Rio de Janeiro: Typographia de Paula Brito, 1851.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** 4. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

VIANA, Hélio. **História das Fronteiras do Brasil.** Biblioteca Militar. Vols. CXXXII e CXXXIII. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1948.

VIANNA, Francisco Oliveira. **Pequenos estudos de psychologia social.** 3. ed aum. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

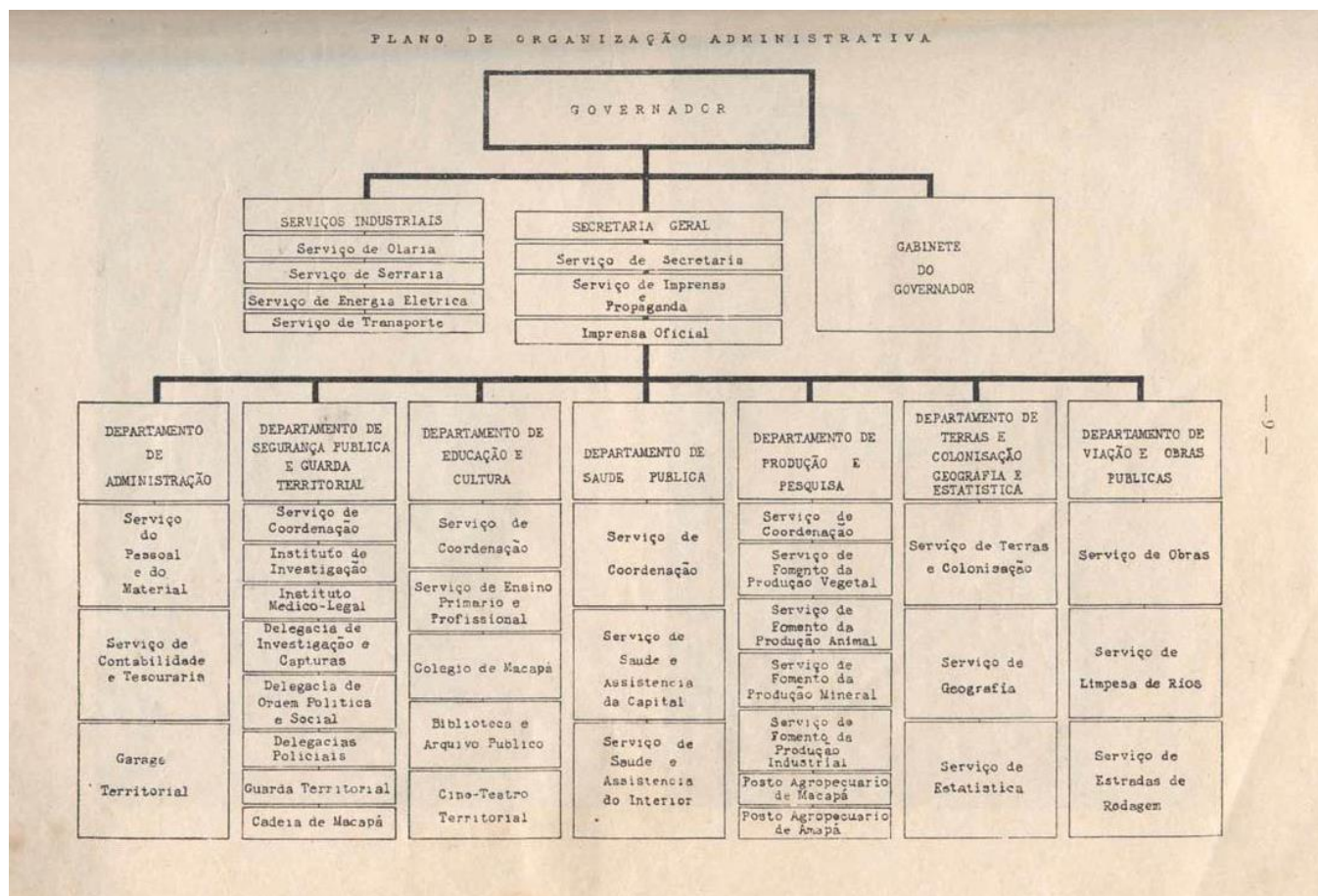
VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente:** significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VIEIRA, José Medeiros. Aspectos de controle administrativo sobre os Territórios Federais. **Rev. do Serviço Público**, Brasília, v. 108, n. 2, p. 1-25, maio/ago. 1973.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

Imagem 2 – Organização do quadro administrativo do Território Federal do Amapá (1943).



Fonte: Nunes (1946).

Imagem 3 – Reportagem referente ao 5º aniversário de instalação do Território Federal do Amapá.

O 5.º ANIVERSÁRIO DA INSTALAÇÃO DO GOVÉRNO DO TERRITÓRIO

As Solenidades Programadas Em Comemoração à Data

No dia 25 de janeiro de 1944, instalou-se, solenemente, em Macapá, o Governo do Território Federal do Amapá, criado, meses antes, pelo então Presidente Getúlio Vargas.

O que representa em dedicação e trabalho o lustro que hoje comemoramos, sabe-o, melhor do que ninguém o povo amapaense.

Porisso, nesta data querida, AMAPÁ' silencia sua opinião e recorre ao pensamento de pessoas ilustres, estranhas às dependências administrativas, que visitaram o Território, para registrar o conceito firmado em 5 anos de duro e inatigável labor.

Do General Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra, num despacho telegráfico endereçado ao Governador Janary Nunes:

«Sem jamais esquecer o fidalgo acolhimento com que fui honrado pelo Governador e pelo povo do grande Território do norte, e sob a magnífica impressão dos grandes empreendimentos que tanto recomendam o seu Governo pelo decoro e pela honestidade com que vêm sendo encarados os problemas vitais, desejo transmitir, no meu nome e dos oficiais da minha comitiva, os melhores agradecimentos, que rogo transmitir aos seus dignos auxiliares, formulando votos de felicidades pessoais e da exma. família e desejando que seu Governo continue com a mesma eficiência no prosseguimento da grande obra empreendida que será ver feliz o povo desse grande Território».

— A opinião do dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, após a visita feita a este Território:

«O que se tem feito no Amapá é de causar admiração. E o que mais me impressionou foi a assistência ao homem e à infância. Se não me engano, as crianças amapaenses foram as mais alegres, mais vivas e mais conscientes de quantas encontrei no Vale da Amazônia. São crianças que, evidentemente, gozam de uma das quatro liberdades apontadas pelo saudoso presidente Roosevelt: a liberdade do temor. A não ser os tímidos por natureza, a maioria dos meninos e meninas do Amapá responde a

qualquer pergunta com inteira confiança e desembaraço. Essa observação decorreu não só das visitas às escolas da cidade, como da inspeção às escolas rurais e dos encontros com as crianças pelas estradas e nas casas particulares. Parece que as novas gerações serão capazes de levar a efeito a tarefa que lhes incumbi, provando que somos donos do poder de aproveitar devidamente o território devassado pelos portugueses, povoado por brasileiros, defendido por Veiga Cabral e outros bravos, e definitivamente reconhecido como brasileiro pela erudição geográfica e pelo ardor patriótico de Rio Branco.

Todos nós tivemos uma impressão confortadora da administração inteligente, profícua e

incansável do governador Janary Nunes e da equipe de técnicos que o rodeia e auxilia. A gente já está convencido da capacidade do brasileiro ao contemplar a obra

vem exalta o ímpeto realizador e o destino de sua geração.

No Território do Amapá, há, infelizmente, um imperativo de trabalho e de pura brasilidade.»

(Trecho da discurso pronunciado no banquete oferecido pelo Governo à Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia).

— Do Deputado Agostinho Monteiro, Vice-Presidente da Comissão de Valorização da Amazônia.

«Senhor Governador: Acabo de receber uma ordem do meu distinto amigo Dr. Leopoldo Pêres, no sentido de divulgar aqui, publicamente, o projeto de lei elaborado pela Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia, para conhecimento do povo amapaense.

Tomo a liberdade de não cumprir essa determinação, o que não representa absolutamente indisciplina ou decoratiza porque a justifico.

Da mesma forma que o meu digno colega Deputado Domingos Velasco, na minha carreira política, sempre permaneci no setor da oposição. Por esse motivo sinto-me perfeitamente à vontade para dizer o que penso sobre a magnífica administração do Capitão Janary Nunes.

E para demonstrar meu apreço, a minha admiração pela grande obra que aqui se realiza, tenho a honra de oferecer ao senhor Governador do Território — desobedecendo a ordem do Ilustre Presidente da Comissão Parlamentar, e a quem peço permissão para fazê-lo — o projeto de decreto que consubstancia o amálgama das conclusões a que chegou a Comissão do Plano de Valorização do Vale Amazônico.

Porque, sendo este Governo inteiramente dedicado ao povo, dando conhecimento ao povo de todos os seus atos, vivendo com o povo, por seu intermédio o

(Continua na 12.ª página)



ÓRGÃO DO GOVÉRNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ'

ANO 4 Macapá, 25 de Janeiro de 1949 N.º 202

Barão do Rio Branco



Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho.



— Do Deputado Domingos Velasco, representante de Goiás na Câmara Federal.

«Senhor Governador: Na minha longa vida pública raras vezes tenho tido oportunidade de ler encômios aos homens que governam o Brasil. Por isso mesmo, quero aproveitar agora, precisamente da minha existência em que vejo o governante que é Vossa Excelência, cercado por uma equipe de auxiliares capazes, a promover o bem público neste Território e realizar aquilo que nós, filhos de Estados politicamente inexpressivos, julgamos que deve ser um mérito e uma honra dos dirigentes».

material e moral realizada no Amapá. Tudo ali é sábiamente aproveitado e as construções novas são magníficas. Numa palavra: o progresso do Amapá superou a nossa expectativa». («Folha Vespertina» de 3-8-48).

— Do Deputado Eburno Duvivier, representante do Estado do Rio:

«Com esse entusiasmo Senhor Governador, é que vos dirijo a palavra para dizer-vos, como representante do Estado do Rio, que todo o Brasil está convosco. Na Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar que aqui se encontra, certamente fará tudo o que estiver ao seu alcance pelo Amapá, porque ela fará por um povo digno, por um povo forte, por um povo que tudo sofreu mas que não deserdará no Brasil».

(Trecho do discurso pronunciado no banquete oferecido pelo Governo à Comissão Parlamentar).

— Palavras do saudoso deputado Leopoldo Pêres quando da visita feita a Macapá, presidindo a Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia.

«O panorama político-social e administrativo, no Território do Amapá, oferece um esplêndido ensinamento de democracia. A mentalidade de um estadista jó-



A casa em que morava Cabralzinho na cidade de Amapá e diante do qual nasceu o tenente Linhares, comandante das forças francesas invasoras, em 13 de maio de 1893.

Ministro José Linhares

A efeméride de hoje assinala o transcurso do aniversário do Exmo sr. dr. José Linhares, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

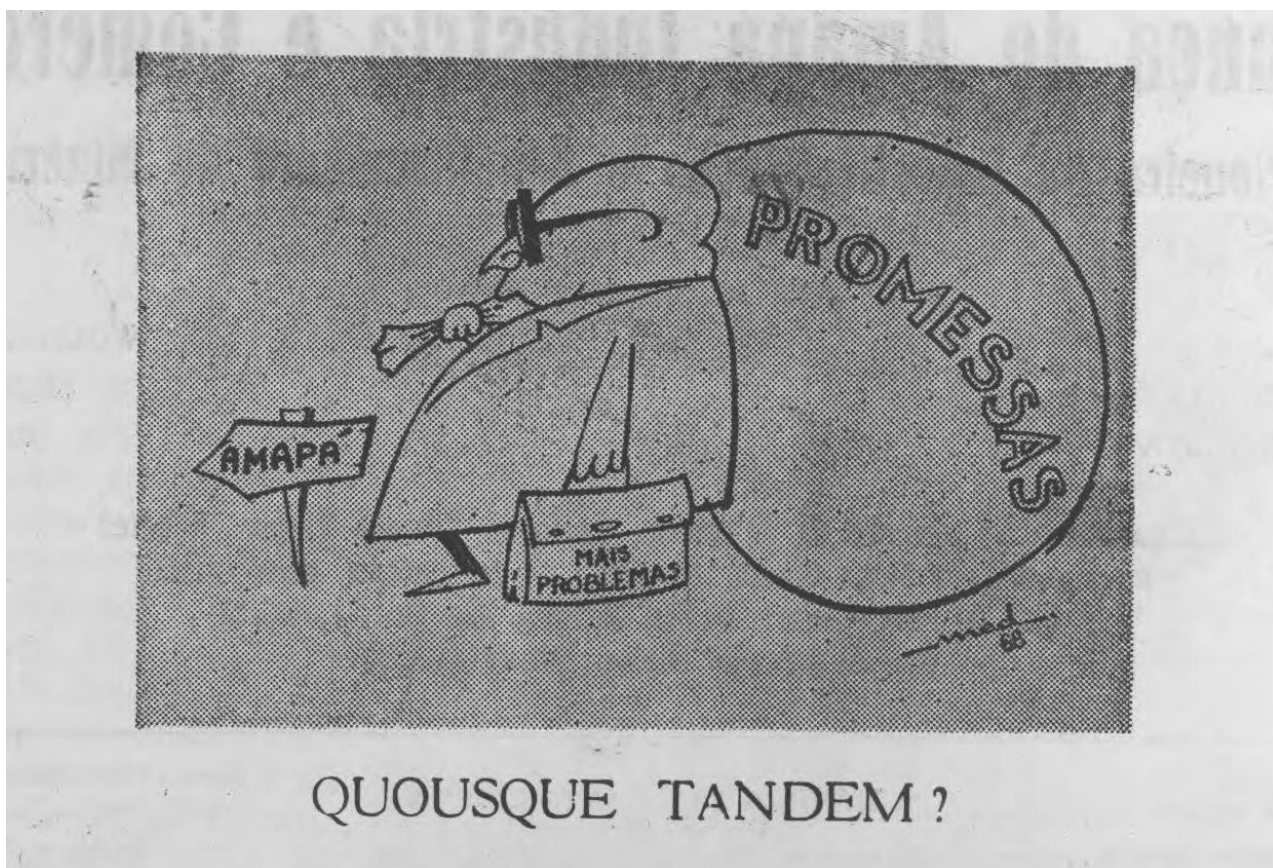
Figura insigne das letras jurídicas do país, o Ministro José Linhares exerceu, numa época de transição, a Presidência da República, em cujas funções se houve com indiscutível elevação e acerto.

Homem que até hoje se tem colocado num plano digno de admiração geral, o aniversariante deverá estar reconhecido as provas de simpatia pelo conceito elevado em que por todos é tido.

AMAPÁ cumprimenta respeitosamente o ilustre magistrado.

Fonte: AMAPÁ, 25 de janeiro de 1949.

Imagem 4 – Charges de Ivanhoé Martins logo que foi nomeado governador do Amapá.



Fonte: Revista Hileia, Macapá: Território Federal do Amapá, ano 1, n. 4, jun. 1968.

Imagem 5 – Charges do mapa do Amapá amordaçado, representando a censura à imprensa durante a ditadura civi-militar.



Fonte: Revista Hileia, Macapá: Território Federal do Amapá, ano I, n. 5, jul. 1968.

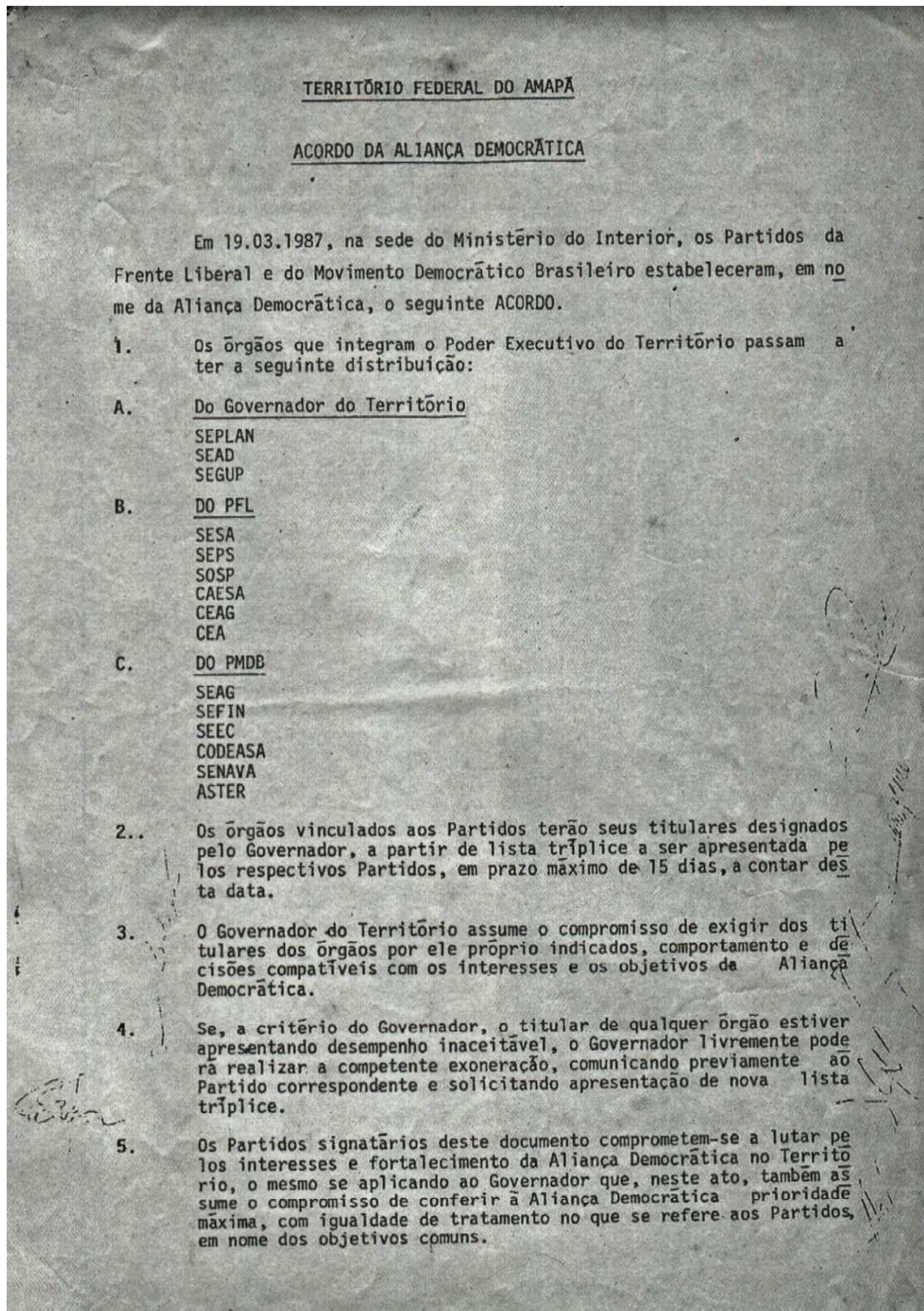
Imagem 6 – Bandeira do Estado do Amapá.



Imagem 7 – Brasão de Armas do Estado Amapá.

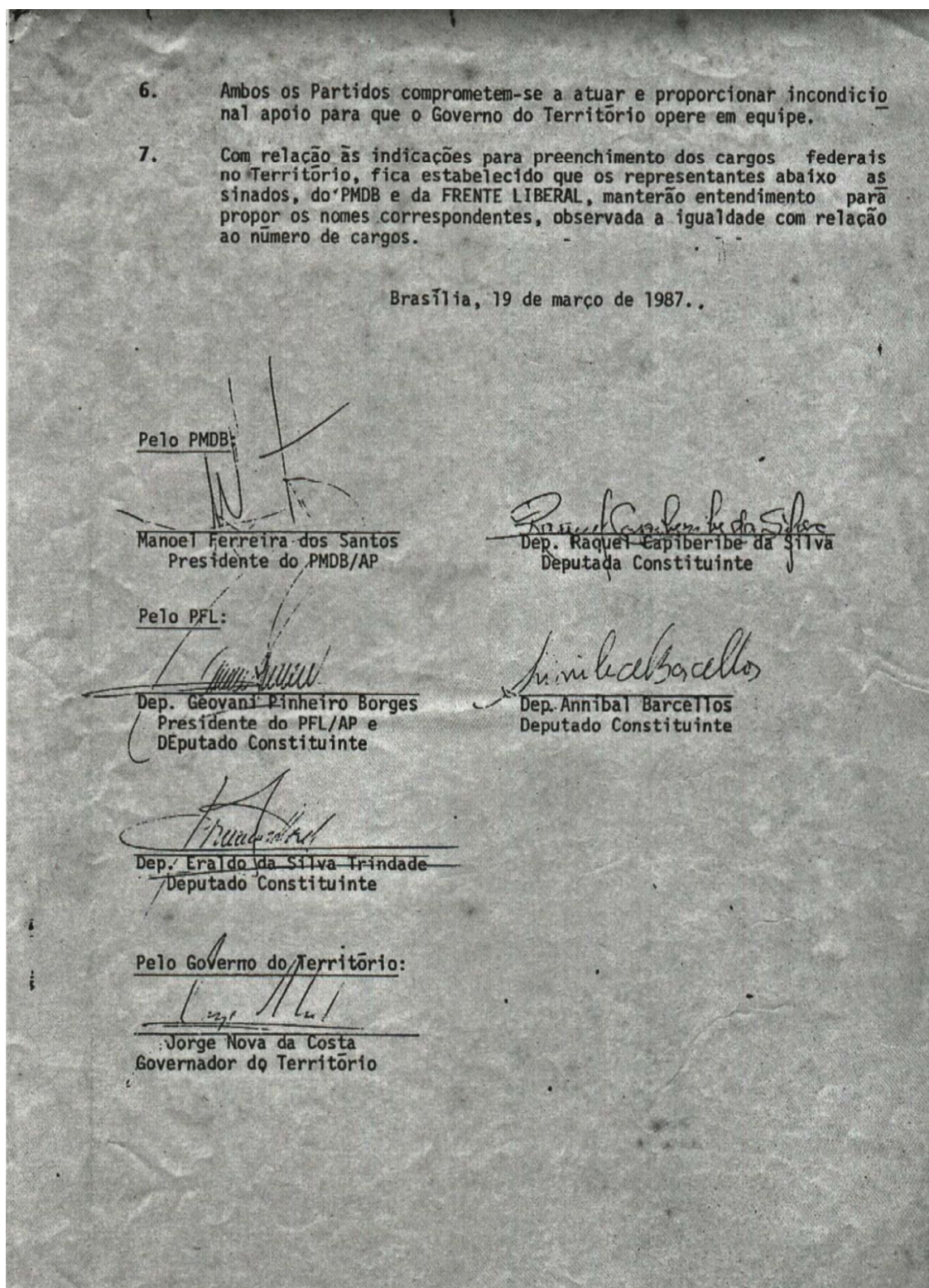


Imagem 8 – Acordo de Aliança Democrática (pág.1).



Fonte: Gonsalves (2010, p. 81).

Imagem 9 – Acordo de Aliança Democrática (pág. 2).



Fonte: Gonsalves (2010, p. 82)